

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES

TESE DE DOUTORADO

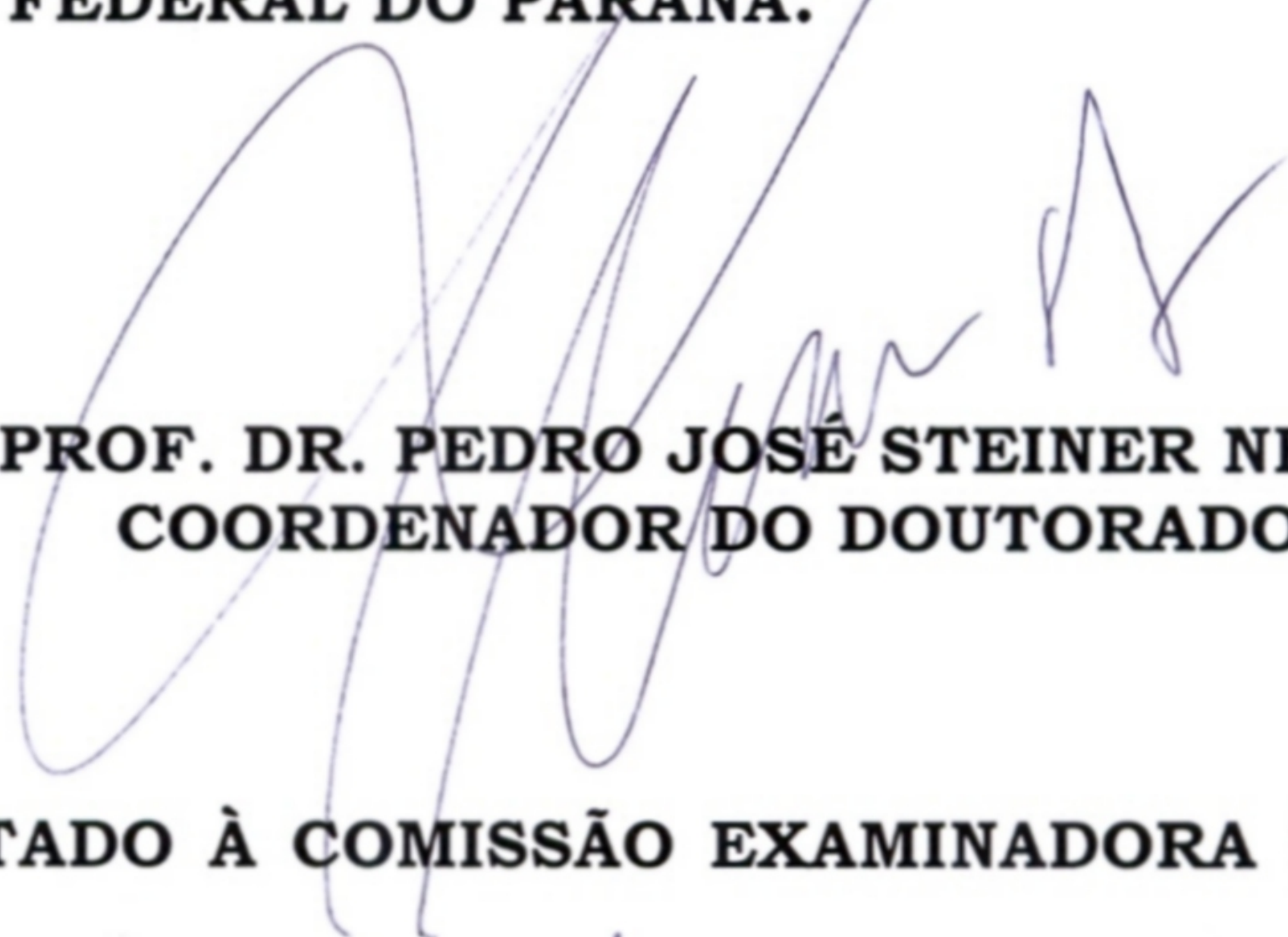
A CONSTRUÇÃO DA TEORIA INSTITUCIONAL NOS
ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL:
O PERÍODO 1993-2007

EDSON RONALDO GUARIDO FILHO

CURITIBA
2008

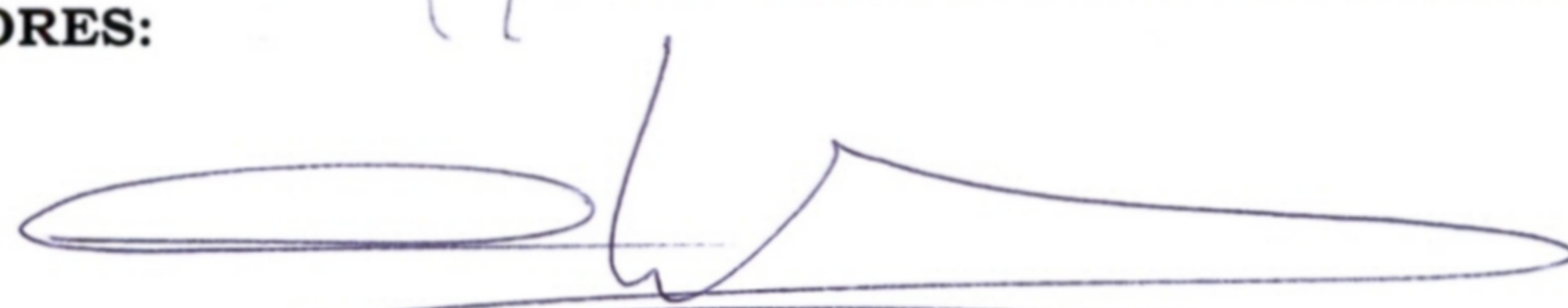
**"A CONSTRUÇÃO DA TEORIA INSTITUCIONAL NOS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS NO BRASIL: O PERÍODO 1977-2007"**

**ESTA TESE FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO (ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES), E APROVADA EM SUA FORMA FINAL
PELO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.**

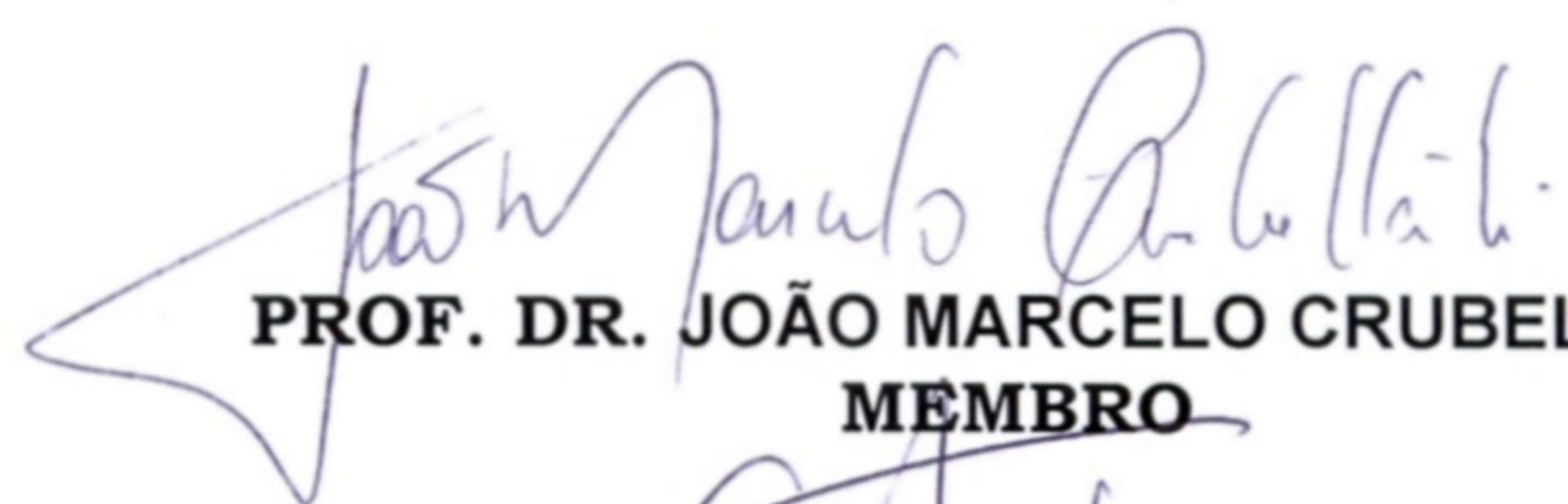


**PROF. DR. PEDRO JOSÉ STEINER NETO
COORDENADOR DO DOUTORADO**

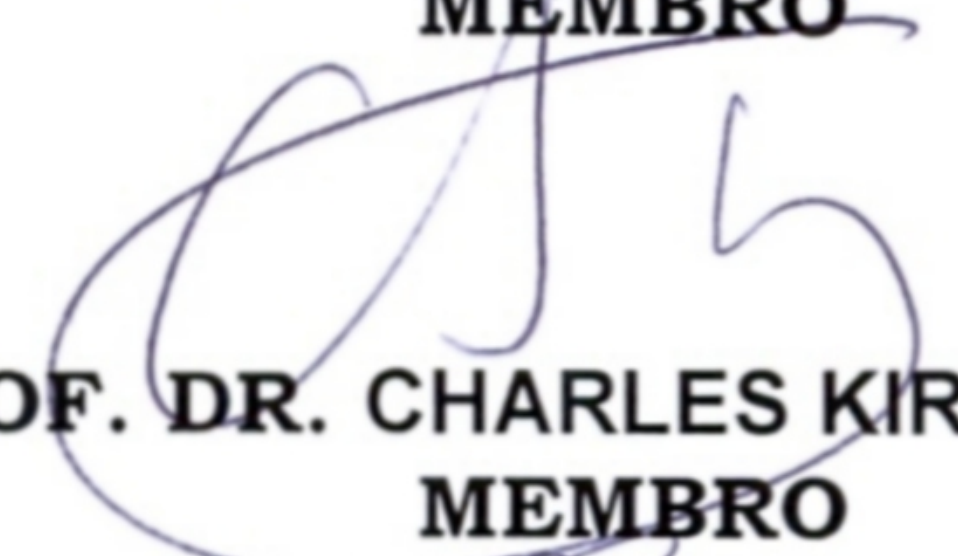
**APRESENTADO À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA PELOS
PROFESSORES:**



**PROF. DR. CLÓVIS LUIZ MACHADO-DA-SILVA
PRESIDENTE**



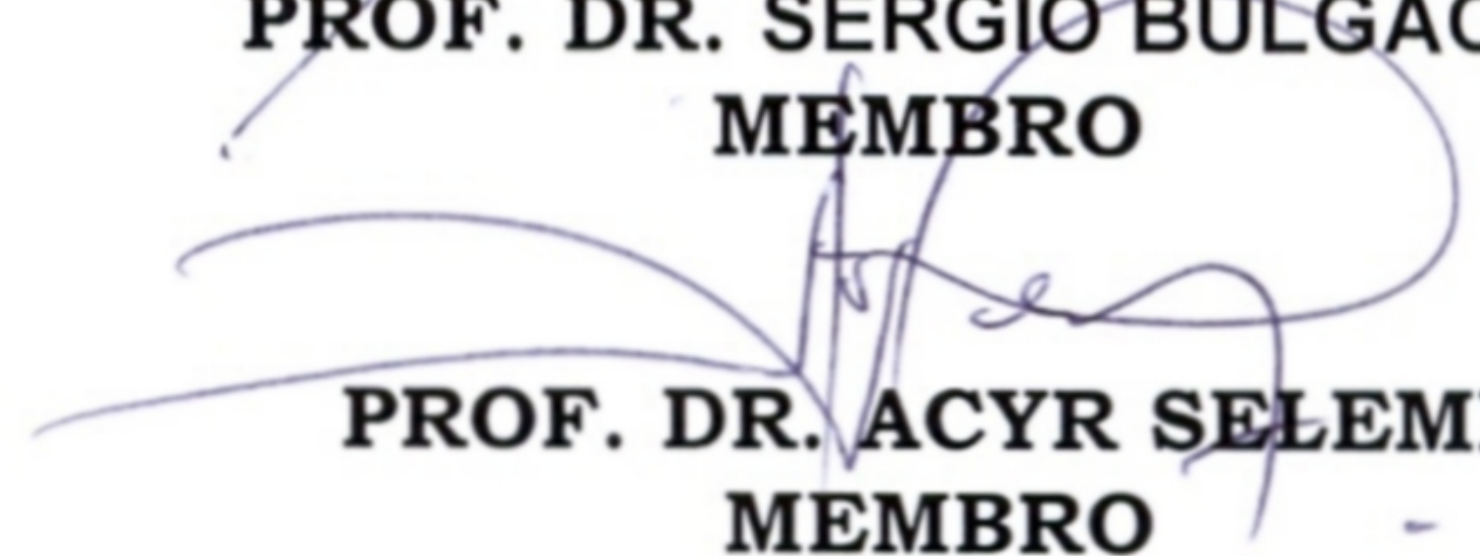
**PROF. DR. JOÃO MARCELO CRUBELLATE
MEMBRO**



**PROF. DR. CHARLES KIRSCHBAUM
MEMBRO**



**PROF. DR. SERGIO BULGACOV
MEMBRO**



**PROF. DR. ACYR SELEME
MEMBRO**

EDSON RONALDO GUARIDO FILHO

**A CONSTRUÇÃO DA TEORIA INSTITUCIONAL NOS
ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL:
O PERÍODO 1993-2007**

**Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor em Administração,
Curso de Doutorado em Administração, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Clóvis L. Machado-da-Silva

**CURITIBA
2008**

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná – Curitiba – PR

Guarido Filho, Edson Ronaldo

A construção da teoria institucional nos estudos organizacionais no Brasil: o período 1993-2007 / Edson Ronaldo Guarido Filho. -- Curitiba, PR, 2008.

xiii, 299 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Clóvis L. Machado-da-Silva

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração.

Defesa: 2008

1. Administração. 2. Estudos Organizacionais. 3. Teoria Institucional. 4. Produção Científica. 5. Administração – Teses. I. Machado-da-Silva, Clóvis L. II. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 658.4012

*Aos meus pais, Edson e Magnólia.
À minha esposa, Michele.*

AGRADECIMENTOS

O resultado final contido nestas páginas só foi possível graças aqueles que, a sua maneira, participaram e contribuíram para a realização desta tese. São em breves palavras que procuro expressar, neste espaço, os sinceros agradecimentos a estas pessoas e instituições.

Primeiramente, agradeço o apoio institucional concedido pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (Ceppad/UFPR) que possibilitou a realização desta pesquisa; à Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Paraná que, na figura de seus diretores Sr. José Ribamar Privado e Maria Eliza Reis, apoiou a realização deste trabalho; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo suporte financeiro propiciado durante os anos de estudo.

Agradeço, ainda, a assistência recebida ao longo das diversas fases deste trabalho: ao professor Pedro José Steiner Neto pelo apoio e confiança concedidos durante a trajetória de elaboração desta tese; aos professores João Marcelo Crubellate e Acyr Seleme, membros da banca de qualificação, pelas considerações para o desenvolvimento final deste trabalho; ao professor Ricardo Zanardini, pela disponibilidade em auxiliar nas análises quantitativas nos momentos decisivos; ao professor Virgílio Balestro, pela revisão gramatical e por compartilhar uma pequena parte de seu conhecimento sobre a língua portuguesa. Agradeço aos professores membros da banca examinadora, Charles Kirschbaum, Acyr Seleme e Sérgio Bulgacov, pela atenção dedicada na leitura deste trabalho e pelas valorosas sugestões proferidas. Dedico especial agradecimento ao professor João Marcelo Crubellate, por suas contribuições enquanto membro da banca examinadora, mas também pela disposição em sempre colaborar ao longo de vários momentos de dúvidas e angústias. Suas orientações foram de grande importância para a finalização desta tese.

Aos amigos Cláudia Coser, José Ivan Prohmann, Olga Pépece, Queila Souza, James Baraniuk e Péricles Pires, companheiros de turma, que alegraram os momentos de convivência e compartilharam as inquietudes que fizeram parte do processo de elaboração da tese. A Luciano Freitas, Eros Nogueira e Fernanda Rodrigues, pela generosidade e prontidão em colaborar. A Esther e Leila pela atenção dispensada e pelo suporte administrativo.

Agradeço ao grande amigo Cristiano Garbelotto Mikoszewski pelos conselhos e palavras de apoio, pela paciência em ouvir as lamentações e conquistas alcançadas a cada etapa do trabalho, e por seu empenho duplicado nas atribuições de professor e coordenador, possibilitando minha maior concentração neste percurso. Sou grato também a Gustavo Alberto Giménez Lugo, professor e interlocutor, que mesmo em face de tantas atribuições pessoais, compartilhou seu entusiasmo e conhecimento diante das inúmeras dúvidas surgidas. E ao amigo e parceiro em tantos outros trabalhos, Luciano Rossoni, ávido pesquisador e que, mais uma vez, provou sua generosidade, debatendo incansavelmente cada resultado e cujas orientações foram fundamentais para a realização desta tese. Aos três, tenho especial gratidão por sua amizade e por terem dividido seu tempo e conhecimento.

Por sua confiança, tenho inestimável gratidão ao professor e amigo Clóvis L. Machado-da-Silva, que tanto admiro por seu conhecimento e competência, e a quem tive como orientador não apenas nesta tese, mas a cada etapa de minha trajetória acadêmica. Por sua generosidade e dedicação proferidas no decorrer de longas horas de orientação, devo-lhe a oportunidade de crescimento intelectual e profissional e, por essa razão, as idéias aqui discutidas não podem ser consideradas isentas de sua contribuição.

Finalmente, agradeço àquelas pessoas que considero serem da maior importância e sem as quais nada disso teria sido possível. Aos meus pais, a quem devo tudo o que tive e sou, pelo seu exemplo de dignidade, união e perseverança. E minha esposa, Michele, que viveu comigo todos os momentos desta tese, mas que tornou essa trajetória mais amena pelas palavras e demonstrações de carinho e apoio.

*If I have seen further it is by standing on the
shoulders of giants.*
(Isaac Newton, 1675)

*Le seul véritable voyage, le seul bain de
Jouvence, ce ne serait pas d'aller vers de
nouveaux paysages, mais d'avoir d'autres
yeux, de voir l'univers avec les yeux d'un
autre, de cent autres, de voir les cent univers
que chacun d'eux voit, que chacun d'eux est.*
(La prisonnière, Marcel Proust)

RESUMO

O estudo parte da premissa de que a construção do conhecimento científico é um processo social caracterizado pela dinâmica recursiva entre as dimensões social e intelectual, no qual diferentes mecanismos relacionais, cognitivos e políticos/intelectuais estão envolvidos. Sob esse quadro de referência, competição e cooperação apresentam-se como dualidade nesse processo. Em face dessas assertivas, procurou-se no presente estudo investigar como se caracterizou a construção do conhecimento científico da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, no período de 1993 a 2007, tendo em vista as transformações ocorridas em sua composição e organização social, bem como em seu conteúdo substantivo. Adotou-se como quadro teórico para a análise do processo a teoria institucional com lógica estruturacionista. O delineamento do estudo foi descritivo-explicativo com amplitude de análise longitudinal. Para tanto, utilizou-se como método de pesquisa a análise de redes sociais e cientométrica, considerando citações e co-citações, por meio das quais foram estudados os relacionamentos de cooperação entre pesquisadores e a estrutura intelectual da perspectiva institucional. Os resultados apontaram que a perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, no âmbito da colaboração na produção científica, configura uma rede fragmentada em torno de dois agrupamentos principais que concentram a maior parte dos trabalhos e pesquisadores. Esses agrupamentos expressam formas de organização de grupos de pesquisa, com graus de centralização distintos e implicações sobre a construção do conhecimento. Ademais, apresentaram estruturas cognitivas diferenciadas, delimitando preferências intelectuais. Tais características tomadas conjuntamente revelaram que laços sociais entre pesquisadores no campo da perspectiva institucional são também representativos de afinidade intelectual, evidenciando a participação de mecanismos atrelados à difusão de idéias e formação de um quadro interpretativo compartilhado, aspectos também associados à imersão social no âmbito dos agrupamentos de pesquisadores. Os resultados mostraram, ainda, que a estrutura cognitiva da perspectiva institucional se tornou mais diversificada e organizada em torno de agrupamentos sociais. Decorrente desse aspecto, divergências intelectuais ganham saliência no debate do campo, o que pode ser resultado de maior nível de sedimentação intelectual da perspectiva, evidenciando ainda certa autonomia e criatividade apresentada pelos pesquisadores no contexto da produção nacional. Tal aspecto foi também percebido pela presença marcante de pesquisadores nacionais, embora limitados em número, nos quadros de fundamentação do campo. Diante desses resultados, concluiu-se que o crescimento da cooperação no campo mostrou-se fortemente ligado à atuação de pesquisadores continuantes e mecanismos de estratificação na produção científica, com desdobramentos sobre a difusão do conhecimento científico. Por outro lado, evidenciou a inclusão da dinâmica entre cooperação e competição na construção do conhecimento científico. De modo mais abrangente, pode-se concluir que o processo investigado ao longo deste trabalho representou a sedimentação da teoria institucional em termos de seu conteúdo programático, a qual se tornou menos homogênea e mais articulada no que concerne às características de sua estrutura intelectual. Por fim, a vinculação ao contexto internacional caracterizou-se muito mais como relação de consumo de idéias do que de subordinação intelectual. Todos esses elementos contribuíram para a configuração corrente da perspectiva institucional que, em última instância, é resultado da dinâmica de estruturação que envolve a dimensão social e intelectual, bem como sua influência recíproca.

Palavras-chave: teoria institucional; estruturação; conhecimento científico; estrutura intelectual; redes de colaboração.

ABSTRACT

This study investigated how it was characterized the construction of scientific knowledge of the institutional theory in organization studies in Brazil, from 1993 to 2007. It focuses in transformations in its substantive content as well as the social organization of scientists. It assumes that the construction of scientific knowledge is a social process comprehended by a recursive dynamics between the social and intellectual dimensions. In this process, different social mechanisms are involved such as relational, cognitive, and political/intellectual. Moreover, competition and cooperation are treated as duality. Structurationist-based institutional theory was adopted as analytical ground for conducting the research. The study has a descriptive-explanatory design with a longitudinal perspective. It relies on social network (co-authorship data) and scientometric (citation and co-citation data) analysis as research methods. Two analytic dimensions were considered: the cooperation relationships among scientists and the intellectual structure associated to the institutional theory. The findings point out a fragmented network surrounding two major clusters of scientific collaboration which concentrate the most part of the scientific production and researchers in the field of the institutional theory in organization studies in Brazil. These clusters denote research groups distinctively organized, mainly in concern of their degree of centralization, which has implications in the process of knowledge construction. Furthermore, they show different cognitive structures, which could be seen as underlying intellectual preferences. Considered altogether, these aspects implied that social ties among scientists in the field of institutional theory are also representative of intellectual affinity, which means that there are social mechanisms participating in the process of diffusion of ideas and formation of shared understandings, both aspects regarded to social embeddedness of researchers in the clusters they belong. The findings also reveal that the institutional theory cognitive structure has become more diversified and associated to different social clusters. Consequently, intellectual divergences appear to gain salience in the field, nevertheless, such aspect results from greater intellectual consolidation reached along the period under study, with certain autonomy and creativity presented by local researchers. This aspect was also verified by the notable presence of national scientists, in spite of their limited number, among the most cited in the field. These results make feasible to conclude that the increasing of cooperation in the field was associated both to the role performed by scientists named as continuants, and to stratification mechanisms in scientific production (and its consequences under the diffusion of scientific knowledge). On the other hand, the results illustrate the dynamics between competition and cooperation in the field along the construction of scientific knowledge. More broadly, the study concludes that the investigated processes represent the consolidation of the institutional theory concerning its programmatic content which, in terms of its intellectual structure, has become less homogeneous and more articulated. At last, the connection to the international context was characterized more as a consumption relation as intellectual subordination. All those aspects contributed to the current configuration of institutional theory in organization studies in Brazil, after all, resulted from a structuration dynamics involving social and intellectual dimensions, as well as its reciprocal influence.

Keywords: institutional theory; structuration; scientific knowledge; intellectual structure; collaboration networks

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fundamentos Teóricos e Uso da Perspectiva Institucional.....	17
Figura 2 – Publicações Individuais e Redes de Colaboração	75
Figura 3 – População e Unidades de Análise no Campo da Perspectiva Institucional	97
Figura 4 – Esquema de Co-Citação de Autores.....	109
Figura 5 – Procedimentos Analíticos na Análise da Estrutura Intelectual	112
Figura 6 – Crescimento da Produção e Comunidade Acadêmica	125
Figura 7 – Estratificação da produção Acadêmica (Lei de Lotka).....	130
Figura 8 – Tendência de Co-Autoria na Produção Científica	131
Figura 9 – Cooperação e Produtividade nos Últimos 10 Anos	131
Figura 10 – Relacionamento entre Categorias de Pesquisadores	133
Figura 11 – Escolha Preferencial.....	135
Figura 12 – Estrutura de relações de co-autoria	138
Figura 13 – Composição dos Componentes por de Categorias de Autores	141
Figura 14 – Rede de Cooperação para o Componente Principal.....	144
Figura 15 – Rede de Cooperação para o Segundo Maior Componente.....	145
Figura 16 – Outros Componentes da Rede de Co-autoria (3º, 4º e 5º maiores)	146
Figura 17 – Transformação da Rede de Colaboração entre Pesquisadores.....	149
Figura 18 – Imediatismo, Índice de Price e Vida-Média das Referências	154
Figura 19 – Artigos Mais Citados (acima de 25 citações) e Distribuição de Frequência de Citações	155
Figura 20 – Autores Mais Citados (mais de 60 vezes) e Distribuição da Frequência de Citações	156
Figura 21 – <i>Threshold</i> de Citação	165
Figura 22 – <i>Threshold</i> de Co-Citação	166
Figura 23 – Rede Reduzida de Co-Citação de Autores (1993-2007).....	168
Figura 24 – Redes de Co-Citação por Período	174
Figura 25 – Rede <i>two-mode</i> para Maiores Componentes e Autores Citados	178
Figura 26 – Redes de Co-citação para o Componente Principal	180
Figura 27 – Redes de Co-citação para o Segundo Maior Componente.....	181
Figura 28 – Redes de Co-citação para o Terceiro Maior Componente	182
Figura 29 – Similaridade de Pesquisadores Citantes com Base nas Referências Citadas.....	188
Figura 30 – Comparação entre o Volume de Artigos Produzidos Nacional e Internacionalmente	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Delimitação do Campo de Estudos Organizacionais.....	16
Quadro 2 – Pilares de Análise Institucional	19
Quadro 3 – Relação entre Unidades Analíticas no Nível Micro e Agregado.....	66
Quadro 4 – Técnicas de Mapeamento da Literatura Normalmente Utilizadas e seus Usos.....	73
Quadro 5 – Especificação das Etapas de Pesquisa	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – (A) Distribuição do Volume de Artigos por Fonte e por (B) Ano.....	96
Tabela 2 – Periódicos Internacionais Investigados.....	117
Tabela 3 – Distribuição de Pesquisadores segundo Categorias de Produção e Continuidade.....	127
Tabela 4 – Representatividade das Categorias de Produção e Continuidade.....	127
Tabela 5 – Pesquisadores mais Prolíficos (5 ou mais artigos publicados).....	129
Tabela 6 – Relacionamento entre Categorias de Pesquisadores.....	132
Tabela 7 – Matriz Densidade para o Relacionamento entre Categorias de Pesquisadores	133
Tabela 8 – Centralidade de Grau, Intermediação e de Fluxo para Categorias de Pesquisadores	134
Tabela 9 – Medidas de Centralidade para Pesquisadores.....	136
Tabela 10 – Estatística Descritiva da Rede de Co-autoria.....	140
Tabela 11 – H-Index, A-index e H-index normalizado dos Autores Mais Citados.....	158
Tabela 12 – Autores mais Difundidos entre os Artigos Publicados no Período de 1993 a 2001	161
Tabela 13 – Textos mais Difundidos entre os Artigos Publicados no Período de 1993 a 2001	162
Tabela 14 – Textos mais Difundidos entre os Artigos publicados no período de 2002 a 2007	163
Tabela 15 – Autores mais Difundidos entre os Artigos publicados no período de 2002 a 2007	164
Tabela 16 – Agrupamentos de Autores Citados	169
Tabela 17 – Estatística Descritiva das Redes de Co-Citação por Período.....	172
Tabela 18 – Citações Cruzadas e Autocitações de Autores.....	184

Tabela 19 – Citações Cruzadas e Autocitações de Trabalhos	184
Tabela 20 – Textos e Autores Mais Citados pelo Componente Principal (2005-2007)	185
Tabela 21 – Textos e Autores Mais Citados pelo Segundo Componente (2005-2007)	186
Tabela 22 – Grau de Externalidade das Relações.....	189
Tabela 23 – MRQAP para a Relação entre a Intensidade da Afinidade Intelectual (valor) e a Colaboração entre Pesquisadores	192
Tabela 24 – MRQAP para a Relação entre a Existência de Afinidade Intelectual (binária) e a Colaboração entre Pesquisadores	192
Tabela 25 – Regressão Linear entre Períodos e o Volume de Citações e de Citantes.....	195
Tabela 26 – Autores Mais Citados no Contexto Internacional.....	200
Tabela 27 – Trabalhos Mais Citados no Contexto Internacional	201
Tabela 28 – Cooperação e Produtividade	264
Tabela 29 – Indicadores das Categorias de Pesquisadores.....	264
Tabela 30 – Centralidade de Grau na Rede de Co-Autoria e Componente.....	265
Tabela 31 – Sensibilidade dos Dois Maiores Componentes.....	265
Tabela 32 – Caracterização dos Cinco Maiores Componentes da Rede de Colaboração	266
Tabela 33 – Participação em Artigos por Categoria de Autor e Componente	268
Tabela 34 – Estatística Descritiva da Rede de Co-autoria por Componente e Período.....	270
Tabela 35 – Imediatismo, Índice de Price e Vida-Média das Referências	271
Tabela 36 – Distribuição de Citações por Autor	271
Tabela 37 – Distribuição de Citações por Trabalhos.....	271
Tabela 38 – Distribuidores (<i>Hubs</i>)	272
Tabela 39 – Pivôs	272
Tabela 40 – Demarcadores (<i>Landmarks</i>).....	273
Tabela 41 – Distribuidores (<i>Hubs</i>) por Período	274
Tabela 42 – Pivôs por Período.....	274
Tabela 43 – Análise Fatorial: Cargas dos Autores Citados (0,50 ou superior)	275
Tabela 44 – Citações Cruzadas e Autocitações de Trabalhos por Períodos entre os Cinco Maiores Componentes	276
Tabela 45 – Citações Cruzadas e Autocitações de Autores por Períodos entre os Cinco Maiores Componentes	277

SUMÁRIO

RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE QUADROS	X
LISTA DE TABELAS.....	X
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	7
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	7
1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA	8
1.4 ESTRUTURA DA TESE.....	11
2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA.....	13
2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO PROBLEMA DE PESQUISA	13
2.1.1 O Conceito de Estudos Organizacionais	13
2.1.2 Abordagem Institucional, Institucionalização e Estruturação.....	17
2.1.2.1 Giddens e a Teoria da Estruturação	24
2.1.2.2 Estruturação e Institucionalização	29
2.2 SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA E ATIVIDADE CIENTÍFICA	32
2.2.1 Sociologia da Ciência, Epistemologia Social e Conhecimento Científico	33
2.2.2 A Sociologia da Ciência Mertoniana	46
2.2.3 Cientometria: análise de citação e co-citação	53
2.2.3.1 Estratégias de pesquisa em cientometria.....	57
2.2.3.2 Visualização de Domínios de Conhecimento	70
2.2.3.3 Redes de colaboração, análises de citações, co-citações e <i>co-words</i>	73
2.3 O MODELO TEÓRICO DE PESQUISA	77
3 METODOLOGIA.....	86
3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA.....	86
3.1.1 Perguntas de Pesquisa.....	86
3.1.2 Definição de Categorias Analíticas	87
3.1.3 Outras Definições Relevantes	88
3.2 DELIMITAÇÃO E DESIGN DA PESQUISA.....	90
3.2.1 Delimitação da População e Amostra.....	93
3.2.2 Delineamento das Etapas de Pesquisa	97
3.2.3 Coleta, Tratamento e Análise dos Dados.....	99
3.2.3.1 Coleta e Preparação dos Dados.....	99
3.2.3.2 Análise dos Dados.....	101
3.2.3.2.1 <i>Etapa 1: Análise da Dimensão Social da Perspectiva Institucional nos Estudos Organizacionais</i>	101
3.2.3.2.2 <i>Etapa 2: Análise da Dimensão Intelectual da Perspectiva Institucional nos Estudos Organizacionais</i>	106
3.2.3.2.3 <i>Etapa 3: Interação das Dimensões Social e Intelectual da Perspectiva Institucional nos Estudos Organizacionais</i>	113
3.2.3.2.4 <i>Etapa 4: Interpretação da Construção da Perspectiva Institucional nos Estudos Organizacionais</i>	117
3.2.4 Facilidades e Dificuldades na Coleta e Tratamento dos Dados.....	119
3.2.5 Limitações da Pesquisa	120

4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	124
4.1	A DIMENSÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	124
4.1.1	Categorias de Autores, Produção Científica e Cooperação	125
4.1.2	Estruturas de cooperação	137
4.2	A DIMENSÃO INTELECTUAL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	152
4.2.1	Análise de Citações: Textos e Autores Relevantes.....	152
4.2.1.1	Volume e distribuição das citações	153
4.2.1.2	Frequência de citações e representatividade das unidades citadas.....	154
4.2.1.3	Mudanças de influência	160
4.2.2	Estruturas de Conhecimento.....	164
4.2.2.1	As mudanças na base intelectual.....	170
4.3	INTERAÇÃO DAS DIMENSÕES SOCIAL E INTELECTUAL.....	176
4.3.1	Compartilhamento da Base de Referências e Delimitação de Fronteiras	177
4.3.2	Afinidade Intelectual e Redes de Colaboração	187
4.3.3	O Encadeamento Temporal.....	193
4.3.4	Breve Comparação Internacional.....	198
4.4	MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A TEORIA INSTITUCIONAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL	202
4.4.1	Mecanismos Cognitivos.....	204
4.4.2	Mecanismos Relacionais	208
4.4.3	Mecanismos Políticos/Intelectuais.....	212
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	217
	REFERÊNCIAS	225
	ANEXO A – ARTIGOS INVESTIGADOS	243
	ANEXO B – INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL	264
	ANEXO C – INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A DIMENSÃO INTELECTUAL	271
	ANEXO D – TRABALHOS MAIS CITADOS POR PERÍODO NO CAMPO DA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL	278
	ANEXO E – TRABALHOS MAIS CITADOS POR PERÍODO PELO COMPONENTE PRINCIPAL.....	280
	ANEXO F – TRABALHOS MAIS CITADOS POR PERÍODO PELO SEGUNDO MAIOR COMPONENTE.....	282
	ANEXO G – AUTORES MAIS CITADOS POR PERÍODO NO CAMPO DA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL	284
	ANEXO H – AUTORES MAIS CITADOS POR PERÍODO PELO COMPONENTE PRINCIPAL.....	286
	ANEXO I – AUTORES MAIS CITADOS POR PERÍODO PELO SEGUNDO MAIOR COMPONENTE.....	288
	ANEXO J – AFINIDADE INTELECTUAL PARA OS DIFERENTES PERÍODOS	290
	ANEXO L – CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS.....	291
	ANEXO M – PRODUÇÃO INTERNACIONAL	292

1 INTRODUÇÃO

A área de estudos organizacionais passou por amplo desenvolvimento nos últimos quarenta anos. Ao longo dessas quatro décadas, diferentes perspectivas teóricas foram desenvolvidas e colocadas à prova, marcando um período de grande criatividade. Modelos racionais foram contrastados e também combinados com outros de ênfase política ou cultural, representando a preocupação crescente com níveis de análise mais amplos e diferentes facetas do ambiente (McADAM; SCOTT, 2005; SCOTT, 2001). Nesse contexto, uma abordagem em especial vem ganhando destaque nos estudos organizacionais: a teoria institucional (DACIN, GOODSTEIN; SCOTT, 2002; FARASHAHI, HAFSI; MOLZ, 2005; FONSECA, 2003; MACHADO-DA-SILVA, FONSECA E CRUBELLATE, 2005; MIZRUCHI; FEIN, 1999; SCOTT, 2001), mais propriamente, sua vertente sociológica, de base cognitivo-cultural.

De acordo com Scott (1995b), a teoria institucional reflete transformações ocorridas na área, especialmente a partir de meados dos anos 60, período marcado por trabalhos orientados em favor da perspectiva de sistemas abertos. No entanto difere dos estudos clássicos em organizações quanto ao modo como é concebida a noção de ambiente tratado não mais como entidade externa à organização. Isso se deveu (i) ao enfoque mais acentuado em atributos ambientais mais específicos ao relacionamento interorganizacional, ao invés de aspectos que influenciassem estruturas ou comportamentos das organizações individuais, tais como escassez e complexidade; (ii) à expansão do nível de análise de uma única organização e seus parceiros mais próximos para estudos que envolvam populações, comunidades e campos organizacionais; e principalmente, (iii) à consideração de outras facetas ambientais, que envolvem aspectos simbólicos, sob a forma de elementos sociais e culturais, que atuam em conjunto com a dimensão econômica e material (SCOTT, 1995b).

Sob a perspectiva institucional volta-se atenção para a relação de mútua influência entre organizações e campos organizacionais, por um lado, e estruturas normativas e culturais mais amplas, por outro. Essa perspectiva atenta para o modo como valores institucionalizados na sociedade permeiam estruturas e formas organizacionais, considerando necessário o enriquecimento de análises de aspectos instrumentais com reflexões acerca de elementos culturais e simbólicos no estudo organizacional. Nesse sentido, atribui a questão da legitimidade (ligada à adequação e aceitabilidade dos valores sociais) importância, no mínimo equivalente, às ligadas à eficiência técnica (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MEYER; ROWAN, 1977; SCOTT, 2001). Deste modo, institucionalização representa um processo condicionado pela lógica da conformidade às normas socialmente aceitas, bem como pela

incorporação de um sistema de conhecimento construído ao longo da interação social, os quais constituem parâmetros para a concepção de realidade dos atores sociais e para a ação. Organizações, nesse sentido, articulam suas ações e estruturas com relação às características do contexto institucional em busca de legitimação e aceitação social (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MEYER; ROWAN, 1977; SCOTT; MEYER; 1991). No Brasil, a adesão de pesquisadores à área também é notável segundo Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005) e Caldas e Fachin (2007), tendo sido constatado por Rossoni (2006), crescimento no número de pesquisadores e instituições ligados a essa perspectiva no campo da estratégia e estudos organizacionais.

A constatação de crescente popularização dessa abordagem nos estudos organizacionais, até mesmo no Brasil, levanta questões que abrangem diferentes tipos de preocupações. Do ponto de vista da sociologia do conhecimento, considera-se importante compreender os processos sociais que participam da formação do conhecimento científico referente ao programa intelectual da área. Nesse sentido, seria plausível refletir acerca dos contornos desse programa e em que medida vem ganhando proeminência na comunidade acadêmica, o que possibilita um amplo leque de questões. Que diferentes perspectivas podem estar envolvidas nesse arcabouço teórico? Como se diferenciam seus conteúdos substantivos e por que ganharam determinadas ênfases em detrimento de outras? Em que medida são aceitas como bases explicativas da ação organizacional? Além disso, se a perspectiva institucional ganhou espaço nos estudos organizacionais, que fez ela de especial para que esse fenômeno ocorresse? Questionamentos como esses conduzem à reflexão a respeito da área e, embora possam parecer de simples resposta, num primeiro momento, podem requerer investigação mais aprofundada, como se propõe no presente estudo. Para tanto, parte-se da idéia de que o conhecimento produzido pela atividade científica (normalmente objetivado sob a forma de publicações acadêmicas, como artigos) representa uma determinada visão de mundo que, compartilhada, influencia a interpretação e, portanto, a compreensão dos fenômenos em estudo. Ademais, traz implicações nas escolhas de problemas e estratégias de pesquisa, categorias analíticas, critérios de validade, entre outros aspectos associados à dinâmica da atividade científica.

Deste modo, é pressuposto que o conhecimento é um fenômeno social e, por conseguinte, o conhecimento científico. Assim, entende-se que a construção da ciência não é neutra, e muito menos independente do meio social, o que implica estar imbricada em algum tipo de processo social espaciotemporalmente localizado. Em concordância com Lacey

(1998), acredita-se que praticar a autoconsciência crítica sobre a atividade científica contribui para seu entendimento enquanto esfera social e cultural.

Sob essa acepção, pressupõe-se que a ciência não é fenômeno humano especial, no sentido clássico de superioridade em termos de busca da verdade absoluta, mas atividade humana reflexivamente monitorada e recursivamente construída num sistema social. Sob o âmbito da teoria da estruturação de Giddens (1978), pesquisadores ou não, somos todos teóricos sociais e, portanto, possuímos a capacidade de agir e de refletir sobre a conduta, sobre os parâmetros de ação e suas conseqüências. Entretanto, permanecemos incapazes de controlar, prever, programar ou mesmo perceber toda a plenitude de efeitos e influências. Vista dessa maneira, a ciência é tratada como atividade mundana e não como fenômeno metafísico onde a razão e a verdade estariam estabelecidas: as próprias normas que regem a prática de pesquisa e a validação do conhecimento produzido – a epistemologia – são também passíveis de análise sociológica.

Nesse sentido, compreender uma abordagem científica, sua constituição e reprodução no campo científico, não é trivial. Mais do que sua descrição em termos de programa acadêmico, requer investigação de processos sociais envolvidos em sua delimitação enquanto especialidade, sob o cuidado de não somente avaliar a participação de grupos, instituições ou indivíduos em especial, mas o modo como os pilares teóricos da abordagem em questão foram, eles mesmos, delineados e sujeitos a interpretação e articulação com o conhecimento vigente. No caso aqui estudado, a preocupação reside no corpo teórico que se concebe como perspectiva institucional de análise nos estudos organizacionais (e suas vertentes). Sua escolha foi motivada não apenas pela crescente presença no campo dos estudos organizacionais, mas também, e talvez por conseqüência de sua expansão, por debates situados na literatura, conforme já apontara Dacin (1997), acerca do seu objeto de pesquisa (BOWRING, 2000), das diferentes ênfases em torno de conceitos-chaves (HOFFMAN, 1999; MACHADO-DA-SILVA, GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006), de níveis de análise (SCOTT, 2001), categorias analíticas (DIMAGGIO; POWELL, 1991; SELZNICK, 1996), mecanismos de institucionalização (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 1997; MACHADO-DA-SILVA, GUARIDO FILHO, NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2003) pressupostos ontológicos e epistemológicos (HIRSCH, 1997; MACHADO-DA-SILVA, FONSECA; CRUBELLATE, 2005) entre outras apreciações críticas (ALEXANDER; SMITH, 2002; FRUMKIN; KAPLAN, 2000; HASSELBALADH; KALLINIKOS, 2000, e outros).

Neste trabalho, uma abordagem, como a perspectiva institucional, é tratada não como ente definido, mas como processo em curso, (re)produzido por uma comunidade de praticantes, no caso pesquisadores da área, de modo que seria impossível isolar a atividade social da intelectual. Entendido dessa forma, admitiu-se que para a realização desse tipo de investigação seja necessário distinguir duas dimensões, intimamente relacionadas, mas diferentemente implicadas na construção de uma perspectiva de conhecimento. A primeira delas refere-se ao aspecto epistêmico/intelectual, entendido em termos de seu conteúdo substantivo, expresso na produção científica (no caso deste trabalho, em artigos), e que inclui também as referências a outros trabalhos. A segunda diz respeito às interações sociais, atuais ou pretéritas, entre atores ou grupos de atores num campo intelectual (ou campo científico). Ambas estão imbricadas por serem mutuamente constitutivas, numa relação de dualidade. Ou seja, as propriedades estruturais do campo científico representadas, por exemplo, por regras de reconhecimento ou atribuição de créditos e recompensas simbólicas, bem como o próprio processo de disseminação de publicações, apoiado no uso de recursos cognitivos (textos, idéias e *insights* de outros autores), ou ainda, de relações entre autores, ao mesmo tempo que são (re)produzidos por meio da pesquisa e produção acadêmica servem como meio para a realização dessa prática social, num movimento recursivo entre estrutura e ação.

No entanto, admitir meramente que uma abordagem seja representada diretamente em termos relacionais entre grupos de autores, embora possa revelar certas propriedades da produção científica, com convergência para estruturas cognitivas comuns, esse tipo de tratamento não possibilita investigar o histórico de influências e os matizes envolvidos em sua elaboração até que alcance seu status atual. Sob esse enfoque, o que se pode obter, por exemplo, é a constatação de características resultantes, em alguma medida, da dinâmica social representada pelo mecanismo da coesão social, como bem demonstrou Rossoni (2006). Alternativamente, mas igualmente restrita, a análise do conteúdo do conhecimento produzido na área pode revelar tendências em termos de interpretação e conceitos relevantes, ou ainda de referências-chaves que, mediante processos intermediários ligados à interpretação, comunicação, articulação política, entre outros, tornaram-se proeminentes. Isoladamente, porém, sob essa ótica, pouco se pode afirmar acerca da estrutura social da área em diferentes períodos; mas, se tratada complementarmente às relações sociais, é possível que revele processos que melhor possibilitem a compreensão da dinâmica de construção da abordagem em questão.

Assim, a expressão social da constituição de uma abordagem teórica num campo científico, sob a forma de relacionamentos de cooperação entre atores, sugere uma dentre

outras dimensões analíticas relevantes. O mesmo vale afirmar para a investigação de textos e conteúdos. Sem a apropriada aproximação entre essas duas perspectivas, pouco se pode assegurar sobre o processo social envolvido na transformação do campo em estudo e da constituição da uma abordagem. Deixa-se claro, então, que tratar uma abordagem sob o enfoque social ou sob o enfoque epistemológico são fenômenos distintos e, não necessariamente, convergentes; por essa razão, torna-se importante considerá-los conjuntamente. Ademais, representam níveis e unidades de análise diferentes: enquanto no primeiro o nível é social, analisado com base na interação por meio de relacionamentos de cooperação ou competição entre autores, no segundo o nível é das idéias, analisado por meio do sistema de referências utilizadas na objetivação do conhecimento, enquanto representativas da interpretação realizada no ato da produção intelectual, ou seja, nos textos.

Nessa conjunção, é importante considerar que um campo científico, como no caso dos estudos organizacionais, não se desenvolve linearmente e não pode ser compreendido de modo homogêneo no tocante a interesses intelectuais, relações sociais, reconhecimento simbólico entre outros aspectos. Nesse sentido, subjacente à linha de raciocínio seguida por este trabalho, adota-se, em aproximação ao que Weick (1995) definiu como *theorizing* (processo permanente de (re)construção teórica num campo científico), uma dupla noção de movimento presente no processo de construção de uma abordagem científica. Enquanto parte de um sistema social em contínua (re)produção, uma abordagem pode ser compreendida diacronicamente, enquanto movimento (e, portanto, não propriamente como paradigma) em que as interações intelectuais se dispõem em fluxo, recorrentemente influenciando (e sendo elas mesmas influenciadas) o sistema de referências adotado pelos atores no momento de suas ações de produção científica. Sincronicamente, porém, no nível do agente em consideração a sua articulação social, uma abordagem pode expressar-se sob a forma de movimento social organizado em torno do debate intelectual. Sob esse último enfoque, enquanto conjunto social relativamente centrado em torno de certos conteúdos, interessa atentar para as possibilidades de sua participação ativa, competitiva ou cooperativamente, em favor de perspectivas de preferência (de sua forma particular de interpretação dos fenômenos organizacionais), com implicações sobre o desenvolvimento da área, a forma de produção científica e legitimação de visões de mundo e, ainda que indiretamente, sobre o estabelecimento de fronteiras no campo em questão.

Por fim, o sentido das considerações expostas acima só pode ser efetivamente explicitado se a pesquisa for pautada por princípios analíticos ligados à historicidade e temporalidade. Assim, é necessário para a sustentação teórica das proposições de pesquisa

considerar a formação dos atores enquanto realizadores da prática científica, bem como da abordagem em estudo enquanto propriedade estrutural do sistema social. Nesse sentido, o caráter analítico longitudinal deve ser privilegiado.

Diante do exposto, os pressupostos deste estudo podem ser sintetizados nos seguintes termos.

- Como sistema social, a perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil pode ser caracterizada como movimento intelectual (um tipo especial de movimento social), caracterizada por interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, envolvidos em embate intelectual ou político no cenário acadêmico, com base em sua identidade coletiva compartilhada na forma de pressupostos acerca da realidade social e dos modos adequados de investigação dos fenômenos de interesse.
 - o Enquanto movimento intelectual representa uma comunidade científica, composta por especialistas que compartilham determinada visão de mundo, ou sistema próprio de valores, identificando-se mutuamente, diferenciando-se de outros grupos e orientando suas ações e interações por influência dessa percepção, o que pode, por um lado, implicar em maior probabilidade de comunicação ou colaboração entre si (FUCHS, 1992), mas, por outro, pressupõe diversidade enquanto possibilidade de contestação de idéias.
- Como fundamentação substantiva do conhecimento científico, uma abordagem é composta por um conjunto de conhecimentos reproduzidos por meio da prática científica e expressos objetivamente sob a forma de produção acadêmica. Nesse sentido, é compreendida como movimento, como processo em curso, o qual pressupõe uma história social a ser explicada, em termos de mecanismos intermediários, operados por meio de dimensões de interação numa dinâmica de estruturação.
 - o Competição e cooperação apresentam-se como dualidade nesse processo, extinguindo a possibilidade de consideração monolítica da perspectiva.
- A conjunção entre a faceta social e epistêmica subjacentes à construção de uma abordagem pressupõe análise sincrônica e diacrônica, no nível do agente e do sistema social, respectivamente, de modo a caracterizar a mútua influência entre o conteúdo substantivo subjacente e a ação em favor da estruturação do campo e da construção da abordagem. Idéias, conceitos, disputas, posições sociais, relações e recursos são aspectos que atuam como meio e fim no processo de estruturação da abordagem.
- Historicidade e temporalidade são princípios analíticos necessários para o entendimento do processo de estruturação da perspectiva institucional nos estudos organizacionais.

Com base nesse entendimento, defende-se, neste estudo, que a construção do conhecimento, expresso sob a forma de uma abordagem, é um processo recursivo entre a dinâmica social e a epistêmica, no qual diferentes mecanismos (nos âmbitos relacional, cognitivo e político) interagem. A produção do conhecimento científico, assim, é socialmente construída e, portanto, não pode ser considerada processo estritamente deliberado, embora seja parcialmente dependente de ações intencionais de pesquisadores independentes ou organizados como grupos de interesse.

Exposto isso, formulou-se o problema de pesquisa tomando como preocupação central a investigação da construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil segundo a ótica estruturacionista.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Em face das considerações introdutórias, adotou-se como tema de pesquisa deste trabalho a estruturação do conhecimento científico, considerando mais especificamente como foco de estudo a perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil. Dessa forma, sob o quadro teórico estruturacionista, definiu-se o seguinte problema de pesquisa:

COMO SE CARACTERIZOU A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO DA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1993 A 2007?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho, seguindo a ótica estruturacionista, consiste na compreensão da construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil enquanto processo social de produção de conhecimento científico.

Para o alcance desse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar longitudinalmente a dimensão social da perspectiva institucional no cenário acadêmico nacional dos estudos organizacionais, no período de 1993 a 2007, quanto às estruturas de relacionamento de cooperação e competição entre pesquisadores.

- Analisar longitudinalmente a dimensão intelectual da perspectiva institucional no cenário acadêmico nacional dos estudos organizacionais, no período de 1993 a 2007, com relação ao desenvolvimento de seu programa intelectual.
- Analisar a influência da interação das dimensões social e intelectual na construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, ao longo período de 1993 a 2007.
- Analisar a construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, ao longo período de 1993 a 2007, sob a ótica de mecanismos sociais relacionais, cognitivos e político-intelectuais.

1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA

No presente estudo, considera-se que a abordagem institucional é uma perspectiva teórica com propriedades nucleares distintivas e relativamente identificáveis na comunicação expressa por meio de publicações formais produzidas pela comunidade acadêmica. A despeito de críticas esboçadas quanto à coerência de um corpo de conhecimento característico da teoria institucional, aceita-se a possibilidade de “universais institucionais” (DACIN, 1997, p. 823), embora, seguindo o quadro analítico disposto nesse trabalho, não se aceite que sejam estáticos, recaindo num “cientificismo ingênuo” (DAVIS; MARQUIS, 2005, p. 335). Ao contrário, estão em curso, num processo de construção social e teórica permanente (ASTLEY, 1985; DACIN, GOODSTEIN; SCOTT, 2002; DAVIS, 2006; DIMAGGIO, 1995; WEICK, 1995). Tendo como foco os estudos organizacionais no Brasil, objetiva-se compreender não somente sua caracterização como programa intelectual, mas também os mecanismos subjacentes que atuam em sua estruturação.

Nesse sentido, procura-se considerar uma dupla perspectiva na compreensão da constituição dessa abordagem intelectual: (i) enquanto área especializada de conhecimento, com conteúdo substantivo próprio, ou seja, com programa intelectual relativamente bem definido e que a torna distinta de outras perspectivas de pesquisa; (ii) enquanto rede de interação social entre pesquisadores que compartilham, concorrem, trocam informações e recursos, associam-se em esquemas de cooperação, organizam-se sob formas variadas para a pesquisa e criam parâmetros socialmente aceitos para a avaliação, reconhecimento ou rejeição de idéias com pretensão de conhecimento na área. Assim, no tocante a contribuições teóricas, pretende-se, neste trabalho, aproximar diferentes abordagens analíticas para a explicação de um fenômeno em particular. De modo amplo, busca-se contribuir com a análise de campos

sociais, envolvendo aspectos ligados à sociologia do conhecimento na compreensão de processos que possam estar condicionando o campo dos estudos organizacionais e, mais especificamente, a construção da perspectiva institucional. Destarte, sob o escopo da teoria da estruturação, consideram-se campos científicos como sistemas sociais em especial e, enquanto tais, possuidores de propriedades estruturais e regidos pela recursividade entre estrutura e agência, representadas por regras semânticas e normativas, recursos cognitivos e relacionamentos sociais, operantes como meio e fim das ações de produção científica. Além disso, tomados sob esse ângulo é possível estabelecer ligação com estudos de movimentos sociais, o que pode vir a ser uma possibilidade analítica para a compreensão de processos de constituição do conhecimento científico. Com base nisso, considera-se uma abordagem científica não sob a ótica paradigmática, mas sob a idéia de conhecimento em curso, representado na produção, negociado na interação e legitimado na citação.

O entendimento de uma abordagem científica em termos de seu conteúdo substantivo e de sua estrutura social possibilita reconhecer a interação de diferentes dimensões atuantes sobre sua estruturação num campo científico. Diante disso, espera-se contribuir com o estudo da ciência no sentido de considerar mecanismos e aspectos relevantes que possam estar envolvidos no desenvolvimento de campos científicos, como aqueles ligados a sistemas de reconhecimento, estratificação, controle de recursos, negociação, difusão e legitimação de conhecimento. Ainda, em termos teóricos, procura-se delinear uma abordagem que adicione aspecto dinâmico à compreensão de processos sociais, entendidos não somente por sua disposição relacional ou distribuição espacial, mas também por variações no tempo.

Assim, para que se pudesse contribuir com o conhecimento da área de organizações, e da perspectiva institucional em especial, procurou-se estabelecer uma metodologia condizente com esse propósito, sustentada pela combinação de procedimentos quantitativos amparados em estratégias de investigação de redes sociais, análises bibliométricas e cientométricas, levando em consideração citações e co-citações. Neste estudo, pretendeu-se ainda fornecer elementos que possibilitem conhecer a estrutura cognitiva e socio-organizacional do campo intelectual, incluindo a participação de cientistas, seu grau de proeminência, os fundamentos teóricos subjacentes, os grupos de colaboração, os agentes que atuam na difusão do conhecimento, entre outros aspectos.

A metodologia utilizada fornece diferentes alternativas para a visibilidade do conhecimento de uma área. Numa perspectiva histórica, objetivou-se colaborar com a utilização de procedimentos que forneçam subsídios para a análise da dinâmica social, com reconhecimento de pontos de transição, bem como os agentes envolvidos. Além disso,

procura-se contribuir com metodologia que possa ser utilizada em outras análises longitudinais em que se necessite resgatar a história de idéias, conceitos e referências, o que, em tese, pode ser utilizado no estudo de outros campos sociais.

Com esse amplo conjunto de informações, é possível também visualizar algumas implicações práticas que justificam a realização desse trabalho. As análises realizadas ao longo deste estudo fornecem informações com potencial de serem utilizadas por diferentes atores do meio acadêmico, especialmente no que tange a decisões referentes à alocação de recursos, reconhecimento ou atribuição de qualidade ou relevância de obras, periódicos, autores ou outros indicadores ligados à produção acadêmica. O impacto pela citação ou impacto pela influência poderão surgir como importantes indicadores da organização acadêmica no campo dos estudos organizacionais. Além disso, o tipo e volume de informações levantadas podem fomentar a análise do consumo, produção e informação científica por determinados grupos ou por toda a comunidade acadêmica, facilitando a definição de políticas setoriais para o desenvolvimento da área, bem como a formulação de agenda de pesquisas, a definição de diretrizes para eventos e congressos, ou ainda, a avaliação de programas, publicações e pesquisadores com relação à sua efetiva contribuição ao campo, em termos mais abrangentes do que o volume publicado.

Em paralelo, o presente estudo pode ainda contribuir com a organização de uma base de dados em que constem as informações descritivas dos artigos publicados na área, a qual pode ser transformada em sistema de informação acadêmico, subsidiando a prática da pesquisa ou avaliação institucional, de periódicos, instituições ou autores. Nesse sentido, espera-se que este trabalho contribua não por delinear tecnicamente tal sistema, mas por mostrar sua necessidade enquanto fonte relevante de informações que propiciem o conhecimento do próprio campo, bem como seu desenvolvimento, ampliando a circulação de trabalhos e promovendo maior acesso à produção nacional.

Finalmente, entender uma abordagem programaticamente envolve o tratamento do conteúdo substantivo apresentado na produção acadêmica da área. No entanto, por ser uma representação do conhecimento, (inter)subjetivamente interpretado, condicionado pela interação social, não pode ser admitido de maneira estática. Isso significa que, se tratadas longitudinalmente, é possível distinguir diferentes linhas de pensamento que influenciam a abordagem em estudo, bem como aquelas que ganham contornos próprios ao longo do tempo, articulando-se como perspectivas internas à área. No âmbito da interação acadêmica, conforme já mencionado, partiu-se do pressuposto de que a ciência é um fenômeno social e, portanto, o conhecimento produzido é fruto de processos sociais passíveis de serem

explicados sociologicamente. Nesse quadro, para os estudos organizacionais especificamente, este trabalho buscou trazer informações que possibilitassem conhecer mais a fundo suas características, até então, pouco exploradas em meta-estudos sob a ótica da cientometria, a partir da qual se acredita possível oferecer maior riqueza de informações para a compreensão da construção de abordagens científicas. A intenção é colaborar com a caracterização da área e o que ela apresenta em termos de produção científica e conhecimento objetivado em artigos. No caso da abordagem institucional, o conhecimento da existência (ou não) de uma rede colaborativa subjacente ao desenvolvimento dessa abordagem, e de que modo estão correlacionadas, são aspectos importantes para entender os caminhos dessa perspectiva. Questões ligadas à atuação de pesquisadores podem ser relevantes na avaliação da constituição da área, da mesma forma que se pode questionar sua influência na elaboração da abordagem, seja na organização social ou intelectual do campo. Por fim, esse estudo procurou colaborar com o mapeamento de influências na área em termos de trabalhos e autores, apontando fundamentos e elementos chaves, sem os quais a abordagem, ou a rede social em torno dela, se desintegra.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução. O Capítulo 2 é dedicado à apresentação do quadro teórico de referência deste trabalho, expondo os principais fundamentos que orientaram a elaboração do problema de pesquisa e as alternativas de investigação. Sua organização está distribuída em três partes, sendo o primeiro bloco dedicado a conceitos relevantes para a compreensão do problema de pesquisa, o segundo discute as diferentes abordagens e perspectivas teóricas que servem como quadro analítico para as considerações que serão realizadas ao longo do trabalho; por fim, a terceira parte expõe, em maiores detalhes, o modelo teórico de estudo, cuja estrutura decorre da integração dos diferentes temas discutidos ao longo do referencial.

A delimitação da metodologia de pesquisa deste trabalho foi descrita no Capítulo 3. Nele, constam as definições das categorias analíticas relevantes para a execução do estudo, além das perguntas de pesquisa e etapas de investigação, cujo delineamento também foi contemplado em detalhes no decorrer do capítulo, considerando os procedimentos de amostragem, coleta e tratamento de dados, além das limitações da pesquisa.

O Capítulo 4 foi dedicado à apresentação e análise dos dados. Primeiramente, são apresentados os resultados da pesquisa relacionados à dimensão social, com destaque para

indicadores bibliométricos e redes de colaboração entre pesquisadores, delineadas com base em quatro períodos distintos. Na sequência, são discutidos os aspectos investigados sobre a dimensão intelectual, com ênfase para as estruturas de conhecimento organizadas a partir de análise de citação e co-citação. As dimensões social e intelectual são, posteriormente, analisadas com o propósito de investigar sua mútua influência. O capítulo termina com a interpretação dos dados à luz do referencial teórico de pesquisa; trata especialmente de questões ligadas a mecanismos sociais que atuam na estruturação da perspectiva institucional nos estudos organizacionais.

As conclusões do trabalho e recomendações para futuras pesquisas estão no Capítulo 5. No final, encontram-se as referências utilizadas para a elaboração deste estudo e anexos com informações complementares àquelas dispostas ao longo do trabalho.

2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

O presente estudo orienta-se por um quadro analítico que pressupõe a estruturação do conhecimento científico enquanto processo social constituído a partir da interação das dimensões social e epistêmica, respectivamente, associadas aos relacionamentos sociais e à estrutura intelectual do campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais. Com o propósito de esclarecer esses fundamentos, reuniram-se nesse capítulo os principais tópicos de referência sobre os quais o modelo teórico desse estudo está amparado.

Para melhor apresentação dos assuntos, optou-se por realizar, primeiramente, a discussão de aspectos ligados aos fundamentos do problema de pesquisa, onde se discute a definição do campo dos estudos organizacionais, refletindo sobre sua delimitação e particularidades no tocante ao conteúdo de pesquisa, para que, em seguida, se possa refletir sobre a abrangência da perspectiva institucional nesse contexto. No entanto, a preocupação desse estudo remete a processos sociais de estruturação e institucionalização do conhecimento científico, que também serão tratados nessa primeira parte do referencial teórico.

Posteriormente, será feita a revisão da literatura concernente às principais perspectivas ligadas ao entendimento da mudança no campo da produção e conhecimento científicos. Serão discutidas diferentes abordagens ligadas à sociologia da ciência, à cientometria e domínios de conhecimento. Cada um desses aspectos colabora não somente com o quadro analítico necessário para a investigação do problema de pesquisa, mas também com as escolhas efetuadas no delineamento dos procedimentos metodológicos.

Por fim, apresenta-se o modelo de estudo, com propósito de integrar coerentemente as principais abordagens discutidas ao longo deste quadro teórico de referência.

2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO PROBLEMA DE PESQUISA

2.1.1 O Conceito de Estudos Organizacionais

Ao se elaborar o problema de pesquisa, na medida em que o estudo foi delimitado para o campo dos estudos organizacionais, faz-se necessário defini-lo, a fim de especificar a amplitude em que está sendo compreendido por este trabalho.

Parte-se do pressuposto de que os estudos organizacionais consistem num domínio específico de pesquisa e num corpo de conhecimento relativamente delimitado. Raros, no entanto, são os esforços em atribuir uma definição específica para esse fim; na maior parte das

vezes são apresentadas de modo a manter limites num grau relativamente alto de flexibilidade. As diferentes formulações para os estudos organizacionais, enquanto campo intelectual restrito, apresentadas em congressos científicos, grupos de estudo ou publicações especializadas, esboçam, assim, uma aparente imprecisão. Por um lado, tal constatação demonstra considerável pluralismo em termos de enquadramento de temas, perspectivas e metodologias sob seu escopo, decorrente do desenvolvimento da área ao longo de sua história (ASTLEY; VAN DE VEN, 1983; JONES; MUNRO, 2005; PORTER, 1996). Por outro, porém, revela a dificuldade em se delimitar um corpo teórico singular representativo dessa linha de estudo (DAVIS, 2006; DAVIS; MARQUIS, 2005).

Neste trabalho, entretanto, não se admite que essa flexibilidade seja irrestrita. Há elementos na diversidade dos enunciados que possibilitam uma formulação mais estreita, mas não rígida, e que ao mesmo tempo, reúnem coerentemente as principais características do campo dos estudos organizacionais.

Em termos do objeto de estudo, o Grupo de Estudos Organizacionais do MIT Sloan School of Management (OSG, 2006), por exemplo, destaca o interesse em processos organizacionais e práticas em ação, enfatizando o estudo de fenômenos, que classificaram como **do mundo real**. Já a Academy of Management (AOM, 2006)¹, entende que os estudos organizacionais estão relacionados à construção e teste de teorias sobre organizações, seus membros e sua gestão, às relações com o ambiente e aos processos organizacionais. Mais amplamente, assinalam que a ênfase do campo estaria na compreensão das organizações e do processo de organização (*organizing*). Clegg e Hardy (1998) consideram as conversações entre pesquisadores como elemento importante no entendimento das organizações como entidades empíricas (ligado à sua consideração como unidade de análise), da organização como discurso teórico (envolvendo escolhas epistemológicas, ou o sentido empírico por meio do qual são representadas as características organizacionais) e, também, da organização como processo social, enquanto locais de ação social e, portanto, construídas socialmente. Segundo eles, a multiplicidade de paradigmas, métodos e suposições definem essas conversações e são responsáveis pelo desenvolvimento desse campo de estudos. Essa comunidade de comunidades, como se denomina o grupo de teoria das organizações da Academy of Management, revela a interdisciplinaridade inerente ao próprio campo dos estudos organizacionais, contando com metodologias de natureza quantitativa ou qualitativa e teorias

¹ Foram considerados dois grupos de estudos na Academy of Management: Organization and Management Theory e Organization Development and Change.

decorrentes de diversas correntes das ciências sociais, em especial da psicologia, sociologia, ciência política e história.

Do ponto de vista do objetivo dos estudos organizacionais, é marcante o entendimento de que constituem uma área voltada para a explicação ou predição de fenômenos relativos às organizações e as circunstâncias em que estão envolvidas. No entanto, seja no seu aspecto mais prático, orientando as ações de gestores e dirigentes organizacionais (SHAFRITZ; OTTS, 2001), seja no entendimento analítico e teórico das condições concernentes à atividade organizacional no contexto em que opera (EGOS, 2006), os estudos organizacionais não constituem área suficientemente coesa, para que se possa ajustá-la em quadro único de referência. Mais uma vez, isso não significa ausência de parâmetros para seu reconhecimento enquanto campo de estudo.

A fim de evitar mal entendidos, vale notar que, diferentemente da área conhecida como comportamento organizacional, focada especialmente na compreensão do comportamento humano no interior das organizações, ou seja, no modo como processos e prática organizacionais afetam grupos e indivíduos, os estudos organizacionais concentram-se na própria organização, ou ainda nas relações interorganizacionais, nas redes ou campos organizacionais, e em suas relações com o sistema social mais amplo. Assim, mesmo que se atribua como unidades de pesquisa indivíduos ou grupo de indivíduos, nos estudos organizacionais, o nível de análise será necessariamente mais amplo.

Com relação ao enfoque temático, a situação é diferente. Na medida em que ganham espaço, análises da organização como processo social, da imersão social das organizações e das abordagens cognitivas no entendimento da ação prática se tem constatado uma tendência de aproximação dos estudos organizacionais com o campo da estratégia². Temas como conteúdo e processo estratégico, formulação estratégica, relação entre ambiente, estratégia e fatores organizacionais, comumente tratados num quadro predominantemente funcionalista, mais recentemente vêm sendo abordados em perspectivas estruturacionistas ou interpretativistas. Em muitas situações, o limite entre as áreas é tênue, senão difuso.

Nesse panorama, não seria contraditório acreditar na presença de diferentes perspectivas nos estudos organizacionais, cada qual amparada por preferências epistemológicas, compartilhada por uma gama de atores que compõem uma espécie de rede intelectual de suporte mútuo para a produção (em volume, número de participantes e aprofundamento) e

² Maior elaboração sobre esse aspecto pode ser encontrada em Crubellate (2005).

promoção (no que tange à difusão e aceitação) do conhecimento sobre organizações (SHAFRITZ; OTTS, 2001). Assim, desde as possibilidades de variações quanto às unidades analíticas, ou mesmo níveis de análise sociológica, às diferentes temáticas, ênfases ou perspectivas, o campo de estudos organizacionais revela-se mais complexo do que se poderia imaginar em um primeiro momento. É nessa complexidade que se acredita haver um objeto de investigação adequado ao entendimento do processo de estruturação do conhecimento científico e, em especial, sua influência na constituição de uma abordagem específica, no caso a teoria institucional em organizações.

Diante disso, considera-se que os estudos organizacionais não são um campo restrito a um único quadro de referência bem definido, mas a uma ampla variedade, sustentada por diferentes pressupostos a respeito da realidade social, caracterizando-se como uma comunidade de comunidades (vide Quadro 1). Portanto, são aqui definidos como domínio específico de pesquisa e conhecimento, interdisciplinar e plural quanto aos seus fundamentos e desdobramentos teóricos, voltado para explicação e compreensão das organizações, enquanto entidade empírica, processo social e discurso teórico. Envolvem diferentes perspectivas e unidades de análise, mas privilegiam níveis de análise sociológica organizacional, interorganizacional e societária, na pesquisa de temáticas que variam em substância empírica ou teórica.

Quadro 1 – Delimitação do Campo de Estudos Organizacionais

Características	Descrição
<i>Foco</i>	Compreensão das organizações como entidade empírica, como processo social e como discurso teórico
<i>Delineamento</i>	Estudos predominantemente analítico-descritivos e explicativos
<i>Unidade de Análise</i>	Diversificada. De indivíduos ou grupos, a práticas e processos organizacionais, organizações e relacionamentos organizacionais
<i>Nível de Análise</i>	Organizacional, interorganizacional, societário
<i>Fundamentos</i>	Interdisciplinar, com base nas ciências sociais, humanas e campos relacionados
<i>Metodologias de Investigação</i>	Quantitativa ou qualitativa
<i>Temáticas</i>	Processos de estruturação de organizações e redes organizacionais, estabilidade e mudança das formas organizacionais, relacionamento entre organizações e entre elas e o ambiente, análise do ambiente organizacional, análise da estratégia e formas de gestão, entendimento da cultura organizacional na relação com a cultura da sociedade, análise da dinâmica organizacional, governança e controle, teorias da organização, entre outros
<i>Perspectivas Teóricas</i>	Escolha racional, teorias institucionais, cognitivas, crítica, feminista, pós-modernistas, dependência de recursos, ecologia organizacional, estruturacionismo, entre outras

Fonte: MIT Sloan School of Management, Academy of Management, European Group for Organization Studies, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD, 2007), Grupo de Estudos Organizacionais e Estratégia (CNPq/UFPR, 2006), Clegg e Hardy (1998), Jones e Munro (2005).

2.1.2 Perspectiva Institucional, Institucionalização e Estruturação

Por ser alvo da investigação a ser realizada nesse estudo, a perspectiva institucional será o objeto deste tópico do referencial teórico. Pretende-se aqui trazer uma apresentação concisa de suas principais características conforme tratada nos estudos organizacionais, deixando sua exploração detalhada para um momento posterior, quando será alvo dos procedimentos analíticos de pesquisa das diversas etapas de pesquisa. De qualquer modo, esse tópico se justifica tanto por fornecer uma breve apresentação da abordagem a fim de que se possa delimitar sua amplitude na forma como será considerada ao longo do estudo, quanto por tratar de elementos de análise institucional que, em certa medida, estarão sendo utilizados para a compreensão da construção da própria abordagem.

A inserção da perspectiva institucional de análise no campo dos estudos organizacionais é crescente em termos quantitativos e de substância teórica. Desde os estudos pioneiros de Phillip Selznick, nas décadas de 40 e 50, até trabalhos desenvolvidos posteriormente (DIMAGGIO; POWELL, 1983; DIMAGGIO; POWELL, 1991; MEYER; ROWAN, 1977; SCOTT, 1995, 2001; ZUCKER, 1977) observa-se notável crescimento da teoria institucional de base sociológica (vide Figura 1). Em comum entre seus desdobramentos está a importância que emprestam à relação entre a organização e o ambiente, ambos entendidos como entidades culturais, e o caráter limitativo que atribuem às abordagens racionais instrumentais (DIMAGGIO; POWELL, 1991). Destaca-se, assim, a relevância do plano cultural para indivíduos, grupos e organizações, expresso na forma de instituições, padrões de comportamento, normas, valores, crenças e pressupostos (MACHADO-DA-SILVA et al, 2003).

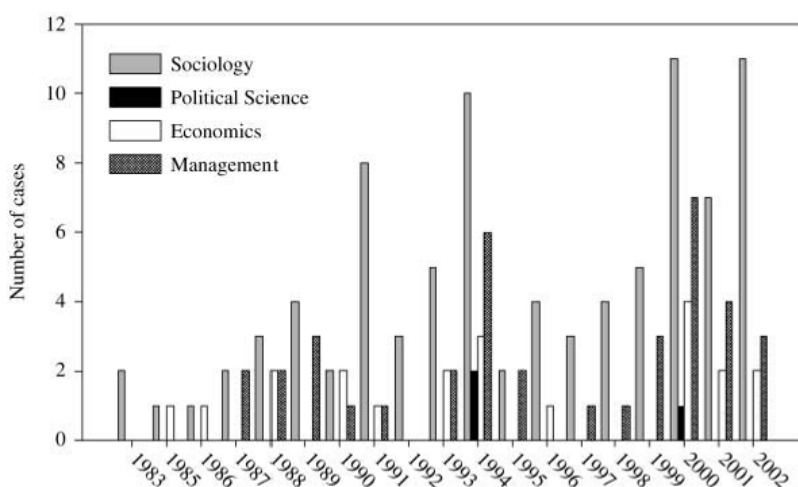


Figura 1 – Fundamentos Teóricos e Uso da Perspectiva Institucional

Fonte: Farashahi, Hafsi, Molz (2005, p. 6).

Obs: amostra limitada a 101 artigos de periódicos selecionados.

Amplamente consideradas, instituições são compreendidas como composições de “elementos cognitivo-culturais, normativos e regulativos que, juntamente com atividades e recursos associados, fornecem estabilidade e significado à vida social” (SCOTT, 2001, p. 48). Já a teoria institucional, a despeito de suas variações e origens em campos como a sociologia, economia e ciência política, “trata dos aspectos mais profundos e resilientes da estrutura social [...]; ela investiga como esses elementos são criados, difundidos, adotados e adaptados ao longo do tempo e espaço; e como declinam e recaem no desuso” (SCOTT, 2005, p. 460). Nesse sentido, considera processos pelos quais estruturas, incluindo esquemas, regras, normas e rotinas tornam-se estabelecidas como diretrizes legítimas para o comportamento social, a partir de elementos regulativos, normativos e cognitivo-culturais (SCOTT, 2001). Para o autor, é tema comum nas diferentes versões da abordagem a consideração de que o comportamento social e seus recursos associados estão, de algum modo, ancorados em sistemas de regras e num esquema cultural (SCOTT, 2005).

Nos estudos organizacionais, a perspectiva institucional tem dedicado sua atenção a diferentes temáticas, conforme assinalaram Scott e Meyer (1994). Dentre elas está a consideração de que estruturas e rotinas organizacionais são reflexos ou decorrências de normas institucionalizadas contextualmente, o que remete a questões ligadas à legitimidade e à própria concepção de ambiente. Como explicam DiMaggio e Powell (1991), ambiente na abordagem institucional penetram as organizações, criando lentes pelas quais os atores sociais interpretam o mundo e, por essa razão, deixam de ser considerados apenas tecnicamente, mas também como provedores de legitimidade, nos quais regras, modos de compreensão e significados intersubjetivos estão presentes, exercendo influência sobre as ações e estrutura organizacional (MEYER; ROWAN, 1977). Nesse sentido, amplia-se o conceito de ambiente que, além de envolver aspectos técnicos e institucionais, substitui a ótica funcional e instrumental associada à racionalidade de abordagens tradicionais, por uma concepção relacional entre os atores sociais, que compartilham estruturas institucionais comuns, sob as quais se orientam as ações organizacionais (FONSECA; MACHADO-DA-SILVA, 2002). O conceito de campo organizacional, proposto por DiMaggio e Powell (1983), é provavelmente a representação mais difundida dessa mudança no nível de análise nos estudos organizacionais sob a ótica da perspectiva institucional.

Exposto isso, num campo organizacional, na acepção de DiMaggio e Powell (1983), há tendência de conformidade com as características ambientais, promovendo o isomorfismo estrutural entre organizações. Coercitivamente, o isomorfismo resulta de expectativas culturais da sociedade e de pressões exercidas por uma organização sobre outra, que se

encontra em condição de dependência. O isomorfismo mimético consiste na imitação de arranjos estruturais e procedimentos bem sucedidos implementados por outras organizações, em face da incerteza decorrente de problemas tecnológicos, objetivos conflitantes e exigências ambientais. O isomorfismo normativo refere-se à profissionalização, que envolve o compartilhamento de um conjunto de normas e métodos de trabalho pelos membros dos segmentos ocupacionais (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

A institucionalização representa, assim, um processo condicionado pela lógica da conformidade às normas socialmente aceitas, implicando aceitação e credibilidade. “A partir de uma perspectiva institucional, legitimidade não é uma *commodity* a ser possuída ou trocada, mas a consonância percebida com regras e leis relevantes, suporte normativo e ou alinhamento com estruturas cognitivo-culturais” (SCOTT, 2001, p. 59). Nessa linha de análise, torna-se imperativo para as organizações tentarem conformar suas estruturas e práticas aos valores ambientais. A procura da conformidade se dá porque, ao que parece, aumenta as chances de sobrevivência das organizações em grau maior do que a eficácia ou o desempenho imediato das estratégias e dos procedimentos adotados (MEYER; ROWAN, 1977).

Com base nesses aspectos, Scott (2001) desenvolveu um modelo estratificado para tratar do estudo sobre instituições. Conforme o autor, essa estrutura explicativa se assenta sobre três pilares, regulativo, normativo e cognitivo, que não apenas enfatizam a natureza simbólica dos elementos institucionais, mas sua influência sobre o comportamento social, por meio do modo como estão implicados nas ações, relações e recursos (SCOTT, 2008). Ainda segundo o autor, os pilares refletem aspectos das instituições, revelando diferentes perspectivas (vide Quadro 2) sustentadas em bases alternativas de legitimação, ordem e obediência social, mecanismos e lógicas de ação social predominantes em cada uma delas (SCOTT, 2001, 2008).

Quadro 2 – Pilares de Análise Institucional

	Pilar		
	Regulativo	Normativo	Cognitivo-cultural
Base de Obediência	Utilidade	Obrigação social	<i>Taken for grantedness</i> Entendimentos compartilhados
Base de Ordem	Regras regulativas	Expectativas normativas	<i>Schemas</i> constitutivos
Mecanismos	Coercitiva	Normativa	Mim�tica
Lógica	Instrumentalidade	Adequa�o	Ortodoxia
Indicadores	Regras Leis San�o�es	Certifica�o Confiabilidade	Crenças comuns Lógicas de a�o compartilhadas
Base de Legitimidade	Legalmente sancionada	Moralmente governada	Compreensível, reconhecível, culturalmente amparada

Fonte: Scott (2001, p. 52).

Scott (1998, 2001) observa que as diferentes abordagens devem ser vistas como alternativas analíticas, compreendendo diferentes facetas de um mesmo fenômeno – aspecto apontado por Hirsch (1997). Dacin (1997) também ressalta que a separação em pilares não deve ser reificada, de modo a se rejeitar sua interdependência e complementaridade. No entanto, grande parte dos teóricos institucionalistas se firmam predominantemente sobre os pilares normativo e cognitivo-cultural, em especial este último, com atenção apenas residual ao pilar regulativo, conforme advertiram Machado-da-Silva e Gonçalves (1997) e Machado-da-Silva, Guarido Filho, Nascimento e Oliveira (2003).

Essas considerações chamam a atenção de dois aspectos decorrentes dessa forma de análise institucional. Primeiramente, além de relações de controle direto, o ambiente institucional também se apresenta constitutivamente sobre os sistemas de significado e, por consequência, sobre ações e estrutura (DIMAGGIO; POWELL, 1991; SCOTT; MEYER, 1994). É possível que seja por essa razão que muitos estudos se tenham dedicado a investigar os processos pelos quais elementos estruturais tendem a ser legitimados pela força do ambiente institucional. Nesse sentido, e aqui o segundo aspecto, instituições passam a ser consideradas variáveis independentes, seguindo uma abordagem topo-base para a análise institucional nos estudos organizacionais, a qual trouxe consigo forte tendência em se concentrar no problema da ordem, na sua estabilidade e manutenção (BOWRING, 2000; SCOTT, 2005), em sentido muitas vezes determinista (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA; CRUBELLATE, 2005). Institucionalização, nesse sentido, passou a ser considerado processo restrito aos modos como se dá a conformidade organizacional às normas socialmente aceitas, num sentido unilateral de obediência organizacional às pressões institucionais. Tal fato ocorreria também no modo pelo qual se dá a incorporação de um sistema de conhecimento construído ao longo da interação social: os elementos institucionalizados constituiriam parâmetros para a concepção de realidade dos atores sociais, definindo, portanto, o seu modo de agir.

Todavia, embora instituições sejam consideradas formas duradouras da vida social (GIDDENS, 2003), isso não significa serem entidades isentas de transformação. Instituições exibem propriedades estruturais mais permanentes nos sistemas sociais, o que pode associá-las à condições de resistência à mudança, especialmente se observadas num período de tempo curto, como a biografia do indivíduo. No entanto, uma instituição, enquanto propriedade de um sistema social, precisa ser continuamente reproduzida por meio das práticas sociais (GIDDENS, 2003). Consideradas dessa maneira, adiciona-se dinamismo à perspectiva institucional. A atenção dada aos aspectos simbólicos da vida social é complementada pela

preocupação com as atividades de produção e reprodução desses elementos, os quais não somente atuam como parâmetros restritivos, mas também habilitadores, provendo diretrizes e recursos assumidos como legítimos para a ação. Dessa maneira, temas como estabilidade e ordem na vida social, ligados às noções de consenso e conformidade, são complementados por outros ligados ao conflito e mudança nas estruturas sociais, possibilitando o tratamento institucional, tanto para propriedades institucionalizadas quanto para o processo de (des)institucionalização (NEE, 1998; SCOTT, 2001, 2005), convergindo para a teorização da mudança enquanto processo, seguindo o que já apontara Abbott (1992) com avanço necessário para o desenvolvimento da abordagem.

Instituições, deste modo, são mais bem consideradas, em consonância com Lowndes (1996) a despeito das diferentes versões do institucionalismo, (i) enquanto conceito *meso*, por serem simultaneamente meio e produto da ação humana, atuando restritivamente ou provendo oportunidades; (ii) compostas por aspectos formais e informais, expressos em regras ou leis, bem como normas costumes e ações habituais, relacionadas assim a estruturas e processos; e (iii) com legitimidade e estabilidade adquiridas ao longo do tempo.

O tratamento da abordagem sob a lógica processual possibilita explicar processos de (des)institucionalização, ou ainda de difusão ou manutenção de instituições, de modo mais interativo em termos do relacionamento entre as categorias analíticas. Nesse sentido, conforme explica Scott (2005), ambientes institucionais não mais são tratados monoliticamente, mas de modo variado e com amplas possibilidades de existência de lógicas contraditórias ou divergentes (DACIN, GOODSTEIN; SCOTT, 2002). Trata-se do reconhecimento de que instituições, ao mesmo tempo que são propriedades estruturantes dos sistemas sociais, são elas também estruturadas a partir das práticas sociais de atores localizados nesses mesmos sistemas, num sentido de interdependência recursiva de ação e estrutura (GIDDENS, 2003). Scott, Mendel e Pollack (2000) desenvolveram uma estrutura de investigação que considera o processo de mudança institucional considerando fatores endógenos e exógenos ao campo, a partir da análise de atores institucionais diferenciados, que produzem, interpretam e reproduzem as lógicas institucionais do campo; da lógica institucional, como elemento cognitivo-cultural predominante num campo; e das estruturas de governança, enquanto elementos normativos e regulativos que propiciam o exercício do poder e autoridade num campo.

Duas são as implicações decorrentes dessa mudança no tratamento da análise institucional: o abandono de linearidade causal, em favor de uma lógica sistêmico-processual, fundada na dualidade entre estrutura e ação (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA;

CRUBELLATE, 2005), a qual pode ser observada na teoria da estruturação de Giddens, um dos quadros de referência que permite examinar a dinâmica entre esses elementos e que será comentada mais adiante. A segunda implicação, ligada à anterior, é o resgate da agência na perspectiva institucional. Segundo Scott (2005, p. 471), além de encorajar a atenção para “processos interativos que ocorrem entre atores em campos organizacionais na medida em que eles se engajam na interpretação, *sense-making*, tradução e negociação de atividades”, o reconhecimento da agência em múltiplos níveis, conforme tratado na teoria da estruturação, traz argumentos em favor de um papel mais proativo para atores individuais e organizacionais, mas como uma “não determinante teoria voluntarística da ação” (SCOTT, 2001, p. 76). Nesse sentido, abordagens recursivas, sobre as quais se admite a influência dos atores sobre as estruturas (*bottom-up*) passaram a fazer parte das preocupações no âmbito da teoria. Esses aspectos serão tratados a seguir.

Baseando-se em DiMaggio (1988), Battilana (2006, p. 654) explica que esse tipo de abordagem se apóia nas noções de agência e interesse, segundo o conceito de empreendedor institucional, definido como aqueles “atores com interesse em arranjos institucionais específicos e que mobilizam recursos para criar novas instituições ou transformar as existentes”. Holm (1995), por exemplo, sugere que as instituições sejam tratadas observando-se, conjuntamente, as ações guiadas por uma ordem institucional estabelecida, por um lado, e as ações direcionadas para a criação ou mudança de antigas instituições, por outro. Sob essa ótica, seria possível considerar a dupla natureza das instituições, como referência e produtos da ação, e, portanto, tratar de propósitos na mudança ou manutenção de instituições – abordagem política, para o autor – sem excluir sua concepção como estruturas para ação e, assim sendo, caracterizadas como objetivadas (*taken for granted*) – abordagem prática.

Segundo essa perspectiva, Hensmans (2003) e Washington (2004) afirmam que a abordagem político-cultural resgata elementos que até então não estariam suficientemente tratados, como a qualidade estratégica da agência de atores-chave, na dinâmica de estruturação de campos organizacionais. Tal abordagem estaria apoiada na capacidade de determinados atores em mobilizar diferentes lógicas e recursos para atender aos seus interesses, em consonância com as observações de Seo e Creed (2002) a respeito do processo de mudança institucional.

Os trabalhos de Fligstein (1991, 1999, 2001) representam bem essa perspectiva. Para ele, a construção de campos organizacionais é fenômeno cultural que envolve práticas sociais preexistentes, regras imersas nas relações de poder entre grupos e estruturas cognitivas que funcionam como quadros culturais. Tais elementos operam, conjuntamente, como definidores

do contexto das ações coletivas. Entretanto, por tratarem também de sistemas de poder, campos atuam sobre a capacidade de interpretação dos atores, não somente por meio do quadro cultural mencionado, mas também pelas posições ocupadas por diferentes atores, que influenciam seus propósitos e seus interesses. Sob essa ótica, atores dominantes (*incumbent actors*) reforçam suas posições por meio da habilidade de influenciar as regras mediante as quais o campo é estruturado. Essas regras, que constituem o que Fligstein chamou de concepção de controle, operam como um quadro cognitivo para atores e organizações, refletindo o entendimento que possuem da constituição do próprio campo, bem como o sentido que atribuem ao movimento de outros atores e organizações. Por conta disso, campos organizacionais contêm toda informação relevante a partir do ponto de vista dos atores numa dada organização, mas sem caracterizar a determinação estrutural da ação ou o desprezo à capacidade de interpretação dos atores sociais (FLIGSTEIN, 1991).

Como se pode notar, mais do que atribuir importância a *scripts* e normas sociais, Fligstein (1999, 2001) sugere atenção à ação estratégica em campos organizacionais, apresentando, para isso, o conceito de habilidades sociais (*social skills*). De acordo com o autor, trata-se da habilidade de promover cooperação entre atores, no sentido de criar, contestar e reproduzir regras de interação em favor de seus interesses. Logo, campos organizacionais seriam construções produzidas por organizações detentoras de poder, que possuem habilidades sociais e recursos para influenciar as regras de interação e de dependência em função dos seus interesses que, por sua vez, são reflexos da sua posição na estrutura social do campo. Organizações podem controlar campos organizacionais por meio do seu tamanho relativo em relação às demais no campo e pelo benefício alcançado por seus membros na formação de regras estáveis que regem as ações legítimas no campo, o que tem relação com a perspectiva institucional baseada em interesses descrita por Swedberg (2004).

Outro autor que parece concordar com essa abordagem é Jepperson (1991), ao denominar ação aquelas iniciativas de desvio do padrão institucional e não à sua reprodução, de modo que o processo de institucionalização não se opõe claramente aos interesses dos atores. Nessa mesma linha, Lawrence (1999) e Lawrence e Suddaby (2005) tratam de estratégia institucional ou trabalho institucional (*institutional work*) como categoria que representa a formulação de ações intencionais para a criação, manutenção ou ruptura institucional que, no caso de campos organizacionais, expressam a disputa constante por suas fronteiras.

Diferentemente dos trabalhos citados anteriormente, Battilana (2006) busca um tratamento de empreendedorismo institucional orientado não mais para a agência

organizacional no campo, mas a do indivíduo. Nesse sentido, a autora argumenta que é condição chave para o empreendedorismo institucional a posição social do indivíduo no contexto estrutural em que está imerso. Assim, amparando-se na noção de campo social de Bourdieu, enquanto espaço de lutas por recursos desigualmente distribuídos nos quais a posição social do indivíduo influencia sua percepção sobre essa distribuição, ela sustenta que a probabilidade de atores individuais atuarem como empreendedores institucionais é função de seu interesse em assim agir, da habilidade em realizar e do acesso a recursos relevantes. Atores mais bem posicionados em relação a recursos chaves, seu controle e acesso, aumentam sua probabilidade de romper com a lógica institucional dominante, mesmo que não estejam conscientes de que promovam a institucionalização de práticas alternativas. Nesse sentido, variáveis como o status organizacional ou do grupo social em que o indivíduo faz parte, sua posição informal em redes sociais na organização ou formal na hierarquia, além da mobilidade interorganizacional ou o tempo em que estão estabelecidos em determinada posição na organização, podem aumentar sua probabilidade de atuar como empreendedores institucionais.

Diante do exposto, acredita-se que o quadro apresentado sobre a perspectiva institucional, embora não exaustivo, foi suficiente para considerar seus aspectos mais salientes. Sinteticamente, pode-se afirmar que, nos estudos organizacionais, essa abordagem dá especial atenção a aspectos institucionais do ambiente, em composição com sua dimensão técnica, e suas implicações sobre a ação e comportamento organizacional, mas investigando também temas ligados à compreensão de processos de produção, manutenção e transformação de normas sociais, do relacionamento entre normas formais e informais, da mudança institucional e da influência de crenças culturais na ascensão de estruturas institucionais e formas organizacionais, entre outras questões não tratadas nesse referencial (NEE, 1998; POWELL, 1991; SCOTT; MEYER, 1991). Cabe, porém, considerar com mais detalhe o quadro teórico estruturacionista, apoiado substancialmente nas idéias de Giddens (1978, 2003 [1984]) e que, conforme defendido por Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005), apresenta maiores condições de colocar a perspectiva institucional sob a ótica multiparadigmática, segundo a qual se considera a interdependência de estrutura, agência e interpretação.

2.1.2.1 Giddens e a Teoria da Estruturação

A teoria da estruturação conforme apresentada por Giddens (1978, 2003) focaliza sua atenção primordialmente ao aspecto ontológico, procurando superar o dualismo por muito

presente na teoria social no que se refere às concepções de ser humano, fazer humano, reprodução social e transformação social (2003, p. XXII). Esse dualismo é marcado, essencialmente, pela polarização entre objetivismo e subjetivismo, reconsiderado na teoria da estruturação enquanto dualidade da estrutura: “as propriedades estruturais dos sistemas sociais só existem na medida em que formas de conduta social são cronicamente reproduzidas através do tempo e do espaço” (p. XXII-XXIII). Cohen (1999) explica que a teoria da estruturação representa uma visão pós-empirista, sem a pretensão de universalizar qualquer conjunto de práticas ou processos de (re)produção social, mas sim de formular seus potenciais constitutivos.

A chave para a compreensão da teoria da estruturação está no conceito de (re)produção social, contrariando a teleologia funcionalista e a dicotomia entre estática e dinâmica. Nesse sentido, qualquer situação social é considerada “uma realização contingente de atores sociais e [...] uma hábil produção que se sustenta sob as condições da racionalização reflexiva da ação [...] porquanto todo ato de reprodução é, *ipso facto*, um ato de produção, em que a sociedade se recria num novo conjunto de circunstâncias” (GIDDENS, 2001, p. 152).

Sob essa abordagem, Giddens (2003) entende que sistemas sociais são “relações reproduzidas entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares” (GIDDENS, 2003, p. 29) e lhes atribui caráter pessoal e espaciotemporal na medida em que são continuamente criados e recriados como a realização ativa de sujeitos (GIDDENS, 2001, p. 145). Nessa perspectiva, a análise do processo de estruturação só é possível com o estudo das atividades dos atores, que são apoiadas pelas regras e recursos disponíveis em seu contexto de ação. Grupos e coletividades devem ser vistos como sistemas de interação: os atores produzem e reproduzem tal contexto, reformulando continuamente os sistemas sociais (GIDDENS, 1978). Dessa forma, entende-se como estruturação “a reprodução de práticas, [...] ao processo dinâmico pelo qual as estruturas passam a existir” (GIDDENS, 1978, p. 129), o que está intimamente relacionado à dualidade da estrutura na interação social. Por sua vez, estrutura é concebida como “regras e recursos gerativos que tanto se aplicam à ação como se constituem a partir dela” (GIDDENS, 2001, p. 145), num processo de estruturação que se estende espaciotemporalmente, envolvendo a comunicação do significado (regras semânticas), o exercício do poder (recursos desigualmente distribuídos) e a avaliação da conduta (regras morais ou normativas). Sob esse prisma, regras e recursos são propriedades de coletividades expressas na produção da interação social, respectivamente, enquanto estruturas de significação, dominação e legitimação (BRYANT; JARY, 2001). Conforme explica Giddens (2003, p. 20),

às propriedades de estruturação que permitem a ‘delimitação’ de tempo-espço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma ‘sistêmica’. Dizer que estrutura é uma ‘ordem virtual’ de relações transformadoras significa que os sistemas sociais, como práticas sociais reproduzidas, não têm ‘estruturas’, mas antes exibem ‘propriedades estruturais’, e que a estrutura só existe, como presença espaciotemporal, em suas exemplificações em tais práticas e como traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva.

Entretanto, considerar estruturas como conjunto de regras e recursos requer atenção especial. As regras da vida social devem ser vistas como técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho/reprodução de práticas sociais, expressando-se no âmago da cognoscitividade dos agentes humanos, sobretudo na consciência prática e, de certa forma, envolvidas na manutenção da segurança ontológica dos agentes, pois são usadas na constituição e reconstituição de encontros (GIDDENS, 1978, 2003). Recursos, por sua vez, são bases acessíveis de poder que fornecem os meios para influenciar o curso de interação dos agentes, mas que não estão descolados dos aspectos semânticos e morais (COHEN, 1999). Assim, estruturas são ao mesmo tempo meios e recursos para a reprodução do sistema, estando associadas a aspectos da prática rotineira, a constituição de significados e a sanções localizados em limites históricos e espaciais determinados. Em relações sociais, consideram-se tanto a padronização de relações sociais no tempo-espço, na reprodução de práticas localizadas, quanto uma ordem virtual de estruturação recursivamente implicados nessa reprodução. A estrutura, portanto, não deve ser equiparada à coerção, mas simultaneamente, facilitadora e restritiva, não possuindo existência independente do conhecimento dos agentes a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana, mas “de-sujeitificadas nas práticas de uma coletividade” (BERTILSSON, 1984, p. 343).

Mais do que isso, a contextualidade espaciotemporal deve ser reposicionada na teoria. Para que se compreenda melhor esse aspecto é preciso reconhecer que sujeitos são antes de tudo agentes. Isso significa que há um quadro de ação prática na conduta humana, que nem sempre pode ser colocado em palavras, o que não significa que não seja feito (praticado). Assim, o pressuposto de sujeito cognoscente que monitora reflexivamente suas ações no sistema social, também considera que parte dessa monitoração não é discursada, mas conformada como consciência prática, não verbalizada, e por si parte do próprio conjunto de ações. Nesse ponto, Cohen (1999, p. 413) explica que “a qualidade característica da consciência prática é que os agentes precisam estar apenas tacitamente cômicos das habilidades que eles vieram a dominar, embora seja geralmente possível concentrar a atenção discursiva quando surge uma ocasião para tal”. Isso significa que os agentes possuem uma

forma de conhecimento, essencialmente tácito que os orienta no agir ou prosseguir no âmbito das rotinas da vida social. Nesses termos, em se tratando de agentes reflexivos e que se movem no espaciotemporalmente, a diferenciação de contextos está associada com a orientação dessas ações. Contextos são como cenários para as ações, aos quais os agentes recorrem para orientar o que fazem e dizem aos outros. Há, portanto, um processo de indexabilidade contextual, configurando cenários de ação prática, tipificados e inerentes aos estoques de conhecimento mútuo, que os agentes utilizam para produzir um mundo significativo (GIDDENS, 1999).

É interessante observar que o conhecimento mútuo, conforme entendido por Giddens, pressupõe sua duração para além da biografia de qualquer agente ou grupo de agentes, estendendo-se pelo tempo e espaço. Os traços de memória, presentes no processo de estruturação seriam o instrumento básico pelo qual o conhecimento mútuo é preservado pelos agentes e transportado para as situações onde as práticas respectivas são reproduzidas. Assim, o conhecimento mútuo, analiticamente, representa aquele conjunto de regras, consideradas por Giddens como propriedades estruturais de caráter semântico e normativo que, associadas a recursos, enquanto meios pelos quais essas regras são aplicadas, compõem as dimensões da dualidade da estrutura (COHEN, 1999). Isso, entretanto, não quer dizer que na teoria da estruturação se aceite o princípio de uniformidade de práticas sociais. Conforme exposto por Cohen (1999, p. 416),

na teoria da estruturação, os tipos de recursos aos quais os agentes têm acesso e as habilidades cognoscíveis envolvidas nas práticas que eles desempenham, assim como o seu conhecimento discursivo de condições sociais mais amplas, sempre existem no interior de limites históricos e espaciais determinados [...] A variabilidade histórica da práxis social em termos ontológicos... refere-se apenas aos aspectos de um objeto que existe onde quer que ele seja encontrado... A teoria da estruturação fornece uma ontologia dos potenciais. Ela sustenta que um potencial possuído pelos agentes sociais é a capacidade de produzir variações históricas em suas próprias formas de conduta.

Essa capacidade tem relação com o poder subjacente à ação humana, o poder de fazer uma diferença. Ação é equiparada à capacidade transformativa na teoria da estruturação (COHEN, 1999). Nesse sentido, mesmo que a vida cotidiana envolva uma seqüência de ações intencionais, esses atos produzem conseqüências não premeditadas que sistematicamente podem realimentar-se na constituição de condições não reconhecidas de novos atos.

Em face disso, cabe estabelecer que sistemas sociais se referem às atividades dos agentes humanos reproduzidas em práticas localizadas, mas também à padronização de relações sociais ao longo do espaço-tempo, podendo ser entendidos como nível intermediário entre agentes e sociedade, onde se fazem presentes as dimensões de interação social: poder,

sanções e formas de comunicação. Assim, “analisar a estruturação de sistemas sociais significa estudar os modos como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognoscitivas dos atores localizados que se apóiam em regras e recursos na diversidade de contextos de ação, são produzidos e reproduzidos em interação” (GIDDENS, 2003, p. 29-30).

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que o campo científico representa um sistema de interações de pesquisadores no qual estruturas, organizadas sob a forma de práticas regulares, são cronicamente reproduzidas por meio da prática de produção acadêmica. Assim, o campo científico pode ser entendido como sistema de interação existente não concretamente como entidade real, mas enquanto representação de relações reproduzidas e organizadas como práticas sociais regulares e localizadas espaciotemporalmente. Como visto, essas práticas exibem estruturas, nesse caso sob a forma de sistemas de atribuição de reconhecimento acadêmico (recompensas simbólicas), de aceitação do conhecimento considerado válido, das normas sociais que condicionam a atividade científica (o *ethos* científico), entre outros aspectos.

Enquanto sistema social, tratar da dualidade da estrutura como reprodução de propriedades estruturais a partir da práxis dos atores cognoscentes significa aceitar que sejam capazes não só de reproduzir, mas de produzir novos padrões de interação, alterando endogenamente a estrutura do campo. Significa também, conforme já discutido, que os atores sociais humanos possuem a competência de controlar suas ações, de racionalizá-las, por meio de consciência constante das condições ou conseqüências implicadas, que procuram ativamente conquistar em interação com outros (GIDDENS, 2001). Num certo sentido, isso pode remeter à questão do conflito, traduzida por disputas intelectuais e políticas no campo de produção do conhecimento científico.

Giddens (1978) explica que a noção de conflito está intimamente ligada à de interesse e “obrigatoriamente implica uma luta consciente, em que esse confronto se insere na racionalização da conduta de, pelo menos, uma das partes envolvidas” (GIDDENS, 2001, p. 156). Nesse caso, conflito é propriedade de interação, no sentido de luta ativa conduzida no contexto dos choques de interesses, o que difere de contradição, entendida como propriedade das estruturas, e se mantém numa relação contingente ao conflito.

Da mesma forma, não se pode pressupor o conflito ao se tratar de poder. O poder representa a capacidade de o agente mobilizar recursos, no sentido de aplicar os meios para conseguir resultados (GIDDENS, 1978, p. 117), de modo que a capacidade transformadora é inerente à ação humana. No entanto, ressalta-se que o poder não é recurso em si mesmo, mas propriedade de interação, mediando intenções e desejos na realização de resultados, na

medida em que esses resultados dependem da atuação dos outros. Dessa forma, pressupõe uma dialética de controle, ou seja, "relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação" continuadas no tempo e espaço (2003, p. 18). Por conseguinte, nessa concepção, o uso do poder não caracteriza tipos específicos de conduta nem admite assumir estruturas de dominação em que "corpos dóceis" sejam produzidos por instituições sociais (2003, p. 18). O conflito, dessa forma, não é resultante do poder, mas de divisão de interesses entre atores ou grupo de atores sociais. Nas palavras do autor,

a existência de um princípio estrutural sempre pressupõe uma distribuição de interesses explícita ou implicitamente reconhecida no âmago da integração social. Uma vez descartada qualquer noção de necessidade de sistema, fica que não há que se falar de contradição de sistemas sem a premissa (da parte do teórico) de uma divisão identificável de interesses (que, por sua vez, pressupõe 'vontades' mutuamente excludentes) entre atores sociais ou categorias de atores sociais. É isso, e apenas isso, que torna contraditórios princípios estruturais.... O importante é que a existência de contradição de sistemas não necessariamente implica a ocorrência de conflito social...; a relação pode ser entendida como contingente (2001, p. 158).

2.1.2.2 Estruturação e Institucionalização

Scott (2001) entende que a teoria da estruturação de Giddens reúne elementos que possibilitam considerar argumentos favoráveis a uma atuação mais proativa dos atores sociais, sejam organizações ou indivíduos, ao mesmo tempo que favorece uma abordagem mais interativa e recíproca do processo institucional. Diante disso, cabe concluir essa seção estabelecendo em poucas palavras a distinção entre estruturação e institucionalização, ambos entendidos como processos sociais e ligados ao problema de pesquisa deste estudo.

Os autores da teoria institucional de tradição sociológica costumam fundamentar a definição de instituição sobre uma base cultural, apesar das diferentes acepções atribuídas ao conceito. De acordo com Meyer, Boli e Thomas (1994, p. 10), instituições são "regras culturais que, fornecendo significado coletivo e valor a entidades e atividades particulares, integram-nas a sistemas mais amplos". Denota-se, deste modo, a noção dos padrões de determinada ordenação social (JEPPERSON, 1991). Enquanto "o conceito de instituição se refere à idéia de resultante, isto é, de estado, o de institucionalização remete ao processo e aos mecanismos que resultam nessas regras culturais" (JEPPERSON, 1991, p. 145).

Institucionalização, como o próprio nome diz, trata do processo pelo qual instituições são criadas, mantidas ou transformadas, ou ainda o processo pelo qual determinada ordenação social, entendida como sistema de interação regularizado, é criada, mantida ou transformada,

a partir de sua própria reprodução em práticas rotineiras dos agentes³. O nível de análise nesse caso é o sistema social com atenção para a construção de suas propriedades estruturais. A questão-chave inerente a esse tipo de investigação está ligada à explicação de como determinada propriedade institucionalizada passou a fazer parte de um sistema social. Como tal, a institucionalização pode ser tratada com base em diferentes quadros de referência, como, por exemplo, admitindo-se um ator racional em perspectiva voluntarista associada a uma concepção objetiva da realidade. Nesse caso, instituições poderiam ser tratadas como normas legais promovidas pela ação direta de atores sociais, como organizações ou governos, interessados em reduzir custos nas transações econômicas, transferindo dispêndios ligados a risco de se deparar com o comportamento desleal para um arranjo institucional supostamente seguro e com sanções inibidoras desse tipo de ação por parte dos agentes envolvidos. Em outra ótica, instituições poderiam ser consideradas reflexo da dinâmica de interação social pela qual se criaria uma realidade intersubjetiva, com força para influenciar a conduta dos indivíduos. Esse processo ocorreria a partir da tipificação de ações habituais; elas, ao longo de gerações, passariam a ser objetivadas, isto é, aceitas como fatos inegáveis, e ganhariam caráter normativo, inerente ao sistema de conhecimento humano, criando-se, assim, um conjunto de crenças e conhecimentos compartilhados formadores de uma realidade socialmente construída, institucionalizada e legitimada perante a sociedade, nos moldes descritos por Berger e Luckmann (1996 [1967]).

Amplamente tratado, o processo de institucionalização pode ser discutido a partir de duas perspectivas opostas: a da coerção estrutural ou cultural, que assume o determinismo de entidades contextuais, institucionalizadas, regularizando o comportamento humano; e, por outro lado, a voluntarista, segundo a qual padrões institucionalizados são construções resultantes da intervenção de atores em prol de seus interesses. Tendo em vista que instituições são propriedades estruturais de sistemas sociais, cuja característica principal é seu alongamento espaciotemporal, em que regras e recursos subjacentes a essas instituições passam a ser facilmente reconhecidos na atividade social, a teoria da estruturação é apresentada como quadro teórico de referência para compreensão de processos de institucionalização, na medida em que propõe a reconciliação entre esse dualismo, tratando-o como dualidade. Para Scott (2001, 2005), a noção de estruturação possibilita uma análise

³ Contudo, conforme observado, em comunicação pessoal, pelo professor João Marcelo Crubellate, deve-se atentar para o fato de instituições (enquanto estado) nunca serem definitivas, de modo que o entendimento da realidade social é mais propriamente considerado enquanto estado de permanente institucionalização.

adequada da mútua influência entre atores e estrutura social na criação, manutenção e transformação de instituições, o que remete aos conceitos de agência e propriedades estruturais.

Assim, analisar a institucionalização sob o quadro teórico estruturacionista traz em seu bojo a referência a um processo mais amplo que envolve não somente a análise institucional, mas também a reflexividade dos atores, o que Giddens (2003) chama de análise da conduta estratégica. Assim, considera a investigação das implicações sobre a conduta humana das propriedades estruturais de um sistema social, metodologicamente consideradas como dadas, ou seja, sobre os “modos como os atores sociais se apóiam nas propriedades estruturais para a constituição de relações sociais [atribuindo-se] primazia às consciências discursiva e prática, e às estratégias de controle dentro de limites contextuais definidos” (GIDDENS 2003, p. 339-340). E também, a investigação de como instituições são reproduzidas continuamente em determinado sistema social, enquanto regras e recursos, colocando em suspensão as habilidades e percepções conscientes dos atores (GIDDENS, 2003). O processo de estruturação, portanto, trata das condições de continuidade ou transformação de estruturas pelas quais se dá a reprodução de práticas num sistema social, segundo o teorema da dualidade da estrutura, atentando para mecanismos ou condições de estruturação de um determinado sistema social em termos de suas dimensões de interação.

Um ponto de grande relevância que vale ser mencionado é o fato de, ao se apoiar sobre a lógica estruturacionista, a perspectiva institucional caminha na direção de apresentar-se como teoria social de amplo alcance, procurando envolver nesse quadro de referência diferentes fenômenos sociais e organizacionais, representando uma mudança substancial de enfoque em relação às formas de análise previamente realizadas. Nesse sentido, tende a se diferenciar de formulações anteriores, segundo as quais se promovia a conversação entre essa abordagem e outras alternativas, numa lógica de teorização de médio alcance.

Para finalizar diante do exposto, cabe reiterar o propósito deste estudo. À luz dos conceitos aqui discutidos, considera-se que o conhecimento científico é gerado a partir de uma multiplicidade de interações de atores, numa dinâmica de estruturação que envolve regras, recursos e relacionamentos, que definem um sistema social. Nesse processo, abordagens específicas podem ser consideradas propriedades estruturais e investigá-las, como se pretende fazer a perspectiva institucional, significa o seguinte: por um lado, inquirir sobre os modos pelos quais idéias, conceitos e seus pressupostos inerentes à teoria institucional se tornaram legítimos e perduram no sistema social definido pelos estudos organizacionais; por outro, e complementarmente, compreender as peculiaridades desse programa intelectual, ou

seja, o modo como assumiram o caráter legítimo e distintivo que caracteriza esse tipo de abordagem. Em outros termos, busca-se investigar o processo recursivo entre as dimensões social e epistemológica/intelectual, enquanto ação e estrutura, no desenvolvimento da perspectiva institucional. Para tanto, a ação de pesquisadores produzindo, interpretando e se mobilizando em prol de suas idéias são objeto de investigação em face das condições de organização acadêmica e de conhecimento objetivado, as quais são, por sua vez, meio e resultado da atividade científica.

2.2 SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA E ATIVIDADE CIENTÍFICA

De acordo com Weber (1949, p. 81), “todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento derivado de uma perspectiva em particular”, por meio do qual se faz a distinção entre o relevante e o trivial no delineamento das questões a serem pesquisadas. No entanto, completa,

sem as idéias de valor do pesquisador, não haveria nenhum princípio de seleção de problemas e nenhum conhecimento significativo da realidade concreta [...]. Obviamente, isso não significa que o conhecimento produzido seja subjetivo, no sentido de ser considerado válido por uma pessoa e não por outras. Apenas o grau que interessa a diferentes pessoas varia. Em outras palavras, a escolha do objeto de investigação e a extensão ou profundidade em que sua investigação tenta penetrar na infinita rede causal são determinados pelas idéias de valor que dominam o investigador e seu tempo. [...] O investigador está evidentemente ligado, neste caso como em todos, pelas normas de nosso pensamento. Pois a verdade científica é precisamente aquilo que pretende valer para todos aqueles que querem a verdade. (WEBER, 1949, p. 81).

Para Weber, o ato científico, enquanto conduta racional, se orienta pelo valor da verdade universalmente válida, mas a elaboração científica começa por uma escolha que só tem justificação subjetiva. Dessa forma, as proposições históricas ou sociológicas são proposições de fato e não pretendem atingir verdades essenciais – elas visam atingir uma realidade definida, a conduta dos homens, na significação que lhe dão os próprios atores (ARON, 1999).

Tais considerações atribuem caráter social ao empreendimento científico que, como tal, não está imune da ação humana (nem teria sentido estar). Assim, procede-se em consonância com essa linha de pensamento, levando-se em consideração que, enquanto processo social, o conhecimento científico em curso está sujeito à avaliação e enquadramento em relação ao que é valorizado na comunidade científica. Nesses termos, concorda-se com DiMaggio (1995, p. 396), quando afirma que a

construção teórica é um empreendimento cooperativo entre autores e leitores: a recepção de uma teoria sustenta-se em muito mais do que seu potencial científico;

no curto prazo, tendemos a reduzir teorias a slogans [utilizando-as indistintamente]; e no longo prazo, brilhantes analistas podem transformar teorias confusas em obras canônicas [rearticulando-as]. Se o primeiro [...] salienta a necessidade de teóricos exercitarem julgamento e escolha, o segundo sugere a importância do ambiente e do acaso.

Para tratar desses aspectos, resgatam-se, na seqüência, considerações acerca da sociologia da ciência, para depois tratar do modo como pode ser apreendida por meio de procedimentos ligados ao campo da cientometria.

2.2.1 Sociologia da Ciência, Epistemologia Social e Conhecimento Científico

“Sociologia do conhecimento é um termo somativo para um conjunto de afirmações teóricas e estudos empíricos que lidam de diversas formas com o relacionamento entre vários processos e produtos da cognição humana e outros fatores socioculturais” (CAMIC, 2001, p. 8143). Focando em diferentes formas de manifestação do conhecimento (idéias, teorias científicas, ideologias, visões de mundo, doutrinas políticas ou religiosas, crenças morais, filosóficas e éticas, normas sociais, práticas do conhecimento cotidiano, discursos, entre outros), a sociologia do conhecimento, ainda segundo Camic (2001), trata das conseqüências socioculturais dessa amplitude de produtos e processos intelectuais e, particularmente, de suas origens e transformações.

Segundo Swidler e Ardití (1994), a sociologia tradicional do conhecimento (ligada essencialmente à obra de Scheler e Mannheim) tinha como problema-chave a compreensão do processo pelo qual a posição social de indivíduos e grupos molda seu conhecimento. Mais propriamente, interessava-se pelo modo como estruturas intelectuais eram diferentemente formadas em ambientes sociais e históricos distintos, direcionando assim sua atenção para fontes sociais de conhecimento e ideologia política. Swidler e Ardití (1994) reforçam que as preocupações dessa linha era com sistemas formais de idéias, especialmente em questões ligadas à visão de mundo e política de intelectuais. Nesse âmbito, investigava as formas pelas quais interesses sociais pudessem desviar a compreensão objetiva, desinteressada, do mundo – o que conota o termo conhecimento. A ênfase política é marcante nesse tipo de abordagem embora, retrospectivamente observado, apresente uma concepção estreita da relação entre conhecimento e posição social (GOLDMAN, 2006; MERTON, 1970 [1945]; SWIDLER; ARDITI, 1994).

Posteriormente, a sociologia do conhecimento passou por mudança de orientação a partir da obra *A Construção Social da Realidade*, de Berger e Luckmann (1996) que,

seguindo a tradição fenomenológica de Alfred Schutz, trouxe a análise da vida cotidiana e daquilo que é considerado legítimo na sociedade para o foco dos estudos na área. Como expõem os autores, “uma ‘sociologia do conhecimento’ terá de tratar não somente da multiplicidade empírica do conhecimento nas sociedades humanas, mas também dos processos pelos quais *qualquer* corpo de ‘conhecimento’ chega a ser socialmente estabelecido como ‘realidade’ [...] *a sociologia do conhecimento diz respeito à análise da construção social da realidade*” (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 13-14, *itálicos dos autores*).

Diferentemente dos anteriores, mas também especialmente importante para a consolidação da sociologia do conhecimento estão os trabalhos de Merton. Analisando as origens da área, Merton (1970) reconhece os avanços e a importância das abordagens de seus predecessores, mas procura revisá-las, considerando o conhecimento sob nova perspectiva. Para isso, elabora um paradigma para a sociologia do conhecimento, na qual o considera como elemento multifacetado derivado de produção mental humana e não apenas uma categoria amorfa, no modo como era tratado na sociologia tradicional (CAMIC, 2001). Conforme explica Merton (1970, p. 557), “a sociologia do conhecimento nasceu com a notável hipótese de que até mesmo as verdades tinham de ser consideradas socialmente explicáveis, que tinham de ser postas em relação com a sociedade histórica em que apareciam”; entretanto a análise focada na relação entre os tipos de conhecimento e as bases socioculturais, respectivamente tratados pelo autor como esferas de produções mentais e bases existenciais, foram, segundo ele, negligenciadas por seus predecessores.

Nestes termos, o raciocínio desenvolvido por Merton estimulou avanços variados em diferentes frentes de pesquisa, que desenvolveram aspectos programáticos próprios, como foi o caso da sociologia da ciência (CAMIC, 2001). Para Kurzman (1994), a sociologia da ciência pode ser considerada o principal subcampo da sociologia do conhecimento.

É importante notar que a sociologia tradicional do conhecimento, bem como da ciência, como avaliam Camic (2001), Fuchs (1992) e Goldman (2006), pressupunha a separação entre fatores socioculturais, considerados externos ao conhecimento, e os conteúdos substantivos dos processos ou produtos do pensamento. Essa distinção entre aspectos externos e internos converge com a idéia de que a explicação sociológica do conhecimento envolve principalmente a consideração de macro fatores externos.

Epistemologicamente, Fuchs (1992) afirma que essa distinção entre domínios internos e externos da ciência marca a tradição realista, que entende a ciência como modelo de verdade, imparcial e objetiva. Nesse sentido, opõe a racionalidade da ciência e fatores sociais. A

ciência, sob esse enfoque, seria isenta de sociologia, apresentada prescritivamente e ligada apenas a aspectos epistêmicos decorrentes da lógica e da realidade.

Merton desenvolveu sua abordagem, orientando-se principalmente por dimensões normativas institucionalizadas que direcionariam o comportamento de cientistas. A ciência para Merton é tratada como instituição social, com papéis específicos: sistema de reconhecimento e recompensas, e normas sociais próprias, com seu *ethos* científico. Nestes termos, coloca a ciência como instituição mundana; embora não esteja preocupado com as interações rotineiras na prática científica como por seu conteúdo substantivo, sua abordagem se diferencia de seus antecessores, e firma-se quase como sinônimo da sociologia da ciência tradicional. Nesse sentido, embora privilegie a influência de fatores socioculturais (externos) sobre o comportamento, promove aproximação entre essas duas dimensões. Ao contrário de críticos, ele parece não concordar com a impossibilidade de análise sociológica ligada à sua abordagem (COLE, 2004; MERTON, 1988).

Na realidade, essa crítica refere-se à pouca ênfase que esses estudos tradicionais, em especial, e em algum grau a abordagem mertoniana da sociologia da ciência, deram as operações internas da ciência bem como ao seu conteúdo. De acordo com Fuchs (1992, 1993) novas abordagens têm procurado superar a distinção interno/externo, tratando a ciência como campo social sem status epistêmico privilegiado, em que a construção do conhecimento científico seja vista como decorrência de processos sociais de interação e negociação entre cientistas, do fazer-ciência (FUCHS, 1993). O ponto importante aqui é que ciência e conhecimento reagem (somente) ao social; pressões epistêmicas são tratadas como pressões sociais. Assim, postulados conceitualmente verdadeiros referem-se a instituições sociais fundamentais que aparentam ser naturais, universais e imutáveis (FUCHS, 1993, p. 23), diferenciando-se, com isso, do realismo da filosofia da ciência tradicional, em que as pressões sociais são reificadas por pressões epistêmicas (FUCHS, 1993).

Com base nessa aproximação com o social Fuller (2002a) sustenta suas idéias e defende o que chama de epistemologia social. Para ele, trata-se de “movimento intelectual transdisciplinar, que busca reconstruir os problemas epistemológicos admitindo que o conhecimento seja intrinsecamente social” (FULLER, 2002a, p. ix). Nesse sentido, explica Goldman (2006, p. 6), a partir do momento em que se pressupõe que o termo conhecimento seja utilizado para “qualquer tipo de crença (ou pelo menos crença institucionalizada), seja verdadeira ou falsa, justificada ou injustificada”, sobre o qual se esteja especificamente interessado em influências sociais, trata-se de elaborações no âmbito da epistemologia social.

Goldman (2006) esclarece ainda que sob esse enfoque, além das abordagens tradicionais, há outras que, diferentemente, consideram de modo relativo as questões de verdade, justificativa e racionalidade. Nesses casos, a preocupação não é com crenças universais, mas com os contextos das comunidades que as tornam legítimas, ou seja, não se admite uma liberdade de contexto de modo a se obter normas supraculturais. Há interesse claro em compreender as práticas de formação de crenças. Sob esse enfoque, de modo geral, passa-se a admitir que qualquer conteúdo de conhecimento científico é acessível à análise sociológica (FUCHS, 1992), reduzindo o status epistemológico da ciência como fonte peremptória de informação.

Neste ponto, Goldman (2006) situa, a título de exemplo, o denominado programa forte da sociologia do conhecimento (BLOOR, BARNES; HENRY, 1996), por se tratar de abordagem que chama atenção para a contextualização do conhecimento. Sob essa perspectiva, considera-se que cientistas tanto são influenciados por elementos externos, ou seja, fatores sociais não propriamente do campo científico, como definem um campo de poder político, orientado pela persuasão científica em torno dos resultados de seus trabalhos, contrastando assim com preocupações epistêmicas **genuínas**.

Parte dessas abordagens decorre da reviravolta cultural que marcou os estudos de sociologia a partir de meados dos anos 70. Nessa linha antitradicional, destaca-se a sociologia do conhecimento científico (SSK), cujos defensores entendem que não existem fatos ou entidades, mas sim construções resultantes das interações sociais, o que Goldman (2006) define como construtivismo forte. Nesse caso, a preocupação restringe-se aos processos sociais em nível micro operantes nas atividades de produção de ciência (conhecida como a sociologia de laboratório), enfatizando as interações humanas das quais idéias emergiriam e seriam transmitidas (CAMIC, 2001; FUCHS, 1992; LEYDESDORFF, 2001). A proposta da SSK atribui prioridade social e não epistêmica à ciência (FUCHS, 1992) e, em determinado sentido, orienta-se por uma crítica epistemológica à sociologia mertoniana da ciência, apresentando argumentos não em favor da compreensão de processos que possibilitem compreender o conhecimento como válido, como propusera Merton com a idéia normativa do *ethos* científico, mas sim direcionados à explicação sociológica do modo como os grupos sociais de cientistas atuam no sentido de tornar o conhecimento aparentemente factual (FUCHS, 1992; HARGENS, 2004). Como explica Shappin (1995, p. 297),

In just that sense, SSK set out to construct an ‘anti-epistemology,’ to break down the legitimacy of the distinction between ‘contexts of discovery and justification,’ and to develop an anti-individualistic and anti-empiricist framework for the sociology of knowledge in which ‘social factors’ counted not as contaminants but as constitutive of the very idea of scientific knowledge [...] SSK developed in opposition to

philosophical rationalism, foundationalism, essentialism, and, to a lesser extent realism. The resources of sociology (and contextual history) were, it was said, necessary to understand what it was for scientists to behave 'logically' or 'rationally,' how it was that scientists came to recognize something as a 'fact' or as 'evidence' for or against some theory, how, indeed, the very idea of scientific knowledge was constituted, given the diversity of the practices claiming to speak for nature.

Evidentemente, essa abordagem não está isenta de críticas. O reconhecimento da ciência como social, embora seja aspecto inovador (decorrente do programa forte sugerido por Bloor), fez com que, nesse caso, se reduzisse o social apenas às interações cotidianas (GOLDMAN, 2006), transformando o campo em sociologia das idéias (CAMIC, 2001). Fuller (1999c) entende que esse tipo de abordagem, especialmente em sua vertente mais radical caracterizada pelas idéias de Latour, ao se apoiar em práticas discursivas e modelos de negociação baseado na manipulação de recursos traz uma visão distorcida da ciência⁴, sustentada em jogos lingüísticos que desmistificam a própria idéia da ciência como valor cultural decorrente da prática humana. Kuhn (1992)⁵ também reagiu criticamente à SSK, procurando desassociar seu trabalho da apropriação feita por autores dessa linha de estudos, que consideravam suas idéias ponto de partida para uma sociologia não mertoniana do conhecimento científico, esforço não reconhecido por Kuhn (COLLINS, 1983).

No que diz respeito à produção da ciência, não haveria de faltar nessa revisão da literatura tratar das idéias de um de seus mais proeminentes representantes: Thomas Kuhn. Para Collins (1983), ao lado de Merton e de Price, Kuhn é um dos responsáveis pela consolidação da sociologia da ciência enquanto disciplina, embora o considere, ao lado de Price, como influência externa da área propriamente dita. Nesse momento, vale recapitular as características mais salientes de seu trabalho mais conhecido, *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2006 [1970]), já que Merton e Price serão alvos de comentários em tópicos subseqüentes desse referencial.

Kuhn é conhecido por apresentar um modelo de desenvolvimento científico baseado em dois componentes principais: ciência normal e revolução científica, amparados pelo conceito de paradigma e incomensurabilidade paradigmática. De acordo com Kuhn (2006, p. 77), “a ciência normal, atividade que consiste em solucionar quebra-cabeças, é um empreendimento altamente cumulativo, extremamente bem sucedido no que toca ao seu objetivo, a ampliação contínua do alcance e da precisão do conhecimento científico”. Como tal, difere dos períodos de revolução científica, pois pressupõe concordância entre cientistas quanto aos fundamentos

⁴ Ver também, comentários no âmbito da ciencimetria em Small (2004) e Baldi (1998) a esse respeito.

⁵ Citado em Shapin (1995).

da sua disciplina, o que remete à noção de paradigma. Para Kuhn (2006), o alcance da fase paradigmática é sinal de maturidade do campo científico e, grosso modo, é marcada pelo fim do debate acerca de princípios que governam a atividade científica nessa disciplina. Como explica Assis (1993, p. 137), o estabelecimento de períodos de ciência normal não significa ausência de especialização no âmbito disciplinar, “o que importa é todos os grupos admitirem uma ontologia comum e, mesmo estudando fenômenos diferentes, concordarem com que estes sejam manifestações das entidades catalogadas naquela ontologia aceita por todos”. Já períodos de revolução científica⁶ são marcados pela substituição total ou parcial de um paradigma por outro novo, incompatível com o anterior (KUHN, 2006, p. 125), o que, numa interpretação mais estrita, significa incomensurabilidade entre paradigmas distintos.

Um aspecto importante que está subjacente às noções de paradigma e ciência normal diz respeito ao papel de normas sociais e valores na composição da uma matriz disciplinar (KUHN, 2006, p. 228), definida enquanto faceta sociológica da noção de paradigma. Nesse sentido, considera-se o paradigma como comunidade coesa de praticantes compartilhando compromissos simbólicos no modo como coletivamente devem exercer a atividade científica, o que implica não apenas seus aspectos cognitivos, mas normativos dos paradigmas (KROPF; LIMA, 1999; KUHN, 2006; JACOBS, 2002). Diante disso, a incomensurabilidade é mais bem tratada enquanto ausência de uma linguagem comum entre paradigmas distintos, de modo que seus respectivos partidários passam a travar um “diálogo de surdos” (KUHN, 2006, p. 144), sem que isso implique, necessariamente, incomensurabilidade total entre teorias (ASSIS, 1993). A mudança paradigmática, assim, acarreta alterações nos critérios de legitimidade e solução dos problemas; por isso, por serem constitutivas da visão de mundo, são revolucionárias para o sujeito que passa por essa experiência, mas não necessariamente para o observador, sendo gradualmente aceitas pela comunidade (KUHN, 2006). Em outro sentido, não há campo neutro na avaliação de paradigmas – não são alvo de decisão racional em sua comparação – por cada um deles carregar dentro de si não apenas elementos de teoria, mas também seus próprios métodos de avaliação, no que tange aos pressupostos de sua validade, o que é diferente de sua validade de fato em relação a natureza.

As idéias apresentadas por Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas* estabelecem uma perspectiva de transformação científica não prescritiva e não teleológica no

⁶ Períodos de revolução científica possuem características bem similares aos de ciência pré-paradigmática quando há diferentes escolas e partidários de fundamentos distintos, amparados em ontologias diferentes, e direcionados para um conjunto mal definido de problemas (ASSIS, 1993; KUHN, 2006).

sentido evolucionista que possa ser atribuído ao progresso científico. Kuhn trouxe uma perspectiva segundo a qual as dimensões social e cognitiva, em termos do conteúdo do conhecimento, deve ser entendidas como imbricadas. O paradigma “é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma. [...] Um paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência” (KUHN, 2006, p. 221/226); ou seja, é uma forma de ver o mundo, ao mesmo tempo que denota uma organização social dotada de valores e normas próprias (KROPF; LIMA, 1999)⁷.

Por outro lado, as idéias de Kuhn sofreram diferentes críticas (ver ASSIS, 1993; COLLINS, 1983), das quais duas delas serão tratadas a seguir por trazerem elementos importantes para o presente estudo. Giddens (1978), embora aceite as reflexões posteriormente publicadas por Kuhn acerca do conceito de paradigma (que considera de modo mais claro sua dimensão metafísica, sociológica e artefactual), ainda assim não as considera suficientes para reverter o que critica como alto grau de unidade interna no paradigma. Para ele, a concepção de paradigma como jogos de linguagem discretos traz dificuldades relacionadas à mudança paradigmática. A exagerada ênfase na unidade interna dos paradigmas faz com que sejam vistos num sentido doutrinário, praticamente autônomos em face de influências sociais e interesses de origem externa ao âmbito da ciência, além da incapacidade de estabelecer vias de comunicação entre os quadros de significados dos diferentes paradigmas. Giddens (1978), assim, sugere que, como ponto de partida, se deve adotar não a separação lógica entre os quadros de significado de paradigmas distintos, mas a consideração de que “todos os paradigmas são mediados por outros” (GIDDENS, 1978, p. 152), tanto no nível do sistema social quanto do indivíduo. Dessa forma, os limites entre o que seria interno ou externo aos quadros de significância se diluem no processo de interpretação; o paradigma, no sentido extremado decorrente da abordagem de Kuhn, passa a ser ilusório. Assim, ele conclui:

conhecer um novo paradigma é abarcar um novo quadro de significância, no qual as premissas familiares são alteradas: os elementos do novo esquema são aprendidos através de alusão metafórica ao velho. [...] O que se aplica à consistência dos quadros de significância também se aplica, no entanto, à inconsistência, e aos significados colocados sob *controvérsia* ou *constatados*: isto é, eles também devem ser entendidos hermeneuticamente (GIDDENS, 1978, p. 156-157, *itálico do autor*).

⁷ Segundo Kropf e Lima (1999), a abordagem de Kuhn avança em relação ao tratamento da ciência para além de seus aspectos institucionais ao tratar do conteúdo do conhecimento científico, mas ao mesmo tempo, mantém-se próxima à perspectiva mertoniana, no sentido de atentar para as dimensões sociais da ciência, preocupando-se com a análise da prática científica e a localização espaciotemporal do paradigma (embora Kuhn atribua maior grau de autonomia da ciência em relação a condições sociais do que a abordagem mertoniana).

Steve Fuller é outro autor que critica algumas das idéias de Kuhn. Segundo ele, não basta apenas entender a necessidade de a epistemologia social compreender a organização do sistema de conhecimento e a forma com que eles limitam os tipos de conhecimento que se pode ter (FULLER, 1999b). É necessário ir além, afastando-se da idéia de que esse sistema decorra genericamente por sua orientação para a verdade, sua natureza progressiva ou racional. Para ele, nada assegura que ele possua todas as virtudes certas. Diferentemente de abordagens tradicionais, o autor não considera a ciência merecedora de status social destacado e, portanto, preocupa-se com o tipo de conhecimento necessário, bem como com as condições em que será produzido ou distribuído (FULLER, 2002a). Assim, entende que seja necessário um sistema normativo, ligado a metanormas, no sentido de parâmetros, para discordâncias substantivas e linhas de pesquisa particulares que deveriam ser perseguidas. No entanto, complementa, no tocante a metanormas, é favorável à idéia de sociedade aberta, colocada por Popper (FULLER, 1999a), ao entender a pesquisa e o conhecimento como inacabados. Nesse sentido, afirma não presumir que haja um segmento epistêmico distinto, cuja governança possa ser discutida independentemente de outros aspectos da vida social. Para ele, o termo conhecimento refere-se a um conjunto de comportamentos ou eventos, cada qual podendo ser explicado adequadamente, sem se fazer referência a propriedades epistêmicas específicas (FULLER, 2002b). Nesse caso, a questão epistêmica nada mais é do que uma tentativa de coordenar ou organizar esses comportamentos e eventos em direção a um fim, para atribuir caráter legítimo, por força da retórica política ou moral, à discussão epistemológica de algo. Dessa forma, construção de campos de pesquisa passam a ser explicáveis, a partir de suas condições sociais e materiais, o que afasta suas idéias de duas posições extremas na filosofia da ciência, nenhuma das quais é capaz de apresentar uma perspectiva normativa diante da realidade empírica: o apriorismo e o aposteriorismo. Fuller (2002b), nesse sentido, não defende a idéia de se ditar objetivos epistêmicos específicos, embora seja possível, enquanto epistemologista, advertir sobre arranjos institucionais que melhor se enquadrem na busca dos objetivos em curso da atividade científica: o **deve ser** precisa ser extraído do **é**, adverte o autor. Críticos advertem que sua abordagem falha no seu propósito normativo (ver, por exemplo, GOLDMAN, 2006; GRASSWICK, 2002) por não especificar o fim para a ciência, deixando isso a cargo da investigação empírica, o que eliminaria o elemento epistemológico de sua abordagem. Obviamente, o autor discorda, argumentando que não há separação definitiva entre o social e o epistemológico, já que admite que a ciência, enquanto sistema social, é relacional (FULLER, 2002b). Nesse sentido, defende a idéia de que enunciados filosóficos geralmente estão em conflito com a prática científica e, portanto, prescrever (*a*

priori) ou inferir a partir de tendências dominantes no comportamento científico (*a posteriori*), diferem daquilo que de fato ocorre no sistema social da ciência (FULLER, 2002b).

Com base nesse quadro analítico, Fuller faz restrições às idéias de Kuhn, especialmente no que diz respeito à noção de paradigma. Fuller (1999a) sugere que a noção de movimento tem mais sentido do que a de paradigma para explicar a dinâmica da ciência. Para o autor, a idéia de paradigma de Kuhn traz uma tensão divisiva (anomalia-crise-revolução-novo paradigma), comumente entendida negativamente em relação ao progresso da ciência, e que deveria ser minimizada a todo custo. Fuller (1999a, 1999b, 1999c, 2001) utiliza como ilustração e, como alvo de sua crítica, aqueles autores pertencentes a um segmento da SSK, os estudos em ciência e tecnologia (STS), já mencionados anteriormente. De acordo com Fuller, essa linha de pensamento tem sido relativamente insensível às condições institucionais do conhecimento científico, confinada em seu próprio discurso, sob ação política de seus representantes, que buscam promover a abordagem, embora não admitam sua exposição à crítica pública. Para Fuller (1999a), esse tipo de visão fechada em torno de si mesma representa o que chamou *paradigmite*, fenômeno que, conscientemente ou não, faz com que cientistas da área evitem ou impeçam contato relevante com abordagens exteriores. Ao tratar daquilo que está dentro do paradigma ou do que está fora dele, mas nunca ambos simultaneamente, promove-se a circunscrição dos trabalhos em torno da idéia de ciência normal, nesse caso demonstrando tendência ao objetivismo, já que acaba por proteger a integridade do paradigma pela definição de uma fronteira artificial em relação a outras externas.

Como contraponto, Fuller apóia-se na perspectiva popperiana. Segundo ele, por ser mais envolvente no âmbito social, reconhecendo a participação ampla da sociedade (e não somente de especialistas contidos no paradigma) num processo dialético de crítica mútua, possibilita um modelo de pesquisa baseado em conjecturas e refutações pelo qual tendências são negociadas, descartadas ou ainda superadas pelo debate e não por restrições prévias. Nestas bases, a noção de movimento é proposta como epistemologia social alternativa, mais adequada na representação da articulação social que leva à objetividade, não como competência do treinamento científico, mas como propriedade resultante da interação social (no sentido de intrasubjetividade, conforme MACHADO-DA-SILVA, FONSECA; CRUBELLATE, 2005).

Sob essa ótica, um movimento não é forte por resolver suas diferenças internas, mas sim por articular essas diferenças, envolvendo segmentos mais amplos da sociedade (FULLER,

1999a; DOMINGUES, 2004). “Enquanto um movimento carrega o ônus de tentar persuadir pessoas que ainda não estão completamente crentes, membros de um paradigma supõem a força de seu comprometimento mútuo e imaginam como uma mudança substancial de direção seria possível [...] um paradigma não é mais do que um movimento social desabilitado [*arrested*]” (FULLER, 1999a, p. 418). Por representarem a incapacidade criativa de envolvimento/ transformação, paradigmas, nesse sentido, equivaleriam a seitas intelectuais cujo discurso permanece sempre moldado pela mentalidade interna; seu desaparecimento é questão de tempo. Nesse caso, o conhecimento se torna esotérico e os artefatos fetiches.

Diante disso, o autor chama atenção para o conceito de movimento social, desvinculado de estereótipos negativos e compreendido segundo uma dinâmica de credibilidade, a qual expressa a dimensão política da atividade científica. Citando Wuthnow (1989), afirma que movimentos são praxes cognitivas flexivelmente organizadas que produzem conhecimento por propiciar e desabilitar certas transformações da vida social (FULLER, 1999a, p. 420). Assim, movimentos bem sucedidos operam no sentido de manter seu dinamismo, sua forma distintiva de consciência, à medida que ganham credibilidade no alcance de seus objetivos. A tensão essencial, nesse caso, se faz presente entre a criatividade necessária e a aquisição de credibilidade, muitas vezes relacionada ao grau de estabilidade de seu conteúdo. Cunhada de credibilidade dinâmica, essa tensão reflete a interação do movimento com seu contexto, ao se lidar com a articulação entre o culto e a co-optação, respectivamente, aspectos da ligados à crença e a justificação do conhecimento.

Ademais, essa tensão é diferente daquela exposta por Kuhn entre inovação e tradição, presente na definição da forma de conhecimento de um paradigma. A tensão essencial definidora do conhecimento do movimento envolve mostrar que origens diferentes de vários grupos de interesse convergem para uma causa comum. Por um lado, diz respeito à manutenção da comunidade já existente intacta, homogeneizando suas características mais díspares. Por outro, refere-se à ampliação do número de integrantes da comunidade pela integração de seus diferentes ramos em uma única trajetória, recrutando membros da sociedade. Assim, os termos distintivos de um movimento passam a ser os mesmos pelos quais aqueles que estão fora dele se definem a si mesmos, estabelecendo uma relação dinâmica com o contexto.

Paralelamente a esse debate, outras abordagens ligadas à produção do conhecimento e mudança científica também ganharam destaque na sociologia da ciência, em sua vertente não tradicional. Dentre elas, é possível enquadrar a noção de campo científico de Bourdieu. Para ele, “o campo científico é um microcosmo social, parcialmente autônomo [...] É, em certo

sentido, um mundo social *como outros* e, como o campo econômico, conhece as relações de força e de luta de interesses, as coalizões e monopólios [...] mas é também *um mundo à parte*, dotado de suas regras próprias de funcionamento” (BOURDIEU, 1995, p. 3). Assim, pondera que o campo científico pode ser considerado um sistema de relações objetivas entre posições definidas por relações de poder, ou seja, pela distribuição de capital político e científico, especialmente, acumulado no decorrer de disputas anteriores (BOURDIEU, 1991). Nesse sentido, o campo científico é também o lugar de luta concorrencial, cujo desafio específico é estabelecer o monopólio da autoridade científica, inseparavelmente definida como capacidade técnica e poder social. Segundo Bourdieu (1991), a disputa política sobre a propriedade científica representa ao mesmo tempo o debate científico e epistemológico sobre o significado e a natureza de descobertas científicas. Logo, o campo científico pode ser caracterizado pela disputa pelo monopólio da competência científica, entendida na acepção da capacidade, reconhecida socialmente, de falar e agir legitimamente, ou seja, de maneira autorizada e com autoridade em matéria de ciência (BOURDIEU, 1983, p. 123).

Swidler e Ardit (1994) consideram as idéias propostas por Bourdieu um avanço em relação às abordagens tradicionais, tendo em vista sua consideração do conhecimento científico de modo similar a outros tipos de conhecimento social, fundado na noção de *habitus* (vide LENOIR, 2006), além do seu enfoque sobre práticas, ligadas ao conjunto de capacidades e hábitos incorporados e utilizados pelos atores sociais na disputa interna no campo, que também reproduziriam as distinções e hierarquias sociais.

Bourdieu também é visto por Swidler e Ardit (1994) como representante da nova sociologia do conhecimento, abordagem decorrente da expansão de estudos culturais para as ciências sociais, entendendo que sistemas formais de idéias estão ligados a padrões culturais mais amplos. Conforme explicam, a nova sociologia do conhecimento investiga como formas de organização social produzem ordens de conhecimento possíveis, expandindo o objeto do campo para além dos conteúdos do conhecimento e envolvendo também formas e práticas do conhecer. Assim, procura entender não somente idéias desenvolvidas por especialistas, mas estudar as estruturas de conhecimento ou consciência que moldam o pensar das pessoas comuns. Nesses termos, direciona a atenção para aqueles elementos culturais que são mais explícitos, ligados a esferas institucionais específicas e historicamente variáveis: mídia, memória coletiva, padrões de autoridade, poder social de práticas institucionais, identidade, fronteira e categorias de sistema, conhecimento informal.

Fazendo a tradução dessas idéias para o campo da produção científica, no âmbito do interesse do presente trabalho, é possível admitir que textos (publicações) influenciam a

estrutura do conhecimento, não apenas como repositório de informações, mas também por propiciar elementos que afetam a dinâmica do conhecer, ou o exame do conhecimento acadêmico, por meio da análise de conteúdos, relações de autoria, transmissão e genealogia de textos e idéias, entre outros aspectos. Outro painel de interesse e que apresenta relação com as preocupações da nova sociologia do conhecimento diz respeito ao modo como padrões de autoridade e de organização social podem exercer influência sobre a produção científica. Nesse sentido, é viável admitir que a autoridade do conhecimento possa ter relação com padrões sociais de autoridade (grupos, pessoas, instituições), o que influenciaria a disposição de abordagens, métodos ou fundamentos (referências) no campo. Ademais, estruturas de relacionamento entre atores no campo acadêmico podem ter influência sobre o modo como o conhecimento se organiza, conforme já observado por Fuller, ao contrapor as noções de paradigma e movimento. Além disso, temas ligados à autonomia da ciência e seu controle sobre o sistema de recompensas, ou ainda sobre comunidades de discurso, podem ser estudadas no foco da hierarquização ou estratificação social e sua influência sobre o sistema de produção de conhecimento acadêmico, como já o fizeram Merton, Bourdieu e Fuller, mencionados anteriormente.

Para finalizar essa revisão acerca de diferentes abordagens ligadas à sociologia da ciência, cabe tratar, ainda que brevemente, de duas outras abordagens que, de certa forma, adotaram um enfoque diferente do até aqui discutido, privilegiando aspectos organizacionais da ciência. Whitley (2000) baseou-se tanto nos estudos de laboratório da sociologia do conhecimento científico quanto em abordagens de desenvolvimento científico (como Kuhn) para investigar condições de desenvolvimento científico, fundado no estabelecimento de unidades de produção de conhecimento. Para isso, propôs um quadro analítico sustentado em duas dimensões: o grau de interdependência de pesquisadores e o nível de incerteza sobre o sentido e a significância dos resultados de pesquisa. Com base nisso, propôs uma tipologia de campos científicos com base organizacional. Conforme reiterou posteriormente, a estrutura analítica desenvolvida por ele no estudo de campos científicos chamou atenção para questões importantes desse tipo de análise: foco na explicação do fenômeno científico enquanto sistema com organização diferenciada e que varia ao longo da espaciotemporalidade; atenção às atividades humanas e no modo pelo qual elas variam, no sentido de proporcionar controle, coordenação de determinados propósitos, especialmente a questão da autoridade; reflexão sobre os arranjos institucionais e grupos de interesse (WHITLEY, 2006). Whitley (2000) procurou tratar a ciência como tipos especiais de organizações de trabalho, baseadas em sistemas de reputação e controle, as quais estão sujeitas a variações conforme a alteração de

fatores contextuais. Essas variações poderiam, segundo o autor, provocar mudanças também nos campos científicos, em sua organização social e intelectual. Como explica Leydesdorff (2001), a abordagem de Whitley (2000) procurou deslocar o foco dos estudos em ciência do nível das práticas individuais de cientistas para um tipo de problema multinivelado, orientado sobre instituições sociais, no caso consideradas como regras e recursos cognitivos, analisados de modo agregado. Isso ocorreu a partir da definição de campos científicos como a agregação de comunidades científicas. De acordo com Whitley (2000, p. 82), “campos científicos tornaram-se mais importantes como unidades distintas de produção e controle do conhecimento [...] Eles fazem a mediação entre as estruturas sociais mais amplas e os micro-processos do dia-a-dia de pesquisa e negociação sobre o significado e a significância dos resultados”. Leydesdorff (2001), porém, observa que nessa tentativa Whitley (2000) não pode ser considerado bem sucedido. Em sua opinião, o autor incorreu em uma conclusão metodológica errada, quando afirmou que seria possível compreender a organização intelectual da ciência em termos de sua organização social e histórica. Para Leydesdorff (2001), embora possam estar correlacionadas empiricamente, não há como assegurar a existência de relação causal entre elas. Para ele (2001), segundo o esquema teórico de Whitley (2000), não há necessariamente uma relação entre o modo como disciplinas estão cognitivamente organizadas e como elas funcionam enquanto organizações de trabalho, embora seja possível associar variações no conteúdo do conhecimento científico em relação à história social; recompensas e reputação não podem ser tratadas como parâmetros para o sistema, mas indicadores ou intermediários. Diante disso, Leydesdorff (2001, p. 26-27) ressalta que “a organização social e intelectual das ciências se determinam mutuamente em interações sociocognitivas, mas elas apenas condicionam (facilitam e restringem) uma a outra nas variações remanescentes (isto é, dada a interação)”.

Fuchs (1992, 1993) baseou-se parcialmente em Whitley (2000) para sugerir sua proposta de mudança na organização científica. Ele entende a ciência como fenômeno social, com facetas políticas e de conflito social, envolvendo condições materiais e organizacionais para o trabalho científico. Assim, apoiando-se em Bourdieu, afirma que a ciência é campo intensamente competitivo e antagônico; por essa razão, apresenta características que considera importantes na ocorrência de mudanças. Em sua proposta, a mudança varia de acordo com duas dimensões: (a) tipos de recursos em disputa (materiais ou simbólicos); (b) montante de ganhos envolvidos (recompensas). Trata-se de competição por reconhecimento e reputação, aspectos variáveis ao longo da dinâmica de produção intelectual. Essa variação dependeria de outros elementos: dependência mútua (referente ao nível de integração social de um grupo ou

rede, o que influencia o reconhecimento mútuo e o acesso a recursos) e incerteza nas tarefas diárias, como propriedade das tarefas ou percepção. Com base nesses aspectos, apresenta uma matriz, que tipifica as formas de mudança científica (especialização/acumulação, fragmentação e descoberta permanente), além de considerar a possibilidade de estagnação (FUCHS, 1993, p. 940). Com essa proposta analítica, Fuchs se propõe ampliar a noção de mudança científica, amplamente amparada na dicotomia normal/revolucionária de Kuhn. Segundo ele, é necessária uma teoria que considere maior variação na prática científica.

Todas essas abordagens trazem questões importantes sobre o entendimento do conhecimento científico, como produto e processo social decorrentes da interação dos cientistas numa comunidade ou campo social. Por este estudo considerar a perspectiva institucional nos estudos organizacionais como objeto central de análise, as considerações acima tratadas possibilitam reconhecer diferentes dimensões passíveis de serem analisadas. A principal delas reside na tensão, ou seguindo a alternativa estruturacionista que orienta este trabalho, na dualidade entre as dimensões social e epistemológica/intelectual do conhecimento, a qual reconhece a existência de recursos materiais, autoritários ou cognitivos presentes na comunicação, produção e conversação acadêmica, por sua vez expressas em termos mais ou menos consensuais, em torno de conjuntos de pressupostos que definem a natureza e significado do conhecimento produzido.

2.2.2 A Sociologia da Ciência Mertoniana

Considerado um dos maiores nomes da sociologia americana e talvez mundial, Merton, ao lado de Kuhn, é figura de expressivo valor nos estudos sobre conhecimento, especialmente, a ciência. Suas idéias, vastamente apresentadas ao longo de sua carreira (Merton morreu aos 92 anos, em 2003, com mais de 170 artigos publicados, 29 livros, entre outras publicações), exerceram e, provavelmente, continuam provocando reações nos mais diferentes campos de estudo (Garfield, 2004a, identificou que em 2003, Merton foi citado por áreas que variavam da criminologia, corrupção, suicídio até ergonomia, padrões raciais, *peer-review* entre outros). Resgatar as idéias de Merton sobre a sociologia da ciência e seus desdobramentos sobre o campo da cientometria, mais do que relevante como registro histórico de parte expressiva do desenvolvimento dessas áreas, faz-se de grande importância para que o entendimento de aspectos fundamentais para a análise do comportamento do cientista e de categorias analíticas chaves para o presente estudo.

Merton é freqüentemente reconhecido como um dos autores responsáveis pelo desenvolvimento da sociologia do conhecimento enquanto área especializada nas ciências sociais. Atribui-se a Merton (1970), a responsabilidade por ter elaborado um paradigma para a sociologia do conhecimento, que se difundiu para outras áreas, em especial a sociologia da ciência (BERGER; LUCKMANN, 1996; CAMIC, 2001; COLE, 2004; HARGENS, 2004).

Nesse contexto, Merton concentrou sua atenção sobre disposições morais que envolvem o trabalho do cientista e que, sob a forma de normas, assumem o aspecto de padrão de controle institucional (CUPANI, 1998; KROPF; LIMA, 1999; MERTON, 1957) e até o final da década de 1970, o paradigma mertoniano foi considerado sinônimo da sociologia da ciência, devido à sua proeminência (COLLINS, 1983)⁸. Em sua abordagem, a ciência é considerada uma instituição social, e o conjunto de normas que exercem certa autoridade moral sobre a atitude científica é conhecido como o *ethos* da ciência (MERTON, 1957).

Como fenômeno social, a ciência para Merton é tratada como instituição social, expressa como em imperativos normativos – o *ethos* – que fornecem as bases para a organização e continuidade da ciência enquanto sistema social particular, sob o qual se processa e legitima a conduta dos cientistas e sem o qual o conhecimento válido não seria possível (KROPF; LIMA, 1999). Segundo essa linha de pensamento, é possível presumir que a ciência tenha adquirido relativa autonomia, na medida em que, gradativamente, desenvolveu seu *ethos*, definido por Merton (1996 [1942], p. 267) como “o complexo, com ressonâncias afetivas, de valores e normas que se consideram obrigatórios para o homem da ciência” e inferido “do consenso moral dos cientistas expresso no uso e costumes, em inúmeros escritos sobre o espírito científico e na indignação moral que suscitam as convenções” daquelas normas (CUPANI, 1998, p. 7). A ênfase atribuída a valores do *ethos* da ciência – originalmente formado pelos valores universalismo, comunitarismo, desinteresse, ceticismo organizado, além de originalidade, individualismo e neutralidade emocional, conforme Cupani (1998) – define o que Merton entende pelo aspecto social da ciência, nesse caso, seu sentido institucional.

⁸ Desde o final da década de 1970, diferentes alternativas à sociologia da ciência Mertoniana foram apresentadas. Dentre aquelas com maior destaque por sua oposição ao funcionalismo atribuído à abordagem de Merton está a sociologia do conhecimento científico, em inglês SSK, cujo enfoque se direciona primordialmente para a prática científica em nível micro. Há intenso debate entre segmentos dessas diferentes abordagens, especialmente sobre o que se entende por conhecimento, a abrangência da dimensão social e os propósitos vinculados aos estudos de ciência (COLE, 2004; COLLINS, 1983; FUCHS, 1992; FULLER, 2002a, 2002b; GOLDMAN, 2006; SHAPIN, 1995). Desdobramentos desse debate também têm influenciado os estudos em cienciométrica, como será visto adiante ao se discutir sobre teorias de citação (ver, por exemplo, CRONIN, 1998; LEYDESDORFF, 1998; LEYDESDORFF; AMSTERDANKA, 1990; WOUTERS, 1999).

Por decorrência dessa atenção especial ao controle da conduta de cientistas diante de imperativos institucionais, a abordagem de Merton é normalmente enquadrada como exemplo de sociologia tradicional da ciência e sofre inúmeras críticas por supostamente apresentar uma abordagem estática e idealizada da atividade científica (COLLINS, 1983), prescritiva (KURZMAN, 1994), normativista (GOLDMAN, 2006), não correspondente à realidade da prática científica ou limitadamente social (crítica formulada por representantes da SSK, conforme citado em Fuchs, 1992 e Goldman, 2006), já que privilegia influências de nível macro sobre o comportamento individual. Por essa razão, e de modo mais radical, há aqueles que atribuem a Merton o mérito por elaborar uma sociologia de cientistas, mas de maneira alguma, uma sociologia da ciência (FUCHS, 1992).

O fato de Merton ter orientado seus estudos em sociologia da ciência, ao menos parte deles, para estudar o comportamento diante de normas orientadoras da prática científica, embora favoreça atenção ao sistema normativo de controle social, precisa ser revisitado, tendo em vista alguns aspectos de sua obra que contradizem parte das críticas a ele impostas. Cole (2004) afirma que houve uma interpretação equivocada a respeito das normas da ciência, segundo ele, por parte de construtivistas. Conforme explica, os valores do *ethos* científico não visam descrever a ciência como ela opera de fato na realidade, mas sim serem apresentados como ideais para a prática científica (COLE, 2004). Isso distingue claramente entre a noção de padrão institucional e comportamento efetivo ou, colocado de outra forma, entre a estrutura de valores que confere legitimidade à conduta científica e motivações e percepções ambivalentes presentes no comportamento individual. Menos mecânica e idealizada, vista dessa maneira, a abordagem mertoniana analisa a dinâmica de restrições impostas pelos imperativos normativos em relação às condições sociais particulares inerentes à comunidade científica.

Como explica,

I do not mean to imply that scientists, any more than other men, are merely obedient puppets doing exactly what social institutions require of them. But I do mean to say that, like men in other institutional spheres, scientists tend to develop the values and to channel their motivations in directions the institution defines for them (MERTON, 1957, p. 648 n. 18).

E, completa,

It would appear, then, that the institution of science, like other institutions, incorporates potentially incompatible values [that] call for opposed kinds of behavior. [...] The tension between these kindred values – kindred as Cain and Abel were kin – creates an inner conflict among men of science who have internalized both of them and generates a distinct ambivalence toward the claiming of priorities (p. 647).

Se, por um lado, essa abordagem corresponde a certa ênfase macro, seguramente, ela também apresenta abertura para além de um determinismo estrutural normativista, já que a estrutura institucional da ciência não necessariamente corresponde à motivação dos atores (COLE, 2004, CUPANI, 1998; KROPF; LIMA, 1999; MERTON, 1957); as normas institucionais não seriam conformadoras do comportamento, embora sejam direcionadoras (MERTON, 1957). Isso justifica o fato de Merton ter-se dedicado ao estudo das implicações do *ethos* sobre o modo como cientistas orientam suas ações, discutindo aspectos paradoxais ligados ao comportamento e ao sistema de valores institucionalizado, como no caso das prioridades na descoberta científica (MERTON, 1957; CRONIN, 2004).

Por delimitar seu foco de atenção para esse tipo de problemática, sustentado na concepção de ciência como instituição social, passa a ser de seu interesse a análise da dinâmica e estrutura social interna da comunidade científica. Dentre os temas de maior atenção destacam-se os estudos acerca de propriedade intelectual, comportamentos desviantes⁹, sistema de recompensas e reconhecimento pelos pares, todos relacionados a valores do *ethos* científico, em especial, o universalismo, a originalidade e o comunitarismo.

Nesse íterim, a estratificação na ciência surge transversalmente aos diferentes fenômenos estudados por Merton, entre os quais o Efeito Mateus (MERTON, 1968, 1988), apontado como uma de suas maiores contribuições ao estudo das diferenças no interior da comunidade científica, mesmo em termos de posição social.

Antes de discutir propriamente o Efeito Mateus, vale recuperar o raciocínio desenvolvido por Merton acerca dos assuntos indicados nos parágrafos precedentes, a começar pelo tema da propriedade intelectual (ou científica). Segundo o autor, assim como outras instituições sociais, a ciência possui seu sistema próprio de valores e normas, entre as quais a originalidade (MERTON, 1957). Como explica, a originalidade é o valor supremo da ciência, apresentando forte relação com seu avanço, já que é fator associado às preocupações dos cientistas por reconhecimento e recompensas, materiais ou simbólicas¹⁰. No entanto, Merton (1957) ressalta outros valores do *ethos* científico também são atuantes nessa relação entre originalidade e avanço da ciência. Assim, o reconhecimento atribuído a um cientista por seus pares, o que decorre da norma institucional ligada ao universalismo, normalmente não é

⁹ Merton entende que as reações diante de comportamentos desviantes permitem constatar a estrutura normativa vigente na comunidade científica. “The expression of disinterested moral indignation is a signpost announcing the violation of a social norm” (MERTON, 1957, p. 639).

¹⁰ Para Merton (1957, p. 640), “o interesse pelo reconhecimento é a contraparte motivacional no plano individual da ênfase sobre a originalidade no plano institucional”.

visto com o fim último da atividade científica, mas como objetivo derivado. O universalismo e o desinteresse da atitude científica exigem do comportamento do cientista a humildade, outro valor associado ao *ethos*, contrapondo a prioridade pelo reconhecimento com a atitude em favor da modéstia sobre a colaboração para o avanço do conhecimento¹¹. O sistema de recompensas e de reconhecimento da ciência, como instituição social, então, atua, por um lado, como esforço de resguardar a prioridade sobre a originalidade; mas, por outro, depende do universalismo, para que o conhecimento produzido possa ser considerado válido e disto a legitimidade de recompensas, como o reconhecimento.

Nesse contexto, ainda de acordo com Merton (1957), a propriedade intelectual do conhecimento científico apresenta sentido paradoxal. A propriedade científica, tal como o sistema de recompensas, deriva das relações interativas dos cientistas. Assim, para que seja socialmente reconhecido, o conhecimento produzido não é guardado sob sigilo, mas contraditoriamente, é disponibilizado ao público, exposto à crítica; a propriedade científica não é atribuída pela exclusividade de direitos ao acesso ao que foi produzido, mas pela exposição ao domínio público da ciência, permitindo sua livre utilização por aqueles que assim desejarem (MERTON, 1957, 1988). Nesse aspecto, o sistema de recompensa assegura a propriedade, na medida em que reitera normas institucionais para a pública identificação das fontes. Como consequência, tem-se que quanto maior a utilização deste conhecimento por outros cientistas, maior o reconhecimento pelos pares da contribuição proporcionada pelo trabalho realizado, afirmando sua propriedade intelectual; trata-se do reconhecimento público por pares qualificados da validade das contribuições científicas realizadas por determinado cientista (MERTON, 1988).

Entretanto, adverte Merton (1968), não intencionalmente, o sistema de reconhecimento pelos pares no campo científico promove a diferenciação em termos de posições sociais, de acordo com as recompensas atribuídas às realizações efetuadas. O sistema de reconhecimento

influencia a 'estrutura de classe' da ciência a partir do fornecimento uma distribuição estratificada de oportunidades, entre cientistas, que amplia seu papel como pesquisador [...] Há uma contínua interação entre o sistema de status, baseado em reconhecimento [*honor*] e respeito [*esteem*], e o sistema de classe, baseado em diferenciadas oportunidades de vida, as quais localizam cientistas em posições diferenciadas dentro da estrutura de oportunidade da ciência (MERTON, 1968, p. 57).

¹¹ Caso isso seja tratado de forma inversa (uma inversão de valores), a ciência deslocaria sua prioridade, atribuindo maior ênfase ao reconhecimento, fato que, se desvinculado do valor humildade, poderá gerar atitudes consideradas desviantes em favor do reconhecimento: fraudes, plágio, entre outros. Esses comportamentos desviantes seriam representantes negativos da prioridade científica para a originalidade, a qual teria como aspecto fundamental prover motivação para a descoberta (MERTON, 1957).

Foi nesse contexto de estratificação que Merton (1968) apresentou o Efeito Mateus, cujas consequências se refletem tanto sobre o sistema de comunicação científica, como do próprio sistema de recompensas. Entendido como processo psicossocial, ele consiste na atribuição desproporcional de reconhecimento para aqueles cientistas já com algum grau de reputação no campo em comparação com aqueles que ainda não alcançaram tal patamar, ilustrando analogicamente uma máxima do senso comum: “mais para quem tem mais, menos para quem tem menos”.

Esse efeito representa um padrão de alocação de crédito no trabalho científico (MERTON, 1968, 1988), especialmente presente, em casos de colaboração em trabalhos (co-autoria) e da comunicação simultânea de achados similares, mas realizados independentemente entre si. Em ambas as situações, cientistas mais proeminentes são injustificadamente beneficiados às custas de cientistas menos conhecidos, injustificavelmente vitimados (1968, p. 59). Esses aspectos ligados ao sistema de recompensas são revisitados por Merton em 1988, sob a faceta do que chamou vantagem cumulativa – processo social que provoca a acumulação de oportunidades para a pesquisa científica, bem como de recompensas simbólicas e materiais a certos cientistas ou até mesmo das organizações em que estão engajados (MERTON, 1988). Além das implicações nas carreiras individuais, Merton ressalta seu impacto sobre o sistema de comunicação científica. Por um lado, atua favoravelmente sobre a comunicação científica, que passa a ganhar maior visibilidade nos casos em que cientistas mais proeminentes colaboram com outros de menor reconhecimento no campo. Mas, visto sob outro ângulo, esses processos influenciam a percepção e a utilização de determinados conjuntos de conhecimentos por serem diferentemente reconhecidos no campo científico. Individualmente, esse aspecto pode ser consequência de mecanismos cognitivos de seleção que seres humanos utilizam para poderem lidar com o crescente número de informações disponíveis; concentrarem-se na busca por autores renomados seria um critério para essa seleção¹² (MERTON, 1988). Mas é também decorrência de mecanismos sociais que criam condições para a incorporação ou não de trabalhos no corpo de conhecimento comum da ciência, ou seja, que legitimamente propiciem sua aceitação como contribuição válida por seus pares (MERTON, 1957, 1988). Além disso, ao considerar que outros tipos de recompensas possam derivar do reconhecimento atribuído pelo especial

¹² Para Merton (1988), é provável que o Efeito Mateus venha ganhando frequência e intensidade ao longo dos anos, na medida em que aumenta o volume de publicações científicas. Com o maior volume existe uma tendência crescente de os leitores buscarem indicadores que orientem sua seleção por artigos, sendo um deles a reputação de autores.

destaque no avanço do conhecimento, essa desigualdade levanta questões sobre as bases morais e institucionais da propriedade intelectual na ciência (MERTON, 1995, referindo-se a ZUCKERMAN, 1988)¹³.

Em síntese, somente quando cientistas publicam abertamente seus trabalhos, disponibilizando-os para o uso livre é que, paradoxalmente, podem adquirir propriedade sobre eles por meio do reconhecimento, atestado por outros cientistas que legitimam a validade do conteúdo produzido. Simbolicamente recompensados, adquirem reputação e se diferenciam na estrutura social da ciência. Os valores do *ethos* científico ao mesmo tempo que direcionam a atitude dos pesquisadores, no nível da interação social entre cientistas, podem revelar padrões disfuncionais de organização da atividade científica. Dentre esses padrões, o efeito Mateus é um dos mais destacados, assumindo diferentes formas – como vantagem cumulativa (MERTON, 1988), citações parciais (MERTON, 1995), reconhecimento antecipado (COLE, 2004), ou ainda, desigualdades relativas a carreiras individuais e à comunicação científica (MERTON, 1968). Por fim, a reciprocidade no reconhecimento de contribuições para o avanço do conhecimento reafirma a norma do comunitarismo na ciência e a propriedade, mas também traz importantes implicações sobre a prática institucionalizada de referências nos trabalhos acadêmicos. Como parte do sistema de propriedade intelectual na ciência, elas apresentam não apenas funções instrumentais cognitivas, mas também simbólicas. “Elas mantêm tradições intelectuais e fornecem o reconhecimento aos pares, necessário para o efetivo trabalho da ciência como atividade social” (MERTON, 1988, p. 621).

Neste ponto, chega-se a um desdobramento importante das idéias desenvolvidas por Merton ao longo de sua carreira¹⁴. Se os valores institucionais da ciência se fazem presentes na atividade científica, eles produzem uma estrutura cognitiva e moral para o uso sistemático de referências. Um artigo científico requer o reconhecimento daqueles que possibilitaram seu desenvolvimento; ele é um resultado sociológico da atividade científica. Como explicita

¹³ Merton (1957, p. 654) alerta que o imperativo de reconhecimento na ciência pode levar a práticas indiscriminadas de produção científica e medidas ritualísticas de realização acadêmica. Isso pode ocorrer também na situação em que o efeito Mateus é transformado num mito de autoridade, violando o universalismo como norma institucional da ciência (MERTON, 1968, p. 7).

¹⁴ Para fins de ilustração, parte das idéias discutidas neste item está presente em artigos publicados por Merton individualmente. No entanto, expressam um conjunto mais amplo de conhecimentos que envolvem trabalhos de diferentes colaboradores como Cole, Zuckermann, Hargens, Ben-David e outros citados pelo próprio Merton (1983, 1988, 1995, 1996). É possível que a opção por não tratá-los em detalhes tenha reduzido sua importância no desenrolar deste projeto, podendo ser consequência do efeito Mateus diante da eminência de Merton como sociólogo da ciência. Entretanto, essa opção não se justifica por esse fato, mas pelo conteúdo substantivo das idéias expressas no material selecionado, as quais definem uma linha de raciocínio coerente com a proposta deste trabalho.

Merton (1968, p. 4), “a ciência é pública, não privada [...] é um corpo de conhecimento socialmente compartilhado e socialmente validado. Para o desenvolvimento da ciência, somente um trabalho que é efetivamente percebido e utilizado por outros cientistas importa.” Foi diante de observações como essas que segmentos de estudos da ciência se desenvolveram, procurando compreender mecanismos sociais que possibilitam a incorporação de contribuições aos domínios da ciência. Representando a dimensão quantitativa do legado mertoniano, aparece a cientometria¹⁵, mais especificamente os estudos de citação e co-citação, e dela o ainda jovem campo da visualização de domínios de conhecimento. Por representarem aspectos de interesse para o desenvolvimento deste trabalho, ambos serão tratados na sequência.

2.2.3 Cientometria: análise de citação e co-citação

A cientometria pode ser definida como o estudo da comunicação científica, apoiado, não exclusivamente, mas predominantemente, sobre a aplicação de procedimentos quantitativos sobre a literatura científica, em especial bibliométricos, para analisar e avaliar intercomparações da atividade científica, produtividade e o avanço do conhecimento no desenvolvimento da ciência e tecnologia (BORNER, CHEN; BOYACK, 2003; LEYDESDORFF, 2001; SILVA; BIANCHI, 2001; VAN RAAN, 1997; WOUTERS, 1999; ZOLOTOV, 2003). A cientometria fundamenta-se na concepção de ciência como construto multidimensional suscetível à mensuração (LEYDESDORFF, 2001) e apresenta importantes ligações com a filosofia da ciência, lingüística computacional e ciências da informação (VAN RAAN, 1997).

Porque o presente estudo tem como proposta de pesquisa a compreensão da constituição de uma abordagem teórica, no caso a perspectiva institucional nos estudos organizacionais, certas análises cientométricas podem ser de interesse, na medida em que direcionam a atenção à avaliação de processos de transferência e disseminação de conhecimento, assim como à investigação da mudança na ciência. Além disso, a preocupação com a compreensão de processos e estruturas cognitivas e socio-organizacionais do campo científico (no caso, os estudos organizacionais), bem como de seu desenvolvimento, aproximam a cientometria da

¹⁵ São diversos os autores que reconhecem Merton como um dos fundadores da cientometria: Borner, Chen e Boyack (2003), Wouters (1999), Garfield (2004a), Small (2004), Cronin (2004), Collins (1983), Hargens (2004). Ao lado de Merton, compartilham a paternidade Derek J. de Solla Price e Eugene Garfield.

sociologia da ciência (VAN RAAN, 1997), fornecendo um instrumental para estudos nesse campo, em termos de análise de citações ou ainda de outras técnicas relacionais de co-autoria, co-citação ou co-ocorrência de palavras – *co-words*, utilizadas para mapear o campo científico e extrair desse mapeamento informações úteis para a compreensão de sua estrutura social e intelectual. Mais adiante serão tratados aspectos específicos acerca desses procedimentos metodológicos. No momento, retoma-se a relação com a sociologia da ciência mertoniana.

Como visto, a sociologia da ciência, conforme tratada por Merton, possibilita desdobramentos da compreensão do comportamento de citação e prática de atribuição de referências realizada por cientistas, ambos explicados com base nas normas do *ethos* científico. Entretanto especialmente relevantes para a cientometria são os aspectos simbólicos que decorrem de sua abordagem. Conforme discutido anteriormente, no meio científico a atribuição do caráter legítimo de determinada colaboração com a construção do conhecimento depende do reconhecimento compartilhado pelos pares. Assim, somente tornando o conhecimento público, divulgando sua produção nos meios de comunicação acadêmicos, especialmente nas publicações, pode o cientista revelar e reivindicar a propriedade de sua colaboração, na medida em que ela passa a ser utilizada e referenciada por outros. Nas palavras de Merton (1988, p. 620),

For in a long-standing social reality, only when scientists have published their work and made it generally accessible, preferably in the public print of articles, monographs, and books that enter the archives, does it become legitimately established as more or less securely theirs. That is, after all, what we mean by the expression ‘scientific contribution’: an offering that is accepted, however provisionally, into the common fund of knowledge. That crucial element of free and open communication is what I have described as the norm of ‘communism’ in the social institution of science [...] Institutionalized arrangements have evolved to motivate scientists to contribute freely to the common wealth of knowledge according to their trained capacities, just as they can freely take from that common wealth what they need.

E continua,

Since positive recognition by peers is the basic form of extrinsic reward in science, all other extrinsic rewards, such as monetary income from science-connected activities, advancement in the hierarchy of scientists, and enlarged access to human and material scientific capital, derive from it. But, obviously, peer recognition can be widely accorded only when the correctly attributed work is widely known in the pertinent scientific community. [...] This system of open publication that makes for the advancement of scientific knowledge requires normatively guided reciprocities. [...] In effect, they thus reaffirm the property rights of the scientist to whom they are then and there indebted (MERTON, 1988, p.621).

O simbolismo na comunicação científica por meio da prática de citações e referências registra publicamente a propriedade intelectual da fonte, e procede acumulando reconhecimento às considerações emitidas por essa fonte. Como explicita Small (2004, p. 72), em concordância com Merton: “quando cientistas concordam com o que constitua a literatura

prévia relevante, o que é significativo nessa literatura, eles estão de fato definindo as estruturas de suas comunidades”.¹⁶ Baldi (1998, p. 830), complementarmente, afirma que citações são “um dos mecanismos críticos no nível micro de estratificação na ciência”.

Seguindo essa linha de raciocínio, contextualmente amparada nas normas da ciência (*ethos*) discutidas por Merton, é possível tratar a descoberta, a prioridade e o reconhecimento como elementos imbricados nas publicações, sendo expostos em citações (SMALL, 2004). Como esclarece Cronin (2004, p. 43), citações são mais do que apêndices nos textos, elas afirmam o entendimento comum dos autores com relação às bases sobre as quais serão atribuídos reconhecimento, direitos e recompensas. Isso, porém, não elimina a subjetividade no processo de citação, já que, conforme Small (2004), ele envolve reinterpretação e adaptação constante de conhecimentos no campo, a partir da representação dos autores daquele conhecimento interpretado. Como consequência, em nível mais amplo, esse processo acaba por desencadear mudanças de ênfase, seleção de conteúdo ou transformação¹⁷. Observações como essas aproximam a sociologia da ciência com a cientometria, podendo ainda ser percebidas em outra passagem elaborada por Small (2004). De acordo com este autor, “o simbolismo da recompensa e o simbolismo do significado estão operando lado a lado”; ao mesmo tempo que a citação confere crédito ou descrédito, envolve a construção e atribuição de significado ao texto citado. Nas palavras de Wouters (1999, p. 2-3),

um pesquisador não é livre para fazer o que lhe agrada. Ele deve ser capaz de justificar sua ação de citação em termos de normas e regras de sua especialidade. Entretanto, as regras não existem independentemente das ações. Elas existem ‘dentro’ das ações de citação enquanto, não obstante, são diferente delas. Elas preenchem o papel de recurso que tanto facilita como restringe pesquisadores em sua [ação de] citação. Este tipo de relacionamento entre estrutura e ação, regra e comportamento [define] a cultura da citação na ciência.

¹⁶ Vale recapitular que, diante de processos não perfeitos de alocação desse reconhecimento, recompensas, recursos e oportunidades passam a ser desigualmente distribuídas, produzindo estratificação social da ciência (MERTON, 1988), como foi visto ao se tratar do Efeito Mateus. Para a cientometria, implicações nesse sentido levantam problemas não somente relacionados à aspectos cognitivos e sociais do desenvolvimento da ciência ou de um campo científico, mas também questões de ordem política, organizacionais e morais (ver VAN RAAN, 1997). Há ainda que notar que sendo esses processos de seleção atuantes na comunidade científica, presume-se que o sistema de citação, por conseguinte, também não é perfeito (ver SMALL, 2004).

¹⁷ Isso pode ser entendido como uma espécie de dualidade da citação em que a ação propositada de citar é (re)produzida como norma institucional da ciência expressa nas práticas dos cientistas. Pelo fato da citação ser uma representação, o autor citante está constantemente transformando o trabalho citado (às vezes até em grande escala, de modo contraditório às idéias originalmente apresentadas pelo autor citado). Sobre representação ver Wouters (1999) e Leydesdorff (2001). Sobre o caráter dinâmico do campo científico por decorrência da “dualidade” da citação, mais precisamente da co-citação, ver Small (2003, 2004).

Dessa forma, citações, assim como referências, operam numa estrutura combinada de aspectos de ordem moral e cognitivos (MERTON, 1983, 1988)¹⁸. No que tange a aspectos cognitivos, a citação proporciona informação a respeito da linhagem do conhecimento (sobre o conhecimento anterior) e orienta os interessados com relação às fontes, para que possam ser verificadas ou utilizadas. Quanto à dimensão moral, citações designam débito intelectual, nos moldes já descritos acima. Além disso, são responsáveis pela manutenção ou transformação de tradições intelectuais. Em estudo sobre o tema, Baldi (1998) procurou avaliar o comportamento de citação e constatou que, nesse tipo de prática, autores apresentam a tendência de referenciar outro trabalho com base em sua orientação teórica, assunto ou recentidade do conhecimento publicado em determinado trabalho, resultados que indicaram, ainda que de modo localizado, que a estratificação na ciência decorre não por razões ligadas a instrumentos retóricos de persuasão, em que citações são utilizadas por razões políticas em função da posição do autor citado na estrutura social da ciência, mas na atribuição do valor intelectual ou utilidade da contribuição exposta no conteúdo de seu trabalho¹⁹, conforme o modelo normativo, baseado em sanções e recompensas, sugerido por Merton.

Diante do aqui exposto, a influência da sociologia mertoniana no desenrolar da cientometria parece estar clara e converge com o que foi constatado em análises da literatura. Garfield (2004a) constatou, em levantamento realizado entre os anos de 2002 e 2003, que dentre os diferentes periódicos presentes nas bases do Instituto para Informação Científica (ISI), foi naquele especializado em cientometria (*Scientometrics*) que Merton surgiu com a maior frequência de citações, mesmo que, curiosamente, nunca tenha publicado em tal periódico. A influência de Merton em vertentes variadas de conhecimento também fora comentado por Collins (1983), que notou que a participação da abordagem mertoniana orientava grande parte dos estudos em sociologia da ciência, até mesmo aquelas linhas que se consideram opositoras às suas idéias. Isso pode ser observado no estudo realizado por Hargens (2004) que, apoiando-se na análise de co-citação, revelou diferentes facetas ligadas à

¹⁸ Garfield (1996) relaciona quinze grandes razões que orientam o ato de realizar uma citação, os quais estão vinculados aquelas dimensões discutidas por Merton.

¹⁹ Baldi (1998) realizou seu estudo na área da astrofísica e além de concluir sobre padrões de citação em favor da perspectiva normativa (orientada pelo valor intelectual e conteúdo do trabalho), a autora rejeita a hipótese alternativa que enunciava padrões de acordo com o argumento construtivista (orientado pela consideração da posição de um autor na estrutura da significação da ciência). Essa posição construtivista reflete os estudos ao nível mais micro da atividade de produção da ciência, sendo associados à idéia de construção social da ciência por meio de manipulação política e de recursos financeiros, bem como pelo uso de artifícios retóricos (BALDI, 1998). Ver os trabalhos de Fuller (1999a), Fuchs (1992), Collins (1983) e Leydesdorff (2001) para detalhes sobre a caracterização dessa perspectiva e sua participação no debate existente na sociologia da ciência.

sociologia da ciência mertoniana, cuja influência não poderia assim ser considerada unívoca. Nos extremos estariam representantes da sociologia do conhecimento científico (SSK), no outro situam-se aqueles rotulados como mertonianos e, nas posições intermediárias, estão presentes autores do campo da bibliometria e cientometria. Cada abordagem a sua maneira procurou usufruir das idéias produzidas por Merton; negativamente, explorando o que consideram limitações de sua abordagem, como fizeram os autores da SSK, ou de modo mais positivo, discutindo temas previamente lançados e trabalhados pelo autor, como a estratificação ou o efeito Mateus, no caso dos demais grupos de pesquisadores.

Tomando-se a partir de agora os aspectos práticos da pesquisa em cientometria, deixa-se de lado a discussão sobre seus fundamentos teóricos na sociologia da ciência mertoniana e parte-se para as estratégias de análise utilizadas em estudos cientométricos.

2.2.3.1 Estratégias de pesquisa em cientometria

Conforme já mencionado, a cientometria apóia-se, em grande medida, em procedimentos quantitativos, dos quais se destacam os indicadores bibliométricos. De acordo com Guedes e Borshiver (2005, p. 2), a “bibliometria é um conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para estabelecer os fundamentos teóricos da ciência da informação”. Ela envolve o tratamento estatístico de dados extraídos da literatura científica que permitem mapear e gerar diferentes indicadores de gestão da informação, planejamento ou avaliação da ciência (GUEDES; BORSCHIVER, 2005; SILVA; BIANCHI, 2001; VAN RAAN, 1997). Existem inúmeros tipos de indicadores, leis e princípios bibliométricos baseados em diferentes unidades de análise: autores, palavras, periódicos e citação, que podem ser utilizados em análises cientométricas. No momento, interessa aprofundar aquelas estratégias que utilizam citações e co-citações, por serem responsáveis por grande parte do desenvolvimento da cientometria, especialmente no que diz respeito ao mapeamento intelectual do campo científico (VAN RAAN, 1997), o que converge com os interesses deste estudo.

Garfield (1979) observa que a análise de citações é ferramenta interpretativa que depende da apreciação daqueles que a utilizam. Em acordo, Wouters (1999) argumenta que a representação cientométrica baseada em citações enfatiza propriedades formais das publicações, mas nada indicam sobre seu conteúdo. Formalmente, citações revelam certa identificação cognitiva entre os autores citantes e citados (VAN RAAN, 1997), já que se pode supor que o ato de referenciar uma obra indique, mas não revele, a motivação do autor em

utilizá-la em favor das idéias que está produzindo. Assim, a análise de citações baseia-se na prática de referenciar, desempenhada por cientistas e expostas em suas publicações (VAN RAAN, 2005).

Atribui-se a Derek Price o primeiro esforço explícito de identificar padrões de citação ainda na década de 1960. Como explica Collins (1983), o objetivo de Price era o de desenvolver uma ciência da ciência, ou seja, substituir a prática convencional da história da ciência por outros modelos. Price percebeu a possibilidade de interação da análise de citações com a sociologia da ciência. Como explica Wouters (1999), o motivo central de seus trabalhos não era simplesmente a mensuração, mas sim sua utilização na visibilidade e governabilidade da ciência. De qualquer forma, suas pesquisas foram responsáveis pelo avanço em técnicas de mensuração, sendo também utilizadas em índices de citação, como o Science Citation Index, criado por Garfield há cerca de 40 anos. Atribui-se a ele a elaboração de indicadores de análise de citações baseados na vida-média de artigos, bem como a preocupação por revelar frentes de pesquisa e colégios invisíveis. Por exemplo, Price (1965) analisou citações em artigos de periódicos e percebeu ser possível por meio de análise gráfica (*reference-networks*) identificar dois tipos de literatura com volume desproporcional de citação em relação às demais as quais representam frentes de pesquisa (transiente e com trabalhos mais recentes) e a base clássica. Seu conceito de frente de pesquisa estimulou novos trabalhos e pode ser percebido em estudos posteriores como Ben-David e Collins (1966) e Hargens (2000), bem como nos modelos de visualização de domínio de conhecimento (CHEN, 2006a, 2005a, 2005b).

A análise de citações tem sido aplicada de diferentes formas no estudo da produção científica. De modo geral, tem sido amplamente utilizada como ferramenta de apoio na elaboração de índices de pesquisa, como os disponíveis no ISI Web of Science, bem como na elaboração de indicadores para avaliação de periódicos, por exemplo, pelo uso de fator de impacto, medida resultante da análise proporcional de volume de citação. Outros indicadores também são freqüentemente utilizados como ferramental para estudos descritivos e comparativos da produção acadêmica em determinada área ou região (p. ex. SCHLOEGL; STOCK, 2004; VERGARA; CARVALHO JR., 1995). Nesse sentido, indicadores como a vida-média, autocitações, volume de referências, fator de impacto, origem da referência, entre outras categorias descritivas são bastante utilizadas. Podem servir de base para a análise de influência de temas ou autores em determinados campos, como em DiMaggio (2000) e Bignetti e Paiva (2002), avaliação de frentes de pesquisa e bases clássicas (p. ex. HARGENS, 2000; PRICE, 1965), ou ainda do comportamento de citação, como na análise do efeito

Mateus. Por fim, e dentre outras possibilidades, a análise de citações pode, evidentemente, ser utilizada como base para a compreensão do quadro intelectual de artigos, fornecendo elementos para traçar a história intelectual subjacente ao tema ou idéia em estudo, como realizou Garfield (2004b)

As contribuições de Price para a consolidação da cientometria levaram, no decorrer dos anos, ao desenvolvimento de novas técnicas, mas também provocou reações; por exemplo, Edge (1977). A validade da análise de citações é um dos assuntos mais freqüentes. No entanto, nesse debate é importante ater-se à distinção entre análise de citação, ligada ao uso das citações para avaliação cientométrica, e teorias da citação, relacionada ao comportamento ou prática de citação. Antes, porém, de aprofundar essa discussão, cabe fazer menção às análises de co-citação nas próximas linhas deste trabalho.

A análise de co-citação é uma dessas técnicas e tem sido utilizada principalmente para mapear a estrutura intelectual de campos científicos e seu desenvolvimento no tempo. Ao lado da análise de citação, esse tipo de procedimento analítico, baseado em medidas relacionais, tem-se apresentado como os de maior destaque nos estudos cientométricos (VAN RAAN, 1997).

Small (1978), um dos responsáveis pelo desenvolvimento dessa metodologia, entende a co-citação como relação estabelecida por autores citantes, na medida em que fazem referência simultânea (co-citam) a dois itens precedentes da literatura: por exemplo, a outros autores ou trabalhos. Por assim proceder, esse tipo de análise possibilita acessar o grau de associação entre artigos no modo como são percebidos pelo conjunto de autores citantes. Para Small (2004), a idéia de co-citação equivale, ao nível agregado da ciência, a um sistema de co-alocação de recompensas, nos moldes atribuídos por Merton, em que a estrutura da ciência decorre de padrões de co-reconhecimento.

Para Lenoir (1979), a co-citação faz a relação entre dois artigos com base num terceiro grupo de artigos, os quais, quando citados juntos, freqüentemente implicam similaridade de conteúdo. Para o autor, é por esta razão que se pode identificar especialidades a partir desse tipo de procedimento. Um artigo altamente citado, quando analisado isoladamente, representa aspectos chaves (conceitos, idéias, métodos, entre outras características) numa determinada área de pesquisa, de modo que seria possível concluir que padrões de co-citação indiquem relacionamento entre esses aspectos, ou seja, refletem conexões intelectuais num campo, de modo a representar sua estrutura (ou mapa) cognitiva sobre a qual seria possível acompanhar e traçar mudanças que ocorreram ao longo do tempo (SMALL, 1978, 2006). Segundo essa forma de análise, essas mudanças, se devidamente mapeadas a partir de agrupamentos de co-

citação, podem indicar frentes de pesquisa, linhas emergentes, declinantes ou em desenvolvimento acentuado, especialmente quando consideradas longitudinalmente; haja vista que os padrões de co-citação são dinâmicos, já que a cada novo trabalho publicado, novas mudanças ocorrem na estrutura de co-citação num campo (SMALL, 2006; WOUTERS, 1999). Por outro lado, o caráter dinâmico dos mapas de co-citação permite tratá-los somente como aproximações não definitivas da estrutura intelectual de um campo (SMALL, 1978, 2003, 2006). Como deixam claro Braam, Moed e van Raan (1991a), a literatura citante dos agrupamentos de co-citação corresponderiam àquelas publicações que definiriam uma área de especialidade. Já os artigos co-citados nestes mesmos clusters poderiam ser tratados como a base de conhecimento dessa especialidade. A análise de co-citação apresenta, portanto, proximidade com as preocupações já demonstradas anteriormente por Price (1965), quando identificou áreas densas de citação que chamou de frentes de pesquisa. No caso da co-citação, essas áreas densas seriam o resultado analítico do procedimento de agrupamento de documentos altamente co-citados (BRAAM, MOED; VAN RAAN, 1991a).

De modo geral, as análises de co-citação têm sido utilizadas para investigar a estrutura intelectual de diferentes áreas do conhecimento. Ding, Chowdhury e Foo (1999) utilizaram a co-citação de autores (ACA) para as ciências de informação, mais especificamente para a área de recuperação de informações. Raghupathi e Nerur (1999) tiveram como foco a identificação de temas e tendências de pesquisa em Inteligência Artificial, enquanto Moody e Light (2006), investigando a centralidade da sociologia nas ciências sociais, utilizou procedimentos de co-citação baseados em periódicos (JCA) para esse fim. Nos estudos organizacionais, Usdiken e Pasadeos (1995) analisaram redes de co-citação baseadas em artigos (DCA) como forma de constatar as diferenças entre perspectivas acadêmicas na área de análise organizacional da América do Norte e Europa no período de 1990 a 1992. Por fim, Reader e Watkins (2006) e Grégoire, Noel, Déry e Bécharde (2006), dedicaram-se ao estudo da área de empreendedorismo, procurando, respectivamente, com apoio de análises de co-citação por autor, mapear a estrutura intelectual e a tendência de convergência temática que marca o desenvolvimento da área nos últimos anos.

Segundo Wouters (1999), a análise de co-citação é altamente utilizada na cientometria, o que é um indicador de seu grau de aceitação na área. Para Garfield (1979), se utilizada apropriadamente, esse tipo de análise pode ser uma forma útil e de custo relativamente baixo em processos de avaliação da ciência. No entanto, embora apresente a capacidade de criar mapas da ciência com base na similaridade entre artigos co-citados, não se pode afirmar com segurança que reflita precisamente a ciência, ou seja, que expresse precisamente fronteiras na

realidade da literatura científica. Para Wouters (1999), embora a interpretação corrente das análises de co-citação seja baseada no pressuposto de existência de uma relação de transferência de informação entre o artigo citado e o citante, o que decorre das análises de citação, não se pode perder de vista que os agrupamentos de co-citação são artefatos do método²⁰ e por isso procedimentos de validação normalmente acompanham a técnica, podendo ser desde o uso de especialistas na interpretação do mapa gerado, ou a contraposição com outros métodos de agrupamentos baseados em critérios diversos: palavras-chave, ou termos do título, por exemplo. Essa validação poderia ocorrer ainda por meio da complementação das análises com procedimentos qualitativos, como feito por Hargens (2004) que realizou análises de conteúdo em artigos selecionados de cada cluster gerado na análise de co-citação, procurando, a partir do contexto das citações, compreender as diferentes interpretações atribuídas por cada grupo a respeito do mesmo fenômeno em questão.

A observação de Wouters (1999), em certo sentido, representa uma série de críticas e dificuldades associadas ao procedimento de análise de co-citação. Nicolaisen (2006), por exemplo, levanta o problema da amostragem para o caso de análise de co-citação de autores. Já Gmur (2003) realiza uma avaliação comparativa de diferentes métodos de identificação de redes de co-citação, visando identificar aqueles que melhor atenderiam aos objetivos dos estudos, seja na identificação das publicações de maior influência em área específica, ou dos documentos que definem comunidades de pesquisa, ou ainda na identificação de áreas ou grupos de pesquisa que fazem parte de uma especialidade. White (2003) preocupou-se em avaliar medidas de similaridade (de correlação) que melhor se enquadram a análise de co-citação. Braam, Moed e van Raan (1991a, 1991b) procuraram validar os clusters de co-citação identificados pelo procedimento tradicional, aplicando análises baseadas em palavras (co-ocorrência de termos), visando avaliar a coerência interna desses *clusters* no que diz respeito ao conteúdo cognitivo das publicações por eles citadas. Para eles, esse tipo de procedimento se faz necessário, pois as análises tradicionais supõem continuidade e estabilidade dos clusters de co-citação, o que não necessariamente corresponde à dinâmica de uma especialidade científica. Vale destacar que Braam, Moed e van Raan (1991a, 1991b), diferentemente de Wouters (1999), não concordam que os clusters de co-citação sejam meros artefatos do método. Segundo eles, embora representem apenas parcialmente a especialidade estudada, permitem indicar algum consenso entre as publicações citantes. Dessa forma, uma

²⁰ Argumento controverso e não plenamente aceito entre os representantes da cientometria.

especialidade, considerada como um conjunto de cientistas com atenção focada para um universo relacionado de problemas e conceitos, somente é alcançada pela análise de co-citação desde que seja possível constatar “um foco intelectual compartilhado na literatura precedente juntamente com o interesse compartilhado por um conjunto de problemas de pesquisa e conceitos relacionados” (BRAAM, MOED; VAN RAAN, 1991b, p. 252). Já Naijman e Hewitt (2003) e Nederhof (2006), chamam atenção para aspectos que podem impor restrições nas conclusões decorrentes desse tipo de avaliação da literatura, especialmente quando se tenta comparar indicadores entre áreas diferentes. Segundo os autores, isso se deve ao fato de cada uma delas possuir especificidades quanto ao grau de orientação nacional em relação a outras, ao grau variável do volume de publicações em periódicos e livros, aos diferentes ritmos de desenvolvimento teórico, aos tipos de público a quem são direcionados as produções, às restrições de bases de dados quanto à consideração ou não de alguns periódicos, ao volume de publicações em outras disciplinas, entre outras.

Preocupações como as expressas por esses autores deixam clara a necessidade de trabalhar com múltiplos procedimentos na análise cientométrica. A observação de Collins (1983) sobre a incapacidade da cientometria generalizar seus resultados ainda parece válida; mas é coerente também vê-la com grande potencial na utilização de ferramentas que complementam a análise social da atividade científica. As críticas e dificuldades levantam novas possibilidades e vêm aperfeiçoando os procedimentos no sentido de estabelecerem metodologias mais precisas e confiáveis. Isso, porém, não significa admitir o pleno acoplamento entre os resultados e a realidade. O realismo não é uma alternativa adequada para esse tipo de análise (WOUTERS, 1999). Nesse sentido, reconhecer que limitações sobre os resultados podem decorrer de diferentes fontes, previne o risco de atribuir factualidade aos resultados. Evidentemente, as ressalvas precedentes apontam que esse tipo de análise seja entendido apenas como parciais representações da realidade.

As limitações das análises cientométricas esbarram, por exemplo, em aspectos de ordem operacional, como aqueles ligados à confiabilidade e completude da base de dados, ou ainda nas restrições existentes nos próprios procedimentos quantitativos. Diferentemente, outros pontos que, à primeira vista, poderiam ser vistos como restrições, têm condições de representar ao mesmo tempo oportunidades de pesquisa e, portanto, sendo alvo de estudos.

Um desses casos é o problema da obliteração por incorporação, já sugerido por Merton. A obliteração tem que ver com a incorporação da fonte de idéias, métodos ou achados pelo conhecimento aceito e difundido num campo, ou seja, a fonte original passa a ser tácita, embutida no pressuposto de que não se faz necessário citar por ser algo de conhecimento

generalizado (MERTON, 1988). Sociologicamente, esse tipo de problema cria um viés no sistema de reconhecimento da ciência, já que leva à tendência de se citar a literatura mais recente em detrimento das fontes originais. Isso, em termos empíricos, nas análises de citação, leva a crer que quanto maior a importância de determinado autor ou obra, maior a probabilidade de, com o tempo, ser menos citado. Procedimentos de avaliação de frentes de pesquisa, considerados em longos períodos de tempo, bem como o esforço recente de mapeamento genealógico das idéias são formas oportunas, decorrentes da análise cientométrica que podem servir como instrumento para análise desse fenômeno. A respeito desse último ponto, Garfield (2004b) propõe como alternativa metodológica a análise histórica da citação, por meio de algoritmos, a qual teria como vantagem rastrear longitudinalmente o histórico de citações, mapeando a genealogia de determinado aspecto em estudo. O autor destaca que esse tipo de procedimento se diferencia do mapa de co-citação tradicional por trazer diretamente uma perspectiva cronológica das relações de citação.

Retornando à questão da obliteração, considerar que, de fato, é fenômeno corrente, pode-se levantar dúvidas quanto à efetividade das medidas de impacto de artigos, periódicos, todas baseadas em citações. Há, como se pode notar, uma possível contradição entre obliteração e impacto. Entretanto, é prática comum considerar trabalhos mais citados como aqueles de maior impacto (vide, por exemplo, MANE; BORNER, 2004); mas, devido ao atraso na citação, em função dos prazos de publicação e, mais importante, à questão da obliteração, nem sempre isso é verdadeiro. Por outro lado, ao se observar que apenas um pequeno percentual de artigos é efetivamente citado (HOPCROFT et al, 2004; MERTON, 1988), questiona-se a significância do efeito da obliteração, já que, ao se constatar que apenas uma fração de todo o volume publicado numa área é citado em proporção significativa, pode-se supor a existência de uma estrutura central que serve como base intelectual de todo o campo.

Outro ponto importante, agora resgatando atenção ao Efeito Mateus, diz respeito a uma de suas expressões: as citações parciais. A atribuição de maior mérito àquele autor que não necessariamente é o responsável efetivo pelo trabalho (MERTON, 1995), desconsiderando as características formais de autoria, pode provocar desvios ou perda de informação, prejudicando certas análises cientométricas. Esse tipo de questão levanta o problema de registros incompletos na ciência, não necessariamente em termos de citações, mas também nos contextos em que se fazem referências a obras e autores. Por essa razão, é questionável atribuir aos procedimentos de contagem de citação a qualidade de indicadores de desempenho individual, como já havia expressado Merton (1983) e van Raan (em ADAM, 2002).

Ao nível mais filosófico, Wouters (1999) entende que toda citação, bem como toda análise de citações ou co-citações são representações e como tais indicam certos limites na avaliação da ciência. Como explica,

toda representação é o produto da interação entre o fenômeno que ela representa e suas próprias regras de produção [...] a literatura é, portanto, uma representação de 'primeira ordem' [...] análises de citação e cientométricas são baseadas na literatura [...] e podem ser vistas como representações de 'segunda ordem' [...] Essas diferentes representações se relacionam por meio de tradução, distorção e transformação, mais do que por meio de reflexão linear (WOUTERS, 1999, p. 5).

Small (1998) parece também aceitar esse ponto, embora não o apresente sob o mesmo quadro de fundamentação. Para ele, trata-se de fenômeno ligado às **escolhas** cognitivas da citação. Além disso, um texto, embora possa representar as influências intelectuais, não as expõe completamente. Outras formas estão ausentes ou implícitas, como as comunicações informais.

Esses pontos levam a uma questão amplamente tratada na cientometria e que, para alguns, envolve a discussão sobre a validade da citação. Trata-se da controvérsia sobre os fundamentos teóricos que sustentam a prática da análise da citação, a qual, grosso modo, se dá entre duas posições claramente distintas. A primeira, já bastante discutida neste referencial, está embasada em argumentos normativistas, conforme as idéias originalmente apresentadas por Merton. Segundo essa perspectiva, citações representam requisitos morais e cognitivos, mutuamente reforçados pelo compromisso tácito de cientistas com normas do *ethos* científico. No outro extremo está o construtivismo que defende a idéia de que o conhecimento científico é construído socialmente por meio da manipulação de recursos financeiros e políticos e pelo uso de retóricas discursivas (BALDI, 1998)²¹. Sob essa ótica, a citação é tratada como mecanismo de persuasão do leitor, como ferramenta política ou simplesmente como procedimento mecânico (BALDI, 1998; WOUTERS, 1999). De acordo com Small (1998), o que separa essas duas perspectivas é o relativismo que conferem ao conhecimento científico. Construtivistas relativizam a noção de verdade e de evidências, colocando-as como socialmente negociadas; já os normativistas rejeitam o relativismo e admitem o fato de haver progresso no conhecimento científico.

O comportamento de citação também foi tratado por Garfield (1996) com relação aos diferentes motivos que orientam sua prática, aspecto que o mesmo autor já havia questionado

²¹ Merton (1983), no prefácio da obra de Garfield sobre índices de citação, também levanta a necessidade de se entender mais sobre os padrões de citação e referências, o que eles representam ou não. Já com relação às críticas atribuídas pelos construtivistas às suas idéias (que podem ser vistas como expressão de um grupo relativamente homogêneo, como demonstrou Hargens, 2004), de acordo com Cole (2004), nunca foram formalmente publicadas, mas informalmente reveladas como sem sentido por Merton.

em momento anterior (GARFIELD, 1979), quando discutiu comportamentos não regulares de citação, tais como citações negativas, autocitações e citação de artigos metodológicos, e sua implicação sobre a validade das análises. Já Cronin (1998) classificou as abordagens do comportamento de citação, razões que levam um autor a citar outro, em três enfoques: o funcionalista, em que a citação ocorre como forma de fornecer evidências para o raciocínio em questão; o normativo, que destaca as regras, tácitas ou codificadas, relacionadas à atribuição de créditos na comunicação acadêmica; e o fenomenológico, ligado aos motivos subjetivos para a citação. Esse debate é muito mais amplo do que o aqui apresentado e envolve contornos mais complexos da sociologia da ciência e da epistemologia, como já discutido brevemente em momento anterior; mas no tocante aos estudos em cientometria, alguns aspectos são relevantes para direcionar futuras análises, não somente em termos operacionais, mas em nível de seus fundamentos.

Por exemplo, Leydesdorff sugere que a cientometria trata do estudo das comunicações científicas e não da comunicação científica. Uma sutil diferença de sintaxe, mas que implica grande distinção semântica. Para Leydesdorff (2001), é necessário fazer a distinção entre o social e o cognitivo, dimensões distintas do processo de citação. Como afirma que “o que é representado não é imutável como verdade eterna, os contextos *a posteriori* não são necessariamente uma representação das dimensões sociais *a priori* e/ou cognitivas das interações sociocognitivas” (LEYDESDORFF, 2001, p. 33). Essa observação é relevante no expressar a complexidade intrínseca da citação e é reconhecida, embora com ressalvas, por outros autores importantes da cientometria, como Cronin (1998, 2004) e van Raan (1998); haja vista Leydesdorff (2001) considerar que a cientometria não se deve furtar do desafio de promover a explicação epistemológica a partir dos desenvolvimentos científicos. Diante disso, Leydesdorff (2001) considera que a citação possui múltiplas articulações, envolvendo dimensões textuais, cognitiva e social da ciência e que levam a diferentes quadros de análise.

Leydesdorff (1998) argumenta que citações, por serem referências a um elemento textual sob a ótica do texto citante, definem uma relação, um par entre citante e citado. O autor reforça sua multidimensionalidade, argumentando que

citações são o resultado da interação entre redes de autores e entre redes de suas comunicações [...] ela pode funcionar nas práticas científicas apontando tanto o contexto social quanto cognitivo do conhecimento enunciado (*knowledge claim*). Num nível generalizado, citações, enquanto operações potencialmente repetidas, sustentam a comunicação nas ciências atuando sobre contextos sociais e cognitivos (LEYDESDORFF, 1998, p. 3).

Leydesdorff e Amsterdamska (1990) já haviam chamado atenção a respeito desse aspecto. Segundo esses autores, citações quando vistas como estabelecendo ligações entre

textos, o que se está analisando é o conteúdo cognitivo compartilhado nessa relação; mas, quando tratadas como a ligação entre autores, o que se estaria estudando é a organização social da comunidade científica. Diante disso, a partir da distinção entre o social e o cognitivo, afirmam ser possível obter diferentes análises, de acordo com a unidade utilizada para estudo (Quadro 3).

Os autores, no entanto, criticam o fato de essas duas dimensões serem vistas de maneira congruente em análises de citações, representando indicadores ou elos de ligação entre as dimensões social e cognitiva da ciência. De modo geral, Leydesdorff e Amsterdamska (1990) afirmam não existir condições suficientes para expressar, a partir de citações, inferências sobre os autores citantes ou sobre a organização social das comunidades científicas. Além disso, consideram erro tratar de forma equivalente as funções exercidas pela citação no texto e as razões para citação dos autores. Disso decorre que qualquer interpretação acerca da qualidade, importância ou impacto se tornam problemáticas; esse ponto é bastante aceito na área: qualidade não pode ser representada por contagens de citação, pois nada se pode garantir sobre sua significação e recepção por aqueles que a utilizam (propriedade da não similaridade), muito menos por sua generalização.

Quadro 3 – Relação entre Unidades Analíticas no Nível Micro e Agregado

Nível Micro	Autor Citante	Texto Citante	Dimensão de Análise
Autor Citado	Relação Profissional	Recompensa	Dimensão social (organização social de comunidades)
Texto Citado	Recurso Cognitivo	Relação discursiva, contexto de evidências	Dimensão cognitiva (de conteúdo)
Agregado	Grupos Citantes	Conjunto de Documentos Citantes	Dimensão de Análise
Grupos Citados	Redes cientométricas, redes sociais	Hierarquias	Dimensão social (organização social de comunidades)
Conjunto de Documentos Citados	Símbolos Conceituais p. ex. Mapas de Co-citação	Codificação p. ex. Mapeamento de periódicos	Dimensão cognitiva (de conteúdo)

Fonte: Adaptado de Leydesdorff e Amsterdamska (1990, p. 3, 22) e Leydesdorff (1998)

Nessa mesma linha, Edge (1977) já havia manifestado suas restrições, porém direcionadas para o uso de co-citações como indicadores de comunicação entre os autores. A forma como Edge associou estudos de co-citação com o mapeamento de estruturas sociais de comunidades ou especialidades específicas, no entanto, parece não convergir com a pretensão dos estudos de co-citação (SMALL, 2003, 2006). Neste trabalho, entende-se que os mapeamentos de co-citação relacionam propriedades intelectuais de trabalhos num campo acadêmico, e não sociais, embora possam ser por elas influenciadas. Nesse caso, a noção de

estrutura intelectual de um campo científico não pode ser confundida com relacionamentos sociais entre cientistas conforme advertiram Small (2003) e Leydesdorff e Amsterdamska (1990), para o caso da análise de citações. Diante desse debate, White, Wellman e Nazer (2004) trataram desse aspecto como hipótese de trabalho e questionaram se citações podem refletir a estrutura social. Analisando um pequeno grupo de acadêmicos, procuraram avaliar se havia relação significativa entre o grau de intercitações dos membros desse grupo e seu relacionamento social, a partir de registros bibliométricos no período de 1993 a 2002. Seus resultados apontaram uma resposta ambígua e obviamente restrita ao contexto do estudo. Ao mesmo tempo que se constata maior grau de intercitações dos membros do grupo, bem como o seu grau de colaboração em trabalhos, as citações se mostraram fortemente variáveis, quando consideradas em relação ao tipo de laço social. Além disso, não se constatou nenhum movimento em favor da autopromoção entre os membros do grupo, citando-se mutuamente, a fim de alavancar sua reputação. Diante disso, segundo os autores, não há como afirmar que pesquisadores se citam mutuamente somente por razões ligadas à relevância de conteúdo, da mesma forma que não há como concluir que seja resultado de laços sociais, como amizade entre eles, embora haja evidência de que as intercitações decorram do relacionamento, em termos de conteúdo relevante.

Em todo esse debate, o que está em questão é até que ponto a análise de citações ou co-citações colabora para a análise sociológica da ciência. Para Leydesdorff (2001, 2005), a observação ou mensuração da organização intelectual da ciência é tarefa árdua. Para ele, baseando-se na abordagem reflexiva de sistemas comunicativos, análises operadas a partir da avaliação da co-ocorrência de palavras (*co-words*) seriam mais efetivas e melhor corresponderiam à natureza da ciência (LEYDESDORFF, 2001, 2005).

Já Wouters (1999) parece discordar; para ele, a análise de co-ocorrência de palavras²², tanto quanto a citação, ou a análise de co-citação, são representações formais da ciência, não possuindo caráter substantivo revelado.

Small (1998) coloca o problema sob outra perspectiva. Para ele, tanto construtivistas como normativistas não consideram a função simbólica da citação no sentido de que eles representam uma espécie de atalho empregado pelos autores ao longo de seus argumentos, associando-os a outros trabalhos (vide SMALL, 1978). Tratar simbolicamente uma citação

²² Mane e Borner (2004, p. 5288) explicam que a análise do tipo *co-words* (co-ocorrência de termos) é uma técnica de análise de conteúdo que pode ser usada para identificar associações mais fortes entre palavras, com base na sua co-ocorrência num mesmo documento.

não está ligado diretamente ao seu uso, conforme apregoam construtivistas, segundo os quais citações seriam representações do cinismo da manipulação conscientes da informação. Diferentemente, citações podem ser utilizadas para simbolizar idéias inerentes a um trabalho, as quais seriam incorporadas à produção textual em curso, o que remete ao seu conteúdo e não apenas ao seu uso documental, levantando questões epistemológicas. Dessa forma, avaliar o conteúdo das citações, procurando conhecer em que medida estão colaborando com o raciocínio defendido por um autor, bem como seu papel na argumentação, passa a ser motivo de investigação, nesse caso apoiado em análise textual. Diante disso, o autor propõe um modelo multidimensional para análise do comportamento de citação (SMALL, 2003, 2004), que coloca como central a comparação do texto citado com o contexto da citação (o ponto em que aparece no texto citante), em termos de congruência e consenso na comunidade citante. O aspecto interessante aqui diz respeito à preferência de Small não por palavras, mas citações que, segundo ele, seriam símbolos conceituais mais poderosos que palavras, com menor grau de ambigüidade lingüística (SMALL, 1992, 2003). Essa posição pode ser notada também em Cronin (2004). Ela argumenta em prol de uma perspectiva de citação de caráter normativo (concordando com Baldi, 1998), e também apresenta elementos favoráveis à citação como elemento simbólico, reconhecendo aspectos subjetivos inerentes ao contexto da citação.

De qualquer modo, não há dúvida sobre a presente controvérsia neste tipo de análise. O interessante é notar a preocupação com aspectos mais fundamentais, não apenas operacionais, contornando a crítica de excessivo uso de elementos formais e quantitativos, mas aproximando, seja por qual base for, a análise cientométrica da sociologia da ciência. Wouters (1999) coloca a questão sob dois sugestivos subitens de sua tese: a citação utilizada sociologicamente e a citação explicada sociologicamente ou, como prefere Leydesdorff (1998), a citação como *explanans* ou como *explanandum*. Vale notar, porém, que assim como há diferentes posições quanto ao debate, existem aqueles que o consideram inócuo. É o caso de Arunachalam (1998), por exemplo, que acredita não haver necessidade de se explorar teoricamente, sob o suporte sociológico ou psicológico, a citação, sob o risco de criar quadros teóricos complexos ou sem sentido. Para ele, o importante é reconhecer que a análise de citação não é procedimento perfeito nem processo objetivo, mas fornece conclusões razoáveis em diferentes níveis de aceitabilidade e validade. Van Raan (1998) também coloca restrições a esse debate. Para ele, não há sentido na busca por uma teoria da citação baseada no comportamento de citação dos autores, o que seria o mesmo que analisar as referências indicadas por um autor. Para Van Raan (1998), a preocupação com a ótica do autor e sua lista de artigos citados não leva a resultados sociologicamente relevantes. Ele explica isso

estatisticamente: se a maioria dos artigos produzidos são raramente citados, é coerente pensar que numa lista de referências a maior parte dos artigos ali indicados serão citados apenas uma ou no máximo duas vezes, o que implica serem, em sua grande maioria, modais. Por outro lado, ao se analisar um autor altamente citado num quadro amplo de trabalhos citantes, como é efetivamente feito na análise de citações, coloca-se a questão de modo diferente e seria mais relevante para os estudos da cientometria, já que sairia do nível de explicação das escolhas individuais para a explicação em nível agregado. Em outros termos, parte-se da explicação das razões que levam um autor a citar vários modais para a explicação das razões que levaram o autor ser citado muito freqüentemente. Nesse caso, teorias, ou modelos de comportamento para a citação exerceriam papel secundário. Além disso, acrescenta, para se ter uma teoria sociológica da citação, tendo em vista a relação entre citação e co-ocorrência de palavras, deve-se levar em conta as demais características das publicações, como autores, afiliações, palavras-chaves, entre outras. As citações não são o único elemento de agregação nas produções científicas; portanto análises complementares são necessárias (BRAAM, MOED; VAN RAAN, 1991a, 1991b; VAN RAAN, 1998).

Para finalizar, Cronin (1998) sugere que os diferentes segmentos ligados ao debate sobre citação sejam enquadrados sob a forma de uma metateoria que possa fornecer uma estrutura teórica para a explicação sociológica desse fenômeno. Suas alternativas envolvem o que ela denominou de economia moral da citação, baseada no conceito de capital simbólico de Bourdieu, ou ainda a teoria da estruturação de Giddens. Para ela,

citações são uma prática social bem estabelecida e fundada num sistema social bem definido, o da comunicação acadêmica. Acadêmicos possuem uma mistura de conhecimento prático e discursivo sobre as citações (o porquê, como e onde) e, no processo de produção e disseminação de suas publicações, rotineiramente se postam sobre recursos cognitivos (idéias, *insights* e textos de outros autores) e regras (que governam a alocação de créditos e a distribuição de recompensas simbólicas e materiais). Essas regras são a chave da reprodução da prática social institucionalizada conhecida como comportamento de citação (CRONIN, 1998, p. 53).

No presente trabalho, compartilha-se as observações de Cronin (1998) sobre o uso da abordagem estruturacionista na compreensão de práticas de citação. No entanto, ressalta-se que o modelo teórico aqui utilizado não remete apenas a questões de citação, embora sejam elas utilizadas como ferramental para a análise mais abrangente a ser conduzida em relação à constituição da perspectiva institucional nos estudos organizacionais; aspectos ligados à estrutura social do campo também são de interesse, bem como processos sociais que possam explicar sua dinâmica. O ponto importante é que a lógica recursiva da perspectiva estruturacionista possibilita compreender a dualidade da prática, em termos de citação, ou da

produção científica de modo geral, além de reconhecer a mútua influência entre as dimensões sociais e cognitivas presentes na construção da ciência, convergindo com as observações já discutidas sobre a mútua constituição das dimensões sociais e epistemológicas da ciência. Em termos de procedimentos analíticos, essa preocupação com a construção intelectual de uma especialidade acadêmica fez com que se desenvolvesse uma área especializada em fornecer, a partir de dados cientométricos, alternativas de visualização das transformações do conhecimento científico ao longo do tempo, a qual será alvo de breve revisão a seguir.

2.2.3.2 Visualização de Domínios de Conhecimento

A visualização de domínios de conhecimento (KDV) tem sua origem ligada às primeiras preocupações expostas por Price, Small e Garfield desde as décadas de 1960 e 1970 com o mapeamento da literatura científica. Com o passar dos anos, diante do crescente interesse em compreender a estrutura e o fluxo de transformação do conhecimento científico em determinadas áreas, do aumento no volume de material e informações publicados, bem como do desenvolvimento de novas tecnologias computacionais para recuperação, tratamento e análise de dados, tornou-se uma área especializada em mapear o desenvolvimento do conhecimento científico numa área especializada (BORNER, CHEN; BOYACK, 2003; MANE; BORNER, 2004; SHIFFRIN; BORNER, 2004). Mapear, explica Boyack (2004), não diz respeito simplesmente à visualização, mas também a procedimentos subjacentes de tratamento de dados e técnicas analíticas. Assim, a KDV pode ser definida como área de estudo emergente, cuja preocupação central está voltada para processos de ilustração, exploração, análise, ordenação e apresentação do conhecimento (SHIFFRIN; BORNER, 2004). Nesse sentido, “a unidade de análise da visualização de domínio de conhecimento é um sistema intelectual complexo, dinâmico, auto-organizado e emergente, que é subjacente a uma temática, campo de estudo, disciplina ou a totalidade da ciência” (SYNNESTVEDT; CHEN, 2005, p. 2).

De acordo com Borner, Chen e Boyack (2003), a visualização de domínios de conhecimento surgiu em complementação a outras técnicas já amplamente utilizadas na análise da mudança na estrutura intelectual da ciência – como a cientometria, a indexação de citação, o mapeamento bibliográfico, análise de contextos de citação, entre outras, com a preocupação de fornecer representações espaciais que pudessem auxiliar esse tipo de análise. Dentre diferentes formas de representação e utilização, Garfield (2004b) propõe mapas historiográficos de domínios de conhecimento, capazes de traçar a genealogia de um

determinado conceito pertinente a um campo de estudo. Já Small (2006), possivelmente influenciado por seus estudos em co-citações e pelo conceito de mapa longitudinal introduzido por Garfield (2004b), sugere o acompanhamento de áreas de pesquisa com a intenção de avaliar seu crescimento.

Como explicam Borner, Chen e Boyack (2003), a visualização de domínios de conhecimento está intimamente relacionada com uma área afim, a análise de domínios. Na medida em que a visualização traz uma representação espacial de padrões de relacionamento, ela não só permite que se percorra visualmente a literatura científica, como também fornece *insights* para sua interpretação, a partir da exposição de características especiais de cada campo, do seu mapeamento longitudinal ou da avaliação da posição (e papel) dos nós na estrutura de relacionamento construída (BORNER, CHEN; BOYACK, 2003; CHEN, 2004a). Os mapas podem representar, por exemplo, autores mais destacados em termos de sua contribuição com o desenvolvimento intelectual no campo, documentos mais citados, tendências emergentes, organização temática, papel estrutural de certos nós: demarcadores, distribuidores ou pivôs, vide Chen (2004a), na caracterização da estrutura ou da dinâmica de mudança intelectual, entre outras possibilidades que auxiliam a análise e interpretação do fluxo de transformação num campo científico (CHEN, 2004a; SHIFFRIN; BORNER, 2004).

No entanto, o uso mais comum desse tipo de análise e, possivelmente, responsável pelo avanço recente dessa área de aplicação, diz respeito à utilização de análises relacionais, baseadas em co-citação e *co-words*, para o estudo de comunidades científicas, do surgimento e transformação de campos intelectuais, da difusão de conceitos ou tópicos de pesquisa, entre outros (BORNER, CHEN; BOYACK, 2003; VAN RAAN, 1997). A utilização de metodologias de redes e de *softwares* de apoio específicos para esse fim acompanham essa tendência. De acordo com Chen (2004a), são várias as análises passíveis de serem conduzidas por meio de representações relacionais da ciência, como as redes de colaboração ou co-autoria, de citação, de co-citação, entre outros desdobramentos. Entretanto, por haver nessa linha de estudos maior interesse ligado à descrição e compreensão de campos científicos, tem predominado estudos apoiados por análises de co-citação, baseadas em artigos (DCA) e autores (ACA), além do mapeamento semântico, também conhecido como *co-words*, ou co-ocorrência de palavras (BORNER, CHEN; BOYACK, 2003).

Basicamente, a visualização de domínios de conhecimento envolve procedimentos de extração de dados, com interface muitas vezes ligada a índices de citação, seleção das unidades de análise (seja, periódico, autor, documento ou termo/palavra); definição dos procedimentos de medida (citação de autores, co-citação, contagens) bem como as fatias de

tempo e os parâmetros para seleção e análise de casos; elaboração do *layout* de apresentação segundo critérios de similaridade, dimensionalidade e ordenação; e definição de funções de análise e interação com o mapa produzido (BORNER, CHEN; BOYACK, 2003).

Nesse sentido, a visualização de domínios de conhecimento, como área de pesquisa, vem-se dedicando a fornecer soluções longitudinais que permitam perceber variações nas redes geradas a partir dos dados de relacionamento entre artigos. Chen (2005a, 2005b, 2006b), por exemplo, utiliza o conceito de centralidade de intermediação para avaliar os diferentes nós na rede e perceber quais deles exerceram poder maior de transformação no campo estudado, atuando como pontos de transição na construção intelectual de uma área ao longo do tempo. Já Hopcroft et al (2004) trabalham sob a noção de comunidade natural, entendida como o conjunto de *clusters* que apresenta um grau de permanência maior e que, portanto, se diferencia de perturbações ocasionais e não correspondentes à real estrutura da comunidade – para traçar e caracterizar a evolução temporal da rede. O enfoque nessa estrutura mais **estável** da rede possibilita reduzir desvios nas análises de agrupamento na busca de especialidades (HOPCROFT et al, 2004), e é similar àqueles procedimentos de redução da rede, segundo os quais se procura manter na visualização apenas um conjunto mínimo de relações que sem os o que a rede se desmantelaria. Esses estudos representam o que, de modo geral, é tido como grande preocupação entre os pesquisadores da área: a busca por procedimentos que gerem resultados mais confiáveis para a representação e análise do conhecimento no tempo.

Diante do exposto, a visualização e análise de domínios de conhecimento pode fornecer informações relevantes para o propósito deste trabalho, seja com relação à estrutura intelectual da área de estudos organizacionais, seja de outros desdobramentos referentes a autores ou artigos com maior influência na construção da perspectiva institucional. Por serem predominantemente baseadas em estruturas relacionais de co-citação e *co-words*, domínios de conhecimento representam estruturas cognitivas de área específica, as quais revelam atores sociais com interesses de pesquisa comum, bem como a base intelectual compartilhada por eles em determinada área de pesquisa. Esse tratamento, embora de natureza instrumental, pode promover *insights* relevantes em nível epistemológico e sociológico da constituição de um campo científico, especialmente se não considerado isoladamente, mas em conjunto com outras metodologias analíticas. Dessa forma, pode ser ferramenta importante não somente para propósitos descritivos ou análises seccionais, mas também na composição de modelos mais elaborados que procurem explicar processos sociais relacionados à configuração intelectual e social da área em estudo.

2.2.3.3 Redes de colaboração, análises de citações, co-citações e *co-words*

A fim de concluir esse tópico sobre cientometria, entende-se que seja importante tratar de algumas distinções a respeito de estratégias de pesquisa ligadas à análise de redes sociais e aquelas interessadas em mapeamento intelectual. Com vistas a essa questão, Boyack (2004) sugeriu uma classificação cruzada entre unidades de análise e finalidade da pesquisa representada no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Técnicas de Mapeamento da Literatura Normalmente Utilizadas e seus Usos

Unit of analysis	Questions related to			
	Fields and paradigms	Communities and networks	Research performance or competitive advantage	Commonly used algorithms
Authors		Social structure, intellectual structure, some dynamics	Use network characteristics as indicators	Social network packages, multidimensional scaling, factor analysis, Pathfinder networks
Documents	Field structure, dynamics, paradigm development		Use field mapping with indicators	Cocitation, co-term, vector space, latent semantic analysis, principle components analysis, various clustering methods
Journals	Science structure, dynamics, classification, diffusion between fields			Cocitation, intercitation
Words		Cognitive structure, dynamics		Vector space, latent semantic analysis, latent dirichlet allocation
Indicators and metrics			Comparisons of fields, institutions, countries, etc., input-output	Counts, correlations

Fonte: Boyack (2004, p. 5193)

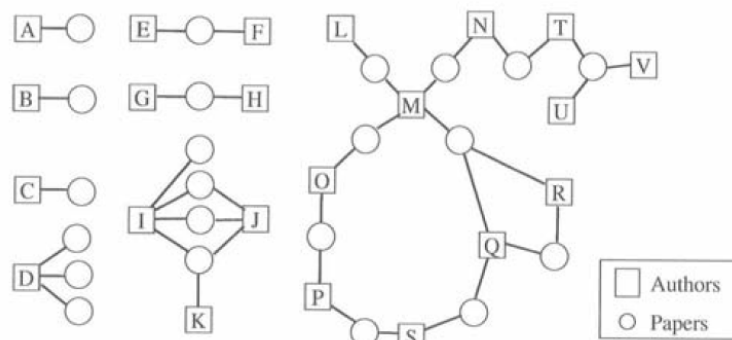
É importante notar, como sugere o autor, que, a rigor, análises cientométricas são diferentes de análises de redes sociais, mais comumente orientadas para a investigação da colaboração entre pesquisadores, normalmente não se baseando em indicadores bibliométricos e nem sempre enfatizando a explicação do desenvolvimento científico. Há inúmeros estudos que utilizam redes sociais na análise de questões de cooperação e colaboração na produção científica ou na explicação da dinâmica e estrutura social de um campo científico. Por exemplo, Wagner e Leydesdorff (2005) estudaram a colaboração internacional na ciência a partir de dados de co-autoria. Liu, Bollen, Nelson e Sompel (2005) estudaram a rede de co-autoria para analisar o impacto dos autores na produção científica da comunidade de pesquisa em bibliotecas digitais. Newman (2001a, 2001b) também procurou investigar redes de colaboração científica. Suas conclusões demonstram a formação de mundos pequenos (*small worlds*), caracterizados pela presença de diferentes grupos bem definidos, mas com fronteiras permeáveis, de modo a estarem conectados entre si por pequeno número de ligações, aproximando diferentes especialidades. Além disso, constatou também que a colaboração entre cientistas tende a ser mais freqüente, quando eles têm intermediário

comum, indicando que a apresentação de um cientista a outro possa ser um mecanismo importante de desenvolvimento da comunidade científica. Moody (2004) também analisou a estrutura de colaboração na sociologia entre os anos de 1963 e 1999. O autor testou hipóteses ligadas a modelos de coesão e fragmentação na disciplina, quais sejam: *small worlds*, associações preferenciais (*stars*) e coesão estrutural. Suas conclusões apontaram um padrão de co-autoria que apresenta núcleo coeso de autores que cresce na medida em que eles se especializam e combinam suas habilidades com outros, criando uma rede integrada de colaboração.

Moody (2004) também ilustra didaticamente tipos diferentes de relacionamentos entre autores, possibilitando melhor compreensão da constituição de uma rede de colaboração. Na parte superior da Figura 2, à esquerda, estão representadas relações simples entre autores e os artigos que produziram. No lado direito, estão representadas as ligações entre artigos e autores que os produziram em colaboração. Essa representação combina duas propriedades, artigos e autores, representando a incidência de uma sobre a outra, o que caracteriza uma rede bipartida (*two-mode*). Na parte inferior da figura, a representação considera apenas a afiliação entre os autores (rede *one-mode*), podendo-se observar, à esquerda, autores isolados, díades e tríades, e, na parte direita, uma rede mais complexa de colaboração sobre a qual diferentes medidas podem ser analisadas.

Outro estudo interessante sobre colaboração na produção científica foi elaborado por Braun, Glanzel e Schubert (2001). Esses autores analisaram periódicos na área de neurociência, procurando compreender a produtividade e os padrões de co-autoria para autores classificados de acordo com a regularidade de sua atuação em termos de produção científica, sendo os mesmos rotulados como continuantes, transientes, entrantes ou retirantes. Suas conclusões apontam um papel decisivo dos continuantes na produtividade e nos padrões de cooperatividade na área, agindo de modo mais consistente e previsível em relação aos outros grupos. No Brasil, Rossoni e colegas desenvolveram diversos trabalhos referentes ao estudo de estruturas de cooperação entre instituições em diferentes áreas da administração. Seus resultados apontaram a existência, em todas as áreas estudadas, de estruturas do tipo *small worlds* e centro-periferia, com implicações importantes para a formação de capital social e para a estratificação da produção científica entre instituições, reforçada também pelos resultados que indicam maior probabilidade de produção daquelas instituições mais colaborativas e que exercem papel de intermediação, com graus variados de estratificação institucional (ROSSONI; GUARIDO FILHO, 2007; ROSSONI, HOCAYEN-DA-SILVA; FERREIRA JR, 2006a, 2006b; ROSSONI; MACHADO-DA-SILVA, 2007).

A) Publicações Individuais e rede two-mode



B) Rede one-mode, isolados, díades e tríades

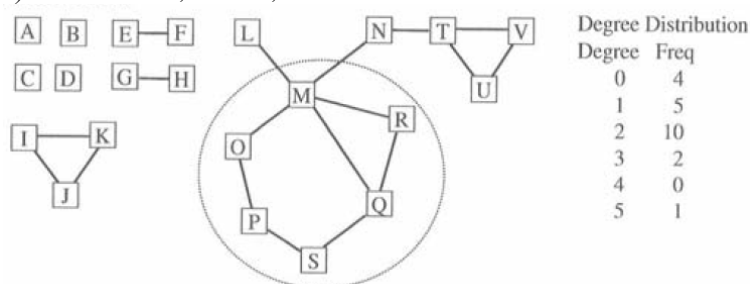


Figura 2 – Publicações Individuais e Redes de Colaboração

Fonte: Moody (2004, p. 220)

Nesses estudos, seguindo o quadro de Boyack (2004), as redes decorrem da utilização de autores, ou das instituições a que estão vinculados, como unidades de análise. Diferentemente, estudos de co-citação, embora também possíveis de serem conduzidos com enfoque em autores, não estão diretamente associados a questões de estrutura social (EDGE, 1979), mas a aspectos ligados às referências utilizadas. Decorre dessa mudança de unidade de observação – do citante para o citado – a investigação da história e estrutura intelectual por meio de técnicas avançadas de agrupamento ou de dimensionamento de redes (BORNER, CHEN; BOYACK, 2003; BOYACK, 2004; GMUR, 2003; SMALL, 2006).

No caso dos estudos de co-citação, o procedimento de análise começa com a seleção do objeto a ser estudado; por exemplo, artigos ou autores. Posteriormente, segue com a determinação das frequências de co-citação, definida como a ocorrência simultânea de duas referências em determinado artigo citante (GMUR, 2003; WOUTERS, 1999) e que são dispostas em matriz de co-citação. Em seguida, realiza-se a conversão dessa matriz, a partir de procedimentos de normalização (por exemplo, coeficientes de correlação), gerando-se uma nova matriz, que será utilizada para a análise multivariada, e posterior interpretação e validação (GMUR, 2003; NICOLAISEN, 2006).

Entretanto formas alternativas de análise de co-citação e citação são também possíveis, o que conduz a sua utilização em composição com outras metodologias. Hargens (2004), por exemplo, comparou interpretações de diferentes grupos de pesquisadores a respeito das idéias de um autor chave, naquele caso Merton, por meio de co-citação por autor e análise de conteúdo. Small (2006) mesclou análise de citação, utilizada para definir o percentual de artigos de determinadas disciplinas que comporão sua amostra para análise, com agrupamentos de co-citação, analisados em diferentes períodos de tempo, com a intenção de acompanhar o crescimento de determinadas áreas de pesquisa na ciência. Chen realizou diferentes estudos de co-citação com a intenção de mapear domínios de conhecimento e também combinou análise de co-citação com co-ocorrência de termos como forma de aprimorar seus resultados (CHEN, 2004a, 2004b, 2006a; CHEN, CHEN; MAULITZ, 2005). READER; WATKINS (2006) utilizaram a análise de co-citação em combinação com entrevistas com especialistas para mapear e validar, respectivamente, a estrutura da área de empreendedorismo.

Com relação à análise de citações, diferentes usos podem ser exemplificados. Hargens (2000), por exemplo, utilizou redes de referência (*network-reference analysis*) em combinação com análise do contexto da citação para constatar variações nas proporções de citação de artigos recentes ou fundamentais entre diferentes comunidades acadêmicas. Já DiMaggio (2000) utilizou a análise de citações e palavras-chave para avaliar a influência de um autor, Richard Peterson, nas transformações da sociologia cultural. DiMaggio utilizou contagens de citações, diferentes indicadores derivados dos dados coletados e análise histórica dessa perspectiva intelectual, para concluir a respeito de seu sucesso no campo em análise. Budd (1999), por sua vez, utilizou a análise de citações para estudar a literatura em sociologia do conhecimento. O autor analisou a relação epistêmica entre autores citantes e citados, procurando vislumbrar melhor as contribuições intelectuais de autores do passado em obras recentes que os citaram. Nesse estudo, o autor se dedicou a uma análise mais focada no par citante e citado, observando o contexto da citação nos artigos selecionados, de modo que pudesse avaliar os argumentos do autor com relação às idéias referenciadas. Garfield (2004b) utilizou de forma diferenciada a análise de citações no sentido de mapear a literatura, revelando a genealogia do conhecimento, ou seja, traçando as relações entre textos citados ao longo do tempo, numa forma de mapeamento historiográfico.

Além dos estudos orientados pela contagem e análise de citações e co-citações, existem alternativas, como a já mencionada análise de co-ocorrência de termos (*co-words*), ou mapas semânticos, que segue a mesma lógica metodológica da co-citação, mas baseia-se na

ocorrência simultânea de palavras no texto, palavras-chaves, termos utilizados em títulos para avaliar a proximidade temática entre diferentes unidades citantes. Mane e Borner (2004) utilizam palavras cuja frequência de ocorrência se alterou bruscamente ao longo do tempo, procedimento conhecido como *burst detection*, para avaliar tópicos, a relação entre eles e sua participação na evolução das temáticas nos *Proceedings of the National Academy of Sciences* dos Estados Unidos (PNAS). Van Meter (1999, 2001) utiliza a análise de palavras, mas não orientada por redes de co-ocorrência, para compreender a literatura sobre capital social e pesquisa sobre AIDS. Sua abordagem baseia-se na técnica de mapeamento cognitivo, que utiliza a lista de palavras como um índice de similaridade na formação de *clusters*, que constituirão um diagrama estratégico, orientado por critérios de centralidade e densidade, cada qual compondo um eixo do diagrama. Já Braam, Moed e van Raan (1991a, 1991b) propõem a combinação de *co-words* e co-citação na análise da estrutura e dinâmica da ciência, aspecto esse também utilizado por Boyack (2004).

Neste trabalho, os procedimentos analíticos serão concentrados nas análises de colaboração e de co-citação de autores, além de outras técnicas estatísticas e indicadores bibliométricos. No capítulo dedicado à metodologia do estudo, o delineamento de pesquisa será apropriadamente tratado.

2.3 O MODELO TEÓRICO DE PESQUISA

O modelo teórico da presente pesquisa defende a idéia de que a compreensão do processo de constituição de uma abordagem ou, em termos gerais, de um corpo específico de conhecimento científico, requer a consideração da mútua influência entre aspectos ligados à atividade social e aqueles relacionados ao conteúdo substantivo, expresso na produção científica. Dessa forma, o quadro teórico, aqui proposto, admite que não somente estruturas ligadas a relacionamentos entre autores são relevantes para esse fim, mas também outros aspectos como a expressão cognitiva/cultural do conhecimento social, objetivado nos artigos, e também mecanismos de organização e atuação social, conotando uma dimensão política de análise. Complementarmente, uma abordagem, nesse sentido, pode ser caracterizada por um núcleo epistemológico, compartilhado em certo grau por atores num campo científico, os quais podem, eventualmente, identificarem-se como grupo intelectual que atua em favor da legitimação da abordagem, das condições de reprodução do campo, ou dos critérios de validação do conhecimento produzido. Por essa razão, considerou-se necessário tratar dos aspectos ligados à sociologia da ciência e cientometria neste referencial, os quais trouxeram

elementos teóricos necessários para a condução desse trabalho. Reitera-se que essa estrutura teórica de pesquisa possui como quadro de referência fundamental a lógica estruturacionista, sob a qual o campo científico é considerado um sistema social.

Assim, diante do exposto, ao considerar como objeto de estudo a construção da perspectiva institucional, está-se tratando da análise de um processo social por meio do qual ocorre a produção de conhecimento científico. Dessa forma, procurou-se adotar um quadro explicativo mais abrangente, não restrito apenas à análise de aspectos internos de textos ou da estrutura de relacionamentos sociais subjacente à colaboração entre pesquisadores na produção científica. Isso pode ser visto no trabalho de Mizruchi e Fein (1999), que utilizaram a idéia de posição social como elemento explicativo para o fato de pesquisadores optarem por seguir determinada linha de conteúdo em seus artigos (homologia entre o conteúdo dos artigos e do discurso dominante), promovendo, assim, certas abordagens em favor de outras, ou de McKinley, Mone e Moon (1999) e Ofori-Dankwa e Julian (2005), que construíram um modelo para avaliar a permanência de escolas de pensamento nos estudos organizacionais, baseado em variáveis de conteúdo, como novidade, continuidade e escopo, e de contexto, como reputação do periódico, autor e da instituição a que está vinculado, entre outros.

Para tornar mais clara a proposta deste estudo, pode ser útil apresentar em maiores detalhes o quadro teórico de dois outros estudos, que ilustram diferentes maneiras de tratar a produção científica como decorrência de processos sociais.

Farashahi, Hafsi e Molz (2005) estudaram os últimos 20 anos de pesquisas empíricas realizadas sob o escopo da teoria institucional nos estudos organizacionais. À parte dos achados apresentados e das estratégias de pesquisa utilizadas no referido trabalho, vale destacar a fundamentação teórica utilizada que está subjacente à interpretação do desenvolvimento de teorias enquanto decorrentes de processos sociais, conforme apresentada pelos autores. Apoiados em Berger e Luckmann (1996), eles assumem que o processo de institucionalização de uma teoria é socialmente construído; portanto decorre de ações individuais e da interpretação compartilhada da realidade social.

Em *A Construção Social da Realidade*, Berger e Luckmann entendem que a realidade decorre de um processo de tipificação recíproca de ações habituais que, ao longo da história compartilhada dos atores sociais, atingem o *status* de facticidade objetiva. Em outros termos, a realidade é produto da atividade humana e, paradoxalmente, é assumida como objetiva e externa aos indivíduos, participando como estrutura – ou guia – dessas mesmas ações.

Berger e Luckmann (1996) enfatizam que toda a situação social que perdure no tempo tende a ser institucionalizada, devido à necessidade de previsibilidade e controle social das

ações rotineiras. Isto significa que, num primeiro instante, as ações habituais se tornam tipificações, ou seja, padrões de associações entre executores e tarefas executadas. Com a transmissão dessas tipificações, ao longo do tempo e das gerações, elas passam a ser objetivadas, aceitas como fatos inegáveis; aquilo, portanto, que anteriormente se concebia como **lá vamos nós de novo** – o hábito – ganha caráter normativo, inerente ao sistema de conhecimento humano, atingindo o *status* do **é assim que as coisas são feitas**. Dessa forma, a criação de um conjunto de crenças e conhecimentos compartilhados origina uma realidade socialmente construída, institucionalizada e legitimada perante a sociedade. A construção do mundo institucional, sob essa abordagem, decorre de três momentos dialeticamente relacionados e que correspondem a uma caracterização da realidade social: (i) a exteriorização, em que a sociedade é tratada como produto humano; (ii) a objetivação, atribuindo à sociedade a qualidade de realidade objetiva e; (iii) a interiorização, que entende o homem como produto social.

Com base nesse quadro teórico, Farashahi, Hafsi e Molz (2005) associaram a externalização à exposição da teoria e sua aplicação por acadêmicos, podendo ser vista como o conhecimento científico divulgado em artigos. À medida que esse material é lido por outros pesquisadores e as idéias nele presentes passam a ser consideradas significativas e aceitáveis para a compreensão do fenômeno social em questão, ocorre a objetivação. Por fim, com o passar do tempo essas idéias podem tornar-se amplamente aceitas, sendo expressas em padrões de produção e citação, e consideradas representativas da teoria, seja como parte do quadro de referência da própria teoria, seja dos seus padrões de validação do conhecimento, indicando sua internalização. Considerando a aplicação repetitiva de determinada abordagem e admitindo a hipótese de interpretações similares ao longo do tempo, os autores afirmam que esse processo conotaria a institucionalização de uma teoria. Os autores ainda consideram que nessa dinâmica participam processos cognitivos, de difusão e de legitimação, expressos num primeiro momento pela exposição e utilização de uma teoria como corpo de conhecimento da área, posteriormente difundidas como perspectivas aceitas e, finalmente, legitimadas ao ponto de serem tratadas como o modo mais apropriado de aplicar tal teoria.

É interessante notar que, em sua abordagem, os autores consideram a teoria como um corpo fechado de conhecimento, passível de ser utilizado por meio da seleção conduzida por atores individuais, e não por diferentes influências sociais que podem condicionar suas escolhas e ações. Ademais, por assim compreenderem a teoria, admitem sua difusão, sem possibilidade de serem modificadas, traduzidas ou reinventadas, o que torna o processo de institucionalização determinado, expressando uma cadeia de causalidade linear, quase

evolucionária na adoção de uma perspectiva em campo de conhecimento; quem escreve, externaliza, e quem utiliza a teoria, objetiva e internaliza, legitimando a interpretação, expressa em padrões de citação e publicação. O processo produção-difusão-legitimação, assim colocado, considera a interpretação como elemento subjacente, mas a trata passivamente, entendida apenas como capacidade mental, e não como aspecto transformador presente na agência humana. Os autores parecem não ser totalmente fiéis ao pensamento de Berger e Luckmann, que trata o processo de institucionalização de forma menos determinada.

O ponto importante nessa abordagem é o fato de o processo em questão ter sido excessivamente simplificado, sem que fossem considerados mecanismos subjacentes, intermediários na institucionalização, tais como dimensões de interação no âmbito social, político e cultural, como fizeram Merton, Bourdieu, Giddens e outros. Evidentemente, as considerações aqui traçadas são intencionalmente direcionadas ao fundamento teórico dos autores conforme exposto em seu texto, cujo teor em nenhum momento esteve orientado para a elucidação de tais aspectos, já que possui outros fins, mas que admitiu sem ressalvas essa linha de raciocínio.

A abordagem de Farashahi, Hafsi e Molz (2005), de qualquer modo, parece pouco elaborada em termos de representação do processo social ligado à construção de uma abordagem produtora de conhecimento científico. Rossoni (2006), por sua vez, propôs uma perspectiva sustentada no estruturacionismo de Giddens e converge, nesses aspectos, com pontos defendidos pelo presente estudo em termos teóricos. Segundo o autor, o conhecimento científico é influenciado por relacionamentos entre autores, expressos em certa medida na colaboração e mútua cooperação na produção científica, que revelam, mais do que isso, um complexo processo de construção social do conhecimento. Rossoni (2006) ainda admite que campos organizacionais, no caso o campo científico, são sistemas sociais, conforme sugeriram Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) e, portanto, possuidores de propriedades estruturais que atuam tanto como meio, quanto como fim das ações dos agentes: no caso, autores em co-produção de artigos. Nesse sentido, entende que o processo de mudança no campo científico ocorre sempre a partir das estruturas institucionais vigentes, as quais são (re)produzidas por meio da prática de pesquisa, por sua vez objetivada sob a forma de artigos científicos, exibindo assim a dualidade da estrutura nos termos de Giddens (2003). Entretanto a perspectiva adotada por Rossoni (2006) restringe sua atenção ao sistema relacional, visto como condutor de práticas institucionalizadas. Dessa forma, considera que relacionamentos (ou a configuração relacional do campo) influenciam e são influenciados pelas práticas de pesquisa, refletindo na construção do conhecimento.

Embora a construção do conhecimento, ou de uma abordagem específica, tenha sido tratada pelo autor em termos teóricos, não foi objeto de investigação específico no referido estudo, que se manteve centrado na investigação de estruturas de relacionamento entre pesquisadores e de sua influência sobre a constituição temática do campo de estudos de estratégia e organizações, por intermédio de produção científica. Nesse sentido, restringiu seu enfoque na constituição de redes de autores, organizadas com base em co-autoria, as quais seriam expressões de importante mecanismo de desenvolvimento do campo científico, a coesão social. Sua pesquisa foi, portanto, direcionada não para a investigação da construção de uma abordagem específica, nem mesmo do conhecimento científico de modo geral, embora essa questão esteja claramente exposta em seu modelo teórico: o conhecimento científico foi tratado como consequência não investigada do modelo de pesquisa.

Tendo em vista essas questões, o presente trabalho trata como ponto chave, não a organização social do campo, embora esse aspecto componha analiticamente o estudo, mas a relação entre essa dimensão e as características epistemológicas de uma abordagem, na medida em que interagem recursivamente no processo de construção do conhecimento científico. Assim, a preocupação, ilustrada pela investigação da perspectiva institucional nos estudos organizacionais, se dá em torno de processos intermediários, na forma com que atuam sobre a construção do conhecimento científico, influenciando os moldes com que essa perspectiva se apresenta tanto como corpo de conhecimento, quanto como comunidade de pesquisadores em interação.

Nestes termos, em concordância com Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005), adota-se uma postura ontológica firmada na intersubjetividade, segundo a qual o compartilhamento de significado entre atores sociais garante uma objetividade localizada, espaciotemporalmente delimitada e, nesse sentido, mais adequada ao pressuposto de recursividade entre estrutura e agência. Deste modo, o pesquisador é compreendido como agente, capaz de atuar com propósitos e influenciar na estrutura do conhecimento disponível no campo (FLIGSTEIN, 1999, 2001). Além disso, entende-se que esse aspecto está associado à interpretação, enquanto capacidade de monitoração reflexiva do ator social em processar cognitivamente, sob a concepção da racionalidade limitada, e atribuir significado a estímulos contextuais, conforme Machado-da-Silva, Fonseca e Fernandes (2000) e Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005). Todavia, ainda em acordo com esses autores e em consonância com Giddens (2003), não se atribui prioridade à agência individual, mas à reciprocidade entre os atores sociais que em interação constroem e reconstroem os sistemas sociais em que estão imersos, o que ocorre por meio de práticas sociais que acessam os quadros de referência

(estruturas) disponíveis e resultantes da atividade social. Deste modo, considera-se que a construção de uma abordagem é processo que admite recorrência entre as ações de indivíduos, mediadas por sua capacidade de interpretar e atribuir significado ao mundo em que se situam, mas que, simultaneamente, se apresenta como estrutura, cujas propriedades demarcam os limites e possibilidades da ação, sendo elas mesmas produto da atividade social de uma comunidade de praticantes.

Dando seqüência a esse raciocínio, com base nas formulações de Giddens (1978, 2003) sobre estruturação e de sua articulação com a lógica de institucionalização, discutida por Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005), a construção de uma perspectiva pode ser expressa segundo aspectos ligados à significação, legitimação e dominação no campo científico.

No âmbito da significação, essas práticas sociais de produção científica influenciam a estrutura intelectual da área, seja pela interação social entre pesquisadores ou por sua representação substantiva nas comunicações acadêmicas. Em face disso, tem sentido considerar que pela atividade social se promove o compartilhamento de um quadro de referência que serve como estoque de conhecimento, definindo esquemas de interpretação expressos discursivamente na forma de artigos e nas práticas rotineiras de produção científica, desde a seleção do conhecimento válido por autores no ato de citar suas fontes, até o modo como esse processo representa práticas valorizadas socialmente (CRONIN, 1998; LEYDESDORFF, 1998; MERTON, 1983).

Já no âmbito de estruturas de legitimação, o compartilhamento e a difusão do conhecimento objetivado, tanto quanto a interação social entre pesquisadores, proporciona um arcabouço normativo, sob o qual se estabelecem critérios de validade das pretensões de conhecimento (MERTON, 1996), influenciando também na legitimação de perspectivas para análise dos fenômenos de interesse no campo, com conseqüências sobre as escolhas e modo de agir dos atores sociais ao longo da prática científica (GIDDENS, 1978).

Por fim, no âmbito de estruturas de dominação, esquemas de governança moldados formal ou informalmente pela posição dos atores em redes de relacionamentos, assim como o prestígio dos atores sociais ou ainda o acesso a condições concretas de promoção da atividade científica, são elementos que definem um sistema estratificado sob o qual se revelam dimensões políticas e condições diferenciadas de atuação no campo científico (FRICKEL; GROSS, 2005; FULLER, 1999a; MERTON, 1988). Ressalta-se, porém, conforme já assinalado por Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006), e em convergência com Giddens (1978, 2003), estruturas de dominação não estão desvinculadas de outras ordens

sociais ligadas à sua legitimação e significação; todas se pressupõem mutuamente. Além disso, enquanto arena institucional recursivamente definida, um campo de produção científica constitui parâmetros para a ação, representativos de um sistema de referências em constante elaboração, significativo para os atores sociais.

Diante desses aspectos, no tocante às abordagens da sociologia da ciência, o quadro teórico em que se sustenta este trabalho, adiciona interatividade de modelos analíticos antes restritos aos níveis micro ou macro sociais, os quais se mostravam interessados, respectivamente, na construção social do conhecimento científico, especialmente de seu conteúdo, como decorrente da interação social entre pesquisadores, ou na influência de estruturas institucionais que permeiam a atividade científica, enquanto normas sociais que definem o modo adequado de se praticar ciência.

Por essa razão, aproxima-se também da noção de mecanismos sociais, os quais, segundo Hedstrom e Swedberg (1996), podem ser definidos como processos sociais, auxiliares na tarefa de explicação sociológica. Mecanismos, nesse sentido, não são modelos causais determinísticos, mas processos intermediários (McADAM, 2003; DIANI, 2003a), com influência causal (intervenientes) sobre o fenômeno em estudo, de modo que seu entendimento seja representativo do fenômeno localmente analisado, sem a preocupação imediata de generalização (CAMPBELL, 2005; HEDSTROM; SWEDBERG, 1996); mecanismos podem ser vistos como analogias causais parciais (TILLY, 2001).

Campbell (2005), seguindo Tilly (2001), comparou a literatura em movimentos sociais e estudos organizacionais, e classificou os mecanismos sociais comuns nas duas áreas em três categorias: (a) ambientais; entendidos como fatores externos que afetam o engajamento dos atores para a mudança, como por exemplo, oportunidades políticas; (b) cognitivos, ligados à percepção de identidade, interesses e perspectivas por parte dos atores, enquadrando aspectos como *framing*, difusão, tradução e bricolagem; (c) relacionais, associados a influências sobre a capacidade de relacionamento entre atores e suas redes, como liderança e cultivo de relacionamentos. No âmbito da teoria institucional, esses mecanismos são traduzidos como portadores (*carriers*), os quais não somente fazem relação com o tipo de elemento envolvido em processos de institucionalização (sistemas simbólicos ou relacionais, rotinas e artefatos), como também sua expressão social na forma, por exemplo, de regras, expectativas sociais, tipificações, sistemas de governança, identidades, entre outros (SCOTT, 2003). Tindall (2006), por sua vez, apresenta mecanismos sociais de modo mais amplo, dentre os quais estão processos de comunicação, identificação, influências sociais, incentivos, sanções, socialização, crenças, normas, confiança, entre outros.

Reitera-se, ainda, que sob essa perspectiva, ao considerar a dinâmica de estruturação de sistemas sociais, o conceito de paradigma não parece ser adequado o suficiente para representar a dinâmica de produção do conhecimento, conforme crítica de Giddens (1978). A noção de movimento, conforme sugerida por Fuller (1999a) e Small (2004), pode ser mais representativa do processo de construção do conhecimento científico, expressando a dinâmica social: nas relações entre pesquisadores, fazendo face a uma realidade social multifacetada e não unívoca da construção do conhecimento.

Considera-se, assim, que enquanto rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, envolvidos em um conflito cultural ou político, com base em sua identidade coletiva compartilhada (o que remete também às noções de solidariedade e fronteiras simbólicas), uma abordagem científica pode ser tratada como comunidade (GLASER, 2004), ou ainda, como especialidade (FUCHS, 1993; POLETTA; JASPER, 2001). Desse modo, é possível admitir que a dinâmica do campo científico tomado como sistema social é reflexo da atividade interativa de diferentes movimentos (DIANI, 2003a; DIANI; BISON, 2004). Movimentos (científicos/intelectuais) que, conforme Frickel e Gross (2005, p. 206), têm que ver com “esforços coletivos em perseguir programas de pesquisa ou projetos de pensamento em face da resistência de outros na comunidade intelectual ou científica”, conceito similar ao de movimento social.

Entretanto, neste trabalho, não se aceita sem ressalvas o pressuposto político inerente à definição de Frickel e Gross (2005), segundo a qual movimentos científicos/intelectuais são apenas aqueles esforços conscientes de projeção de uma linha de pensamento sobre a comunidade científica. Por se adotar uma perspectiva estruturacionista como base para este trabalho, esse pressuposto é revisto, já que se considera a teleologia do agente não como fator explicativo para a configuração das relações e do significado relacional, mas como explicação de seus propósitos no seu nível de reflexividade sobre o sistema social – o que, evidentemente, não descaracteriza nenhuma noção de movimento, mas a coloca como mais um mecanismo social, não como o único mecanismo. Entretanto isso não significa rejeitar as proposições discutidas por Frickel e Gross (2005), mas lançá-las sob uma ótica longitudinal e recursiva, em que o caráter dinâmico do campo acadêmico possa ser mais adequadamente revelado. Ademais, concorda-se com os pressupostos teóricos sugeridos por eles, os quais consideram que toda a **verdade** é fruto de uma história social a ser explicada e que campos intelectuais são fenômenos hierarquicamente estruturados e historicamente emergentes, podendo ou não, em momentos deferentes, facilitar ou restringir o crescimento ou institucionalização de movimentos intelectuais. Nesse sentido, privilegia-se um modelo de

pesquisa que possibilite um tratamento longitudinal, efetivamente preocupado com aspectos que subsidiem a compreensão do processo de transformação da área e de sua expressão em trabalhos à luz da perspectiva institucional.

3 METODOLOGIA

Compreender a dinâmica de estruturação do conhecimento científico, mais especificamente da construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, foco desse estudo, não é tarefa simples de ser operacionalizada. Tomando-se como referência as idéias apresentadas ao longo do quadro teórico, admitiu-se um delineamento metodológico orientado por diferentes possibilidades analíticas, que serão apresentadas neste tópico.

Inicia-se com as perguntas de pesquisa e, posteriormente, definem-se as categorias analíticas envolvidas na investigação do problema de pesquisa, além de outros termos relevantes para o estudo. Na sequência, são detalhados os procedimentos de pesquisa, explicitando cada uma das etapas de trabalho, em termos dos parâmetros adotados para definição de população investigada, bem como para coleta, tratamento e análise dos dados.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Partindo-se do modelo teórico previamente apresentado, pretende-se analisar a construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no cenário acadêmico nacional, por meio da investigação da produção científica e organização intelectual desta especialidade. Para isso, os esforços para a compreensão desse problema de pesquisa, seguindo uma orientação estruturacionista, foram pautados pelas seguintes perguntas de pesquisa.

3.1.1 Perguntas de Pesquisa

- Como está organizada a dimensão social do campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, em termos de relacionamentos de cooperação e competição entre pesquisadores para a produção científica?
- Como está organizada a dimensão intelectual no campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, em termos do desenvolvimento de seu programa intelectual?
- De que maneira a interação das dimensões social e intelectual influencia a construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil?

- De que maneira a construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil pode ser caracterizada sob a ótica de mecanismos sociais relacionais, cognitivos e político-intelectuais?

3.1.2 Definição de Categorias Analíticas

CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

DC: Processo social por meio do qual o conhecimento científico é (re)produzido por pesquisadores numa comunidade acadêmica, caracterizado por transformações ocorridas em sua composição e organização, bem como no conteúdo programático da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil ao longo do período investigado. Será verificada mediante a análise das dimensões social e intelectual, definidas abaixo, bem como de sua influência recíproca, e interpretada por meio de mecanismos sociais subjacentes ao processo de construção do conhecimento científico.

Dimensão social

DC: Relacionamentos de co-autoria entre pesquisadores, que configuram laços sociais, a partir dos quais é possível investigar a estrutura social de colaboração e competição científica, bem como o status de pesquisadores em particular.

DO: Será verificada mediante análise de redes sociais, considerando-se aspectos estruturais e posicionais dos relacionamentos de co-autoria, tratados longitudinalmente, e também, por meio de indicadores bibliométricos ligados à cooperação e produtividade, conforme especificados na metodologia da primeira etapa da pesquisa.

Dimensão intelectual

DC: Perfil programático da perspectiva conforme expresso por seu conteúdo substantivo, objetivado na produção científica e compartilhado por um conjunto de pesquisadores que o adota como quadro de referência válido para a prática científica.

DO: Será verificada por meio da base de referências utilizada pelos artigos científicos do campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, investigada a partir da análise cientométrica longitudinal de citações e co-citações, conforme especificados na metodologia da segunda etapa da pesquisa.

Influência recíproca

DC: Extensão com que as dimensões social e intelectual se apresentam imbricadas no curso do processo de construção do conhecimento científico.

DO: Será verificada por meio de procedimentos estatísticos e de análise de redes sociais especificados na metodologia da terceira etapa da pesquisa, bem como pela análise interpretativa das características dessas dimensões à luz de mecanismos sociais.

CONFIGURAÇÃO DO CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

DC: Conjunto teórico concernente ao desenvolvimento do conhecimento acerca de instituições, no sentido de considerar processos pelos quais estruturas, incluindo esquemas, regras, normas e rotinas se tornam estabelecidas como diretrizes legítimas para o comportamento social, a partir de elementos regulativos, normativos e cognitivo-culturais, ou ainda como são criadas, difundidas, adotadas e adaptadas ao longo do tempo e espaço, e como declinam e recaem ao desuso (SCOTT, 2001, 2005; NEE, 1998).

DO: Será verificada por meio das seguintes características da organização social e intelectual, obtidas por meio de indicadores bibliométricos, análise de redes sociais e cientométrica, observadas ao longo do tempo: sedimentação da perspectiva, em termos de expansão no número de adeptos e trabalhos produzidos; formação de agrupamentos sociais; grau de centralização dos relacionamentos de cooperação; composição da base de referências e diversidade de perspectivas; vinculação ao contexto internacional, em termos de autores e obras proeminentes na produção científica.

3.1.3 Outras Definições Relevantes

Estudos Organizacionais

Campo específico de pesquisa e conhecimento, interdisciplinar e plural quanto aos seus fundamentos e desdobramentos teóricos, voltado para explicação e compreensão da organização enquanto entidade empírica, processo social e discurso teórico, por meio de diferentes perspectivas e unidades de análise, mas privilegiando níveis de análise sociológicos (organizacional, interorganizacional e societário), na pesquisa de temáticas que variam em substância empírica ou teórica.

Instituições

Elementos regulativos, normativos e cognitivo-culturais, estabelecidos como propriedades estruturais de sistemas sociais, que atuam como parâmetros restritivos, mas também habilitadores, provendo diretrizes e recursos considerados legítimos para a ação (GIDDENS, 2003; SCOTT, 2001).

Institucionalização

Processo recursivo pelo qual determinada ordenação social, enquanto sistema de interação regularizado, é (re)produzida num sistema social (GIDDENS, 2003; MACHADO-DASILVA, FONSECA; CRUBELLATE, 2005).

Estruturação

Processo pelo qual sistemas sociais, fundamentados nas atividades cognoscitivas dos atores localizados que se apóiam em regras e recursos na diversidade de contextos de ação, são produzidos e reproduzidos em interação (GIDDENS, 2003).

Sistema social

Relações entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares, continuamente reproduzidas e que manifestam propriedades estruturais cujas implicações recaem sobre condições para a continuidade desse processo recursivo (GIDDENS, 2003).

Mecanismos sociais

Elementos explicativos auxiliares para compreensão do modo como se dá o relacionamento entre as categorias analíticas investigadas, estabelecendo ligações entre eventos observáveis e aspectos teoricamente elaborados (HEDSTROM; SWEDBERG, 1996). Serão verificados por meio da análise interpretativa dos resultados referentes às características das dimensões social e intelectual, bem como de seu inter-relacionamento, atribuindo-lhes significado, tendo como foco aspectos cognitivos, relacionais e político-intelectuais que possam estar envolvidos no processo de construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil.

Abordagem/Perspectiva

Conjunto de pressupostos, conceitos, categorias analíticas e desdobramentos metodológicos referentes a uma determinada forma de tratar a realidade social, compartilhada como quadro

de referência e reconhecida por atores no campo científico, ainda que parcialmente, como distinta de outras linhas de pensamento.

Conhecimento Científico

Qualquer tipo de crença institucionalizada no âmbito da comunidade científica, seja verdadeira ou falsa, justificada ou injustificada, a partir da qual se estendem influências sociais que conduzem à prática da investigação científica (GOLDMAN, 2006).

3.2 DELIMITAÇÃO E DESIGN DA PESQUISA

Conforme já enunciado, o presente estudo considera a estruturação do conhecimento científico sob a ótica da recursividade entre as dimensões social e intelectual subjacentes a esse processo. Partiu-se do princípio de que nenhuma dessas dimensões analíticas, isoladamente, representa uma abordagem enquanto processo em curso. Diante disso, o delineamento elaborado para este trabalho foi orientado pela consideração longitudinal de ambas as dimensões, social e intelectual, bem como de sua mútua influência, de modo que elementos para a compreensão sociológica desse processo sejam passíveis de serem evidenciados e, posteriormente, analisados sob a ótica de mecanismos sociais atuantes na construção da abordagem institucional nos estudos organizacionais, ou seja, no modo como adquiriu seus contornos enquanto perspectiva analítica, sua configuração social como especialidade, e na trajetória que seguiu ao longo de sua consolidação.

Posto isto, o presente estudo, por ter como foco de investigação o estudo da perspectiva institucional, conforme representada nos estudos organizacionais brasileiros, pode ser caracterizado como meta-estudo, mais propriamente um estudo metateórico. Um delineamento metateórico é definido por Ritzer (1988) como o estudo reflexivo da atividade intelectual de um determinado campo de conhecimento com a pretensão de investigar sua estrutura teórica subjacente, complementada, nesse caso, pela investigação da estrutura social. Trata-se de um tipo de meta-estudo orientado para o exame da teoria e de seu processo de construção (*theorizing*). Entre as diferentes orientações possíveis para esse tipo de estudo, segundo a classificação proposta por Ritzer, Zhao e Murphy (2002), o presente trabalho enquadra-se, quanto ao seu propósito, na categoria de metateorização hermenêutica, mesmo apresentando também certa preocupação estrutural. Tal categorização se fundamenta na atenção em compreender processos sociais ligados à atividade de produção científica, de modo a refletir as transformações no quadro interpretativo da abordagem no âmbito histórico

dos estudos organizacionais. Isso significa acreditar que o processo de teorização não se restringe a descoberta de verdades universais; a metateorização, portanto, está orientada para a interpretação dos significados da ação contextualizada, abrindo a possibilidade de compreender diferentemente as práticas de construção do conhecimento, bem como dos agentes e seu relacionamento (RITZER; ZHAO; MURPHY, 2002). O enfoque baseado em mecanismos sociais, embora possa sugerir incompatibilidade com esse tipo de preocupação, não o é devido ao fato de o presente estudo não estar orientado para o estabelecimento de leis universais de produção social, mas para a interpretação da prática social contextualizada, que pode ser explicada por meio de processos sociais em especial (CAMPBELL, 2005).

Reitera-se que tratar de mecanismos, sob essa ótica, embora se possa deixar enganar pela inadequação do termo, nada tem que ver com o estabelecimento de relações causais em sentido *stricto*, embora traduza a predominância de um delineamento de natureza explicativa. Tem-se, na realidade, a preocupação em investigar e reconhecer elementos participativos no processo social que, de certo modo, colaboram para a estruturação da abordagem em análise. Mecanismos, nesse sentido, estão menos relacionados a causas; mas, pelo contrário, a processos intermediários e auxiliares na compreensão de fenômenos complexos, à luz de aspectos teoricamente elaborados e confrontados com as evidências empíricas (HEDSTROM; SWEDBERG, 1996).

Diante disso, a presente pesquisa traz certa preocupação explicativa em seu delineamento, na medida em que se pretende compreender o nexos causal pelo qual o campo da perspectiva institucional se constituiu nos estudos organizacionais, o que se dará, com relação aos procedimentos de pesquisa, por meio da investigação da mútua influência entre as dimensões social e intelectual. Porém, já que essas dimensões também foram tratadas separadamente, nesses momentos específicos foi assumido um caráter mais descritivo para o estudo, na medida em que se privilegiou a caracterização, por um lado, da comunidade acadêmica e da estrutura de relacionamentos entre pesquisadores e, por outro, as preferências em termos de autores e textos citados, bem como das estruturas de conhecimento que estão subjacentes aos estudos ligados à perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil.

A estratégia de coleta dessas informações referentes à autoria dos artigos, bem como das referências por eles utilizadas, foi realizada por meio de pesquisa documental, de artigos publicados em periódicos e eventos científicos nacionais selecionados conforme o exposto adiante, no tópico que trata da delimitação da população investigada. Os dados extraídos

passaram por tratamento analítico apropriado para que fosse possível prosseguir com a investigação do problema de pesquisa, seguindo a ênfase nas dimensões social e intelectual.

Para ambas as dimensões, bem como para a investigação de sua mútua influência, o método de pesquisa empregado foi quantitativo e apoiado na análise de redes, considerado adequado aos objetivos desse estudo por permitir o uso de informações sobre o relacionamento entre unidades analíticas: pesquisadores e unidades citadas. Conforme explicam Wasserman e Faust (1994), a análise de redes, por meio da modelagem do conjunto de relacionamentos entre um conjunto de atores ou unidades de observação possibilita ao analista reconhecer a estrutura relacional existente e, a partir dela, investigar sua influência sobre o objeto em estudo. No delineamento desse trabalho, consideraram-se para a análise dos relacionamentos dois tipos de unidades de observação: sociais, caracterizados pelos relacionamentos entre pesquisadores que escreveram os artigos enquadrados como representantes da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil; e intelectuais, representados por textos e autores citados ou co-citados num determinado artigo. Como método de pesquisa quantitativa, a análise estatística também foi utilizada, especialmente quando necessária para se avaliar as implicações causais entre as categorias analíticas em estudo.

Todavia, apesar do viés estruturalista adotado nos procedimentos de coleta e análise dos dados até aqui dispostos, isso não condiz com a perspectiva epistemológica deste estudo, que adota postura estruturacionista. Dessa forma, mesmo que se tenha privilegiado métodos quantitativos de pesquisa, as informações por eles geradas não foram consideradas objetivamente para explicação de processos sociais, mas complementadas pela atividade hermenêutica. Assim, a análise interpretativa complementou os métodos de pesquisa, estando orientada para os mecanismos sociais por meio dos quais, sob a ótica estruturacionista, procurou-se fazer inferências relativas ao processo de construção do conhecimento científico, atribuindo sentido aos achados decorrentes das análises precedentes.

Em termos de delineamento temporal, trata-se de estudo longitudinal, com a coleta de dados que abrangem um período, inicialmente estipulado de 31 anos, a partir de 1977, quando ocorreu a publicação do trabalho seminal de Meyer e Rowan, uma das mais proeminentes obras da perspectiva institucional no campo dos estudos organizacionais. Além disso, no cenário acadêmico nacional, neste ano surgia a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), importante entidade que, em seus anos de atividade, promoveu o desenvolvimento da pós-graduação e pesquisa acadêmica em Administração no país. Entretanto, em função das características dos dados coletados, o período reconhecido

para o estudo findou restrito há 15 anos, já que não se registrou, nas fontes consultadas, a existência de artigos que atendessem aos propósitos deste estudo anteriores a 1993²³. A opção por esse tipo de delineamento é justificada ainda pela possibilidade de avaliar as transformações ao longo do tempo, ao passo que permite investigar o encadeamento temporal entre diferentes momentos analisados.

Tendo em vista o interesse em avaliar as transformações ocorridas no campo ao longo do tempo, parte das análises foi realizada por períodos, sendo o primeiro deles correspondente à produção nacional realizada entre os anos de 1993 a 1998 inclusive. Os demais formaram blocos de três anos, 1999 a 2001, 2002 a 2004 e 2005 a 2007. A razão para constarem seis anos no primeiro período decorre do baixo número de artigos publicados nas fontes pesquisadas nos primeiros anos investigados, favorecendo uma opção pela consideração do volume de artigos e não do período temporal, como critério para tal delimitação.

Em síntese, a presente pesquisa possui delineamento descritivo-explicativo, com o fim de compreender os processos que influenciam a constituição da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil. A amplitude de análise foi longitudinal, em função do resgate histórico na reconstrução do processo de institucionalização da abordagem. O nível de análise foi o campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil e a unidade de análise foram os textos científicos, cujas unidades de observação, pesquisadores e unidades citadas, serviram de base para a condução das análises referentes às dimensões social e intelectual da estruturação do conhecimento científico.

3.2.1 Delimitação da População e Amostra

A fim de compreender a construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, delimitou-se como população da pesquisa a totalidade de textos produzidos nesse campo, cujo enfoque analítico tenha sido orientado pelo quadro de referência da teoria institucional. Foram considerados os artigos científicos publicados no período de 1993 a 2007 em anais de congressos da Anpad (Enanpad, EnEO e 3Es) ou

²³ Dois textos anteriores ao ano de 1993 foram encontrados nas fontes consultadas (VENOSA, 1982; MACHADO, 1991), no entanto, em ambos a abordagem institucional é tratada muito discretamente, mais como pressuposto do que como perspectiva analítica específica para a compreensão de processos de institucionalização no âmbito das organizações. No entanto, são trabalhos que antecipam, em nível nacional, a utilização da abordagem, caracterizando-se como antecedentes. Abordagem que, segundo Caldas e Fachin (2007), foi efetivamente lançada como perspectiva analítica num estudo realizado por Machado-da-Silva (1991), o qual por não estar entre as fontes selecionadas para investigação, não fez parte das análises realizadas neste estudo.

periódicos classificados como A Nacional pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de linha editorial convergente com a área de estudos organizacionais²⁴. A opção por artigos publicados nessas fontes deveu-se à constatação da inexistência de artigos anteriores ao ano de 1993, publicados em revistas ou congressos, que utilizavam a perspectiva institucional de análise nos estudos organizacionais. Embora em outras fontes, como capítulos de livro, há um pequeno volume de material publicado antes dessa data, não foram aqui considerados, pois implicariam a necessidade de investigar toda a produção bibliográfica ao longo do período para constituir uma base menos dinâmica de dados do que aquela gerada pela consideração de trabalhos publicados em periódicos ou congressos. Por fim, publicações em anais de congressos e periódicos acadêmicos, por contar com um corpo de avaliadores, aumentam a confiabilidade de se estar trabalhando com produção científica de qualidade, o que nem sempre ocorre, quando são consideradas outras fontes de dados.

Dessa forma, fizeram parte das fontes de pesquisa os seguintes periódicos e anais de congressos científicos²⁵: Revista de Administração de Empresas (RAE), Revista de Administração de Empresas Eletrônica (RAE-E), Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP), Revista de Administração Contemporânea (RAC), Revista de Administração Contemporânea Eletrônica (RAC-E), Revista de Administração Pública (RAP), Organizações & Sociedade (O&S), Revista Eletrônica de Administração (REAd), Revista BASE, Cadernos EBAPE.br, Revista de Administração Mackenzie (RAM), Brazilian Administration Review (BAR), Anais dos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), Anais dos Encontros de Estudos Organizacionais (EnEO) e Anais dos Encontros de Estudos em Estratégia (3Es).

O procedimento de seleção dos artigos de interesse para a pesquisa ocorreu, primeiramente, vasculhando-se as fontes de pesquisa ao longo do período delimitado para investigação, analisando o conteúdo dos textos (restrito a títulos, resumos, palavras-chaves e introdução). Posteriormente, a partir de dados extraídos dos sítios dos periódicos, construiu-se uma base de dados com informações dos artigos disponíveis, sobre a qual aplicou-se busca

²⁴ Foram utilizados os conceitos divulgados pela Capes no sítio do sistema Qualis no mês de julho de 2007.

²⁵ Os periódicos avaliados para o ano de 2007 ficaram limitados às publicações disponíveis até a data de encerramento da coleta de dados. As últimas edições consultadas, além dos números especiais publicados no decorrer do ano, foram as seguintes: RAE-E, 6(2); RAE, 47(4); RAP, 41(5); Cadernos EBAPE, 5(4); RAC, 11(4); RAC-E, 1(3); BAR, 4(3); RAUSP, 42(4); READ, 13(3); RAM, 8(4); BASE, 4(3); O&S, 14(2).

eletrônica por meio de palavras-chave²⁶, a fim de identificar novos trabalhos que pudessem ser enquadrados na análise. Para esses casos, consideraram-se os seguintes termos, além de suas derivações: institucional, isomorfismo, campo, imersão, legitimação e *embeddedness*. Complementarmente, tomando como base os 20 pesquisadores mais proeminentes no campo, foram também verificadas as publicações indicadas em seus currículos de acordo com os dados disponíveis na Plataforma Lattes.

Ao longo desse procedimento, foram considerados artigos de interesse aqueles que apresentaram sustentação teórica na perspectiva institucional, enquanto quadro analítico para o estudo, envolvendo também textos amparados sobre o institucionalismo econômico. Quando a aproximação com a abordagem institucional não foi evidente a partir da análise do título, resumo, introdução e palavras-chave, verificou-se nesses campos se o texto demonstrava interesse em processos de institucionalização: seja na formação ou estruturação de campos organizacionais, na influência de determinados agentes sobre a institucionalização de práticas, na discussão de conceitos associados ou da própria abordagem no âmbito dos estudos organizacionais, em implicações do contexto institucional sobre a atividade organizacional ou sobre a adoção e difusão de práticas. Eventualmente, quando da realização dessas ações ainda não fosse possível assegurar a seleção do artigo, mas persistisse a dúvida quanto à sua inclusão na pesquisa, o texto completo foi consultado.

Restringiu-se a busca por trabalhos de interesse para o presente estudo apenas a artigos teóricos ou teórico-empíricos não dispostos como Notas ou Comentários, Revisões Bibliográficas, Resenhas, Casos de Ensino, entre outras seções de caráter similar. Trabalhos que não se enquadravam na área de estudos organizacionais e estratégia foram também desconsiderados. Além disso, foram validados para a inclusão na pesquisa, artigos publicados inicialmente nos eventos considerados e, posteriormente, em periódicos, sob o pressuposto de que sofreram melhorias entre a versão inicial e a final.

Observa-se que, no caso dos Encontros Anuais da ANPAD (EnANPAD's), esses procedimentos de seleção de trabalhos ficaram restritos às áreas acadêmicas de estudos organizacionais e estratégia, respeitando sua classificação original no ano do evento²⁷. Já para os encontros setoriais, 3Es e EnEO, todos os artigos publicados nos anais desses eventos

²⁶ Vale ressaltar que a busca por palavras-chave não ficou restrita ao campo da base de dados de mesmo nome, mas aos registros dos artigos compostos também por título e resumo.

²⁷ As áreas acadêmicas consideradas para cada evento do EnAnpad foram as seguintes: ESO para os anos de 2001 a 2007; EOR-A e EOR-B para os anos de 2005 a 2007; TEO e ADE para os eventos de 2001 a 2004; ECE, para 2003 e 2004; ADE, para o ano de 2000; ORG, para os eventos de 1997 a 2000, excluindo-se os trabalhos da área de comportamento organizacional; AE, para o evento de 199; ORGEST, para 1998 e EST, para 1997.

foram considerados inicialmente, devido a que a natureza do evento é compatível com a definição de estudos organizacionais adotada por este estudo e, posteriormente, foram aplicados os procedimentos de seleção.

No término dessas etapas, 299 artigos científicos haviam sido selecionados, os quais foram considerados como representativos do campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais e estratégia (vide Anexo A). Sua distribuição ao longo do tempo e das fontes investigadas está apresentada na Tabela 1a e Tabela 1b. Como se vê, a maior parte deles foi publicada nos anais dos congressos acadêmicos (59,9%) e nos últimos quatro anos (63,6%).

Tabela 1 – (A) Distribuição do Volume de Artigos por Fonte e por (B) Ano

Fonte	Artigos	%	Período	Ano	Artigos	%
ANAIS	179	59,9%	P0	1982	1	0,3%
<i>ENANPAD</i>	115	38,5%		1991	1	0,3%
<i>ENEO</i>	40	13,4%	P1	1993	2	0,7%
<i>3Es</i>	24	8,0%		1994	2	0,7%
PERIÓDICOS	120	40,1%		1996	1	0,3%
<i>RAC</i>	28	9,4%		1997	4	1,3%
<i>RAE</i>	16	5,4%		1998	2	0,7%
<i>O&S</i>	15	5,0%	P2	1999	11	3,7%
<i>READ</i>	14	4,7%		2000	14	4,7%
<i>CAD. EBAPE.BR</i>	13	4,4%		2001	16	5,4%
<i>BAR</i>	10	3,3%	P3	2002	25	8,4%
<i>RAUSP</i>	7	2,3%		2003	30	10,0%
<i>RAE-E</i>	7	2,3%		2004	42	14,0%
<i>RAP</i>	6	2,0%	P4	2005	45	15,0%
<i>RAM</i>	4	1,3%		2006	54	18,0%
Total	299	100,0%		2007	49	16,4%
			Total		299	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor com base no levantamento junto às fontes de pesquisa investigadas.

Todos os artigos selecionados foram devidamente codificados e tabulados para a construção de uma base de dados organizada. Primeiramente, extraiu-se dos artigos selecionados a identificação dos autores que publicaram artigos no campo. Com base nesses dados, foi possível traçar os relacionamentos de cooperação entre os autores, representado pela co-autoria. Posteriormente, para cada artigo representativo do campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais, foi realizada a tabulação e a codificação de todas as referências bibliográficas utilizadas por cada um deles, a fim de viabilizar as análises de citação e co-citação.

Como resultado, a partir dos 299 artigos selecionados como representativos do campo no período, foram identificados 258 autores com produção no período, cujos relacionamentos de cooperação foram traçados com base na existência de co-autoria na produção. Com relação às referências, de um total de 10.445 presentes nos textos, constatou-se a existência de

citações direcionadas a 4.625 trabalhos diferentes, os quais envolvem 3.998 autores válidos²⁸ e distintos utilizados na fundamentação dos artigos no campo da perspectiva institucional. A relação entre o artigo citante e o trabalho ou autor referenciado caracteriza uma citação. Pares de autores ou trabalhos citados num mesmo artigo representam uma relação de co-citação. A Figura 3 ilustra esses números.

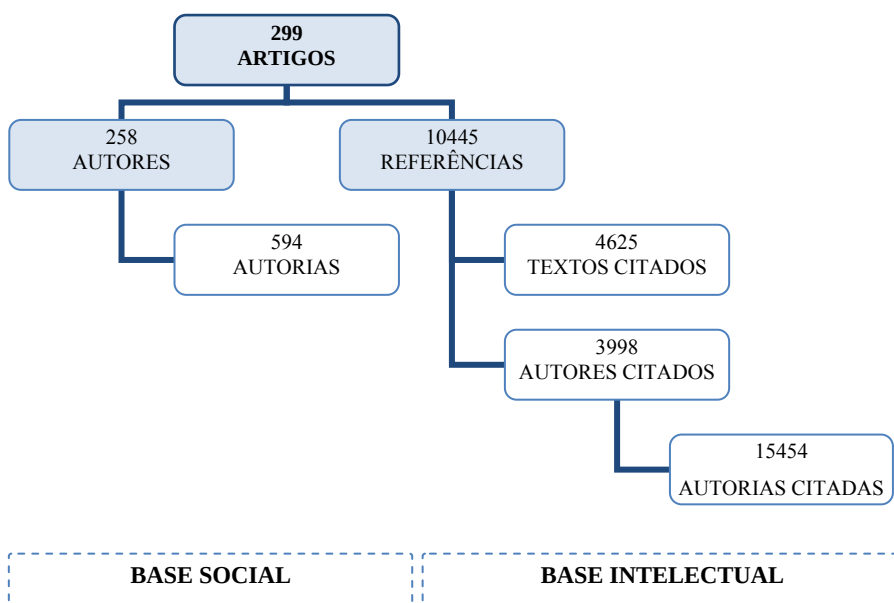


Figura 3 – População e Unidades de Análise no Campo da Perspectiva Institucional

Fonte: resultados da pesquisa, a partir dos texto selecionados para análise.

3.2.2 Delineamento das Etapas de Pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa acerca da estruturação de abordagem teórica no campo de estudos organizacionais, o presente trabalho requer alguma diversidade de metodologias para que se possa ter um quadro analítico mais abrangente e, por conseguinte, maior qualidade na apresentação de resultados e conclusões.

Em termos da estrutura analítica pela qual se organizou a pesquisa, foram delineadas quatro etapas de pesquisa. Primeiramente, tratou-se da dimensão social para depois considerar o campo a partir da ótica intelectual. Na sequência, investigou-se sua interação, cuja interpretação sociológica sustentada sobre mecanismos sociais, foi realizada na quarta e última etapa.

²⁸ Identificações de autoria como “et al” ou sem denominação do autor (“nd”) foram desconsideradas das análises.

Cada uma dessas etapas, por si só, pode ser vista como versões em menor escala do objeto de investigação, apresentando diferentes perspectivas de análise que, integradas ao final, compreenderão as assertivas conclusivas referentes à estruturação do conhecimento científico e sua influência na construção da abordagem institucional nos estudos organizacionais no Brasil. O Quadro 5 apresenta o tipo de delineamento predominante nas diferentes etapas da pesquisa e seus respectivos procedimentos metodológicos.

Quadro 5 – Especificação das Etapas de Pesquisa

Etapas	Delineamento Predominante	Procedimentos
1. Análise da Dimensão Social da Perspectiva Institucional no Contexto Nacional	Quantitativo	Análise de redes sociais e análise bibliométrica
1A. Categorização de pesquisadores		
1B. Descrição da produtividade e cooperação		
1C. Análise da estrutura de relacionamentos		
2. Análise da Dimensão Intelectual da Perspectiva Institucional no Contexto Nacional	Quantitativo	Análise de citações e de co-citações
2A. Análise dos textos e autores citados		
2B. Análise dos domínios de conhecimento		
3. Análise da Interação das Dimensões Social e Intelectual na Estruturação da Perspectiva Institucional nos Estudos Organizacionais no Brasil	Quantitativo	Análise cientométrica, análise de redes sociais e regressão multivariada
3A. Investigação dos contornos sociais e intelectuais		
3B. Influências sociais sobre a base intelectual		
3C. Investigação do encadeamento temporal		
3D. Comparação internacional		
4. Interpretação da Estruturação da Perspectiva Institucional nos Estudos Organizacionais no Brasil em termos de Mecanismos Sociais	Qualitativo	Análise interpretativa

Fonte: elaborado pelo autor com base nos procedimentos metodológicos predominantes.

A análise da dimensão social teve como propósito compreender a atividade científica por sua prática, no modo como ocorre enquanto ação regular de produção de artigos por meio de pesquisadores isoladamente ou em colaboração. Para este fim, utilizaram-se indicadores bibliométricos e análise de redes sociais para compreender a constituição social e os padrões de cooperação ao longo do tempo. A análise da dimensão intelectual, por sua vez, foi orientada pela investigação do perfil programático da abordagem conforme expresso por seu conteúdo substantivo restrito à base de referências utilizadas. As análises cientométricas das citações e co-citações foram conduzidas com esse fim. Na sequência, prosseguiu-se o estudo avaliando, quantitativamente, a influência recíproca entre ambas as dimensões. Para isso, foram utilizadas técnicas estatísticas de regressão multivariada, bem como o exame dos

relacionamentos entre pesquisadores e a base de referência que fundamenta seus trabalhos. Buscou-se nesse momento, trazer à tona elementos que possam ser auxiliares na compreensão do processo de estruturação do conhecimento. Esses elementos, segundo os procedimentos realizados envolveram: delimitação social e intelectual, enquanto espaços de pesquisa distintos; análise da influência entre os relacionamentos de cooperação e a afinidade intelectual dos pesquisadores; relação entre períodos passados e outros mais recentes; e convergência dos quadros de referência dispostos na produção nacional em relação àqueles elaborados externamente. Finalmente, na quarta etapa, procurou-se, qualitativamente, responder aos processos que atuam, de modo a influenciar a atividade social e a construção da abordagem institucional enquanto perspectiva de análise nos estudos organizacionais.

Reitera-se que, mesmo em determinados momentos quando a ótica sociológica de entendimento da ciência seja minimizada em função da mensuração de indicadores objetivos da atividade científica, ou das evidências estruturais, a preocupação interpretativa manteve-se apoiada na lógica estruturacionista, fundamental para qualquer conclusão que venha a ser feita no final desta pesquisa.

3.2.3 Coleta, Tratamento e Análise dos Dados

Para a realização deste trabalho, cada uma das etapas de pesquisa indicadas no Quadro 5 requereu procedimentos específicos para a organização e análise dos dados extraídos dos artigos selecionados para o estudo. Neste tópico, primeiramente, serão expostos os procedimentos realizados ao longo da coleta e preparação dos dados. Posteriormente, as especificidades relativas à análise dos dados para cada uma das diferentes fases da pesquisa foram descritas separadamente nas seções que seguem.

3.2.3.1 Coleta e Preparação dos Dados

O primeiro passo realizado após a seleção dos artigos que seriam investigados como representativos da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil foi a realização da extração das informações pertinentes, que estavam reunidas nos dados de autoria e nas referências bibliográficas.

Os dados de autoria fornecem o nome dos pesquisadores que produziram artigos no campo ao longo do período estudado. No entanto a inexistência de uma base de dados com informações organizadas da produção nacional em administração fez com que se realizasse

manualmente a catalogação dos dados pertinentes. Como cada fonte de dados possui diferentes formatos de apresentação e estruturação dos dados, um mesmo autor apresenta variadas formas de registro, o que obrigou realizar a padronização dessas informações, a fim de eliminar as diferenças existentes entre as entradas. No caso dos pesquisadores, a orientação para tal consolidação se deu a partir de seus sobrenomes, com posteriores verificações para que eventuais erros pudessem ser sanados. Sempre que fora constatada a utilização de nomenclaturas diferentes para a identificação de um mesmo autor, realizou-se sua agregação sob um único rótulo. Depois de organizados, os dados compuseram uma base de dados consolidada sobre a qual as informações foram utilizadas nos procedimentos analíticos.

Para as referências bibliográficas, a consolidação foi também realizada, de modo que, sempre que necessário, um mesmo texto ou autor citado em determinado artigo pudesse ser também localizado nos demais artigos que a ele fizeram referência. Para garantir essa codificação, cada item referenciado passou por um processo de decomposição dos registros, separando os campos relativos à identificação dos autores citados, título da obra citada, nome da publicação, volume, número, página inicial e ano da publicação. Cada campo de dados, isoladamente, foi consolidado, eliminando-se problemas associados à duplicidades ou outras inconsistências, para que, posteriormente, fosse possível atribuir um código único para cada trabalho ou autor citado. Para isso, admitiram-se algumas regras para a consolidação de registros: (i) no caso de obras publicadas em mais de uma fonte diferente, a não ser quando havia conhecimento que se tratava de edições revisadas ou ampliadas, optou-se por agrupá-las mantendo uma única fonte, dando preferência ao ano de publicação mais antigo; (ii) o mesmo foi feito com trabalhos publicados em diferentes línguas; (iii) sempre que necessário, foram realizadas buscas no currículo Lattes dos autores nacionais, na base de dados do próprio periódico em que o trabalho citado foi publicado, ou ainda em outras bases internacionais, a fim de dirimir dúvidas quanto às características corretas do material citado.

Destaca-se que, dado o volume relativamente alto de referências (10.445 registros) e a completa ausência de padronização com relação a aspectos formais de apresentação, como a adoção de incontáveis **padrões** de citação, ocorrendo até mesmo entre trabalhos de uma mesma fonte de pesquisa, recursos computacionais tiveram seu uso limitado, sendo requerido grande esforço e tempo para que, por intervenção do autor deste trabalho, os dados pudessem alcançar condições confiáveis e aceitáveis para análise.

Assim como os dados de autoria dos artigos, as referências citadas igualmente compuseram uma base de dados consolidada, em que constavam não apenas informações

pertinentes aos trabalhos e autores citados, mas também dos artigos que originaram a referência e com os quais as citações estão relacionadas.

Os dados foram tabulados e armazenados em planilhas compatíveis com o *software* Microsoft Excel 2007. Por meio desse procedimento foi possível construir a estrutura das relações entre as unidades de coleta, cuja análise foi conduzida com o apoio dos *softwares* UCINET 6.1 e PAJEK 1.20. Para os procedimentos estatísticos, o *software* SPSS 15.0 foi utilizado. Na sequência esses aspectos são apresentados em maior detalhe.

3.2.3.2 Análise dos Dados

3.2.3.2.1 *Etapa 1: Análise da Dimensão Social da Perspectiva Institucional nos Estudos Organizacionais*

A primeira etapa do estudo consistiu na descrição e análise da dimensão social associada à produção científica orientada pela perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil. Foram utilizados dados quantitativos, relacionais e categóricos referentes à autoria dos artigos selecionados, os quais possibilitaram a descrição da comunidade acadêmica por meio de indicadores bibliométricos e a análise da estrutura social, baseada em redes de colaboração entre autores.

Segundo Galaskiewicz e Wasserman (1994, p. xii): “a análise de redes sociais foca sua atenção em entidades sociais ou atores em interação uns com os outros e, como essas interações constituem um esquema ou estrutura que pode ser estudada e analisada por si só”. Assim, comportamentos e processos sociais poderiam ser explicados com base em redes de relacionamentos que ligam atores uns aos outros. À medida que se observam padrões de relacionamento entre essas entidades sociais, explicam Emirbayer e Goodwin (1994), compreende-se sua conexão com a estrutura social, compreendida como uma rede de redes.

Uma das aplicações deste tipo de análise está no estudo de redes de co-autoria. Liu et al (2005) explicam que redes de co-autoria implicam em relacionamentos temporais e colegiais, configurando laços sociais, de modo que, a partir desses laços, é possível investigar a respeito da estrutura de colaboração científica, bem como o status de pesquisadores em particular. Trata-se, assim, de um tipo especial de rede social, cujas propriedades podem expressar compartilhamento de idéias e técnicas de pesquisa, além da mútua influência entre os autores dispostos na rede sendo assim consistente com a idéia de produção social do conhecimento científico (MOODY, 2004).

Sob esse referencial, os procedimentos realizados nessa etapa de pesquisa foram delineados com o propósito de responder às seguintes perguntas específicas de pesquisa.

- Como está distribuída a produção da área, em termos da concentração/dispersão das publicações em torno de pesquisadores?
- Como os pesquisadores estão distribuídos, em termos da regularidade de sua produção?
- Como está caracterizada a produção da área, em termos de produtividade e cooperatividade entre os pesquisadores no campo?
- Como se configurou, ao longo do tempo, a estrutura de colaboração, em termos de agrupamento, centralidade dos atores e características estruturais da rede?

Para responder à primeira pergunta foram utilizados indicadores bibliométricos da produção científica. O crescimento quantitativo do campo foi calculado a partir do volume (absoluto e relativo) de artigos, autores e autorias presentes em cada ano. Calcularam-se também os autores mais prolíficos, considerados aqueles com maior participação em artigos ao longo do período analisado. Para esse fim, foi feita a contagem de artigos independentemente da posição de autoria ocupada pelo autor. Com base nesses dados, avaliou-se o grau de estratificação da produção em torno de um número reduzido de autores, o que remete à Lei de Lotka.

A Lei de Lotka expressa, em termos bibliométricos, a distribuição desigual relativa ao volume de artigos produzido por diferentes autores em determinado campo científico. De acordo com sua formulação original, o número de autores que fazem n contribuições em determinado campo é aproximadamente $1/n^2$ do número de autores que publicaram apenas uma única vez – e que a parcela desses autores é de cerca de 60% (LOTKA, 1924 citado em ALVARADO, 2002). Isso significa que, em campo científico, a parcela observada de autores com muitas publicações é significativamente menor daquela referente ao volume de pesquisadores cuja contribuição para o campo é muito pequena em termos do volume de artigos publicados. Tal distribuição, segundo a lei de Lotka, caracteriza-se como *power-law*, ou seja, ajusta-se ao modelo do poder inverso (função potência inversa, sendo $f(k) = \frac{C}{k^\beta}$), sendo encontrada em diversos campos científicos, bem como em diferentes unidades de avaliação da literatura científica (ALVARADO, 2002; ROUSSEAU; ROUSSEAU, 2000).

No presente trabalho, a avaliação da estratificação considerou a metodologia indicada por Rousseau e Rousseau (2000), segundo a qual a distribuição observada é comparada com a

distribuição estimada segundo o método da máxima verossimilhança, *maximum likelihood*, cujo ajuste deve ser significativo, segundo o teste de Kolmogorov-Smirnov. Para esse fim, os dados da frequência observada de autores de acordo com o número de artigos em que participaram foi analisado por meio do *software* Lotka (ROUSSEAU; ROUSSEAU, 2000).

Para responder à segunda pergunta, foi realizada a categorização dos autores, inspirada em Braun, Glanzel e Schubert (2001), que sugeriram uma classificação dinâmica de autores como entrantes, transientes, continuantes ou retirantes em função de sua regularidade de publicação na área. No entanto, optou-se por uma classificação orientada para o período com um todo, para a qual foi considerado o número de artigos publicados por um autor, o momento em que sua produção ocorreu, e a distribuição da produção ao longo dos anos. Além disso, uma categoria adicional foi incluída no estudo, a fim de melhor caracterizar os autores com relação à regularidade de sua produção no campo. Chamou-se a categoria adicional de *one-timers* (GORDON, 2007). Os critérios para essa classificação estão expostos na análise de resultados. Ademais, cada categoria foi analisada com relação a sua representatividade no campo com relação ao número de autores que abarcam e volume produzido de artigos.

Para a terceira pergunta, os procedimentos, mais uma vez, seguiram Braun, Glanzel e Schubert (2001) no que concerne aos indicadores utilizados. A cooperação foi avaliada pelo quociente entre o número de autorias em relação ao volume de artigos publicados, indicando que quanto maior taxa, maior o número médio de autores por artigo. Já a produtividade foi considerada a partir de dois indicadores. A produtividade total leva em consideração a relação entre o número de autorias e número de autores; quanto maior for a produtividade total, maior o envolvimento dos autores em pesquisas e trabalhos. A produtividade fracionada resulta da divisão entre o número de artigos pelo número de autores, e por sua vez, indica a produtividade média de cada autor em relação ao volume total de artigos produzidos, o que em outro sentido, indica o crédito ou contribuição proporcional atribuído a cada autor diante da produção total no campo. Assim, a produtividade fracionada avalia o modo como o crescimento da produção se divide diante do número de pesquisadores no campo, eliminando o viés de superestimação que poderia surgir da análise do valor bruto de produção (LEE; BOZEMAN, 2005).

Por fim, para a investigação da última pergunta, diversos procedimentos foram realizados. A identificação da estrutura de relações entre autores foi realizada a partir dos dados de autoria dos artigos selecionados para este estudo. Foi construída uma matriz de incidência entre artigos e seus respectivos autores (rede *two-mode*) para, posteriormente, transformá-la em matriz quadrada de afiliação entre os autores, onde cada célula indica o

volume de ocorrências dos diferentes pares de co-autoria (rede *one-mode*). Graficamente, a representação da matriz de afiliação entre autores ilustra a estrutura de colaboração para a produção científica no campo investigado.

Para a avaliação da centralidade dos pesquisadores, utilizaram-se as medidas de centralidade de grau, intermediação e fluxo, todas consideradas adequadas para o conhecimento das propriedades dos autores em determinado campo como um todo (LIU et al, 2005). A centralidade de grau (*degree centrality*) foi definida como o número de laços que um pesquisador estabeleceu com outros autores diferentes, ao longo de sua atividade de produção científica no campo. Trata-se do número de relacionamento de co-autoria que um pesquisador possui, de modo que quanto maior o grau, maior será sua vizinhança direta, tornando-o mais visível diante de sua capacidade de interagir com os demais. A centralidade de grau pode ser entendida como medida de atividade dos autores (VARGAS-QUESADA; MOYA-ANEGÓN, 2007; WASSERMAN; FAUST, 1994). A centralidade de intermediação (*betweenness centrality*) refere-se à extensão em que um pesquisador está posicionado, de modo a atuar como intermediador entre outros não diretamente relacionados. Por essa razão, a maior centralidade de intermediação tende a promover maior controle sobre o fluxo de informações (Newman, 2005) ou, simplesmente, o controle da interação entre atores (VARGAS-QUESADA; MOYA-ANEGÓN, 2007; WASSERMAN; FAUST, 1994). Por fim, a centralidade de fluxo (*flow betweenness centrality*) foi calculada admitindo-se que os relacionamentos sociais em produção científica são também canais de influência intelectual, ou seja, de fluxo de informações, atitudes ou modos de pensar (vide BORGATTI, 2005; HANNEMAN; RIDLE, 2005). Dessa forma, complementa-se a idéia já esboçada pela intermediação, mas, tecnicamente, não se atribui o mesmo peso a todos os caminhos possíveis entre um par de autores, bem como não se admite que o caminho escolhido será, necessariamente, o menor deles (e sobre o qual se posiciona o intermediário). Diferentemente, de acordo com Newman (2005) e Borgatti (2005), considera, dentre todos os caminhos possíveis, quanto um determinado pesquisador acaba tendo de ser acionado, para que a comunicação entre dois autores não adjacentes se realize.

A investigação das características estruturais da rede de colaboração levou em consideração (i) a dependência da rede em torno de autores-chave, chamados *stars*, por meio de modelos de ligações preferenciais; (ii) a configuração em diferentes períodos de análise, a partir indicadores de densidade, conectividade e do número e tamanho dos componentes identificados na rede. Nesse último caso, foram utilizados os indicadores de densidade, coeficiente de agrupamento, distância média e diâmetro para mensurar a coesão. O grau de

conectividade na rede foi considerado a partir do número e média de laços entre os pesquisadores. A concentração de laços em partes específicas da rede foi verificada por meio da taxa de centralização. E a distribuição relacional dos autores foi avaliada por meio da existência e tamanho dos componentes, definidos como sub-redes de atores conectados entre si, cujas ligações não os conectam a outras partes da rede (J. SCOTT, 2000; WASSERMAN; FAUST, 1994).

Para a hipótese de ligação preferencial (BARABÁSI; ALBERT, 1999) foram calculadas as centralidades de grau dos autores, as quais foram reorganizadas na forma de tabela de frequência. As frequências, então, foram dispostas graficamente em diagrama de dispersão, sobre o qual foi calculado o ajuste da função em relação à distribuição do tipo *power-law*. O grau de ajuste foi avaliado pelo R^2 , conforme Wagner e Leydesdorff (2005), o qual além de significativo precisa ser maior do que aquele calculado para o ajuste a outros tipos de funções como a linear, exponencial, quadrática ou logarítmica (BARABÁSI et al, 2002). Adicionalmente, seguindo Wagner e Leydesdorff (2005), exportaram-se os dados de frequência e de grau para o *software* LOTKA (Rousseau & Rousseau, 2000), para avaliar novamente o ajuste da distribuição por um método mais robusto (Teste de Kolmogorov-Smirnov) que, por sua vez, possibilitou a avaliação da significância da escolha preferencial. Além dessas condições, em concordância com Moody (2004), para o caso dos maiores componentes da rede, a dependência em relação a pesquisadores mais centrais foi verificada estruturalmente por meio da observação dos relacionamentos após a retirada daqueles com maior número de laços.

Ao longo desses procedimentos foram utilizados os *softwares* Ucinet 6.1 e Pajek 1.20 para a configuração da estrutura de relacionamento entre os autores e para o cálculo das medidas de centralidade e indicadores descritivos da rede. Para a avaliação do mecanismo de ligação preferencial utilizou-se o Microsoft Excel 2007 e os testes de ajuste de curvas oferecidos no SPSS 15.

3.2.3.2.2 Etapa 2: Análise da Dimensão Intelectual da Perspectiva Institucional nos Estudos Organizacionais

A segunda etapa teve como propósito prosseguir na análise da transformação do conhecimento científico relacionado à perspectiva institucional nos estudos organizacionais, porém com enfoque deslocando-se da dimensão social para a intelectual. Os dados utilizados, assim como na etapa anterior, foram quantitativos, relacionais e categóricos. Os procedimentos foram orientados para a investigação de estruturas intelectuais, ou domínios de conhecimento, por meio de análises de citação e co-citação que, por sua vez, correspondem à utilização de procedimentos cientométricos apoiados na metodologia de análise de redes e indicadores bibliométricos.

Tomando-se como premissa que textos científicos são instrumentos de comunicação acadêmica e delimitados por preferências de seus autores quanto ao modo como apresentam seu conteúdo substantivo, bem como escolhem os fundamentos referenciados, a possibilidade de estudá-los de maneira agregada, por meio da saliência com que certos conjuntos de autores ou obras citadas apresentam ao longo da estruturação do campo, torna possível compreender a formação de domínios de conhecimento. Além disso, a proeminência demonstrada por determinadas referências levanta questões analíticas não somente ligadas às posições teóricas ou epistemológicas, mas também à legitimidade e prestígio de determinados textos ou autores como fundamentais para a construção do conhecimento posterior.

Desse modo, procedimentos de análise de citações e co-citações foram utilizados com o propósito de compreender, ainda que parcialmente, as estruturas cognitivas e/ou normativas subjacentes ao campo da abordagem institucional, colaborando também para o entendimento do processo de difusão de determinadas idéias ou conceitos, já que se adotou uma perspectiva temporal longitudinal com a comparação entre períodos. A fim de melhor conduzir a análise, realizou-se, primeiramente, a análise de citações para posteriormente, investigar a estrutura intelectual por meio dos mapas de co-citação.

Análise de Citações.

Duas questões secundárias de pesquisa serviram como orientadoras para as ações realizadas neste momento da pesquisa.

- Como estão distribuídas as citações ao longo do período estudado, em termos de idade e recentidade, na produção científica apoiada na perspectiva institucional nos estudos organizacionais brasileiros?

- Quais os textos e autores citados mais proeminentes e difundidos ao longo do período no campo investigado?
- Quais são os autores com maior representatividade no campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais brasileiros?

A idade e recentidade das citações utilizadas no campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil foram mensuradas por meio de três indicadores bibliométricos tradicionais: a vida-média das referências, o índice de Price e o fator de imediatismo, todos calculados com base nos textos referenciados duas ou mais vezes pelos artigos do campo.

A vida média das referências corresponde à mediana do tempo de publicação dos textos referenciados no campo em determinado ano (ISI WEB OF SCIENCE, 2006). Por exemplo, se no ano de 2000 obteve uma vida-média de 10 anos para as referências, isso significa que 50% das citações realizadas pelos artigos publicados naquele ano foram direcionadas a textos com até 10 anos de idade, ou seja, publicados entre 1991 e 2000 inclusive. Já o índice de Price é calculado considerando-se, em determinado ano, o percentual de textos citados que foram publicados nos últimos cinco anos (NEDERHOF, 2006; WOUTERS, 1999). O fator de imediatismo, por sua vez, indica, em determinado ano, o percentual de textos publicados no mesmo ano em que foram citados (ISI WEB OF SCIENCE, 2006).

Para a avaliação da proeminência de textos e autores, simplesmente foi realizada sua classificação a partir da contagem de citações recebidas por cada um deles nos artigos publicados no campo ao longo do período investigado. O ranking resultante reflete o número de vezes que um texto ou autor foi citado no conjunto total das referências bibliográficas realizadas no campo. Para ambas as situações, avaliou-se a estratificação por meio do ajuste da distribuição à função do tipo *power-law*, já explicado anteriormente. Diferentemente, a popularidade foi mensurada não pelo número de citações recebidas, mas pela contagem do volume de trabalhos citantes, ou seja, a popularidade reflete o grau de difusão de um autor ou trabalho citado entre os artigos publicados no campo.

Por fim, a representatividade dos autores citados foi mensurada por meio do *H-index* (HIRSCH, 2005) e duas de suas variantes (HIRSCH, 2005; SIDIROPOULOS, KATSAROS; MANOLOPOULOS, 2007), a partir dos quais os autores citados foram dispostos na forma de ranking. O *h-index* é formalmente apresentado da seguinte forma: “um cientista possui um *h-index* se *h* de seus N_p artigos possuem pelo menos *h* citações cada um e os outros (N_p-h) artigos tenham $\leq h$ citações cada” (HIRSCH, 2005, p. 16569), sendo N_p o número de publicações do autor citado na base de referências investigadas. Assim, no presente estudo,

um pesquisador com *h-index* igual a 10 possui pelo menos 10 trabalhos de sua (co)autoria citados pelo menos 10 vezes dentre o total de referências utilizadas pelos artigos que compõem o campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais. O *a-index* é uma métrica que, utilizada em conjunto com o *h-index*, possibilita ponderar a magnitude de cada citação recebida por um cientista, sendo definido como $N_{c,tot} = ah^2$, sendo $N_{c,tot}$ o volume total de citações do autor investigado na base de referências. Já o *h-normalizado*, pondera o *h-index* com relação ao número de trabalhos citados do autor investigado, sendo formalmente definido como: $h_n = h/N_p$ (SIDIROPOULOS, KATSAROS; MANOLOPOULOS, 2007)

Domínios de Conhecimento.

Conforme se apresenta no referencial teórico, domínios de conhecimento são representações da estrutura intelectual de um campo resultante de análises de co-citações realizadas com base nas referências extraídas dos artigos investigados. Como tais, auxiliam na compreensão da dinâmica de transformação do conhecimento científico, evidenciando padrões de relacionamento entre textos ou autores citados. Tendo em vista a investigação desses aspectos, as seguintes perguntas de pesquisa orientaram os procedimentos realizados nessa fase do trabalho.

- Como está intelectualmente estruturada a área de estudos organizacionais com relação à perspectiva institucional ao longo do período em estudo?
- Quais são os nós considerados demarcadores, distribuidores ou ainda pontos de transição nos estudos organizacionais orientados pela perspectiva institucional no Brasil?

A fim de responder, realizou-se a análise de co-citação e de indicadores descritivos de redes sociais. Como já mencionado anteriormente, estudos de co-citação podem possuir diferentes unidades de medida, sejam autores, trabalhos ou qualquer outra categoria que possa ser mapeada como unidade citada; por exemplo, periódico, instituição, país, entre outros. No entanto, para os fins deste trabalho, os procedimentos ficaram restritos à análise de co-citação baseada em autores (ACA), a qual parte do princípio de que a co-citação revela existência de relacionamentos intelectuais entre autores citados conjuntamente (CHEN, 2006b; CHEN; PAUL, 2001; SMALL, 1973; VARGAS-QUESADA; MOYA-ANEGÓN, 2007).

De acordo com Nicolaisen (2006), a análise tradicional de co-citação segue alguns passos básicos, utilizados neste trabalho: seleção de autores, obtenção das frequências de co-citação, compilação dos dados em matriz bruta de co-citação, conversão da matriz bruta em

matriz de similaridade, realização de análise multivariada da matriz de similaridade, interpretação e validação.

Para a seleção dos autores, sempre que necessário, foram aplicados parâmetros, a fim de estabelecer as ligações de co-citação mais representativas do campo, conforme Chen (2006a) e Borner, Chen e Boyack (2003). Esses parâmetros referem-se aos valores de corte (*thresholds*) para o número mínimo de citações que um trabalho necessita possuir para ser incluído na análise e a quantidade mínima de co-citações de um par de autores. Além desses parâmetros, em alguns casos, utilizou-se também o coeficiente de similaridade, a fim de restringir o volume de laços representados na rede de co-citações.

As frequências de co-citação foram obtidas a partir da contagem do número de vezes que um par de autores é citado conjuntamente por um artigo que faz parte do campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais (vide esquema na Figura 4). Isso foi obtido a partir da transformação da matriz de incidência entre artigos de origem e autores citados (*two-mode*) em matriz de afiliação, na qual constam apenas as contagens de co-citação entre os autores citados. Para efeito das análises, optou-se por desprezar a diagonal principal, que representa autocitações e co-citações de um autor com ele mesmo, na medida em que mais de uma de suas publicações podem estar presentes num mesmo artigo. Justifica-se essa opção por produzir uma representação mais fiel da estrutura intelectual, mesmo com alguma possível distorção dos coeficientes de similaridade, os quais, estruturalmente, não produziram interferências significativas no resultado final.

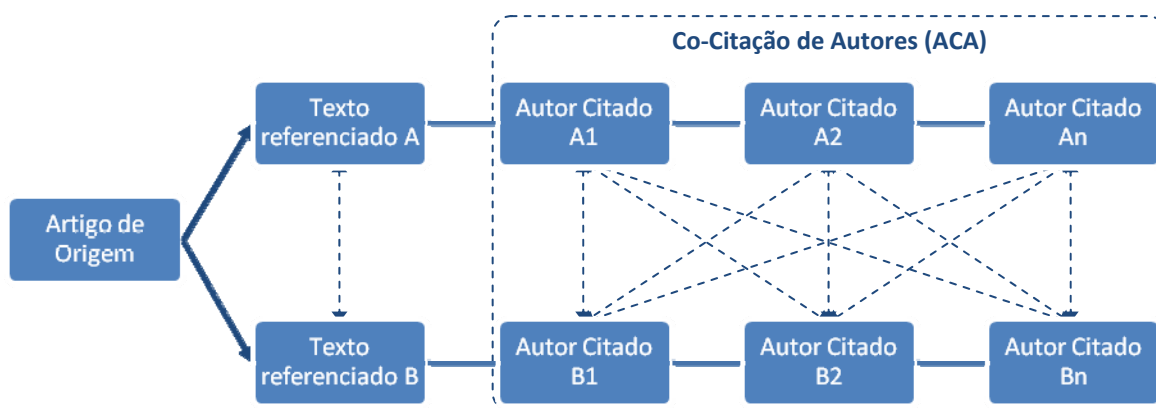


Figura 4 – Esquema de Co-Citação de Autores

Fonte: adaptado de Vargas-Quesada e Moya-Anegón (2007).

Depois, essa matriz de co-citação com os valores brutos foi transformada em matriz de similaridade, seguindo as orientações de Chen (2004a) e Vargas-Quesada e Moya-Anegón

(2007), pelas quais as contagens de co-citação foram padronizadas, aplicando-se a fórmula do co-seno, considerada adequada para esse tipo de dados²⁹. A matriz de co-citação padronizada representa a similaridade entre os autores com base em seus perfis de co-citação, ou seja, no quanto eles são parecidos, considerando-se a frequência e os autores com quem são citados conjuntamente. Assim, coeficientes de similaridade mais altos (por exemplo, co-seno=0,850) indicam não apenas alto volume de co-citação entre os autores, como também que ambos são co-citados com um conjunto muito similar de outros autores. Na representação gráfica, esses autores estarão mais próximos, enquanto os menos similares são representados mais distantes entre si, indicando seu menor relacionamento intelectual (READER; WATKINS, 2006).

Após esse procedimento, foi realizado o redimensionamento da rede de co-citação, ação necessária devido à existência de autores altamente conectados com muitos outros, o que colabora para tornar a rede de co-citação bastante densa, dificultando sua visualização e interpretação. Gráficamente, isso foi realizado, aplicando-se um valor de corte (*threshold*) para o coeficiente de similaridade, o qual fez com que apenas os pares com maior afinidade intelectual se mantivessem visíveis na representação das co-citações. Matematicamente, o redimensionamento teve como finalidade identificar domínios de conhecimento, ou seja, dimensões mais salientes na estrutura de dados, as quais poderiam representar subcampos da rede de co-citações, ou domínios de conhecimento, e foi realizado por meio da análise fatorial.

Diferentes são as técnicas possíveis de serem utilizadas nesse processo (vide BORNER, CHEN, BOYACK, 2003; VARGAS-QUESADA; MOYA-ANEGÓN, 2007), como a análise de *cluster*, fatorial ou equivalência estrutural. Neste trabalho, utilizou-se a análise fatorial exploratória sobre a matriz bruta de co-citações, após a aplicação do *threshold* de citação. Optou-se por realizar a análise dessa matriz com a finalidade de abranger maior volume de informações quanto à estrutura intelectual do campo. Além disso, por estar menos sujeita à influência de outros *thresholds* na configuração das redes, não sofre maiores implicações em sua topologia (CHEN, 2006b).

²⁹ É importante ressaltar que existem diferentes medidas para indicar a correlação entre as citações (R^2 , co-seno, Jaccard, Dice, e outras), conforme expuseram Klavans e Boyack, (2006). No entanto, até recentemente, o R^2 de Pearson era bastante utilizado, mas vem sendo substituído por outras medidas que têm produzido resultados mais condizentes com a análise da produção científica (CHEN, 2004a; CHEN, 2006b; WHITE, 2003). Embora esses resultados ainda sejam controversos, o co-seno vem ganhando espaço e, seguindo essa tendência, foi a medida utilizada ao longo do estudo. O co-seno é definido como:

$$cc_{\cosine}[i, j] = cc[i, j] / \sqrt{c[i] \cdot c[j]},$$

onde $cc[i, j]$ é a contagem de co-citação entre os documentos i e j ; $\sqrt{}$ é a raiz quadrada e $c[i]$ e $c[j]$ são as contagens de citação dos documentos i e j .

O uso dessa técnica se justifica pelo fato de permitir a redução da dimensionalidade da rede de co-citação, facilitando sua interpretação sem que se um autor citado seja forçado a compor um único grupo, respeitando com isso seu caráter universal (BORNER, CHEN, BOYACK, 2003; VARGAS-QUESADA; MOYA-ANEGÓN, 2007). Além disso, conforme explicam Moya-Anegón et al (2006), seus resultados são bem ajustados para o conhecimento de áreas temáticas relativamente proeminentes, expressas pelo alto grau de interconexão dos autores citados.

Para tanto, utilizou-se o método de componentes principais com rotação *varimax*, por meio da qual os diferentes autores citados foram analisados com relação aos pares e número de vezes em que foram co-citados. De acordo com Borner, Chen e Boyack (2003), esse método transforma determinado número de variáveis possivelmente correlacionadas, no caso os autores co-citados, em um número reduzido de variáveis não correlacionadas, as quais são chamadas componentes principais ou fatores. Cada um desses fatores responde por uma parcela da variabilidade possível dos dados, possibilitando, com isso, tanto a redução da dimensionalidade da configuração, quanto sua interpretação por meio da concentração de autores citados num único componente.

O critério adotado para a definição do número de fatores a ser considerado foi o do teste *scree* que consiste no exame do gráfico do percentual das variâncias explicadas por cada fator (*eigenvalues*). Segundo esse critério, consideraram-se para a análise aqueles que juntos acumularam alto percentual da variância, o que pelo gráfico corresponde à extração dos fatores até o ponto em que os *eigenvalues* começam a se nivelar, formando uma linha quase paralela ao eixo horizontal.

Posteriormente, os fatores extraídos foram identificados a partir da análise daqueles autores citados com maior carga fatorial, considerados similares quanto ao interesse dos pesquisadores do campo. Deste modo, cada fator pode ser interpretado como conjunto consolidado ou proeminente (MOYA-ANEGÓN et al, 2006) de conhecimento especializado que fundamenta as pesquisas (READER; WATKINS, 2006). Para White e McCain (1998), trata-se da **imagem da citação**, ou seja, a estrutura intelectual conforme as citações efetuadas pelos pesquisadores do campo científico em análise. Os fatores extraídos foram também representados nas redes de co-citação, na forma de atributo dos nós, auxiliando, assim, a interpretação das configurações.

O procedimento acima descrito foi realizado para os diferentes períodos analíticos, cada qual originando redes de co-citação específicas; estas quando comparadas, possibilitaram realizar inferências de tendências e descontinuidades no desenvolvimento intelectual do

campo. Complementarmente, foram também calculados indicadores de coesão e conectividade para as redes de co-citação de cada período. Esses indicadores já foram mencionados anteriormente, não sendo necessário recapitulá-los nesse momento.

A Figura 5 ilustra a sequência de procedimentos realizada ao longo da investigação da estrutura intelectual da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil.

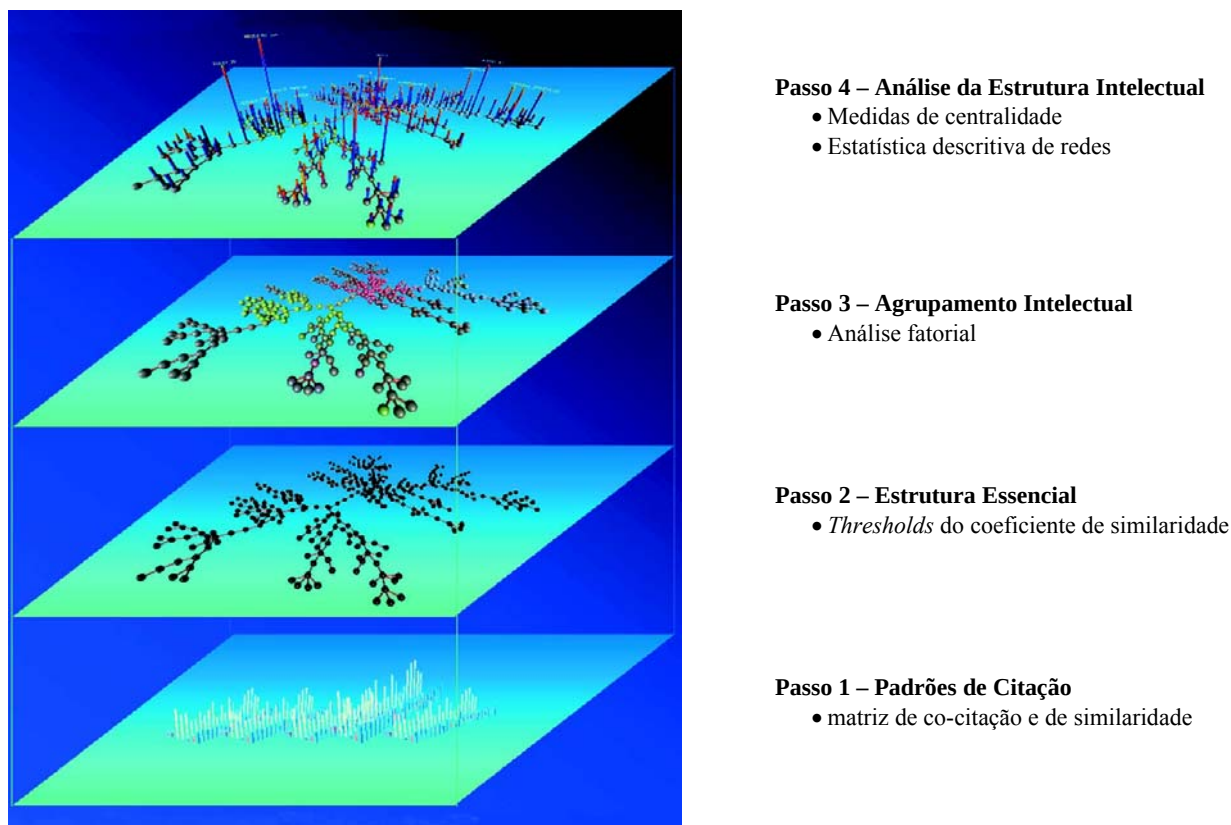


Figura 5 – Procedimentos Analíticos na Análise da Estrutura Intelectual

Fonte: adaptado de Chen e Paul (2001).

Ainda nessa etapa de pesquisa, as relações de co-citação foram exploradas no sentido de evidenciar, dentre os autores citados, aqueles com certas características que os tornam especialmente relevantes na análise da transformação intelectual do campo da perspectiva institucional. Três foram as categorias de autores citados investigadas: demarcadores, distribuidores e pivôs (CHEN, 2004a). Demarcadores foram identificados por meio da medida de centralidade de grau aplicada sobre a matriz de incidência (*two-mode*) entre textos de origem e autores citados. Assim, os autores considerados demarcadores são aqueles que possuem o maior volume de textos citantes na base de artigos considerada para representar a perspectiva institucional nos estudos organizacionais. Os autores distribuidores, por sua vez, foram identificados também mediante a centralidade de grau, mas agora aplicada sobre a rede

de co-citação, de modo que aqueles autores co-citados com grande número de pares foram considerados demarcadores. Finalmente, utilizou-se a medida de centralidade de intermediação, aplicada à rede de co-citação de autores com a finalidade de identificar pivôs, autores citados com a propriedade de interligar partes diferentes da estrutura intelectual da área.

Foram utilizados os *softwares* Ucinet 6.1 e Pajek 1.20 para a configuração da estrutura intelectual e para o cálculo dos indicadores descritivos das redes de co-citação. Para a análise fatorial foi conduzida por meio do *software* SPSS 15. Para a contagem e análise de frequência de citação e cálculo de indicadores bibliométricos, o *software* Microsoft Excel 2007 foi utilizado.

3.2.3.2.3 *Etapa 3: Interação das Dimensões Social e Intelectual da Perspectiva Institucional nos Estudos Organizacionais*

Após ter caracterizado e analisado as dimensões social e intelectual separadamente, nesta etapa, o esforço se deu no sentido de promover a compreensão de sua mútua influência. Conforme o embasamento teórico deste trabalho, a estruturação da perspectiva institucional nos estudos organizacionais decorre da relação recursiva entre ambas essas dimensões articuladas, enquanto processo social de construção do conhecimento científico. Dessa forma, por se tratar de um estudo apoiado na análise da produção científica, cabe reforçar, conforme defende Leydesdorff (1998), que referenciar ou atribuir propriedade intelectual ao conhecimento previamente difundido no campo é uma prática reflexiva, ao passo que a análise de citações é uma espécie de teoria reflexiva, segundo a qual se reconhece a dinâmica de reprodução, envolvendo grupos e atores sociais, bem como a codificação e reconstrução do conhecimento. Assim, os procedimentos realizados ao longo desta etapa partiram do pressuposto de que os relacionamentos entre autores, a formação de agrupamentos de pesquisadores, bem como a configuração de domínios intelectuais, fazem parte de processos sociais que envolvem a aproximações entre idéias e algum grau de compartilhamento de quadros mentais para o desenvolvimento de teoria e pesquisa no campo, sejam elas coordenadas intencionalmente ou não pelos atores envolvidos.

Com o propósito de investigar esses aspectos e compreender de modo mais específico a interação das dimensões social e intelectual, três perguntas de pesquisa foram formuladas, de modo a direcionar a investigação daqueles aspectos considerados mais relevantes no entendimento da construção da perspectiva institucional no âmbito dos estudos

organizacionais no Brasil. Respectivamente, elas fazem menção à formação de fronteiras simbólicas, à influência dos relacionamentos e à imersão temporal do conhecimento.

- Em que medida os agrupamentos sociais de pesquisadores representam estruturas intelectuais distintas entre si?
- De que forma a estrutura intelectual é condicionada pelas relações sociais entre pesquisadores no campo?
- Existe influência entre a estrutura intelectual estabelecida em períodos passados e a estrutura vigente?

Para responder a essas perguntas, utilizaram-se dados quantitativos e relacionais, assim como nas etapas anteriores. A análise dos dados manteve-se centrada em procedimentos apoiados na análise de redes sociais e de co-citação, sendo ainda complementados pelo uso de técnicas de regressão múltipla. Para a maior parte das análises aqui realizadas foram considerados apenas os cinco maiores componentes da rede social de pesquisadores. Em alguns casos, considerou-se um componente adicional, não por seu tamanho, mas por também estar entre os mais prolíficos do campo.

O delineamento da pesquisa necessário para o tratamento da primeira pergunta contou com diferentes procedimentos de análise de dados. O primeiro passo consistiu na verificação do compartilhamento das referências entre os diferentes componentes da rede de colaboração entre pesquisadores. Para isso, construiu-se uma rede bipartite (*two-mode*) que representa o relacionamento entre os pesquisadores de cada componente, tratados de modo agregado, e os autores citados. O compartilhamento foi representado a partir da medida de centralidade de grau para as conexões direcionadas aos autores citados (*indegree*).

Posteriormente, foram configuradas redes de co-citação de autores para cada um dos componentes. As redes de co-citação, assim como explicado na etapa anterior, foram originadas de redes de incidência entre textos de origem e autores citados, as quais foram transformadas em matrizes quadradas de afiliação entre autores, representando assim a frequência de co-citação. Os procedimentos de padronização foram, da mesma forma, realizados, produzindo as redes de co-citação baseadas na similaridade entre os autores co-citados. Para cada componente e período analisado, foram aplicados *thresholds* com a finalidade de melhor representar o conjunto relacional, facilitando também sua interpretação. Por fim, para as redes de co-citação, os fatores resultantes do procedimento de análise fatorial realizado na etapa posterior foram representados na forma de atributo para os autores citados. Como muitos dos autores estão presentes em diferentes períodos, isso possibilitou comparar as redes de co-citação de autores com relação às características de sua estrutura intelectual.

Como forma de complementar as análises precedentes, foram também analisadas a existência e frequência de autocitações para cada componente e entre cada um deles. Foram consideradas autocitações aquelas referências a trabalhos ou autores que são originários do mesmo componente em que se situa o autor ou trabalho citante. No caso dos trabalhos citados, apenas aqueles que correspondem aos próprios artigos do campo da perspectiva institucional, e produzidos por autores do respectivo componente, foram considerados autocitações. Por fim, avaliou-se também a popularidade dos textos e autores citados em cada um dos períodos analisados, tendo-se como foco os dois maiores componentes. Assim como realizado anteriormente, a popularidade foi mensurada pelo volume, absoluto e relativo, de trabalhos citantes.

Para a segunda pergunta, os procedimentos realizados foram mais complexos e variados. Calculou-se, primeiramente, a similaridade de autores citantes com base nas referências por eles citadas. Isso foi realizado transformando a matriz de incidência, na qual constavam as relações entre pesquisadores e autores citados (*two-mode*), em matriz de afiliação e, depois, em matriz de similaridade, com base no co-seno. Diferentemente das redes de co-citação, nesse caso, a afiliação foi realizada tomando-se como referência os próprios pesquisadores. Sobre a rede resultante, aplicou-se como atributo para os pesquisadores a identificação do componente que faz parte na rede de colaboração no respectivo período investigado.

Um segundo procedimento procurou avaliar a tendência de pesquisadores de um mesmo componente citarem trabalhos e autores já existentes na estrutura intelectual desse componente por ocasião da produção de novo artigo. Para tanto, considerando-se as redes de similaridade entre os pesquisadores, utilizou-se o indicador E-I Index (KRACKHARDT; STERN, 1988), calculado para cada uma das quatro faixas de tempo analisadas, além do período completo, de modo a comparar a proporção de laços dentro e fora das partições, as quais correspondem aos diferentes componentes identificados na rede de co-autoria entre pesquisadores nos respectivos períodos analisados. No caso aqui delineado, pelo fato de as partições serem originárias de agrupamentos sociais, os laços entre autores representam o grau de referências compartilhadas. Dessa forma, laços internos são aqueles que ligam os pesquisadores do componente às referências já existentes em artigos publicados por outros desse mesmo componente, enquanto os laços externos se referem às referências existentes em outros componentes. O índice resultante possui amplitude que varia de -1 a 1, de modo que valores mais próximos de 1 indicam tendência de relacionamento entre atores de partições

diferentes (externos), enquanto valores mais próximos a -1 revelam propensão dos atores de estabelecer relacionamentos no interior da própria partição de que fazem parte.

Complementando a análise do condicionamento social da estrutura intelectual, realizou-se ainda a análise de regressão múltipla Double-Dekker MRQAP, normalmente utilizada para testar hipóteses baseadas em relações diádicas nas ciências sociais, em situações em que as variáveis independentes sejam colineares (DEKKER, KRACKHARDT; SNIJDERS, 2007). Em termos gerais, por meio desse procedimento, é possível avaliar se um tipo de relacionamento influencia outro, o que implica uma análise de regressão de redes (HANNEMAN; RIDLE, 2005). No presente estudo, foram construídos modelos de regressão com o propósito de avaliar a influência das relações diádicas de co-autoria (variáveis independentes) sobre a estrutura intelectual, representadas por meio da rede de afinidade intelectual entre pesquisadores acima descrita (variável dependente). A hipótese subjacente considera que a existência e intensidade das relações sociais entre pares de pesquisadores condiciona a base intelectual que fundamenta a produção de conhecimento objetivado em artigos.

Finalmente, para que fosse possível responder à terceira pergunta de pesquisa apontada para essa etapa do trabalho, realizou-se nova análise de regressão linear, mas nesse caso com delineamento orientado para a investigação do encadeamento temporal. Devido a que as variáveis são vinculadas aos diferentes períodos de análise, acabam por se sobrepor umas as outras, tornando-as altamente correlacionadas. Diante disso, utilizou-se um tipo específico de técnica de regressão multivariada, considerada mais apropriada para esse tipo de situação de multicolinearidade (HAIR et al, 2005), chamada de regressão Ridge. Nesse tipo de técnica, por meio da adição de uma constante sobre a matriz de correlação, posteriormente padronizada, os coeficientes são artificialmente reduzidos, tornando os valores estimados para a regressão mais estáveis, embora ainda viesados (STATSOFT, 2004; DODGE, 2008). Nesse caso, ainda, as variáveis foram inicialmente avaliadas quanto ao seu grau de correlação e multicolinearidade. Posteriormente, com base nas variáveis consideradas significativas, foram construídos modelos explicativos. Foram aceitos como significativos, os resultados que se enquadraram no intervalo de confiança de 95% ($p < 0,05$).

Para os procedimentos acima, os *softwares* Ucinet 6.1 e Pajek 1.20 foram, mais uma vez, utilizados para a configuração das redes de co-citação, de incidência e de similaridade intelectual entre pesquisadores. O algoritmo E-I Index e a técnica de regressão MRQAP foram também realizados com intermédio do Ucinet 6.1. Já a regressão linear do tipo Ridge

foi conduzida a pelo *software* Statistica 7. As autocitações e a classificação de textos e autores citados para os componentes foi realizada com apoio do *software* Microsoft Excel.

Nesta etapa de pesquisa, um último aspecto foi também analisado, embora de modo apenas descritivo: a comparação internacional. Para tanto, trabalhos publicados em periódicos internacionais foram selecionados e analisados com relação aos textos e autores mais citados em diferentes períodos de produção. Por serem dados extraídos diretamente da base da Thomson ISI Web of Science, utilizou-se o *software* HistCite 7.1 para fazer a depuração e exposição descritiva das informações, devido à sua completa compatibilidade. Os artigos considerados representativos da produção internacional na área foram selecionados por meio de busca das mesmas palavras-chaves utilizadas para o contexto nacional. Restringiu-se o levantamento aos dez periódicos com maior fator de impacto na área de organizações e estratégia de acordo com Journal Citation Report 2006 (vide Tabela 2). Foram selecionados 262 artigos produzidos entre 1988 e 2007, totalizando 391 pesquisadores que, por meio de suas publicações, geraram 12317 referências, das quais 400 foram citadas cinco ou mais vezes.

Tabela 2 – Periódicos Internacionais Investigados

Periódico	Artigos	%	FI
ORGANIZATION STUDIES	52	19,8%	1,583
ADMINISTRATIVE SCIENCE QUARTERLY	40	15,3%	2,455
ACADEMY OF MANAGEMENT JOURNAL	39	14,9%	3,353
ORGANIZATION SCIENCE	26	9,9%	2,815
JOURNAL OF MANAGEMENT STUDIES	25	9,5%	2,000
ACADEMY OF MANAGEMENT REVIEW	22	8,4%	4,515
STRATEGIC MANAGEMENT JOURNAL	19	7,3%	2,632
JOURNAL OF INTERNATIONAL BUSINESS STUDIES	18	6,9%	2,254
JOURNAL OF MANAGEMENT	13	5,0%	1,954
ORGANIZATION	8	3,1%	1,329
TOTAL	262	100%	---

* FI = Fator de impacto do periódico no ano de 2006.

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

3.2.3.2.4 Etapa 4: Interpretação da Construção da Perspectiva Institucional nos Estudos Organizacionais

A última etapa da pesquisa, diferentemente das anteriores, não foi delineada sobre procedimentos quantitativos. Por esta etapa corresponder à reunião do conjunto de informações discutidas até aqui, tanto no âmbito social quanto intelectual, com o quadro teórico que sustenta esse trabalho, optou-se por um delineamento qualitativo no qual predominou a análise interpretativa.

Assim, esta etapa final de análise dos dados privilegiou a análise interpretativa do conjunto de informações até aqui encontradas, atribuindo-lhes significado à luz das dimensões de interação da abordagem estruturacionista, organizadas com base em sua relação com três tipos de mecanismos sociais, conforme Campbell (2006) e Mische (2003): relacionais, cognitivos e político/intelectual.

No sentido aqui considerada, a análise interpretativa envolve a interferência do analista na compreensão das informações produzidas pelos procedimentos quantitativos realizados previamente, atribuindo-lhes significado de modo coerente com o quadro teórico que sustenta o presente estudo. Mecanismos sociais, por sua vez, foram compreendidos como processos intermediários com o potencial de realizar a articulação entre as dimensões social e intelectual no curso da estruturação do conhecimento científico.

Seguindo essa linha de raciocínio, mecanismos relacionais foram analisados a partir das conexões entre autores, conforme mapeadas nas estruturas de colaboração, colocadas em perspectiva quanto ao seu desenvolvimento ao longo do tempo. A posição de pesquisadores no conjunto de relacionamentos, as condições de centralidade e a estratificação foram alguns aspectos considerados nessa ótica.

Para os mecanismos cognitivos, concentrou-se atenção nos aspectos decorrentes dos procedimentos de análise de citações e co-citações, com o fim de refletir a respeito das bases de significação e legitimação do conhecimento, segundo as possíveis perspectivas teóricas no campo. Isso tem sentido ao se observar que a produção científica é um dos meios, senão o mais importante, de comunicação e propagação de idéias no ambiente acadêmico, o que, em certo sentido, evidencia aspectos ligados ao quadro interpretativo compartilhado entre os pesquisadores: agentes, situados espaciotemporalmente numa rede de relações sociais, expressam reflexivamente por meio do discurso (objetivados em trabalhos ou comunicações acadêmicas) as propriedades estruturais reproduzidas recursivamente em interação.

Mecanismos políticos/intelectuais, por sua vez, foram analisados não a partir de indicadores específicos, mas por meio de inferências realizadas, quando colocados lado a lado os processos relacionais e cognitivos. Neste ponto, adotou-se como foco a reflexão sobre a formação intelectual no campo, na qual se tem o debate entre diferentes perspectivas pelo reconhecimento de suas pretensões de conhecimento do modo adequado de interpretação dos fenômenos no campo.

3.2.4 Facilidades e Dificuldades na Coleta e Tratamento dos Dados

A seleção de trabalhos tendo como base os periódicos e eventos classificados como A Nacional pelo sistema Qualis da Capes trouxe como facilidade o fato de a maior parte deles possuir informações eletrônicas dos artigos publicados. Dados de autoria, título, resumos e origem da publicação foram, por essa razão, extraídos das mídias de anais dos eventos acadêmicos ou das *homepages* dos periódicos que disponibilizavam as informações. Além disso, por oferecerem os textos completos dos trabalhos, foi possível também extraí-las diretamente dos arquivos eletrônicos. Para o caso dos periódicos, o mesmo foi possível os periódicos já que quase sua totalidade disponibiliza os dados dos artigos publicados em suas *homepages*. A mesma facilidade, porém, não ocorreu no que concerne ao acesso dos artigos completos.

Essa situação implicou a primeira dificuldade relativa à coleta dos dados, já que foram poucos os periódicos que possuíam seu acervo completo em meio eletrônico. Muitos mantêm apenas parte dos artigos publicados disponíveis ao público sem restrições, com edições mais antigas encontradas apenas em meio físico, enquanto as mais recentes permanecem restritas a usuários cadastrados ou assinantes. Houve ainda casos em que o acesso a textos completos estava completamente indisponível, ou cujos dados de identificação dos artigos estava incompleto ou inconsistente, requerendo investigação do artigo em meio físico. No caso dos eventos da Anpad, problemas dessa natureza ocorreram apenas com os anais dos EnANPAD's realizados anteriormente a 1997, os quais inexistem eletronicamente, estando disponíveis apenas na forma de livros. Por razão disso, parte do procedimento de seleção dos artigos requereu investigação manual.

As dificuldades quanto ao acesso dos textos completos expõem um problema de proporções maiores e que trouxe muitas complicações na coleta e tratamento dos dados: a ausência de base nacionalmente abrangente com informações organizadas sobre os artigos científicos na área de administração nos moldes do que existe internacionalmente: por exemplo, Ebsco, ProQuest, ISI Web of Science, entre outras. Além de consequências evidentes com relação ao acesso e circulação da produção nacional, tal fato trouxe dificuldades operacionais que consumiram muito tempo e esforço até que fosse possível organizar uma base de dados local e confiável para uso na pesquisa, especialmente no que diz respeito às referências bibliográficas, cuja coleta foi necessária para a realização das análises de citação e co-citação.

Na ausência dessa facilidade, primeiramente, foi necessário converter para o formato eletrônico aqueles artigos obtidos apenas em na forma impressa, o que requereu a digitalização de boa parte do material selecionado. Posteriormente, os textos, agora na forma de arquivos eletrônicos, passaram pelo reconhecimento ótico de caracteres (OCR) e conversão para o formato de texto simples. Cada arquivo de texto resultante foi então padronizado, mantendo-se apenas as informações de identificação do artigo (título e autoria) e as referências bibliográficas. Por fim, esses dados foram ordenadamente extraídos e relacionados com a base de dados em que constavam os campos de identificação dos artigos que compuseram a população deste estudo.

As referências, então, tiveram de ser separadas em campos apropriados para sua codificação e análise, o que trouxe novas dificuldades. Pelo fato de os congressos acadêmicos não adotarem um padrão formal para que os autores utilizem quando apresentarem os trabalhos que fundamentaram seu artigo, a variedade de formatos praticamente inviabilizou a possibilidade de automatização desse processo. Assim, a identificação dos campos teve que ser feita manualmente para que, depois, com o auxílio do computador, fosse realizada sua separação, organização e consolidação. A cada etapa, procedimentos de verificação tiveram de ser realizados, a fim de prevenir ou corrigir eventuais erros encontrados, de tal modo que se acredita ter produzido uma base de dados bastante confiável quanto às informações extraídas dos artigos.

De qualquer modo, embora esses procedimentos tenham sido realizados a fim de reduzir ao máximo as inconsistências na base de dados, não há como assegurar que o conjunto de informações resultante esteja completamente livre delas. No entanto, embora sua eventual existência possa gerar alterações nas análises realizadas ao longo do trabalho, acredita-se que não sejam significativas o suficiente para provocar sua invalidação ou prejudicar os resultados encontrados.

3.2.5 Limitações da Pesquisa

No que concerne às limitações metodológicas do presente estudo, destaca-se, em primeiro lugar, a restrição a artigos classificados como A nacional pelo sistema Qualis da Capes. Tal opção deixou de lado diversos outros materiais de relevância para o estudo da produção científica no campo da perspectiva institucional, como livros, capítulos de livros ou textos para discussão (*working papers*). Além disso, foram desconsideradas as publicações produzidas por pesquisadores brasileiros realizadas internacionalmente, em periódicos ou

anais de congressos. O mesmo ocorreu com aqueles trabalhos publicados em periódicos ou congressos com avaliação inferior ao A Nacional. Deste modo, o número de trabalhos no campo da perspectiva institucional produzido no Brasil pode ser significativamente mais elevado que os 299 artigos selecionados neste estudo.

Acredita-se, porém, que a desconsideração dessa produção científica não deva gerar interferências sensíveis na análise. Por um lado, porque mesmo restrita a esse conjunto específico de publicações, a seleção de trabalhos para o estudo seguramente concentrou a maior parte do que foi publicado no campo ao longo do período estudado, evidenciando suficientemente os principais pesquisadores e suas relações de colaboração, já que a parcela de produção internacional ainda é menos expressiva do que nos meios nacionais. Por outro, se pressupõe estarem nos veículos classificados como A Nacional os principais trabalhos e pesquisadores destacados do campo. Informações advindas de outros meios de produção científica podem até expressar certos relacionamentos adicionais, mas acredita-se que a redundância seja maior do que a informação adicional ocasionada. Em termos de expressividade no âmbito intelectual, acredita-se que periódicos e artigos publicados em congressos classificados como A Nacional sejam mais consumidos pela comunidade acadêmica, com o fim de compor a base de fundamentação da produção científica no campo dos estudos organizacionais e, portanto, terminam por exercer maior impacto sobre a estrutura intelectual da perspectiva investigada.

No âmbito das citações esse tipo de limitação é minimizado. Isso se dá em razão do grande volume de dados extraídos das referências dos artigos que evidenciam o consumo de trabalhos publicados em diferentes fontes, incluindo livros e capítulos de livros, e outras não incluídas nos critérios de seleção dos artigos para investigação, evidenciando sua importância relativa na estrutura intelectual do campo. Além disso, a não ser que exista grande volume de pesquisadores distintos daqueles obtidos por meio dos artigos selecionados pelos critérios indicados, é provável que a variabilidade em torno das referências utilizadas seja pouco significativa.

Pode-se indicar também como limitação do estudo, a opção pelo procedimento de seleção de artigos para composição da população do estudo com base em palavras-chaves, já que pode ter ocasionado a exceção de algum trabalho relevante, para o qual os termos chaves não se fizeram presentes. No entanto, acredita-se que em razão da complementação desse procedimento pela investigação dos currículos Lattes dos pesquisadores mais proeminentes, esse aspecto também possa ter sido minimizado.

Outra limitação merecedora de atenção diz respeito aos tipos de relacionamento considerados na análise de colaboração entre autores. Como se sabe, além da cooperação na elaboração de artigos (co-autoria), pesquisadores participam de inúmeros outros tipos de relacionamento, que podem também influenciar a construção do conhecimento científico, mas que não foram considerados neste estudo.

O privilégio dado a relacionamentos de colaboração baseados em co-autoria pode trazer limitação adicional por desprezar aqueles autores que não compartilharam sua produção com nenhum de seus pares. Embora isso seja parcialmente verdadeiro diante do destaque atribuído aos agrupamentos de pesquisadores na análise da dimensão social, a produção científica dos autores isolados foi considerada juntamente com os demais para a compreensão global da estrutura intelectual da perspectiva institucional, estando presente nos procedimentos analíticos referentes a citações e co-citações.

Pode-se, ainda, considerar como limitação do estudo a preponderância da análise orientada por dados quantitativos e relacionais, ao longo dos métodos utilizados na pesquisa. Com isso a investigação qualitativa em profundidade do conteúdo dos trabalhos não pode ser realizada, de modo a trazer elementos adicionais para a compreensão da construção do conhecimento científico, por meio da investigação de preferências ontológicas e epistemológicas no debate acadêmico. Isso fez com que não fosse possível atribuir tratamento equilibrado entre aspectos cooperativos e competitivos na construção do conhecimento, resultando em inclinação em favor do primeiro. O mesmo vale para o entendimento desses aspectos ao longo do tempo, no sentido de averiguar o modo como ocorreu a articulação da perspectiva com os estudos organizacionais por meio de certas categorias analíticas, conceitos e outras características teóricas.

Com relação às técnicas empregadas no estudo, a opção pelo uso de análise fatorial sobre as redes de co-citação, embora bem sucedida quanto à identificação de aspectos mais proeminentes da estrutura intelectual do campo investigado, pode não ser sensível a segmentos menos consolidados de fundamentação teórica (MOYA-ANEGÓN et al, 2006). Além disso, a aplicação de parâmetros (*thresholds*) para a configuração das redes de co-citação, a fim de reduzir sua escala, pode comprometer a estrutura da rede original quanto à sua integridade, coerência e semântica (CHEN, 2006b). Em ambos os casos, a utilização de algoritmos baseados na topologia da rede, como o Pathfinder Network Scaling, poderia auxiliar nesse sentido. Neste trabalho, a fim de minimizar essas limitações, optou-se por proceder análise fatorial sobre a matriz de co-citação bruta apenas com o *threshold* de citação. Tal ação restringiu sua sensibilidade aos efeitos da redução da rede, por basear a investigação

sobre dados mais fiéis à estrutura original da rede. Similarmente, a análise estatística das redes, quando necessária, desconsiderou os *thresholds* que, por fim, exerceram finalidade muito mais baseada na qualidade da visualização, sem prejuízos sobre o procedimento interpretativo decorrente da análise quantitativa dos dados.

Finalmente, a não consideração de aspectos que envolvem a contextualização do processo de construção da perspectiva foi uma limitação do delineamento do presente estudo: condições institucionais ligadas a pressões e regulamentações estabelecidas por órgãos como Capes e CNPq sobre a atividade científica, ou ainda aspectos contextuais mais abrangentes de âmbito social, político e econômico não foram considerados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados deste estudo foram organizados conforme as perguntas de pesquisa previamente enunciadas. Para cada uma delas, os procedimentos foram realizados de acordo com o delineamento metodológico descrito na seção anterior. Quatro são as seções desse capítulo.

Na primeira delas, o objetivo de investigação fica restrito à dimensão social, considerada a partir de informações referentes aos pesquisadores com atividade de produção científica ao longo do período investigado, bem como das características da comunidade acadêmica, expressas sob a forma de estruturas de colaboração geradas a partir dos laços de co-autoria entre os pesquisadores.

Na seção seguinte, o enfoque se desloca para a dimensão epistêmica/intelectual, inicialmente caracterizando, por meio de indicadores bibliométricos, o campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais do Brasil, segundo as referências utilizadas nos artigos investigados, em termos de autores e trabalhos citados. Depois, a dimensão intelectual é analisada no âmbito agregado, enquanto estruturas de conhecimento. As redes de co-citação e sua evolução ao longo do tempo foram tratadas nesse tópico.

Na terceira seção, discutem-se aspectos relacionados à inter-relação de ambas as dimensões, social e intelectual, de modo a destacar elementos que possam auxiliar na compreensão de processos sociais específicos que interferem na produção do conhecimento científico no campo em estudo. Esses processos foram, na quarta e última seção desse capítulo, discutidos à luz do quadro teórico de referência, sendo interpretados sob a lógica de mecanismos sociais, enquanto elementos portadores da dinâmica de estruturação subjacente ao processo de produção do conhecimento científico.

4.1 A DIMENSÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A análise da dimensão social deu-se a partir de duas linhas analíticas. A primeira delas focou na população de pesquisadores que, ao longo do período investigado, contribuíram com o campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais, produzindo artigos. Trata-se do aspecto mais focado nas características dos autores, enquanto categoria sociológica, bem como na representação de indicadores de produção científica. Já a segunda, a ser apresentada mais adiante, considerou de modo agregado os autores, investigando o modo

como se organizaram e enquanto estrutura social para a colaboração científica no período considerado para o estudo.

4.1.1 Categorias de Autores, Produção Científica e Cooperação

A área da Administração apresentou, especialmente a partir da década de 90, crescimento significativo, com ampliação no número de programas de mestrado e doutorado, e conseqüentemente, maior número de pesquisadores. Além disso, o volume da produção científica acompanhou essa tendência promovida também por fatores contextuais como a política de avaliação dos programas estipulada pela Capes com atenção especial à pesquisa expressa por meio de publicações, além da ampliação dos encontros da Anpad, diversificando os espaços para as comunicações acadêmicas com a criação dos eventos temáticos a partir do ano 2000.

O campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais mostrou sinais de transformação nesse sentido. Com base nos dados coletados nos 299 artigos selecionados para o propósito desse estudo, constatou-se que, ao longo do período investigado, a comunidade acadêmica nesse campo específico alcança 258 pesquisadores, tendo sido reflexo de acentuado crescimento nos últimos anos como mostra a Figura 6.

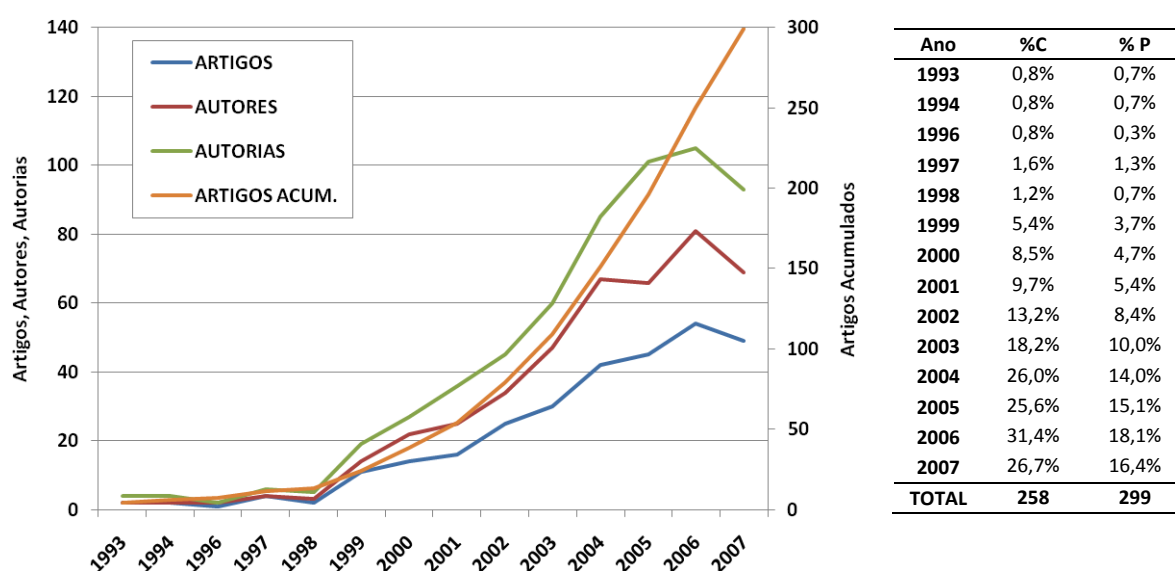


Figura 6 – Crescimento da Produção e Comunidade Acadêmica

%C = percentual de pesquisadores da comunidade; %P = percentual da produção total do campo.

Fonte: resultados da pesquisa

Entretanto, e que é mais importante para este trabalho, o crescimento da área indica maior adesão de pesquisadores à perspectiva de análise investigada, ou seja, a cada ano novos

autores passam a produzir trabalhos no âmbito da abordagem institucional, constituindo cada vez mais, uma especialidade, no sentido de apresentar determinado compartilhamento de idéias em continuidade. O crescimento da produção anual em termos absolutos, bem como do número de autores com publicação a cada ano, é notável; embora apresente atualmente taxas mais reduzidas do que no passado, segue progredindo e consolidando esse campo de estudo. Isso pode ser notado pela proporção ascendente de pesquisadores e trabalhos produzidos a cada ano, alcançando as maiores taxas em 2006 e 2007. Respectivamente, nesse período constatou-se 18,1% e 16,4% do total de artigos produzidos no campo, bem como a maior participação de pesquisadores na atividade de produção científica com cerca de 31,4% e 26,7% da comunidade ligada à perspectiva envolvida na publicação de trabalhos. O número de autorias, por sua vez, reforça esses dados, mas indica, mais do que isso, taxas positivas de colaboração entre pesquisadores no momento da produção científica, como será visto adiante.

Essa maior cooperação entre os autores é forte indicador da organização intelectual em curso no tocante à perspectiva institucional. No entanto, afirmações mais contundentes sobre as características desse processo não podem ser realizadas sem que informações complementares sejam investigadas. Por exemplo, a cada ano apenas uma parcela dos autores da comunidade produz novos artigos e os publica nas fontes pesquisadas. No entanto, enquanto alguns fazem isso com certa regularidade, outros tiveram uma única inserção no campo, nunca mais publicando artigos sob o âmbito da abordagem investigada. Tendo isso em vista, os autores foram categorizados de acordo com o volume e regularidade de sua, com o fim de agregar elementos adicionais para a compreensão da atividade acadêmica no campo.

A categorização foi realizada tomando como base toda a atividade do pesquisador ao longo dos anos pesquisados, considerando o volume e regularidade de sua publicação. Esse procedimento resultou numa classificação estática para o período, a qual é considerada adequada para os propósitos de investigação já que considera a atividade agregada dos autores, sem envolver as limitações da classificação dinâmica, por não se restringir apenas aos períodos centrais da janela temporal estudada. Assim, tomando como base as categorias sugeridas por Braum, Glanzel e Schubert (2001) e Gordon (2007), os pesquisadores foram classificados em: *continuentes*, *transientes*, *entrantes*, *retirantes* e *one-timers*. Os critérios para a delimitação de cada uma delas não seguiram estritamente os apontados por esses autores, tendo sido ajustados às características do campo investigado, tomando o cuidado para que não perdesse sua relação com a idéia original subjacente a cada um deles.

Tabela 3 – Distribuição de Pesquisadores segundo Categorias de Produção e Continuidade

Categoria	Pesquisadores	Descrição
CONTINUANTES	14	Mais de uma publicação em 5 ou mais anos diferentes e ao menos uma nos últimos 3 anos
TRANSIENTES	42	Mais de uma publicação distribuídas ao longo do período em não mais do que 4 anos diferentes, sendo ao menos uma nos últimos 3 anos e ao menos uma em anos anteriores.
ONE-TIMERS	155	Apenas uma única publicação em todo o período analisado.
ENTRANTES	26	Mais de uma publicação em um ou mais anos diferentes nos últimos três anos (exclusivamente)
RETIRANTES	21	Mais de uma publicação em um ou mais anos diferentes, mas sem publicações nos últimos 3 anos
Total	258	

Fonte: resultados da pesquisa

O primeiro aspecto que chama atenção nessa classificação é o pequeno número de autores continuantes – apenas 14, segundo os critérios adotados – em comparação com aqueles classificados como *one-timers*, que totalizaram 155 autores. Ambas as categorias, no entanto, participaram de grande número de trabalhos publicados, 48,2% e 36,5%, respectivamente, mas em proporções bastante distintas quanto volume de pesquisadores no campo: enquanto continuantes representam apenas 5,4% do total, *one-timers* alcançam 60,1%. Conforme mostrado na Tabela 4, a categoria dos continuantes é a que apresenta média de envolvimento em trabalhos: produtividade total igual a 13,3, superior às demais. A categoria dos transientes também se destaca nesse sentido, já que 42 pesquisadores estão ligados a 137 artigos produzidos no campo, o que indica uma produtividade total igual a 3,3, superior aos entrantes (2,5), retirantes (2,4) e *one-timers* (1,0). Ambas as categorias, continuantes e transientes, representam assim as bases de sustentação e continuidade da pesquisa no campo em estudo.

Tabela 4 – Representatividade das Categorias de Produção e Continuidade

	CONTINUANTES	TRANSIENTES	ONE-TIMER	ENTRANTE	RETIRANTE	TOTAL
Autores	5,4% (14)	16,3% (42)	60,1% (155)	10,1% (26)	8,1% (21)	258
Autorias em Artigos	186	137	155	65	51	594
Artigos com Participação	48,2% (144)	36,1% (108)	36,5% (109)	17,1% (51)	12,7% (38)	299
Períodos com Produção	93,3% (14)	60,0% (9)	66,7% (10)	20,0% (3)	40,0% (6)	15

Obs: *Autorias em Artigos* contabiliza a presença de autores nos trabalhos produzidos. Já o indicador *Artigos com Produção* considera o número de publicações em que autores das diferentes categorias contribuíram. Pelo fato de muitos artigos possuírem mais de um autor, e de diferentes categorias, a somatória desses indicadores é superior ao número total de artigos ou autores no campo. Para os períodos, foram considerados os anos de 1993 a 2007 para o cálculo das proporções.

Fonte: resultados da pesquisa

Com relação ao alto volume de *one-timers*, embora parte deles possa retornar ao campo no futuro com novas publicações, sendo reclassificados como entrantes ou transientes, chama atenção, negativamente, a imagem que transmitem de pouco comprometimento com o

desenvolvimento da perspectiva, já que se trata de publicações isoladas, no âmbito do histórico de trabalhos desses autores no campo investigado. De fato, é possível considerar que parte desses autores possa ser considerada estrangeira ao campo, por terem interesse predominante em outra área de estudo, tendo apenas contribuído pontualmente para a perspectiva institucional nos estudos organizacionais. Porém é mais provável que trabalhos publicados por autores dessa categoria sejam fruto de dissertações de mestrado com orientação de outros pesquisadores já estabelecidos no campo, ou ainda que sejam decorrentes de janela de oportunidade que o crescimento da abordagem provoca para muitos pesquisadores no âmbito de desenvolvimento de trabalhos com chances de publicação. Positivamente, podem representar a atratividade do campo enquanto perspectiva adequada para a explicação de fenômenos organizacionais, estimulando assim sua expansão e visibilidade. Questões relativas à influência específica dessa categoria não foram aqui tratadas mais a fundo; entretanto aspectos importantes surgem, quando se colocam em evidência as relações entre autores de diferentes categorias, que serão alvos de comentários mais adiante. No momento, vale destacar que os dados até aqui encontrados apontam a concentração de publicações em número reduzido de autores, aspecto ligado à noção de estratificação na ciência (MERTON, 1996).

Ao se dispor os autores mais prolíficos no campo visualiza-se também esse aspecto com a existência de pesquisadores com volume de produção muito superior aos demais. Vale reforçar o papel dos continuantes nesse quadro, já que 100% deles estão dentre os 18 autores mais produtivos, conforme mostra a Tabela 5.

Nela, vê-se claramente a diferença entre os autores quanto ao volume de artigos que produziram no campo, com Machado-da-Silva apontado como o mais prolífico, com produção de 59 artigos, significativamente maior que Vieira, o segundo autor mais ativo com 20 trabalhos publicados na população analisada. Na sequência, nota-se um pequeno conjunto de autores com volume de produção igual ou superior a 10 artigos, e um grupo maior cuja produção é superior a cinco trabalhos, mas inferior a dez. Isso mostra que dos 258 pesquisadores com alguma atividade no campo ao longo do período investigado, pouco mais do que 8,5% deles estiveram envolvidos em cinco ou mais artigos publicados, estando a grande maioria abaixo dessa faixa de atividade.

Tabela 5 – Pesquisadores mais Prolíficos (5 ou mais artigos publicados)

AUTOR	CAT.	93	94	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	Total
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	C	2	2	1	2	2	3	2	6	6	4	6	6	9	8	59
VIEIRA, M. M. F.	C	-	-	-	1	-	1	2	1	-	2	4	5	4	-	20
CARVALHO, C. A. P.	C	-	-	-	-	-	2	1	3	-	3	2	3	1	-	15
FONSECA, V. S.	C	2	2	1	-	1	1	1	1	1	-	1	2	-	-	12
LOPES, F. D.	C	-	-	-	-	-	2	1	2	-	-	1	4	1	-	11
VASCONCELOS, F. C.	C	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	2	1	1	4	11
CRUBELLATE, J. M.	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	4	1	3	11
KIRSCHBAUM C.	T	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	2	10
BALDI, M.	T	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	3	3	-	8
MISOCZKY, M. C. A.	C	-	-	-	-	-	-	2	1	1	2	-	1	-	1	8
FERNANDES, B. H. R.	C	-	-	-	2	2	2	-	-	-	-	1	-	-	1	8
PACHECO, F. L.	C	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	1	-	1	1	7
GONÇALVES, J. C. S.	C	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	2	-	1	-	7
BRITO, M. J.	T	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	4	-	-	6
ROSSETTO, C. R.	C	-	-	-	-	-	-	2	-	1	1	1	1	-	-	6
ROSSONI, L.	E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	6
GRAVE, P. S.	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	1	1	6
GOULART, S.	C	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	-	-	5
ROSSETTO, A. M.	T	-	-	-	-	-	-	2	-	1	1	-	1	-	-	5
GUARIDO-FILHO, E. R.	T	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	3	-	5
PECI, A.	T	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2	-	5
GUIMARÃES, T. DE A.	T	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	2	5

Fonte: resultados da pesquisa

De modo amplo, essa estratificação da produção científica é traduzida em termos matemáticos pela função potência inversa (*power-law*), segundo a qual existe, por um lado, forte concentração de artigos publicados em torno de um número muito pequeno de autores, ao passo que grande número deles tem, inversamente, produção restrita a poucos trabalhos. Na bibliometria, a produção científica estratificada é representada pela Lei de Lotka (ROUSSEAU; ROUSSEAU, 2000).

A Figura 7, em dupla escala logarítmica, mostra, no eixo horizontal, o número de participações em artigos e, no eixo vertical, o volume de autores correspondente. Observa-se que o número de autores cai gradativamente conforme aumenta a produtividade, segundo uma distribuição do tipo potencial inversa ($\gamma=-1,43$, $R^2=0,812$). Esses valores foram significativos ($p<0,001$) e demonstraram maior poder de associação do que o ajuste da distribuição a outras funções (como a linear ou a exponencial). Além disso, realizando-se o teste no *software* Lotka (Rousseau e Rousseau, 2000), obteve-se um beta significativo igual 2,15, o que possibilita afirmar com segurança a existência de estratificação da produção entre os autores no campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil.

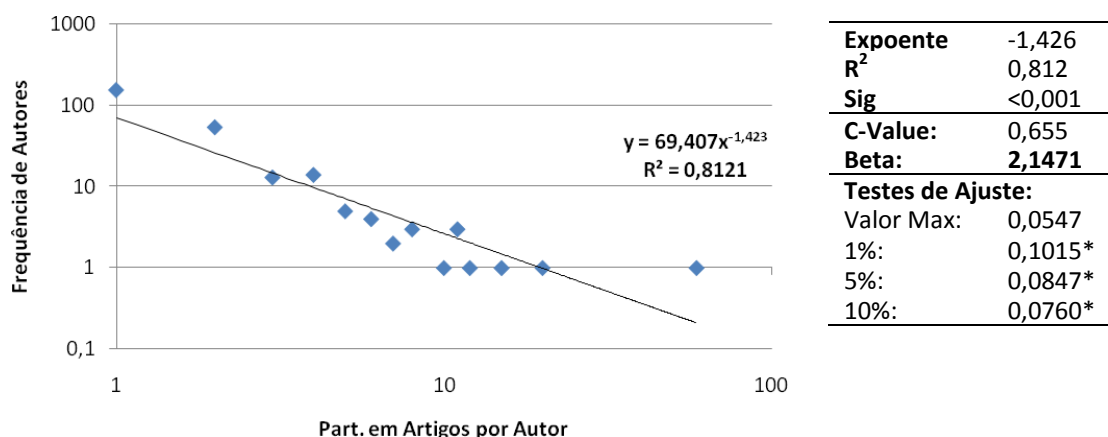


Figura 7 – Estratificação da produção Acadêmica (Lei de Lotka)

* Teste Goodness-of-fit de Kolmogorov-Smirnov foi significativo.

Fonte: resultados da pesquisa

Os dados até aqui permitem concluir que o campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais segue trajetória de crescimento no que tange ao número de artigos produzidos, bem como da comunidade acadêmica. Esse crescimento sustenta-se, em certa medida, na atividade de autores continuantes e transientes, os quais, juntos, concentram a maioria dos trabalhos publicados ao longo do período analisado, o que aponta a estratificação da produção científica em torno de um número reduzido de autores, especialmente continuantes. No entanto, estes dados não possibilitam fazer inferências sobre o modo como os autores se relacionam ao longo da atividade de produção do conhecimento científico, ficando restritos a aspectos mais gerais no tocante à concentração da produção. Dessa forma, tendo em vista esse propósito, partiu-se para a análise da cooperação entre os pesquisadores, inicialmente considerada de modo agregado e entre as diferentes categorias de autores.

Como se viu na Figura 6, houve crescimento expressivo do número de autorias ao longo dos anos, indicando que a atividade de produção de artigos se tornou mais colaborativa. Isso fica evidente quando se compara a proporção de trabalhos escritos individualmente com aqueles elaborados por mais de um autor (vide **Figura 8**). Os dados mostram que, desde 1999, o patamar de artigos escritos por apenas um autor vem decrescendo, de 54,5% para 26,5% em 2007, valores que, em contrapartida, revelam a ascensão da colaboração entre pesquisadores na preparação de trabalhos.

Isso pode ser visto também a partir das medidas de cooperação e produtividade sugeridas por Braun, Glanzel e Schubert (2001) e que, para os últimos 10 anos, se encontram representadas na Figura 9. Embora as variações ao longo dos anos não sejam significativas, elas mostram ciclos de crescimento de cooperação entre autores acompanhados de ligeira variação da produtividade fracionada (vide Tabela 28 no Anexo B), mas sem mudança

significativa nos índices. Em outros termos, o campo da perspectiva institucional, além de contar com maior volume de autores e artigos, vem apresentando aumento na média de autores por artigo (cooperação) sem alteração relevante na contribuição média de autores na produção (produtividade fracionada), evidenciando maior divisão do trabalho; tem-se maior número de autores compartilhando a atividade de elaboração de artigo, ao mesmo tempo que o número médio de autores por artigo aumentou. Adicionalmente, a produtividade total, indicador do volume médio de artigos que cada autor participou, sofreu alterações em pequena escala, acompanhando a cooperação, o que reforça o observado até aqui. A idéia que parece estar associada a esses dados é que a entrada no campo está ligada à cooperação na produção, de modo a manter a distribuição estratificada da produção.

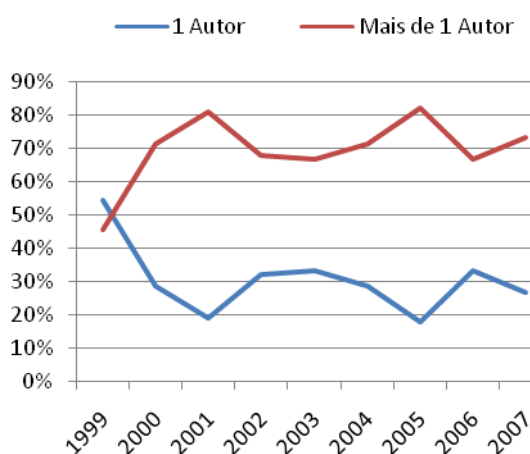


Figura 8 – Tendência de Co-Autoria na Produção Científica

Cooperação: autorias/artigos; Produtividade Total: autorias/autores; Produtividade Fracionada: artigos/autores
Fonte: resultados da pesquisa

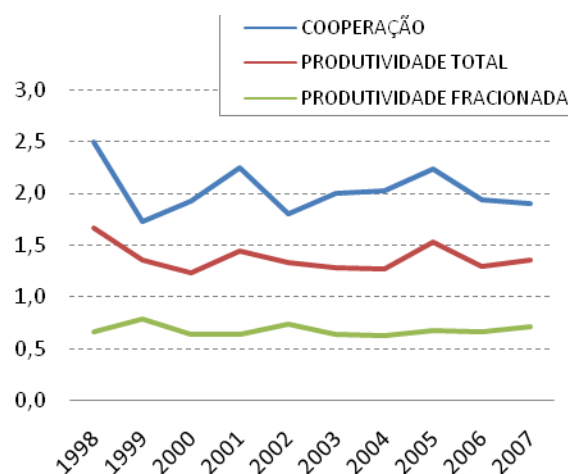


Figura 9 – Cooperação e Produtividade nos Últimos 10 Anos

Quando analisados os padrões de cooperação em relação à categorização dos autores, algumas considerações merecem destaque. Primeiramente, cabe observar que a proporção de trabalhos em co-autoria alcança 71,2% da produção, quando considerado todo o período analisado. Continuantes e retirantes aparecem como os grupos com a maior proporção de autores que exerceram colaboração com outros de categorias distintas daquela em que se enquadram, seguidos por entrantes, transientes e *one-timers* (vide Tabela 6). Além disso, vê-se que os *one-timers* são o grupo com menor envolvimento com outras categorias distintas, apresentando maior volume (18,1%) de autores isolados (sem relacionamento de cooperação), além da maior proporção de autores cujas ligações se restringem internamente à categoria. Todas as demais categorias, inversamente, apresentam comportamento que privilegia as

relações com outras, mantendo apenas proporção pequena de autores com relações exclusivas à própria categoria. Porém, quando se verifica o modo como se dá a distribuição desses laços, cada categoria apresenta-se de modo distinto.

Dentre os continuantes, possivelmente em razão de ser um grupo composto por número bastante reduzido de integrantes, a proporção de pesquisadores cujo relacionamento de cooperação ocorre com outras categorias é elevada, sendo um pouco menos expressiva com entrantes e *one-timers*. Nota-se que os continuantes apresentam ligações com 18,1% de *one-timers* e 34,6% de entrantes, valores inferiores àqueles associados a transientes (45,2%) e retirantes (47,6%). Já o grupo dos transientes possui 45,2% de seus integrantes cooperando com 16,8% de *one-timers* e 26,9% de entrantes. Esses últimos se destacam por terem 42,3% dos autores classificados nessa categoria ligados a *one-timers*, embora isso seja restrito a apenas 11,0% deles, já que, como se mencionou, os *one-timers* tendem a manter ligações com autores da própria categoria.

Tabela 6 – Relacionamento entre Categorias de Pesquisadores

	Σ	C	T	OT	E	R
Sem co-autoria	12,4%	0,0%	7,1%	18,1%	3,8%	0,0%
Exclusivamente com a sua	27,1%	0,0%	21,4%	36,1%	11,5%	9,5%
Com outras categorias	60,5%	100,0%	71,4%	45,8%	84,6%	90,5%
Com continuantes	30,6%	92,9%	45,2%	18,1%	34,6%	47,6%
Com transientes	26,0%	57,1%	57,1%	16,8%	26,9%	9,5%
Com <i>one-timers</i>	48,1%	28,6%	45,2%	51,6%	42,3%	47,6%
Com entrantes	15,9%	35,7%	16,7%	11,0%	46,2%	0,0%
Com retirantes	12,0%	64,3%	4,8%	5,8%	0,0%	52,4%
Total de Pesquisadores	258	14	42	155	26	21

C=Continuantes; T=Transientes; OT=One-Timers; E=Entrantes; R=Retirantes

Fonte: resultados da pesquisa

À primeira vista, esses dados permitem verificar o nível de relacionamento entre as categorias as quais se mostram interligadas, com exceção lógica de entrantes e retirantes que não exibem colaboração entre si. Isso significa que, mesmo sendo evidente o volume de laços entre autores de uma mesma categoria, a tendência de ligações externas com outras categorias prevalece. O E-I Index positivo de 0,146, calculado a partir da matriz de cooperação entre os pesquisadores, com as categorias de autores como atributo, evidencia esse aspecto.

Porém as proporções de autores envolvidos na ligação entre as categorias diferem em cada caso, o que significa que a intensidade do relacionamento entre elas é variada. Para melhor verificar esse aspecto, mensurou-se a força média das relações entre as categorias por meio do cálculo da densidade das associações entre autores de cada categoria, conforme sugerem Wasserman e Faust (1994). Na matriz resultante, apresentada na Tabela 7, percebe-

se que a intensidade de relacionamentos é sempre mais alta entre continuantes e as demais categorias, sendo mais destacada no que diz respeito aos transientes.

Tabela 7 – Matriz Densidade para o Relacionamento entre Categorias de Pesquisadores

	CONTINUANTES	TRANSIENTES	ONE-TIMERS	ENTRANTES	RETIRANTES
CONTINUANTES	0,538				
TRANSIENTES	0,082	0,043			
ONE-TIMERS	0,014	0,005	0,005		
ENTRANTES	0,071	0,020	0,005		
RETIRANTES	0,092	0,003	0,004	0,000	0,090

Obs: Densidade: $\alpha=0,012$. As células sombreadas indicam valores inferiores a α .

Fonte: resultados da pesquisa

Esses dados apontam o papel dos continuantes na intermediação dos relacionamentos, quando observadas as categorias de autores. Outro grupo que parece exercer importante papel na configuração dos relacionamentos de co-autoria são os transientes, especialmente por se apresentarem como grupo receptor de entrantes, como se viu anteriormente. Esses relacionamentos foram representados na Figura 10, e correspondem a matriz imagem gerada a partir da avaliação da força dos laços entre as categorias e a densidade calculada para o conjunto de conexões entre os autores no campo³⁰.

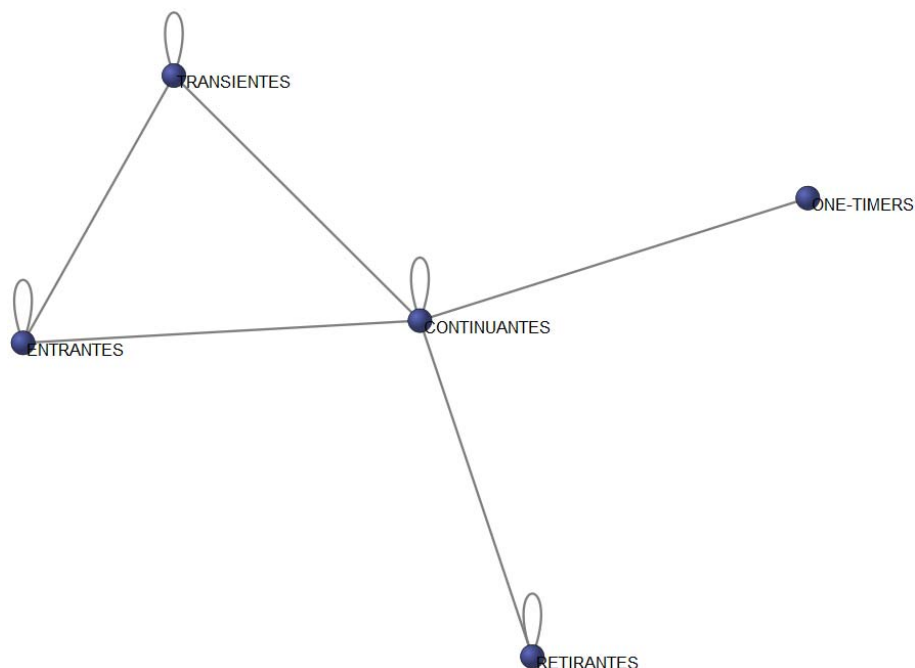


Figura 10 – Relacionamento entre Categorias de Pesquisadores

Fonte: resultados da pesquisa

³⁰ Aplicou-se o critério alfa (WASSERMAN; FAUST, 1994), pelo qual aqueles relacionamentos, cuja intensidade for maior do que alfa recebem valor 1, enquanto os valores inferiores são considerados nulos. Disso, resulta a matriz imagem com valores 0 e 1 e que foi representada na Figura 10. O valor alfa considerado é igual à densidade da matriz de cooperação entre pesquisadores (rede de co-autoria), considerada com valor (não dicotômica).

O papel de intermediação dos continuantes também foi mensurado a partir da centralidade de fluxo (*flux betweenness centrality*), indicador ligado à análise de redes sociais e que tem como finalidade avaliar a importância de um determinado ator social nos relacionamentos entre os demais autores, a partir da convergência de caminhos para sua posição. Assim, cada categoria foi avaliada não por estar no caminho mais curto nas relações possíveis entre autores de outras categorias, mas por estar atuando como mediadora na maior parte dos possíveis caminhos entre autores de diferentes categorias.

O pressuposto, nesse caso, é que as relações entre atores representam fluxos de influência que, por meio da interação, podem afetar a forma de pensar ou agir de outros atores (BORGATTI, 2005). Traduzindo para a rede de colaboração entre pesquisadores, tal pressuposto condiz com a idéia de que, por meio de relações sociais, ocorre o fluxo de idéias articuladas enquanto estruturas cognitivas compartilhadas. O mesmo efeito é percebido a partir da análise da centralidade de intermediação; com a totalidade dos continuantes com coeficientes superiores a 1 (vide Tabela 29 no Anexo B). Os resultados expostos na Tabela 8 reforçam o já observado, atribuindo à categoria de continuantes a maior centralidade de fluxo e de intermediação, seguido pelos autores transientes. Os dados por autor podem ser vistos na Tabela 9.

Tabela 8 – Centralidade de Grau, Intermediação e de Fluxo para Categorias de Pesquisadores

MÉDIA	GRAU	INTERM.	FLUXO
Continuante	7,857	241,732	451,014
Transiente	2,405	14,724	32,732
<i>One timer</i>	1,406	0,000	1,967
Entrante	1,962	5,500	12,512
Retirante	2,571	5,825	11,734
Total	2,070	16,543	33,200

Fonte: resultados da pesquisa.

No caso aqui estudado, continuantes e transientes possuem papel especial, atuando como canalizadores/distribuidores de relações entre autores de categorias distintas, ao mesmo tempo que são também responsáveis pela consolidação da produção, o que indica a existência de um mecanismo social ligado à intermediação que participa da construção do conhecimento. Além disso, a média de laços (centralidade de grau na Tabela 8), ou seja, o volume de relações de cooperação que um autor possui é visivelmente superior para o grupo de continuantes que, ao contrário de outras categorias, chega a ter cerca de 80% dos autores mantendo laços com 4 ou mais pesquisadores. Nesse caso, outro mecanismo relacional parece

ter relação com os resultados e que passa a ser tratado a partir desse ponto: a escolha preferencial.

A idéia de escolha preferencial está diretamente ligada à de estratificação na ciência. Porém, diferentemente do tratado previamente acerca da concentração da produção em poucos pesquisadores, as implicações aqui são outras, pois considera a dimensão relacional entre autores na produção científica. Afirmar que o mecanismo de escolha preferencial está presente em redes de colaboração destaca a capacidade de alguns poucos autores atrair um número de colaboradores significativamente maior que a maioria dos demais. Estruturalmente, implica uma distribuição do tipo potencial inversa (*power-law*), calculada a partir da centralidade de grau dos autores. Para o campo da perspectiva institucional a distribuição está indicada na Figura 11, com os eixos em escala logarítmica.

Nela, representou-se, no eixo horizontal, o volume de laços e, no eixo vertical, o número de autores. Observa-se que o número de autores, frequência indicada pelos pontos no gráfico, se reduz gradativamente, conforme aumenta o número de laços (grau), revelando indícios de que exista tendência de autores mais centrais conduzirem àqueles entrantes no campo, fazendo com que concentrem um número cada vez maior de colaboradores na rede (NEWMAN, 2001a).

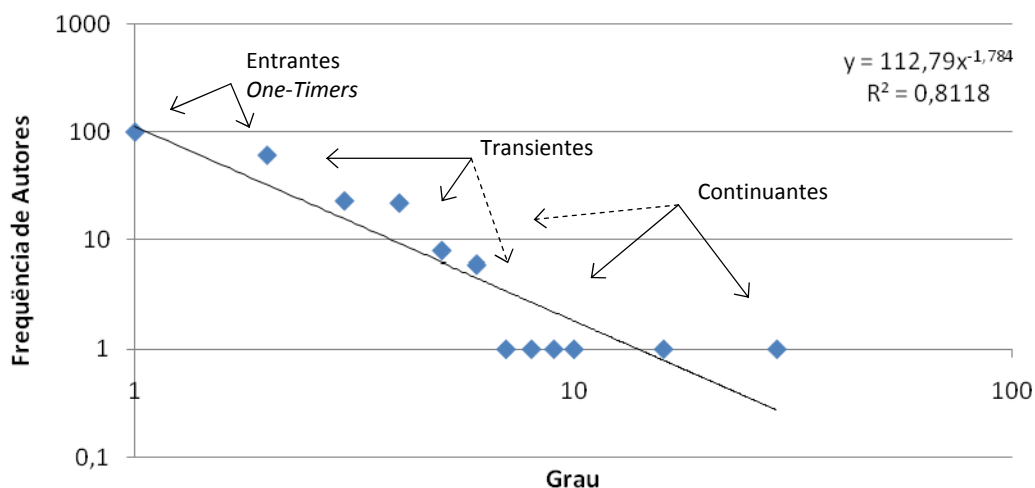


Figura 11 – Escolha Preferencial

Fonte: resultados da pesquisa.

Fazendo o teste de ajuste à função potência, obteve-se resultado significativo ($p < 0,001$) com alto coeficiente de determinação ($R^2 = 0,812$), o qual se mostrou ainda maior que aqueles calculados para outros tipos de funções. O expoente da função (-1,78) diz respeito apenas à inclinação da curva no espaço duplo-logarítmico, de modo que um expoente menor indica

que o grau de concentração não é tão acentuado quanto em outros campos, o que possivelmente se deve ao fato de se tratar de comunidade ainda pequena, de modo que a concentração de laços, embora existente, se encontra em torno de um número muito pequeno de pesquisadores, os quais possuem entre si uma diferença ainda acentuada quanto ao número de colaboradores (vide Tabela 9). Além disso, os dados apontam, em se mantendo o crescimento da comunidade e das relações de cooperação, a probabilidade de a escolha preferencial ser acentuada, já que a diferença de conectividade entre os autores tende a aumentar, ao passo que alguns novos autores alcançam patamares mais destacados de centralidade (BARABÁSI; ALBERT, 1999). É possível que em razão desse aspecto, o teste de ajuste de Kolmogorov-Smirnov, mais exigente, não tenha sido significativo³¹ para esse caso. De qualquer modo, tomando em conjunto todos esses indicadores, é possível afirmar que a configuração dos relacionamentos analisada expressa a estratificação existente entre autores, com poucos conduzindo a entrada da maioria no campo científico, o que indica tendência à escolha preferencial.

Tabela 9 – Medidas de Centralidade para Pesquisadores

Autor	Cat	Grau	Autor	Ca	Interm	Autor	Ca	Fluxo
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	C	29	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	C	1041,0	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	C	2016,67
VIEIRA, M. M. F.	C	16	CRUBELLATE, J. M.	C	648,50	CRUBELLATE, J. M.	C	1303,27
LOPES, F. D.	C	10	VASCONCELOS, F. C.	C	407,00	VASCONCELOS, F. C.	C	815,00
CARVALHO, C. A. P.	C	9	VIEIRA, M. M. F.	C	388,25	VIEIRA, M. M. F.	C	744,54
BRITO, M. J.	T	8	CARVALHO, C. A. P.	C	239,33	GRAVE, P. S.	C	400,00
GONÇALVES, J. C. S.	C	7	GRAVE, P. S.	C	188,50	LOPES, F. D.	C	359,04
ANDRADE, J. C. S.	R	6	LOPES, F. D.	C	176,75	GIMENEZ, F. A. P.	E	211,00
CRUBELLATE, J. M.	C	6	GIMENEZ, F. A. P.	E	98,00	CARVALHO, C. A. P.	C	205,42
PIMENTEL T.D.	E	6	KIRSCHBAUM C.	T	98,00	KIRSCHBAUM C.	T	197,00
RIBEIRO, M. T. F.	R	6	CALDAS, M.P.	T	98,00	CALDAS, M.P.	T	196,00
SILVA, R. C.	T	6	FERNANDES, B. H. R.	C	77,50	FONSECA, V. S.	C	155,02
VASCONCELOS, F. C.	C	6	FONSECA, V. S.	C	74,00	SILVA, R. C.	T	151,79
CAPPELLE M.C.	T	5	SILVA, R. C.	T	69,00	AMANTINO-DE-ANDRADE, J.	T	113,70
FERNANDES, B. H. R.	C	5	LEÃO-JR, F. P. S.	R	54,33	PACHECO, F. L.	C	105,28
GRAVE, P. S.	C	5	FACHIN, R. C.	T	50,00	FACHIN, R. C.	T	100,00
PACHECO, F. L.	C	5	GONÇALVES, S. A.	C	50,00	GONÇALVES, S. A.	C	100,00
PAÇO-CUNHA, E.	T	5	TAKAHASHI, A. R. W.	T	50,00	TAKAHASHI, A. R. W.	T	100,00
PEREIRA M.C.	E	5	GONÇALVES, J. C. S.	C	47,08	MARIZ, L. A.	T	85,68
SENGER I.	T	5	AMANTINO-DE-ANDRADE, J.	T	45,58	BRITO, M. J.	T	81,61
SILVA P.J.	E	5	BRITO, M. J.	T	39,00	GONÇALVES, J. C. S.	C	71,65

Fonte: resultados da pesquisa.

É importante ressaltar a relação do mecanismo de escolha preferencial com autores continuantes. Na sobreposição da distribuição da frequência de autores pelo grau e as categorias de autores foi possível, mais uma vez, constatar o papel dos continuantes no

³¹ CValue = 0,5952; Beta = 1,9639; Valor máximo = 0,1527; 1% = 0,1084; 5% = 0,0905; 10% = 0,0812.

campo, no que tange à sua atratividade na formação de relacionamentos de cooperação. Localizados predominantemente na parte inferior direita da Figura 11, os autores continuantes se destacam dos demais não por se situarem no centro da disputa por reconhecimento intelectual; mas, por parte deles, atuarem na formação de redes de seguidores, o que tem sentido diante de sua presença como colaborador junto a um grande número de autores de diferentes categorias, atuando como proliferador de conhecimento e intermediador de novas relações. Esses aspectos podem ser notados na Tabela 9, na qual os autores continuantes se encontram no topo de todas as listas, mostrando forte associação com as medidas de centralidade³².

As considerações apresentadas até este ponto possibilitaram compreender aspectos ligados a autores e categorias de autores, sem que se analisasse mais amplamente a estrutura de relações em que estão envolvidos. Questões ligadas à intermediação e escolha preferencial, bem como a formação de redes de colaboradores, requerem tratamento adicional. Dessa forma, parte-se para o estudo da rede social de co-autoria, com o propósito de investigar sua configuração estrutural como um todo, mas especialmente seus agrupamentos sociais e transformação ao longo do tempo.

4.1.2 Estruturas de cooperação

Os 258 autores identificados nos 299 artigos analisados compõem a comunidade acadêmica de pesquisa em estudos organizacionais à luz da perspectiva institucional e estão identificados pelos nós que fazem parte da Figura 12. A representação gráfica do relacionamento entre autores foi gerada a partir da soma dos laços de cooperação de cada ano, de modo que cada nó representa um único autor e os laços indicam a existência de relação de co-autoria em algum momento, ao longo do período estudado. As cores representam componentes – subredes cujos nós estão conectados entre si (WASSERMAN; FAUST, 1994) – os quais configuram diferentes espaços de relacionamento³³.

³² As medidas de centralidade mostraram-se altamente correlacionadas. Para a centralidade de grau e de intermediação, o coeficiente de correlação de Pearson ficou em 0,777. Já para as centralidades de grau e fluxo, o índice ficou em 0,766. Por fim, entre as medidas de fluxo e intermediação, a correlação alcançou 0,993. Para todos os casos, os valores foram significativos ($p < 0,001$).

³³ Para a geração dos gráficos de redes, utilizou-se o algoritmo Spring Embedd, considerando os seguintes critérios: *geodesic distances*, *node repulsion*, *equal edge lengths*. Esses critérios também foram utilizados nas demais redes representadas ao longo deste trabalho.

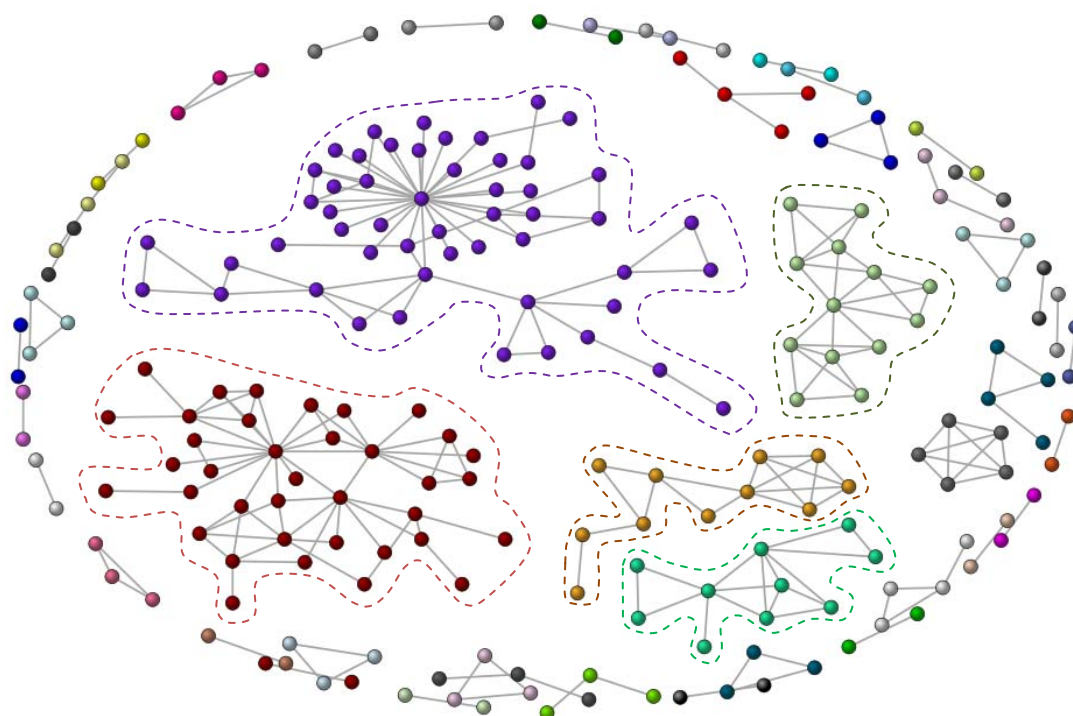


Figura 12 – Estrutura de relações de co-autoria

Fonte: resultados da pesquisa.

A alta fragmentação da rede, por si só, pode ser considerada uma característica especial desse campo, porquanto além de grande número de autores isolados, não representados na figura, notam-se diversos pequenos componentes. Esses circundam cinco outros de maior tamanho e que juntos representam 47,7% da rede, no tocante ao número de autores. O maior deles – componente principal – envolve 20,2% de todos os autores que participaram da produção científica no período investigado. O segundo maior componente, por sua vez, apresenta proporção menor, com 14,3% do total de pesquisadores do campo. Tais aspectos estão sintetizados na Tabela 10, enquanto a composição dos componentes pode ser conhecida por meio da Tabela 32 do Anexo B.

Observando-se, primeiramente, a rede de co-autoria correspondente a todo o período investigado, verifica-se que o indicador de densidade é extremamente baixo (0,0081). Por ser focado nas características globais da rede, ele aponta a existência de pouca conectividade global entre os nós, ou seja, tendo em vista o número de autores com produção na área, em tese, o volume de ligações que podem construir entre si é muito superior ao que de fato ocorre. Isoladamente, esse indicador aponta a baixa cooperação entre os autores e o limitado compartilhamento de idéias entre eles em nível global. No entanto, a existência de relações de cooperação não é aspecto teórico, mas empírico e que, portanto, implica a consideração de

condições envolvidas nas práticas dos agentes; por isso a verificação de formações de relacionamentos locais também é de interesse.

A configuração dos componentes permite perceber a desigualdade na formação de relacionamentos. O mesmo vale para o coeficiente de agrupamento, medida que verifica a estrutura local da rede, em termos de densidade³⁴, e que indica, em nível das relações egocêntricas, do autor com sua vizinhança imediata, que o aninhamento local tende a ser maior, quando comparado à rede globalmente (coeficiente igual a 0,722). A medida de centralização auxilia nesse sentido. Redes altamente centralizadas possuem forma muito próxima à configuração do tipo estrela (*star network*), que idealmente apresenta um nó (central) que concentra relações com vários outros membros da rede, os quais estão apenas esparsamente conectados entre si (LAZZARINI, 2005; WASSERMAN; FAUST, 1994). Assim, diante da baixa densidade apresentada, ter um indicador de centralização no patamar de 10% indica a existência de nós com maior volume de co-autores do que a maior parte dos demais, aspecto já observado anteriormente e que se faz verdadeiro no interior dos componentes da rede. Ademais, esse indicador aponta a possibilidade de a rede de co-autoria combinar traços em favor da formação de *cliques*³⁵, possivelmente ligados ao grande número de componentes menores, ao mesmo tempo que se mostra pouco densa, mas com centralização significativa, provavelmente efeito associado aos maiores componentes da rede.

É interessante notar que, potencialmente, maior aglomeração entre os nós pode ser fator condicionante de práticas de pesquisa e compartilhamento de perspectivas, o que, de certo modo, serve como indicador de homogeneização no campo, sendo o mesmo não válido para o caso de autores isolados. Evidentemente, isso não significa que a existência de grandes componentes seja garantia de coesão. Por outro lado, e mais importante para a situação em estudo, a presença de uma rede pouco conectada, com componentes em escala reduzida, implica canais restritos de comunicação entre partes diferentes do campo, o que pode revelar tendência para formação de grupos de pesquisa com traços distintos entre si. A análise das referências trará novas implicações a esse respeito.

³⁴ O coeficiente de agrupamento é a fração média de pares de vizinhos de um determinado nó que são também vizinhos entre si, o que o caracteriza como uma medida local associada à formação de *cliques* (MOODY, 2001). Para o caso da rede como um todo, o indicador é calculado por meio da média aritmética da medida para cada nó.

³⁵ *Cliques*, de acordo com Wasserman e Faust (1994), são subconjuntos de uma rede, compostos por três ou mais nós, todos eles adjacentes entre si.

Tabela 10 – Estatística Descritiva da Rede de Co-autoria

	P1	P2	P3	P4	Total
	1993-1998	1999-2001	2002-2004	2005-2007	1993-2007
Autores	5	44	117	169	258
Artigos	11	41	97	148	299
Autorias	21	82	190	299	594
Quantidade de Componentes	1	8	24	43	46
Tamanho do Maior Componente	3 (60%)	15 (34,1%)	17 (14,5%)	29 (17,2%)	52 (20,2%)
Tamanho do 2º Maior Componente	-	10 (22,7%)	11 (9,4%)	18 (10,7%)	37 (14,3%)
Tamanho do 3º Maior Componente	-	3 (6,8%)	9 (7,7%)	9 (5,3%)	13 (5,0%)
Tamanho do 4º Maior Componente	-	3 (6,8%)	7 (6,0%)	7 (4,1%)	11 (4,3%)
Tamanho do 5º Maior Componente	-	2 (4,5%)	5 (4,3%)	4 (2,4%)	10 (3,8%)
Autores Isolados	2 (40%)	5 (11,4%)	19 (16,2%)	15 (8,9%)	32 (12,4%)
Laços (B)	6	94	218	300	534
Frequência de Laços (V)	22	116	260	404	802
Média de Laços (B)	1,200	2,136	1,863	1,775	2,070
Relacionamentos (V)	4,400	2,636	2,222	2,391	3,109
Centralização (B)	33,33%	16,72%	6,26%	8,57%	10,56%
Densidade (B)	0,3000	0,0497	0,0161	0,0106	0,0081
Densidade (V)	1,1000	0,6130	0,0192	0,0142	0,0121
Coeficiente de Agrupamento	1,000	0,849	0,712	0,823	0,722
Distância Média	1,000	2,113	2,121	2,523	2,889
Diâmetro	1	4	7	6	7

Obs: (B) indicador calculado sobre a rede dicotomizada. (V) indicador calculado sobre a rede com valores.

*diferença de 2 artigos e 2 autorias se deve à não-consideração das análises dos artigos anteriores a 1993.

Fonte: resultados da pesquisa.

Analizados longitudinalmente, o que se constata é o crescimento da rede social de colaboração, em número de autores e componentes, acompanhada pelo acréscimo no número absoluto de laços, mas que na média diminuíram, apontando, juntamente com o indicador de densidade, uma configuração cujos relacionamentos estão mais esparsos. Além disso, constata-se baixo percentual de autores isolados ao longo do tempo, o que reforça o já previamente comentado a respeito da predominância de trabalhos realizados em co-autoria. Nesse sentido, vale notar que essa tendência se manteve mesmo com o crescimento quantitativo da rede, o que evidencia que a colaboração se consolidou como prática corrente de pesquisa, cujos desdobramentos reforçam a dinâmica de estruturação do conhecimento científico a partir da definição de quadros teóricos compartilhados produzidos e influenciados pela estrutura de conhecimento no campo, grupos e relações entre os pesquisadores.

Isso parece ter sentido quando se nota a pouca variabilidade na distância média entre os nós, o que indica que, apesar de a rede estar mais esparsa, as ligações mantiveram-se, em média, próximas, como também se vê por meio do coeficiente de agrupamento. Esse efeito, de modo geral, aponta a existência de ligações locais mais densas, sendo decorrente, ao menos em parte, da fragmentação da rede em muitos componentes. No entanto, chama atenção ter-se mantido constante, mesmo com o crescimento do campo.

Tal fato aponta um crescimento organizado dos relacionamentos, que se orientaram em torno da formação e consolidação dos componentes, especialmente dos dois maiores, reforçando argumentos de que possam existir mecanismos sociais relevantes que condicionam a existência das relações entre autores. Cabe enfatizar que estão nos dois maiores a maioria dos autores continuantes, os quais garantem a continuidade da produção – como visto anteriormente – mantendo alto grau de produtividade e atraindo novos relacionamentos. Estruturalmente, esse aspecto está associado ao nível de centralização do componente que, por ter sido calculado levando-se em consideração a rede agregada, com todos os períodos sobrepostos, acabou por subestimar o efeito de alguns nós centrais no interior dos componentes. Mais adiante, esse aspecto será mais bem observado.

Considerando a rede como um todo, apenas cinco componentes se destacam pelo seu tamanho, os quais são compostos por mais de cinco pesquisadores. Esses componentes são significativos, por serem os únicos sobre os quais se pode afirmar com segurança que as relações não são consequência exclusiva do fato de autores terem produzido conjuntamente um único artigo³⁶. Dentre eles, os dois maiores concentram o maior volume de pesquisadores e artigos publicados ao longo dos períodos analisados, somando 57,6% da produção científica e 34,7% dos autores. Juntos, eles concentram a maior parte dos continuantes, embora difiram quanto ao volume de entrantes e transientes. A Figura 13 apresenta a composição dos componentes com base nas categorias de autores e a Tabela 33 no Anexo B, traz a participação em artigos por autor e categoria de autor para os maiores componentes.

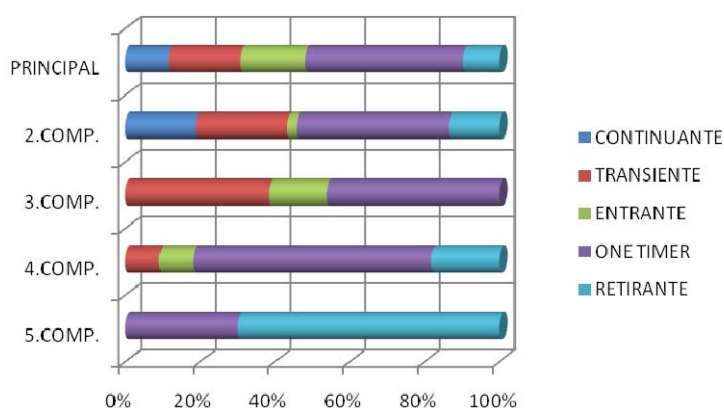


Figura 13 – Composição dos Componentes por de Categorias de Autores

Fonte: resultados da pesquisa.

³⁶ Essa afirmação é possível devido ao número máximo de autores co-produzindo um artigo incluído na amostra ser igual a cinco, o que os caracterizaria como um componente de tamanho cinco. O mesmo pode ocorrer com componentes menores; por essa razão, componentes de tamanho maior que cinco seguramente não decorrem da realização compartilhada de apenas um artigo.

Aspecto que chama atenção é a existência de apenas um entrante no segundo componente, o que atesta, nos últimos três anos, certo grau de enclausuramento dos relacionamentos de co-autoria, já que praticamente se mantiveram entre os pesquisadores que já faziam parte do agrupamento. Além disso, retirantes são em maior proporção que no componente principal. Embora esses resultados possam indicar uma situação temporária de ajuste, podem também apontar um momento de rearticulação no campo. Por um lado, diante do crescimento demonstrado nos períodos precedentes, é possível que o atual momento seja reflexo de intervalo na atividade de alguns pesquisadores, ou ainda de um período de maturação de pesquisas em curso, mas ainda não publicadas nos meios investigados. Por outro lado, a se confirmar esse aspecto em anos subseqüentes, pode-se especular sobre o desinteresse de novos autores sobre as pretensões de conhecimento de pesquisadores desse componente, ou ainda sobre o deslocamento da atenção dedicada por esses pesquisadores aos estudos organizacionais, eventualmente migrando para outros campos. De qualquer modo, esses aspectos possuem caráter especulativo, já que seria necessário acompanhar por mais algum tempo a área para se ter maior precisão sobre essa possível tendência. Além disso, a publicação de trabalhos por esse componente continuou regularmente no último período, o que deixa claro que não houve perda de fôlego na produção científica.

Já os outros três maiores componentes mostram-se bem menos salientes, com cerca de 7% da produção e 13% do total de autores no campo e nenhum envolvimento de continuantes. Dois deles são compostos em grande medida por *one-timers*, embora também contenham entrantes e transientes. Destaque recebe, porém, o quinto componente, que já não desempenha atividade no campo, sendo composto apenas por *one-timers* e retirantes.

Outras diferenças entre os componentes podem ser percebidas, quando comparadas estruturalmente por meio de estatísticas de redes (vide Tabela 34 no Anexo B), no entanto, os comentários ficarão aqui restritos apenas aos dois maiores. A escolha por atribuir ênfase a esses componentes se justifica não apenas por seu tamanho, mas por serem significativamente mais produtivos do que os demais. Além disso, chama atenção o fato de terem permanecido separados por todo o período, o que pode indicar que se trata de linhas distintas da perspectiva institucional, desenvolvidas em paralelo por diferentes grupos de pesquisadores no campo. As medidas descritivas dão força a essa conclusão.

Tomando-se, inicialmente, o coeficiente de agrupamento, verifica-se que nos dois casos, há propensão para conectividade local. O mesmo é reforçado pelo quociente de *small worlds*: embora distintos quanto à sua dimensão, indicam que ambos os componentes possuem

tendência ao aninhamento local, o que, em certa medida, é representado pela pequena distância média entre os laços. Para cada um dos maiores componentes, é provável que exista a formação de agrupamentos internos, de modo que relações se dêem, em certa medida, na vizinhança dos nós, sem se organizarem de modo integrado com todos os pesquisadores. Nesses casos, os dados fortalecem o limite de se compreender componentes como grupos coesos; no entanto a formação de relacionamentos locais estimula maior dinamismo na troca de informações, de modo a fomentar o compartilhamento de significados, o intercâmbio de conceitos e formas de interpretação. Resta compreender se isso ocorre da mesma forma entre eles.

O indicador de centralização permite algumas reflexões sobre as diferenças entre esses componentes com relação a esse aspecto. No componente principal a taxa de centralização é bastante alta (54%) e muito superior à dos demais. Isso quer dizer que, nele em especial, o aninhamento local indicado anteriormente está relacionado com a atração exercida por um autor em especial (*star*), possivelmente influenciando também a menor média de laços presente nesse componente em relação ao segundo maior. Essas características condizem com uma estrutura de relações mais estratificada no componente principal, com diferentes integrantes estando ligados indiretamente por intermédio do autor central.

Esse aspecto não se apresenta na mesma intensidade no segundo maior componente, no qual a maior média de laços (3,4) aponta um caminho de formação estrutural por outras vias, sem estar ligado a um autor principal. Isso é notado já no indicador de centralização (37,1%), bem menor que no caso anterior. Nesse componente, é possível observar a existência de outros autores centrais que distribuem os laços para diferentes partes da rede. A formação de tríades é mais acentuada nesse componente que no principal, de modo que a conectividade entre os diferentes pesquisadores da rede ocorre com maior frequência sem a mediação de determinados autores centrais.

Diante disso, a baixa densidade apresentada nas redes dos dois maiores componentes, embora remeta em princípio para a noção de relações esparsas entre pesquisadores, no contexto dos demais indicadores estruturais analisados, não significa que sejam desordenadas. Em ambos os casos, por meio de diferentes modos de organização estrutural, é possível acreditar que sua configuração assegure, em certa medida, a permanência das formas de conduta relativas à prática de pesquisa científica, especialmente em momentos de expansão como o que passou o campo.

A Figura 14 e a Figura 15, abaixo, representam os dois maiores componentes; os aspectos tratados até aqui podem ser visualizados. Nelas, os autores estão representados e

distribuídos em três faixas de cores, de acordo com a centralidade de intermediação, o que também influi no tamanho do nó: quanto maior a centralidade, maior o nó.

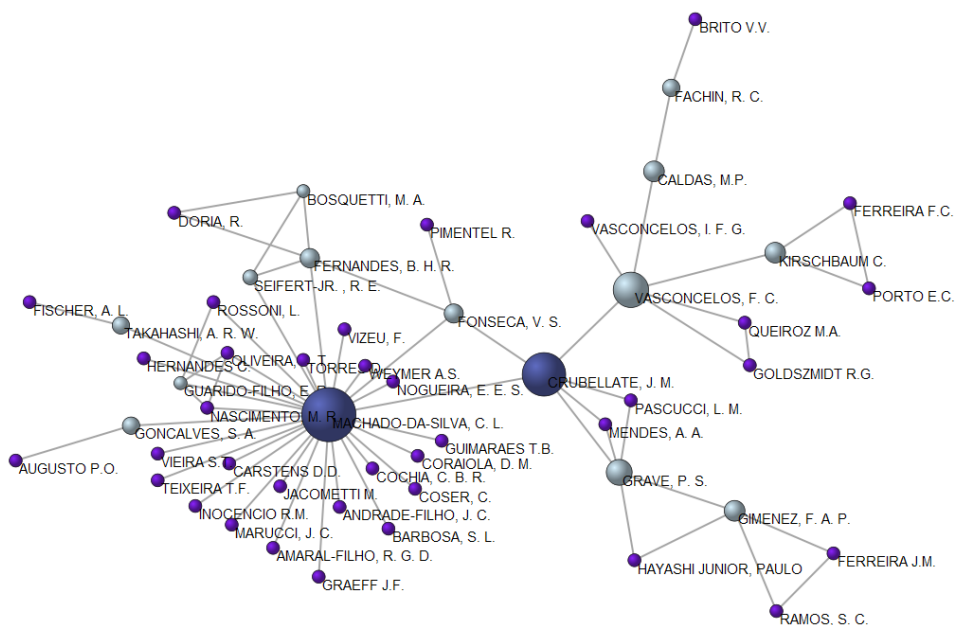


Figura 14 – Rede de Cooperação para o Componente Principal

Obs: nós diferenciados por cor em 3 grupos segundo a centralidade de intermediação, também indicada no tamanho.

Fonte: resultados da pesquisa.

Tomando-se, primeiramente, como foco o componente principal fica clara a existência de um agrupamento em torno de Machado-da-Silva, pesquisador com maior concentração de colaboradores, os quais, em sua maioria, possuem poucos relacionamentos entre si. Alguns deles, porém, cooperaram com autores externos ao agrupamento central, criando ramificações na estrutura de relacionamento e, com isso, justificando sua alta centralidade de intermediação. É o caso de Crubellate e Vasconcelos, por exemplo. Cada uma das ramificações por eles intermediada envolve novos relacionamentos que se restringem aos seus vizinhos mais próximos, o que provoca certo espalhamento da rede, ao mesmo tempo que reduz sua integração global. No caso do componente principal, a alta centralização está ligada à propensão de escolha preferencial. Isso que significa que a entrada de novos pesquisadores nesse componente ocorre, predominantemente, por meio de ligações com o autor central, Machado-da-Silva ($R^2=0,841$, $p<0,01$, $\gamma=-1,006$; $Beta=1,988$; $C\text{-Value}=0,6036$), o que tem sentido ao se constatar que todos os colaboradores se enquadram como seus orientandos ou ex-orientandos. Além disso, a alta centralidade de grau desse autor, envolvendo 56,9% dos pesquisadores do componente (vide Tabela 30 no Anexo B) faria com que, na hipótese de sua exclusão da rede de co-autoria, grande parte dos demais pesquisadores ficassem isolados,

estando os outros distribuídos em quatro componentes menores (vide Tabela 31 no Anexo B), reforçando a idéia de estar numa posição privilegiada de influência sobre o direcionamento da prática científica.

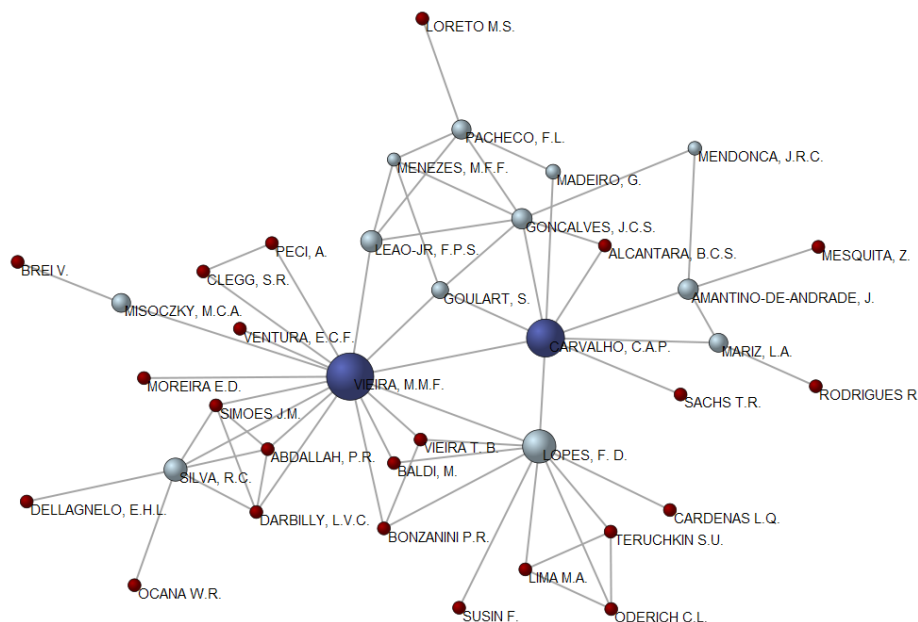


Figura 15 – Rede de Cooperação para o Segundo Maior Componente

Obs: nós diferenciados por cor em 3 grupos segundo a centralidade de intermediação, também indicada no tamanho.

Fonte: resultados da pesquisa.

No caso do segundo maior componente, o teste de escolha preferencial, apesar de significativo, mostra-se menos ajustado à função potência ($R^2=0,753$, $p<0,01$, $\gamma=-1,115$; Beta=1,727; C-Value=0,4992), com maiores indicadores de determinação para as funções quadrática ($R^2=0,855$, $p<0,01$) e logarítmica ($R^2=0,811$, $p<0,001$). Isso tem sentido, pois já se havia constatado grau de centralização bem menor nesse componente. Diferentemente do componente principal, pode-se notar na Figura 15 que as relações não se concentram numa única parte da rede, mas se distribuem do centro para fora a partir de três autores: Vieira, Carvalho e Lopes, que possuem as maiores centralidades de grau e de intermediação. Desses, Vieira apresenta o maior número de colaboradores, os quais estabeleceram relações entre si, descaracterizando (embora não completamente) a centralização desse autor na estrutura de cooperação. Na hipótese de sua exclusão da rede de co-autoria (vide Tabela 31 no Anexo B), diversamente do constatado no componente principal e apesar da alta centralidade deste autor, envolvendo 44,4% do total de pesquisadores (vide Tabela 30 no Anexo B), apenas dois passariam a ficar isolados. Os demais permaneceriam distribuídos em quatro agrupamentos, com o maior deles composto por 24 nós. Tal situação ilustra a menor dependência desse

componente de um autor central; por isso os dados de escolha preferencial mostraram-se menos ajustados.

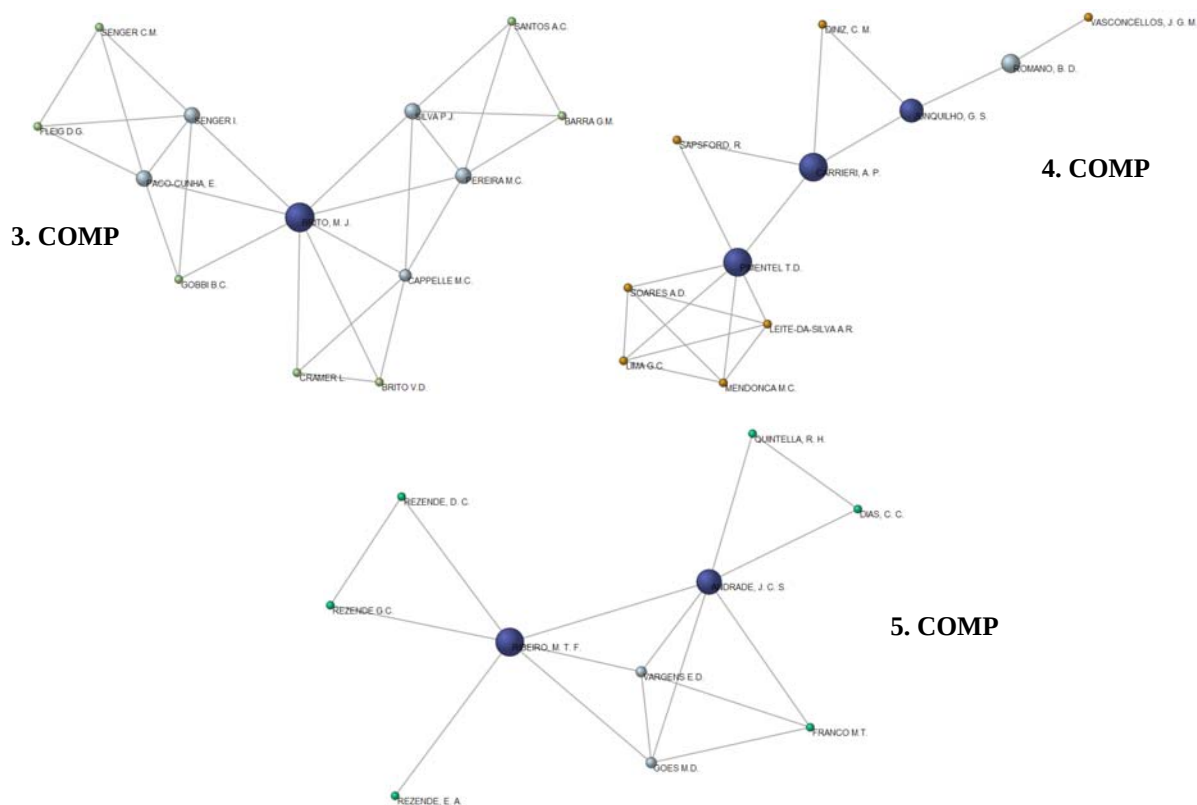


Figura 16 – Outros Componentes da Rede de Co-autoria (3º, 4º e 5º maiores)

Obs: nós diferenciados por cor em 3 grupos segundo a centralidade de intermediação, também indicada no tamanho.

Fonte: resultados da pesquisa.

Os outros três componentes de maior tamanho no campo apresentam indicadores muito similares. Todos possuem grau de centralização em torno de 35%, porém apresentam coeficientes de agrupamento mais elevados que os dois anteriores. No caso do terceiro maior componente, é fácil perceber que dois segmentos de autores, não conectados entre si, partem de um único autor central, Brito, que exerce o papel de intermediação entre eles. No caso do quarto componente, a intermediação está fracionada entre pequenos agrupamentos de autores conectados por uma linha contínua entre os mais centrais, com destaque para Pimentel, Carrieri e Junquillo. Por fim, no quinto maior componente, o mesmo pode ser notado a partir de Ribeiro e Andrade Filho. Em todos esses agrupamentos de pesquisadores percebe-se que, partindo dos intermediadores para as extremidades, as relações se desdobram, reduzindo o efeito da centralização. Tal efeito é também limitado pelo tamanho da rede, favorecendo a criação de conexões mais distantes do centro (vide Figura 16). Por serem componentes ainda

com poucos participantes, produção restrita e história reduzida no campo, apresentam densidade mais elevada que os anteriores e distância média entre os nós reduzida.

Longitudinalmente, outras diferenças são também percebidas na comparação entre os componentes (vide Tabela 34 no Anexo B). Primeiramente, vale notar que os dois maiores tiveram acentuado crescimento ao longo do período investigado. Em valores absolutos, o primeiro componente passou de três para 52 autores, enquanto o segundo cresceu de quatro pesquisadores, em 1999, para 37 na conjunção dos diferentes períodos. O ritmo desse crescimento, porém, não foi equivalente entre eles.

O primeiro período foi marcado pela publicação dos primeiros estudos segundo a perspectiva institucional nos estudos organizacionais, produzidos por Machado-da-Silva e Fonseca, autores do componente principal, cuja atividade precedeu a dos demais. Já nesse período, formou-se a primeira tríade de colaboração com a inclusão de Fernandes. Cooperando entre si, esses três pesquisadores publicaram nove trabalhos até 1998. Desde então, o que se constatou foi o crescimento gradual e constante em termos de produção científica e de pesquisadores, alcançando seu ápice no quarto período, com 69% de autores em atividade e 50,5% de todas as publicações geradas por este componente. Ao longo dos anos, o crescimento do componente principal foi também marcado pela redução da densidade e do coeficiente de agrupamento, ao passo que a distância média entre os nós aumentou. Em termos práticos, os empreendimentos de cooperação se difundiram a partir do autor central, mantendo-se concentrados ao seu entorno; mas, como já mencionado, por intermédio de determinados autores, possibilitaram a ampliação da rede, agregando conjuntos de relacionamentos antes dispersos. Isso pode ser constatado, por exemplo, no ano de 2003 com Crubellate, cuja produção compartilhada com diferentes grupos de autores já presentes no campo fez com ocorresse a dispersão do componente principal (vide Figura 17).

O segundo componente só pôde ser efetivamente caracterizado a partir de 1999 com a formação de pequena rede de colaboração entre Vieira, Lopes, Carvalho e Lima. No entanto, ainda no segundo período que segue até 2001, esse componente demonstrou acentuada inserção de autores no campo, superando os demais, tanto com relação à quantidade de pesquisadores envolvidos quanto ao volume de produção. O mesmo, praticamente, se repetiu no período seguinte, entre os anos de 2002 e 2004, posicionando esse componente com certo destaque em termos de atividade no campo da teoria institucional nos estudos organizacionais. Nesse período, cerca de 68% dos autores desse componente estiveram envolvidos na produção científica, que alcançou sua maior proporção em relação ao total (37,5%). Diante desse movimento de expansão, verificou-se, nesse período, a queda de vários indicadores

descritivos de sua rede de cooperação, como centralização, densidade e coeficiente de agrupamento, que alcançaram seu patamar mais baixo e praticamente definindo a estrutura de relações representada previamente na Figura 15. No sentido contrário, a distância média entre os laços registrou seu maior nível, caracterizando a expansão de relações entre os pesquisadores nesse componente.

Porém, no período seguinte, que abrange os anos de 2005 a 2007, o que se nota é a redução da atividade do segundo componente, com diminuição no número, embora ainda elevado, de autores ativos (59,5%), e manutenção do volume produzido (35,4%) em relação ao total. Isso se refletiu no aumento da produtividade total, com menor número de autores distintos envolvidos em volume maior de artigos. Paralelamente, os indicadores de centralização, coeficiente de agrupamento e densidade da rede reverteram a queda do período anterior, passando a crescer, ao passo que as distâncias média e máxima (diâmetro) recuaram. Revertendo o espalhamento da rede no período anterior, agora o movimento se deu no sentido de sua compactação, um pouco mais centralizada em torno de Viera e Carvalho, mas não perdendo as características de conectividade entre os diferentes autores. Como já mencionado, os achados não permitem afirmar com segurança se tal mudança reflete uma transformação na estrutura de relações, a ponto de efetivamente se constituírem em nova configuração desse componente, ou se isso tem relação com a pouca entrada de novos pesquisadores no componente, ao longo do último período. Entretanto o que é possível afirmar é a maior produtividade apresentada em circunstâncias que não apontam sua expansão em termos do volume de pesquisadores; diferentemente do componente principal, isso pode indicar maior propensão à introspecção desse componente.

Com o propósito de ilustrar parte desse processo de elaboração estrutural do campo da perspectiva institucional, a Figura 17 ilustra as sucessivas mudanças na rede de co-autoria ao longo dos anos, destacando em vermelho aqueles autores cuja primeira publicação se deu no respectivo ano em que está representado.

Figura 17 – Transformação da Rede de Colaboração entre Pesquisadores

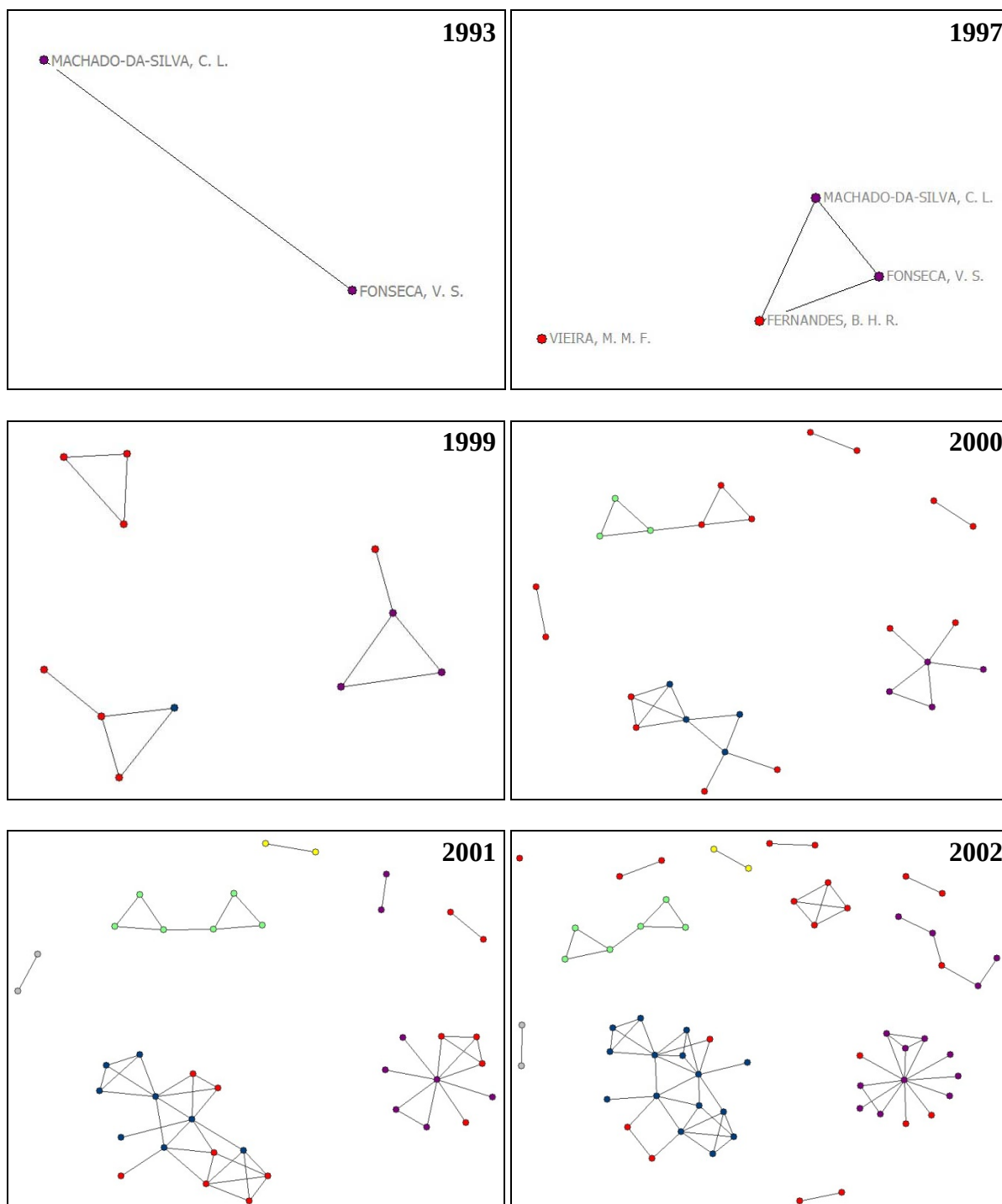
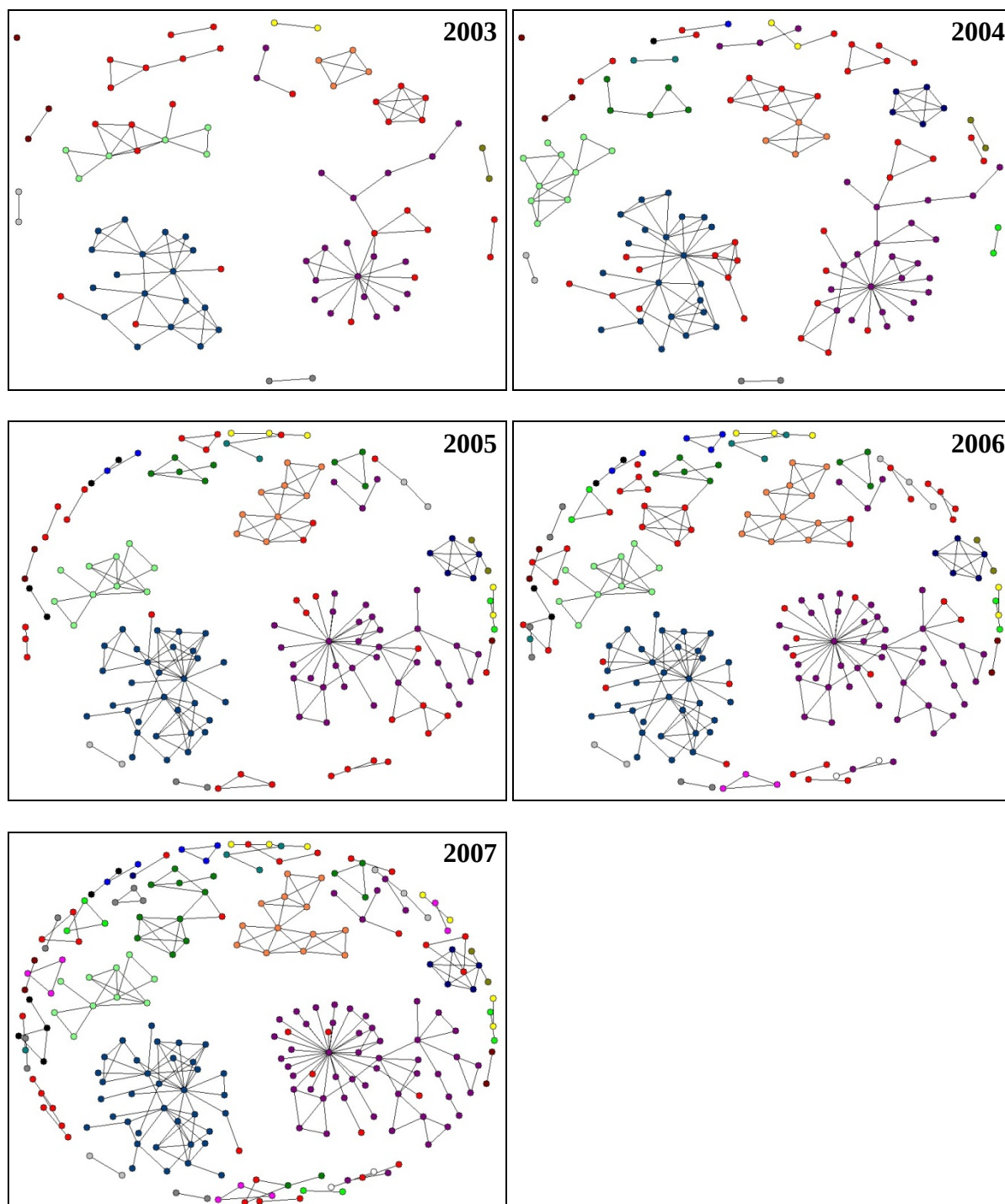


Figura 17 – Transformação da Rede de Colaboração entre Pesquisadores (continuação)



Obs: nós isolados da rede de co-autoria agregada considerando todos os períodos não foram representados. Cores distinguem os componentes. Nós vermelhos indicam autores cuja primeira publicação se deu no respectivo ano da representação.

Fonte: resultados da pesquisa.

Um aspecto importante e que pode ficar apagado quando a análise se concentra ao redor dos maiores componentes, mas que não pode ser desprezado, é o fato de ao longo dos anos ter havido maior expressão nas margens da rede, onde se situam autores isolados e os

componentes menores. Embora se saiba que grande parte deles se caracteriza como *one-timers*, o número de autores nesse espaço praticamente dobrou entre os dois últimos períodos. Entre 2002 e 2004, eram 48 os autores com produção nos componentes periféricos. Já no período mais recente, entre 2005 e 2007, esse número alcança 95 novos pesquisadores. O mesmo é notado com relação ao volume de trabalhos produzidos, com crescimento entre esses dois períodos de quase 100%, partindo de 33 artigos no terceiro período e alcançando 64 publicações no quarto período. Dados como esses são bastante significativos, pois apontam a concentração de quase 70% dos autores periféricos em atividade nesse último período, os quais produziram 60% dos trabalhos já realizados por essa categoria de pesquisadores. Além disso, demonstram que a abordagem institucional nos estudos organizacionais possui uma dinâmica secundária, ainda não organizada de modo mais sistemático, mas que indica difusão da perspectiva para além das fronteiras dos componentes maiores. Outro aspecto que se soma a isso são os indicadores de cooperação crescentes a cada período, de modo que não seria exagero imaginar que a formação de novos componentes ou a ampliação dos já existentes (em se tratando dos periféricos e mesmo dos maiores) venha a ser uma realidade em pouco tempo. Ademais, vale enfatizar a multiplicação de canais pelos quais a abordagem se vem desenvolvendo.

Por fim, os índices reduzidos de tamanhos de componentes e a multiplicidade da periferia indicam que, como um todo, o campo demonstra expansão (vide Figura 17). O que chama a atenção, nesse percurso, é o fato de ainda não ter aumentado o grau de conectividade global no campo, especialmente após o ano de 2003, quando se constata maior inclusão de autores associada à fragmentação da estrutura de colaboração. O desenvolvimento em paralelo dos dois maiores componentes é indicador desse fenômeno e pode apontar diferenças que vão além dos relacionamentos entre os autores; aspectos que podem estar ligados às preferências epistêmicas na construção da abordagem e, conseqüentemente, orientando a formação de linhas de pesquisa identificadas com diferentes conjuntos de pesquisadores. Tendo isso em vista, parte-se para a análise da base intelectual que está subjacente à produção acadêmica.

4.2 A DIMENSÃO INTELECTUAL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Até aqui a atenção esteve voltada para aspectos restritos à rede social de colaboração entre pesquisadores na atividade de produção científica. Como se viu, os resultados possibilitaram a descrição dos relacionamentos de cooperação entre pesquisadores, evidenciando a estrutura social e o papel exercido por diferentes pesquisadores ou categoria de autores na formação social do campo da abordagem institucional nos estudos organizacionais. Desse modo, aspectos ligados ao crescimento dessa perspectiva, associados à estratificação social e da produção científica, trouxeram elementos para a interpretação do processo de construção do conhecimento científico no âmbito de sua organização social. Nesse contexto, foi possível perceber que a configuração da estrutura de cooperação não se dá desordenadamente; mas de acordo com certos movimentos que convergem para a formação de agrupamentos de autores, em torno de idéias e pressupostos no tratamento de questões referentes a essa abordagem. Entretanto, para que se possam fazer afirmações a esse respeito, deslocou-se a atenção dos aspectos sociais para a formação e configuração da dimensão intelectual subjacente aos estudos produzidos à luz da perspectiva institucional, remetendo, assim, a questões ligadas à base de conhecimento tomada como referência para a produção científica.

Para apresentação dos procedimentos e achados da pesquisa, dividiu-se essa seção em dois tópicos. Primeiramente serão discutidos os padrões de citação, cuja ênfase recai sobre a identificação de textos e autores mais representativos da abordagem no âmbito dos estudos organizacionais. Na sequência, parte-se para a investigação de estruturas intelectuais, cujo enfoque se dá na análise de co-citações, por meio da qual foi possível constatar a transformação da abordagem em termos de seu conteúdo substantivo, bem como a especial participação de determinados autores citados na sustentação do conhecimento produzido e objetivamente disposto nos artigos analisado.

4.2.1 Análise de Citações: Textos e Autores Relevantes

Os 299 artigos analisados geraram o volume de 10.445 referências citadas, o que representa uma média de aproximadamente 35 trabalhos citados por texto produzido no campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais. Após devidamente

codificadas, e eliminando-se os trabalhos duplicados, obtiveram-se 4.625 textos distintos citados, compondo o que se tratou como base de referências do campo investigado, sobre a qual foram realizados os procedimentos analíticos que seguem. Para melhor apresentação dos achados, primeiro apresentam-se dados descritivos do volume de citações e alguns indicadores bibliométricos, para na sequência discutir os textos e autores mais citados, bem como sua permanência e proeminência ao longo do período estudado. Para auxiliar a exposição serão utilizados os adjetivos citantes e citados, sempre que for necessário distinguir entre as unidades que originaram as referências e aquelas que receberam as citações, respectivamente.

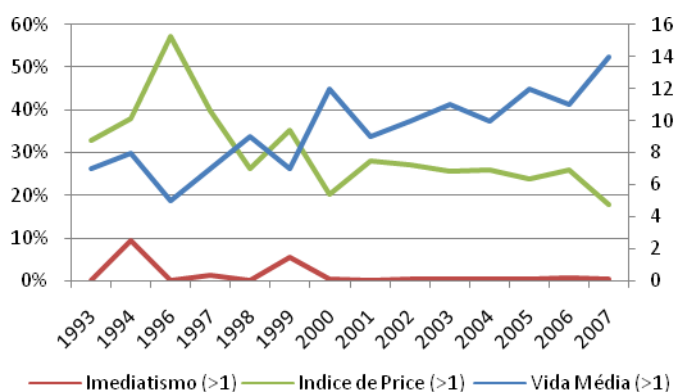
4.2.1.1 Volume e distribuição das citações

O primeiro aspecto observado tratou da idade da base de referências. Foram utilizados três indicadores para esse fim: o fator de imediatismo, o índice de Price e a vida-média das referências. Os dois primeiros permitem avaliar a recentidade das publicações referenciadas, já que tratam, respectivamente, da proporção de textos citados no mesmo ano em que foram produzidos e da proporção de textos citados publicados em até seis anos antes da produção do texto citante. A idade média das citações, por sua vez, avalia a amplitude da janela temporal dentro da qual se enquadram 50% das citações realizadas por artigos produzidos em determinado ano. Assim, foi possível verificar em que medida a produção científica no campo se tem fundamentado nos trabalhos publicados recentemente ou em outros mais antigos, entre os quais se encontram os chamados textos clássicos.

Conforme ilustrado na Figura 18, nota-se que de 1993 a 2007 o índice de Price e a vida-média seguiram tendências contrárias. À medida que a utilização de trabalhos mais antigos aumentou a cada ano, com a vida média subindo de 7 para quase 12 anos nos últimos três anos, a proporção de textos recentes, com até cinco anos, veio regredindo, de 38% para cerca de 22% do total. Embora sejam indicadores simples, é possível notar alteração no comportamento de citação, especialmente após 1999, o que de certa forma pode ser reflexo do crescimento do campo e do maior acesso à literatura internacional. Cabe ressaltar que, em termos absolutos, os indicadores de imediatismo e de Price, revelam que o volume de trabalhos acessados para apoiar as pesquisas cresceu, o que pode ser reflexo da difusão da abordagem internacionalmente, como outros autores já apontaram (Farashahi, Hafsi, e Moltz, 2005). Evidentemente, esses aspectos isoladamente apenas fornecem dados comparativos entre períodos, de modo que sua interpretação sociológica é difícil senão perigosa. De

qualquer modo, eles apontam o envelhecimento da base de referências, acompanhado de maior acesso a textos recentes em termos absolutos. Além disso, revelam a aproximação a padrões internacionais de vida-média das referências nas áreas de administração e negócios (9,8 e 11 anos, respectivamente, segundo o JCR 2006), embora o mesmo não possa ser afirmado com relação à taxa de imediatismo, ainda bastante superior para as mesmas áreas (2,04% e 2,26%).

Figura 18 – Imediatismo, Índice de Price e Vida-Média das Referências



	Vida Média	Imediatismo	Índice de Price
1993-1998	7,2	2,16%	38,84%
1999-2001	9,3	1,95%	27,87%
2002-2004	10,3	0,21%	26,34%
2005-2007	12,3	0,37%	22,59%

Obs: calculado considerando apenas textos citados mais de uma vez.

Fonte: resultados da pesquisa. Na Tabela 35 do Anexo C há os dados completos referentes a esses indicadores.

4.2.1.2 Frequência de citações e representatividade das unidades citadas

A frequência de citações de trabalhos foi obtida a partir do somatório da contagem de aparições de um autor ou artigo nas referências de cada unidade citante. Com relação aos 4.625 textos, a média de citações recebidas foi de 2,3 ocorrências para cada unidade referenciada. No entanto, 66% deles foram citados apenas uma vez, ao passo que aqueles com mais do que 10 citações não alcançaram 2,5% do total. Os trabalhos mais citados ao longo de todo o período convergem com aqueles considerados clássicos na literatura especializada no campo, como Meyer e Rowan (1977), DiMaggio e Powell (1983, 1991), Berger e Luckmann (1967) e Scott (1995a, 2001). Dentre os mais citados estão também trabalhos da produção nacional, especialmente aqueles produzidos por autores do primeiro componente, Machado-da-Silva e Fonseca (1993, 1996, 1999) e Machado-da-Silva, Fonseca e Fernandes (2000), mas com evidência destacada também para outros do segundo maior componente, como Carvalho, Vieira e Lopes (1999). Os trabalhos mais citados e a distribuição de frequência das citações estão dispostos na Figura 19 e na Tabela 37 no Anexo C.

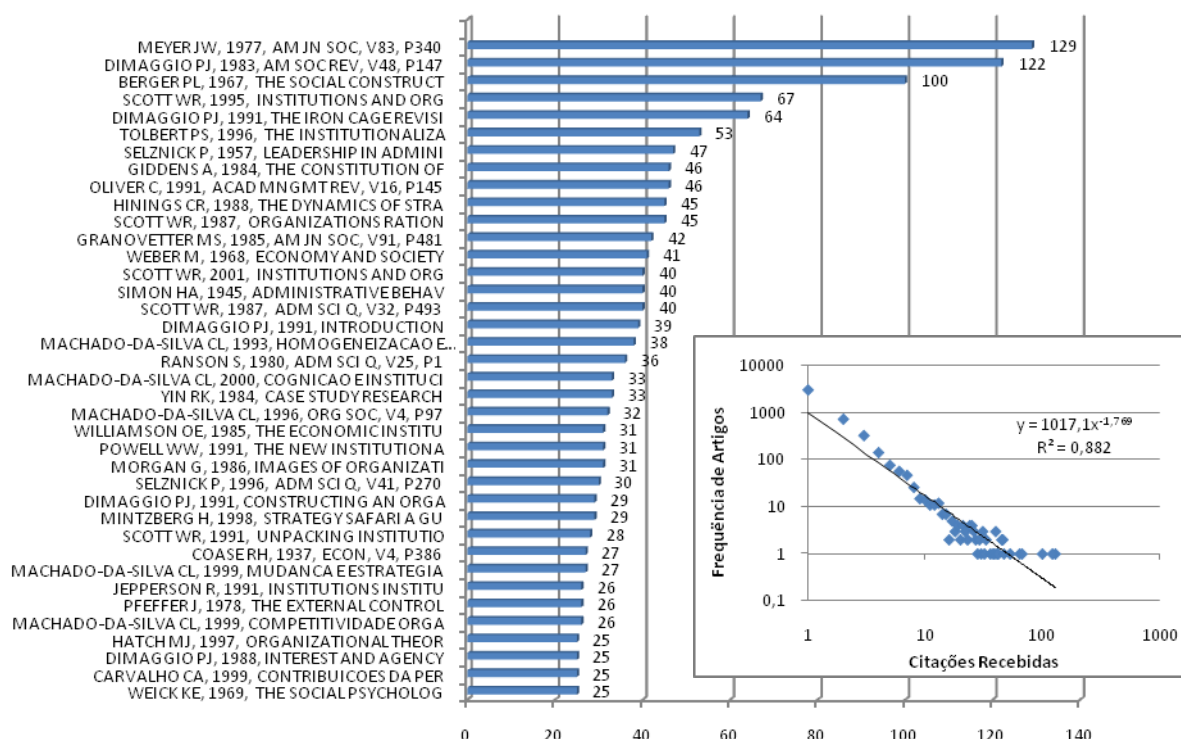


Figura 19 – Artigos Mais Citados (acima de 25 citações) e Distribuição de Frequência de Citações

Fonte: resultados da pesquisa.

Com relação aos autores citados³⁷, a distribuição de citações seguiu padrão similar àquela apresentada pelos trabalhos (vide Tabela 36 no Anexo C). Dos 3.998 autores citados, cerca de 57% deles receberam apenas uma citação, enquanto 4,8% foram citados mais do que 10 vezes, ficando a média em 3,8 citações por autor. Desse conjunto de autores, os mais proeminentes com relação ao volume recebido de citações foram Scott, W.R. com 442 indicações nas referências, Machado-da-Silva, C.L. com 417, DiMaggio, P.J. com 361, Powell, W.W. com 337 e Meyer, J.W. com 278. Outros autores nacionais também se destacaram nessa lista, como: Fonseca, V.S., citada em 274 oportunidades, Vieira, M.M.F. em 144, Carvalho, C.A.P. em 122 e Fernandes, B.H.R. em 115. A Figura 20 apresenta os autores mais citados e a distribuição de frequência das citações.

³⁷ Os autores citados foram classificados independentemente de sua posição de autoria, o que significa considerá-los sempre que tiveram participação na produção dos trabalhos citados, seja como primeiro autor ou não.

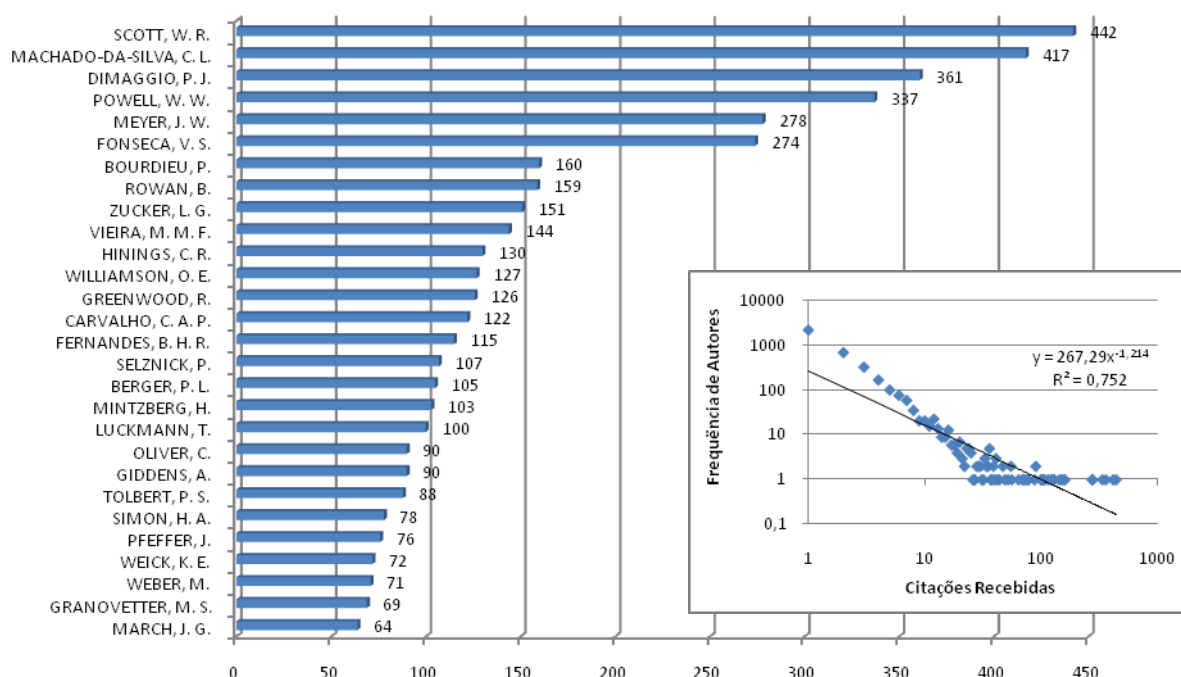


Figura 20 – Autores Mais Citados (mais de 60 vezes) e Distribuição da Frequência de Citações

Fonte: resultados da pesquisa.

Nota-se que o rol de autores mais citados se mostra mais diversificado que o de trabalhos citados, já que concentram em cada unidade diferentes trabalhos por eles assinados. Isso também responde pela maior diferença entre os autores no tocante ao volume de citação recebido, se comparado com o mesmo indicador, quando orientado para os trabalhos citados. De qualquer modo, tanto para autores ($\gamma=-1,21$; $R^2=0,752$) quanto para artigos ($\gamma=-1,77$; $R^2=0,882$), as distribuições de citações recebidas aproximam-se dos padrões bibliométricos internacionais, apontando características de estratificação. A existência de autores ou textos citados em proporções bastante superiores à grande maioria deles indica sua proeminência no campo, seja por serem considerados recursos cognitivos legítimos e adequados para a produção científica, seja como símbolos conceituais (SMALL, 1978). Nesse sentido, cabe recapitular a idéia de que a prática de citação é reflexiva, ao mesmo tempo necessária para a comunicação científica e condicionada pelo contexto social. Noutro sentido, propicia condições para a dinâmica de reprodução envolvida na (re)construção do conhecimento científico; haja vista ser reconhecida como valor científico (LEYDESDORFF, 1998; MERTON, 1957). Dessa forma, a distribuição de citações entre autores e trabalhos, considerada de modo agregado, torna possível também a reflexão sobre a fundamentação do conhecimento conforme se discursa nos textos. Autores e textos com maior reconhecimento acadêmico tendem a ser mais influentes e, portanto, podem exercer maior impacto no conhecimento gerado na prática de produção científica, ao passo que também são

considerados recursos favoráveis à sustentação e validação das idéias lançadas num trabalho (SMALL, 1978).

Diante disso, vale destacar o peso que os pesquisadores dos dois principais componentes exercem na estrutura intelectual da perspectiva institucional diante do alto volume de citações por eles recebidos. No entanto, a representatividade do componente principal é notadamente superior diante da proeminência de Machado-da-Silva e Fonseca, bem como de trabalhos por eles produzidos.

Como forma de avaliar o produto científico dos diferentes autores, a fim de melhor esclarecer sua representatividade no campo foram utilizados dois indicadores derivados do *H-Index* (HIRSCH, 2005), além dele próprio. Nos estudos bibliométricos esses indicadores têm sido utilizados como forma de investigar o impacto do trabalho de pesquisadores em determinado campo de estudos (vide IMPERIAL; RODRÍGUEZ-NAVARRO, 2007; MINASNY, HARTEMINK; MCBRATNEY, 2007; SIDIROPOULOS, KATSAROS; MANOLOPOULOS, 2006; VINKLER, 2007). De acordo com Hirsch (2005), o *h-index* permite a comparação entre pesquisadores com relação ao seu impacto científico global, mesmo que seu número de citações seja diferente.

O *h-index* de um cientista representa o volume, *h*, de trabalhos sob autoria de um pesquisador que recebeu *h* citações na base de dados investigada. Assim, um pesquisador com *h-index* igual a cinco possui cinco trabalhos citados pelo menos cinco vezes na base de artigos analisada. Como explicam Sidiropoulos, Katsaros e Manolopoulos (2006), o *h-index* atribui qualidade à produtividade, de modo que para autores alcançarem alto índice eles precisam não apenas possuir alguns poucos bons trabalhos, mas muitos e bons trabalhos. Entretanto, o *h-index* atribui a mesma importância a todos os artigos elaborados pelo pesquisador em análise, o que pode distorcer o indicador em função do tempo em que um pesquisador atua na área, tendo em vista que autores mais antigos tendem a ter um volume de produção maior, o que amplia o limite superior do indicador, nunca maior que o volume total de publicações do autor na base. Assim, com a finalidade de ponderar esses aspectos foram também utilizados o *a-index* e o *h-normalizado* (HIRSCH, 2005; SIDIROPOULOS, KATSAROS; MANOLOPOULOS, 2006). O primeiro descreve a magnitude dos trabalhos que receberam citações, já que é bastante comum haver autores com citações concentradas em poucos trabalhos. Assim, um alto *a-index* indica justamente que determinado cientista obteve destaque no campo, por ter poucos trabalhos citados muitas vezes, trazendo uma noção alternativa de **eficiência** da publicação. Por fim, o *h-normalizado*, como o próprio nome já informa, relativiza o *h-index* tradicional com relação ao número de publicações que o autor

citado possui no campo. Para o presente estudo, cada um dos indicadores mencionados foi calculado para os 44 autores mais citados do campo. Os resultados estão dispostos na Tabela 11, a seguir.

Tabela 11 – H-Index, A-index e H-index normalizado dos Autores Mais Citados

Ranking pelo H-Index						Ranking pelo H-Index Normalizado						
#	Autor	h	a	P	C	#	Autor	h _n	h (#)	a	P	C
1	SCOTT, W. R.	13	2,6	37	442	1	LUCKMANN, T.	1,000	1 (44)	100,0	1	100
2	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	11	3,4	59	417	2	TOLBERT, P. S.	1,000	4 (19)	5,5	4	88
3	FONSECA, V. S.	9	3,4	21	274	3	OLIVER, C.	0,857	6 (12)	2,5	7	90
4	DIMAGGIO, P. J.	8	5,6	18	361	4	FREEMAN, J. H.	0,600	3 (40)	4,2	5	38
5	POWELL, W. W.	8	5,3	19	337	5	GREENWOOD, R.	0,556	5 (15)	5,0	9	126
6	MEYER, J. W.	8	4,3	27	278	6	ZUCKER, L. G.	0,545	6 (8)	4,2	11	151
7	BOURDIEU, P.	7	3,3	47	160	7	SELZNICK, P.	0,500	3 (29)	11,9	6	107
8	ZUCKER, L. G.	6	4,2	11	151	8	DIMAGGIO, P. J.	0,444	8 (4)	5,6	18	361
9	VIEIRA, M. M. F.	6	4,0	33	144	9	LOPES, F. D.	0,444	4 (25)	2,9	9	47
10	FERNANDES, B. H. R.	6	3,2	14	115	10	ROWAN, B.	0,429	3 (28)	17,7	7	159
11	MINTZBERG, H.	6	2,9	28	103	11	SALANCIK, G. R.	0,429	3 (35)	4,7	7	42
12	OLIVER, C.	6	2,5	7	90	12	HANNAN, M. T.	0,429	3 (37)	4,6	7	41
13	HININGS, C. R.	5	5,2	12	130	13	FONSECA, V. S.	0,429	9 (3)	3,4	21	274
14	WILLIAMSON, O. E.	5	5,1	32	127	14	FERNANDES, B. H. R.	0,429	6 (10)	3,2	14	115
15	GREENWOOD, R.	5	5,0	9	126	15	POWELL, W. W.	0,421	8 (5)	5,3	19	337
16	CARVALHO, C. A. P.	5	4,9	29	122	16	HININGS, C. R.	0,417	5 (13)	5,2	12	130
17	MARCH, J. G.	5	2,6	14	64	17	BERGER, P. L.	0,400	2 (42)	26,3	5	105
18	GIDDENS, A.	4	5,6	15	90	18	MISOCZKY, M. C. A.	0,400	4 (23)	3,3	10	52
19	TOLBERT, P. S.	4	5,5	4	88	19	HUFF, A. S.	0,364	4 (24)	2,9	11	47
20	PFEFFER, J.	4	4,8	18	76	20	MARCH, J. G.	0,357	5 (17)	2,6	14	64
21	WEICK, K. E.	4	4,5	17	72	21	SCOTT, W. R.	0,351	13 (1)	2,6	37	442
22	NORTH, D. C.	4	3,4	16	55	22	MORGAN, G.	0,333	2 (43)	13,8	6	55
23	MISOCZKY, M. C. A.	4	3,3	10	52	23	GULATI, R.	0,333	4 (27)	2,4	12	39
24	HUFF, A. S.	4	2,9	11	47	24	ALDRICH, H. E.	0,300	3 (36)	4,6	10	41
25	LOPES, F. D.	4	2,9	9	47	25	MEYER, J. W.	0,296	8 (6)	4,3	27	278
26	CHILD, J.	4	2,8	15	44	26	GRANOVETTER, M. S.	0,273	3 (32)	7,7	11	69
27	GULATI, R.	4	2,4	12	39	27	CRUBELLATE, J. M.	0,273	3 (33)	6,2	11	56
28	ROWAN, B.	3	17,7	7	159	28	FLIGSTEIN, N.	0,273	3 (38)	4,4	11	40
29	SELZNICK, P.	3	11,9	6	107	29	BARNEY, J. B.	0,273	3 (41)	4,1	11	37
30	SIMON, H. A.	3	8,7	12	78	30	GIDDENS, A.	0,267	4 (18)	5,6	15	90

#=rank; h=h-index; a=a-index; h_n=h-normalizado; P=Publicação; C=Citações.

Fonte: resultados da pesquisa.

Considerando o *h-index*, a análise dos autores citados demonstrou forte correlação com o volume de citações por eles recebidas ($R^2=0,883$; $p<0,001$). Entre os estrangeiros, Scott ($h=13$), Powell ($h=8$), Meyer ($h=8$) e DiMaggio ($h=8$) apresentam-se no alto da lista, seguidos por Bourdieu ($h=7$), Zucker, Oliver e Mintzberg, todos com h igual a 6, e à frente de diversos outros com índices menores. A média entre os seis maiores índices entre os autores estrangeiros alcançou $h_{Int}=8,3$. Já entre os autores nacionais, Machado-da-Silva ($h=11$) e Fonseca ($h=9$) aparecem à frente de Fernandes ($h=6$), Vieira ($h=6$), Carvalho ($h=5$), Misockzy ($h=4$) e Lopes ($h=4$). Juntos, os seis maiores indicadores para autores nacionais resultam numa média, h_{Nac} , igual a 6,8, valor bastante próximo ao dos autores estrangeiros. Tais resultados sugerem que a contribuição de pesquisadores estrangeiros ainda é bastante superior

à dos brasileiros, como se percebe não apenas pelos valores do *h-index*, mas principalmente pela quantidade de autores que fazem parte dessa lista. No entanto, mesmo com um número restrito de representantes, a influência de autores nacionais já é notável e se mostra associada a pesquisadores com maior tempo no campo, todo eles continuantes.

É interessante notar que a maioria dos autores com *h-index* mais elevados possuem, em contrapartida, *a-index* mais baixos. Segundo Sidiropoulos, Katsaros e Manolopoulos (2006), isso se deve ao fato de o *a-index* ser uma medida auxiliar na compreensão do ranking de pesquisadores, pois agrega informação adicional referente à concentração de citações em torno de trabalhos citados de um mesmo autor. Assim, considerando mais uma vez os autores situados no alto do ranking organizado pelo *h-index*, vê-se DiMaggio ($a=5,6$), Powell ($a=5,3$) e Meyer ($a=4,3$) com indicadores superiores aos de Scott, Machado-da-Silva, Fonseca e vários outros com *a-index* menores do que 4. Para esses últimos, isso significa que suas citações estão menos concentradas num número reduzido de trabalhos, se comparados aos primeiros, que apresentam maior concentração das citações recebidas em poucas publicações. Isso fica mais evidente, quando se observa a existência de autores com *a-index* ainda mais elevados, como Selznick, Rowan, Simon, Morgan, Berger e Luckmann. Especialmente no caso desse último autor, tem-se uma situação extremada ($a=100,0$) em que o volume bastante elevado de citações recebidas está concentrado em apenas um único trabalho, o clássico texto *A Construção Social da Realidade*, que também figura como o terceiro mais citado entre todos os trabalhos referenciados pelos artigos do campo em estudo.

Esse efeito é também percebido no *h-normalizado*, que calcula a razão entre o *h-index* original e o número de publicações do autor. Nesse caso, trata-se da proporção da produção de um autor para a qual o seu *h-index* original se mantém válido. Assim, esse indicador, de certo modo, aponta não necessariamente aqueles autores com muitos trabalhos citados muitas vezes, mas aqueles autores que possuem blocos de trabalhos citados de modo equitativo. É por essa razão que, mesmo autores proeminentes, como Machado-da-Silva, por exemplo, não aparecem no ranking normalizado (parte direita da tabela); por serem muito prolíficos, apenas parte de seus textos recebeu alto volume de citações, fazendo com que seu *h-normalizado* fosse reduzido. O mesmo ocorre com Scott e Meyer que são lançados para a parte de baixo do ranking. Já DiMaggio, Fonseca e Powell surgem no espaço intermediário. O efeito da proporcionalidade em relação à produção é enfatizado pelo *h-normalizado* e também por essa razão que outros autores surgem nessa lista, como Crubellate, que dentre outros do campo nacional apresentou uma distribuição de citações mais equilibrada entre suas publicações.

Esses três indicadores de ranking de pesquisadores utilizados devem ser compreendidos não no sentido comparativo entre eles, mas enquanto complementares para a visualização da representatividade de pesquisadores na base de referência do campo em estudo. Desse modo, foi possível constatar, por meio do *h-index*, a presença de autores nacionais entre os mais proeminentes no campo, com alto volume de citação, mas também, com influência na construção do conhecimento na perspectiva institucional nos estudos organizacionais. Mais uma vez, destacaram-se Machado-da-Silva e Fonseca, ambos representantes do componente principal. A constatação de diversos trabalhos de sua autoria com expressivo volume de citações, maior que os demais pesquisadores brasileiros e a maioria dos estrangeiros, reforça sua representatividade no campo.

Além disso, o indicador *a-index* apontou que essa influência não está concentrada em um ou dois trabalhos desses autores, mas em vários, o que os coloca como fontes de pesquisa em especial, no sentido de terem suas publicações vasculhadas a ponto de muitos trabalhos serem utilizados para o embasamento das idéias discutidas no campo. Por fim, o *h-normalizado* evidenciou que alguns autores tendem a ser consumidos em bloco e não tanto por parcela de sua produção, sendo destacados não tanto por sua proeminência na base de conhecimentos do campo, mas por sua contribuição enquanto fundamento específico para determinados temas ou tratamentos analíticos. Especialmente nesse último caso, cabe avaliar com cuidados adicionais os indicadores por autor, de modo que o volume de produção possa ser considerado variável de controle no momento de comparar os diferentes autores.

4.2.1.3 Mudanças de influência

Do modo como o *h-index* e suas variações foram aqui utilizados, eles propiciam uma visão global do campo com relação aos autores mais representativos. Isso, porém, oculta movimentos intermediários ligados a variações de influência de autores ao longo do tempo na constituição da base de referências no campo da perspectiva institucional. Diante disso, optou-se pela utilização de outros procedimentos para verificar até que ponto autores, e também trabalhos citados, tiveram influência homogênea ao longo de todo o período analisado ou se houve mudanças no campo em termos de seu embasamento teórico, de sua dimensão intelectual. Isso é especialmente importante por se tratar de um campo de conhecimento em construção, cujos contornos não estão definidos com precisão, embora seja possível perceber que determinados pesquisadores se destaquem como base fundamental para a produção científica. Todavia o crescimento do campo, a entrada de novos pesquisadores e a

própria organização social dos citantes podem ser fatores que, ao longo da atividade social e intelectual, fomentaram novas linhas de pesquisa e de interpretação, inserindo, resgatando, abandonando ou intensificando o uso de certas referências.

Uma das formas utilizadas para esse fim foi calcular, para cada trabalho e autor citado, o volume de artigos citantes a cada período. Adotou-se como princípio para tal procedimento, a idéia de que a influência de textos e autores citados está relacionada não apenas ao volume de menções que recebe, mas à diversidade de unidades citantes, caracterizando sua difusão ou popularidade, conforme apresentado para os diferentes períodos nas Tabelas 12 a 15³⁸.

Tabela 12 – Autores mais Difundidos entre os Artigos Publicados no Período de 1993 a 2001

1993-1998			1999-2001		
Autores Citados	TCn	%Cn	Autores Citados	TCn	%Cn
249	11	-	678	41	-
FONSECA, V.S. da	10	90,9%	SCOTT, W. R.	29	70,73%
GREENWOOD, R.	9	81,8%	DIMAGGIO, P. J.	29	70,73%
HININGS, C.R.	9	81,8%	POWELL, W. W.	27	65,85%
MACHADO-DA-SILVA, C.L.	9	81,8%	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	24	58,54%
MEYER, J.W.	9	81,8%	MEYER, J. W.	24	58,54%
POWELL, W.W.	8	72,7%	FONSECA, V. S.	23	56,10%
SCOTT, W.R.	8	72,7%	ROWAN, B.	20	48,78%
DIMAGGIO, P.J.	7	63,6%	HININGS, C. R.	16	39,02%
BERGER, P.L.	6	54,5%	BERGER, P. L.	15	36,59%
FRIESEN, P.H.	6	54,5%	LUCKMANN, T.	15	36,59%
LUCKMANN, T.	6	54,5%	FERNANDES, B. H. R.	14	34,15%
MILLER, D.	6	54,5%	GREENWOOD, R.	14	34,15%
ROWAN, B.	6	54,5%	ZUCKER, L. G.	11	26,83%
BARTUNEK, J.M.	5	45,5%	MINTZBERG, H.	10	24,39%
RANSON, S.	5	45,5%	CARVALHO, C. A. P.	10	24,39%

TCn = Quantidade de trabalhos citantes; %Cn = Percentual de trabalhos citantes em relação ao total de trabalhos publicados no período.

Fonte: resultados da pesquisa.

Ao longo dos quatro períodos foi possível perceber que alguns autores permaneceram como os mais difundidos nos artigos do campo da teoria institucional nos estudos organizacionais. Esses autores podem ser considerados a base intelectual da área, estando presentes em mais da metade de todos os textos publicados no campo³⁹. DiMaggio, Powell, Scott, Meyer e Machado-da-Silva podem ser enquadrados nessa categoria (vide Anexo G). Outros, embora bastante representativos no campo, não se mostraram tão difundidos entre os trabalhos citantes e/ou nos diferentes períodos.

³⁸ As tabelas com os textos e autores mais citados em cada período encontram-se nos Anexos D e G, respectivamente.

³⁹ Vale ressaltar que as contagens de citação não possibilitam conhecer o contexto da citação, ou seja, o modo como cada autor ou texto citado serviu para a elaboração dos trabalhos científicos. Dessa forma, uma parcela de citações pode não ser representativa de concordância com idéias dos autores mais citados, mas por divergências, o que implica ponderações que vão além dos valores ou percentuais aqui apresentados.

Para os trabalhos citados, apenas dois foram referenciados em pelo menos 40% dos artigos citantes, com presença marcante em todos os períodos: Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983, 1991). Outros como Scott, nas edições de 1995 e 2001 do livro *Institutions and Organizations*, e Berger e Luckmann (1967) também apresentaram alta representatividade no campo, mas em patamar um pouco inferior, tendo sido relacionados por cerca de 35% dos artigos citantes, mas estando presentes em todos os períodos analisados (vide Anexo D). Todos eles, por essas características, podem ser considerados clássicos no campo. Entretanto, para conhecer possíveis variações de influência, interessa verificar o conhecimento transiente, aquele que faz parte da atenção dos pesquisadores em períodos de tempo específicos, sendo bastante citados e relativamente bem difundidos de modo a servirem como fundamentação para os desenvolvimentos teóricos e empíricos em determinado momento. Para tanto, a comparação entre períodos trouxe algumas informações interessantes, as quais podem servir de ponto de partida para estudos qualitativos mais aprofundados no que concerne ao modo como tais referências se inserem na base intelectual da perspectiva institucional.

Tabela 13 – Textos mais Difundidos entre os Artigos Publicados no Período de 1993 a 2001

1993-1998			1999-2001		
Trabalhos Citados	TCn	%Cn	Trabalhos Citados	TCn	%Cn
250	11	-	740	41	-
HININGS CR, 1988, THE DYNAMICS OF STRA	7	63,64%	MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	16	39,02%
BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	6	54,55%	BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	15	36,59%
BARTUNEK JM, 1984, ADM SCI Q, V29, P355	5	45,45%	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	15	36,59%
DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	5	45,45%	SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	15	36,59%
MILLER D, 1984, ORGANIZATIONS A QUAN	5	45,45%	HININGS CR, 1988, THE DYNAMICS OF STRA	12	29,27%
RANSON S, 1980, ADM SCI Q, V25, P1	5	45,45%	SCOTT WR, 1987, ADM SCI Q, V32, P493	11	26,83%
BARR PS, 1992, STRAT MNGMT JN, V13, P15	4	36,36%	DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	10	24,39%
GIDDENS A, 1978, NOVAS REGRAS DO METO	4	36,36%	MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	10	24,39%
HUFF AS, 1990, CODING THE CAUSAL AS	4	36,36%	MACHADO-DA-SILVA CL, 1999, MUDANCA E ESTRATEGIA	8	19,51%
KANTER RM, 1992, THE CHALLENGE OF ORG	4	36,36%	SCOTT WR, 1987, ORGANIZATIONS RATION	8	19,51%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	4	36,36%	DIMAGGIO PJ, 1991, INTRODUCTION	7	17,07%
MEYER JW, 1983, INSTITUTIONALIZED OR	4	36,36%	RANSON S, 1980, ADM SCI Q, V25, P1	7	17,07%
MORGAN G, 1986, IMAGES OF ORGANIZATI	4	36,36%	SCOTT WR, 1992, THE ORGANIZATION OF	7	17,07%
SCOTT WR, 1983, THE ORGANIZATION OF ENV	4	36,36%	ZUCKER LG, 1977, AM SOC REV, V42, P726	7	17,07%

TCn = Quantidade de trabalhos citantes; %Cn = Percentual de trabalhos citantes em relação ao total de trabalhos publicados no período.

Fonte: resultados da pesquisa.

O primeiro período – com apenas 11 textos citantes e 250 trabalhos citados – destaca-se menos pela predominância de textos da perspectiva institucional e mais por outros de áreas distintas entre os mais populares, como Bartunek (1984), Barr (1992) e Huff (1990), ligados à abordagem cognitiva da ação organizacional, ou ainda, Ranson et al (1980), Miller (1984) e Hinings (1988), cuja ênfase está mais relacionada à estruturação organizacional. Isso é reflexo da preocupação dos artigos publicados no campo nesse período inicial, cuja ênfase trata da

mediação da relação organização-ambiente, que se revela em práticas organizacionais, pela interpretação dos agentes. Sob essa perspectiva, o tema da estruturação da estrutura organizacional – primeiramente analisado sob a composição entre arranjo formal e aspectos processuais, e depois sob a ótica do ciclo de vida das organizações – ganha contornos que questionam a tendência à homogeneização estrutural, conforme concepções de estudos iniciais do institucionalismo organizacional, isto é, a noção de isomorfismo. Gradualmente, contornos mais elaborados nesse sentido vão tomando forma, e conexões com a compreensão da institucionalização de práticas organizacionais passaram a estar ainda mais presentes no segundo período.

Tabela 14 – Textos mais Difundidos entre os Artigos publicados no período de 2002 a 2007

2002-2004			2005-2007		
Trabalhos Citados	TCn	%Cn	Trabalhos Citados	TCn	%Cn
1900	97	-	2831	148	-
MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	45	46,39%	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	63	42,57%
DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	37	38,14%	MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	63	42,57%
BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	30	30,93%	BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	48	32,43%
SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	28	28,87%	GIDDENS A, 1984, THE CONSTITUTION OF	33	22,30%
DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	21	21,65%	SCOTT WR, 2001, INSTITUTIONS AND ORG	33	22,30%
SCOTT WR, 1987, ORGANIZATIONS RATION	20	20,62%	OLIVER C, 1991, ACAD MNGMT REV, V16, P145	32	21,62%
TOLBERT PS, 1996, THE INSTITUTIONALIZA	20	20,62%	DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	30	20,27%
SELZNICK P, 1957, LEADERSHIP IN ADMINI	18	18,56%	GRANOVETTER MS, 1985, AM JN SOC, V91, P481	30	20,27%
POWELL WW, 1991, THE NEW INSTITUTIONA	14	14,43%	TOLBERT PS, 1996, THE INSTITUTIONALIZA	27	18,24%
CARVALHO CA, 1999, CONTRIBUICOES DA PER	13	13,40%	MACHADO-DA-SILVA CL, 2005, RAC REV ADM CONT, V9, P9	24	16,22%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	13	13,40%	SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	24	16,22%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1996, ORG SOC, V4, P97	13	13,40%	WEBER M, 1968, ECONOMY AND SOCIETY	24	16,22%
OLIVER C, 1991, ACAD MNGMT REV, V16, P145	13	13,40%	SELZNICK P, 1957, LEADERSHIP IN ADMINI	22	14,86%
RANSON S, 1980, ADM SCI Q, V25, P1	13	13,40%	SIMON HA, 1945, ADMINISTRATIVE BEHAV	22	14,86%
SCOTT WR, 1987, ADM SCI Q, V32, P493	13	13,40%	WILLIAMSON OE, 1985, THE ECONOMIC INSTITU	22	14,86%
SELZNICK P, 1996, ADM SCI Q, V41, P270	12	13,0%			
SIMON HA, 1945, ADMINISTRATIVE BEHAV	12	13,0%			

TCn = Quantidade de trabalhos citantes; %Cn = Percentual de trabalhos citantes em relação ao total do período.

Fonte: resultados da pesquisa.

Nele e no período seguinte, entre 2002 e 2004, a predominância de textos e autores institucionalistas é notável, o que denota a consolidação da abordagem como perspectiva de análise nos estudos organizacionais. Até esse momento, os tratamentos iniciais que consideravam elementos de análise institucional eram mais propensos a propor a conversação entre teorias. Mas, desde o final do primeiro período, sua força como perspectiva analítica foi acentuada. Isso se refletiu na formação de um quadro de referências que, de certo modo, parece definir seus contornos. Destaca-se a ascensão dos trabalhos de W.R. Scott ao longo do segundo período, possivelmente por decorrência do livro *Institutions and Organizations*, publicado em 1995 e que organizou de modo mais didático a perspectiva institucionalista nos estudos organizacionais. Dentre as publicações nacionais, o mesmo pode ser percebido com relação ao trabalho de Carvalho, Vieira e Lopes (1999) que, nos mesmos moldes de Scott,

ofereceu uma síntese em língua portuguesa das características e possibilidades dessa perspectiva.

Por fim, no quarto período os destaques são o retorno de Giddens entre os textos mais difundidos, especialmente seu livro *A Constituição da Sociedade* de 1984, além da presença de Granovetter, em especial seu trabalho sobre imersão social de 1985, e Williamson entre os mais populares, o que parece apontar novos contornos, de modo a aproximar a abordagem do estruturacionismo, sociologia econômica e institucionalismo econômico.

Tabela 15 – Autores mais Difundidos entre os Artigos publicados no período de 2002 a 2007

2002-2004			2005-2007		
Autores Citados	TCn	%Cn	Autores Citados	TCn	%Cn
1798	97	-	2611	148	-
POWELL, W. W.	64	65,98%	POWELL, W. W.	100	67,57%
SCOTT, W. R.	63	64,95%	DIMAGGIO, P. J.	99	66,89%
DIMAGGIO, P. J.	63	64,95%	SCOTT, W. R.	79	53,38%
MEYER, J. W.	57	58,76%	MEYER, J. W.	78	52,70%
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	51	52,58%	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	67	45,27%
ROWAN, B.	51	52,58%	ROWAN, B.	67	45,27%
FONSECA, V. S.	42	43,30%	FONSECA, V. S.	65	43,92%
VIEIRA, M. M. F.	31	31,96%	BERGER, P. L.	48	32,43%
BERGER, P. L.	30	30,93%	LUCKMANN, T.	48	32,43%
LUCKMANN, T.	30	30,93%	ZUCKER, L. G.	46	31,08%
ZUCKER, L. G.	29	29,90%	WILLIAMSON, O. E.	41	27,70%
FERNANDES, B. H. R.	27	27,84%	VIEIRA, M. M. F.	40	27,03%
CARVALHO, C. A. P.	26	26,80%	GIDDENS, A.	39	26,35%
TOLBERT, P. S.	26	26,80%	OLIVER, C.	38	25,68%
HININGS, C. R.	25	25,77%	GRANOVETTER, M. S.	38	25,68%
SELZNICK, P.	25	25,77%	CRUBELLATE, J. M.	38	25,68%
GREENWOOD, R.	22	22,68%	CARVALHO, C. A. P.	34	22,97%

TCn = Quantidade de trabalhos citantes; %Cn = Percentual de trabalhos citantes em relação ao total do período.

Fonte: resultados da pesquisa.

4.2.2 Estruturas de Conhecimento

Prosseguindo com a investigação da dimensão intelectual da perspectiva institucional nos estudos organizacionais, neste momento da pesquisa, foram construídas redes de co-citação por autor (ACA), com a finalidade de delinear as estruturas intelectuais subjacentes ao campo. Os procedimentos, explicados na metodologia, produziram uma matriz de similaridade entre os autores citados, a partir do seu perfil de citação em simultaneidade com outros, os quais aparecem mais próximos entre si nas representações dos relacionamentos de co-citação. Admitindo-se que as redes de co-citação propiciam uma visão geral do campo em termos de sua estrutura cognitiva, foram também realizados procedimentos para o agrupamento de autores citados a fim de melhor visualizá-los com relação ao delineamento intelectual do campo.

Para efeito de representação e análise da estrutura intelectual do campo, as redes de co-citação, por serem bastante densas em sua versão bruta, precisaram ser reduzidas por meio da aplicação de alguns parâmetros (*thresholds*): coeficiente de citação, de co-citação e de similaridade. De acordo com Chen (2007), em comunicação eletrônica, não há regra definida para esse procedimento, o qual requer algumas tentativas até que se encontre o parâmetro ideal. Em face disso, já que não há como eliminar por completo a arbitrariedade na definição dos *thresholds*, optou-se por estabelecer os seguintes critérios a fim de minimizar tal aspecto:

- Coeficiente de citação (c): restringe o número de autores citados na análise de acordo com o volume de citações recebidas. Como se deseja discutir a estrutura global do campo, autores com baixo número de citações, embora possam ser relevantes com relação ao conteúdo substantivo de seus trabalhos, são excluídos por não serem suficientemente representativos quanto à sua proeminência, ficando restritos apenas a alguns poucos consumidores de suas idéias. O critério escolhido para a definição desse parâmetro se baseou na observação do gráfico de distribuição de frequências de citações por autor (vide Figura 21), tendo sido definido como valor de corte o mínimo de oito citações para que um autor figurasse na rede.

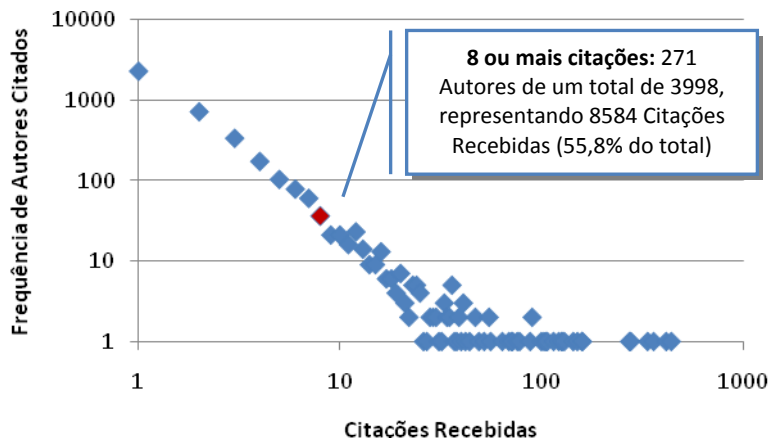


Figura 21 – Threshold de Citação

Fonte: resultados da pesquisa.

Este valor corresponde ao montante associado à mudança mais aguda na distribuição a ponto de indicar taxas marginais de acréscimo de citações decrescentes em relação à frequência de autores, procedimento similar ao teste *scree* realizado em análises fatoriais. Com isso, o número de autores a serem considerados foi drasticamente reduzido, caindo de 3.998 para 271, mas ainda representando a maior parte de todas as citações recebidas (55,8% do total). A densidade da matriz resultante ficou em 0,4386.

- Coeficiente de co-citação (cc): sobre a primeira redução na rede aplicou-se novo parâmetro, agora sobre o volume de co-citações, para o qual foi estabelecido que apenas autores co-citados três ou mais vezes fossem considerados. Seguindo as orientações de Chen (2007), esse valor foi definido a partir de experimentações que possibilitaram concluir que fosse o ideal para a redução da rede sem descaracterizá-la. Caso o coeficiente de co-citação ficasse mais elevado, a rede poderia adensar-se novamente pois ficaria restrita apenas a pares muito co-citados que restariam presentes. Com isso o número de pares de co-citação caiu de 73.441 para 72.900 com o decréscimo de um autor citado na base de referências, enquanto a frequência de co-citações caiu de 168.496 para 147.488, incluindo as autocitações. Esse valor, quando eliminada a diagonal e considerando apenas a porção inferior da matriz, resultou em 17.024 relacionamentos de co-citação, com frequência de 69.456 co-citações entre os 270 autores citados (vide Figura 22). A densidade da matriz após a aplicação deste parâmetro reduziu de 0,4386 para 0,2327, favorecendo a interpretação dos dados.

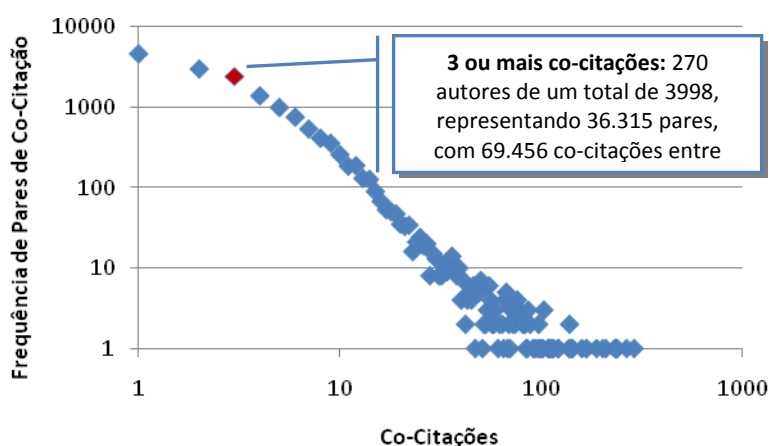


Figura 22 – Threshold de Co-Citação

Fonte: resultados da pesquisa.

- Coeficiente de similaridade (cco): de acordo com Chen (2007), o coeficiente de similaridade equivale à força normalizada dos relacionamentos, podendo variar de 0 a 100%. Este parâmetro foi aplicado sobre a matriz de similaridade, estabelecendo que apenas os laços mais salientes fossem considerados, o que tende a melhorar o agrupamento local dos nós no momento da visualização da rede. Seguiram-se as recomendações do autor de que valores entre 25 e 40% tendem a gerar resultados adequados nas representações dos relacionamentos de co-citação. Vale reforçar que este *threshold* exerceu função muito mais ligada à qualidade da visualização, não interferindo diretamente nas estatísticas das redes procedidas durante a análise dos dados.

Especificamente para a rede de co-citação do campo, considerando-se todo o período investigado, o valor mínimo estipulado para o co-seno na matriz de similaridade foi de 0,3, o que resultou numa redução no número de laços a serem representados na rede de co-citação (sem as autocitações) de 17.024 para 2.030. A configuração resultante ficou composta por 255 autores citados, com 243 deles organizados no componente principal, e 12 em quatro outros componentes menores com não mais do que cinco nós. Os demais 15 autores que ficaram isolados não foram considerados na representação final da rede.

A rede resultante está ilustrada na Figura 23. Nela, estão representados os autores citados oito ou mais vezes e co-citados com outros autores no mínimo em três oportunidades. Autores isolados ou com grau um, citados apenas com um outro autor, não foram incluídos na figura. Com a aplicação do *threshold* de similaridade ($c_{co}=0,3$), é possível perceber que as relações entre os autores citados se apresentam mais densas em certas partes do que em outras, o que significa que certos nós costumam ser citados conjuntamente. Para avaliar esse aspecto entre os nós e, com isso, facilitar a visualização, realizou-se análise fatorial dos dados da matriz de co-citação conforme exposto na metodologia de pesquisa e cujo resultado está expresso pelas cores dos nós na figura⁴⁰. De certa forma, esses agrupamentos mais conectados de autores representam as bases predominantes da construção do conhecimento da abordagem. De acordo com Moya-Anegón et al (2006, p. 265), este procedimento é auxiliar para validação das redes de co-citação, já que a análise fatorial possibilita identificar segmentos temáticos relativamente consolidados, ou como explicam os autores, com alto grau de interconexão ou proeminência.

Oito foram os agrupamentos que resultaram da análise fatorial (Tabela 43 no Anexo C), respondendo por 70,8% da variância. Como explicam Reader e Watkins (2006) e Ding, Chowdhury e Foo (1999), cada fator carrega um conjunto de autores citados, cada qual com influência substancial em sua construção. Assim, aqueles autores reunidos num único fator tendem a indicar um conjunto subjacente de conhecimento especializado, conforme percebido pelos pesquisadores citantes. Isso ocorreu com a maior parte dos autores citados, como pode ser visto na vide Tabela 16. Destarte, embora os resultados precisem ser interpretados com alguma cautela devido ao volume ainda muito pequeno de relações diante da juventude do

⁴⁰ Vale ressaltar que a análise fatorial está apenas parcialmente representada na figura; haja vista que a representação ilustra a rede reduzida após a aplicação dos três parâmetros. Para a análise fatorial, porém, o cálculo foi realizado utilizando-se a matriz bruta de co-citação restrita aos autores citados oito ou mais vezes. Os demais parâmetros não foram aplicados para esse fim.

campo, eles sugerem a existência de diferentes bases de fundamentação para os trabalhos ligados à perspectiva institucional nos estudos organizacionais. Outros 17 autores não foram carregados em nenhum dos fatores, o que indica não terem exercido contribuição específica em nenhum deles. Por fim, 21 autores tiveram cargas fatoriais iguais ou superiores a 0,5 em mais de um fator, o que pode indicar interesse por seus assuntos de pesquisa em mais de um conjunto de conhecimento conforme representados pela análise fatorial.

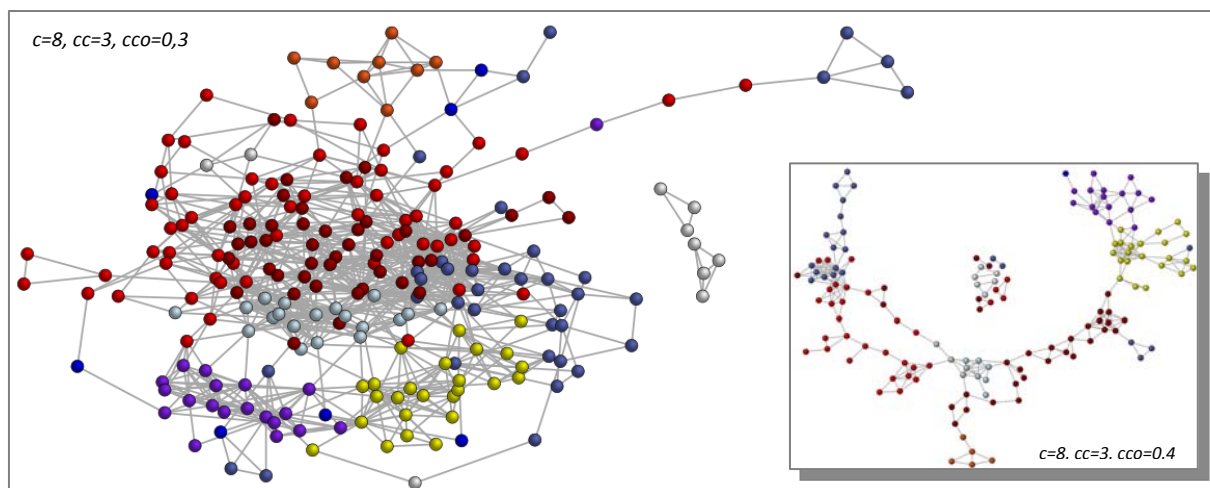


Figura 23 – Rede Reduzida de Co-Citação de Autores (1993-2007)

Obs: matriz de similaridade ($c=8$, $cc=3$, $cco=0,3$). As cores indicam os fatores resultantes da análise fatorial. Isolados e pendent foram eliminados da representação. Na ilustração menor estão as relações de co-citação para os *thresholds* $c=8$, $cc=3$, $cco=0,4$, na qual são evidenciados ainda mais os diferentes fatores.

Fonte: resultados da pesquisa.

Os dois maiores agrupamentos (#1 e #3) em número de autores e média de textos citantes concentram a maior parte dos autores altamente citados. No primeiro deles (#1) estão autores cujos trabalhos citados envolvem textos ligados à mudança, interpretação e estruturas cognitivas, bem como da relação desses temas com a perspectiva institucional. Nele, nota-se também a presença de vários pesquisadores ligados ao componente principal.

Já o segundo maior agrupamento (#3) abarca muito dos textos freqüentemente utilizados em revisões da literatura e comumente acionados para apresentar as principais características da abordagem. Isso é verdadeiro também para Vieira e Carvalho, autores cujo volume de citações e de textos citantes é maior para os trabalhos em que a perspectiva institucional é apresentada como possibilidade analítica nos estudos organizacionais. Outros pesquisadores ligados ao segundo maior componente também aparecem entre os citados nesse fator. Tanto esse agrupamento quanto o anterior envolvem os trabalhos que compõem a base fundamental dos estudos produzidos nacionalmente.

Tabela 16 – Agrupamentos de Autores Citados

Fator	N	EV	%Var	Var. Acum. (%)	Média de Citantes	Média de Citações	AUTORES REPRESENTATIVOS (POR VOLUME DE CITANTES)
#1	67	46,336	17,1	17,1	28,7	44,3	SCOTT, W. R.; MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; BERGER, P. L.; LUCKMANN, T.; HININGS, C. R.; GREENWOOD, R.; FERNANDES, B. H. R.;
#2	45	34,692	12,8	29,9	18,4	22,7	OLIVER, C.; SIMON, H. A.; WEBER, M.; MARCH, J. G.; PORTER, M. E.; CHANDLER, A. D.; LAMPEL, J.; CALDAS, M. P.
#3	48	34,112	12,6	42,5	34,2	50,3	POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J.; MEYER, J. W.; ROWAN, B.; ZUCKER, L. G.; VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. P.; TOLBERT, P. S.
#4	27	23,513	8,7	51,2	13,4	20,8	BOURDIEU, P.; FLIGSTEIN, N.; BURT, R. S.; WACQUANT, L. J. D.; BORGATTI, S. P.; EMIRBAYER, M.; KOPUT, K. W.; WASSERMAN, S.
#5	22	18,654	6,9	58,0	13,2	17,5	GRANOVETTER, M. S.; CLEGG, S. R.; GULATI, R.; RODRIGUES, S. B.; CASTELLS, M.; SMITH-DOERR, L.; NOHRIA, N.; UZZI, B.
#6	21	18,221	6,7	64,8	18,3	22,6	PFEFFER, J.; SALANCIK, G. R.; ALDRICH, H. E.; HANNAN, M. T.; PERROW, C. B.; FREEMAN, J. H.; HALL, R. H.; HIRSCH, P. M.
#7	11	8,556	3,2	67,9	9,9	15,2	FOUCAULT, M.; MOTTA, F. C. P.; GOFFMAN, E.; DAMATTA, R.; CROZIER, M.; HOFSTEDE, G.; SPINK, M. J. P.; WILLMOTT, H.
#8	12	7,857	2,9	70,8	18,7	30,2	WILLIAMSON, O. E.; NORTH, D. C.; COASE, R. H.; WINTER, S. G.; AZEVEDO, P. F.; FARINA, E. M. M. Q.; SAES, M. S. M.; ZYLBERSZTAJN, D.
M_{tot}	270 (253)	-	-	-	22,7	33,0	POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J.; SCOTT, W. R.; MEYER, J. W.; MACHADO-DA-SILVA, C. L.; ROWAN, B.; FONSECA, V. S.; BERGER, P. L.

Obs: N=número de autores no fator; EV = *Eigenvalue*; %Var.=Variância percentual; Var. Acum. (%)=Variância percentual acumulada. Ano de entrada diz respeito ao ano em que algum dos autores citados do respectivo fator foi citado pela primeira vez. M_{tot} = matriz bruta com os valores de co-citação para autores citados oito ou mais vezes. Entre parênteses, o montante de autores discriminados por meio da análise fatorial, considerando-se a matriz de co-citação bruta para autores citados oito ou mais vezes.

Fonte: resultados da pesquisa.

Outros agrupamentos agregam aspectos complementares, mas não menos importantes, à construção do campo em sua dimensão intelectual. No segundo agrupamento (#2) estão autores citados numa aproximação da teoria institucional com estudos em estratégia, mas com algum destaque para autores clássicos da sociologia que fornecem as bases dessa aproximação. O quarto fator (#4) é composto por autores associados a estudos sobre campos organizacionais, além daqueles ligados aos fundamentos das análises de redes sociais, aproximando a teoria institucional desse segmento de estudo. No quinto agrupamento (#5), predominam autores citados que aproximam a perspectiva institucional da temática de relacionamentos interorganizacionais. Na sexta partição da rede (#6) essa proximidade se dá com outras abordagens, com as quais sua conversação é promovida, como dependência de recursos, contingencialismo e ecologia populacional. E, por fim, nos últimos dois grupos, percebe-se a concentração de autores citados bastantes próximos da economia dos custos de transação e institucionalismo econômico na oitava partição (#8), enquanto no sétimo fator (#7), o menor de todos, situam-se autores citados utilizados em discussões associadas à cultura e análise do discurso.

Evidentemente, essa classificação possui imprecisões, pois em algumas situações acaba por envolver autores com menor representatividade no campo, e que por efeito do procedimento acabam enquadrados em uma das partições. No entanto, diante da predominância constatada em cada um deles, acredita-se que haja o suficiente para se perceber diferentes linhas de pesquisa e de fundamentação da perspectiva institucional, quando considerada ao longo de todo o período investigado nesse campo nos estudos organizacionais no Brasil. Como já mencionado anteriormente, estudos em profundidade e de caráter qualitativo poderiam agregar informações complementares situando a forma como essas referências são tratadas nas linhas de argumentação utilizadas nos estudos do campo, bem como seus pressupostos ontológicos e epistemológicos subjacentes.

Um aspecto interessante a destacar é o fato de muitos autores nacionais serem citados não necessariamente na mesma ênfase que atualmente atribuem na fundamentação de seus trabalhos, o que indica certo descolamento entre a produção do citante e seu uso enquanto fonte de referência. Possivelmente, isso é devido a certo espaçamento temporal entre o momento da produção e sua gradual incorporação no corpo de conhecimento vigente; haja vista os baixos índices de imediatismo e a ampliação da idade média das referências tratadas anteriormente, o que pode fazer com que mais alguns anos sejam necessários para que seja possível ponderar com mais segurança as implicações da produção atualmente em curso desses pesquisadores sobre a fundamentação do campo.

Duas questões permanecem abertas, tendo em vista essa configuração da dimensão intelectual: (i) como se caracterizou ao longo do tempo e (ii) se existe relação entre as unidades citadas e os autores citantes. Ambas procurarão ser respondidas na sequência, a começar pela primeira delas. A segunda questão será alvo de análise na seção que trata da interação entre as dimensões social e intelectual mais adiante.

4.2.2.1 As mudanças na base intelectual

A rede de co-citação, parcialmente representada na Figura 23 ($c=8$, $cc=3$), possui características que resultam do processo de construção do conhecimento científico, ao longo dos vários anos de produção intelectual. Em sua forma agregada, as relações entre autores citados apresentam a estrutura intelectual do campo, revelando uma configuração típica: média de laços bastante alta (62,8), distância média reduzida (1,785), alta densidade (0,2327)

e centralização (71,7%). Por outro lado, a rede de co-citação mantém forte tendência ao aninhamento local, expressos no coeficiente de agrupamento igual a 0,757⁴¹. Isso significa que a concentração de ligações ocorre menos no âmbito da coesão total da rede, mas em escopo local nos quais autores freqüentemente co-citados juntos tendem a se agregar revelando domínios de conhecimento específicos. Nesse percurso, fica claro que determinados autores respondem mais fortemente por essas características estruturais da rede de co-citação, possuindo alto grau de conectividade com muitos outros autores citados na base e/ou exercendo a intermediação entre os diferentes domínios de conhecimento gerados pelos agrupamentos mais específicos de citações. Trata-se de nós especiais conhecidos como demarcadores, distribuidores e pivôs (do inglês, *landmarks*, *hubs* e *pivotal points*).

Os nós demarcadores são aqueles altamente citados, ou com grande volume de citantes, o que indica sua alta centralidade de grau (*indegree*) na rede de incidência *two-mode* entre citantes e citados. Já os distribuidores são aqueles nós com alta centralidade de grau na rede de co-citações de autores, mantendo ampla gama de pares com os quais costumam ser citados. Por fim, os pivôs são autores citados que fazem a ponte entre partes diferentes da rede de co-citação, ligando domínios específicos de conhecimento da estrutura intelectual do campo. São, por essa razão, possuidores de alta centralidade de intermediação na rede de co-citação de autores.

Para a rede agregada correspondente a todo o período analisado ($c=8$; $cc=3$), pouca informação adicional é adicionada àquelas já previamente destacadas. Devido a sua proeminência e popularidade, não é surpresa que tenham sido caracterizados como demarcadores, distribuidores e pivôs (vide Tabelas 38 a 41 no Anexo C). Por essa razão, justifica-se investigar diferentes períodos de análise, construindo redes de co-citação delimitadas por anos específicos sobre as quais, após a aplicação de respectivos *thresholds*, os nós especiais foram avaliados. Nesse caso, para cada período os coeficientes de redução foram ajustados em função do tamanho e densidade dos relacionamentos de co-citação.

Evidentemente, esse procedimento possibilita a análise longitudinal da estrutura intelectual, para a qual foram calculados indicadores descritivos de coesão e centralidade por período (vide Tabela 17). Além disso, as partições geradas previamente pela análise fatorial foram transformadas em atributos dos nós nas redes por período, permitindo acompanhar a

⁴¹ Para a rede de co-citação sem a aplicação do segundo parâmetro de redução, as estatísticas são parecidas, embora com maior densidade (0,4386) e média de laços (118,4). O coeficiente de agrupamento ficou igual a 0,711, a distância média a 1,562 e a centralização a 55,44%.

transformação da base intelectual. A Figura 24 apresenta as redes de co-citação para os quatro períodos analisados, na qual a cor dos nós indica os diferentes agrupamentos de autores citados segundo os atributos originados das partições do procedimento de análise fatorial previamente calculados. Nela, os nós foram também diferenciados pelo tamanho segundo sua centralidade de intermediação, calculada para o período e com base na rede reduzida após a aplicação dos respectivos *thresholds*, (*c*, *cc* e *cco*).

Tabela 17 – Estatística Descritiva das Redes de Co-Citação por Período

	P1	P2	P3	P4
	1993-1998	1999-2001	2002-2004	2005-2007
	<i>M_{tot}</i>	<i>M_{tot}</i>	<i>M_{tot}</i>	<i>M_{tot}</i>
Autores	249	678	1.798	2.611
Laços	18.578	38.056	129.978	236.182
Média de Laços	74,61	56,13	72,29	90,457
Centralização	69,26%	63,98%	65,72%	63,63%
Densidade	0,3008	0,0829	0,0402	0,0347
Coef. Agrup.	0,899	0,903	0,896	0,896
Distância Média	1,706	2,049	2,174	2,141
Diâmetro	3	3	4	3

Obs: Os valores foram calculados para as redes de co-citação de cada período sem a aplicação de *thresholds*.

Fonte: resultados da pesquisa.

Na comparação entre os períodos, vê-se que as redes de co-citação se tornam cada vez menos densas, o que pode ter ocorrido por várias razões. A primeira e mais óbvia é o aumento no número de autores citados devido à multiplicação da produção científica ao longo do tempo, o que amplia o volume de laços possíveis, fazendo a densidade cair. Porém esse efeito pode ser reflexo da redução que se observa tanto no número como na média de laços de co-citação, ou seja, redução no volume de co-citações, a qual pode ter sido causada pelo decréscimo do número de referências por artigo ao longo dos períodos. Restrições quanto a limitações de páginas para o envio de trabalhos, especialmente para eventos, pode estar contribuindo para esse fenômeno, embora não se descarte a possibilidade de que possa estar ocorrendo alteração no comportamento de citação dos pesquisadores ao longo do tempo, selecionando-se mais eficientemente as referências a serem incluídas em seus textos.

Por outro lado, a redução da densidade pode ter sido produzida pela própria organização da estrutura intelectual do campo que, ao invés de promover o cruzamento intensivo entre bases de fundamentação, com o tempo passou a melhor definir seus contornos, intensificando certos pares de co-citação, em detrimento de outros, conformando um núcleo principal da abordagem circundado por desdobramentos analíticos complementares, associados a diferentes temáticas ou áreas do conhecimento. Isso parece convergir com o perfil das redes em cada período, que apresentaram centralização alta e declinante, em torno desse núcleo, acompanhadas, por um lado, de alta conectividade local nas ramificações de aplicação

analítica da abordagem como parece sugerir o coeficiente de agrupamento, e, por outro, do incremento sofrido da distância média entre os laços ao longo do tempo. As representações de co-citação na Figura 24 também condizem com esse raciocínio e seus aspectos mais salientes são comentados a seguir. Foram eliminados das figuras, os autores citados que permaneceram isolados ou ligados a apenas um par de co-citação após a aplicação dos *thresholds*⁴².

Desde já, vale ressaltar que o tamanho dos nós nas representações da estrutura intelectual não sugere intensidade de relacionamento entre domínios distintos de conhecimento, intensidade mais bem percebida pela concentração de laços num espaço da rede. Indicam apenas que há desdobramentos da abordagem que articulam diferentes bases de fundamentação, os quais, dadas as restrições estruturais impostas à rede, são evidenciados pelo papel mediador assumido por determinado autor, mesmo que apresente poucas ligações com outros autores citados.

A rede de co-citação do primeiro período ressalta o papel de intermediação de alguns autores, especialmente Greenwood e Hinings. Juntamente com outros circundados na figura podem ser considerados pivôs por demonstrarem alta centralidade de intermediação evidenciada, nesse caso, pela posição de aproximação entre a abordagem cognitiva da mudança e estratégia (em azul) e a própria teoria institucional, combinadas como quadro de referência teórico nos estudos organizacionais. Na parte inferior da figura, também é possível notar que Scott e Berger, dois autores centrais da abordagem, fizeram par de co-citação com outros autores ligados a estudos de controle e poder, frente de pesquisa que se desenvolveu no período posterior.

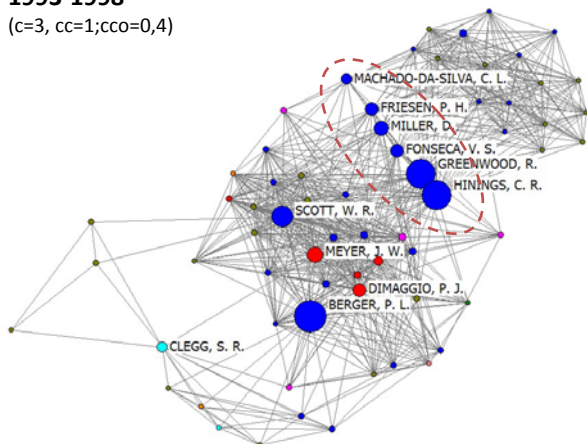
O segundo período apresentou desenvolvimento estrutural diferente, em relação ao anterior, percebido por meio de desdobramentos do centro para as extremidades. Nesse período é possível notar o estabelecimento de conexões com bases de referência diversificadas e que, desse momento em diante, foram incorporando-se na estrutura cognitiva da perspectiva institucional. É o que se percebe com a proximidade da teoria com autores ligados a estudos sobre dependências de poder (na parte superior e à direita) e, de maneira menos incisiva, com elementos do novo institucionalismo econômico (em amarelo), apenas marginalmente presente no campo. É possível perceber também a exploração da relação de questões ligadas à pesquisa institucional com outras abordagens dos estudos organizacionais, especialmente a dependência de recursos (em rosa), mas o mais interessante é notar que o

⁴² Os critérios para a definição dos *thresholds* foram os mesmos utilizados para a rede de co-citação agregada, que considera, conjuntamente, dados dos quatro períodos analisados.

núcleo central da rede é definido por três agrupamentos de autores que, embora próximos, mantiveram certo distanciamento. Além deste último, percebe-se a forte presença de autores clássicos da perspectiva (em vermelho) e daqueles ligados à abordagem cognitiva da mudança e estratégia (em azul). Isso leva a crer que os estudos desse período ensaiaram os primeiros passos em direção a maior integração temática que, ainda nesse momento, não se mostra completamente. Até aqui, a noção de conversação entre abordagens, como apresentada em alguns artigos do período, parece ser a melhor forma de representar a base intelectual vigente.

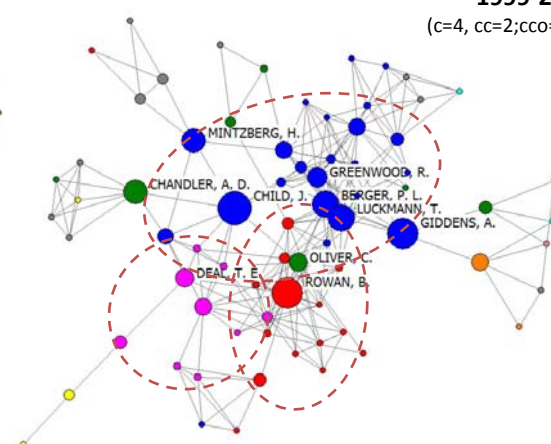
1993-1998

($c=3$, $cc=1$; $cco=0,4$)



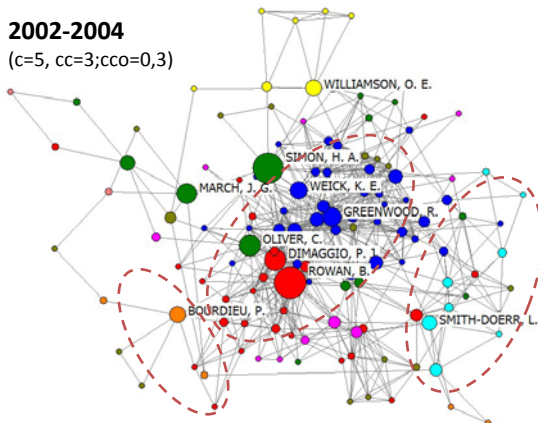
1999-2001

($c=4$, $cc=2$; $cco=0,4$)



2002-2004

($c=5$, $cc=3$; $cco=0,3$)



2004-2007

($c=7$, $cc=5$; $cco=0,3$)

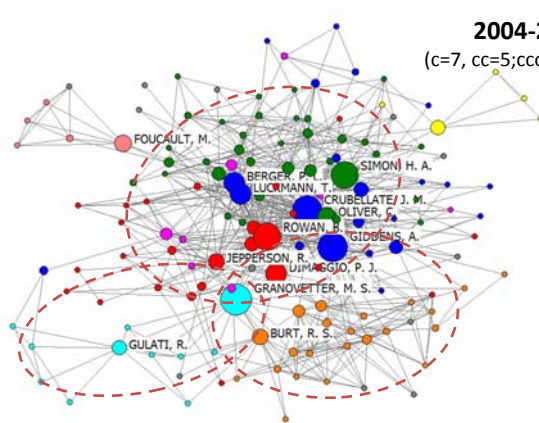


Figura 24 – Redes de Co-Citação por Período

Fonte: resultados da pesquisa.

Nos terceiro e quarto período, a transformação da base intelectual parece ter-se consolidado. Primeiramente, percebe-se a compactação do núcleo da abordagem, agregando, além daqueles autores mais centrais, uma série variada de outros autores, normalmente associados a diferentes temáticas. Isso reflete a propagação da abordagem em termos quantitativos, mas principalmente em termos de sua aplicabilidade no estudo de diferentes questões, como mudança e cultura organizacional, responsabilidade social corporativa, sistemas de gestão, inovação e práticas organizacionais, entre outros. Houve agregação da

abordagem com outros temas da área, como internacionalização e alianças estratégicas e relacionamentos interorganizacionais (em azul claro), ao passo que novas leituras da abordagem fizeram sua aproximação com a questão da estruturação de campos organizacionais, sob enfoque teórico amparado em Bourdieu (em laranja). A relação indireta com o novo institucionalismo econômico (em amarelo) ainda existe, mas continua limitada perifericamente nos estudos organizacionais no âmbito da perspectiva institucional. Por fim, ao contrário do que se viu no segundo período, agora o núcleo da abordagem se apresenta mais multifacetado. A definição clara entre as fronteiras entre agrupamentos não mais têm sentido, podendo significar a ampliação aceita pelos pesquisadores do poder explicativo da teoria, que não mais está focada na conversação, mas no envolvimento de outras dimensões sobre seu espectro. A própria aproximação entre os estudos organizacionais e estratégia (em verde), discutidos no referencial deste trabalho, é reforçada ao se observar esse quadro. Distintamente, autores ligados à ecologia populacional, dependência de recursos e contingencialismo (em rosa) tiveram espaço reduzido na estrutura intelectual do campo.

Todos esses aspectos resultam em novos desdobramentos no quarto e mais recente período. Nota-se, inicialmente a aproximação entre vários segmentos teóricos: campos organizacionais com o estruturacionismo e análise de redes sociais (em laranja). O mesmo parece ocorrer com o interesse por relacionamentos interorganizacionais (em azul claro) que aparece mais bem definido, nesse momento, enquanto quadro de referência articulado com a perspectiva institucional. Além disso, é também notável a inserção do estruturacionismo de modo mais central no campo, visto por meio da posição de intermediação assumida por Giddens e Crubellate. A aproximação dos fundamentos da perspectiva institucional com os estudos em estratégia é evidenciada, embora pareça estar mais associado a aspectos específicos; abordagens tradicionais de estratégia, ao menos em parte, são deslocadas para uma região mais periférica no campo, na medida em que a perspectiva de análise se altera para questões ligadas às práticas dos atores estratégicos, bem como da relação com o conceito de capital social, entre outros.

Os aspectos evidenciados nas redes de co-citação⁴³ parecem bem demonstrar as mudanças ao longo do tempo. Observando as relações entre os autores citados mais centrais com as ramificações da rede e sua categorização resultante da análise fatorial, foi possível

⁴³ É importante destacar que a interpretação apropriada das redes de co-citação requer o apoio de outras informações, como as medidas de centralidade dos autores (vide Anexo C), bem como sua popularidade e proeminência (vide Anexo D e G). Evidentemente, o estudo qualitativo do conteúdo do campo complementaria em profundidade o desenvolvimento intelectual da perspectiva institucional nos estudos organizacionais.

perceber que a base de referência que atualmente representa a perspectiva institucional sofreu transformações, tanto no sentido de seu refinamento teórico, envolvendo ou fazendo a comunicação com outras perspectivas, como também temático. As diferenças entre cada período e aquela rede agregada permitem também refletir sobre a dinâmica dessas mudanças, já que a base de referências consolidada como estrutura de conhecimento ao longo do tempo, é também recurso cognitivo para a produção de novos trabalhos. No entanto seria exagerado afirmar que todo o trabalho de criação intelectual resulta de habilidades mentais dos pesquisadores; por essa razão, partiu-se para a investigação da influência mútua entre as dimensões social e intelectual nesse processo de construção do conhecimento científico.

4.3 INTERAÇÃO DAS DIMENSÕES SOCIAL E INTELECTUAL

Conforme recorrentemente recapitulado ao longo deste trabalho, admite-se que o processo de construção do conhecimento envolve a influência recíproca entre as dimensões social e intelectual. Em face desse pressuposto, tem sentido esperar que, entre outros aspectos, pesquisadores que compartilham relacionamentos tenham maiores chances de desenvolver perspectivas comuns e que orientam sua produção científica. Sendo esse o caso, diferenças de ênfases e de fundamentos poderão estar expressas, em certa medida, na base de referências que um determinado conjunto de pesquisadores apresenta em sua produção tomada de modo agregado.

Questões como essa foram tratadas nesse tópico investigando-se, primeiramente, a delimitação de agrupamentos de pesquisadores com relação à sua estrutura intelectual. Empiricamente, isso foi realizado a partir da verificação, ao longo do tempo, de diferenças entre os componentes de co-autoria quanto a sua respectiva estrutura intelectual, consideradas por meio de redes de co-citação, volume de autocitações e popularidade de textos e autores.

Posteriormente, a convergência entre agrupamentos de pesquisadores e a base intelectual que compartilham foi analisada, avaliando-se a propensão da afinidade intelectual entre pesquisadores estar relacionada aos laços de co-autoria que estabelecem entre si.

Efeitos ligados ao encadeamento temporal das transformações da base intelectual foram também investigados, verificando-se a influência dos padrões de citação de períodos precedentes sobre os subseqüentes, ou seja, nas condições que influenciam a popularidade e proeminência de unidades citadas ao longo do tempo. Por fim, a produção científica nacional será contrastada com aquela realizada internacionalmente nesse mesmo período de investigação, tendo em vista os principais textos e autores utilizados como referência, de

modo que se possa refletir se há condicionamento da pesquisa em âmbito dos estudos organizacionais no Brasil em função daquela realizada no exterior.

4.3.1 Compartilhamento da Base de Referências e Delimitação de Fronteiras

Conhecer a delimitação de agrupamentos de pesquisadores com relação à sua estrutura intelectual implica verificar a possibilidade de existirem diferenças entre a base de referências utilizada entre conjuntos distintos de pesquisadores, conforme organizados em componentes de co-autoria. Assim, foram construídas redes de incidência (*two-mode*) entre os cinco maiores componentes da rede de co-autoria, apresentados previamente, e os autores por eles citados. Posteriormente, calculou-se o volume de laços recebidos por cada autor citado (*indegree*), para que fossem diferenciados quanto ao seu grau de compartilhamento entre os componentes. Nesse caso, cinco é o grau máximo possível de ser observado para um autor citado, indicando que pertence à base de referências de todos os maiores componentes da rede. A Figura 25 apresenta a rede resultante, com a cor dos nós indicando seu grau de compartilhamento entre os componentes.

Nota-se que o maior volume de referências compartilhadas possui grau igual a dois e ocorre entre os dois maiores componentes (Principal e 2.Comp.), o que já era esperado em função de serem os maiores produtores de trabalhos científicos, muitos deles com temas em comum, como campos organizacionais e institucionalização de práticas. No entanto o que chama atenção são os raros autores citados com alto grau de compartilhamento, de grau quatro ou cinco. A grande maioria deles são nós já previamente identificados como demarcadores (vide Tabela 40 Anexo C), e que compõem as bases fundamentais da abordagem. Mas apenas três se destacaram no compartilhamento entre todos os componentes: Machado-da-Silva, Fonseca e Fernandes (indicados em vermelho, com grau cinco).

Tal resultado converge para o fato de Machado-da-Silva ser o pioneiro no uso da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, com texto publicado em 1991 (Caldas e Fachin, 2007). Desde então, este pesquisador vem-se dedicando ao estudo de fenômenos organizacionais à luz dessa perspectiva, tendo influenciado gerações de orientandos, dentre os quais Fonseca, Fernandes e Vieira. Inicialmente com Fonseca e, depois, com a colaboração de Fernandes, diversos trabalhos foram produzidos por Machado-da-Silva no início do período aqui investigado, iniciando a difusão da perspectiva institucional. Possivelmente em razão disto, além de promoverem o desenvolvimento do componente

principal do campo, ao longo do processo de consolidação desta perspectiva, estes autores firmaram-se como fonte de referência em todos os principais agrupamentos de pesquisadores.

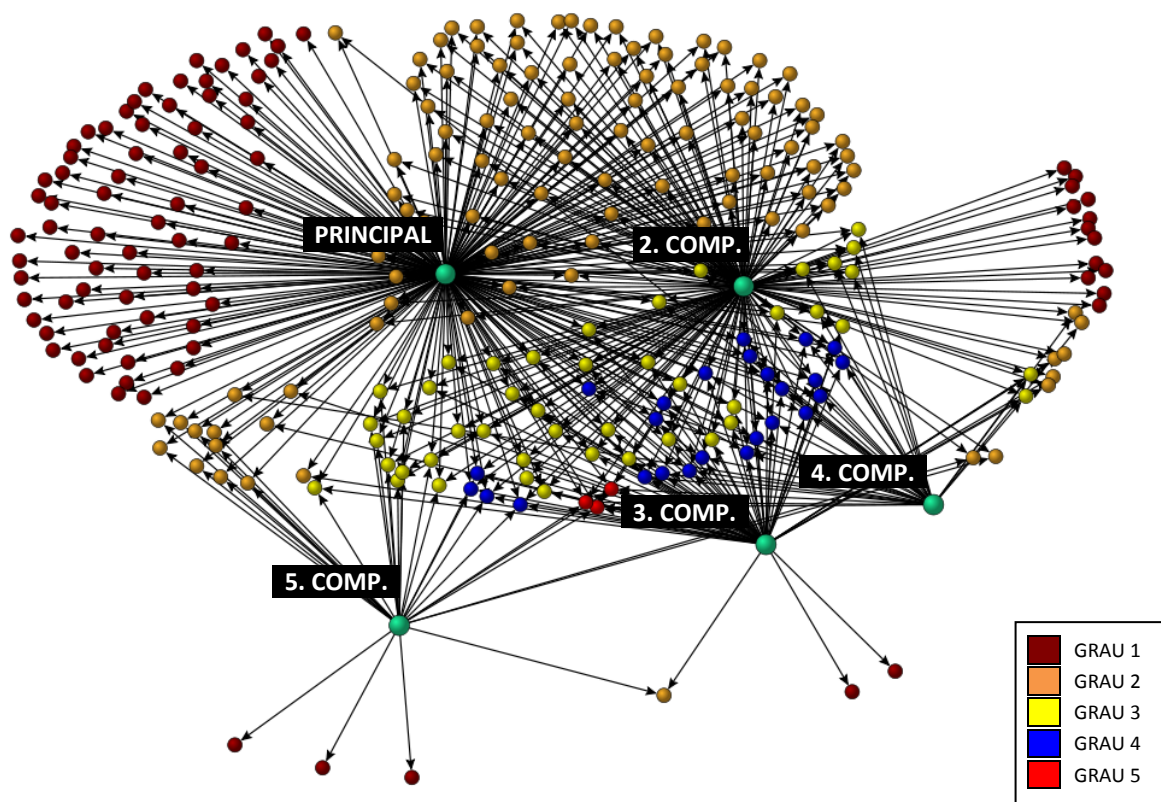


Figura 25 – Rede *two-mode* para Maiores Componentes e Autores Citados

Fonte: resultados da pesquisa a partir dos autores citados oito ou mais vezes entre os textos citantes.

Tal aspecto pode ser verificado por meio das citações cruzadas entre os diferentes componentes da rede de co-autoria ao longo do tempo. Conforme se observa nas Tabelas 43 e 44 no Anexo C, os pesquisadores do componente principal foram os mais citados ao longo de todo o período investigado, a considerar a produção dos cinco maiores agrupamentos de autores. Proporcionalmente, isso é notável, em especial, quando se observam os agrupamentos menores que, tanto para os pesquisadores quanto para as obras, atribuíram maior volume de citações ao componente principal, indicando sua difusão enquanto quadro de referência no campo em praticamente todos os períodos. Exceção feita ao período 2004-2007 e àquelas citações originadas do segundo maior componente, em que a proporção é maior para este último.

Mais uma vez, cabe destacar que esse aspecto aponta a relevância da produção nacional como fundamentação de novos trabalhos, embora limitada em volume, quando comparada ao grande número de autores estrangeiros compondo essa base.

No entanto essas informações não possibilitam fazer distinções entre os componentes quanto ao conteúdo de sua base de referência, a ponto de se afirmar que o grau de compartilhamento é suficientemente alto, a ponto de cada um deles possuírem ou não estrutura intelectual distintiva que revele sua especificidade no delineamento do campo.

Para que isso fosse possível, outros procedimentos tiveram de ser realizados. Primeiramente, (i) exploraram-se as redes de co-citação ao longo do tempo para os maiores componentes. Depois, (ii) o volume de autocitações foi levantado, para que fosse possível verificar a existência de citações cruzadas entre componentes, bem como seu respectivo grau de auto-referência. Por fim, restringindo-se apenas aos dois maiores componentes, (iii) avaliaram-se em maior profundidade os textos e trabalhos mais difundidos em cada um deles ao longo dos períodos analisados.

Observando-se a Figura 26, percebe-se que a transformação da estrutura intelectual do componente principal é bastante similar à da rede de co-citações como um todo. Por esse componente responder por 33,1% dos artigos e pela maior parte das referências realizadas no campo⁴⁴, esse resultado não é surpreendente. Nota-se que, ao longo dos períodos analisados, os autores mais tradicionais da perspectiva institucional foram ganhando proeminência, ao passo que a área se foi tornando mais integrada no componente. Assim como na análise da rede de co-citações agregada, no componente principal percebe-se que a inicial conversação entre abordagens foi gradualmente compondo um núcleo fundamental que, nos últimos anos, faz conexões com outras perspectivas. Nesse período, a aproximação com a análise de redes sociais é destacada, bem como a expressão de autores ligados ao estruturacionismo, os quais por estarem mais centrais tendem a ser utilizado nas conexões entre os diferentes domínios de conhecimento estudados por esse componente.

Ao que indica pela comparação com os demais componentes, a formação da base intelectual do componente principal é única, não sendo representada em nenhum dos demais. Como é possível perceber, embora compartilhem certos elementos, todos tiveram uma construção diferenciada que lhes atribuíram uma configuração própria.

⁴⁴ O componente principal responde por 45,3% de todas as referências citadas oito ou mais vezes, enquanto o segundo maior componente por 23,3%. Com relação a autores citados, essa distribuição é, respectivamente, 44,0% e 22,2%, para o componente principal e segundo maior.

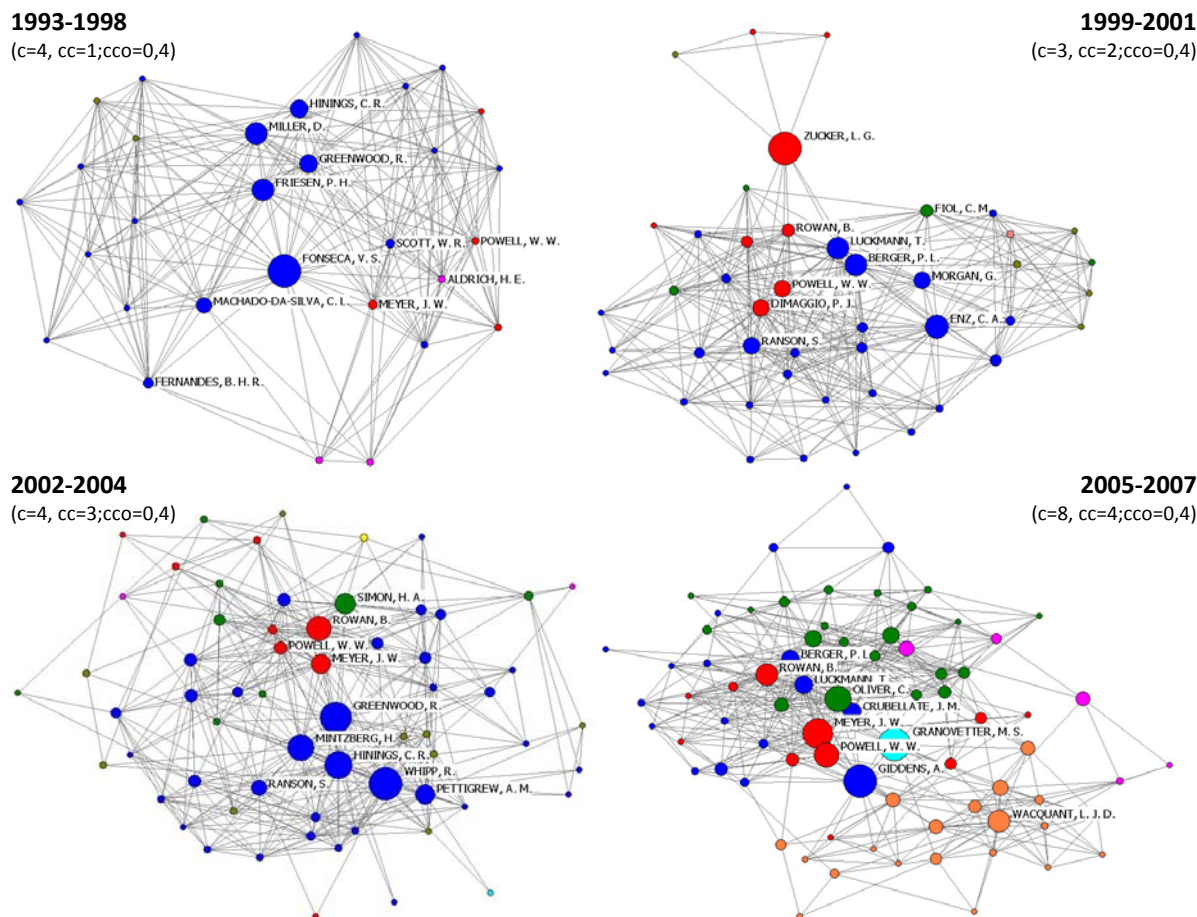


Figura 26 – Redes de Co-citação para o Componente Principal

Fonte: resultados da pesquisa.

Tomando-se como foco o segundo maior componente, embora com um trabalho publicado no primeiro período, a construção de sua base intelectual se inicia, mais propriamente, a partir de 1999, com os trabalhos de Vieira, Carvalho, Lopes e Lima. Por essa razão apresenta aspectos iniciais diferentes daqueles do componente principal (vide Figura 27). No presente caso, os autores considerados clássicos nos estudos em que a abordagem institucional é a perspectiva analítica predominante apresentam-se centralmente na rede de co-citação. No período 1999-2001, nota-se que os nós em azul são autores citados que correspondem a pesquisadores situados no componente principal, cujos trabalhos publicados também aparecem com algum destaque. Por fim, chama a atenção, na parte superior da figura, a existência de autores de agrupamentos de co-citação variados, mas que foram vinculados à perspectiva institucional conforme tratada nesse componente. Destacam-se Bourdieu, nos estudos sobre campos sociais e Foucault e Clegg, em discussões acerca de dependências de poder na abordagem.

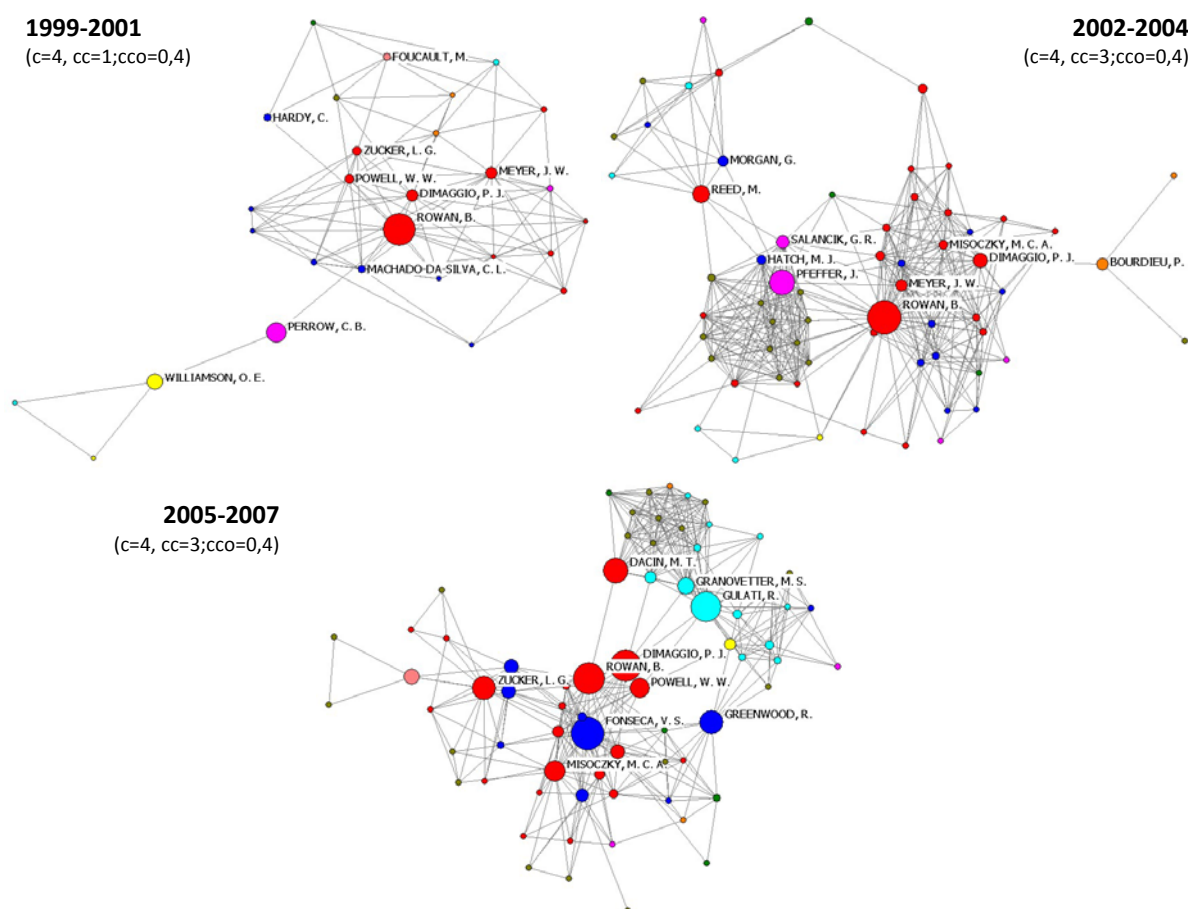


Figura 27 – Redes de Co-citação para o Segundo Maior Componente

Fonte: resultados da pesquisa

Nos anos seguintes, esses aspectos continuaram a ganhar forma, de modo a delinear, no quarto período, dois conjuntos de referências que convergem na fundamentação de parte dos trabalhos desse componente: um mais central no qual constam os autores considerados clássicos da perspectiva institucional em organizações, além de outros pesquisadores do próprio componente, e mais à direita, um conjunto de autores citados especialmente associados a redes interorganizacionais. No entanto, no terceiro período, porém, esse aspecto ainda estava em formação na base intelectual do componente, cuja centralidade continuava com os autores mais difundidos nos estudos da área, com desdobramentos que associavam esse referencial a discussões sobre campos organizacionais e estruturas de poder. Na representação ao alto e à esquerda da Figura 27, percebe-se, ainda, um conjunto de ligações entre autores citados e que aproximam a perspectiva institucional conforme tratada por esse componente a temas associados a relacionamentos interorganizacionais.

Os demais componentes, por terem produção científica limitada, não fornecem informações em volume suficiente para uma análise segura de seu domínio intelectual. No entanto, algumas observações puderam ser realizadas.

O terceiro maior componente teve entrada tardia no campo e por isso apenas duas representações (vide Figura 28) puderam ser realizadas, cada uma delas envolvendo referências de três e quatro artigos, respectivamente, em cada período. O componente não aparenta estar tão centrado em autores tradicionais da teoria institucional, embora eles estejam presentes nas representações de sua estrutura intelectual. Enquanto no primeiro momento, a representação não apresenta padrões discerníveis, no segundo período fica mais evidente a distinção entre duas bases de fundamentação. No entanto a porção direita da figura possui autores com pouca representatividade no campo. Devido ao pequeno volume de publicações do componente, e por essas referências estarem altamente conectadas, além de não figurarem entre aquelas incluídas nos agrupamentos resultantes da análise fatorial, é provável que sejam específicas da fundamentação de temas tratados por artigos desse componente⁴⁵. Já, na porção esquerda, o que se observa é a conexão de alguns autores tradicionais da teoria institucional e do segundo maior componente com outros ligados aos estudos de relações interorganizacionais; no entanto, mais uma vez a estrutura mostra-se confusa. Outros autores institucionalistas também compõem a base de referência do componente, mas por serem pouco compartilhados, não foram suficientes para sua inclusão devido aos *thresholds* adotados.

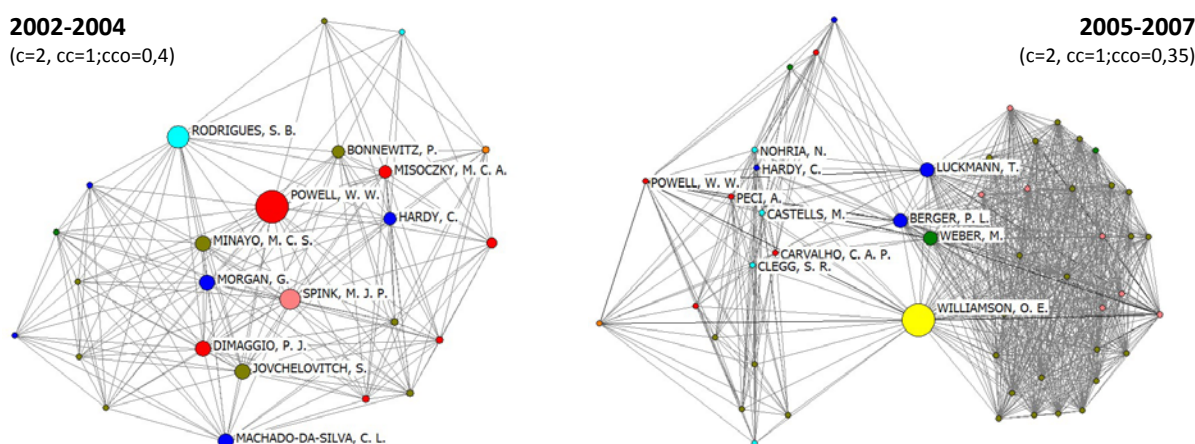


Figura 28 – Redes de Co-citação para o Terceiro Maior Componente

Fonte: resultados da pesquisa

Por fim, para os demais componentes não foram criadas redes de co-citação, por sofrerem das mesmas limitações, em termos de representação que as consideradas para o anterior, mas que são acentuadas devido a que a sua produção é ainda menor. De qualquer

⁴⁵ Posteriormente, essas referências foram verificadas como se tratando de temas associados à política e corrupção, não estando diretamente associadas ao desenvolvimento teórico da abordagem.

modo, cabe apenas destacar que o quarto maior componente se apresentou caracterizado por fazer referência principalmente aos dois maiores agrupamentos de autores citados gerados no procedimento de análise fatorial, sem evidência de agregação com outras perspectivas mais salientes de análise. O quinto componente, por sua vez, já sem atividade de produção científica no campo, apresentou forte sustentação com autores do novo institucionalismo econômico em sua base de referências.

Os dados dispostos por meio das redes de co-citação para os maiores componentes de co-autoria entre pesquisadores indicam que certo grau de especificidade nas estruturas cognitivas de cada um deles, sugerindo ser possível compreendê-los como unidades distintas, com contornos sociais e intelectuais próprios, especialmente os dois maiores. As conexões entre aspectos específicos da base de conhecimento subjacentes a cada um deles expressam também delineamentos apropriados às preferências dos pesquisadores que neles se inserem, o que resulta na atribuição de perfil distintivo quanto ao modo como a perspectiva institucional se apresenta para a análise de fenômenos organizacionais. Acredita-se que, mediante estudo qualitativo de conteúdo, esses aspectos podem ser devidamente aprofundados, revelando com maior clareza o escopo de distinções ou divergências entre pressupostos ontológicos e epistemológicos no interior ou entre diferentes conjuntos de pesquisadores; no momento, porém, a delimitação dos componentes com relação a sua base intelectual também foi avaliada por meio do volume de autocitações.

As autocitações são referências realizadas pelos pesquisadores em trabalhos por eles produzidos. Como o tratamento que se está atribuindo nesse momento foca nos maiores componentes da rede de co-autoria, foram consideradas autocitações aquelas referências dirigidas a autores do mesmo componente no qual se situa o pesquisador citante.

Considerando as referências a pesquisadores dos cinco maiores componentes, foram identificadas 1.734 autocitações no campo investigado, as quais se referem a 69 autores que produziram artigos no âmbito da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, 1,7% do total de autores citados. Na Tabela 18 estão organizados os dados referentes às citações cruzadas entre os componentes, com citantes nas linhas e citados nas colunas. As áreas sombreadas indicam o volume absoluto e relativo de autocitações de autores.

Tabela 18 – Citações Cruzadas e Autocitações de Autores

		CITADOS										
COMP.		1		2		3		4		5		Total
CITANTES	1	736	92,46%	57	7,16%	0	0,00%	2	0,25%	1	0,13%	796
	2	111	24,29%	337	73,74%	0	0,00%	9	1,97%	0	0,00%	457
	3	18	36,73%	24	48,98%	2	4,08%	3	6,12%	2	4,08%	49
	4	20	54,05%	14	37,84%	0	0,00%	3	8,11%	0	0,00%	37
	5	3	13,04%	0	0,00%	0	0,00%	1	4,35%	19	82,61%	23
	OUTROS	228	61,29%	132	35,48%	0	0,00%	4	1,08%	8	2,15%	372
Total		1116	64,36%	564	32,53%	2	0,12%	22	1,27%	30	1,73%	1734

Obs: Os cinco maiores componentes foram numerados de 1 a 5. Todos os demais foram reunidos na categoria “outros”.

Fonte: resultados da pesquisa.

Comparando-se os dois maiores componentes, verifica-se que a diferença entre o volume de citações que realizam um ao outro e as autocitações é bastante acentuada. No entanto, por essas autocitações se referirem a autores e, portanto, não distinguem se o trabalho do autor citado pertence ou não à base de artigos do campo, investigou-se também as autocitações de artigos produzidos pelos próprios componentes, conforme apresentados na Tabela 19.

Tabela 19 – Citações Cruzadas e Autocitações de Trabalhos

		CITADOS										
COMP.		1		2		3		4		5		Total
CITANTES	1	356	92,23%	27	6,99%	0	0,00%	2	0,52%	1	0,26%	386
	2	53	21,20%	192	76,80%	0	0,00%	5	2,00%	0	0,00%	250
	3	8	25,81%	18	58,06%	2	6,45%	1	3,23%	2	6,45%	31
	4	10	50,00%	7	35,00%	0	0,00%	3	15,00%	0	0,00%	20
	5	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%	13	86,67%	15
	OUTROS	89	52,98%	71	42,26%	0	0,00%	4	2,38%	4	2,38%	168
Total		517	59,43%	315	36,21%	2	0,23%	16	1,84%	20	2,30%	870

Obs: Os cinco maiores componentes foram numerados de 1 a 5. Todos os demais foram reunidos na categoria “outros”.

Fonte: resultados da pesquisa.

Acredita-se que quanto maior for a taxa de autocitação e mais elevada for sua diferença com relação ao volume de citações direcionadas a autores de outros componentes da rede, maiores são as condições para a compreensão dos componentes, enquanto espaços distintos não apenas socialmente como também intelectualmente. Tal situação pode indicar que autores apresentem a tendência de considerar as contribuições de outros pesquisadores que integram o seu respectivo componente como mais significativas e, portanto, mais adequadas para a fundamentação de seus trabalhos. Além disso, as autocitações dos componentes podem indicar a existência de continuidade na pesquisa científica, requerendo a referência de outros textos precedentes. Como se vê, os dados dispostos nas Tabelas 18 e 19 expõem exatamente essa situação, especialmente quando vislumbradas as citações cruzadas entre os dois maiores componentes. Ambos apresentam uma taxa de autocitação muito superior àquela que indica as

citações de autores ou trabalhos do outro componente. O mesmo não é percebido para os demais pares de componentes, os quais dividem suas citações entre os dois maiores, embora o terceiro e quarto maiores componentes direcionem maior proporção de citações ao segundo maior componente do campo, especialmente quando são observados os trabalhos citados.

Considerando apenas os dois maiores componentes, vale notar que o componente principal manteve taxas muito elevadas de autocitação ao longo de praticamente todos os quatro períodos investigados, com poucas citações direcionadas ao segundo maior componente, as quais não ultrapassaram 12%, tanto no que concerne a autores, quanto a trabalhos por eles produzidos (vide Tabela 44 e Tabela 45 no Anexo C). Já no sentido inverso, das citações recebidas por pesquisadores do primeiro componente por outros situados no segundo, observou-se que, ao longo do tempo, foram gradativamente reduzindo de mais de 30% entre os anos de 1999 a 2001, para cerca de 17% último período, seja considerando autores ou trabalhos. Já as taxas de autocitação do segundo componente apresentaram crescimento, mas permaneceram em torno de 75%. Tais dados apontam a possibilidade de ter ocorrido um afastamento gradual entre os dois componentes de modo a acompanhar suas escolhas intelectuais. Colocadas ao lado com o que fora observado por meio das redes de co-citação, as informações sobre as citações cruzadas sugerem que as diferenças de perspectiva entre os dois conjuntos de pesquisadores se foram acentuando com o tempo.

Essa separação entre os dois maiores componentes pode ainda ser reforçada a partir da comparação entre autores e textos mais citados por eles (vide Tabela 20 e Tabela 21). Considerando o período mais recente, compreendido pelos anos de 2005 a 2007, é notável a desproporcionalidade das citações cruzadas entre representantes dos componentes, conforme já evidenciado de modo agregado.

Tabela 20 – Textos e Autores Mais Citados pelo Componente Principal (2005-2007)

AUTORES CITADOS	TCn	%Cn	TRABALHOS CITADOS	TCn	%Cn
928	50	-	973	50	-
DIMAGGIO, P. J.	46	92,00%	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	38	76,00%
POWELL, W. W.	45	90,00%	MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	29	58,00%
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	41	82,00%	GIDDENS A, 1984, THE CONSTITUTION OF	26	52,00%
FONSECA, V. S.	39	78,00%	SCOTT WR, 2001, INSTITUTIONS AND ORG	26	52,00%
SCOTT, W. R.	38	76,00%	BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	21	42,00%
MEYER, J. W.	36	72,00%	OLIVER C, 1991, ACAD MNGMT REV, V16, P145	20	40,00%
CRUBELLATE, J. M.	30	60,00%	MACHADO-DA-SILVA CL, 2005, RAC REV ADM CONT, V9, P9	19	38,00%
ROWAN, B.	29	58,00%	WEICK KE, 1969, THE SOCIAL PSYCHOLOG	17	34,00%
GIDDENS, A.	26	52,00%	GRANOVETTER MS, 1985, AM JN SOC, V91, P481	16	32,00%
OLIVER, C.	22	44,00%	TOLBERT PS, 1996, THE INSTITUTIONALIZA	14	28,00%
GRANOVETTER, M. S.	22	44,00%	SIMON HA, 1945, ADMINISTRATIVE BEHAV	13	26,00%
WEICK, K. E.	21	42,00%	WEBER M, 1968, ECONOMY AND SOCIETY	13	26,00%
LUCKMANN, T.	21	42,00%	BORGATTI SP, 2002, UCINET FOR WINDOWS S	12	24,00%
BERGER, P. L.	21	42,00%	WHITTINGTON R, 1992, JN MNGMT ST, V29, P693	12	24,00%

Obs: TCn = Quantidade de trabalhos citantes; %Cn = Percentual de trabalhos citantes em relação ao total do período.

Fonte: resultados da pesquisa.

No componente principal, três dos autores mais difundidos são integrantes de sua própria rede de colaboração: Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate, citados pela grande maioria dos trabalhos produzidos por pesquisadores desse mesmo componente, estando presentes, respectivamente, em 82,0%, 78,0% e 60,0% dos artigos publicados no período. No entanto, dois deles nem sequer estão entre os autores proporcionalmente mais citados ou mais difundidos do segundo maior componente. A exceção é Fonseca, mas que conta com um índice mais modesto de popularidade nos trabalhos, 37,04%, em relação ao alcançado no componente principal.

Tabela 21 – Textos e Autores Mais Citados pelo Segundo Componente (2005-2007)

AUTORES CITADOS 431	TCn 27	%Cn -	TRABALHOS CITADOS 471	TCn 27	%Cn -
POWELL, W. W.	21	77,78%	MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	12	44,44%
DIMAGGIO, P. J.	20	74,07%	SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	10	37,04%
MEYER, J. W.	16	59,26%	BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	9	33,33%
VIEIRA, M. M. F.	15	55,56%	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	9	33,33%
SCOTT, W. R.	15	55,56%	DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	8	29,63%
CARVALHO, C. A. P.	14	51,85%	GRANOVETTER MS, 1985, AM JN SOC, V91, P481	8	29,63%
ROWAN, B.	14	51,85%	VIEIRA MM, 2003, CAMPOS ORGANIZACIONA	8	29,63%
FONSECA, V. S.	10	37,04%	DIMAGGIO PJ, 1991, INTRODUCTION	7	25,93%
GULATI, R.	9	33,33%	GULATI R, 1999, AM JN SOC, V104, P1439	6	22,22%
MISOCZKY, M. C. A.	9	33,33%	POWELL WW, 1991, THE NEW INSTITUTIONA	6	22,22%
BERGER, P. L.	9	33,33%	SELZNICK P, 1957, LEADERSHIP IN ADMINI	6	22,22%
LUCKMANN, T.	9	33,33%	UZZI B, 1997, ADM SCI Q, V42, P35	6	22,22%
GRANOVETTER, M. S.	8	29,63%			
GREENWOOD, R.	8	29,63%			

Obs: TCn = Quantidade de trabalhos citantes; %Cn = Percentual de trabalhos citantes em relação ao total do período.

Fonte: resultados da pesquisa.

O inverso também é verdadeiro. Três autores integrantes da rede de colaboração do segundo maior componente estão entre os mais difundidos nos textos produzidos por autores de sua rede de cooperação. Vieira, Carvalho e Misoczky estão presentes, respectivamente, em 55,56%, 51,85% e 33,33% dos artigos publicados no período; porém, quando observados no componente principal, aparecem em situação bem menos destacada, não figurando entre os mais citados ou mais difundidos. Reflexo disso é a não inclusão do trabalho de Vieira (2003) entre os mais populares no componente principal, assim como o texto de Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005) não constar dentre os mais citados ou difundidos no segundo componente. Esses dados se repetem para os diferentes períodos e podem ser conhecidos nas tabelas disponíveis nos Anexos E e F, para os trabalhos citados, e H e I, para os autores.

Ampliando-se essa comparação para autores e trabalhos não produzidos pelos próprios componentes, o que já se havia tratado sobre as bases específicas de referências para cada componente, as diferenças ficam mais claras. As proporções de trabalhos citantes dos diferentes textos e autores ressaltam as preferências de fundamentação e depõem em favor da idéia de que os componentes, no caso do campo investigado da perspectiva institucional, estão intimamente relacionados com o compartilhamento de idéias e de interpretação da realidade

entre pesquisadores, contribuindo para a construção de perspectivas e reconstrução do conhecimento científico.

Diante disso, os dados permitiram concluir que, apesar de grande compartilhamento de referências entre os componentes, isso não eliminou sua capacidade de adotar uma identidade própria com relação a sua base preferencial de fundamentação. Como se viu, os componentes, especialmente os dois maiores, diferem entre si quanto à articulação da perspectiva institucional, bem como com relação à popularidade e proeminência de autores e trabalhos citados. Além disso, a tendência que demonstraram em se autocitar em volume bastante superior ao que fazem em relação aos outros componentes, podem indicar certo grau de auto-referência, na medida em que sobrevalorizam sua própria produção no empreendimento de novas pesquisas e publicações. Por fim, essas características se mostraram bastante homogêneas, embora não perfeitamente, dentro dos componentes, quando tratados isoladamente, indicando um grau relativamente alto de convergência interna, e aproximando-os, com limitações, à sua caracterização enquanto grupo. No entanto, até este ponto, parece ser mais prudente afirmar apenas que, diante do que adotam como quadro de referência, os componentes seguiram uma trajetória de delimitação intelectual que os distinguem entre si. Cabe, na sequência, investigar um pouco mais a fundo, o modo como se dá a relação entre a afinidade intelectual e os laços de co-autoria entre os pesquisadores.

4.3.2 Afinidade Intelectual e Redes de Colaboração

Para prosseguir com a análise da relação entre as dimensões social e intelectual, três procedimentos foram realizados. O primeiro deles teve como propósito investigar a convergência entre os componentes de co-autoria nas referências utilizadas por seus respectivos pesquisadores, porém não mais sob o ponto de partida das relações sociais, mas das referências utilizadas. Posteriormente, avaliou-se o condicionamento da base de referências pelos agrupamentos sociais, de modo a refletir a força de imersão exercida pelos laços existentes, tendo em vista a estrutura intelectual que configuram. Por fim, pesquisou-se, também, a influência dos relacionamentos diretos (díades) sobre a base intelectual dos autores, complementando a análise anterior.

Para que esses aspectos fossem tratados adequadamente foi necessário delinear uma rede de pesquisadores com base nas referências por eles utilizadas. Seguindo a metodologia especificada previamente, esse procedimento teve como fim aproximar aqueles pesquisadores com perfil de citação parecidos, afastando outros na medida em que seus vetores de citação se

mostrassem distintos. Neste caso, a aproximação estaria revelando comunidades naturais, ou seja, conjuntos de pesquisadores que compartilham a mesma base intelectual, os quais podem ser avaliados quanto a sua convergência com os componentes da rede de co-autoria; maior convergência implica maior homogeneidade do componente com relação a sua estrutura cognitiva. Ressalta-se, ainda, que os relacionamentos entre os pesquisadores nada têm que a ver com as redes de co-autoria, as quais são delineadas a partir da colaboração em artigos.

Como se pretendeu verificar a similaridade entre pesquisadores, foi necessário considerar apenas referências compartilhadas entre eles, o que de imediato eliminou aquelas citadas por apenas um pesquisador. Além disso, foram considerados somente aqueles autores que haviam sido citados por pelo menos 3% dos pesquisadores, excluindo aquelas unidades cujo volume de citantes foi menor do que oito. Com isto, o número de autores citados foi reduzido de 3.998 para 331, com base nos quais foi construída a matriz de afiliação entre pesquisadores.

A similaridade entre pesquisadores, considerando todo o período analisado, está representada na Figura 29, na qual os nós indicam os pesquisadores do campo da perspectiva institucional (os citantes), as cores representam o componente do qual faz parte e as linhas a similaridade dos vetores de referências utilizadas. Para facilitar a visualização, aplicou-se o *threshold* de 0,3 sobre a visualização, e foram excluídos da figura os pesquisadores pertencentes aos componentes periféricos, mantendo-se apenas os cinco maiores.

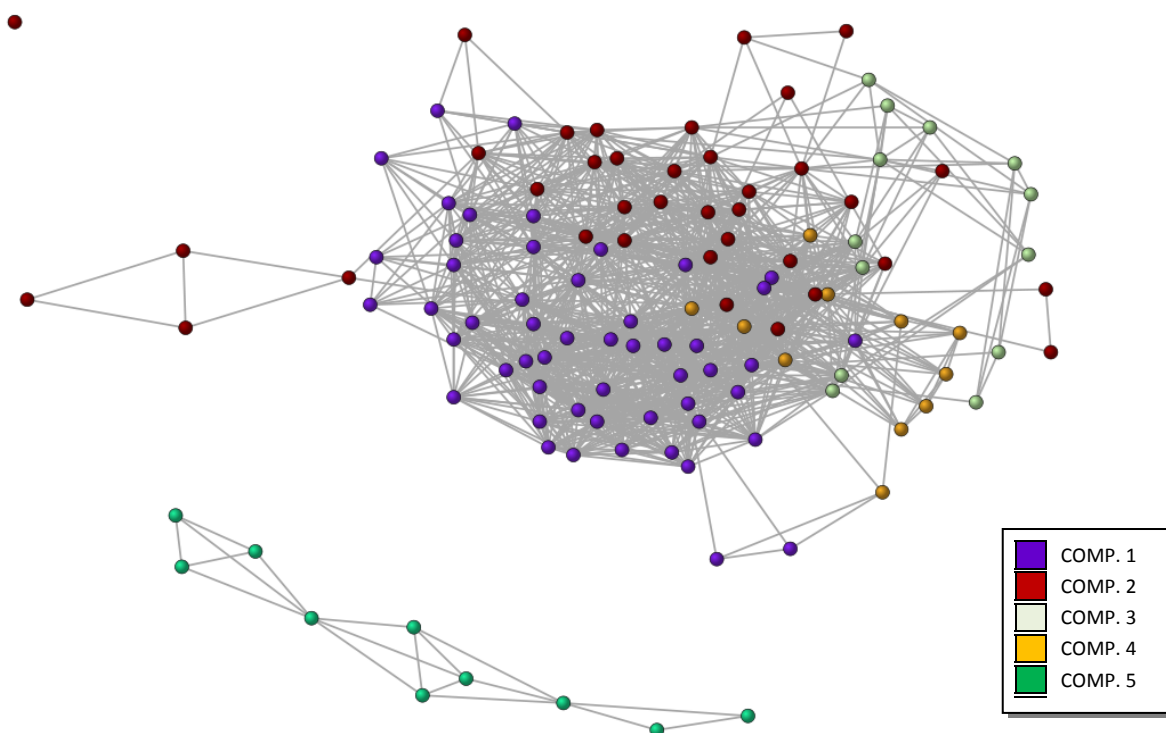


Figura 29 – Similaridade de Pesquisadores Citantes com Base nas Referências Citadas

Fonte: resultados da pesquisa.

Observando-se a figura, percebe-se claramente que pesquisadores de um mesmo componente tenderam a ficar próximos uns dos outros, refletindo sua similaridade quanto ao referencial utilizado. Isso significa que a afinidade intelectual dos pesquisadores, gerada a partir dos vetores de autores citados, converge para os agrupamentos sociais resultantes das redes de co-autoria, atestando forte relação entre a dimensão social e a intelectual no campo estudado. O mesmo foi constatado para cada um dos quatro períodos analíticos. Em todos eles os resultados foram similares⁴⁶, assim como o foram quando considerados autores citados por pelo menos 2% dos pesquisadores, o que elevou o montante para 516 unidades citadas, reforçando os achados aqui dispostos.

No entanto apenas com essa análise visual não é possível compreender a magnitude dessa convergência. Com vistas a aprofundar esse aspecto, realizou-se, para cada período, o teste E-I Index com o propósito de avaliar, na rede de afinidade intelectual, o grau em que as ligações entre pesquisadores ocorrem com outros integrantes do mesmo componente de co-autoria em que pertencem. Como cada ligação nessa rede expressa um vetor de referências, ou seja, um conjunto similar de autores citados, o resultado do teste E-I Index, pode ser interpretado como forma de avaliar o condicionamento da estrutura intelectual pela dimensão social.

Tabela 22 – Grau de Externalidade das Relações

	Período 1(*) 1993-1998	Período 2 1999-2001	Período 3 2002-2004	Período 4 2005-2007	Total 1993-2007
E-I Index	---	-0,892	-0,411	-0,032	-0,214
Sig.	---	---	---	p<0,05	p<0,05

(*) Os dados são insuficientes para o cálculo do E-I Index.

Fonte: resultados da pesquisa.

Conforme exposto na Tabela 22, os indicadores foram negativos em todos os períodos, o que indica propensão de os laços se concentrarem internamente aos componentes. Esse resultado mais do que reforçar a idéia de que as relações num componente tendem a influenciar o quadro de conhecimento utilizado como fundamento em pesquisas, ele também implica que a estrutura cognitiva de um componente tem maior probabilidade de servir como fundamentação do que aquele existente em outras partes do campo. Os componentes, assim, parecem atuar como mecanismo de imersão, pelo qual pesquisadores tendem a compartilhar um núcleo comum de referências que os diferenciam de outros componentes. Dessa forma,

⁴⁶ As representações para cada período encontram-se no Anexo J.

pode-se especular que reflitam processos de socialização pelos quais novos pesquisadores, por exemplo, tendem a seguir as idéias e perspectivas, pelo menos em nível fundamental, já construídas e compartilhadas em nível local pelos pesquisadores mais antigos.

Com a finalidade de explorar ainda mais esse aspecto, investigou-se se essa influência é também condicionada pelos relacionamentos mais imediatos entre pesquisadores. Ao invés de se verificar o efeito da rede como um todo na base de referências de um componente (tratado pelo E-I Index), nesse momento, restringiu-se a análise ao efeito dos relacionamentos diretos de colaboração na base de fundamentação de pesquisadores, mais especificamente nas díades. Para que isso fosse possível, foram construídos dois modelos de regressão do tipo MRQAP: o primeiro considerou como variável dependente a rede valorizada de afinidade intelectual entre os pesquisadores citantes, ou seja, o grau de similaridade intelectual demonstrado por um par de pesquisadores, a partir do conjunto de autores por eles citados; já no segundo modelo, substituiu-se a rede valorizada pela binária, o que significa considerar como variável dependente simplesmente a existência de similaridade, independentemente de sua intensidade.

Para ambos os modelos, duas variáveis independentes foram definidas: a rede binária de co-autoria, que considera apenas a existência de relacionamento de cooperação entre pesquisadores, e a rede valorizada de co-autoria, que considera não apenas a ligação entre os nós, mas a intensidade de colaboração. Isso significa investigar se laços de co-autoria, mais propriamente sua existência e frequência, influenciam as referências utilizadas, em sua existência e frequência, pelos pesquisadores.

Os modelos foram gerados para cada um dos quatro períodos, além da rede agregada. Para cada período, todas as redes envolvidas na análise foram definidas, a partir das relações mapeadas exclusivamente no período específico, sejam aquelas de co-autoria ou as de similaridade intelectual. Os resultados da técnica de regressão estão dispostos na Tabela 23 para a intensidade da afinidade intelectual e na Tabela 24 para a existência de laços de afinidade entre os pesquisadores.

Considerando como variável dependente a intensidade da afinidade intelectual dos autores citantes, o modelo 1 apresenta a relação com a frequência dos laços de co-autoria. Em todos os períodos foi observado que existe relação entre essas variáveis, com o poder explicativo dos modelos variando entre 15,7% e 93,7%. Isso indica que quanto maior a intensidade dos relacionamentos de co-autoria, maior também será a intensidade da afinidade intelectual entre os autores citantes com relação à sua base de referências. Efeito similar foi também constatado no modelo 2, que considerou isoladamente a relação entre a existência de laços de co-autoria, sem levar em conta sua frequência, sobre a variável dependente. Os

resultados, nesse caso, foram mais uma vez significativos em praticamente todos os períodos (exceto P1); mas tiveram coeficiente de determinação menor que o anterior. Por fim, no modelo 3, em que foram consideradas ambas as variáveis independentes, o poder de explicação ficou entre 16,7% e 93,5%, indicando forte associação entre as variáveis consideradas e a afinidade intelectual dos pesquisadores. Entretanto os achados apontam que ela é mais alta quanto for a frequência da colaboração entre os pesquisadores, com a simples existência de cooperação, embora significativa, mostrando-se menos influente nesse aspecto.

Porém, quando considerada como variável dependente a existência de afinidade intelectual, todos os modelos, embora significativos, apresentaram poder explicativo extremamente baixo. À primeira vista contraditório com os achados anteriores, esse resultado, na realidade, os reforça. Isso porque aponta o fato de que o simples compartilhamento de referências, como é o caso dicotomizado: ou seja, se um autor ou texto é citado ou não é citado, aqui analisado, não pode ser suficientemente explicado com base nos relacionamentos de colaboração entre autores. Isso decorre da existência de autores que são citados por uma grande diversidade de pesquisadores, especialmente aqueles classificados como demarcadores. Por serem autores altamente difundidos, não é possível verificar nenhum padrão definido no tocante aos relacionamentos de colaboração. Diante disso, diferenças significativas só vão surgir a ponto de se verificar, efetivamente, a afinidade intelectual quando são consideradas as intensidades com que os pesquisadores citam determinados autores. E isso mostrou-se significativo pela análise precedente, revelando influência considerável das relações diádicas de cooperação na fundamentação adotada pelos pesquisadores.

Todos esses achados apresentados por meio das redes de afinidade intelectual, do E-I Index e das análises de regressão MRQAP são complementares, no sentido de apontarem a existência de mecanismos que atuam na construção do conhecimento científico por meio da interação das dimensões social e intelectual. Nesse caso, o efeito dos agrupamentos e relacionamentos locais mostraram-se relevantes, indicando também que o processo de construção do conhecimento científico não ocorre de modo aleatório, o que não significa que sejam planejados ou previsíveis.

Tabela 23 – MRQAP para a Relação entre a Intensidade da Afinidade Intelectual (valor) e a Colaboração entre Pesquisadores

Variáveis	1993-2007 (n=66.306)			2005-2007 (n=28.392)			2002-2004 (n=13.572)			1999-2001 (n=1.892)			1993-1998 (n=20)		
	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1	M2	M3
Co-Autoria (frequência)	39,525 (0,407) ***	---	53,641 (0,553) ***	37,438 (0,466) ***	---	53,164 (0,662) ***	24,591 (0,396) ***	---	41,469 (0,668) ***	25,367 (0,535) ***	---	36,727 (0,774) ***	31,958 (0,965) **	---	28,711 (0,867) **
Co-Autoria (laços)	---	48,972 (0,275) ***	-31,589 (-0,178) ***	---	43,810 (0,354) ***	-27,785 (-0,224) ***	---	26,563 (0,337) ***	-22,896 (-0,290) ***	---	29,567 (0,476) ***	-15,756 (-0,254) **	---	122,524 (0,838) *	17,252 (0,118)
Intercepto	7,352	7,435	7,436	6,421	6,490	6,490	6,585	6,629	6,623	7,942	8,029	8,029	13,746	12,143	12,143
R²	0,166	0,076	0,176	0,217	0,125	0,229	0,157	0,113	0,167	0,286	0,227	0,293	0,931	0,702	0,931
Sig	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,05	---	p<0,05

*p<0,1; **p<0,05; ***p<0,001

Fonte: resultados da pesquisa.

Tabela 24 – MRQAP para a Relação entre a Existência de Afinidade Intelectual (binária) e a Colaboração entre Pesquisadores

Variáveis	1993-2007 (n=66.306)			2005-2007 (n=28.392)			2002-2004 (n=13.572)			1999-2001 (n=1.892)			1993-1998!		
	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1	M2	M3
Co-Autoria (frequência)	0,102 (0,040) ***	---	0,000 (0,000)	0,123 (0,049) ***	---	0,000 (0,000)	0,185 (0,068) ***	---	0,00001 (0,000) ***	0,133 (0,099) ***	---	-0,000007 (0,000)			
Co-Autoria (laços)	---	0,229 (0,488) ***	0,229 (0,488) ***	---	0,228 (0,056) ***	0,223 (0,056) **	---	0,251 (0,073) ***	0,251 (0,073) **	---	0,185 (0,105) ***	0,185 (0,105)			
Intercepto	0,771	0,771	0,771	0,773	0,773	0,772	0,750	0,749	0,749	0,816	0,815	0,815			
R²	0,002	0,002	0,002	0,002	0,003	0,003	0,005	0,005	0,005	0,010	0,011	0,011			
Sig	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001			

*p<0,1; **p<0,05; ***p<0,001

(!) Não é possível calcular.

Fonte: resultados da pesquisa.

4.3.3 O Encadeamento Temporal

Além da relação entre a dimensão social e a intelectual, interessa também investigar de modo mais detido se certas condições ligadas à própria estrutura intelectual exercem influência na popularidade e proeminência das unidades citadas ao longo do tempo. O que se deseja, nesse momento, é saber em que medida certas características de citação esboçados em períodos precedentes, influenciam no volume de citantes e de citações recebidas pelas unidades citadas em períodos subseqüentes. Por um lado, isso expressa a própria lógica de acumulação inerente à construção do conhecimento científico, que de modo mais objetivado tem que ver com o sistema normativo da prática científica (MERTON, 1996), expresso na indicação de fontes de referência. Por outro, envolve processos sociais ligados a preferências e padrões de aceitação da validade das pretensões de conhecimento, os quais são eles próprios resultado da atividade social dos pesquisadores e de sua expressão na produção científica. Logo, o encadeamento temporal, ao avaliar as condições da estrutura intelectual que fomenta a popularidade ou proeminência de unidades citadas, traz subjacente a idéia de que configurações da estrutura intelectual são quadros de referência para a ação, mas também ela própria produto de práticas precedentes e que se sucedem em certa intensidade, caracterizando sua reprodução por meio da prática de produção científica.

Diferentes variáveis, entre aquelas estudadas nesse trabalho, podem ser significativas para análise do encadeamento temporal. A primeira delas diz respeito ao fato de um trabalho ou autor ter sido citado no período anterior àquele pelo qual se está interessando e, portanto, já incluído como parte da base de referências do campo. Tendo em vista que o conhecimento é cumulativo, espera-se que não seja imediatamente descartado, mas rearticulado, propiciando novas interpretações para os fenômenos em estudo. Com o passar do tempo, seu efeito direto se reduz, passando a estar entrelaçado com novas formas de expressão ou simplesmente sendo abandonado, por não mais se enquadrar com as perspectivas vigentes. Trata-se do efeito da obliteração, segundo o qual o impacto temporal tende a ser mais forte para os períodos mais recentes e menor, à medida que se vai afastando no tempo.

Por outro lado, autores ou trabalhos com alto volume de citação no campo tendem a ter maior representatividade no campo, conforme já visto no *h-index*, podendo com isso indicar seu reconhecimento intelectual pelos pesquisadores do campo em estudo. Por essa razão, e pela legitimidade que adquiriram como quadro de referência válido, tendem a receber no futuro novas citações, reforçando seu prestígio. Trata-se do Efeito Mateus enunciado por Merton (1968, 1988), que aponta a estratificação na ciência, aspecto que também pode ser

traduzido por meio da popularidade alcançada por determinadas unidades citadas, ou seja, à medida que é referenciada por um volume significativo de citantes, tende a se tornar mais difundida num período posterior pelas mesmas razões indicadas.

A proeminência da unidade citada também pode estar refletida na centralidade de grau e de intermediação que possui na estrutura intelectual do campo, já que autores com muitos pares de co-citação tendem a ser mais difundidos no campo, evidenciando sua utilização como base fundamental da abordagem. Diferentemente, autores citados com maiores graus de intermediação tendem a ser considerados relevantes no encadeamento de idéias, temáticas ou perspectivas diferentes, sendo, portanto necessários para a incorporação ou combinação de domínios de conhecimento distintos. Respectivamente, são distribuidores e pivôs.

Por fim, a unidade citante pode ser continuamente referenciada não apenas por possuir características como as mencionadas até aqui, mas pelo seu vetor de co-citação, ou seja, pela **qualidade** dos seus pares de co-citação. Se esses pares forem unidades muito citadas, difundidas ou centrais, tendem a transmitir parte dessas características para aqueles que com elas são co-citados. Utilizando o *eigenvector* da unidade citada na estrutura intelectual do campo como medida para expressar esse aspecto, acredita-se que quanto mais elevado for seu valor para a referência em questão, maior será a probabilidade dela de permanecer citada em períodos subseqüentes.

Como variáveis dependentes utilizou-se o volume de citações recebidas (proeminência) e o volume de citantes (popularidade) para os autores citados. Para cada uma delas foram construídos modelos de regressão para três dos quatro períodos que orientam as análises (1999-2001, 2002-2004, 2005-2007), cada qual composto por variáveis independentes referentes aos períodos precedentes. Inicialmente, os modelos foram delineados, considerando todas as variáveis independentes descritas acima, para cada período anterior ao da análise: existência (Cit_P₁₋₃(B)) e volume de citações recebidas (Cit_P₁₋₃), centralidade de grau, centralidade de intermediação (Interm_P₁₋₃), *eigenvector* da unidade citada (EV_P₁₋₃), e existência (CitN_P₁₋₃(B)) e volume de citantes (VolCit_P₁₋₃).

No entanto, sendo todas as variáveis dependentes subordinadas aos períodos, elas tendem a se sobrepor. Por essa razão, optou-se por utilizar a regressão do tipo Ridge considerada mais ajustada a esse tipo de situação, conforme já mencionado na metodologia do trabalho. Além disso, a fim de minimizar a multicolinearidade nos modelos, calculou-se previamente a correlação entre as variáveis independentes, de modo que foram excluídas aquelas medidas cujos coeficientes se apresentaram excessivamente altos, mantendo apenas uma do par de correlação nos modelos. Isso ocorreu com a centralidade de grau que

praticamente se igualava ao *eigenvector* e ao volume de citantes para todos os períodos. Entre as variáveis binárias (existência de citação e de citantes), por serem redundantes entre si, manteve-se apenas uma delas na análise, dependendo da variável dependente considerada (volume de citação ou de citantes). Similarmente, por serem também bastante correlacionadas as variáveis independentes, volume de citação e volume de citantes não foram utilizados conjuntamente nos mesmos modelos, mas em modelos alternativos, dependendo da variável dependente em análise. As correlações entre as variáveis encontram-se no Anexo L e os modelos de regressão são apresentados na Tabela 25 a seguir.

Tabela 25 – Regressão Linear entre Períodos e o Volume de Citações e de Citantes

Ridge ($\lambda=0,1$)	VOLUME DE CITAÇÕES			VOLUME DE CITANTES		
	P2 (1999-2001)	P3 (2002-2004)	P4 (2005-2007)	P2 (1999-2001)	P3 (2002-2004)	P4 (2005-2007)
Cit_P1	0,4524 ***	0,0344 ***	0,0272 ***			
Cit_P2		0,4792 ***	0,1252 ***			
Cit_P3			0,4038 ***			
Cit_P1(B)	-0,0489 ***	0,0065	0,0076			
Cit_P2(B)		-0,1010 ***	-0,0588 ***			
Cit_P3(B)			-0,0984 ***			
Interm_P1	0,4629 ***	0,1127 ***	0,0015	0,4289 ***	0,1589 ***	0,0248 **
Interm_P2		0,2531 ***	0,0806 ***		0,1848 ***	0,0184
Interm_P3			0,2722 ***			0,2406 ***
EV_P1	-0,0527 ***	0,0013	-0,0197 **	-0,0296 *	0,0051	-0,0229 **
EV_P2		0,1311 ***	0,0325 ***		0,1754 ***	0,0737 ***
EV_P3			0,0833 ***			0,1633 ***
VolCit_P1				0,4201 ***	0,0250 *	0,0390 **
VolCit_P2					0,4693 ***	0,1337 ***
VolCit_P3						0,3684 ***
CitN_P1(B)				-0,0480 **	0,0107	-0,0043
CitN_P2(B)					-0,1583 ***	-0,1015 ***
CitN_P3(B)						-0,1604 ***
R ²	0,652	0,832	0,852	0,570	0,775	0,793
Sig	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001	p<0,001

Obs: Valores padronizados.

*p<0,1; **p<0,05; ***p<0,001; P1=1993-1998.

Fonte: resultados da pesquisa.

Os resultados mostraram-se bastante parecidos tanto para a proeminência quanto para a popularidade dos autores citados num período, com relação à influência de variáveis ligadas aos períodos anteriores.

Considerando, primeiramente, como variável dependente o volume de citações, ou seja, a proeminência dos autores citados, verificou-se, no segundo período, a influência mais acentuada de duas variáveis: o volume de citações recebidas no primeiro período, entre 1993 e 1998, e a centralidade de intermediação, o que significa que essas duas variáveis respondem pela maior parte do efeito gerado no montante de citações recebidas por um autor no período seguinte. Em menor escala, mas também significativos, estão o *eigenvector* e a variável

binária correspondente ao fato de o autor ter sido citado anteriormente, independentemente do montante.

Esse resultado se repetiu nos períodos seguintes; no entanto o efeito sobre as citações passou também a considerar, de modo significativo outras variáveis relacionadas aos períodos precedentes. Por exemplo, constatou-se que citações recebidas ao longo dos três períodos precedentes colaboram com a explicação do volume de citações no quarto período, com todas as variáveis sendo significativas para o modelo. O mesmo pode ser visto com relação às outras variáveis e faixas de tempo distintas, à exceção, no terceiro período, da existência de citação e do *eigenvector* referente à P1 e, no quarto período, da intermediação e existência de citação, ambos mais uma vez associados ao primeiro período.

Ademais, verificou-se que o simples fato de um autor ter recebido citação anteriormente, conforme indicado na variável binária do modelo, pouco explica a respeito de sua proeminência nos períodos que seguem. Nesse caso, o histórico de citações recebidas nos períodos anteriores, o papel de intermediação que demonstra participar no modo como é utilizado na associação de diferentes idéias no campo e a relação com outros textos relevantes, expressa pelo *eigenvector*, surgem como variáveis mais importantes a considerar.

No tocante ao segundo bloco de modelos de regressão, associado à popularidade das unidades citadas, enquanto variável dependente, o que se constatou foi, assim como nos modelos ligados à proeminência dos autores, a influência mais acentuada do volume de citantes, e não simplesmente da existência da citação, nos períodos precedentes, bem como da centralidade de intermediação. Já as demais variáveis, também significativas na maior parte dos modelos, indicando influência similar a constatada nos modelos ligados ao volume de citações.

Ainda com relação a esse bloco de modelos de regressão, diferentemente do anterior, as variáveis binárias tiveram influência mais expressiva. Por se tratar, nesse caso, de pesquisadores que utilizam determinado autor citado para a formação de seu quadro de referência, e por esses pesquisadores configurarem redes de co-autoria, a existência de citantes, mesmo que em número reduzido, pode gerar um efeito multiplicador, a partir de seu grau de influência e da estrutura da rede de colaboração, o que condiz com os resultados da a respeito da relação entre as dimensões social e intelectual, especialmente da regressão MRQAP.

Tais resultados apontam o reconhecimento de influência temporal na formação do conhecimento no campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil; entretanto, por se pressupor que todo conhecimento é cumulativo, ao mesmo tempo que se

configura como propriedade estrutural de sistemas sociais, vale explorar alguns aspectos em especial.

Todos os modelos foram significativos e apresentaram coeficientes de determinação crescentes em cada período, indicando que o poder explicativo das variáveis independentes aumenta, à medida que o campo da perspectiva institucional se expande, ou seja, os modelos de regressão aumentam seu poder explicativo na medida em que se amplia o número de variáveis ligadas aos períodos anteriores. Isso remete a duas constatações adicionais: (i) a influência temporal tende a ser mais elevada em períodos mais recentes daquele em que se está interessado; porém (ii) isso não constitui efeito contingente, pois os períodos mais remotos continuam a exercer influência, embora gradualmente ela se dissipe, reduzindo seu efeito direto, mas incorporando-se à estrutura intelectual do campo.

Isso significa que, à medida que quadros de referência se vão tornando mais antigos, tendem a ser substituídos por fontes mais recentes. Porém tais fontes não se configuram como substitutos perfeitos do conhecimento anterior, pois são elas próprias seu produto social; na realidade, elas o incorporam, promovendo a alteração de fontes de referência, o efeito da obliteração, embora este não necessariamente ocorra quanto ao conteúdo substantivo que se rearticula continuamente na interpretação e na prática científica.

Outro aspecto que chama atenção diz respeito à constatação de que variáveis ligadas ao grau de utilização das referências (volume de citações e citantes), enquanto fundamentação para a produção científica, apresentaram maior peso nos modelos do que aquelas que remetem mais especificamente à estrutura intelectual, e que fazem relação ao modo como um autor citado é articulado com os demais na estrutura intelectual do campo, seja de acordo com o modo como é citado (ligado à intermediação) ou com quem (*eigenvector*). Isso, porém, foi mais visível para o primeiro modelo, que considerou como variável dependente o volume de citações, bem como para os primeiros períodos analisados. Diferentemente, à medida que a análise agregava informações de outros períodos, especialmente no segundo modelo, que avaliou a popularidade dos autores citados, os resultados favoreceram maior peso das variáveis ligadas à estrutura intelectual.

Nesse sentido, vale destacar que, entre as variáveis independentes, aquela que mais parece ter aumentado sua influência, à medida que o campo se consolida, foi o *eigenvector* dos autores citados, especialmente para a compreensão da popularidade dos autores citados. Isso pode ser explicado de duas formas. Primeiramente, por esse indicador levar em consideração características de centralidade de seus pares de co-citação, acaba por fazer referência a estruturas cognitivas em formação no campo, por vezes representativas de grupos

de pesquisadores citantes – aspectos verificados anteriormente quando se investigou longitudinalmente a estrutura intelectual do campo e sua relação com os agrupamentos de co-autoria. Outra forma de compreender esse efeito, e que parece ter sentido com o considerado até aqui pelas análises precedentes, é associá-lo à trajetória de desenvolvimento da perspectiva institucional. Assim, ao passo que a produção científica cresce, aumenta também a base intelectual, de modo que aqueles autores citados mais centrais prossigam com essas características. No entanto, em cada período, novas referências são incluídas e articuladas com a base de conhecimento vigente, possibilitando a conexão entre autores já consolidados no campo e os novatos. Persistindo esse tipo de conexão entre os autores, é provável que os *eigenvectors* desses últimos aumentem. Nesses casos, o que estaria ocorrendo pode ser caracterizado como alterações intelectuais no campo, mudanças de perspectiva ou inovações no modo como o conhecimento é articulado. Se bem sucedidas, tendem a figurar como novas oportunidades de pesquisa ou produção científica, promovendo o aumento de citações e de citantes em momentos posteriores.

4.3.4 Breve Comparação Internacional

Além dos aspectos discutidos até aqui, a imersão internacional também pode ser considerada elemento de investigação diante da constatação de que grande parte dos autores e textos utilizados como referências em artigos da área de estratégia e organizações são estrangeiros, principalmente, de língua inglesa (BERTERO, VASCONCELOS; BINDER, 2003; RODRIGUES; CARRIERI, 2001; VERGARA; PINTO, 2001). Admitindo-se que esse também é o caso do campo investigado, resta verificar se a incorporação da literatura estrangeira nos estudos realizados por pesquisadores brasileiros condiciona a produção nacional. Sem a pretensão de estabelecer um quadro conclusivo a esse respeito, não se procurou avaliar as razões que levam a preferências de citação quanto à origem da obra ou do autor citado como fizeram Vergara e Carvalho Jr. (1995), ou ainda se há subordinação ou mesmo dependência do conhecimento gerado localmente com relação àquele produzido no exterior como sugeriram Carvalho, Goulart e Amantino-de-Andrade (2005). Embora se considere que esses aspectos sejam importantes na reflexão sobre a construção do conhecimento científico, o que se fez aqui foi comparar características da literatura internacional na abordagem institucional nos estudos organizacionais com o que se encontrou no perfil da produção nacional, em termos da proeminência das referências utilizadas ao longo do período investigado. Dessa forma, a análise ficou restrita a aspectos descritivos da

distribuição de frequência de citação para textos e autores citados ao longo de cinco períodos de produção. Considerações mais aprofundadas, especialmente, com foco nos pressupostos e preferências analíticas compartilhadas entre os contextos nacional e internacional, seriam de grande valor, mas não foram aqui alvo de estudo, valendo como agenda para futuras pesquisas.

Os resultados mostram que, considerando a amostra de trabalhos selecionada, a evolução da produção internacional, no tocante ao volume de artigos publicados, segue tendência bastante próxima ao que se viu no cenário nacional (vide Figura 30). No entanto, enquanto o crescimento se mostrou mais acentuado no cenário nacional, a produção nos periódicos internacionais selecionados apresentou crescimento moderado, com picos em 2002 e 2005.

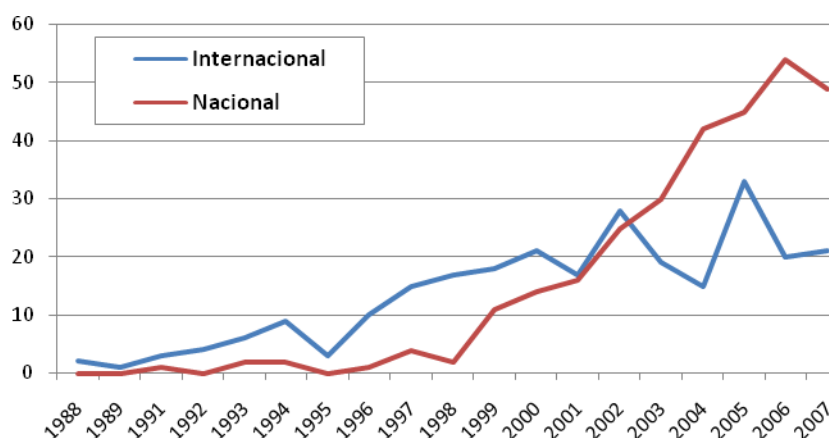


Figura 30 – Comparação entre o Volume de Artigos Produzidos Nacional e Internacionalmente
Fonte: resultados da pesquisa.

Aspecto interessante pode ser percebido na comparação entre o ritmo das produções nos dois contextos e que parece convergir com a formação do campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, conforme visto anteriormente nas análises de co-citação. Nota-se que a produção nacional ganhou força, a partir do ano de 1999, sendo bastante restrita antes disso, ao passo que, internacionalmente, a produção já seguia em maior escala. Tendo em vista o tempo necessário para o consumo e a difusão de idéias publicadas, é natural que haja um descompasso entre os dois contextos a considerar a receptividade pela literatura estrangeira por parte dos estudos produzidos nacionalmente. De 2001 em diante, o que se vê parece estar associado ao amadurecimento desse consumo inicial, articulado pela comunidade acadêmica local, sob a forma de produção científica.

Essa profusão de trabalhos no âmbito nacional pode ser reflexo da própria organização interna do campo, tanto em termos de estrutura social quanto intelectual, conforme o que se

constatou pelas análises de co-autoria e co-citação. Em conjunto com o que se analisou previamente, tais dados podem sugerir que o campo da perspectiva institucional no Brasil adquiriu certo grau de autonomia desse momento em diante, não no sentido de perder sua referência internacional, mas por fornecer, complementarmente, conhecimento gerado localmente na construção perspectiva.

Isso, de certa forma, pode ser também verificado por meio das referências utilizadas em ambos os contextos. De modo geral, os dois cenários foram bastante similares, quando observados os autores citados (vide Tabela 26). Internacionalmente, constatou-se a presença marcante de autores considerados clássicos na perspectiva, como DiMaggio, Scott, Meyer, Zucker e Powell. Além deles, outros já muito difundidos nos estudos organizacionais mostraram-se bastante presentes, como Hannan, Oliver, Pfeffer entre outros. Chama atenção, porém, a popularidade que autores ligados à sociologia econômica e novo institucionalismo econômico apresentaram no contexto dos artigos analisados internacionalmente (vide Anexo M).

Tabela 26 – Autores Mais Citados no Contexto Internacional

#	Autor Citado	CT	TxC	%TCn (*)
1	DIMAGGIO PJ	283	5	66,0%
2	SCOTT WR	229	10	32,8%
3	HANNAN MT	153	6	16,0%
4	MEYER JW	153	5	44,7%
5	OLIVER C	149	6	25,2%
6	FLIGSTEIN N	111	7	11,8%
7	WILLIAMSON OE	111	4	16,8%
8	ZUCKER LG	101	7	12,2%
9	PFEFFER J	93	3	29,4%
10	POWELL WW	91	5	13,7%
11	BAUM JAC	81	6	9,5%
12	HAVEMAN HA	80	3	21,0%
13	MARCH JG	68	5	9,9%
14	ALDRICH HE	66	3	13,4%
15	GREENWOOD R	62	4	13,4%
16	GALASKIEWICZ J	61	5	11,1%

Obs: Foram considerados apenas os primeiros autores dos trabalhos citados. CT=Citações, TxC=Número de textos produzidos pelo autor e que foram citados na base internacional, %TCn==% do total de artigos que citaram o autor ou artigo. (*) Calculado a partir do texto do autor mais presente nas referências.

Fonte: resultados da pesquisa.

Com relação aos trabalhos mais citados (vide Tabela 27), a similaridade entre os dois contextos também foi alta, mas algumas diferenças chamam atenção. Não figuram dentre os mais citados no contexto internacional, em nenhum dos períodos analisados, autores como Berger, Luckmann, Giddens, Weber, Bourdieu, Simon, entre outros muito difundidos nacionalmente. O mesmo vale para suas respectivas obras. Além disso, proporcionalmente, os trabalhos e autores associados a redes sociais e relacionamentos interorganizacionais parecem

ser bem mais frequentes entre os pesquisadores nacionais do que entre os estrangeiros. Em contrapartida, além do novo institucionalismo econômico, nota-se presença marcante, especialmente nos períodos iniciais, de autores ligados à ecologia populacional. No Anexo M, encontram-se as tabelas do levantamento de dados internacionais.

Por essas características fica clara a diferença entre os cenários. Isso se dá, não por conta de autores tradicionais da abordagem institucional, como Scott, DiMaggio, Powell, Meyer, Rowan, Zucker e outros bastante difundidos como Hoffman, especialmente nos períodos mais recentes, e Oliver, mas pelas especificidades que a produção vem apresentando nos últimos anos, principalmente, por autores dos dois maiores componentes.

Tabela 27 – Trabalhos Mais Citados no Contexto Internacional

#	Artigo Citado	CR	% TCn
1	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOCIOL REV, V48, P147	173	66,0%
2	MEYER JW, 1977, AM J SOCIOL, V83, P340	117	44,7%
3	SCOTT WR, 1995, I ORG	86	32,8%
4	PFEFFER J, 1978, EXTERNAL CONTROL ORG	77	29,4%
5	OLIVER C, 1991, ACAD MANAGE REV, V16, P145	66	25,2%
6	HAVEMAN HA, 1993, ADMIN SCI QUART, V38, P593	55	21,0%
7	GRANOVETTER M, 1985, AM J SOCIOL, V91, P481	44	16,8%
8	WILLIAMSON OE, 1975, MARKETS HIERARCHIES	44	16,8%
9	DIMAGGIO PJ, 1988, I PATTERNS ORG CULTU, P3	42	16,0%
10	HANNAN MT, 1984, AM SOCIOL REV, V49, P149	42	16,0%
11	TOLBERT PS, 1983, ADMIN SCI QUART, V28, P22	42	16,0%
12	HANNAN MT, 1989, ORG ECOLOGY	41	15,6%
13	NORTH DC, 1990, I I CHANGE EC PERFOR	38	14,5%
14	SCOTT WR, 1987, ADM SCI Q, V32, P493	38	14,5%
15	BARNEY J, 1991, J MANAGE, V17, P99	37	14,1%
16	WILLIAMSON OE, 1985, EC I CAPITALISM	37	14,1%
17	POWELL WW, 1991, NEW I ORG ANAL, P183	36	13,7%

Obs: CR=Citações recebidas; %TCn=% do total de artigos que citaram o autor ou artigo
Fonte: resultados da pesquisa.

As ênfases em estruturas de poder e campos sociais parecem não ter contrapartida, pelo menos não na mesma intensidade, na literatura internacional, analisada segundo sua base de referência. Da mesma forma, a exploração da perspectiva estruturacionista, e de outras discussões a respeito das bases que fundamentam a lógica de institucionalização, como racionalidade limitada e interpretação, parecem destacar-se mais fortemente no cenário nacional, em que reflexões teóricas sobre a abordagem parecem ter sido mais exploradas. Tal aspecto é reforçado pela constatação da presença, no cenário da produção nacional, entre os textos e autores mais citados, bem como entre os mais difundidos, de vários pesquisadores brasileiros, indicando certo grau de auto-referência na construção do conhecimento ligado à perspectiva institucional, descolando, pelo menos parte do campo, da idéia de reprodução de pesquisas realizadas internacionalmente.

Seguramente, os dados aqui comentados foram insuficientes para qualquer conclusão a esse respeito, mas possibilitam levantar questões para futuras pesquisas mais aprofundadas. A primeira delas seria analisar qualitativamente em que medida a produção nacional tem atribuído contornos próprios à perspectiva institucional. Ao que indicam essas informações discutidas nesse tópico, mais do que consumir a literatura internacional, os pesquisadores nacionais têm fornecido certo modo particular de articulação intelectual do campo, explorando e desenvolvendo possibilidades que comumente não foram tratadas no cenário externo, pelo menos na base investigada. Além disso, caberia investigar mais detidamente a trajetória em ambos os cenários, comparando as perspectivas analíticas e temáticas de estudo entre eles.

4.4 MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A TEORIA INSTITUCIONAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL

O presente estudo partiu da premissa de que a construção do conhecimento científico envolve a articulação entre duas dimensões, a social e a intelectual, que são, ao mesmo tempo, meio para e resultado da atividade social dos pesquisadores. Ambas as dimensões foram tratadas ao longo das etapas de pesquisa, propiciando conhecer diferentes aspectos envolvidos na construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil. Esses achados são sucintamente recapitulados aqui.

De acordo com os procedimentos de pesquisa realizados, constatou-se que o campo da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil, no âmbito da colaboração na produção científica, configura uma rede fragmentada em torno de dois agrupamentos principais, que concentram a maior parte dos trabalhos e dos pesquisadores. Esses últimos podem ser divididos em dois grupos: um mais central, composto por número restrito de pesquisadores com participação mais ativa e regular, em termos de produção científica; e outro, maior e marginal, com atuação pontual e esporádica. Os resultados mostraram também que os agrupamentos entre pesquisadores apresentam configurações de relacionamento distintamente organizadas, além de possuírem estruturas cognitivas diferenciadas, delimitando preferências intelectuais. Verificou-se que os laços entre pesquisadores desse campo, especialmente nos dois maiores componentes da rede de cooperação, são também representativos de afinidade intelectual. Por fim, foi possível verificar a influência do encadeamento temporal na formação da estrutura intelectual, com influência significativa da

popularidade e modo como um trabalho fora articulado previamente pelos pesquisadores no campo. Nesse sentido, a transformação intelectual mostrou-se relativamente organizada em torno de agrupamentos sociais, indicando a existência de perspectivas próprias: embora estes consumam a literatura produzida internacionalmente, apresentam perfil específico quanto a ênfases e fundamentos.

Esses resultados referem-se a diferentes questões ligadas às dimensões social e intelectual. Em princípio, fazem relação a escolhas que pesquisadores realizaram na produção científica, seja no modo como estabeleceram relacionamentos de colaboração com seus pares, seja na base de referências utilizada para fundamentar seus trabalhos. De modo agregado, tais aspectos dizem respeito a quadros ampliados, remetendo às estruturas sociais e cognitivas do campo. Como se viu no modelo teórico do estudo, ambas são recursivamente construídas e, portanto, precisam ser compreendidas de modo conjugado. Dar preferência a uma ou outra favorece sua descrição, mas não a explicação de como se constitui o processo de construção social do conhecimento científico. Dessa forma, com o propósito de discutir os resultados à luz do quadro teórico adotado para esse trabalho, optou-se por considerar mecanismos sociais como recurso analítico nesse processo de interpretação, os quais servem como elementos articuladores entre ambas as dimensões de interesse⁴⁷.

Mecanismos sociais, como já mencionado anteriormente, dizem respeito a processos intermediários auxiliares na explicação sociológica. Como tais, referem-se à especificação de elementos explicativos que possibilitam estabelecer ligações hipotéticas entre eventos observáveis: no caso a compreensão da relação entre as dimensões social e intelectual aqui investigadas. Conforme Hedstrom e Swedberg (1996), isso implica a investigação, à luz das evidências, de aspectos teoricamente elaborados e subjacentes aos observados. Nesse sentido, enriquece a compreensão de como se dá o relacionamento entre as categorias analíticas investigadas sem pretensões de generalização, no sentido de formulação de leis gerais, em vez de se limitar apenas à sua descrição.

⁴⁷ A lógica de análise nesse tópico segue dois princípios. O primeiro está ligado aos três tipos de mecanismos sociais escolhidos para orientarem a interpretação dos achados e refere-se não a preocupação de generalizar os resultados no sentido de definirem leis gerais, mas diferentemente diz respeito à transferibilidade de mecanismos em diferentes situações ou campos distintos. Por esses mecanismos já terem sido amplamente estudados com implicações variadas, seu uso na presente pesquisa, possibilita avançar para além do caso particular. O segundo princípio tem a ver com os limites da análise estrutural ou formalista, conforme expuseram McAdam (2003) e Tilly (2004). Os achados decorrentes dos procedimentos de pesquisa não devem ser compreendidos como expressões fiéis da realidade, mas como coleção de evidências necessárias para a elaboração de uma narrativa sintética para a explicação do processo social. Tal narrativa envolve o uso de mecanismos como artifício analítico.

Seguindo essa orientação, o que se pretende realizar nesse momento é a análise interpretativa dos resultados das etapas de pesquisa precedentes, atribuindo-lhes significado com base em três tipos de mecanismos sociais: relacionais, cognitivos e político/intelectuais, aqui considerados adequados à articulação dos aspectos mapeados formalmente com a lógica de estruturação da perspectiva institucional, enquanto processo social de construção do conhecimento científico. Isso se deve ao fato de três aspectos terem sido destacados ao longo da construção da perspectiva institucional, cada qual representando um aspecto dinâmico da transformação em curso: a ampliação da base social, com a inclusão de novos participantes; a definição de agrupamentos sociais e intelectuais; e a difusão de idéias, na forma de quadros de referência compartilhados. Dessa forma, a escolha por esses mecanismos se deu por possibilitarem a compreensão do processo de estruturação, que envolve significados (uma ordem cognitiva), um horizonte de legitimação (uma ordem moral), e ainda, um sistema de poder, os quais podem ser explicados, em certo sentido, pelo que os agentes conhecem, pelo modo como orientam suas ações e pela forma com que se relacionam.

Assim, a apresentação da análise se dará inicialmente por meio da discussão de aspectos ligados à interpretação e difusão do conhecimento, com destaque para mecanismos de teorização, tradução e definição de fronteiras, para posteriormente tratar dos elementos relacionais, com ênfase no papel de intermediação e estratificação. No final, os aspectos políticos/intelectuais serão discutidos, para os quais a associação com a noção de enquadramento (*framing*) e disputa intelectual serão enfocados. Entretanto deixa-se claro que a separação entre mecanismos é bastante complicada, já que as estruturas relacionais são compostas por processos de interação comunicativa, culturalmente constituídos entre pesquisadores, não sendo apenas condutores ou lócus de formações culturais (MISCHE, 2003). Isso faz com que a tentativa de separá-los didaticamente ocorrerá à custa de alguma redundância ao longo do texto.

4.4.1 Mecanismos Cognitivos

O primeiro aspecto que vale a pena ser mencionado trata do reconhecimento dos artigos enquanto elementos simbólicos, na medida em que condensam a linguagem no contexto de significação dos agentes. De acordo com Giddens (1999), artigos não são concepções reduzidas ao que está escrito, mas práticas sociais, inseridas no mundo e no modo como essa conjunção é organizada pelo próprio agente. Assim, carregam não apenas o conhecimento amplamente compartilhado, mas também valores e idéias no modo com são organizados e

comunicados (SCOTT, 2003). Como tais, são consumidos e, portanto, continuamente interpretados e modificados ao longo do processo de **transmissão** de idéias.

Entretanto, conforme expõem Strang e Meyer (1994), esse processo não pode ser considerado mecanicamente, com idéias fluindo diretamente por meio dos relacionamentos sociais. Para eles, trata-se de processo de teorização em que, ao mesmo tempo, idéias são interpretadas e cognitivamente organizadas, mas também difundidas e articuladas em esquemas mais abrangentes de significado. Estes, por sua vez, servem como parâmetros para a apreensão do conhecimento. Nesse sentido, a teorização ocorre sobre o conhecimento em construção, sobre o modo como é codificado, abstraído e convertido em esquemas de interpretação compartilhados. Além disso, ela se aplica também aos próprios pesquisadores na medida em que passam a se perceber, e serem percebidos por outros, como similares. Nesse processo de construção do conhecimento, em sua associação à difusão de idéias, se fazem sentir os efeitos da interação e interdependência de pesquisadores, por sua vez refletidos nas noções de solidariedade e similaridade, em aspectos ligados à construção social da identidade e na definição de fronteiras sociais (STRANG; MEYER, 1994). Segundo Campbell (2005), esse processo é caracterizado pela presença de mecanismos cognitivos (de tradução e bricolagem), responsáveis pelo modo como os atores percebem sua identidade, seus interesses e possibilidades de mudança. Ademais, para Diani (2003a), é a definição de uma identidade compartilhada que promove a circulação de significado e reconhecimento mútuo, criando senso de unidade entre integrantes.

De acordo com Strang e Meyer (1994), a noção de similaridade tem que ver com o grau com que entendimentos compartilhados são percebidos pelos pesquisadores, com relação ao que se pratica em determinado campo, servindo, assim, como guia de difusão de idéias, seja dando continuidade àquilo que se percebe como modelo apropriado, seja pela imersão social. Nesse sentido, pode explicar, ainda que parcialmente, o fato de os componentes, especialmente os dois maiores, apresentarem diferentes estruturas intelectuais, com presença e grau de envolvimento diferenciado, com relação a obras e autores citados. Cada um deles demonstrou possuir seu quadro de referência, em que preferências ontológicas e epistemológicas estariam amparadas, o que sugere entendimentos compartilhados entre os integrantes de cada componente sobre como fenômenos organizacionais podem ser compreendidos, a partir da perspectiva institucional.

Tal aspecto foi também percebido por meio da afinidade intelectual, quando organizada por meio das referências citadas pelos pesquisadores de cada componente, posicionados proximamente, sem nenhuma associação com seu relacionamento social, mas evidenciando

justamente a provável influência social na formação de quadros interpretativos. Não seria demais admitir, portanto, que as ligações sociais entre pesquisadores facilitam a difusão de idéias geradas no âmbito da produção científica, embora o mecanismo da similaridade não possibilite maiores margens de compreensão sobre o modo como se deu tal fato. Além disso, agora raciocinando num outro sentido pelo mesmo mecanismo de similaridade, é possível esperar que as ligações sociais se dêem pela afinidade intelectual. Desse modo, a configuração social dos componentes de colaboração envolveria, entre outros mecanismos, a aproximação de pesquisadores por meio de seu mútuo reconhecimento como similares no modo de articular o conhecimento. Isso, porém, não parece ser mecanismo primário, mas secundário, na medida em que pesquisadores mais antigos tendem a dominar a produção, fazendo a recepção de entrantes. Portanto, embora a configuração social possa ser em alguma medida explicada por mecanismos de similaridade, o que os resultados evidenciam é a presença de outro mecanismo, voltado mais para a centralização existente nos componentes, como será visto adiante. Essa característica, esboçada em estruturas do tipo escolha preferencial e estratificação da produção, influencia o sistema de comunicação acadêmica, modelando o conhecimento e também formando multiplicadores, como se viu ao longo do trabalho.

A similaridade, porém, embora possa estar associada aos relacionamentos sociais e também à estrutura intelectual, não permite considerar o comprometimento dos pesquisadores sobre a perspectiva por que optaram seguir. Trata-se agora da questão da solidariedade, que tem que ver com o reforço intelectual e a tendência à imersão verificada no campo ou parte dele. Para tanto, outros aspectos precisariam ser evidenciados; com base nos resultados da pesquisa, foi possível percebê-los, quando se constatou o baixo grau de referências cruzadas, acompanhado de um volume significativamente mais elevado de autocitações. A questão da solidariedade também pode explicar o indicador E-I Index encontrado quando avaliada a propensão às relações externas ao componente, no que toca às referências utilizadas. Tais aspectos, dessa forma, se reportam à validação local demonstrada pelo conhecimento gerado pelo componente, bem como pelo modo como está fundamentado.

Considerados conjuntamente, similaridade e solidariedade remetem à questão da identificação social, ou seja, processo pelo qual determinada visão de mundo, aqui ligada ao modo como o conhecimento se articula com fenômenos organizacionais, ganha expressão em face daqueles com quem os membros de certa comunidade interagem, definindo um senso compartilhado da realidade (MACHADO-DA-SILVA; NOGUEIRA, 2001).

Dessa forma, ambos os aspectos – similaridade e solidariedade – apresentam relação com a difusão de idéias, mais especificamente com o modo como a perspectiva institucional

se articula com os estudos organizacionais, o que converge no que se verificou, a partir da apropriação da teoria institucional, de modo singular pelos dois maiores componentes do campo. Dessa forma, a constatação de que a estrutura intelectual do campo, ou mesmo de seus componentes, vem incorporando e combinando elementos teóricos, conforme representados nas redes de co-citação vistas ao longo dos diferentes períodos analisados, requer considerações adicionais que possam auxiliar a compreensão de fatores que contribuíram para tal acontecimento. Campbell (2005) sugere que tais aspectos sejam considerados procurando-se compreender os modos ou condições em que a difusão ocorreu no campo. Parece adequado tratar de processos de tradução e bricolagem, respectivamente, referentes ao ajuste ou combinação de elementos que configurem o quadro referencial para a construção do conhecimento. Tratados indistintamente parecem explicar certos achados da pesquisa, na medida em que provocam desdobramentos que envolvem não apenas o compartilhamento de idéias, como também aspectos normativos e interesses.

Mecanismos cognitivos, portanto, podem envolver preferências intelectuais de como a perspectiva deve ser organizada, o que explica as diferenças entre as estruturas cognitivas, a proeminência e a popularidade de textos e autores citados nos componentes. De acordo com os achados da pesquisa, os pesquisadores articularam o conhecimento no campo, de modo a refletir a forma como acreditam que deva ser estabelecida a compreensão de fenômenos organizacionais, à luz da perspectiva institucional. Além disso, os resultados concernentes ao encadeamento temporal mostraram a incorporação do conhecimento precedente na produção intelectual subsequente. Esse aspecto também se relaciona com o modo como pesquisadores rearticulam suas bases intelectuais, de modo a permanecerem adequadas, evidenciando também o caráter normativo da estrutura intelectual, ou seja, desdobramentos da perspectiva institucional são normalmente articulados sobre concepções previamente dispostas na estrutura intelectual, em concordância com Mizruchi e Fein (1999).

A incorporação do conhecimento pode envolver a tentativa de manter certo grau de identificação entre pesquisadores, o que se mostrou mais fortemente no interior dos próprios componentes, atribuindo-lhes o potencial de imersão, combinando novos elementos na estrutura vigente, ajustando-se e mudando, mas sem desarticular sua base cognitiva fundamental. Isso pode explicar ainda o fato de manterem-se distintos, mesmo com o crescimento da rede. Tais aspectos apontam, portanto, não para uma condição de inércia intelectual, mas de constante mudança, o que tem que ver com as análises de Kirschbaum e Vasconcelos (2005) quanto à transformação em campos culturais, especialmente no tocante à transição de um caráter mais normativo para competitivo. No entanto, conforme já apontado

nas limitações desse estudo, a dimensão competitiva foi pouco trabalhada no presente trabalho.

Por fim, mecanismos de tradução ao longo de processos de construção do conhecimento podem envolver o debate pelo reconhecimento acadêmico e legitimidade das perspectivas defendidas por diferentes conjuntos de pesquisadores ou por atores com maior poder de influenciar a produção científica. Como se verá a seguir, em conjunto com elementos relacionais, tal aspecto pode contribuir para explicar o fato de a trajetória de desenvolvimento dos dois maiores componentes do campo ter ocorrido em paralelo, definindo não apenas limites de colaboração social como também de quadro referencial para a produção de trabalhos.

4.4.2 Mecanismos Relacionais

Sobre os aspectos discutidos até aqui incidem também implicações relacionais, admitindo-se que a ligação entre pesquisadores remete a formas de cooperação e reconhecimento mútuo, que se estendem para além de qualquer ato de produção científica isoladamente. Deste modo, mecanismos relacionais exercem influência sobre o comportamento dos atores de modo amplo, seja enquanto canais para difusão de práticas e perspectivas, seja no modo como se identificam mutuamente, seja ainda na articulação de idéias para a compreensão de fenômenos organizacionais. Nesse sentido, mecanismos relacionais podem estar associados à retenção do conhecimento no campo, envolvendo sua difusão, legitimação e incorporação, além da organização social enquanto grupos intelectuais distintos.

Como se viu nos resultados da pesquisa, constatou-se um campo fragmentado, marcado pela presença de cinco componentes maiores, dois deles bastante destacados em relação aos demais, tanto pelo número de pesquisadores envolvidos, quanto pelo volume de artigos produzidos ao longo do período investigado. Anteriormente, especulou-se sobre alguns aspectos que pudessem explicar essa formação, especialmente o fato de se manterem distantes, mesmo diante do crescimento do campo. O que se concluiu remete a processos ligados à similaridade e solidariedade nesses agrupamentos que acabam por reforçar sua identidade coletiva, definindo-os não apenas socialmente, mas intelectualmente. No entanto pouco se tratou sobre os relacionamentos sociais que sustentam tais processos, o que significa considerar que o fluxo de difusão de idéias e compartilhamento de perspectivas não ocorre desordenadamente, mas por redes sociais entre pesquisadores, cujas características podem

também ter contribuído para a configuração da perspectiva institucional nos estudos organizacionais nos seus moldes atuais.

No interior dos maiores componentes, o que se observou foram estruturas policéfalas (DIANI, 2003b). Neste tipo de estrutura, os relacionamentos são caracterizados pela presença de certos pesquisadores com maior número de ligações que os demais, de modo que a se apresentarem em melhor posição de controlar o fluxo relacional no interior da rede, o que em contrapartida lhes confere influência destacada na dinâmica de construção do campo. No caso do componente principal, vale destacar seu grau mais marcante de centralização, o que lhe atribui mais fortemente característica de estrutura do tipo estrela, cujo papel de coordenação do pesquisador central é bastante acentuado. Contudo, em ambos os referidos componentes, os autores mais centrais são também categorizados como continuantes, sendo ainda aqueles com maior tempo de atividade no campo. Embora existam variações quanto às diferenças entre as características estruturais desses componentes, ficou evidente o crescimento do campo seu deu em seu entorno. Diferentes razões podem ter contribuído para isso, razões comentadas a seguir.

A primeira delas remete ao fato de que a existência de autores mais centrais e continuantes implica considerá-los força de difusão e de legitimação do conhecimento praticado no campo, diante do capital social que construíram (ZUCKER; DARBY, 1996). Como tais, podem apresentar a preocupação em cultivar relacionamentos que possam dar prosseguimento aos desenvolvimentos intelectuais em que se encontram envolvidos. De forma menos intencional, autores mais centrais estão envolvidos em grande número de relacionamentos, ativando uma gama de contatos, de modo a ganharem proeminência ou visibilidade enquanto canal influente de informação (WASSERMAN; FAUST, 1994). Diante disso, pode-se inferir que pesquisadores com essas características são capazes de exercer certa liderança, no sentido de promoverem a difusão de idéias, mobilizar estruturas e gerar produção científica. Assim, em face das características apresentadas ao longo da construção da perspectiva institucional, tal aspecto parece ter sentido, especialmente para o primeiro componente, mais centralizado e fortemente associado a relações hierarquizadas entre aluno e orientador, mas também, em menor escala, para o segundo maior componente. Em ambas as situações autores mais centrais coincidem com continuantes.

Ademais, de acordo com Braun, Glanzel e Schubert (2001), continuantes exercem importante papel na construção do conhecimento, especialmente na consolidação da produção e na articulação com outras categorias de autores, como entrantes ou transientes. Mais do que isso, continuantes atuam como disseminadores, mantendo alto grau de conectividade com

outros atores (WAGNER; LEYDESDORFF, 2005). Nessas circunstâncias, sua atuação na estruturação do campo ocorre mediante o mecanismo de escolha preferencial, o que significa afirmar que os relacionamentos entre pesquisadores são desigualmente distribuídos, estando mais concentrados naqueles mais proeminentes, cujo alto grau de conectividade tende a se acentuar. Diante disso, a consideração de estratificação social nas redes de colaboração para a produção científica, conforme os achados deste trabalho, possibilita acreditar na atuação mais consistente de determinados pesquisadores na estruturação dos componentes e, por conseqüência, da estrutura intelectual do campo. Pesquisadores com destacada reputação ou que representem acesso a recursos, como, por exemplo, experiência ou conhecimento, tendem a ser mais acessados e, em função disso, aumentam seu prestígio, ao mesmo tempo que exercem influência sobre o conhecimento produzido (vide MERTON, 1996 e MOODY, 2004), ambos aspectos que parecem ter sentido diante dos resultados dos procedimentos de pesquisa.

Adicionalmente, cabe registrar que esses mesmos pesquisadores também apresentaram as maiores centralidades de intermediação, característica estruturalmente ligada ao seu potencial controle das interações. Na situação em estudo, isso indica, por um lado, a dependência de parte dos demais autores e, por outro, sua influência sobre a circulação de idéias no campo; haja vista que se trata de redes de colaboração para a produção de trabalhos científicos, o que implica articulação de idéias.

No entanto, entre os dois componentes, a similaridade expressa pela estratificação em cada um deles, com pesquisadores ligados a um conjunto de pares desproporcionalmente maiores que os demais, não converge na relação de dependência em torno dos autores mais centrais. Enquanto, no componente principal, as evidências indicaram forte poder de influência local de um pesquisador, no segundo maior componente a difusão de informação tem maior probabilidade de seguir por vias alternativas. De qualquer forma, mais uma vez, isso remete à provável influência exercida na elaboração de estruturas cognitivas. Autores centrais tendem a difundir mais rapidamente suas idéias no campo, ao passo que, devido ao acúmulo de visibilidade que adquirem, possuem a tendência de serem também mais consumidos. Isso pode ser percebido a partir dos dados sobre a representatividade dos pesquisadores nacionais na base de referência, bem como sua popularidade no campo, em especial, nos componentes de que fazem parte.

Nesse caso, a própria estrutura relacional dos componentes pode exercer influência na difusão do conhecimento, já que quanto maior a centralização, maior a probabilidade de haver influência de autores que compõem certos quadros de referência, homogeneizando a estrutura

cognitiva. Desse modo, o processo pelo qual ocorre a difusão de textos ou autores citados, ou ainda a formação de identidades sociais, fundadas em perspectivas compartilhadas, é condicionada pela configuração relacional entre pesquisadores.

Em sentido adverso ao até aqui discutido por meio dos mecanismos de intermediação e estratificação, mas ainda deles dependentes, a estrutura cognitiva pode seguir caminhos cerimoniais, pelos quais determinadas unidades citadas passam a ser mais consideradas como meios simbólicos de legitimação de idéias do que fundamento epistemológico. A estratificação expressa pela distribuição de citações pode ser reflexo disso, o que pode fazer relação com o *h-index* dos autores citados; autores prestigiados tenderiam a ser ainda mais utilizados e de forma mais diversificada. Citações cerimoniais, embora ligadas a mecanismos cognitivos, também têm relação com aspectos relacionais no contexto aqui tratado e podem estar associadas aos resultados vistos no encadeamento temporal, já que os resultados mostraram que a estrutura intelectual sofre maior impacto da popularidade e proeminência de autores citados, conforme observado em períodos anteriores, o que reforça o componente normativo ligado ao conjunto de relacionamentos de colaboração social para a construção do conhecimento científico.

Os resultados da pesquisa também apontaram para outras situações em que mecanismos relacionais influenciam a estrutura intelectual. Nesse caso, as características estruturais da rede social, em especial no que decorre de aspectos ligados à estratificação e intermediação, exerceram influência sobre a base de referências do campo, conforme se constatou por meio do indicador E-I Index e da técnica MRQAP. Um novo relacionamento no componente, à primeira vista, parece sofrer com o efeito da imersão, ou seja, as relações existentes exercem certa força em favor da promoção do alinhamento intelectual.

Porém cabe refletir que os relacionamentos existentes no componente não são isolados da estrutura intelectual; pelo contrário, são sustentados por ela, dando sentido e assegurando legitimidade da perspectiva defendida. Por essa razão, o efeito da imersão, fruto dos relacionamentos sociais, não pode ser entendido linearmente, do social para o intelectual, mas recursivamente, remetendo aos já comentados mecanismos cognitivos. Similarmente, casos de difusão de novas idéias também podem ser vistos dessa forma: se a construção da perspectiva institucional recebe novas idéias, isso implica que foram consumidas e articuladas com o conhecimento no campo. Ao passo que são incorporadas em novos trabalhos, passam também por avaliação social, de modo que, caso sejam aceitas, podem usufruir dos canais de cooperação existentes para o prosseguimento de sua difusão. Tais aspectos remetem ao que se

constatou sobre a influência do *eigenvector* sobre a popularidade e proeminência das citações na análise do encadeamento temporal.

Mecanismos relacionais de intermediação e estratificação podem estimular o consumo de determinadas idéias, favorecendo sua aceitação e estimulando novas pesquisas. Tais mecanismos podem ser também responsáveis pela difusão para além das fronteiras dos componentes, já que a reputação alcançada por certos pesquisadores, associada ao fato de também serem os mais prolíficos, os colocam como base de referência para o desenvolvimento de novos trabalhos. Por outro lado, podem transmitir legitimidade para essas pesquisas, estabelecendo um ponto de contato com o conhecimento já reconhecido e considerado válido (VERGARA; CARVALHO JR., 1995; MCKINLEY, MONE; MOON, 1999; OFORI-DANKWA; JULIAN, 2005). Em outros termos, aspectos relacionais expressos pela rede de colaboração, associados à produtividade e visibilidade de pesquisadores, podem influenciar, por meio da estrutura cognitiva resultante no campo, toda uma gama de pesquisadores, mesmo que não existam relacionamentos sociais entre eles. Os resultados expressos na rede de afinidade intelectual e o grau de popularidade constatado por determinados textos e autores no campo como um todo podem também ser condicionados por esse aspecto. Nesse sentido, pode-se inferir que a formação de comunidades naturais precede, em alguns casos, os relacionamentos de cooperação.

4.4.3 Mecanismos Políticos/Intelectuais

Este tipo de mecanismo já vinha sendo tratado nas análises precedentes, mas aqui será pontuado com maior precisão. Trata-se de processos pelos quais a construção da perspectiva institucional se deu por meio do debate intelectual pelo reconhecimento de pretensões de conhecimento sobre o modo adequado de interpretação dos fenômenos no campo. Nesse sentido, envolve tanto aspectos cognitivos, como relacionais, já previamente considerados.

O que se tratou até aqui mostrou que o campo é caracterizado por sua fragmentação, mas que se organizou em torno de dois conjuntos de pesquisadores, sem conexões de colaboração entre si, que apresentaram crescimento paralelo, mas não igualmente representativo, quanto ao número de artigos publicados e adesão de membros da comunidade acadêmica. Essa segmentação da estrutura social, em concordância com Diani (2003b), criou uma situação propícia ao debate intelectual, na qual os componentes, por se absterem de cooperação, podem adotar postura competitiva entre si. Diante disso e dos aspectos discutidos anteriormente, afirmar que esses componentes também conformam fronteiras sociais e

simbólicas, defendidas por seus membros, não parece contraditório, já que ambos mostraram forte ligação com perspectivas, associadas a mecanismos de lideranças intelectuais, estratificação e solidariedade. Por outro lado, as próprias escolhas intelectuais elaboradas pelos componentes ao longo do tempo, e que podem representar o elemento competitivo no campo, revelam diferenças quanto ao modo de compreender a perspectiva institucional no âmbito dos estudos organizacionais, a ponto de minimizar possibilidades de cooperação.

Um dos desdobramentos ligados a esse aspecto remete novamente à questão da teorização. Trata-se de um mecanismo cognitivo em especial, e comumente tratado na literatura sobre movimentos sociais (vide BENFORD; SNOW, 2000; CAMPBELL, 2005), chamado enquadramento (*framing*). Esse mecanismo pressupõe que a disseminação de idéias não ocorre de maneira neutra, mas mediada por esquemas de interpretação que organiza o conhecimento no sentido de estabelecer o alinhamento entre as perspectivas de disseminadores e receptores. Mais do que isso, conforme explicam Lounsbury, Ventresca e Hirsch (2003), no estudo de movimentos sociais, *frames* referem-se aos contextos em que modelos apropriados e compartilhados são construídos, com forte associação à ação política. Numa versão mais crítica, esse tipo de mecanismo pode ser entendido como a utilização do discurso em favor de interesses seccionais, o que requereria procedimentos qualitativos de análise de conteúdo ou do discurso para verificar tais aspectos. No entanto, considerado amplamente como reflexo da dinâmica conversacional entre atores num campo, pode estar ligado mais à noção de lógica institucional, como sugeriram McAdam e Scott (2005), referindo-se a processos coletivos de interpretação e construção social, ligados a estruturas cognitivas compartilhadas, mas em estado controvertido a outros grupos. Nesse último sentido, é possível estabelecer alguma conexão com os aspectos tratados ao longo dos procedimentos de pesquisa.

A idéia de *framing* como mecanismo de construção do conhecimento científico na perspectiva institucional nos estudos organizacionais pode ter seus efeitos expressos estruturalmente pelo desenvolvimento paralelo dos dois componentes mais representativos desse campo de estudos. Os aspectos tratados anteriormente reforçam o que se trata aqui. Cada um deles apresentou certa homogeneidade interna quanto à base de fundamentação do conhecimento que produzem na forma de artigos, o que possivelmente resulta de suas preferências epistemológicas. Ademais, demonstraram maior tendência à introspecção, com reduzida citação cruzada, citando a si próprios em maior escala e reforçando sua estrutura intelectual por meio da imersão de seus integrantes. Tomando-se que os dois principais componentes cresceram a partir de autores mais antigos no campo, boa parte deles

classificados como continuantes, é possível acreditar que sua atuação possa ter caminhado no sentido de guiar a compreensão dos seguidores, como já discutido ao se considerar mecanismos relacionais. Não que se deva entender isso como ação estratégica planejada previamente, mas no sentido de promoverem intencionalmente a difusão de quadros interpretativos à luz da teoria que lhes fossem considerados adequados, e ao mesmo tempo, aceitáveis na comunidade acadêmica.

As características estruturais delineadas podem ter sido, pelo menos parcialmente, resultado desse processo. Diferenças iniciais, em termos da forma de abordagem, passaram a configurar agrupamentos sociais distintos com diferenças quanto a suas estruturas intelectuais, acentuando-se ao longo do tempo, desencadeando o debate acadêmico no sentido de promover suas perspectivas a fim de alcançar o *status* de abordagem reconhecida e legítima. Tal situação indica diferenças entre idéias defendidas pelos pesquisadores dos dois componentes, colocadas em debate e questionadas à luz de suas preferências quanto ao modo de considerar a relação da perspectiva institucional nos estudos organizacionais. Segundo Poletta e Jasper (2001), isso reforça o que já se havia tratado sobre os mecanismos de solidariedade e de definição de fronteiras no âmbito da construção da abordagem. Mas, além disso, remete a uma lógica de ação para além do aspecto normativo, associado ao quadro de referência interno ao componente, ampliando-se para a defesa de interesses. Aqui considerados idealmente enquanto orientados para a construção do conhecimento, podem também envolver a retórica e o discurso, por vezes não apenas favorecendo certas perspectivas, como não legitimando outras.

Evidentemente, se considerado isoladamente, o mecanismo de enquadramento, no caso aqui estudado, extrapola, ao considerar ambos os componentes homogêneos internamente e igualmente interessados no debate, ou ainda, por sobrevalorizar o papel de determinados pesquisadores nesse debate. No entanto, isso deve ser colocado como ressalva no modo como interpretá-lo, em conjunto com outros elementos já discutidos, já que fazer ciência é também perseguir reconhecimento e legitimidade na comunidade acadêmica (MERTON, 1996) o que raramente ocorre sem disputa intelectual (ASTLEY, 1985; WILLMOTT, 1993). As evidências estruturais já comentadas favorecem a consideração desse aspecto.

Como se viu, a organização social em torno de atores centralmente posicionados nas redes de colaboração tende a promovê-los como forças de difusão e legitimação relevantes na construção da abordagem. Considerados nessa condição, podem ser também geradores de recursos simbólicos e materiais ligados à atividade científica, especialmente por meio de

posições potencialmente assumidas fora da rede de cooperação⁴⁸, por vezes exercendo um papel político no campo e, com isso, envolvendo a rede de colaboradores da qual faz parte.

Nesse sentido, pode-se inferir alguns desdobramentos adicionais da articulação política: (i) as redes de cooperação e a expressão de seu quadro cognitivo na estrutura intelectual do campo podem ser consideradas meios para promover confiabilidade e aceitação de idéias, por envolver e estimular maior compartilhamento, com conseqüências para o reconhecimento intelectual, tanto de pesquisadores em particular, como da perspectiva que defendem; (ii) pode haver influência na produção imparcial de conhecimento, estimulando a disputa acadêmica e a defesa, por vezes ideologizada de perspectivas; (iii) as características de auto-referência e a tendência à imersão provocada pelos relacionamentos no interior dos componentes, podem limitar a circulação de idéias a círculos restritos de pesquisadores, influenciando a combinação ou articulação com outras facetas de interpretação produzidas externamente, as quais podem ser subvalorizadas ou consideradas inadequadas, estabelecendo uma situação de enclausuramento intelectual. Nesse último caso, o risco associado confere com o que Fuller (1999a) designou como *paradigmite*, ou seja, condição em que o alto grau de identificação interna, presente numa comunidade de cientistas, admite a legitimação local do conhecimento por eles produzidos, às custas do diálogo com outras abordagens exteriores, definindo uma fronteira artificial. Porém esses aspectos não passam de possibilidades teóricas ainda a serem investigadas, de modo que as evidências produzidas por meio dos procedimentos de pesquisa não possibilitam comprovar sua inserção na dinâmica do campo.

As ênfases atribuídas ao longo deste tópico a determinados mecanismos sociais enquanto processos envolvidos na construção da perspectiva institucional nos estudos organizacionais no Brasil deram bastante destaque a aspectos ligados a influência potencial de determinados atores, articulando-se politicamente, intermediando relacionamentos e orientando o modo como produzir conhecimento, ou ainda, à elaboração de quadros cognitivos difundidos no campo diante da influência de sua reputação e produtividade. Tais considerações, no entanto, não devem ser compreendidas de modo desarticulado com uma lógica mais ampla, já que, mesmo diante das condições de controle, é pouco provável que isso de fato ocorra irrestritamente a ponto de promover a construção deliberada do campo. Assim,

⁴⁸ Como por exemplo, o status do pesquisador no meio acadêmico, sua posição em entidades do campo de estudos organizacionais, seja em cargos de coordenação de programas de pesquisa, como membro de corpo editorial de periódicos acadêmicos ou de entidades reguladoras, como Capes e CNPq, ou ainda, Anpad e suas divisões acadêmicas.

a construção da perspectiva institucional não se resume nas ações intencionais de determinados pesquisadores ou conjunto deles, embora seja também deles dependente.

Nesse sentido, cabe reforçar que a acumulação do conhecimento é processo social e, portanto, também ligado a questões de conformidade, com o que se considera desejável e aceitável, enquanto desenvolvimento da perspectiva. As configurações da estrutura intelectual, nesse sentido, implicam quadros de referência para a ação, embora sejam elas próprias produto de práticas precedentes, definindo sua reprodução por meio da dinâmica de produção científica, organizada segundo as redes de colaboração. Assim, embora uma abordagem possa ser definida paradigmaticamente, no âmbito de seu programa intelectual conforme defendido pelos agentes enquanto exercem a atividade científica, as implicações discutidas até aqui favorecem sua compreensão não como modelo pronto, mas como processo em curso. Como tal, é (re)produzido por uma comunidade de pesquisadores ao longo da prática científica e expresso na produção acadêmica sob a forma de conteúdo objetivado. Por sua vez, participa da elaboração de quadros de referência para a rearticulação sucessiva dos modos como o conhecimento é construído.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho adotou como propósito investigar a construção do conhecimento científico na perspectiva institucional nos estudos organizacionais. Para tanto, orientou-se pela premissa de que se trata de processo recursivo entre as dimensões social e intelectual (epistêmica), no qual estão envolvidos mecanismos relacionais, cognitivos e políticos.

Diferentes recortes foram realizados ao longo do estudo, procurando, primeiramente, descrever as características sociais da organização acadêmica, restrita a laços de cooperação entre pesquisadores, e da estrutura intelectual, associada ao conteúdo substantivo prevalecente nos estudos orientados segundo a perspectiva institucional. Posteriormente, procurou-se conhecer a influência mútua entre essas dimensões, na medida em que são (re)produzidas pela prática de pesquisa. No final, às evidências empíricas foram agregados componentes explicativos, amparados em mecanismos sociais, a fim de expor o processo social de construção do conhecimento científico no âmbito da teoria institucional nos estudos organizacionais no Brasil.

Nessa trajetória, foi possível perceber, por meio de variações nas dimensões social e intelectual, elementos de transformação, ligados à expansão quantitativa da perspectiva institucional, tanto com relação à adesão de novos pesquisadores, quanto pelo maior volume de artigos publicados, expandindo o corpo de conhecimento produzido. Além disso, alterações no âmbito do conteúdo programático da abordagem também ficaram evidentes ao longo desse percurso, firmando-se como quadro compartilhado por diferentes conjuntos de pesquisadores. Por fim, e imbricado nesses dois aspectos, verificou-se que, ao longo desse processo de construção da perspectiva, sua organização social foi ganhando forma, delimitando fronteiras intelectuais e sociais no campo, com conseqüências sobre o próprio processo de construção do conhecimento.

Foram identificados 258 autores, dentre os quais 56 foram categorizados como continuantes ou transientes e que compuseram a base mais estável da produção científica. Em torno deles se desenvolveu boa parte dos relacionamentos de colaboração e, por conseguinte, a própria organização social da perspectiva institucional.

O crescimento da cooperação evidenciado no campo mostrou também forte associação entre a atuação de autores continuantes e a estratificação na produção científica, com desdobramentos na difusão do conhecimento científico. Os resultados indicaram que a produção científica se concentrou ao redor de poucos pesquisadores, que, por serem também bastante centralizados com relação ao volume de laços de co-autoria que compartilham com

outros atores, parecem ter exercido certo poder de difusão no tocante ao conteúdo das idéias apresentadas nos trabalhos. Por essa razão, estiveram também entre os autores mais proeminentes e mais populares no campo ao longo do período investigado.

Nesse contexto, a adesão de novos pesquisadores ao campo foi marcada pela presença acentuada de *one-timers* (60,1% do total), indivíduos com apenas uma única inserção de produção científica ao longo do período analisado e com maior propensão a estarem às margens da rede de cooperação do que efetivamente inseridos em agrupamentos de pesquisadores. No entanto, a expressão dessa categoria também está ligada ao volume de trabalhos por eles publicados (36,5% do total), indicando que, em certa medida, a perspectiva institucional vem demonstrando atratividade como quadro analítico para os fenômenos organizacionais, difundindo-se para além dos principais conjuntos de pesquisadores. Nesse sentido, a categoria dos *one-timers* contribuiu com a estruturação do campo, especialmente na influência sobre sua estrutura intelectual, atribuindo reconhecimento e prestígio a autores citados, com destaque para aqueles envolvidos com a produção nacional.

Mais do que isso, a organização social do campo trouxe elementos em favor de sua estratificação, verificada enquanto escolha preferencial. Tal aspecto faz relação com o modo como ocorreu a organização social do campo, constatada também por meio do papel central e de intermediação exibidos por diferentes pesquisadores, em especial aqueles categorizados como continuantes e transientes. Dessa forma, o status adquirido por determinados pesquisadores ao longo do tempo, associado ao seu histórico no campo, exerceu atração sobre novos relacionamentos, possivelmente ligado à hierarquização em relações de orientação entre professor-aluno. Esse aspecto, somado ao poder de intermediação apresentado por pesquisadores dessas duas categorias, deu espaço para que se inferisse que a construção da perspectiva institucional esteve atrelada socialmente e intelectualmente a sua atividade, proliferando conhecimento por meio de uma rede de colaboradores.

No período investigado, foi possível também compreender transformações que envolvem a perspectiva institucional enquanto estrutura intelectual em formação, o que diz respeito à caracterização da abordagem como corpo de conhecimento compartilhado e considerado adequado para a compreensão de fenômenos organizacionais.

Os resultados mostraram que a teoria institucional foi gradativamente definindo seu escopo nos estudos organizacionais no Brasil. Inicialmente, parece ter-se apresentado como perspectiva complementar para o entendimento de fenômenos organizacionais, agregando-se a outros quadros teóricos para a compreensão de questões ligadas à estruturação organizacional. Com o tempo, inseriu-se mais amplamente enquanto possibilidade analítica e,

como tal, passou a ser alvo de reflexões que, por sua vez, provocaram dois desdobramentos interessantes: de modo geral, parece ter havido consolidação e refinamento teórico, na medida em que se constituiu um quadro de referência fundamental sobre o qual se sustentam os estudos; mais especificamente, porém, constatou-se que, sobre essa base fundamental, diferentes perspectivas se desenvolveram, demonstrando ênfases teóricas e preferências epistemológicas variadas.

Assim, enquanto certas fontes de pesquisa, autores ou textos se mostraram bastante difundidas, outras permaneceram restritas a contornos sociais relativamente bem definidos, proliferando em determinados grupos de pesquisadores. Os resultados apontaram distinções quanto à estrutura intelectual em diferentes partes do campo, as quais tiveram forte relação com os relacionamentos de colaboração. Nesse sentido, foi possível verificar a influência exercida pela dimensão social sobre a afinidade intelectual entre pesquisadores, com destaque para os dois maiores componentes da rede de cooperação. Dessa forma, constatou-se que, além da relação com os aspectos ligados à estratificação e ao papel central desempenhado por autores continuantes, em especial, e também por transientes, a organização social dos componentes possui fundamentação substantiva específica, com relação aos quadros compartilhados de referência e, por sua vez, orientam as ações de produção científica.

As diferenças constatadas entre as bases de referências dos dois maiores componentes, além das baixas taxas de citações cruzadas entre eles, ressaltaram a consideração de que o conhecimento produzido no interior de suas fronteiras é mais adequado para a fundamentação de novos trabalhos que aquele gerado em outras partes do campo, principalmente, se originário no outro componente em questão. Além disso, somou-se ao papel de lideranças intelectuais o efeito agregado de imersão de novos integrantes aos quadros de referência típicos de cada componente. Por um lado, isso remete a processos de socialização, ligados à formação intelectual, atuantes nesse sentido; por outro, ligam-se à própria delimitação intelectual em favor de uma perspectiva em especial.

Nesse último sentido, diante da trajetória de não aproximação entre os componentes ao longo do tempo, no que concerne à cooperação para a produção científica e a sua distinção em termos de conteúdo apropriado para a compreensão de fenômenos organizacionais à luz da teoria institucional, inferiu-se a participação de um elemento político no sentido de orientar o debate intelectual em favor da difusão e legitimação do conhecimento no campo.

Diante disso, e de modo mais abrangente, pode-se concluir que o processo investigado ao longo desse trabalho representou a construção da teoria institucional segundo uma trajetória que se tornou, em termos de seu conteúdo programático, menos homogênea, se

comparada aos momentos iniciais de sua introdução no âmbito dos estudos organizacionais no Brasil.

Tal situação, no entanto, não denota a polarização no campo como aspecto igualmente presente ao longo de todo o processo de construção da abordagem. O que se observou foi um processo de distanciamento intelectual entre os dois maiores componentes que se acentuou, mais claramente, na passagem do segundo para o terceiro período. Cabe reforçar que, conforme a explicação de Caldas e Fachin (2007), o componente principal, em última instância, é pioneiro no campo, de modo que dali para adiante ocorreu um processo de difusão, inicialmente caracterizado pelo trabalho de seguidores. Porém, ao longo do tempo, a homogeneidade inicial, percebida em termos de referências compartilhadas e citações cruzadas, foi adquirindo novos contornos, de tal modo que, embora tenha sido possível verificar seu embasamento fundamental, a diversidade quanto aos recortes epistemológicos e temáticos foi-se tornando mais saliente. Decorreram desse aspecto divergências intelectuais que marcam o debate no campo; mas, por outra ótica, informam certa autonomia e criatividade apresentada pelos pesquisadores no contexto da produção nacional.

Por essa razão, diferentemente do apregoado por Carvalho, Goulart e Amantino-de-Andrade (2005), embora evidente o apego a referências estrangeiras para a construção do conhecimento, isso não reverteu em subordinação ou dependência do conhecimento produzido pelos pesquisadores ao longo dessa trajetória. As transformações intelectuais, motivadas pela organização social do campo, em comparação com o que se vem produzindo internacionalmente, sugere a presença de elementos originais, especialmente no tocante às discussões ligadas aos fundamentos teóricos da abordagem. Além disso, pesquisadores nacionais figuram entre os mais proeminentes no campo analisado, o que possibilita reconsiderar certas posições admitidas para o campo dos estudos organizacionais, conforme constatado por Rodrigues e Carrieri (2001). No âmbito da teoria institucional, os resultados apontam que pesquisadores nacionais, embora limitados em número, vêm adquirindo o reconhecimento acadêmico por seus pares, exibidos nas altas taxas de citação e também na representatividade de determinados pesquisadores nos quadros de fundamentação do campo. Nessas circunstâncias, é possível considerar que se tenha alcançado certo nível de sedimentação da abordagem que, provavelmente, resultará em novas perspectivas no futuro. Os desdobramentos intelectuais enfatizados pelo debate entre os dois maiores componentes indicam veios de pesquisa promissores, conforme já apontaram Caldas e Fachin (2007), além disso, evidenciam possibilidades de desenvolvimento teórico da perspectiva, à luz de reflexões articuladas ao longo de vários anos de estudo.

Em termos de seu conteúdo substantivo, as estruturas intelectuais dos maiores componentes expressam escolhas intelectuais, descritas por Caldas e Fachin (2007) como contribuições potenciais para ampliação do corpo teórico do campo, mas que envolvem epistemologias distintas na explicação da dinâmica da mudança institucional. Tem-se, por um lado, uma linha de análise, característica do segundo maior componente, mais apoiada na articulação do institucionalismo com a noção de poder, como elemento estruturante de campos organizacionais. Por outro, conforme considerada em pesquisas conduzidas por representantes do componente principal, tem-se uma abordagem ligada ao estruturacionismo, segundo a qual processos de institucionalização são compreendidos a partir da relação recursiva entre estrutura e agência, espaciotemporalmente delimitada e mediada pela capacidade de interpretação.

Estruturalmente, a construção da perspectiva institucional foi também caracterizada por um movimento que seguiu da centralização para a descentralização, assinalado pela fragmentação do campo em grande número de componentes. No entanto, ao longo desse processo, foram traçadas condições para a existência de dinâmicas próprias no interior dos componentes, especialmente nos dois maiores. Globalmente, a centralização inicial foi enfraquecendo, à medida que houve a dispersão espacial dos pesquisadores que marcaram os primeiros momentos da teoria nos estudos organizacionais, promovendo a adesão de novos adeptos à perspectiva institucional. Ademais, outros entrantes também se incorporaram ao campo, ao passo que a teoria adquiria status de quadro analítico viável nos estudos organizacionais.

No âmbito dos principais componentes, em especial no maior deles, esse processo se assentou com mais força no prestígio acadêmico e na base hierárquica ligada à relação entre professores e alunos. Como foi possível perceber, esse agrupamento demonstra forte dependência de um autor central para o direcionamento da atividade científica. Todavia, foram esses aspectos que possibilitaram a difusão da perspectiva em maior escala, já que os efeitos da estratificação e do prestígio adquirido pelos autores mais antigos no campo foram também força de legitimação da perspectiva nos estudos organizacionais. Além disso, conforme já tratado anteriormente, a atuação de Machado-da-Silva ao longo dos anos criou uma situação caracterizada por um modo de organização de grupo de pesquisa mais centralizado, mas que, no entanto, propiciou a adesão de diversos pesquisadores no campo, os quais podem colaborar com o espalhamento social e intelectual das idéias que fundamentam a perspectiva institucional no componente.

No caso do segundo maior componente, os desdobramentos estruturais parecem ter seguido outro caminho, com conexões com aspectos já mencionados no que concerne às escolhas intelectuais. Menos centralizado, esse componente apresentou características que favoreceram entendê-lo, conforme uma lógica de introspecção. Sua formação social caracterizou-se em contorno diferente de organização de grupo de pesquisa, com ampliação das conexões entre os integrantes. No entanto, apesar do volume produzido no último período analisado, a adesão de novos pesquisadores foi restrita a apenas um entrante, de tal modo que se organizou numa lógica aparentemente voltada para a maior intensidade dos relacionamentos de cooperação entre aqueles pesquisadores que já faziam parte do componente. Deste modo, esse componente apresentou organização social caracterizada pela maior permanência de integrantes nos relacionamentos voltados para a produção científica. Tal situação, entretanto, ao mesmo tempo que favoreceu graus mais elevados de convergência intelectual, trouxe como possibilidade o enclausuramento intelectual.

Diante dessas características do processo de construção da perspectiva institucional, a constatada convergência entre as dimensões social e intelectual dissente com o que, em princípio, não poderia ser considerado como pressuposto, conforme advertiram Leydesdorff e Amsterdamska (1990) e Leydesdorff (1998). No presente estudo, as circunstâncias de delimitação social e intelectual exacerbaram as características de fluidez de informação, práticas e influência nos relacionamentos sociais (MOODY, 2004), acentuadas também em função do pequeno número de membros envolvidos e da proximidade geográfica em que se situam. No entanto, tal convergência não pode desviar atenção para o fato de que se trata de processo não definido pela linearidade entre uma dimensão e outra, mas por sua mútua influência segundo uma lógica de estruturação, cuja prática de produção científica se orienta por recursos cognitivos (dispostos enquanto estrutura intelectual do campo) e relacionais, além de diretrizes para a legitimação e promoção do conhecimento pretendido; mas, ao mesmo tempo, cria as condições para a realização de novas ações, em processo recursivo de construção do conhecimento. Nesse sentido, cabe enfatizar que o elemento intencional não pode ser tratado como preponderante na construção da perspectiva institucional, mas considerado como meio e produto da atividade social orientada para produção do conhecimento.

Assim, recapitulando as considerações teóricas tratadas ao longo deste trabalho, a construção da perspectiva institucional envolve um processo que admite recorrência entre as ações dos pesquisadores, produzindo e se relacionando, mediadas por sua capacidade de interpretar e atribuir significado ao contexto em que se situam (incluindo a estrutura

intelectual e a configuração social do campo), e as propriedades que demarcam os limites e possibilidades para a atividade científica, definindo contextos significativos e legítimos, sendo elas mesmas produto da atividade social dos pesquisadores.

No caso do presente estudo, um desdobramento em especial pode ser ainda mencionado. A configuração social segmentada, com dois grandes componentes com forte identificação para modos peculiares de compreender a perspectiva institucional no âmbito dos estudos organizacionais, propicia circunstâncias favoráveis ao embate intelectual, agregando uma dimensão política necessária à construção do conhecimento e fortemente associada à dinâmica de cooperação e competição na estruturação do conhecimento científico.

Diante das evidências obtidas por meio dos procedimentos de pesquisa, acredita-se haver aproximação teórica com os estudos ligados a movimentos sociais, ou mais propriamente, movimentos intelectuais. Conforme referencial teórico de pesquisa, a noção de movimento aqui não encontra sua base em eventos específicos de mudança da estrutura cognitiva no campo, provocada por agentes especialmente interessados. Diferentemente, o que se propõe é, por um lado, a consideração da noção de movimento de modo amplo, enquanto própria da natureza da atividade científica, envolvendo não apenas a disputa por recursos, reconhecimento, notoriedade, e como não poderia deixar de ser, a divergência de visões de mundo e formas de promover o conhecimento, mas também por considerar uma dinâmica de credibilidade, inerente à articulação entre os agentes e o contexto, conforme Fuller (1999a). Por outro, sob essa ótica, não se sugere a substituição da premissa do consenso na orientação científica, a qual aceita a idéia de prioridade voltada para a descoberta e um sistema de colaboração orientado, em primeira instância, para a construção do conhecimento. Mas a consideração de que esse processo envolve, em muitos casos, organização social em torno de perspectivas ou epistemologias delineadas no sistema de conversação acadêmica, que podem configurar coletividades em que prepondera a regulação reflexiva das condições de reprodução do sistema (GIDDENS, 2003), ou seja, tentativas de influenciar suas propriedades por meio do conhecimento de seu passado e orientando seu futuro, o que no presente caso remete às estruturas intelectuais, às condições de legitimação e ao sistema de reconhecimento ligado à atividade científica. Diante disso, em face de novas possibilidades que possam advir dessa consideração, recomenda-se que a associação entre movimentos intelectuais e a construção do conhecimento científico seja foco de futuras pesquisas.

Outro aspecto para o qual se sugere nortear novos estudos diz respeito à investigação da influência de aspectos contextuais na produção científica, orientando ênfases e temáticas, ou a própria estruturação do campo científico, exercendo pressões sobre o modo como pautam as

atividades acadêmicas e de produção; por exemplo, instruções de órgãos reguladores, como Capes.

Futuras pesquisas poderiam ser realizadas considerando metodologias qualitativas para análise dos artigos produzidos no campo da perspectiva institucional, a fim de aprofundar o conhecimento de aspectos associados à expressão discursada da abordagem. Nesse caso, análises qualitativas de conteúdo ou de estratégias discursivas podem trazer elementos adicionais para a compreensão da construção intelectual do campo, especialmente no que toca aos fundamentos ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos. Além disso, influências e dilemas fundamentais podem também vir a ser objeto de investigação, explorando-se o modo como conceitos ou categorias analíticas fundamentais são articulados.

Ligados aos anteriores, recomenda-se, ainda, a pesquisa do contexto da produção internacional. Embora tenha sido constatada criatividade na produção nacional, descolando-a, em certa medida, do que é produzido internacionalmente, isso foi realizado considerando uma amostra restrita. Dessa forma, a ampliação do estudo do cenário internacional pode trazer elementos relevantes para o entendimento da construção do conhecimento científico, na medida em que se pode comparar seu desenvolvimento ao longo do tempo e traçar correntes teóricas e influências significativas, em termos de autores e perspectivas no perlongar da trajetória intelectual do campo.

Recomenda-se ainda aprofundar os achados aqui dispostos, considerando-os à luz da formação cultural brasileira. A investigação da influência de características como personalismo, paternalismo e orientação ao estrangeiro (OLIVEIRA; MACHADO-DASILVA, 2001) podem ser significativas na compreensão da estruturação do processo de construção do conhecimento científico, possibilitando ponderar outros elementos explicativos subjacentes às características da produção e organização acadêmica, com implicações sobre a construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ABBOT, A. An old institutionalist reads the new institutionalism. **Contemporary Sociology**, v. 21, n. 6, p. 754-756, 1992.
- ADAM, D. The counting house. **Nature**, v. 415, p. 726-729, 2002.
- ALEXANDER, J. C.; SMITH, P. The strong program in cultural theory: elements of a structural hermeneutics. In: TURNER, J. (Org.). **Handbook of sociological theory**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2002. p. 135-150.
- ALVARADO, R. U. A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 14-20, 2002.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARUNACHALAM, S. Citation analysis: do we need a theory? **Scientometrics**, v. 43, n. 1, p. 141-142, 1998.
- ASSIS, J. P. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 19, p. 133-164, 1993.
- ASTLEY, W. G. Administrative science as socially constructed truth. **Administrative Science Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 497-513, 1985.
- ASTLEY, W. G.; VAN DE VEN, A. H. Central perspectives and debates in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, n. 2, p. 245-273, 1983.
- BARABASI, A.; ALBERT, R. Emergence of scaling in random networks. **Science**, v. 286, p. 509-512, 1999.
- BARABASI, A.; JEONG, H.; NÉDA, Z.; RAVASZ, E.; SCHUBERT, A.; VIESEK, T. Evolution of the social network of scientific collaborations. **Physica A**, v. 311, p. 590-614, 2002.
- BALDI, S. Normative versus social constructivist processes in the allocation of citations: a network-analytic model. **American Sociological Review**, v. 63, n. 6, p. 829-846, 1998.
- BATTILANA, J. Agency and institutions: the enabling role of individuals' social position. **Organization**, v. 13, n. 5, p. 653-676, 2006.
- BEN-David, J.; COLLINS, R. Social factors in the origins of a new science: the case of psychology. **American Sociological Review**, v. 31, n. 4, p. 451-466, 1966.
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing process and social movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 611-639, 2000.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, [1967] 1996.

BERTERO, C. O.; VASCONCELOS, F. C.; BINDER, M. P. Estratégia empresarial: a produção científica brasileira entre 1991 e 2002. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 48-63, 2003.

BERTILSSON, M. The structuration theory: prospects and problems. **Acta Sociologica**, v. 27, n. 4, p. 339-353, 1984.

BIGNETTI, L. P.; PAIVA, E. L. Ora (direis) ouvir estrelas: estudo das citações de autores de estratégia na produção acadêmica brasileira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 105-125, 2002.

BLOOR, D.; BARNES, B.; HENRY, J. **Scientific knowledge: a sociological analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

BORGATTI, S. P. Centrality and network flow. **Social Networks**, v. 27, p. 55-71, 2005.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, P. The peculiar history of science reason. **Sociological Forum**, v. 6, n. 1, p. 3-26, 1991.

BOURDIEU, P. La cause de la science. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 106/107, p. 3-10, 1995.

BOWRING, M. A. De/constructing theory A look at the institutional theory that positivism built. **Journal of Management inquiry**, v. 9, n. 3, p. 258-270, 2000.

BOYACK, K. W. Mapping knowledge domains: characterizing PNAS. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 101, n. 1, p. 5192-5199, 2004.

BÖRNER, K.; CHEN, C.; BOYACK, K. W. Visualizing knowledge domains. **Annual Review of Information Science & Technology**, v. 37, p. 179-255, 2003.

BRAAM, R. R.; MOED, H. F.; VAN RAAN, A. F. J. Mapping of science by combined co-citation and word analysis. Structural aspects. **Journal of the American Society for information science**, v. 42, n. 4, p. 233-251, 1991a.

BRAAM, R. R.; MOED, H. F.; VAN RAAN, A. F. J. Mapping of science by combined co-citations and word analysis. II: dynamical aspects. **Journal of the American Society for information science**, v. 42, n. 4, p. 252-266, 1991b.

BRAUN, T.; GLÄNZEL, W.; SCHUBERT, A. Publication and cooperation patterns of the authors of neuroscience journals. **Scientometrics**, v. 51, n. 3, p. 499-510, 2001.

BRYANT, C. G. A.; JARY, D. Anthony GIDDENS: a global social theorist. In: BRYANT, C. G. A.; JARY, D. (Org.). **The contemporary Giddens**. New York: Palgrave Macmillan, 2001. p. 3-39.

BUDD, J. M. Citations and knowledge claims: sociology of knowledge as a case in point. **Journal of Information Science**, v. 25, p. 265-274, 1999.

CALDAS, M. P.; FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Org.). **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 69-79.

CAMIC, C. Sociology of Knowledge. In: SMELSER, N; BATES, P. (Org.). **International Encyclopedia of the Social Sciences**. Elsevier, 2001. p. 8143-8148.

CAMPBELL, J. L. Where do we stand? Common mechanisms in organizations and social movements research. In: DAVIS, G. F.; McADAM, D.; SCOTT, W. R.; ZALD, M. N. (Org.). **Social movements and organization theory**. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 41-68.

CARVALHO, C. A.; GOULART, S. G.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Internacionalização subordinada. É possível subverter as regras do jogo! In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: Anpad, 2005. p. 21-16.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.

CHEN, C. Searching for intellectual turning points: Progressive knowledge domain visualization. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 101, n. 1, p. 5303-5310, 2004a.

CHEN, C. Detecting and mapping thematic changes in transient networks. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION VISUALIZATION (IV' 04), 8., 2004, London. **Proceedings...** London: IEEE Computer Society Press, 2004b. p. 1023-1034.

CHEN, C. The centrality of pivotal points in the evolution of scientific networks. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTELLIGENT USER INTERFACE, 10., 2005, San Diego, CA, USA. **Proceedings...** San Diego, 2005a. p. 98-105.

CHEN, C. Measuring the movement of a research paradigm. In: SPIE-IS&T: VISUALIZATION AND DATA ANALYSIS, 2005, San Jose, CA, USA. **Proceedings...** San Jose, 2005b. p. 63-76.

CHEN, C. CiteSpace II: Detecting and visualizing emerging trends and transient patterns in scientific literature. **Journal of the American Society for information Science and Technology**, v. 57, n. 3, p. 359-377, 2006a.

CHEN, C. **Information visualization: beyond the horizon**. 2. ed. London: Springer, 2006b.

CHEN, C. **Help request** [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <edson.guarido@gmail.com> em 6 set. 2007.

CHEN, C., CHEN, Y.; MAULITZ, R. C. Understanding the evolution of NSAID: a knowledge domain visualization approach to evidence-based medicine. In:

INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION VISUALIZATION (IV 2005), 9, 2005, London. **Proceedings...** London: IEEE Computer Society, 2005. p. 945-952.

CHEN, C.; PAUL, R. J. Visualizing a knowledge domains intellectual structure. **Computer**, v. 34, n. 3, p. 65-71, 2001.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. p. 27-57.

COHEN, I. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.), **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 393-446.

COLE, S. Merton's contribution to the sociology of science. **Social Studies of Science**, v. 34, n. 6, p. 829-844, 2004.

COLLINS, R. Development, diversity, and conflict in the sociology of science. **The Sociological Quarterly**, 24(Spring), p. 185-200, 1983.

CRONIN, B. Metatheorizing citation. **Scientometrics**, v. 43, n. 1, p. 45-55, 1998.

CRONIN, B. Normative shaping of scientific practice: the magic of Merton. **Scientometrics**, v. 60, n. 1, p. 41-46, 2004.

CRUBELLATE, J. M. Três contribuições conceituais neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: Anpad, 2005.

CUPANI, A. **A propósito do Ethos da ciência**. Episteme, v. 3, n. 6, p. 16-38, 1998.

DACIN, M. T. Institutional and organizations. **Administrative Science Quarterly**, v. 42, n. 4, p. 821-824, 1997.

DACIN, M. T.; GOODSTEIN, J.; SCOTT, W. R. Institutional theory and institutional change: introduction to the special research forum. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 45-57, 2002.

DAVIS, G. F. Mechanisms and the theory of organizations. **Journal of Management inquiry**, v. 15, n. 2, p. 114-118, 2006.

DAVIS, G. F.; MARQUIS, C. Prospects for organization theory in the early twenty-first century: institutional fields and mechanisms. **Organization Science**, v. 16, n. 4, p. 332-343, 2005.

DEKKER, D.; KRACKHARDT, D.; SNIJDERS, T. A. B. Sensitivity of MRQAP tests to collinearity and autocorrelation conditions. **Psychometrika**, v. 72, n. 4, p. 563-581, 2007.

DIANI, M. Introduction: social movements, contentious action, and social networks: "from metaphor to substance"? In: DIANI, M.; McADAM, D. (Org.). **Social movements and network**. Oxford: Oxford University Press, 2003a. p. 1-18.

DIANI, M. Networks and social movements: research programme. In: DIANI, M.; McADAM, D. (Org.). **Social movements and networks**. Oxford: Oxford University Press, 2003b. p. 299-319.

DIANI, M.; BISON, I. Organizations, coalitions, and movements. **Theory and Society**, v. 33, n. 3/4, p. 281-309, 2004.

DIMAGGIO, P. Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, L. G. (Org.). **Institutional patterns and organizations**. Cambridge: Ballinger, 1988. p. 3-22.

DIMAGGIO, P. Comments on "What theory is not". **Administrative Science Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 391-397, 1995.

DIMAGGIO, P. The production of scientific change: Richard Peterson and the institutional turn in cultural sociology. **Poetics**, v. 28, n. 2-3, p. 107-136, 2000.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. W. Introduction. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. (Org.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 1-38.

DING, Y.; CHOWDHURY, G.; FOO, S. Mapping the intellectual structure of information retrieval studies: an author co-citation analysis, 1987-1997. **Journal of Information Science**, v. 25, n. 1, p. 67-78, 1999.

DODGE, Y. **The concise encyclopedia of statistics**. Springer, 2008.

DOMINGUES, J. M. **Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

EDGE, D. Why I am not a co-citationist. **Essays of an Information Scientist**, v. 3, p. 240-246, 1977.

EMIRBAYER, M.; GOODWIN, J. Network analysis, culture and the problem of agency. **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 6, p. 1411-1454, 1994.

FARASHAHI, M., HAFSI, T.; MOLZ, R. Institutionalized norms of conducting research and social realities: a research synthesis of empirical works from 1983 to 2002. **International Journal of Management Reviews**, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2005.

FLIGSTEIN, N. The structural transformation of American industry. In: POWELL, W.W.; DIMAGGIO, P. (Org.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 311-336.

FLIGSTEIN, N. Fields, power, and social skill: a critical analysis of the new institutionalism. (Rep. No. Paper wps-199-01). **Center for Culture, Organizations and Politics**, 1999.

FLIGSTEIN, N. Social skill and the theory of fields. **Sociological Theory**, v. 19, n. 2, p.105-1025, 2001.

FONSECA, V. S. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (Org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 47-66.

FONSECA, V. S.; MACHADO-da-Silva, C. L. Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição. **Organizações & Sociedade**, v. 9, n. 25, p 93-109, 2002.

FRICKEL, S.; GROSS, N. A general theory of scientific/intellectual movements. **American Sociological Review**, v. 70, p. 204-232, 2005.

FRUMKIN, P.; KAPLAN, G. **Institutional theory and the micro-macro link**. Disponível em: <[http://carbon.cudenver.edu/~gkaplan/Adobe%20Documets/Job%20 Paper%202%20-%20Micro-Macro%20Link%20Paper.pdf](http://carbon.cudenver.edu/~gkaplan/Adobe%20Documets/Job%20Paper%202%20-%20Micro-Macro%20Link%20Paper.pdf), 2000>. Acesso em: 16 nov. 2001

FUCHS, S. **The professional quest for truth: a social theory of science and knowledge**. Albany: State University of New York Press, 1992.

FUCHS, S. A sociological theory of scientific change. **Social Forces**, v. 71, n. 4, p. 933-953, 1993.

FULLER, S. Is science studies lost in the Kuhnian ploton the way back from paradigms to movements. **Science as Culture**, v. 8, n. 4, p. 405-434, 1999a.

FULLER, S. Response to the Japanese social epistemologists: some ways forward for the 21st century. **Social Epistemology**, v. 13, n.3, p. 273-302, 1999b.

FULLER, S. The science wars: who exactly is the enemy? **Social Epistemology**, v.13, n.3/4, p. 243-249, 1999c.

FULLER, S. Discussion note: is there philosophical life after Kuhn? **Philosophy of science**, v. 68, p. 565-572, 2001.

FULLER, S. **Social epistemology**. 2. ed. Bloomington: Indiana University Press, 2002a.

FULLER, S. Not the best of all possible critiques. **Social Epistemology**, v.16, n. 2, p.149-155, 2002b.

GALASKIEWICS, J.; WASSERMAN, S. Introduction: advances in the social and behavioral sciences from social network analysis. In: WASSERMAN, S.; GALASKIEWICS, J. (Org.). **Advances in social network analysis: research in the social and behavioral sciences**. Thousand Oaks: Sage, 1994. p. xi-xvii.

GARFIELD, E. Is citation analysis a legitimate evaluation tool? **Scientometrics**, v. 1, n. 4, p. 359-375, 1979.

GARFIELD, E. When to cite? **Library Quarterly**, v. 66, n. 4, p. 449-458, 1996.

GARFIELD, E. The intended consequences of Robert K. Merton. **Scientometrics**, v. 60, n. 1, p. 51-61, 2004a.

GARFIELD, E. Historiographic mapping of knowledge domains literature. **Journal of Information Science**, v. 30, n. 2, p.119-145, 2004b.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 281-320.

GIDDENS, A. Funcionalismo: après la lutte. In: GIDDENS, A. (Org.). **Em defesa da sociologia**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 115-159.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GLÄZER, J. Social movements as communities. In: TASA 2004 CONFERENCE: REVISIONING INSTITUTIONS AND CHANGE IN THE 21ST CENTURY, 2004. **Proceedings...** La Trobe University, Beechworth Campus, 2004.

GMUR, M. Co-citation analysis and the search for invisible colleges: a methodological evaluation. **Scientometrics**, v. 57, n. 1, p. 27-57, 2003.

GOLDMAN, A. Social Epistemology. In: ZALTA, E. N. (Org.). **The Stanford encyclopedia of philosophy**. Fall 2006 edition. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2006/entries/epistemology-social>>. Acesso em: 10 set. 2006.

GORDON, A. Transient and continuant authors in a research field: the case of terrorism. **Scientometrics**, v. 72, n. 2, p. 213-224, 2007.

GRASSWICK, H. E. The normative failure of Fuller's social epistemology. **Social Epistemology**, v. 16, n. 2, p. 133-148, 2002.

GREGÓIRE, D. A., NOËL, M. X., DÉRY, R.; BÉCHARD, J. Is there conceptual convergence in entrepreneurship research? A co-citation analysis of frontiers of entrepreneurship research, 1981-2004. **Entrepreneurship theory and practice**, v. 30, n. 3, p. 333-373, 2006.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, 2005. p. 1-18.

HAIR, J., ANDERSON, R. E., TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HANNEMAN, R. A.; Riddle, M. **Introduction to social network methods**. Riverside: University of Califórnia, 2005.

HARGENS, L. L. Using the literature: reference networks, reference contexts, and the social structure of scholarship. **American Sociological Review**, v. 65, n. 6, p. 846-865, 2000.

HARGENS, L. L. What is Mertonian sociology of science. **Scientometrics**, v. 60, n. 1, p. 63-70, 2004.

HASSELBLADH, H.; KALLINIKOS, J. The project of rationalization: A critique and reappraisal of neo-institutionalism in organization studies. **Organization Studies**, v. 21, n. 4, p. 697-720, 2004.

HEDSTROM, P.; SWEDBERG, R. Social mechanisms. **Acta Sociologica**, v. 39, n. 3, p. 281-308, 1996.

HENSMANS, M. Social movements organizations: a metaphor for strategic actors in institutional fields. **Organization Studies**, v. 24, n. 3, p. 355-381, 2003.

HIRSCH, P. Sociology without social structure: neoinstitutional theory meets brave new world. **American Journal of Sociology**, v. 102, n. 6, p. 1702-1723, 1997.

HIRSCH, J. E. An index to quantify an individual's scientific research output. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 102, n. 46, p. 16569-16572, 2005.

HOFFMAN, A. J. Institutional evolution and change: environmentalism and the U.S. chemical industry. **Academy of Management Review**, v. 42, n. 4, p. 351-371, 1999.

HOLM, P. The dynamics of institutionalization: transformation process in Norwegian fisheries. **Administrative Science Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 398-422, 1995.

HOPCROFT, J., KHAN, O.; SELMAN, B. Tracking evolving communities in large linked networks. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 101, n. 1, p. 5249-5253, 2004.

IMPERIAL, J.; RODRIGUEZ-NAVARRO, A. Usefulness of Hirsh's h-index to evaluate scientific research in Spain. **Scientometrics**, v. 71, n. 2, p. 271-282, 2007.

JACOBS, S. The genesis of scientific community. **Social Epistemology**, v. 16, n. 2, p. 157-168, 2002.

JEPPERSON, R. Institutions, institutional effects, and institutionalism. IN: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. (Org.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 143-163.

JONES, C.; MUNRO, R. Organization theory, 1985-2005. **Sociological Review Monograph**, v. 53, n. 2, p. 1-15, 2005.

KIRSCHBAUM, C.; VASCONCELOS, F. C. Career dynamics in normative and competitive fields: the American jazz's case. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: Anpad, 2005.

KLAVANS, R.; BOYACK, K. W. Identifying a better measure of relatedness. **Journal of the American Society for information Science and Technology**, v. 57, n. 2, p. 251-263, 2006.

KRACKHARDT, D.; STERN, R. Informal networks and organizational crises: an experimental simulation. **Social Psychology Quarterly**, v. 51, n. 2, p.123-140, 1988.

KROPF, S. M.; LIMA, N. T. Os valores e a prática institucional da ciência: as concepções de Robert Merton e Thomas Kuhn. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 5, n. 3, p. 1-17, 1999.

KUHN, T. **The trouble with the historical philosophy of science**. Cambridge: Harvard Univ, 1992.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, [1970] 2006.

KURZMAN, C. Epistemology and the sociology of knowledge. **Philosophy of the social sciences**, v. 24, n. 3, p. 267-290, 1994.

LACEY, H. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

LAWRENCE, T. B. Institutional strategy. **Journal of Management**, v. 25, n. 2, p. 161-188, 1999.

LAWRENCE, T. B. and SUDDABY, R. Institutions and institutional work. **Manuscrito**, 2005. Disponível em: <<http://www.bus.ualberta.ca/rsuddaby/Publications/Lawrence%20and%20Suddaby%20-20Institutions%20and%20Institutional%20Work.doc>>. Acesso em: 26 fev. 2006.

LAZZARINI, S. G. From alliance networks to multilateral alliances: understanding the organization of multiple-firm in the context of the global airline industry. **Working paper**, 2005. Disponível em: <<http://www.sergiolazzarini.ibmecsp.edu.br/alliancemultilateral2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2007.

LEE, S.; BOZEMAN, B. The impact of research collaboration on scientific productivity. **Social Studies of Science**, v. 35, n. 5, p. 673-702, 2005.

LENOIR, R. Scientific habitus. Pierre Bourdieu and the collective intellectual. **Theory, culture & society**, v. 23, n. 6, p. 25-43, 2006.

LENOIR, T. Quantitative foundations for the sociology of science: on linking blockmodeling with co-citation analysis. **Social Studies of Science**, v. 9, p. 455-480, 1979.

LEYDESDORFF, L. Theories of citation? **Scientometrics**, v. 43, n. 1, p. 5-25, 1998.

LEYDESDORFF, L. **The challenge of scientometrics: the development, and self-organization of scientific communications**. 2. ed. USA: Universal Publishers, 2001.

LEYDESDORFF, L. Evaluation of research and evolution of science indicators. **Current Sociology**, v. 89, n. 9, p. 1510-1517, 2005.

LEYDESDORFF, L.; AMSTERDAMSKA, O. Dimensions of citation analysis. **Science, Technology and Human Values**, v. 15, n. 3, p. 305-335, 1990.

LIU, X., BOLLEN, J., NELSON, M. L.; VAN DE SOMPEL, H. Co-authorship networks in the digital library research community. **Information Processing Management**, v. 41, n. 6, p. 1462-1480, 2005.

LOUNSBURY, M., VENTRESCA, M.; HIRSCH, P. Social movements, field frames and industry emergence: a cultural-political perspective on US recycling. **Socio-Economic Review**, v. 1, n. 1, p. 71-104, 2003.

LOWNDES, V. Varieties of new institutionalism: a critical appraisal. **Public Administration**, v. 74, Summer, p. 181-197, 1996.

LOTKA, A. J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences**, v. 16, n. 12, p. 317-323, 1924.

MACHADO, M. H. A sociedade e as organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 25, n. 3, p. 74-84, 1991.

MACHADO-DA-SILVA, C. L. Modelos burocrático e político e estrutura organizacional de universidades. In: NUPEAU/UFSC. (Org.). **Temas de administração universitária**. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 78-90.

MACHADO-DA-SILVA, C. L., FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, Edição Especial(1), p. 9-39, 2005.

MACHADO-DA-SILVA, C. L., FONSECA, V. S.; FERNANDES, B. H. R. Cognição e institucionalização na dinâmica da mudança em organizações. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (Org.). **Estudos organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas, uma coletânea luso-brasileira**. São Paulo: Iglu, 2000. p. 123-150.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. Nota técnica: a teoria institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. R.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 220-226.

MACHADO-DA-SILVA, C. L., GUARIDO FILHO, E. R., NASCIMENTO, M. R.; OLIVEIRA, P. T. Institucionalização da mudança na sociedade brasileira: o papel do formalismo. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (Org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 179-202.

MACHADO-DA-SILVA, C. L., GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva da estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, Edição Especial, p.159-196, 2006.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; NOGUEIRA, E. E. S. Identidade organizacional: um caso de manutenção, outro de mudança. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, Edição Especial, p. 35-58, 2001.

MANE, K. K.; BÖRNER, K. Mapping topics and topic bursts in PNAS. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v.101, n 1, p. 5287-5290, 2004.

McADAM, D. Beyond structural analysis: toward a more dynamic understanding of social movements. In: DIANI, M.; McADAM, D. (Org.). **Social movements and network**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 281-298.

McADAM, D.; SCOTT, W. R. Organizations and movements. In: DAVIS, G. F.; McADAM, D.; SCOTT, W. R.; ZALD, M. N. (Org.). **Social movements and organization theory**. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 4-40.

McKINLEY, W., MONE, M.; MOON, G. Determinants and development of schools in organization theory. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 634-648, 1999.

MERTON, R. K. Priorities in scientific discovery: a chapter in the sociology of science. **American Sociological Review**, v. 22, n. 6, p. 635-659, 1957.

MERTON, R. K. The Matthew effect in science. **Science**, v. 159, n. 3810, p. 56-63, 1968.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MERTON, R. K. Foreword. In: GARFIELD, E. (Org.). **Citation indexing: its theory and application in science, technology, and humanities**. Philadelphia: ISI Press, 1983. p. v-ix.

MERTON, R. K. The Matthew effect in science, II: cumulative advantage and the symbolism of intellectual property. **Isis**, v. 79, p. 606-623, 1988.

MERTON, R. K. The Thomas theorem and the Matthew effect. **Social Forces**, v. 74, n. 2, p. 379-424, 1995.

MERTON, R. K. **On social structure and science**. Chicago: Chicago University Press, 1996.

MEYER, J. W., BOLI, J.; THOMAS, G. M. Ontology and rationalization in the western cultural account. In: SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. (Org.). **Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism**. Thousand Oaks: Sage, 1994. p. 9-27.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MINASNY, B., HARTEQMINK, A. E.; McBRATNEY, A. Soil science and the h-index. **Scientometrics**, v. 73, n. 3, p. 257-264, 2007.

MISCHE, A. Cross-talk in movements: reconceiving the culture-network link. In: DIANI, M.; McADAM, D. (Org.). **Social movements and networks**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 258-280.

MIZRUCHI, M.; FEIN, L. C. The social construction of organizational knowledge: a study of uses of coercive, mimetic, and normative isomorphism. **Administrative Science Quarterly**, v. 44, n. 4, p. 653-683, 1999.

MOODY, J. Peer influence groups: identifying dense clusters in large networks. **Social Networks**, v. 23, n. 4, p. 261-283, 2001.

MOODY, J. The structure of a social science collaboration network: disciplinary cohesion from 1963 to 1999. **American Sociological Review**, v. 69, n. 2, p. 213-238, 2004.

MOODY, J.; LIGHT, R. A view from above: the evolving sociological landscape. **The American Sociologist**, v. 37, n. 2, p. 67-86, 2006.

MOYA-ANEGÓN, F. et al. Visualización y análisis de la estructura científica española: ISI Web of science 1990-2005. **El Profesional de la Información**, v. 15, n. 4, p. 258-269, 2006.

NAJMAN, J. M.; HEWITT, B. The validity of publication and citation counts for Sociology and other selected disciplines. **Journal of Sociology**, v.39, n.1, p. 62-80, 2003.

NEDERHOF, A. J. Bibliometric monitoring of research performance in the Social Sciences and the Humanities: A review. **Scientometrics**, v. 66, n. 1, p. 81-100, 2006.

NEE, V. Sources of the new institutionalism. In: BRINTON, M. C.; NEE, V. (Org.). **The new institutionalism in sociology**. Stanford: Stanford University Press, 1998. p. 1-16.

NEWMAN, M. E. J. The structure of scientific collaboration networks. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 98, n. 2, p. 404-409, 2001a.

NEWMAN, M. E. J. Scientific collaboration networks I: network construction and fundamental results. **Physical Review E**, v. 64, n. 1, p. 1-8, 2001b.

NEWMAN, M. E. J. A measure of betweenness centrality based on random walks. **Social Network**, v. 27, n. 1, p. 39-54, 2005.

NICOLAISEN, J. Traditional author co-citation analysis: a discussion of the sampling problem. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MULTIDISCIPLINARY INFORMATION SCIENCES AND TECHNOLOGIES, 2006, Merida, Spain. **Anais...** Merida, 2006. p. 1-5.

OFORI-DANKWA, J.; JULIAN, S. D. From thought to theory to school: the role of contextual factors in the evolution of schools of management theory. **Organization Studies**, v. 26, n. 9, p.1307-1329, 2005.

OLIVEIRA, P. T.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Características culturais nacionais em organizações industriais do setor alimentício paranaense. **Organizações e Sociedade**, v. 8, n. 22, p. 27-48, 2001.

POLLETTA, F.; JASPER, J. M. Collective identity and social movements. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 283-305, 2001.

PORTER, L. M. Forty years of organization studies: reflections from a micro perspective. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 262-269, 1996.

POWELL, W. W. Expanding the scope of institutional analysis. In: POWELL, W.W.; DIMAGGIO, P. (Org.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 183-203.

PRICE, D. J. S. Networks of science papers. **Science**, v.149, n. 3683, p. 510-515, 1965.

RAGHUPATHI, W.; NERUR, S. Research themes and trends in artificial intelligence: an author co-citation analysis. **Intelligence**, v.10, n. 2, p. 18-23, 1999.

READER, D.; WATKINS, D. The social and collaborative nature o entrepreneurship scholarship: A co-citation and perceptual analysis. **Entrepreneurship theory and practice**, v. 30, n. 36, p. 417-441, 2006.

RITZER, G. Sociological metatheory: a defense of a subfield by a delineation of its parameters. **Sociological Theory**, v. 6, n. 3, p. 187-200, 1988.

RITZER, G., ZHAO, S.; MURPHY, J. Metatheorizing in sociology. In: TURNER, J. H. (Org.). **Handbook of sociological theory**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2002. p. 113-1331.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. P. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, Edição Especial, p. 81-102, 2001.

ROSSONI, L. **A dinâmica de relações no campo da pesquisa em organizações e estratégia no Brasil: uma análise institucional**. 2006. 296 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ROSSONI, L.; GUARIDO FILHO, E. R. Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo da estratégia em organizações: análise de redes entre instituições nacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 3., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2007.

ROSSONI, L., HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; FERREIRA JR, I. Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de administração pública e gestão social: análise das redes entre instituições no Brasil. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2006a.

ROSSONI, L., HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; FERREIRA JR, I. Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de ciência e tecnologia: análise das redes entre

instituições no Brasil. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 24., 2006, Gramado, Rio Grande do Sul. **Anais...** Gramado: Anpad, 2006b.

ROSSONI, L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Coesão estrutural e construção do conhecimento científico no campo da estratégia. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 3., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2007.

ROUSSEAU, B.; ROUSSEAU, R. Lotka: a program to fit a power law distribution to observed frequency data. **International Journal of Scientometrics, Informetrics and Bibliometrics**, v. 4, p. 1-6, 2000.

SCHLOEGL, C.; STOCK, W. G. Impact and Relevance of LIS Journals: A Scientometric Analysis of International and German-Language LIS Journals, Citation Analysis Versus Reader Survey. **Journal of the American Society for information Science and Technology**, v. 55, n. 13, p. 1155-1168, 2004.

SCOTT, J. **Social Network Analysis: a handbook**. 2. ed. London: Sage Publications, 2000.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. 1. ed. Thousand Oaks: Sage, 1995a.

SCOTT, W. R. Symbols and organizations: from Barnard to the institutionalists. In: WILLIAMSON, O. (Org.). **Organization theory: from Chester Barnard to the present and beyond**. New York: Oxford University Press, 1995b. p. 38-55.

SCOTT, W. R. Response to Hirsch's review essay. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 4, p. 1047-1051, 1998.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2001.

SCOTT, W. R. Institutional carriers: reviewing modes of transporting ideas over time and space and considering their consequences. **Industrial and Corporate Change**, v. 12, n. 4, p. 879-894, 2003.

SCOTT, W. R. Institutional theory: contributing to a theoretical research program. In: SMITH, K.G.; HITT, M. A. (Org.). **Great minds in management: the process of theory development**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 460-484.

SCOTT, W. R. Lords of the dance: professionals as institutional agents. **Organization Studies**, v. 29, n. 2, p. 219-238, 2008.

SCOTT, W. R., MENDEL, P.; POLLACK, S. Environments and fields: studying the evolution of a field of medical care organizations. In: KNEXUS RESEARCH SYMPOSIUM: ON INSTITUTIONALIZATION OF KNOWLEDGE, 2., 2000, Stanford. **Proceedings...** Stanford: Stanford University, 2000.

SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. The organization of societal sectors: propositions and early evidence. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. (Org.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 108-140.

SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. Developments in institutional theory. In: SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. (Org.). **Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism**. Thousand Oaks: Sage, p. 1-8, 1994.

SELZNICK, P. Institutionalism "old" and "new". **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 270-277, 1996.

SEO, M.; CREED, W. E. D. Institutional contradictions, praxis, and institutional change: a dialectical perspective. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 2, p. 222-247, 2002.

SHAFRITZ, J. M.; OTT, J. S. Introduction. In: SHAFRITZ, J. M.; OTT, J. S. (Org.). **Classics of organization theory**. 5. ed. Orlando: Harcourt College Publ, 2001. p. 1-25.

SHAPIN, S. Here and everywhere: sociology of scientific knowledge: **sociology** of scientific knowledge. **Annual Review of Sociology**, v. 21, p. 289-321, 1995.

SHIFFRIN, R. M.; BÖRNER, K. Mapping knowledge domains. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 101, n. 1, p. 5183-5185, 2004.

SIDIROPOULOS, A., KATSAROS, D.; MANOLOPOULOS, Y. Generalized Hirsch h-index for disclosing latent facts in citation networks. **Scientometrics**, v. 72, n. 2, p. 253-280, 2007.

SILVA, J. A.; BIANCHI, M. L. P. Cientometria: a métrica da ciência. **Paidéia**, v. 11, n. 21, 2001.

SMALL, H. Co-citation in the scientific literature: a new measure of the relationship between two documents. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 24, n. 4, 1973.

SMALL, H. Cited documents as concept symbols. **Social Studies of Science**, v. 8, n. 3, p. 327-340, 1978.

SMALL, H. Cogitations on co-citations. **Current Comments** v.10, p. 20, 1992.

SMALL, H. Citations and consilience in science. **Scientometrics**, v. 43, n. 1, p. 143-148, 1998.

SMALL, H. Paradigms, citations, and maps of science: a personal history. **Journal of the American Society for information Science and Technology**, v. 54, n. 5, p. 394-399, 2003.

SMALL, H. On the shoulders of Robert Merton: towards a normative theory of citation. **Scientometrics**, v. 60, n. 1, p. 71-79, 2004.

SMALL, H. Tracking and predicting growth areas in science. **Scientometrics**, v. 68, n. 3, p. 595-610, 2006.

STATSOFT. Data analysis software system. Inc. **STATISTICA**, version 7, 2004. Disponível em: www.statsoft.com.

STRANG, D.; MEYER, J. W. Institutional conditions for diffusion. In: SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. (Org.). **Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism**. Thousand Oaks: Sage, 1994. p. 100-112.

SWEDBERG, R. **The toolkit of economic sociology** (Rep. No. 22). Cornell University: Center for the Study of Economy and Society, 2004.

SWIDLER, A.; ARDITI, J. The new sociology of knowledge. **Annual Review of Sociology**, v. 20, p. 305-329, 1994.

SYNNESTVEDT, M. B.; CHEN, C. Design and evaluation of the tightly coupled perceptual-cognitive tasks in knowledge domain visualization. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON HUMAN-COMPUTER INTERACTION (HCII 2005), 11., 2005, Las Vegas, Nevada, USA. **Proceedings...** Las Vegas: Lawrence Erlbaum Associates, 2005.

TILLY, C. Historical analysis of political processes. In: TURNER, J. (Org.). **Handbook of sociological theory**. New York: Springer, 2001. p. 567-588.

TILLY, C. Observations of social processes and their formal representations. **Sociological Theory**, v. 22, n. 4, p. 595-602, 2004.

TINDALL, D. B. From metaphors to mechanisms: critical issues in networks and social movements research. **Social Networks**, v. 29, n. 1, p.160-168, 2006.

ÜSDIKEN, B.; PASADEOS, Y. Organizational analysis in North America and Europe: a comparison of co-citation networks. **Organization Studies**, v.16, n. 3, p. 503-526, 1995.

VAN METER, K. M. Social capital research literature: analysis of keyword content structure and the comparative contribution of author names. **Connections**, v. 22, n. 1, p. 62-84, 1999.

VAN METER, K. M. Managing a plague: channeling the 'spread' of AIDS research. **Current Sociology**, v. 49, n. 6, p. 57-65, 2001.

VAN RAAN, A. F. J. Scientometrics: state-of-the-art. **Scientometrics**, v. 38, n.1, p. 205-218, 1997.

VAN RAAN, A. F. J. In: Matters of quantitative studies of science the fault of theorists in offering too little and asking too much. **Scientometrics**, v. 43, n. 1, p. 129-139, 1998.

VAN RAAN, A. F. J. Measurement of central aspects of scientific research: performance, interdisciplinarity, structure. **Measurement**, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2005.

VARGAS-QUEVEDO, B.; MOYA-ARAGÓN, F. **Visualizing the structure of science**. New York: Springer, 2007.

VENOSA, R. A institucionalização de tipologias organizacionais: um estudo de caso – a autogestão na Iugoslávia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 22, n. 2, p. 23-36, 1982.

VERGARA, S. C.; CARVALHO JR, D. S. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 19., 1995, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Anpad, 1995.

VERGARA, S. C.; PINTO, M. C. S. Referências teóricas em análise organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, Edição Especial, p.103-121, 2001.

VINKLER, P. Eminence of scientists in the light of the h-index and other scientometric indicators. **Journal of Information Science**, v. 33, n. 4, p. 481-491, 2007.

WAGNER, C. S.; LEYDESDORFF, L. Network structure, self-organization, and the growth of international collaboration in science. **Research Policy**, v. 34, n. 10, p. 1608-1618, 2005.

WASHINGTON, M. Field approaches to institutional change: the evolution of the National Collegiate Athletic Association 1906-1995. **Organization Studies**, v. 25, n. 3, p. 393-414, 2004.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WEBER, M. **The methodology of the social sciences**. New York: The Free Press, 1949.

WEICK, K. E. What theory is not, theorizing is. **Administrative Science Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 385-397, 1995.

WHITE, H. D. Author cocitation analysis and Pearson's R. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 54, n. 13, p. 1250-1259, 2003.

WHITE, H. D.; McCAIN, K. W. Visualizing a discipline: an author co-citation analysis of information science, 1972-1995. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 49, n. 4, p. 327-355, 1998.

WHITE, H. D., WELLMAN, B.; NAZER, N. Does citation reflect social structure? Longitudinal evidence from the "Globenet" interdisciplinary research group. **Journal of the American Society for information Science and Technology**, v. 55, n. 2, p. 111-126, 2004.

WHITLEY, R. **The intellectual and social organization of the sciences**. 2. Ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WHITLEY, R. Understanding differences: searching for the social processes that construct and reproduce variety in science and economic organization. **Organization Studies**, v. 27, n. 8, p. 1153-1177, 2006.

WILLMOTT, H. Breaking the paradigm mentality. **Organization Studies**, v. 14, n. 5, p. 681-719, 1993.

WOUTERS, P. **The citation culture**. 1999. 290 f. Tese (Doutorado). Faculteit der Scheikunde, University of Amsterdam, Amsterdam.

WUTHNOW, R. **Communities of discourse**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

ZOLOTOV, Y. A. Scientometric studies. **Journal of Analytical Chemistry**, v. 58, n. 10, p. 1013-1014, 2003.

ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in cultural persistence. **American Sociological Review**, v. 42, n. 5, p. 726-743, 1977.

ZUCKER, L. G.; DARBY, M. R. Star scientists and institutional transformation: patterns of invention and innovation in the formation of the biotechnology industry. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 93, n. 23, p. 12709-12719, 1996.

ZUCKERMAN, H. The sociology of science. In: SMELSER, N. (Org.). **Handbook of sociology**. Thousand Oaks: Sage, 1988. p. 511-574.

Sites pesquisados:

ANPAD. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 fev. 2007.

ACADEMY OF MANAGEMENT. Disponível em: <http://www.aomonline.org>. Acesso em: 11 jun. 2006.

CNPq/UFPR. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0103602X_EHF0G1. Acesso em: 20 jun. 2006.

EGOS. EUROPEAN GROUP FOR ORGANIZATION STUDIES. Disponível em: <http://www.egosnet.org/index.html>. Acesso em: 11 jun. 2006.

ISI WEB OF SCIENCE. Disponível em: http://admin.isiknowledge.com/JCR/help/h_ctghl.htm. Acesso em: 20 nov. 2006.

JOURNAL CITATION REPORT-ISI WEB OF SCIENCE. Disponível em: <http://portal.isiknowledge.com/portal.cgi>. Acesso em: 10 out. 2007.

ORGANIZATION STUDIES GROUP-MIT SLOAN SCHOLL OF MANAGEMENT. Disponível em: <http://mitsloan.mit.edu/osg>. Acesso em: 11 jun. 2006.

ANEXO A – Artigos investigados

Anais de Congressos

- *Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*

1. Cochia, Camilla B. Rodrigues; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2003). Contexto ambiental, interpretação e estratégia em organizações: um estudo em pequenas empresas paranaenses. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
2. Crubellate, João Marcelo; Grave, Paulo Sérgio; Mendes, Ariston Azevedo (2003). A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
3. Campos, Taiane Las Casas (2003). Administração de stakeholders: uma proposta metodológica para as pesquisas sobre responsabilidade social das organizações. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
4. Jacometti, Márcio; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2003). Cultura organizacional e dependências de poder na definição de estratégias: o caso da Unidade de Curitiba do Cefet-PR. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
5. Silva, Tatiana Dias (2003). Qual o espaço para a estratégia? Reflexões a partir dos processos de adoção de novas técnicas de gestão. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
6. Boehe, Dirk; Silva, Karen Menger da (2003). Fatores que interferem na estratégia de desenvolvimento para redes de PMEs. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
7. Gimenez, Fernando Antonio Prado; Hayashi Junior, Paulo; Grave, Paulo S. (2005). Isomorfismo Mimético em Estratégia: uma Ferramenta para Investigação. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2.
8. Crubellate, João Marcelo; Pascucci, Lucilaine; Grave, Paulo S. (2005). Visão Baseada em Recursos Legítimos: Recursos e Padrões Institucionais na Formulação de Estratégias em Organizações. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2.
9. Alperstedt, Graziela Dias; Martignago, Graciella; Fiates, Gabriela Gonçalves Silveira (2005). O Processo de Adaptação Estratégica de uma Instituição de Ensino Superior sob a Ótica da Teoria Institucional. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2.
10. Seifert Jr., Rene Eugenio; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2005). Ambiente, Recursos e Interpretação: Análise das Estratégias de Internacionalização de Empresas Paranaenses do Setor Alimentício. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2.
11. Torres, Denia; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2005). Homogeneidade e Diversidade Contextual na Adoção de Estratégias: o Caso da Bosch Curitiba. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2.
12. Cabral, Augusto César de Aquino; Pessoa, Maria Naiula Monteiro; Soares, Robson Teixeira (2005). Globalização e Neoliberalismo: a Lógica do Mercado Livre como Estratégia de Competitividade na Privatização da Telemar. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2.
13. Lopes, Fernando Dias; Baldi, Mariana (2005). Dimensões Socioculturais em Arranjos Cooperativos Internacionais (ACIs). *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2.

14. Crubellate, João Marcelo; Vasconcelos, Flávio Carvalho de (2007). Respostas Estratégicas ao Ambiente Legal: Estudo da Institucionalização da Qualidade de Ensino em IES Privadas do Estado de São Paulo. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.
15. Bosquetti, Marcos Abilio; Fernandes, Bruno Henrique Rocha; Seifert Junior, Rene (2007). Um Diálogo entre Internacionalização, Competências e Teoria Institucional: uma Empresa de Energia Elétrica Francesa no Brasil e no Reino Unido. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.
16. Helal, Diogo Henrique; Camargos, Marcos Antônio de (2007). Formação e Consolidação de Alianças Estratégicas: o Papel do Capital Social nos Relacionamentos Interorganizacionais. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.
17. Gonçalves, Sandro Aparecido; Augusto, Paulo Otávio Mussi (2007). Mudanças Estruturais e Estratégicas: um Estudo de Multicasos sob a Perspectiva Neoinstitucional. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.
18. Emmendoerfer, Magnus Luiz; Silva, Gustavo Melo (2007). Perspectivas Teóricas e Construção do Conhecimento em Estratégia: a Contribuição da Política no Contexto do Neo-Institucionalismo para os Estudos de Redes Estratégicas. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.
19. Afonsêca, Suzana Melgaço de; Teodósio, Armindo dos Santos de Sousa; Paixão, Benjamin Oliveira (2007). Estratégia, Instituições e Papéis: em Busca de Complexidades e Polissemias nas Organizações. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.
20. Imasato, Takeyoshi; Guedes, Ana Lucia (2007). Contribuições das Teorias Institucionais para o Estudo de Subsidiárias de Corporações Multinacionais. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.
21. Rossoni, Luciano; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2007). Coesão Estrutural e Construção do Conhecimento Científico no Campo da Estratégia. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.
22. Muniz, Gleydson Paiva; Aquino, André Carlos Busanelli de; Pagliarussi, Marcelo Sanches (2007). Mecanismos de Governança na Terceirização dos Serviços de Tecnologia da Informação: uma Survey em Empresas do Espírito Santo. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.
23. Mizumoto, Fabio Matuoka; Pedroso Junior, Roberto (2007). A Visão Contratual da Governança de Empresas Familiares: um Estudo sobre o Setor de Distribuição de Insumos Agrícolas. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.
24. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Vizeu, Fabio (2007). Análise Institucional de Práticas Formais de Estratégia. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)*, São Paulo, SP, Brasil, 3.

- Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)

25. Machado-da-Silva, C. L.; Fonseca, Valéria Silva da (1993). Homogeneização e Diversidade Organizacional: uma visão integrativa. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 17.
26. Machado-da-Silva, C. L.; Fonseca, Valéria Silva da (1994). Arranjo Formal em Organizações: uma análise do setor calçadista de Novo Hamburgo - RS. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 18.
27. Machado-Da-Silva, Clóvis L.; Fernandes, Bruno H. Rocha (1997). Mudança Ambiental E Reorientação Estratégica: Estudo De Caso Em Instituição Bancária. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio das Pedras, RJ, Brasil, 21.

28. Fernandes, Bruno H. Rocha; Machado-da-Silva, Clóvis L. (1997). O Impacto Da Internacionalização Nos Esquemas Interpretativos Dos Dirigentes Do Banco Bamerindus. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio das Pedras, RJ, Brasil, 21.
29. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Fonseca, Valéria Silva da; Fernandes, Bruno H. Rocha (1998). Mudança E Estratégia Nas Organizações: Perspectivas Cognitiva E Institucional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 22.
30. Andrade, José Célio Silveira; Dias, Camila Carneiro; Quintella, Rógerio Hermida (1999). A Dimensão Político-Institucional Das Estratégias Sócio-Ambientais: O Jogo Aracruz Celulose S.A. - Índios Tupiniquins E Guaranis. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 23.
31. Carvalho, Cristina Amélia P. de; Vieira, Marcelo Milano Falcão; Lopes, Fernando Dias (1999). Contribuições Da Perspectiva Institucional Para Análise Das Organizações. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 23.
32. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Fonseca, Valéria Silva da; Fernandes, Bruno H. Ramos (1999). Um Modelo E Quatro Ilustrações: Em Análise A Mudança Nas Organizações. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 23.
33. Gonçalves, Sandro A.; Machado-da-Silva, Clóvis L. (1999). Mudança Organizacional: Institucionalização E Cognição Na Análise Do Caso Da Companhia Paranaense De Energia. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 23.
34. Ribeiro, Maria Tereza Franco; Rezende, Daniel Carvalho de; Rezende, Gustavo Carvalho de (2000). A Construção de Estratégias Competitivas no Agribusiness: combinando Diferentes Abordagens Dinâmicas. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.
35. Lopes, Fernando Dias; Teruchkin, Sônia Unikowsky; Lima, Maria A. Barbosa; Oderich, Cecília Leão (2000). Alianças Estratégicas no Mercosul: uma Análise sob os Enfoques da Teoria dos Custos de Transação e da Teoria Institucional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.
36. Vieira, Marcelo Milano Falcão; Leão, Fernando Pontual de Souza (2000). Jogos de Poder: Institucionalização e Mudança no Museu de Arte Moderna do Recife. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.
37. Rossetto, Carlos Ricardo; Rossetto, Adriana Marques (2000). As Perspectivas Institucionais e da Dependência de Recursos no Processo de Adaptação Estratégica Organizacional: um Estudo Multicaso de Três Empresas Familiares do Setor de Edificações. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.
38. Santos, Clezio Saldanha dos (2000). A Regulação Institucionalizada: as Contribuições da Teoria das Organizações. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.
39. Marucci, José Carlos; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2000). Contexto ambiental e esquemas interpretativos: análise do posicionamento estratégico de bancos comerciais. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.

40. Carvalho, Cristina Amélia; Lopes, Fernando Dias (2001). Convergência estrutural e processual entre teatros e museus no Rio Grande do Sul. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Campinas, SP, Brasil, 25.
41. Inocêncio, Rosângela Mazzia; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2001). Posicionamento Estratégico em Duas Organizações Cooperativas Paranaenses: Articulando Esquemas Interpretativos e Contexto Institucional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Campinas, SP, Brasil, 25.
42. Fonseca, Valéria Silva da; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2001). Indivíduo, Organização e Ambiente: Bases para a Conversação entre Três Perspectivas de Estudo da Estratégia em Organizações. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Campinas, SP, Brasil, 25.
43. Brito, Valquiria Veiga Tessari; Fachin, Roberto Costa (2001). Decisão Estratégica na Universidade como Resultado da Interpretação Ambiental: um Estudo de Caso. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Campinas, SP, Brasil, 25.
44. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Guarido Filho, Edson Ronaldo; Nascimento, Maurício Reinert do; Oliveira, Patrícia Tendolini (2001). Formalismo como Mecanismo Institucional Coercitivo de Processos Relevantes de Mudança na Sociedade Brasileira. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Campinas, SP, Brasil, 25.
45. Carvalho, Cristina Amélia; Silva, Sueli Maria Goulart (2001). Contexto de Referência em Transformação: as Bibliotecas Universitárias sob o Signo da Sociedade da Informação. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Campinas, SP, Brasil, 25.
46. Misoczky, Maria Ceci A. (2001). Campo de Poder e Ação em Bourdieu: Implicações de Seu Uso em Estudos Organizacionais. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Campinas, SP, Brasil, 25.
47. Leão Júnior, Fernando Pontual de Souza (2001). Formação e Estruturação de Campos Organizacionais: um Modelo para Análise do Campo Cultural. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Campinas, SP, Brasil, 25.
48. Pacheco, Flávia Lopes (2001). O Ambiente Institucional como Agente de Mudança Organizacional: o Caso do Teatro Apolo-Hermilo. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Campinas, SP, Brasil, 25.
49. Dolci, Décio Bittencourt; Karawejczyk, Tamára Cecilia (2002). Valores Subjacentes à Estratégia de uma Organização: uma Perspectiva de Análise sob a Ótica da Teoria Institucional e dos Esquemas Interpretativos. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
50. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Barbosa, Solange (2002). Competitividade Organizacional: Eficiência Operacional e Conformidade Institucional na Formulação de Estratégias. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
51. Andrade, José Célio Silveira; Dias, Camila Carneiro (2002). Alcances e Limites da Teoria dos Jogos para a Análise de Situações de Interdependência Estratégica entre Atores Organizacionais. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
52. Vasconcelos, Flávio Carvalho de (2002). Estratégia Empresarial e Construção Social da Realidade: o Caso da Internet no Brasil. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.

53. Arbage, Alessandro Porporatti (2002). Economia dos Custos de Transação e a Formação de Estratégias Interorganizacionais: uma Revisão Teórica na Busca de um Framework. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
54. Boehe, Dirk Michael; Balestro, Moisés Villamil (2002). Um Estudo Comparativo dos Valores Culturais e Suas Implicações para os Custos de Transação. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
55. Leão Jr., Fernando Pontual de Souza (2002). Formação e Estruturação do Campo Organizacional dos Museus da Região Metropolitana do Recife. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
56. Rossetto, Carlos Ricardo; Rossetto, Adriana Marques (2002). O Isomorfismo como Balizador da Formulação Estratégica Organizacional: um Estudo Multicaso de Empresas Familiares do Setor de Edificações. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
57. Pacheco, Flávia Lopes (2002). O Campo Organizacional dos Teatros da Região Metropolitana do Recife. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
58. Baldi, Mariana (2002). Novas Formas Organizacionais: a Necessidade de Superação das Perspectivas Sobre-Socializadas e Subsocalizadas. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
59. Vasconcelos, Flavio Carvalho de; Caldas, Miguel Pinto (2002). Ceremonial behavior in organizational intervention: the case of iso 9000 diffusion in Brazil. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
60. Takahashi, Adriana R. W.; Machado-Da-Silva, Clóvis. L. (2002). Ambiente, interpretação e estratégia: estudo comparativo de casos em duas organizações escolares. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
61. Mendonça, J. Ricardo C.; Gonçalves, Julio Cesar de Santana (2002). Responsabilidade social nas empresas: uma questão de imagem ou de substância? *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 26.
62. Bernardes, Patrícia; Castro, José Márcio de (2003). Incerteza na Decisão de Investir em Energia Elétrica em Minas Gerais: Proposição de uma Escala de Avaliação. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
63. Bauer, Márcio André Leal (2003). Redes e Identidades: Perspectivas Estratégicas e Institucionais. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
64. Cabral, Sandro (2003). Estratégias de Desintegração Vertical: um Olhar sob a Perspectiva de Custos de Transação. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
65. Rossetto, Carlos Ricardo; Rossetto, Adriana Marques (2003). A Necessidade da Complementaridade das Perspectivas Institucional e da Dependência de Recursos na Explicação das Mudanças Estratégicas nos Processos de Adaptação Organizacional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
66. Nogueira, Eros E. S. (2003). O Tempo nas Organizações: Conceitos e Resultados de Estudo Exploratório de Caso. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.

67. Romano, Bruno Dessaune; Vasconcellos, João Gualberto Moreira (2003). Formação e Estruturação do Campo Organizacional da Construção Civil do Espírito Santo. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
68. Diniz, Clarkson Machado; Junquilha, Gelson Silva; Carrieri, Alexandre de Pádua (2003). A Ação dos Stakeholders e as Tendências às Práticas Isomórficas em Organizações do Setor Minero-Siderúrgico: “Seja um Bom Vizinho e Sente Comigo na Calçada”. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
69. Carvalho, Cristina Amélia Pereira de; Gonçalves, Julio César de Santana; Alcântara, Bruno César Santos de (2003). A Transformação do Futebol: da Diversão à Hegemonia do Mercado. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
70. Alves, Mário Aquino; Koga, Natália Massaco (2003). Um Passo para frente, um Passo para trás: a Reforma Marco Legal do Terceiro Setor à Luz da Teoria Institucional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
71. Jacometti, Márcio; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2003). A Influência de Valores, Crenças e Interesses na Definição de Objetivos Organizacionais: Estudo de Caso. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
72. Azevedo, Carolina Gondim Dourado de; Machado, André Gustavo Carvalho; Frota, Isabella Leitão Neves; Zenaide, Martha Lúcia Catão; Barbosa Jr., Clóvis de Lima (2003). Implantação de um Sistema ERP: a Mudança Organizacional sob os Aspectos Contingencial e Institucional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
73. Vieira, Marcelo Milano Falcão; Carvalho, Cristina Amélia (2003). Campos Organizacionais: de Wallpaper à Construção Histórica do Contexto de Organizações Culturais em Porto Alegre e em Recife. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
74. Prochno, Paulo (2003). Routine Assembly: Institutionalizing Practices in a New Setting. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
75. Andrade, Jackeline Amantino de; Mesquita, Zilá (2003). A Certificação de Produtos Orgânicos e Seu Processo de Institucionalização no Brasil. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil, 27.
76. Pereira, Leonardo Lisboa (2004). Valores e Estratégia Organizacional: Estudo Comparativo de Casos em Órgãos Oficiais de Turismo. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
77. Pimentel, Ricardo; Fonseca, Valéria Silva da (2004). Sistema de Avaliação do Ensino Superior e Posicionamento Estratégico: Focalizando uma Instituição Privada do Estado do Paraná. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
78. Silva, Gustavo Madeiro da; Pacheco, Flávia Lopes (2004). Carnaval, Bourdieu e Teoria Institucional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.

79. Peci, Alketa; Vieira, Marcelo Milano Falcão (2004). A Construção do "Real" e Práticas Discursivas: Integrando a Dimensão do Poder nos Processos de Institucionaliz(ação). *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
80. Serva, Maurício; Andion, Carolina (2004). A Teoria das Organizações e a Nova Sociologia Econômica: Perspectivas de um Diálogo Interdisciplinar. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
81. Ventura, Elvira Cruvinel Ferreira; Vieira, Marcelo Milano Falcão (2004). Institucionalização de Práticas Sociais: uma Análise da Responsabilidade Social Empresarial no Campo Financeiro no Brasil. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
82. Serralheiro, Werther Alexandre de Oliveira; Rossetto, Carlos Ricardo (2004). A Teoria Institucional e a Visão Baseada em Recursos como Suporte para a Compreensão do Processo de Adaptação Estratégica das Empresas Eliane. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
83. Medeiros, Paulo Henrique Ramos; Guimarães, Tomás de Aquino (2004). A Institucionalização do Governo Eletrônico no Brasil. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
84. Bosquetti, Marcos Abílio; Fernandes, Bruno Henrique Rocha; Dória, Ricardo José (2004). Ambiente e Empresas do Setor Elétrico Brasileiro. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
85. Romano, Bruno Dessaune; Junquillo, Gelson Silva (2004). Reflexos da ISO 9000 e do PBQP-H na Construção Civil do Espírito Santo. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
86. Carvalho, Cristina Amélia; Goulart, Sueli; Vieira, Marcelo Milano Falcão (2004). A Inflexão Conservadora na Trajetória Histórica da Teoria Institucional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
87. Coser, Claudia; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2004). Isomorfismo na Rede de Relacionamentos do Espaço Social de Videira-SC. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
88. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Coser, Claudia (2004). Organização Focal e Relações de Poder em um Campo Organizacional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
89. Kirschbaum, Charles; Vasconcelos, Flavio Carvalho de (2005). Career dynamics in normative and competitive fields: the American jazz's case. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
90. Pereira, Maria Cecília; Silva, Paulo José; Brito, Mozar José; Cappelle, Mônica Carvalho Alves (2005). A abordagem construcionista para o estudo da ação corrupta em uma organização multinacional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
91. Kirschbaum, Charles (2005). Brazilian movie industry renaissance: individual or collective effort? *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
92. Freitas, Carlos Alberto Sampaio de; Guimarães, Tomas de Aquino (2005). Isomorfismo, Institucionalização e Legitimidade: a Atividade de Auditoria Operacional no Tribunal de Contas da União. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.

93. Baldi, Mariana; Vieira, Marcelo Milano Falcão (2005). A Natureza Contingente da Ação Econômica: um Estudo sobre Imersão Social no Setor Calçadista do Vale do Sinos no Rio Grande do Sul. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
94. Peci, Alketa (2005). A Nova Teoria Institucional em Estudos Organizacionais: uma Abordagem Crítica. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
95. Weymer, Alex Sandro Quadros; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2005). Relações Interorganizacionais no Setor Portuário de Rio Grande – RS: uma Análise Institucional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
96. Rodrigues, Andrea Leite (2005). Conflitos na Construção de Sentido na Casa Verde: uma Experiência de Uso Conjunto das Teorias Institucional e da Estruturação na Análise Organizacional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
97. Gazzoli, Patrícia (2005). O Neoinstitucionalismo Abre Espaço para o Ator Social: uma Exigência da Investigação Empírica. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
98. Pereira, Maria Cecília; Silva, Paulo José; Brito, Mozar José de; Cappelle, Mônica Carvalho Alves (2005). A Abordagem Construcionista para o Estudo da Ação Corrupta em uma Organização Multinacional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
99. Carvalho, Cristina Amélia; Amantino-de-Andrade, Jackeline; Mariz, Luiz Alberto da Costa (2005). Mudança na Teoria Institucional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
100. Bernardes, Patrícia; Brandão, Mônica Mansur (2005). Governança Corporativa: Algumas Reflexões Teóricas sob a Perspectiva da Economia. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
101. Crubellate, João Marcelo (2005). Três Contribuições Conceituais Neofuncionalistas à Teoria Institucional em Organizações. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
102. Peci, Alketa; Vieira, Marcelo Milano Falcão (2005). Discursos e a Construção do Real: um Estudo do Processo de Formação e Institucionalização do Campo da Biotecnologia. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
103. Balestrin, Alsones; Arbage, Alessandro (2005). Redes de Cooperação e Custos de Transação: uma Interpretação a partir de Evidências Empíricas. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
104. Ventura, Elvira Cruvinel Ferreira (2005). Dinâmica da Institucionalização de Práticas Sociais: Construindo e Justificando Ações Socialmente Responsáveis no Campo das Organizações Bancárias. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
105. Ramos, Simone Cristina; Gimenez, Fernando Antonio Prado; Ferreira, Jane Mendes (2005). Cognição, Instituições e Estratégia em Pequenas Empresas. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
106. Predebon, Eduardo Angonesi; Sousa, Paulo Daniel Batista de (2005). Estratégia, Contexto Ambiental e Interpretação: um Estudo Multicasos na AICSUL. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.

107. Lopes, Fernando Dias; Vieira, Marcelo Milano Falcão (2005). Formação de Joint Ventures Internacionais - o Caso Puig-Memphis. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
108. Guimarães, Tatiane Barleto Canizela; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2005). Empreendedorismo como Estratégia Corporativa na Perspectiva Institucional de Análise: Estudo de Caso. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Brasília, DF, Brasil, 29.
109. Martins, Paulo Emilio Matos (2006). Canudos: Organização, Poder e o Processo de Institucionalização de um Modelo de Governança Comunitária. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
110. Ventura, Elvira Cruvinel Ferreira; Vieira, Marcelo Milano Falcão (2006). Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos no Brasil. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
111. Weymer, Alex; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2006). Cooperação, Competição e Poder entre Organizações do Porto de Rio Grande - RS. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
112. Fleck, Denise Lima (2006). Institucionalização, Sucesso e Fracasso Organizacional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
113. Mariz, Luiz Alberto da Costa (2006). Pressões da Globalização e a Resposta Criadora. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
114. Pereira, Carlos Eduardo Nogueira Couto; Cardoso, Maria Lucia Alves Pereira; Souza, Alba Estela Sanchez (2006). Contribuições da Teoria Institucional à Leitura da Criação do Conhecimento nas Organizações: o Caso da Concepção à Legitimação de um Berçário Setorial. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*.
115. Ocaña, Wuili Roberto Vela; Silva, Rosimeri Carvalho da (2006). Formação e Estruturação do Campo Organizacional da Indústria Pesqueira em Callao, Peru. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
116. Pimentel, Thiago Duarte; Soares, Ari de Souza; Lima, Gustavo Cesar Oliveira; Mendonça, Milena Cristiane Nascimento; Leite-da-Silva, Alfredo Rodrigues (2006). A (Des) Construção Institucional do Mercado Central de Belo Horizonte. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
117. Alves, Jazan Mageski (2006). Papéis e Relações Desempenhados pelos Agentes, Instituições e Organizações Presentes no Território do Agroturismo: um Estudo de Caso na Região Centro-Serrana do Espírito Santo. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
118. Pagliarussi, Marcelo Sanches; Alves, Jazan Mageski (2006). O Fenômeno do Agroturismo e a Influência das Instituições no Desenvolvimento Econômico Local: um Estudo de Caso na Região Centro-Serrana do Espírito Santo. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
119. Furlanetto, Egidio Luiz (2006). Reflexões Teóricas sobre o Desempenho das Instituições Econômicas do Capitalismo. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.

120. Sousa, Paulo Daniel Batista de; Sousa, Marco Aurélio Batista de; Predebon, Eduardo Angonesi (2006). O Posicionamento Estratégico de uma Rede de Relacionamentos Organizacionais: o Caso das Organizações Industriais de Três Lagoas. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
121. Vasconcelos, Flávio Carvalho de; Queiroz, Marco Aurélio Lima de; Goldszmidt, Rafael Guilherme Burstein (2006). Rendas Econômicas e Legitimidade: Incorporando Elementos da Teoria Institucional no Campo da Estratégia Empresarial. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
122. Carstens, Danielle Denes S.; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2006). Estratégia e Estrutura de Relacionamentos na Rede de Empresas Alpha. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
123. Amaral Filho, Ricardo Gomes do; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2006). Estratégia e Teoria Institucional: uma Proposta Discursiva de Integração. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
124. Pascucci, Lucilaine; Crubellate, João Marcelo; Grave, Paulo Sérgio (2006). Ambiente Institucional, Recursos e Comportamento Estratégico: o Estudo da Verticalização de Negócios em uma Unidade Regional da UNIMED. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
125. Kirschbaum, Charles (2006). How do outsider styles become legitimated? The introduction of bossa nova in the jazz field. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil, 30.
126. Brei, Vinicius; Misoczky, Maria Ceci Araujo (2007). O poder simbólico do discurso da água e reorganização do campo da água potável na França. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
127. Kirschbaum, Charles (2007). Fields and social networks: comparable metaphors of social space? *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
128. Augusto, Paulo Otavio Mussi (2007). Teoria Institucional: Qual o Lugar da Agência? *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
129. Takahashi, Adriana Roseli Wünsch; Fischer, André Luiz (2007). Aprendizagem Organizacional como Mudança Cultural e Institucionalização do Conhecimento. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
130. Leite, André Luís da Silva; Lanzer, Edgar Augusto (2007). Entre Hierarquia e Mercado: Análise da Competição no Setor de Postos de Combustíveis da Grande Florianópolis. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
131. Rossoni, Luciano; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2007). A Construção Social do Conhecimento em Campos Científicos: Análise Institucional e a Configuração de Mundos Pequenos. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
132. Borini, Felipe Mendes; Grisi, Fernando Correa (2007). Estratégia e Corrupção. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.

133. Coraiola, Diego Maganhoto; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2007). A Influência dos Discursos no Isomorfismo Organizacional: as Mudanças Gráficas em Jornais Brasileiros. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
134. Scherer, Flavia Luciane; Estivalet, Vania de Fátima Barros (2007). A Consolidação de Empresas Brasileiras em Mercados Externos: Proposições Teóricas e Evidências Empíricas. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
135. Silva, Elizabeth Rosa; Ruediger, Marco Aurélio; Riccio, Vicente (2007). A Internacionalização do Agronegócio Brasileiro: Gradualismo, Aprendizagem e Redução dos Custos de Transação. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
136. Scherer, Flavia Luciane; Gomes, Clandia Maffini (2007). Respostas Estratégicas a Processos Institucionais em Mercados Externos. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
137. Augusto, Paulo Otavio Mussi (2007). Estratégia e Ambiente: Contribuições da Teoria Institucional. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
138. Hernandez, Claudio; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2007). Agência e Posicionamento Estratégico em Internacionalização: Estudo Comparativo de Casos. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
139. Carrieri, Alexandre de Pádua; Saraiva, Luiz Alex Silva; Pimentel, Thiago Duarte (2007). O Processo de Institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.

- *Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*

140. Donadone, Julio Cesar (2000). Imprensa de negócios, dinâmica social e os gurus gerenciais. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
141. Vieira, Marcelo Milano Falcão; Misoczky, Maria Ceci (2000). Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
142. Vasconcelos, Flávio Carvalho de; Vasconcelos, Isabella Francisca Freitas Gouveia de (2000). Isomorfismo estrutural e os limites da normalização: dois estudos de caso sobre a implantação das normas ISO 9000 em empresas de informática na França. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
143. Misoczky, Maria Ceci (2000). O mecanismo normativo de mudança isomórfica e a análise de organizações de saúde: refletindo sobre sua adequação. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
144. Rossetto, Carlos Ricardo; Rossetto, Adriana Marques (2000). As perspectivas institucional e da dependência de recursos no estudo do processo de adaptação estratégica organizacional. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
145. Carvalho, Cristina Amélia Pereira de (2000). A transformação organizacional das ONGs no Brasil: um processo de isomorfismo com as ONGs do Norte. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.

146. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Nogueira, Eros E. Silva (2000). Instituições, cultura e identidade organizacional. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Curitiba, PR, Brasil, 1.
147. Andrade Filho, José Campos de; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2002). Mudança Ambiental e Posicionamento Estratégico: Análise de três Organizações de Ensino Superior. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Recife, PE, Brasil, 2.
148. Barbosa, Solange; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2002). Estratégia e Competitividade nas Organizações do Setor Moveleiro Paranaense. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Recife, PE, Brasil, 2.
149. Mendonça, J. Ricardo C. de; Andrade, Jackeline Amantino de (2002). Teoria Institucional e Gerenciamento de Impressões: em busca de legitimidade organizacional através do gerenciamento da imagem corporativa. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Recife, PE, Brasil, 2.
150. Misoczky, Maria Ceci Araujo (2002). O Banco Mundial e a Reconfiguração do Campo das Agências Internacionais de Saúde: uma Análise Multiparadigmática. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Recife, PE, Brasil, 2.
151. Goulart, Sueli; Menezes, Michelli F. F. de; Gonçalves, Julio Cesar S. (2002). Composição e Características do Campo Organizacional dos Museus e Teatros da Região Metropolitana da Cidade de Recife. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Recife, PE, Brasil, 2.
152. Cruz, Marcus Vinicius G.; Almeida, Ana Luisa C. (2002). Violência, Teoria Institucional e Organizações Policiais. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Recife, PE, Brasil, 2.
153. Pacheco, Flávia Lopes (2002). O Isomorfismo Institucional nos Teatros da Região Metropolitana de Recife. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Recife, PE, Brasil, 2.
154. Mariz, Luiz Alberto; Rodrigues, Rezilda (2004). Atores e Instituições na Formação de uma Pequena Empresa. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.
155. Kirschbaum, Charles; Vasconcelos, Flavio (2004). Tropicália: Strategic Manouvers in Artists's Networks. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.
156. Silva, Tatiana Dias; Loiola, Elizabeth (2004). Motivações para Adoção de Inovações Gerenciais: um Estudo em Hospitais de Salvador. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.
157. Fleck, Denise L. (2004). Active Management of Institutionalization Processes: the Pathway to Organizational Long-Term Success. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.
158. Cunha, Elcemir Paço; Senger, Igor; Senger, Carine Maria; Fleig, Daniel Gustavo (2004). Do Lado de Cá e do Lado de Lá: os Significados da Interação Universidade-Empresa. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.
159. Gobbi, Beatriz Christo; Cunha, Elcemir Paço; Brito, Mozar José de; Senger, Igor (2004). Politizando o Conceito de Redes Organizacionais: uma Reflexão Teórica da Governança como Jogo de Poder. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.
160. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Seifert Júnior, Renê Eugenio (2004). Ambiente, Recursos e Interpretação Organizacional: um Modelo para Análise de Estratégias de Internacionalização. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.
161. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Vieira, Sueli Terezinha (2004). Gênero e Práticas Gerenciais: um Estudo no Setor Bancário Paranaense. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.

162. Gonçalves, Julio Cesar de Santana; Carvalho, Cristina Amélia; Alcântara, Bruno César Santos de (2004). Transformações no Contexto do Futebol Brasileiro: o Estado como Agente de Mudança. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.
163. Beatriz, Marilene Zazula (2004). Cultura, Poder e o “Outro Generalizado” na Secretaria Municipal de Curitiba: um Estudo de Caso. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.
164. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Coser, Claudia (2004). Argumentos Estruturais para Explicação do Isomorfismo Mimético em um Campo Organizacional. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Atibaia, SP, Brasil, 3.
165. Costa, Alessandra Mello da; Carvalho, José Luis Felício dos Santos (2006). O Discurso da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil Sob a Perspectiva da Teoria da Estruturação. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
166. Oliveira, Antonio Marcos Vargas de; Nunes, Rogério da Silva (2006). Organizações Sociais: as Motivações dos Executivos nos Processos de Capacitação em Gestão. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
167. Baldi, Mariana (2006). Discutindo Territorialidade, Rede e o Conceito de Campo: Contribuições para uma Perspectiva Contextualizada. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
168. Pimenta, Roberto da Costa (2006). A Responsabilização Como Mecanismo de Reprodução Moral no Setor Público Brasileiro. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
169. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Guarido Filho, Edson Ronaldo; Rossoni, Luciano (2006). Campos Organizacionais e Estruturação: Reflexões e Possibilidade Analíticas. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
170. Fonseca, Ana Carolina (2006). Sistemas de Controle Institucionalizados e Cultura Brasileira. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
171. França Júnior, Francisco Cristino de (2006). Descrição do Conceito de Gravidade Institucional e Aplicação no Contexto do IV EnEO 2006. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
172. Graeff, Julia Furlaneto; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2006). Institucionalização de Práticas Sociais: o Caso da Tecnologia de Plantio Direto no Paraná - Brasil. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
173. Lorêto, Myrna Suely Silva; Pacheco, Flávia Lopes (2006). A Inserção da Lógica de Mercado no Campo Cultural: a Relação entre as Instituições Bancárias e a Cultura em Recife. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
174. Emmendoerfer, Magnus Luiz (2006). Análise das Instituições no Contexto da Modernidade: Reflexões e Contribuições da Ciência Política sobre o Neo-Institucionalismo para os Estudos Organizacionais. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
175. Nogueira, Eros (2006). Conflitos no Contexto Institucional. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
176. Lins, Silze Anne Gonçalves; Oliveira, Rezilda Rodrigues; Almeida, Simone de Lira (2006). Identificando os procedimentos favoráveis à geração de capital social no processo de institucionalização do Banco de Alimentos Sesc Pernambuco. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
177. Bandeira-de-Mello, Rodrigo (2006). An Institutional View of Competitive Heterogeneity. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.

178. Teixeira, Tiago Fonseca; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2006). Atores Sociais e Estratégias em Empresas Distribuidoras Ford na Região Metropolitana de Salvador – BA. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.
179. Pereira, Maria Cecília; Barra, Geraldo Magela Jardim; Silva, Paulo José; Santos, Antônio Carlos dos (2006). Contribuições e Limitações do Novo Institucionalismo Sociológico Para a Análise das Redes Organizacionais. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)*, Porto Alegre, RS, Brasil, 4.

Periódicos

- *Business Administration Review (BAR)*

180. Bertero, Carlos Osmar; Iwai, Tatiana (2005). A visit to the baron. *Business Administration Review*, 2(2), 1-16.
181. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Fonseca, Valéria Silva da; Crubellate, João Marcelo (2005). Unlocking the institutionalization process: insights for an institutionalizing approach. *Business Administration Review*, 2(1), 1-20.
182. Alves, Mário Aquino; Koga, Natália Massaco (2006). Brazilian nonprofit organizations and the new legal framework: an institutional perspective. *Business Administration Review*, 3(2), 68-83.
183. Kirschbaum, Charles (2006). Organizational design for institutional change: the case of MPB festivals, 1960 to 1968. *Business Administration Review*, 3(2), 57-67.
184. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Guarido Filho, Edson R.; Rossoni, Luciano (2006). Organizational fields and the structuration perspective: analytical possibilities. *Business Administration Review*, 3(2), 35-56.
185. Queiroz, Marco Aurélio Lima de; Vasconcelos, Flávio Carvalho de; Goldszmidt, Rafael Guilherme Burstein (2007). Economic rents and legitimacy: incorporating elements of organizational analysis institutional theory to the field of business strategy. *Business Administration Review*, 4(1), 51-65.
186. Seifert Jr., Rene E.; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2007). Environment, resources and interpretation: influences in the internationalization strategies of the food industry in Brazil. *Business Administration Review*, 4(2), 40-63.
187. Fleck, Denise (2007). Institutionalization and organizational long-term success. *Business Administration Review*, 4(2), 64-80.
188. Freitas, Carlos Alberto Sampaio de; Guimarães, Tomás de Aquino (2007). Isomorphism, institutionalization and legitimacy: operational auditing at the court of auditors. *Business Administration Review*, 4(1), 35-50.
189. Crubellate, João Marcelo (2007). Three neofunctionalist conceptual contributions to the institutional theory in organizations. *Business Administration Review*, 4(1), 66-81.

- *Cadernos EBAPE.br*

190. Mangi, Luis Claudio Miranda (2004). As "confrarias" como um fenômeno organizacional brasileiro: uma reflexão sobre significados. *Cadernos EBAPE.br*, 2(2), -.
191. Vilarinho, Paulo Ferreira (2004). O campo da saúde suplementar no Brasil à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu. *Cadernos EBAPE.br*, 2(3), -.
192. Baldi, Mariana (2004). Novas formas organizacionais - a necessidade de superação das perspectivas sobressocializadas e subsocializadas. *Cadernos EBAPE.br*, 2(1), -.

193. Jatahy, Paulo José de Castro (2004). O poder simbólico e o gerenciamento de impressões em organizações públicas: a construção do mito da eficácia do banco central na administração da política econômica. *Cadernos EBAPE.br*, 2(3), -.
194. Lopes, Fernando Dias (2004). Perspectivas teóricas contemporâneas nos estudos das organizações: apresentação de um modelo de análise da formação de *joint ventures* internacionais. *Cadernos EBAPE.br*, 2(3), -.
195. Silva, Rosimeri Carvalho da; Dellagnelo, Eloise Livramento (2004). Redes de organizações sociais: a inserção da lógica de mercado e a formação de gestores. *Cadernos EBAPE.br*, 2(3), -.
196. Gobbi, Beatriz Christo; Cunha, Elcemir Paço; Brito, Mozar José de; Senger, Igor (2005). Politizando o conceito de redes organizacionais: uma reflexão teórica da governança como jogo de poder. *Cadernos EBAPE.br*, 3(1), -.
197. Cárdenas, Leonardo Querido; Lopes, Fernando Dias (2006). A formação de alianças estratégicas: uma análise teórica a partir da teoria da dependência de recursos e da teoria dos custos de transação. *Cadernos EBAPE.br*, 4(2), -.
198. Peci, Alketa (2006). A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. *Cadernos EBAPE.br*, 4(1), -.
199. Gonçalves, Julio Cesar de Santana; Carvalho, Cristina Amélia Pereira de (2006). A mercantilização do futebol brasileiro: instrumentos, avanços e resistências. *Cadernos EBAPE.br*, 4(2), -.
200. Lorêto, Myrna Sueli da Silva; Pacheco, Flávia Lopes. (2007). A inserção da lógica de mercado no campo cultural: a relação entre as instituições bancárias e a cultura em Recife. *Cadernos EBAPE.br*, 5(4), -.
201. Mariz, Luiz Alberto da Costa (2007). Pressões da globalização e a resposta criadora. *Cadernos EBAPE.br*, 5(4), -.
202. Martins, Paulo Emílio Matos (2007). Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária. *Cadernos EBAPE.br*, 5(4), -.

- Organizações & Sociedade (O&S)

203. Ribeiro, Maria Tereza Franco; Rezende, Daniel Carvalho de; Rezende, Gustavo Carvalho de (2001). A construção de estratégias competitivas explorando diferentes abordagens dinâmicas. *Organizações & Sociedade*, 8(20), -.
204. Carvalho, Cristina Amélia; Sachs, Tatiana Régine (2001). A internacionalização da economia chega ao terceiro setor: as relações (de)pendentes entre as ong's do sul e do norte. *Organizações & Sociedade*, 8(20), -.
205. Leão Junior, Fernando Pontual de Souza; Pacheco, Flávia Lopes; Gonçalves, Julio Cesar de Santana; Menezes, Michelle Ferreira Fortunato de (2001). Administração de organizações culturais na nova ordem social: um estudo em museus e teatros das cidades de Recife e Porto Alegre. *Organizações & Sociedade*, 8(20), -.
206. Brito, Mozar José de; Cappelle, Mônica Carvalho Alves; Brito, Valéria da G. Pereira; Cramer, Luciana (2002). Os dilemas do processo de mudança em uma organização pública: uma análise das representações sociais sobre a prática de P&D multi e interdisciplinar. *Organizações & Sociedade*, 9(23), -.
207. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Fonseca, Valéria Silva da (1993). Estruturação da estrutura organizacional: o caso de uma empresa familiar. *Organizações & Sociedade*, 1(1), 42-71.
208. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Fonseca, Valéria Silva da (1994). Configuração estrutural da indústria calçadista de Novo Hamburgo - RS. *Organizações & Sociedade*, 2(3), 67-119.

209. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Fonseca, Valéria Silva da (1996). Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. *Organizações & Sociedade*, 4(7), 97-115.
210. Fonseca, Valéria S.da; L.Machado-da-Silva, Clóvis (2002). Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição. *Organizações & Sociedade*, 9(25), 93-109.
211. Rezende, Enio Antunes; Ribeiro, Maria Teresa Franco (2003). Alguns condicionantes do ambiente institucional da *filière* das plantas medicinais no Brasil. *Organizações & Sociedade*, 10(26), 77-90.
212. Moreira, Elizabete de Abreu e Lima; Vieira, Marcelo Milano Falcão (2003). Estruturas de poder e instituições como determinantes da efetividade do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. *Organizações & Sociedade*, 10(26), 119-138.
213. Machado-da-Silva, Clóvis L. (2003). Respostas estratégicas da administração e contabilidade ao sistema de avaliação da Capes. *Organizações & Sociedade*, 10(28), 63-77.
214. Mendonça, José Ricardo C. de; Gonçalves, Julio Cesar de Santana (2004). Responsabilidade social nas empresas: uma questão de imagem ou de essência? *Organizações & Sociedade*, 11(29), 115-131.
215. Carvalho, Cristina Amélia Pereira de; Madeiro, Gustavo (2005). Carnaval, mercado e diferenciação social. *Organizações & Sociedade*, 12(32), 165-177.
216. Lopes, Fernando Dias; Susin, Fernanda (2005). Perspectiva de formação de alianças internacionais - um estudo de caso na Metasa. *Organizações & Sociedade*, 12(32), 29-43.
217. Cabral, Sandro (2007). Sobre a participação privada na gestão e operação de prisões no Brasil: uma análise à luz da nova economia institucional. *Organizações & Sociedade*, 14(40), 29-47.

- *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*

218. Rodrigues, Suzana Braga (1997). Cultura corporativa e identidade: desinstitucionalização em empresa de telecomunicações brasileira. *Revista de Administração Contemporânea*, 1(2), 45-72.
219. Vieira, Marcelo Milano Falcão (1997). Poder, objetivos e instituições como determinantes da definição de qualidade em organizações brasileiras e escocesas. *Revista de Administração Contemporânea*, 1(1), 7-33.
220. Carvalho, Cristina Amélia Pereira de (1999). El control organizativo en las organizaciones no gubernamentales: un estudio de la realidad española. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(3), 37-56.
221. Guarido Filho, Edson Ronaldo; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2001). A influência de valores ambientais e organizacionais sobre a aprendizagem organizacional na indústria alimentícia paranaense. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(2), 33-63.
222. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Nogueira, Eros E. da Silva (2001). Identidade organizacional: um caso de manutenção, outro de mudança. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(Especial, 1), 35-58.
223. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Barbosa, Solange de Lima (2002). Estratégia, fatores de competitividade e contexto de referência das organizações: uma análise arquetípica. *Revista de Administração Contemporânea*, 6(3), 7-32.
224. Zylbersztajn, Decio (2002). Organização ética: um ensaio sobre comportamento e estrutura das organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, 6(2), 123-143.

225. Misoczky, Maria Ceci A. (2003). Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 7(Especial, 1), 9-30.
226. Vasconcelos, Flávio Carvalho de (2004). A institucionalização das estratégias de negócios: o caso das *start-ups* na internet brasileira em uma perspectiva construtivista. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(2), 159-179.
227. Crubellate, João Marcelo; Grave, Paulo Sérgio; Mendes, Ariston Azevedo (2004). A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(Especial, 1), 37-60.
228. Cochia, Camilla B. Rodrigues; Machado-da-Silva, Clóvis L. (2004). Ambiente, interpretação e estratégia em organizações paranaenses dos setores de vestuário e alimentos. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(Especial, 1), 11-35.
229. Pinto, Murilo Sergio Lucena; Oliveira, Rezilda Rodrigues (2004). Estratégias competitivas no setor elétrico brasileiro: uma análise dos interesses e expectativas dos atores da CHESF. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(Especial, 1), 131-155.
230. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Fonseca, Valéria Silva da; Crubellate, João Marcelo (2005). Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(Especial, 1), 9-39.
231. Lopes, Fernando Dias; Baldi, Mariana (2005). Laços sociais e formação de arranjos organizacionais cooperativos – proposição de um modelo de análise. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(2), 81-101.
232. Bertero, Carlos Osmar; Iwai, Tatiana (2005). Uma visita ao barão. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(Especial, 2), 1-17.
233. Gomes, Ricardo Corrêa (2005). Who are the relevant stakeholders to the local government context? Empirical evidences on environmental influences in the decision-making process of English local authorities. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(Especial, 1), 177-202.
234. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Guarido Filho, Edson R.; Rossoni, Luciano (2006). Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(Especial, 1), 159-196.
235. Peci, Alketa; Vieira, Marcelo Milano Falcão; Clegg, Stewart R. (2006). A construção do “real” e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). *Revista de Administração Contemporânea*, 10(3), 51-71.
236. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Coser, Claudia (2006). Rede de relações interorganizacionais no campo organizacional de Videira-SC. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(4), 9-45.
237. Saes, Maria Sylvia Macchione (2007). A distribuição de quase-renda e a estratégia de diferenciação no café. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(2), 151-171.
238. Boehe, Dirk Michael; Zawislak, Paulo Antônio (2007). Influências ambientais e inovação de produtos: estudo de casos em subsidiárias de multinacionais no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(1), 97-117.
239. Gomes, Ricardo Corrêa; Gomes, Luciana de Oliveira Miranda (2007). Proposing a theoretical framework to investigate the relationships between an organization and its environment. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(1), 75-95.
240. Alves, Mário Aquino; Koga, Natália Massaco (2006). Brazilian nonprofit organizations and the new legal framework: an institutional perspective. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(Especial, 1), 213-234.
241. Kirschbaum, Charles (2006). Organizational design for institutional change: the case of MPB festivals, 1960 to 1968. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(Especial, 1), 197-212.

242. Machado-da-Silva, Clóvis L.; Rossoni, Luciano (2007). Persistência e mudança de temas na estruturação do campo científico da estratégia em organizações no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(4), 33-58.
243. Crubellate, João Marcelo (2007). Três contribuições conceituais neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(Especial, 1), 199-222.
244. Queiroz, Marco Aurélio Lima de; Vasconcelos, Flávio Carvalho de; Goldszmidt, Rafael Guilherme Burstein (2007). Economic rents and legitimacy: incorporating elements of organizational analysis institutional theory to the field of business strategy. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(Especial, 1), 177-198.
245. Freitas, Carlos Alberto Sampaio de; Guimarães, Tomás de Aquino (2007). Isomorphism, institutionalization and legitimacy: operational auditing at the court of auditors. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(Especial, 1), 153-175.

- *Revista de Administração de Empresas (RAE)*

246. Venosa, Roberto (1982). A institucionalização de tipologias organizacionais. Um estudo de caso: a autogestão na Iugoslávia. *Revista de Administração de Empresas*, 22(2), 23-36.
247. Machado-Da-Silva, Clóvis L.; Fernandes, Bruno H. Rocha (1998). Mudança ambiental e reorientação estratégica: estudo de caso em instituição bancária. *Revista de Administração de Empresas*, 38(4), 46-56.
248. Machado-Da-Silva, Clóvis L.; Fernandes, Bruno H. Rocha (1999). O impacto da internacionalização nos esquemas interpretativos dos dirigentes do banco Bamerindus. *Revista de Administração de Empresas*, 39(1), 14-24.
249. Amantino-De-Andrade, Jackeline; Mendonça, J. Ricardo C. De (2003). Gerenciamento de impressões: em busca de legitimidade organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, 43(1), 36-48.
250. Caldas, Miguel P.; Fachin, Roberto Costa (2005). Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. *Revista de Administração de Empresas*, 45(2), 46-51.
251. Guimarães, Tomás De Aquino; Medeiros, Paulo Henrique Ramos (2006). A institucionalização do governo eletrônico no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 46(4), 66-78.
252. Baldi, Mariana; Vieira, Marcelo Milano Falcão (2006). Calçado do vale: imersão social e redes interorganizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 46(3), 16-27.
253. Dimaggio, Paul J.; Powell, Walter W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 45(2), 74-89.
254. Boeira, Sérgio Luís (2006). Indústria de tabaco versus cidadania: confronto entre redes organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 46(3), 28-41.
255. Kirschbaum, Charles (2006). Renascença da indústria brasileira de filmes: destinos entrelaçados? *Revista de Administração de Empresas*, 46(3), 58-71.
256. Andion, Carolina; Serva, Maurício (2006). Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. *Revista de Administração de Empresas*, 46(2), 10-21.
257. Garcia-Parpet, Marie-France (2007). Dinâmica de mercado e trajetória de produtores frente ao sistema de classificação de vinhos. *Revista de Administração de Empresas*, 47(2), 26-36.
258. Magalhães, Reginaldo Sales (2007). Habilidades sociais no mercado de leite. *Revista de Administração de Empresas*, 47(2), 15-25.

259. Fligstein, Neil (2007). Habilidade social e a teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas*, 47(2), 61-80.
260. Kirschbaum, Charles; Vasconcelos, Flavio de Carvalho (2007). Tropicália: strategic manouvers in networks of musicians. *Revista de Administração de Empresas*, 47(3), 10-26.
261. Machado-Da-Silva, Clóvis L.; Vizeu, Fábio. (2007). Análise institucional de práticas formais de estratégia. *Revista de Administração de Empresas*, 47(4), 89-100.

- *Revista de Administração de Empresas Eletrônica (RAE-E)*

262. Porto, Elvio Corrêa; Ferreira, Fernando Coelho Martins; Kirschbaum, Charles (2004). Neo-institucionalismo na produção acadêmica em administração. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica*, 3(1), -.
263. Crubellate, João Marcelo (2004). Participação como controle social: uma crítica das estruturas organizacionais flexíveis. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica*, 3(2), -.
264. Bronzo, Marcelo; Honório, Luiz (2005). O institucionalismo e a abordagem das interações estratégicas da firma. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica*, 4(1), -.
265. Misoczky, Maria Ceci Araújo (2005). O isomorfismo normativo e a análise de organizações de saúde. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica*, 4(1), -.
266. Rossetto, Adriana Marques; Rossetto, Carlos Ricardo (2005). Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica*, 4(1), -.
267. Cunha, Cleverson Renan Da; Melo, Marlene Catarina De Oliveira Lopes (2006). A confiança nos relacionamentos interorganizacionais no campo da biotecnologia. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica*, 5(2), -.
268. Balestrin, Alsones; Arbage, Alessandro Porporatti (2007). A perspectiva dos custos de transação na formação de redes de cooperação. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica*, 6(1), -.

- *Revista de Administração Mackenzie (RAM)*

269. Marucci, José Carlos; Silva, Clóvis L. Machado da (2001). Análise da mudança do posicionamento estratégico de bancos comerciais no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, 2(2), 55-81.
270. Carlini Junior, Reginaldo José (2004). Análise contratual sob a óptica da economia dos custos de transação: a relação entre uma cooperativa e hortícola e uma rede de supermercados no Estado de Pernambuco. *Revista de Administração Mackenzie*, 5(1), 105-122.
271. Silva, Christian Luiz da; Saes, Maria Sylvia Macchione (2005). A questão da coexistência de estruturas de governança na economia dos custos de transação: evidências empíricas na avicultura de corte paranaense. *Revista de Administração Mackenzie*, 6(3), 88-118.
272. Gimenez, Fernando Antonio Prado; Hayashi Junior, Paulo; Grave, Paulo S. (2007). Isomorfismo mimético em estratégia: uma ferramenta para investigação. *Revista de Administração Mackenzie*, 8(4), 35-59.

- *Revista de Administração Pública (RAP)*

273. Machado, Maria Helena (1991). A sociedade e as organizações. *Revista de Administração Pública*, 25(3), 74-84.

274. Misoczky, Maria Ceci Araujo (2003). O Banco Mundial e a reconfiguração do campo das agências internacionais de saúde: uma análise multiparadigmática. *Revista de Administração Pública*, 37(1), 75-97.
275. Andrade, José Célio Silveira; Ribeiro, Maria Teresa Franco; Góes, Maria de Fátima Barbosa; Vargens, Emiliana da Costa (2003). Conflitos e riscos socioambientais: análise de relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. *Revista de Administração Pública*, 37(2), 459-476.
276. Carvalho, Cristina; Goulart, Sueli (2003). Formalismo no processo de institucionalização das bibliotecas universitárias. *Revista de Administração Pública*, 37(4), 921-938.
277. Vieira, Marcelo Milano Falcão; Silva, Rosimeri Carvalho da; Darbilly, Leonardo Vasconcelos Cavalier; Simões, Janaina Machado; Abdallah, Patrizia Raggi (2004). Fatores institucionais determinantes da configuração dos campos organizacionais da indústria da pesca no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. *Revista de Administração Pública*, 38(6), 947-977.
278. Carvalho, Cristina Amélia; Vieira, Marcelo Milano Falcão; Goulart, Sueli (2005). A trajetória conservadora da teoria institucional. *Revista de Administração Pública*, 39(4), 849-874.

- *Revista de Administração da USP (RAUSP)*

279. Kato, Heitor Takashi; Margarido, Mario Antonio (2000). Economia dos custos de transação (ECT): análise do conflito das bananas. *Revista de Administração da USP*, 35(4), 13-21.
280. Azevedo, Paulo Furquim de; Silva, Vivian Lara dos Santos (2002). Franquias de alimentos e coordenação de cadeias agroindustriais: uma análise empírica. *Revista de Administração da USP*, 37(1), 51-62.
281. Machado Filho, Cláudio Antonio Pinheiro; Zylbestajn, Décio (2004). A empresa socialmente responsável: o debate e as implicações. *Revista de Administração da USP*, 39(3), 242-254.
282. Gorga, Érica (2004). A cultura brasileira como fator determinante na governança corporativa e no desenvolvimento do mercado de capitais. *Revista de Administração da USP*, 39(4), 309-326.
283. Silva, Vivian Lara dos Santos; Azevedo, Paulo Furquim de (2006). Contratos interfirmas em diferentes ambientes institucionais: o caso McDonald's França versus Brasil. *Revista de Administração da USP*, 41(4), 381-393.
284. Campanário, Milton; Silva, Marcello Muniz da; Rovai, Ricardo Leonardo (2006). Eficiência de mercado e custos de transação: teoria e estudos de caso da bolsa eletrônica de compras do Estado de São Paulo e da central de suprimentos do instituto de pesquisas tecnológicas. *Revista de Administração da USP*, 41(3), 288-300.
285. Conejero, Marco Antonio; Neves, Marcos Fava (2007). Gestão de créditos de carbono: um estudo multicase. *Revista de Administração da USP*, 42(2), 113-127.

- *Revista Eletrônica de Administração (REAd)*

286. Rigatto, Paulo (1999). Correlações entre as abordagens concorrencial e institucional: caso do setor de frutas e conservas do Rio Grande do Sul. *Revista Eletrônica de Administração*, 5(4), -.
287. Araujo, André Luis Toso de (1999). Diferenças na adoção da perspectiva teórica na condução de uma pesquisa científica: um ensaio teórico. *Revista Eletrônica de Administração*, 5(4), -.
288. Lima, Maria Aparecida Barbosa (1999). Economia de comunhão x custos de transação: uma visão das organizações imbuídas da cultura da partilha. *Revista Eletrônica de Administração*, 5(4), -.
289. Toaldo, Ana Maria Machado (1999). Orientação para o mercado – uma abordagem institucional. *Revista Eletrônica de Administração*, 5(4), -.

290. Lopes, Fernando Dias (1999). Teoria institucional e gestão universitária - uma análise do processo de avaliação institucional na Unijuí. *Revista Eletrônica de Administração*, 5(4), -.
291. Vieira, Marcelo Milano Falcão; Vieira, Tiago Bergmann Borges; Bonzanini, Paulo Ricardo Fraga; Lopes, Fernando Dias (2001). O setor cultural de Porto Alegre: formação e característica a partir da teoria institucional. *Revista Eletrônica de Administração*, 7(3), -.
292. Andrade, José Célio Silveira; Góes, Maria de Fátima Barbosa; Vargens, Emiliana da Costa; Franco, Maria Teresa Ribeiro (2003). Conflitos sócio-ambientais na área de influência do complexo Costa do Sauípe: proposta de uma grade analítica. *Revista Eletrônica de Administração*, 9(2), -.
293. Furlanetto, Egidio Luiz (2003). Coordenação dos sistemas produtivos do agronegócio: alternativas aos pequenos e médios produtores. *Revista Eletrônica de Administração*, 9(5), -.
294. Pedrozo, Eugenio Ávila; Silva, Tania Nunes da; Takitane, Izabel Cristina. (2004). O seikatsu club: imbricamento entre redes sociais, segurança dos alimentos, sustentabilidade e o processo institucional no japão. *Revista Eletrônica de Administração*, 10(3), -.
295. Silva, Paulo José; Pereira, Maria Cecília; Brito, Mozar José de; Cappelle, Mônica Carvalho Alves (2005). A ação corrupta em uma organização multinacional: uma análise sob a ótica da abordagem construcionista. *Revista Eletrônica de Administração*, 11(6), -.
296. Silva, Rosimeri de Fátima Carvalho da; Vieira, Marcelo Milano Falcão; Simões, Janaina Machado; Abdallah, Patrícia Raggi (2005). A indústria pesqueira no Rio Grande do Sul – ascensão e queda. *Revista Eletrônica de Administração*, 11(6), -.
297. Boehe, Dirk Michael; Balestro, Moisés Vilamil (2006). A dimensão nacional dos custos de transação: oportunismo e confiança institucional dimensão nacional dos custos de transação: oportunismo e confiança institucional. *Revista Eletrônica de Administração*, 12(1), -.
298. Baldi, Mariana; Vieira, Marcelo Milano Falcão (2006). A natureza contingente da ação econômica: um estudo sobre imersão social no setor calçadista do Vale do Sinos no Rio Grande do Sul. *Revista Eletrônica de Administração*, 12(3), -.
299. Vieira, Luciana Marques; Ferreira, Gabriela Cardozo (2006). Relationships within supermarkets supply chains. *Revista Eletrônica de Administração*, 12(6), -.

ANEXO B – Informações adicionais sobre a dimensão social

Tabela 28 – Cooperação e Produtividade

ANO	ARTIGOS	AUTORES	AUTORIAS	COOPERAÇÃO	PRODUTIVIDADE TOTAL	PRODUTIVIDADE FRACIONADA
1982	1	1	1	1,000	1,000	1,000
1991	1	1	1	1,000	1,000	1,000
1993	2	2	4	2,000	2,000	1,000
1994	2	2	4	2,000	2,000	1,000
1996	1	2	2	2,000	1,000	0,500
1997	4	4	6	1,500	1,500	1,000
1998	2	3	5	2,500	1,667	0,667
1999	11	14	19	1,727	1,357	0,786
2000	14	22	27	1,929	1,227	0,636
2001	16	25	36	2,250	1,440	0,640
2002	25	34	45	1,800	1,324	0,735
2003	30	47	60	2,000	1,277	0,638
2004	42	67	85	2,024	1,269	0,627
2005	45	66	101	2,244	1,530	0,682
2006	54	81	105	1,944	1,296	0,667
2007	49	69	93	1,898	1,348	0,710
Total	299	258	594	1,987	2,302	1,159

Obs: Cooperação: autorias/artigos; Produtividade Total: autorias/autores; Produtividade Fracionada: artigos/autores

Fonte: resultados da pesquisa.

Tabela 29 – Indicadores das Categorias de Pesquisadores

	Continuantes	Transientes	One-timers	Entrante	Retirante	Total
Autores	14	42	155	26	21	258
Autorias em Artigos	186	137	155	65	51	594
Artigos com Participação	144	108	109	51	38	299
Períodos com Produção	14	9	10	3	6	15
Média de Laços	7,857	2,405	1,406	1,962	2,571	2,070
Laços	110	101	218	51	54	534
Interm >0	14	20	0	6	9	49
Interm = 0	0	1	0	0	0	1
Interm >0 (%)	100,0%	47,6%	0,0%	23,1%	42,9%	19,0%
Interm = 0 (%)	0,0%	2,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Isolados (%)	0,0%	7,1%	18,1%	3,8%	0,0%	12,4%
Grau 1 (%)	0,0%	31,0%	44,5%	46,2%	28,6%	38,8%
Grau 2 (%)	14,3%	21,4%	22,6%	30,8%	33,3%	23,6%
Grau 3 (%)	0,0%	16,7%	8,4%	3,8%	9,5%	8,9%
Grau 4-6 (%)	50,0%	21,4%	6,5%	15,4%	28,6%	14,0%
Grau 7-10 (%)	21,4%	2,4%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%
Grau>10 (%)	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%

Fonte: resultados da pesquisa.

Tabela 30 – Centralidade de Grau na Rede de Co-Autoria e Componente

Autor	NA REDE DE CO-AUTORIA			NO COMPONENTE		
	Degree	NrmDegree	Share	Comp	NrmDegree	Share
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	29	11,284	0,054	PRINCIPAL	56,863	0,220
VIEIRA, M. M. F.	16	6,226	0,030	2.MAIOR	44,444	0,129
LOPES, F. D.	10	3,891	0,019	2.MAIOR	27,778	0,081
CARVALHO, C. A. P.	9	3,502	0,017	2.MAIOR	25,000	0,073
BRITO, M. J.	8	3,113	0,015	3.MAIOR	66,667	0,148
GONÇALVES, J. C. S.	7	2,724	0,013	2.MAIOR	19,444	0,056
ANDRADE, J. C. S.	6	2,335	0,011	5.MAIOR	66,667	0,188
CRUBELLATE, J. M.	6	2,335	0,011	PRINCIPAL	11,765	0,045
PIMENTEL T.D.	6	2,335	0,011	4.MAIOR	60,000	0,167
RIBEIRO, M. T. F.	6	2,335	0,011	5.MAIOR	66,667	0,188
SILVA, R. C.	6	2,335	0,011	2.MAIOR	16,667	0,048
VASCONCELOS, F. C.	6	2,335	0,011	PRINCIPAL	11,765	0,045
CAPPELE M.C.	5	1,946	0,009	3.MAIOR	41,667	0,093
FERNANDES, B. H. R.	5	1,946	0,009	PRINCIPAL	9,804	0,038
GRAVE, P. S.	5	1,946	0,009	PRINCIPAL	9,804	0,038
PACHECO, F. L.	5	1,946	0,009	2.MAIOR	13,889	0,040
PAÇO-CUNHA, E.	5	1,946	0,009	3.MAIOR	41,667	0,093
PEREIRA M.C.	5	1,946	0,009	3.MAIOR	41,667	0,093
SENGER I.	5	1,946	0,009	3.MAIOR	41,667	0,093
SILVA P.J.	5	1,946	0,009	3.MAIOR	41,667	0,093

Obs: Degree = número de pesquisadores com quem existe co-autoria; NrmDegree = percentual de pesquisadores com que mantém ligações em relação ao total na rede; Share = proporção da medida de centralidade do pesquisador em relação a somatória das centralidades de todos os pesquisadores da rede; Comp = identificação do componente.

Fonte: resultados da pesquisa.

Tabela 31 – Sensibilidade dos Dois Maiores Componentes

Comp. Principal (n=52)					2. Componente (n=37)				
Grau	Frequência	Nº Comp.	Isolados	T.M.Comp.	Grau	Frequência	Nº Comp.	Isolados	T.M.Comp.
29	1	4	19	24	16	1	4	2	24
6	2	8	20	7	10	1	6	5	15
5	2	9	22	4	9	1	6	6	13
4	3	8	25	3	7	1	7	7	6
3	5	6	26	3	6	1	7	9	6
2	15	0	24	-	5	1	7	11	5
1	24	-	-	-	4	7	5	13	3
					3	6	2	14	2
					2	7	0	11	-
					1	11	-	-	-

Obs: Grau = centralidade de grau; Frequência = nº de pesquisadores com o respectivo valor para grau; NºComp. = Número de componentes após a retirada dos nós cuja centralidade está expressa na mesma linha; Isolados = numero de pesquisadores sem laços de co-autoria após retirada de nós; T.M.Comp. = tamanho do maior componente após retirada dos nós.

Fonte: resultados da pesquisa.

Tabela 32 – Caracterização dos Cinco Maiores Componentes da Rede de Colaboração

Componente		Principal (1)		2	3	4	5
Nº de Autores		52		37	13	11	10
% do total		20,1%		14,3%	5,0%	4,3%	3,9%
Autorias		203		138	32	15	21
Artigos		99		72	8	5	7
Autores	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	BOSQUETTI, M. A.	VIEIRA, M. M. F.	SIMÕES J.M.	BRITO, M. J.	CARRIERI, A. P.	RIBEIRO, M. T. F.
	FONSECA, V. S.	COCHIA, C. B. R.	CARVALHO, C. A. P.	MADEIRO, GUSTAVO	SILVA P.J.	ROMANO, B. D.	ANDRADE, J. C. S.
	CRUBELLATE, J. M.	VIZEU, F.	LOPES, F. D.	ALCÂNTARA, B. C. S.	PEREIRA M.C.	PIMENTEL T.D.	REZENDE, D. C.
	VASCONCELOS, F. C.	JACOMETTI M.	MISOCZKY, M. C. A.	SACHS T.R.	CAPPELLE M.C.	JUNQUILHO, G. S.	VARGENS E.D.
	KIRSCHBAUM C.	TEIXEIRA T.F.	BALDI, M.	BONZANINI P.R.	SENGER I.	DINIZ, C. M.	DIAS, C. C.
	FERNANDES, B. H. R.	RAMOS, S. C.	PACHECO, F. L.	MESQUITA, Z.	PAÇO-CUNHA, E.	SOARES A.D.	GÓES M.D.
	ROSSONI, L.	VIEIRA S.T.	GONÇALVES, J. C. S.	SUSIN F.	GOBBI B.C.	SAPSFORD, R.	REZENDE G.C.
	GRAVE, P. S.	FERREIRA J.M.	PECI, A.	RODRIGUES R.	SENGER C.M.	LEITE-DA-SILVA A.R.	FRANCO M.T.
	GUARIDO-FILHO, E. R.	HERNANDES C.	GOULART, S.	VIEIRA T.B.	BARRA G.M.	VASCONCELLOS, J. G. M.	REZENDE, E. A.
	COSER, C.	GRAEFF J.F.	AMANTINO-DE-ANDRADE, J.	BREI V.	FLEIG D.G.	LIMA G.C.	QUINTELLA, R. H.
	NOGUEIRA, E. E. S.	CORAIOLA, D. M.	MENDONÇA, J. R. C.	CLEGG, S. R.	CRAMER L.	MENDONÇA M.C.	
	SEIFERT-JR. , R. E.	FISCHER, A. L.	SILVA, R. C.	DARBILLY, L. V. C.	BRITO V.D.		
	GOLDSZMIDT R.G.	FERREIRA F.C.	LEÃO-JR, F. P. S.	DELLAGNELO, E. H. L.	SANTOS A.C.		
	GIMENEZ, F. A. P.	NASCIMENTO, M. R.	MARIZ, L. A.	TERUCHKIN S.U.			
	QUEIROZ M.A.	CARSTENS D.D.	VENTURA, ELVIRA C. F.	MOREIRA E.D.			
	BARBOSA, S. L.	ANDRADE-FILHO, J. C.	ABDALLAH, P. R.	CÁRDENAS L.Q.			
	AUGUSTO P.O.	INOCÊNCIO R.M.	LIMA M.A.	OCAÑA W.R.			
	FACHIN, R. C.	OLIVEIRA, P. T.	MENEZES, M. F. F. DE	ODERICH C.L.			
	MARUCCI, J. C.	TORRES D.	LORÊTO M.S.				
	CALDAS, M.P.	DORIA, R.					
	PASCUCCI, L. M.	VASCONCELOS, I. F. G.					
	MENDES, A. A.	PIMENTEL R.					
	WEYMER A.S.	BRITO V.V.					
	GONÇALVES, S. A.	PORTO E.C.					
	HAYASHI JUNIOR, PAULO	AMARAL-FILHO, R. G. D.					
	TAKAHASHI, A. R. W.	GUIMARÃES T.B.					

Tabela 32 – Caracterização dos Cinco Maiores Componentes da Rede de Colaboração (cont.)

Componente		Principal (1)	2	3	4	5
Escolha Preferencial	Expoente	-1,006	Expoente -1,115	Não calculado	Não calculado	Não calculado
	R ²	0,8411(!)	R ² 0,752(!!)			
	Sig	<0,01	Sig <0,01			
	C-Value:	0,6036	C-Value: 0,4992			
	Beta:	1,9876	Beta: 1,7267			
	Valor Máx:	0,142	Valor Máx: 0,2019			
	1%:	0,226*	1%: 0,268*			
	5%:	0,1886*	5%: 0,2236*			
	10%:	0,1692*	10%: 0,2006			
Média de Laços	2,538		3,351	4,154	3,273	3,2
Centralização(%)	53,96		37,14	37,88	33,33	38,89
Densidade	0,0498		0,0931	0,3460	0,3270	0,3560
Coef. De Agrup.	0,607		0,599	0,794	0,713	0,815
Distância-Média	3,189		2,749	2,013	2,327	1,844
Diâmetro	7		5	4	5	3

* Testes Goodness-of-fit de Kolmogorov-Smirnov foram significativos.

! Coeficiente não superior ao da curva de ajuste quadrática (0,853).

!! Coeficiente não superior ao das curvas de ajuste quadrática (0,855) e logarítmica (0,810).

Fonte: resultados da pesquisa.

Tabela 33 – Participação em Artigos por Categoria de Autor e Componente

CATEGORIA	PESQUISADORES	1	2	3	4	5	0	Σ
CONTINUANTE	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	59						59
	VIEIRA, M. M. F.		20					20
	CARVALHO, C. A. P.		15					15
	FONSECA, V. S.	12						12
	VASCONCELOS, F. C.	11						11
	CRUBELLATE, J. M.	11						11
	LOPES, F. D.		11					11
	MISOCZKY, M. C. A.		8					8
	FERNANDES, B. H. R.	8						8
	PACHECO, F. L.		7					7
	GONÇALVES, J. C. S.		7					7
	ROSSETTO, C. R.						6	6
ENTRANTE	GRAVE, P. S.	6						6
	GOULART, S.		5					5
	ROSSONI, L.	6						6
	PEREIRA M.C.			4				4
	SILVA P.J.			4				4
	GOLDSZMIDT R.G.	3						3
	GIMENEZ, F. A. P.	3						3
	QUEIROZ M.A.	3						3
	FREITAS, C. A. S DE						3	3
	AUGUSTO P.O.	3						3
	SAES, M. S. M.						2	2
	PAGLIARUSSI M.S.						2	2
	WEYMER A.S.	2						2
	PIMENTEL T.D.				2			2
	PASCUCCI, L. M.	2						2
	EMMENDOERFER M.L.						2	2
	GOMES R.C.						2	2
	PREDEBON E.A.						2	2
	HAYASHI JUNIOR, P.	2						2
	BALESTRIN, A.						2	2
	SCHERER F.L.						2	2
	BERTERO, C. O.						2	2
	SOUSA P.D.						2	2
	IWAI T.						2	2
	VIZEU, F.	2						2
	LORÊTO M.S.		2					2
	ALVES J.M.						2	2
	MARTINS, P. E. M..						2	2
RETIRANTE	RIBEIRO, M. T. F.					4		4
	MENDONÇA, J. R. C.		4					4
	ANDRADE, J. C. S.					4		4
	LEÃO-JR, F. P. S.		4					4
	BARBOSA, S. L.	3						3
	MENEZES, M. F. F. DE		2					2
	ROMANO, B. D.				2			2
	REZENDE, D. C.					2		2
	JACOMETTI M.	2						2
	GÓES M.D.					2		2
	MENDES, A. A.	2						2
	JUNQUILHO, G. S.				2			2
	REZENDE G.C.					2		2
	SILVA T.D.						2	2
	COCHIA, C. B. R.	2						2
	VARGENS E.D.					2		2
	DIAS, C. C.					2		2
	ALCÂNTARA, B. C. S.		2					2
	ZYLBERSZTAJN, D.						2	2
	LIMA M.A.		2					2
	MARUCCI, J. C.	2						2

Tabela 33 – Participação em Artigos por Categoria de Autor e Componente (cont.)

CATEGORIA	PESQUISADORES	1	2	3	4	5	O	Σ
TRANSIENTE	KIRSCHBAUM C.	10						10
	BALDI, M.		8					8
	BRITO, M. J.			6				6
	GUIMARÃES, T. DE A.						5	5
	PECI, A.		5					5
	ROSSETTO, A. M.						5	5
	GUARIDO-FILHO, E. R.	5						5
	SEIFERT-JR. , R. E.	4						4
	BOEHE D.M.						4	4
	NOGUEIRA, E. E. S.	4						4
	COSER, C.	4						4
	AMANTINO-DE-ANDRADE, J.	4						4
	SILVA, R. C.		4					4
	MARIZ, L. A.		4					4
	CAPPELLE M.C.			4				4
	SENGER I.			3				3
	ARBAGE, A. P.						3	3
	VENTURA, E. C. F.		3					3
	PAÇO-CUNHA, E.			3				3
	ALVES, M. A.						3	3
	KOGA, N. M.						3	3
	FLECK D.L.						3	3
	GONÇALVES, S. A.	2						2
	SILVA, V. L. S.						2	2
	BERNARDES, P.						2	2
	ANDION C.						2	2
	AZEVEDO, P. F.						2	2
	CABRAL, S.						2	2
	OLIVEIRA, R. R.						2	2
	CALDAS, M.P.	2						2
	FACHIN, R. C.	2						2
	MADEIRO, G.		2					2
	SIMÕES J.M.		2					2
	BALESTRO, M. V.						2	2
	SERVA, M.						2	2
	MEDEIROS, P. H. R.						2	2
	BOSQUETTI, M. A.	2						2
	CARRIERI, A. P.				2			2
	TAKAHASHI, A. R. W.	2						2
	FURLANETTO E.L.						2	2
	ABDALLAH, P. R.		2					2
	GOBBI B.C.			2				2
ONE TIMER		22	15	6	7	3	102	155
Categoria		1	2	3	4	5	O	Σ
CONTINUANTE	<i>Autores</i>	6	7	0	0	0	1	14
	<i>Part. Em Artigos</i>	107	73	0	0	0	6	186
ENTRANTE	<i>Autores</i>	9	1	2	1	0	13	26
	<i>Part. Em Artigos</i>	26	2	8	2	0	27	65
RETIRANTE	<i>Autores</i>	5	5	0	2	7	2	21
	<i>Part. Em Artigos</i>	11	14	0	4	18	4	51
TRANSIENTE	<i>Autores</i>	10	9	5	1	0	17	42
	<i>Part. Em Artigos</i>	37	34	18	2	0	46	137
ONE-TIMER	<i>Autores</i>	22	15	6	7	3	102	155
	<i>Part. Em Artigos</i>	22	15	6	7	3	102	155
TOTAL	<i>Autores</i>	52	37	13	11	10	135	258
	<i>Part. Em Artigos</i>	203	138	32	15	21	185	594

Obs: As colunas representam os cinco maiores componentes, numerados de 1 a 5, além dos dados agregados referentes aos demais autores (O).

Fonte: resultados da pesquisa.

Tabela 34 – Estatística Descritiva da Rede de Co-autoria por Componente e Período

Período	Componente Principal					2º Maior Componente					3º Maior Componente					4º Maior Componente					5º Maior Componente				
	P1	P2	P3	P4	Total	P1	P2	P3	P4	Total	P1	P2	P3	P4	Total	P1	P2	P3	P4	Total	P1	P2	P3	P4	Total
Autores (n)	3	14	23	36	52	1	15	25	22	37	0	0	9	9	13	0	0	5	7	11	0	6	7	0	10
(%)	5,8	26,9	44,2	69,2	100,0	2,7	40,5	67,6	59,5	100,0	0,0	0,0	69,2	69,2	100,0	0,0	0,0	45,5	63,6	100,0	0,0	60,0	70,0	0,0	100,0
Artigos (n)	9	13	27	50	99	1	17	27	27	72	0	0	3	5	8	0	0	3	2	5	0	3	4	0	7
(%)	9,1	13,1	27,3	50,5	100,0	1,4	23,6	37,5	37,5	100,0	0,0	0,0	37,5	62,5	100,0	0,0	0,0	60,0	40,0	100,0	0,0	42,9	57,1	0,0	100,0
Autorias (n)	19	29	53	102	203	1	33	52	52	138	0	0	12	20	32	0	0	7	8	15	0	9	12	0	21
(%)	9,4	14,3	26,1	50,2	100,0	0,7	23,9	37,7	37,7	100,0	0,0	0,0	37,5	62,5	100,0	0,0	0,0	46,7	53,3	100,0	0,0	42,9	57,1	0,0	100,0
NC	1	3	4	4	1	1	1	3	3	1	0	0	1	1	1	0	0	1	1	1	0	2	1	0	1
I	0	0	1	1	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COOP.	2,11	2,23	1,96	2,04	2,05	1,00	1,94	1,93	1,93	1,92	-	-	4,00	4,00	4,00	-	-	2,33	4,00	3,00	-	3,00	3,00	-	3,00
PT	6,33	2,07	2,30	2,83	3,90	1,00	2,20	2,08	2,36	3,73	-	-	1,33	2,22	2,46	-	-	1,40	1,14	1,36	-	1,50	1,71	-	2,10
PF	3,00	0,93	1,17	1,39	1,90	1,00	1,13	1,08	1,23	1,95	-	-	0,33	0,56	0,62	-	-	0,60	0,29	0,45	-	0,50	0,57	-	0,70
ML	2,000	2,143	1,826	2,111	2,538	-	3,200	2,240	2,364	3,351	-	-	3,778	3,778	4,154	-	-	2,000	3,714	3,273	-	2,000	3,143	-	3,200
C(%)	0,00	61,54	35,71	42,02	53,96	-	31,32	30,62	40,00	37,14	-	-	35,71	35,71	37,88	-	-	41,67	53,33	33,33	-	0,00	43,33	-	38,89
D	1,000	0,165	0,830	0,063	0,050	-	0,229	0,093	0,113	0,093	-	-	0,472	0,472	0,346	-	-	0,500	0,619	0,327	-	0,400	0,524	-	0,356
CA	1,000	0,852	0,694	0,728	0,607	-	0,772	0,591	0,744	0,599	-	-	0,844	0,844	0,794	-	-	0,583	0,924	0,713	-	1,000	0,733	-	0,815
DM	1,000	1,681	1,845	2,929	3,189	-	2,390	2,710	2,368	2,749	-	-	1,694	1,694	2,013	-	-	1,700	1,381	2,327	-	1,000	1,571	-	1,844
Diam	1	2	3	6	7	-	4	7	4	5	-	-	3	3	4	-	-	3	2	5	-	1	3	-	3
Q	2,38	11,46	24,67	20,33	16,54	-	3,53	9,71	10,50	7,18	-	-	1,96	1,96	2,22	-	-	1,99	1,87	2,08	-	7,75	1,77	-	2,73

P1 = 1993-1998; P2 = 1999-2001; P3 = 2002-2004; P4 = 2005-2007.

NC = Número de Componentes no Período (tamanho mínimo = 2); I = Número de Autores Isolados no Período; COOP = Cooperação (autorias/artigo); PT = Produtividade Total (autorias/autores); PF = Produtividade Fracionada (artigos/autores); ML = Média de Laços; C(%) = Centralização; D = Densidade; CA = Coeficiente de Agrupamento; DM = Distância Média; Diam = Diâmetro; Q = Coeficiente de *Small World* (apenas para efeito comparativo).

Obs: Para o cálculo dos indicadores de cada período, foram considerados os autores de cada componente conforme dispostos na rede agregada para todos os períodos (conforme Figura 12).

Fonte: resultados da pesquisa.

ANEXO C – Informações adicionais sobre a dimensão intelectual

Tabela 35 – Imediatismo, Índice de Price e Vida-Média das Referências

Ano de Publicação dos Artigos Citantes	Ano de Publicação da Referência		Vida Média	Imediatismo	Índice de Price
	Ano	% acum.			
1993	1993	1986	50,0%	7	0,00%
1994	1994	1986	50,8%	8	9,52%
1996	1996	1991	57,1%	5	0,00%
1997	1997	1990	55,1%	7	1,28%
1998	1998	1989	52,8%	9	0,00%
1999	1999	1992	53,8%	7	5,56%
2000	2000	1988	50,0%	12	0,30%
2001	2001	1992	51,6%	9	0,00%
2002	2002	1992	52,7%	10	0,19%
2003	2003	1992	51,0%	11	0,16%
2004	2004	1994	51,3%	10	0,30%
2005	2005	1993	50,8%	12	0,38%
2006	2006	1995	51,9%	11	0,49%
2007	2007	1993	51,1%	14	0,24%

Obs: para todos os indicadores, foram consideradas apenas referências citadas mais do que uma vez.

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 36 – Distribuição de Citações por Autor

Citações recebidas	Autores	%	Amplitude da Categoria
apenas 1	2268	56,73%	[1]
apenas 2	711	17,78%	[1]
de 3 a 4	507	12,68%	[2]
de 5 a 10	319	7,98%	[5]
de 11 a 20	107	2,68%	[10]
de 21 a 40	46	1,15%	[20]
de 41 a 80	18	0,45%	[40]
de 80 a 140	12	0,30%	[60]
mais de 140	10	0,25%	[302]
Total	3998	100,00%	
Máximo	442	Mediana	1
Mínimo	1	Moda	1
Média	3,844	DP	16,526

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 37 – Distribuição de Citações por Trabalhos

Citações recebidas	Trabalhos	%	Amplitude da Categoria
apenas 1	3067	66,31%	[1]
apenas 2	735	15,89%	[1]
de 3 a 4	472	10,21%	[2]
de 5 a 10	236	5,10%	[5]
de 11 a 20	64	1,38%	[10]
de 21 a 40	38	0,82%	[20]
de 41 a 80	10	0,22%	[40]
mais de 80	3	0,06%	[61]
Total	4625	100,00%	
Máximo	129	Mediana	1
Mínimo	1	Moda	1
Média	2,258	DP	4,860

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 38 – Distribuidores (*Hubs*)

Rank	Autor	Degree	NrmDegree	Share
1	DIMAGGIO, P. J.	255	94,444	0,015
2	POWELL, W. W.	253	93,704	0,015
3	MEYER, J. W.	246	91,111	0,014
4	SCOTT, W. R.	241	89,259	0,014
5	ROWAN, B.	231	85,556	0,014
6	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	224	82,963	0,013
7	FONSECA, V. S.	216	80,000	0,013
8	BERGER, P. L.	201	74,444	0,012
9	LUCKMANN, T.	201	74,444	0,012
10	HININGS, C. R.	186	68,889	0,011
11	ZUCKER, L. G.	183	67,778	0,011
12	GREENWOOD, R.	172	63,704	0,010
13	VIEIRA, M. M. F.	172	63,704	0,010
14	GIDDENS, A.	171	63,333	0,010
15	OLIVER, C.	168	62,222	0,010
16	GRANOVETTER, M. S.	161	59,630	0,009
17	SIMON, H. A.	161	59,630	0,009
18	FERNANDES, B. H. R.	160	59,259	0,009
19	TOLBERT, P. S.	157	58,148	0,009
20	PFEFFER, J.	156	57,778	0,009
21	WILLIAMSON, O. E.	156	57,778	0,009

Obs: nós com alta centralidade de grau na rede de co-citação por autor (c=8, cc=3)

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 39 – Pivôs

Rank	Autor	Betweenness	nBetweenness
1	DIMAGGIO, P. J.	2266,505	6,241
2	POWELL, W. W.	2029,368	5,588
3	SCOTT, W. R.	1772,373	4,881
4	MEYER, J. W.	1661,849	4,576
5	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	1354,303	3,729
6	ROWAN, B.	1330,546	3,664
7	WILLIAMSON, O. E.	1081,429	2,978
8	FONSECA, V. S.	1072,378	2,953
9	BERGER, P. L.	825,850	2,274
10	LUCKMANN, T.	825,850	2,274
11	HININGS, C. R.	618,615	1,703
12	VIEIRA, M. M. F.	541,264	1,490
13	GRANOVETTER, M. S.	532,522	1,466
14	ZUCKER, L. G.	527,393	1,452
15	WEBER, M.	500,072	1,377
16	GIDDENS, A.	481,912	1,327
17	GREENWOOD, R.	474,993	1,308
18	SIMON, H. A.	428,957	1,181
19	OLIVER, C.	401,011	1,104
20	FERNANDES, B. H. R.	393,398	1,083

Obs: nós com alta centralidade de intermediação na rede de co-citação por autor (c=8, cc=3)

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 40 – Demarcadores (*Landmarks*)

Autor Citado	Rank (TC)	Laços (TC)	Citações (TC)	Rank (AC)	Laços (AC)	Citações (AC)
POWELL, W. W.	1	199	337	1	165	663
DIMAGGIO, P. J.	2	198	361	2	159	693
SCOTT, W. R.	3	179	442	3	147	901
MEYER, J. W.	4	169	278	4	132	545
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	5	151	417	5	130	915
ROWAN, B.	6	145	159	6	117	309
FONSECA, V. S.	7	140	274	7	111	585
BERGER, P. L.	8	100	105	9	93	217
LUCKMANN, T.	8	100	100	9	93	211
ZUCKER, L. G.	10	88	151	8	95	304
HININGS, C. R.	11	84	130	18	64	255
VIEIRA, M. M. F.	12	83	144	12	78	280
GREENWOOD, R.	13	78	126	19	61	256
FERNANDES, B. H. R.	14	73	115	13	77	250
CARVALHO, C. A. P.	15	71	122	14	73	250
WILLIAMSON, O. E.	16	68	127	11	85	251
TOLBERT, P. S.	17	65	88	15	72	173
OLIVER, C.	18	64	90	24	54	175
GIDDENS, A.	19	62	90	23	55	184
SELZNICK, P.	20	61	107	17	65	222
MINTZBERG, H.	21	60	103	16	71	229
SIMON, H. A.	21	60	78	21	56	153

Obs: TC = Dados com base na rede *two-mode* entre trabalhos citantes (299) e autores citados (271), com *threshold* de citação igual a 8. Demarcadores representam 8,1% do total de autores citados, abrangendo 39,0% das relações da rede e 45,9% de todas as citações realizadas. Constan na tabela apenas autores com grau igual ou maior que 60. AC = Dados com base na rede *two-mode* entre autores citantes (258) e autores citados (271), citados 8 ou mais vezes pelos artigos que compõe a população investigada. Demarcadores representam 8,5% do total de autores citados, abrangendo 34,2% das relações da rede e 46,0% de todas as citações realizadas. Constan na tabela autores com grau igual ou maior que 55.

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 41 – Distribuidores (*Hubs*) por Período

#	P1	Laços	P2	Laços	P3	Laços	P4	Laços
1	MEYER, J. W.	65	SCOTT, W. R.	67	DIMAGGIO, P. J.	126	POWELL, W. W.	163
2	DIMAGGIO, P. J.	63	DIMAGGIO, P. J.	65	POWELL, W. W.	123	DIMAGGIO, P. J.	162
3	POWELL, W. W.	63	POWELL, W. W.	64	SCOTT, W. R.	123	SCOTT, W. R.	140
4	FONSECA, V. S.	61	MEYER, J. W.	62	MEYER, J. W.	122	MEYER, J. W.	137
5	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	61	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	59	ROWAN, B.	114	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	133
6	SCOTT, W. R.	61	FONSECA, V. S.	58	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	109	FONSECA, V. S.	127
7	PETTIGREW, A. M.	59	ROWAN, B.	57	FONSECA, V. S.	98	ROWAN, B.	116
8	GREENWOOD, R.	57	HININGS, C. R.	56	HININGS, C. R.	85	GRANOVETTER, M. S.	91
9	HININGS, C. R.	57	BERGER, P. L.	55	BERGER, P. L.	78	ZUCKER, L. G.	90
10	MORGAN, G.	57	LUCKMANN, T.	55	GREENWOOD, R.	78	GIDDENS, A.	87
11	FRIESEN, P. H.	56	GREENWOOD, R.	50	LUCKMANN, T.	78	CRUBELLATE, J. M.	85
12	MILLER, D.	56	MINTZBERG, H.	47	ZUCKER, L. G.	76	BERGER, P. L.	79
13	BARTUNEK, J. M.	55	ZUCKER, L. G.	46	MINTZBERG, H.	75	LUCKMANN, T.	79
14	ALDRICH, H. E.	54	FERNANDES, B. H. R.	40	TOLBERT, P. S.	70	OLIVER, C.	77
15	FREEMAN, J. H.	52	SELZNICK, P.	40	VIEIRA, M. M. F.	70	SIMON, H. A.	70
16	HANNAN, M. T.	52	MORGAN, G.	39	SELZNICK, P.	66	FERNANDES, B. H. R.	64
17	WHITTINGTON, R.	52	PERROW, C. B.	38	FERNANDES, B. H. R.	65	HININGS, C. R.	62
18	MINTZBERG, H.	51	CHANDLER, A. D.	37	MORGAN, G.	64	VIEIRA, M. M. F.	62
19	CHILD, J.	47	ALDRICH, H. E.	35	OLIVER, C.	60	WILLIAMSON, O. E.	62
20	SCHEIN, E. H.	47	TOLBERT, P. S.	35	WILLIAMSON, O. E.	60	WEBER, M.	61
21	BERGER, P. L.	45	FIOL, C. M.	34	CARVALHO, C. A. P.	56	MARCH, J. G.	60
22	LUCKMANN, T.	45	GIDDENS, A.	34	WEICK, K. E.	55	WHITTINGTON, R.	60
23	ROWAN, B.	45	DEAL, T. E.	31	SIMON, H. A.	54	TOLBERT, P. S.	59
24	SMIRICH, L.	44	SIMON, H. A.	31	HATCH, M. J.	53	BOURDIEU, P.	57
25	WHETTEN, D. A.	44	CARVALHO, C. A. P.	30	PFEFFER, J.	52	MINTZBERG, H.	56
26	VIEIRA, M. M. F.	41	HALL, R. H.	30	RANSON, S.	48	GREENWOOD, R.	55
27	GAGLIARDI, P.	39	RANSON, S.	30	LOPES, F. D.	46	CARVALHO, C. A. P.	52
28	WILLMOTT, H.	39	CHILD, J.	29	WEBER, M.	45	PFEFFER, J.	51
29			WEICK, K. E.	29				

Obs: nós com alta centralidade de grau na rede de co-citação por autor. *Thresholds*: P1(c=3, cc=1); P2(c=4, cc=2); P3(c=5, cc=3); P4(c=7, cc=5).

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 42 – Pivôs por Período

#	P1	INTERM.	P2	INTERM.	P3	INTERM.	P4	INTERM.
1	MEYER, J. W.	76,287	CHANDLER, A. D.	296,001	DIMAGGIO, P. J.	1053,544	POWELL, W. W.	2713,558
2	DIMAGGIO, P. J.	60,317	SCOTT, W. R.	257,178	POWELL, W. W.	846,723	DIMAGGIO, P. J.	2464,728
3	POWELL, W. W.	60,317	DIMAGGIO, P. J.	179,860	SCOTT, W. R.	839,064	SCOTT, W. R.	1238,130
4	FONSECA, V. S.	48,977	MINTZBERG, H.	178,403	MEYER, J. W.	708,902	MEYER, J. W.	1180,672
5	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	48,977	POWELL, W. W.	154,653	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	654,986	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	958,066
6	SCOTT, W. R.	48,977	MEYER, J. W.	143,046	ROWAN, B.	548,161	FONSECA, V. S.	848,879
7	PETTIGREW, A. M.	37,286	MORGAN, G.	108,800	WILLIAMSON, O. E.	544,210	ROWAN, B.	665,811
8	MORGAN, G.	34,092	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	105,069	FONSECA, V. S.	330,158	WILLIAMSON, O. E.	641,890
9	GREENWOOD, R.	25,482	FONSECA, V. S.	96,353	MINTZBERG, H.	253,444	FOUCAULT, M.	529,594
10	HININGS, C. R.	25,482	WILLIAMSON, O. E.	82,797	HININGS, C. R.	174,363	GRANOVETTER, M. S.	470,108
11	FRIESEN, P. H.	23,590	ROWAN, B.	75,780	PORTER, M. E.	163,210	GIDDENS, A.	300,658
12	MILLER, D.	23,590	HININGS, C. R.	75,778	MORGAN, G.	154,053	NORTH, D. C.	288,806
13	CHILD, J.	21,050	BERGER, P. L.	71,442	ZUCKER, L. G.	153,401	WEBER, M.	274,800
14	SCHEIN, E. H.	21,050	LUCKMANN, T.	71,442	BERGER, P. L.	146,507	BOURDIEU, P.	268,519
15	BARTUNEK, J. M.	19,512	PERROW, C. B.	52,248	LUCKMANN, T.	146,507	ZUCKER, L. G.	243,161
16	ALDRICH, H. E.	18,417	GREENWOOD, R.	51,417	VIEIRA, M. M. F.	134,832	VIEIRA, M. M. F.	235,192
17	WHITTINGTON, R.	16,103	ZUCKER, L. G.	43,406	GREENWOOD, R.	133,065	CRUBELLATE, J. M.	233,325
18	FREEMAN, J. H.	15,730	FERNANDES, B. H. R.	35,765	MARCH, J. G.	128,760	BERGER, P. L.	189,313
19	HANNAN, M. T.	15,730	SELZNICK, P.	34,592	FERNANDES, B. H. R.	110,010	LUCKMANN, T.	189,313
20	MINTZBERG, H.	14,845	SIMON, H. A.	23,070	TOLBERT, P. S.	104,312	MOTTA, F. C. P.	185,563

Obs: nós com alta centralidade de intermediação na rede de co-citação por autor. *Thresholds*: P1(c=3, cc=1); P2(c=4, cc=2); P3(c=5, cc=3); P4(c=7, cc=5).

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 43 – Análise Fatorial: Cargas dos Autores Citados (0,50 ou superior)

FATOR 1		FATOR 2		FATOR 3		FATOR 4		FATOR 6	
AUTOR	CARGA	AUTOR	CARGA	AUTOR	CARGA	AUTOR	CARGA	AUTOR	CARGA
ENZ, C. A.	0,863	CAVES, R. E.	0,912	CARVALHO, C. A. P.	0,835	EVERETT, M. G.	0,910	GULATI, R.	0,887
STIMPERT, J. L.	0,856	GHEMAWAT, P.	0,880	VIEIRA, M. M. F.	0,831	FREEMAN, L. C.	0,894	GRANDORI, A.	0,881
BARR, P. S.	0,853	ARGYRIS, C.	0,860	MISOCZKY, M. C. A.	0,820	BORGATTI, S. P.	0,866	SODA, G.	0,849
SCHEIN, E. H.	0,837	PENROSE, E. T.	0,854	LOPES, F. D.	0,785	WASSERMAN, S.	0,849	BEAMISH, P. W.	0,830
HUFF, A. S.	0,835	CREED, W. D.	0,809	LEÃO-JR, F. P. S.	0,740	FAUST, K.	0,827	HENNART, J-F.	0,823
BARTUNEK, J. M.	0,825	SEO, M.	0,809	PACHECO, F. L.	0,739	OWEN-SMITH, J.	0,826	LORANGE, P.	0,812
CHAFEE, E. E.	0,819	TEECE, D. J.	0,808	BRYMAN, A.	0,734	WHITE, D. R.	0,814	EBERS, M.	0,798
FLETCHER, K.	0,817	JENNINGS, P. D.	0,803	GONÇALVES, J. C. S.	0,730	WACQUANT, L. J. D.	0,763	HESTERLY, W. S.	0,791
NARAPAREDDY, V.	0,817	LOUNSBURY, M.	0,802	HOLANDA, L. A.	0,726	SWEDBERG, R.	0,752	SMITH-DOERR, L.	0,776
GREENWOOD, R.	0,812	ELSBACH, K. D.	0,778	TRIVIÑO, A. N. S.	0,709	MOODY, J.	0,748	UZZI, B.	0,767
HININGS, C. R.	0,803	LAWRENCE, T. B.	0,773	RICHARDSON, R. J.	0,700	KOPUT, K. W.	0,740	GARGIULO, M.	0,744
JOHNSON, G.	0,786	SEWELL-JR., W. H.	0,773	GOULART, S.	0,693	COSER, C.	0,709	RODRIGUES, S. B.	0,739
SCHWENK, C. R.	0,783	ABRAHAMSON, E.	0,770	PECI, A.	0,671	BURT, R. S.	0,703	NOHRIA, N.	0,729
FERNANDES, B. H. R.	0,783	SCHUMPETER, J. A.	0,768	AMANTINO-DE-ANDRADE, J.	0,645	BHASKAR, R.	0,691	RING, P. S.	0,702
RANSON, S.	0,780	SUTTON, R. I.	0,760	NASCIMENTO, M. R.	0,642	EMIRBAYER, M.	0,690	OLIVER, A. L.	0,626
EASTON, G.	0,770	WERNERFELT, B.	0,754	OLIVEIRA, P. T.	0,637	WHITE, H. C.	0,676	CLEGG, S. R.	0,553
DAFT, R. L.	0,769	WHITTINGTON, R.	0,746	VENTURA, ELVIRA C. F.	0,616	HOFFMAN, A. J.	0,671	GRANOVETTER, M. S.	0,535
HATCH, M. J.	0,768	KAHN R. L.	0,744	SELZNICK, P.	0,607	BECKER, H. S.	0,662	POLANYI, K.	0,533
STUBBART, C.	0,757	KATZ, D.	0,744	RAMOS, A. G.	0,606	GALASKIEWICZ, J.	0,655		
SMIRCICH, L.	0,757	WINN, M. I.	0,744	CHRISTENSEN, S.	0,591	BOURDIEU, P.	0,650		
WHIPP, R.	0,753	STINCHCOMBE, A. L.	0,738	VERGARA, S. C.	0,589	FLIGSTEIN, N.	0,630		
FONSECA, V. S.	0,740	BARNEY, J. B.	0,735	MENDONÇA, J. R. C.	0,584	SIMMEL, G.	0,597		
FRIESEN, P. H.	0,734	SCHENDEL, D.	0,727	MEYER, J. W.	0,580	DOUGLAS, M.	0,546		
PETTIGREW, A. M.	0,733	VASCONCELOS, F. C.	0,715	GONÇALVES, S. A.	0,573	MIZRUCHI, M. S.	0,542		
BARBOSA, S. L.	0,732	BECKERT, J.	0,709	JEPPERSON, R.	0,571				
WEICK, K. E.	0,732	FINKELSTEIN, S.	0,705	TOLBERT, P. S.	0,570				
MILLER, D.	0,731	SUCHMAN, M. C.	0,694	ROWAN, B.	0,556				
SNOW, C. C.	0,710	PORTER, M. E.	0,683	ZUCKER, L. G.	0,545				
MILES, R. E.	0,710	FIOL, C. M.	0,680	PRATES, A. A. P.	0,543				
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	0,705	GRAVE, P. S.	0,664	SLACK, T.	0,531				
MORGAN, G.	0,701	RUMELT, R. P.	0,657	CLEGG, S. R.	0,523	COLLINS, R.	0,804	SPINK, M. J. P.	0,809
GIMENEZ, F. A. P.	0,701	LAMPEL, J.	0,657	YIN, R. K.	0,519	LEBLEBICI, H.	0,783	BALBI, S.	0,774
MARTIN, J.	0,666	AHLSTRAND, B.	0,655	FRIEDLAND, R.	0,519	LEBLEBICI, H.	0,783	CROZIER, M.	0,764
MINTZBERG, H.	0,662	MENDES, A. A.	0,650	ALFORD, R. R.	0,519	LARSON, M. S.	0,769	HOFSTEDE, G.	0,738
FACHIN, R. C.	0,656	WOOD-JR., T.	0,630	SCOTT, W. R.	0,519	STRANG, D.	0,753	JORNAL FOLHA DE SP	0,653
VAHLNE, J. E.	0,649	CHANDLER, A. D.	0,615	DIMAGGIO, P. J.	0,518	GOODSTEIN, J.	0,728	FOUCAULT, M.	0,599
CAMERON, K. S.	0,645	THOMPSON, J. D.	0,588	CALDAS, M. P.	0,511	GINSBERG, A.	0,727	MOTTA, F. C. P.	0,582
JOHANSON, J.	0,628	CRUBELLATE, J. M.	0,587	GUARIDO-FILHO, E. R.	0,510	JOYCE, W. F.	0,726	DAMATTA, R.	0,561
KUPFER, D.	0,593	MARCH, J. G.	0,573	LUCKMANN, T.	0,508	HIRSCH, P. M.	0,712		
CRUBELLATE, J. M.	0,592	CALDAS, M. P.	0,568	POWELL, W. W.	0,507	DEAL, T. E.	0,691		
DELLAGNELO, E. H. L.	0,579	SIMON, H. A.	0,566	BERGER, P. L.	0,506	HAMBRICK, D. C.	0,683		
ANDREWS, K. R.	0,579	OLIVER, C.	0,554			ZAJAC, E. J.	0,674		
BOUDON, R.	0,574	COASE, R. H.	0,528			ROSSETTO, C. R.	0,639		
SCOTT, W. R.	0,574	ALDRICH, H. E.	0,522			KANTER, R. M.	0,622		
KANTER, R. M.	0,568	NORTH, D. C.	0,517			VAN DE VEN, A. H.	0,600		
SLACK, T.	0,567	WEBER, M.	0,516			FREEMAN, J. H.	0,589		
FIOL, C. M.	0,566	RUEF, M.	0,506			HANNAN, M. T.	0,578		
COCHIA, C. B. R.	0,565					HALL, R. H.	0,574		
DUNNING, J. H.	0,561					SALANCIK, G. R.	0,560		
GONÇALVES, S. A.	0,559					ANDREWS, K. R.	0,556		
BERGER, P. L.	0,550					THOMPSON, J. D.	0,548		
LUCKMANN, T.	0,547					ANSOFF, I.	0,523		
WHETTEN, D. A.	0,544					SCHENDEL, D.	0,510		
SIMON, H. A.	0,543					PERROW, C. B.	0,503		
BARDIN, L.	0,541					FINKELSTEIN, S.	0,501		
GUARIDO-FILHO, E. R.	0,535								
ANSOFF, I.	0,532								
ROBERTS, P. W.	0,528								
GIDDENS, A.	0,525								
HAUNSCHILD, P. R.	0,517								
CHILD, J.	0,516								
AHLSTRAND, B.	0,515								
SCHUTZ, A.	0,512								
HARDY, C.	0,508								
CHANLAT, J. F.	0,506								
GRAVE, P. S.	0,503								
LAMPEL, J.	0,500								

Obs: Análise fatorial para a matriz bruta de autores citados oito ou mais vezes. Células em negrito e sombreadas indicam autores com presença em mais de um fator.

Tabela 44 – Citações Cruzadas e Autocitações de Trabalhos por Períodos entre os Cinco Maiores Componentes

Período/ Comp. Citante	Componente Citado										
	1. COMP		2.COMP		3.COMP		4.COMP		5.COMP		Total
1993-1998	28	80,00%	7	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	35
1.COMP	27	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	27
2.COMP	1	16,67%	5	83,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	6
OUTROS	0	0,00%	2	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2
1999-2001	64	65,31%	26	26,53%	0	0,00%	3	3,06%	5	5,10%	98
1.COMP	44	97,78%	0	0,00%	0	0,00%	1	2,22%	0	0,00%	45
2.COMP	10	29,41%	23	67,65%	0	0,00%	1	2,94%	0	0,00%	34
5.COMP	1	14,29%	0	0,00%	0	0,00%	1	14,29%	5	71,43%	7
OUTROS	9	75,00%	3	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	12
2002-2004	158	54,11%	116	39,73%	2	0,68%	4	1,37%	12	4,11%	292
1.COMP	95	95,96%	3	3,03%	0	0,00%	1	1,01%	0	0,00%	99
2.COMP	23	23,71%	74	76,29%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	97
3.COMP	6	30,00%	9	45,00%	2	10,00%	1	5,00%	2	10,00%	20
4.COMP	5	50,00%	3	30,00%	0	0,00%	2	20,00%	0	0,00%	10
5.COMP	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	8	100,00%	8
OUTROS	29	50,00%	27	46,55%	0	0,00%	0	0,00%	2	3,45%	58
2004-2006	267	60,00%	166	37,30%	0	0,00%	9	2,02%	3	0,67%	445
1.COMP	190	88,37%	24	11,16%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,47%	215
2.COMP	19	16,81%	90	79,65%	0	0,00%	4	3,54%	0	0,00%	113
3.COMP	2	18,18%	9	81,82%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	11
4.COMP	5	50,00%	4	40,00%	0	0,00%	1	10,00%	0	0,00%	10
OUTROS	51	53,13%	39	40,63%	0	0,00%	4	4,17%	2	2,08%	96
Total	517	59,43%	315	36,21%	2	0,23%	16	1,84%	20	2,30%	870

Fonte: resultados da pesquisa.

Tabela 45 – Citações Cruzadas e Autocitações de Autores por Períodos entre os Cinco Maiores Componentes

Período/ Comp. Citante	Componente Citado										
	PRINCIPAL		2.MAIOR		3.MAIOR		4.MAIOR		5.MAIOR		Total
1993-1998	47	78,33%	13	21,67%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	60
1.COMP	45	88,24%	6	11,76%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	51
2.COMP	2	28,57%	5	71,43%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	7
OUTROS	0	0,00%	2	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2
1999-2001	142	71,72%	46	23,23%	0	0,00%	3	1,52%	7	3,54%	198
1.COMP	97	98,98%	0	0,00%	0	0,00%	1	1,02%	0	0,00%	98
2.COMP	23	35,38%	41	63,08%	0	0,00%	1	1,54%	0	0,00%	65
5.COMP	3	27,27%	0	0,00%	0	0,00%	1	9,09%	7	63,64%	11
OUTROS	19	79,17%	5	20,83%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	24
2002-2004	335	59,08%	206	36,33%	2	0,35%	6	1,06%	18	3,17%	567
1.COMP	189	96,92%	5	2,56%	0	0,00%	1	0,51%	0	0,00%	195
2.COMP	49	28,00%	126	72,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	175
3.COMP	15	45,45%	11	33,33%	2	6,06%	3	9,09%	2	6,06%	33
4.COMP	12	66,67%	4	22,22%	0	0,00%	2	11,11%	0	0,00%	18
5.COMP	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	12	100,00%	12
OUTROS	70	52,24%	60	44,78%	0	0,00%	0	0,00%	4	2,99%	134
2004-2006	592	65,13%	299	32,89%	0	0,00%	13	1,43%	5	0,55%	909
1.COMP	405	89,60%	46	10,18%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,22%	452
2.COMP	37	17,62%	165	78,57%	0	0,00%	8	3,81%	0	0,00%	210
3.COMP	3	18,75%	13	81,25%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16
4.COMP	8	42,11%	10	52,63%	0	0,00%	1	5,26%	0	0,00%	19
OUTROS	139	65,57%	65	30,66%	0	0,00%	4	1,89%	4	1,89%	212
Total	1116	64,36%	564	32,53%	2	0,12%	22	1,27%	30	1,73%	1734

Fonte: resultados da pesquisa.

ANEXO D – Trabalhos mais citados por período no campo da perspectiva institucional

1993-2007				
Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
4625	299	-	10445	9,26%
MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	126	42,14%	129	1,24%
DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	120	40,13%	122	1,17%
BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	100	33,44%	100	0,96%
SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	67	22,41%	67	0,64%
DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	62	20,74%	64	0,61%
TOLBERT PS, 1996, THE INSTITUTIONALIZA	51	17,06%	53	0,51%
OLIVER C, 1991, ACAD MNGMT REV, V16, P145	46	15,38%	46	0,44%
SELZNICK P, 1957, LEADERSHIP IN ADMINI	46	15,38%	47	0,45%
GIDDENS A, 1984, THE CONSTITUTION OF	45	15,05%	46	0,44%
HININGS CR, 1988, THE DYNAMICS OF STRA	45	15,05%	45	0,43%
SCOTT WR, 1987, ORGANIZATIONS RATION	45	15,05%	45	0,43%
GRANOVETTER MS, 1985, AM JN SOC, V91, P481	42	14,05%	42	0,40%
WEBER M, 1968, ECONOMY AND SOCIETY	41	13,71%	41	0,39%
SCOTT WR, 1987, ADM SCI Q, V32, P493	40	13,38%	40	0,38%
SCOTT WR, 2001, INSTITUTIONS AND ORG	40	13,38%	40	0,38%
SIMON HA, 1945, ADMINISTRATIVE BEHAV	40	13,38%	40	0,38%

1993-1998					1999-2001				
Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
250	11	-	382	17,02%	740	41	-	1210	12,40%
HININGS CR, 1988, THE DYNAMICS OF STRA	7	63,64%	7	1,83%	MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	16	39,02%	17	1,40%
BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	6	54,55%	6	1,57%	BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	15	36,59%	15	1,24%
BARTUNEK JM, 1984, ADM SCI Q, V29, P355	5	45,45%	5	1,31%	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	15	36,59%	15	1,24%
DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	5	45,45%	5	1,31%	SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	15	36,59%	15	1,24%
MILLER D, 1984, ORGANIZATIONS A QUAN	5	45,45%	5	1,31%	HININGS CR, 1988, THE DYNAMICS OF STRA	12	29,27%	12	0,99%
RANSON S, 1980, ADM SCI Q, V25, P1	5	45,45%	5	1,31%	SCOTT WR, 1987, ADM SCI Q, V32, P493	11	26,83%	11	0,91%
BARR PS, 1992, STRAT MNGMT JN, V13, P15	4	36,36%	4	1,05%	DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	10	24,39%	10	0,83%
GIDDENS A, 1978, NOVAS REGRAS DO METO	4	36,36%	4	1,05%	MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	10	24,39%	10	0,83%
HUFF AS, 1990, CODING THE CAUSAL AS	4	36,36%	4	1,05%	MACHADO-DA-SILVA CL, 1999, MUDANCA E ESTRATEGIA	8	19,51%	8	0,66%
KANTER RM, 1992, THE CHALLENGE OF ORG	4	36,36%	4	1,05%	SCOTT WR, 1987, ORGANIZATIONS RATION	8	19,51%	8	0,66%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	4	36,36%	4	1,05%	DIMAGGIO PJ, 1991, INTRODUCTION	7	17,07%	7	0,58%
MEYER JW, 1983, INSTITUTIONALIZED OR	4	36,36%	4	1,05%	RANSON S, 1980, ADM SCI Q, V25, P1	7	17,07%	7	0,58%
MORGAN G, 1986, IMAGES OF ORGANIZATI	4	36,36%	4	1,05%	SCOTT WR, 1992, THE ORGANIZATION OF	7	17,07%	8	0,66%
SCOTT WR, 1983, THE ORGANIZATION OF ENV	4	36,36%	4	1,05%	ZUCKER LG, 1977, AM SOC REV, V42, P726	7	17,07%	7	0,58%

2002-2004					2005-2007				
Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
1900	97	-	3174	9,89%	2831	148	-	5629	9,33%
MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	45	46,39%	47	1,48%	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	63	42,57%	65	1,15%
DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	37	38,14%	37	1,17%	MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	63	42,57%	63	1,12%
BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	30	30,93%	30	0,95%	BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	48	32,43%	48	0,85%
SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	28	28,87%	28	0,88%	GIDDENS A, 1984, THE CONSTITUTION OF	33	22,30%	34	0,60%
DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	21	21,65%	21	0,66%	SCOTT WR, 2001, INSTITUTIONS AND ORG	33	22,30%	33	0,59%
SCOTT WR, 1987, ORGANIZATIONS RATION	20	20,62%	20	0,63%	OLIVER C, 1991, ACAD MNGMT REV, V16, P145	32	21,62%	32	0,57%
TOLBERT PS, 1996, THE INSTITUTIONALIZA	20	20,62%	20	0,63%	DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	30	20,27%	32	0,57%
SELZNICK P, 1957, LEADERSHIP IN ADMINI	18	18,56%	19	0,60%	GRANOVETTER MS, 1985, AM JN SOC, V91, P481	30	20,27%	30	0,53%
POWELL WW, 1991, THE NEW INSTITUTIONA	14	14,43%	14	0,44%	TOLBERT PS, 1996, THE INSTITUTIONALIZA	27	18,24%	29	0,52%
CARVALHO CA, 1999, CONTRIBUICOES DA PER	13	13,40%	13	0,41%	MACHADO-DA-SILVA CL, 2005, RAC REV ADM CONT, V9, P9	24	16,22%	24	0,43%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	13	13,40%	13	0,41%	SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	24	16,22%	24	0,43%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1996, ORG SOC, V4, P97	13	13,40%	13	0,41%	WEBER M, 1968, ECONOMY AND SOCIETY	24	16,22%	24	0,43%
OLIVER C, 1991, ACAD MNGMT REV, V16, P145	13	13,40%	13	0,41%	SELZNICK P, 1957, LEADERSHIP IN ADMINI	22	14,86%	22	0,39%
RANSON S, 1980, ADM SCI Q, V25, P1	13	13,40%	13	0,41%	SIMON HA, 1945, ADMINISTRATIVE BEHAV	22	14,86%	22	0,39%
SCOTT WR, 1987, ADM SCI Q, V32, P493	13	13,40%	13	0,41%	WILLIAMSON OE, 1985, THE ECONOMIC INSTITU	22	14,86%	22	0,39%
HATCH MJ, 1997, ORGANIZATIONAL THEOR	12	12,37%	12	0,38%	DIMAGGIO PJ, 1991, INTRODUCTION	21	14,19%	21	0,37%

Obs: TCn = Trabalhos Citantes; %Cn = % do total de artigos do período que citaram o trabalho; CRT = Citações Recebidas; %C = % de citações recebidas em relação ao total de citações efetuadas no período.

Fonte: resultados da pesquisa.

ANEXO E – Trabalhos mais citados por período pelo componente principal

1993-2007									
Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C					
1539	99	-	3879	13,48%					
DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	70	70,71%	71	1,83%					
BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	46	46,46%	46	1,19%					
MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	44	44,44%	45	1,16%					
HININGS CR, 1988, THE DYNAMICS OF STRA	35	35,35%	35	0,90%					
GIDDENS A, 1984, THE CONSTITUTION OF	32	32,32%	33	0,85%					
SCOTT WR, 2001, INSTITUTIONS AND ORG	30	30,30%	30	0,77%					
OLIVER C, 1991, ACAD MNGMT REV, V16, P145	27	27,27%	27	0,70%					
RANSON S, 1980, ADM SCI Q, V25, P1	26	26,26%	26	0,67%					
SIMON HA, 1945, ADMINISTRATIVE BEHAV	25	25,25%	25	0,64%					
WEICK KE, 1969, THE SOCIAL PSYCHOLOG	24	24,24%	25	0,64%					
MACHADO-DA-SILVA CL, 1996, ORG SOC, V4, P97	23	23,23%	23	0,59%					
SCOTT WR, 1987, ORGANIZATIONS RATION	23	23,23%	23	0,59%					
BARTUNEK JM, 1984, ADM SCI Q, V29, P355	19	19,19%	19	0,49%					
GRANOVETTER MS, 1985, AM JN SOC, V91, P481	19	19,19%	19	0,49%					
MACHADO-DA-SILVA CL, 1999, MUDANCA E ESTRATEGIA	19	19,19%	19	0,49%					
MACHADO-DA-SILVA CL, 2000, COGNICAO E INSTITUCI	19	19,19%	19	0,49%					
MACHADO-DA-SILVA CL, 2005, RAC REV ADM CONT, V9, P9	19	19,19%	19	0,49%					
SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	19	19,19%	19	0,49%					
1993-1998					1999-2001				
Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
127	9	-	247	24,29%	269	13	-	424	22,64%
HININGS CR, 1988, THE DYNAMICS OF STRA	7	77,78%	7	2,83%	HININGS CR, 1988, THE DYNAMICS OF STRA	10	76,92%	10	2,36%
BARTUNEK JM, 1984, ADM SCI Q, V29, P355	5	55,56%	5	2,02%	BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	9	69,23%	9	2,12%
BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	5	55,56%	5	2,02%	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	8	61,54%	8	1,89%
DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	5	55,56%	5	2,02%	ENZ CA, 1988, ADM SCI Q, V33, P284	6	46,15%	6	1,42%
MILLER D, 1984, ORGANIZATIONS A QUAN	5	55,56%	5	2,02%	MACHADO-DA-SILVA CL, 1996, ORG SOC, V4, P97	6	46,15%	6	1,42%
RANSON S, 1980, ADM SCI Q, V25, P1	5	55,56%	5	2,02%	MACHADO-DA-SILVA CL, 1999, MUDANCA E ESTRATEGIA	6	46,15%	6	1,42%
BARR PS, 1992, STRAT MNGMT JN, V13, P15	4	44,44%	4	1,62%	RANSON S, 1980, ADM SCI Q, V25, P1	6	46,15%	6	1,42%
GIDDENS A, 1978, NOVAS REGRAS DO METO	4	44,44%	4	1,62%	SCOTT WR, 1987, ORGANIZATIONS RATION	6	46,15%	6	1,42%
HUFF AS, 1990, CODING THE CAUSAL AS	4	44,44%	4	1,62%	BARTUNEK JM, 1984, ADM SCI Q, V29, P355	5	38,46%	5	1,18%
KANTER RM, 1992, THE CHALLENGE OF ORG	4	44,44%	4	1,62%	MACHADO-DA-SILVA CL, 1995, CONFIGURACAO ESTRUTU	5	38,46%	5	1,18%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	4	44,44%	4	1,62%	SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	5	38,46%	5	1,18%
MEYER JW, 1983, INSTITUTIONALIZED OR	4	44,44%	4	1,62%	DAFT RL, 1984, ACAD MNGMT REV, V9, P284	4	30,77%	4	0,94%
SCOTT WR, 1983, THE ORGANIZATION OF ENV	4	44,44%	4	1,62%	MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	4	30,77%	4	0,94%
					MACHADO-DA-SILVA CL, 1998, RAE REV ADM EMP, V38, P46	4	30,77%	4	0,94%
					MACHADO-DA-SILVA CL, 2000, COGNICAO E INSTITUCI	4	30,77%	4	0,94%
					MORGAN G, 1986, IMAGES OF ORGANIZATI	4	30,77%	4	0,94%
					SIMON HA, 1945, ADMINISTRATIVE BEHAV	4	30,77%	4	0,94%

2002-2004					2005-2007				
Textos Citados					Textos Citados				
595	TCn	%Cn	CRT	%C	973	TCn	%Cn	CRT	%C
	27	-	980	15,00%		50	-	2228	14,00%
DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	19	70,37%	19	1,94%	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	38	76,00%	39	1,75%
MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	12	44,44%	13	1,33%	MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	29	58,00%	29	1,30%
BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	11	40,74%	11	1,12%	GIDDENS A, 1984, THE CONSTITUTION OF	26	52,00%	27	1,21%
SCOTT WR, 1987, ORGANIZATIONS RATION	11	40,74%	11	1,12%	SCOTT WR, 2001, INSTITUTIONS AND ORG	26	52,00%	26	1,17%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1996, ORG SOC, V4, P97	10	37,04%	10	1,02%	BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	21	42,00%	21	0,94%
HININGS CR, 1988, THE DYNAMICS OF STRA	9	33,33%	9	0,92%	OLIVER C, 1991, ACAD MNGMT REV, V16, P145	20	40,00%	20	0,90%
SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	8	29,63%	8	0,82%	MACHADO-DA-SILVA CL, 2005, RAC REV ADM CONT, V9, P9	19	38,00%	19	0,85%
HATCH MJ, 1997, ORGANIZATIONAL THEOR	7	25,93%	7	0,71%	WEICK KE, 1969, THE SOCIAL PSYCHOLOG	17	34,00%	18	0,81%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1999, COMPETITIVIDADE ORGA	7	25,93%	7	0,71%	GRANOVETTER MS, 1985, AM JN SOC, V91, P481	16	32,00%	16	0,72%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1999, MUDANCA E ESTRATEGIA	7	25,93%	7	0,71%	TOLBERT PS, 1996, THE INSTITUTIONALIZA	14	28,00%	14	0,63%
RANSON S, 1980, ADM SCI Q, V25, P1	7	25,93%	7	0,71%	SIMON HA, 1945, ADMINISTRATIVE BEHAV	13	26,00%	13	0,58%
SCOTT WR, 1987, ADM SCI Q, V32, P493	7	25,93%	7	0,71%	WEBER M, 1968, ECONOMY AND SOCIETY	13	26,00%	13	0,58%
SIMON HA, 1945, ADMINISTRATIVE BEHAV	7	25,93%	7	0,71%	BORGATTI SP, 2002, UCINET FOR WINDOWS S	12	24,00%	12	0,54%
ENZ CA, 1988, ADM SCI Q, V33, P284	6	22,22%	6	0,61%	WHITTINGTON R, 1992, JN MNGMT ST, V29, P693	12	24,00%	12	0,54%
FERNANDES BH, 1999, RAE REV ADM EMP, V39, P14	6	22,22%	6	0,61%	MACHADO-DA-SILVA CL, 1999, COMPETITIVIDADE ORGA	11	22,00%	11	0,49%
OLIVER C, 1991, ACAD MNGMT REV, V16, P145	6	22,22%	6	0,61%	MACHADO-DA-SILVA CL, 2000, COGNICAO E INSTITUCI	11	22,00%	11	0,49%
WEICK KE, 1969, THE SOCIAL PSYCHOLOG	6	22,22%	6	0,61%	SEWELL-JR ,W, 1992, AM JN SOC, V98, P1	11	22,00%	11	0,49%

Obs: TCn = Trabalhos Citantes; %Cn = % do total de artigos do período que citaram o trabalho; CRT = Citações Recebidas; %C = % de citações recebidas em relação ao total de citações efetuadas no período.

Fonte: resultados da pesquisa.

ANEXO F – Trabalhos mais citados por período pelo segundo maior componente

1993-2007				
Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
982	72	-	2161	14,72%
MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	39	54,17%	40	1,85%
SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	34	47,22%	34	1,57%
DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	27	37,50%	27	1,25%
BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	24	33,33%	24	1,11%
DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	19	26,39%	20	0,93%
DIMAGGIO PJ, 1991, CONSTRUCTING AN ORGA	18	25,00%	18	0,83%
SELZNICK P, 1957, LEADERSHIP IN ADMINI	18	25,00%	18	0,83%
DIMAGGIO PJ, 1991, INTRODUCTION	16	22,22%	16	0,74%
WEBER M, 1968, ECONOMY AND SOCIETY	14	19,44%	14	0,65%
BOURDIEU P, 1989, O PODER SIMBOLICO	13	18,06%	13	0,60%
CARVALHO CA, 1999, CONTRIBUICOES DA PER	13	18,06%	13	0,60%
POWELL WW, 1991, THE NEW INSTITUTIONA	13	18,06%	13	0,60%
SCOTT WR, 1991, UNPACKING INSTITUTIO	12	16,67%	12	0,56%
TOLBERT PS, 1996, THE INSTITUTIONALIZA	12	16,67%	12	0,56%
GRANOVETTER MS, 1985, AM JN SOC, V91, P481	11	15,28%	11	0,51%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	11	15,28%	11	0,51%
VIEIRA MM, 2003, CAMPOS ORGANIZACIONA	11	15,28%	11	0,51%
BOURDIEU P, 1996, RAZOES PRATICAS SOBR	10	13,89%	11	0,51%

1993-1998***					1999-2001				
Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
54	1	-	54	-	279	17	-	416	19,47%
-	-	-	-	-	SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	10	58,82%	10	2,40%
-	-	-	-	-	MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	9	52,94%	9	2,16%
-	-	-	-	-	CARVALHO CA, 1999, CONTRIBUICOES DA PER	6	35,29%	6	1,44%
-	-	-	-	-	DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	6	35,29%	6	1,44%
-	-	-	-	-	BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	5	29,41%	5	1,20%
-	-	-	-	-	BOURDIEU P, 1989, O PODER SIMBOLICO	5	29,41%	5	1,20%
-	-	-	-	-	DIMAGGIO PJ, 1991, CONSTRUCTING AN ORGA	5	29,41%	5	1,20%
-	-	-	-	-	MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	5	29,41%	5	1,20%
-	-	-	-	-	SCOTT WR, 1987, ADM SCI Q, V32, P493	5	29,41%	5	1,20%
-	-	-	-	-	WEBER M, 1968, ECONOMY AND SOCIETY	5	29,41%	5	1,20%
-	-	-	-	-	ALDRICH HE, 1976, ORGANIZATIONS AND EN	4	23,53%	4	0,96%
-	-	-	-	-	BRYMAN A, 1989, RESEARCH METHODS AND	4	23,53%	4	0,96%
-	-	-	-	-	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	4	23,53%	4	0,96%
-	-	-	-	-	SCOTT WR, 1991, UNPACKING INSTITUTIO	4	23,53%	4	0,96%
-	-	-	-	-	SCOTT WR, 1992, THE ORGANIZATION OF	4	23,53%	4	0,96%

2002-2004					2005-2007				
Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	Textos Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
517	27	-	862	17,29%	471	27	-	829	16,41%
MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	18	66,67%	19	2,20%	MEYER JW, 1977, AM JN SOC, V83, P340	12	44,44%	12	1,45%
SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	14	51,85%	14	1,62%	SCOTT WR, 1995, INSTITUTIONS AND ORG	10	37,04%	10	1,21%
DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	13	48,15%	13	1,51%	BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	9	33,33%	9	1,09%
BERGER PL, 1967, THE SOCIAL CONSTRUCT	10	37,04%	10	1,16%	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	9	33,33%	10	1,21%
SELZNICK P, 1957, LEADERSHIP IN ADMINI	9	33,33%	9	1,04%	DIMAGGIO PJ, 1991, THE IRON CAGE REVISI	8	29,63%	8	0,97%
DIMAGGIO PJ, 1991, CONSTRUCTING AN ORGA	8	29,63%	8	0,93%	GRANOVETTER MS, 1985, AM JN SOC, V91, P481	8	29,63%	8	0,97%
TOLBERT PS, 1996, THE INSTITUTIONALIZA	7	25,93%	7	0,81%	VIEIRA MM, 2003, CAMPOS ORGANIZACIONA	8	29,63%	8	0,97%
DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOC REV, V48, P147	6	22,22%	6	0,70%	DIMAGGIO PJ, 1991, INTRODUCTION	7	25,93%	7	0,84%
PFEFFER J, 1978, THE EXTERNAL CONTROL	6	22,22%	6	0,70%	GULATI R, 1999, AM JN SOC, V104, P1439	6	22,22%	6	0,72%
SCOTT WR, 1991, UNPACKING INSTITUTIO	6	22,22%	6	0,70%	POWELL WW, 1991, THE NEW INSTITUTIONA	6	22,22%	6	0,72%
BOURDIEU P, 1989, O PODER SIMBOLICO	5	18,52%	5	0,58%	SELZNICK P, 1957, LEADERSHIP IN ADMINI	6	22,22%	6	0,72%
BOURDIEU P, 1996, RAZOES PRATICAS SOBR	5	18,52%	6	0,70%	UZZI B, 1997, ADM SCI Q, V42, P35	6	22,22%	6	0,72%
BURREL G, 1979, SOCIOLOGICAL PARADIG	5	18,52%	5	0,58%	CARVALHO CA, 2003, CONTRIBUICOES DA PER	5	18,52%	5	0,60%
CLEGG SR, 1990, MODERN ORGANIZATIONS	5	18,52%	5	0,58%	DACIN MT, 1999, JN MNGMT, V25, P317	5	18,52%	5	0,60%
DIMAGGIO PJ, 1988, INTEREST AND AGENCY	5	18,52%	5	0,58%	DIMAGGIO PJ, 1991, CONSTRUCTING AN ORGA	5	18,52%	5	0,60%
DIMAGGIO PJ, 1991, INTRODUCTION	5	18,52%	5	0,58%	FONSECA VS, 2003, A ABORDAGEM INSTITUC	5	18,52%	5	0,60%
MACHADO-DA-SILVA CL, 1993, HOMOGENEIZACAO E DIV	5	18,52%	5	0,58%	HOLANDA LA, 2003, FORMACAO E INSTITUCI	5	18,52%	5	0,60%
SCOTT WR, 1987, ORGANIZATIONS RATION	5	18,52%	5	0,58%	POLANYI K, 1944, THE GREAT TRANSFORMA	5	18,52%	5	0,60%
SUCHMAN MC, 1995, ACAD MNGMT REV, V20, P571	5	18,52%	5	0,58%	VIEIRA MM, 2003, INSTITUICOES E PODER	5	18,52%	5	0,60%
VIEIRA MM, 2000, INSTITUICOES E PODER	5	18,52%	5	0,58%	WEBER M, 1968, ECONOMY AND SOCIETY	5	18,52%	5	0,60%

Obs: TCn = Trabalhos Citantes; %Cn = % do total de artigos do período que citaram o trabalho; CRT = Citações Recebidas; %C = % de citações recebidas em relação ao total de citações efetuadas no período. *** 1993-1998: Apenas um artigo publicado.

Fonte: resultados da pesquisa.

ANEXO G – Autores mais citados por período no campo da perspectiva institucional

1993-2007				
Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
3998	299	-	15370	22,62%
POWELL, W. W.	199	66,56%	337	2,19%
DIMAGGIO, P. J.	198	66,22%	361	2,35%
SCOTT, W. R.	179	59,87%	442	2,88%
MEYER, J. W.	169	56,52%	278	1,81%
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	151	50,50%	417	2,71%
ROWAN, B.	145	48,49%	159	1,03%
FONSECA, V. S.	140	46,82%	274	1,78%
BERGER, P. L.	100	33,44%	105	0,68%
LUCKMANN, T.	100	33,44%	100	0,65%
ZUCKER, L. G.	88	29,43%	151	0,98%
HININGS, C. R.	84	28,09%	130	0,85%
VIEIRA, M. M. F.	83	27,76%	144	0,94%
GREENWOOD, R.	78	26,09%	126	0,82%
FERNANDES, B. H. R.	73	24,41%	115	0,75%
CARVALHO, C. A. P.	71	23,75%	122	0,79%
WILLIAMSON, O. E.	68	22,74%	127	0,83%
TOLBERT, P. S.	65	21,74%	88	0,57%

1993-1998					1999-2001				
Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
249	11	-	594	29,63%	678	41	-	1746	29,95%
FONSECA, V. S.	10	90,91%	21	3,54%	SCOTT, W. R.	29	70,73%	91	5,21%
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	9	81,82%	22	3,70%	DIMAGGIO, P. J.	29	70,73%	50	2,86%
GREENWOOD, R.	9	81,82%	18	3,03%	POWELL, W. W.	27	65,85%	41	2,35%
HININGS, C. R.	9	81,82%	18	3,03%	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	24	58,54%	59	3,38%
MEYER, J. W.	9	81,82%	11	1,85%	MEYER, J. W.	24	58,54%	54	3,09%
SCOTT, W. R.	8	72,73%	17	2,86%	FONSECA, V. S.	23	56,10%	47	2,69%
POWELL, W. W.	8	72,73%	10	1,68%	ROWAN, B.	20	48,78%	25	1,43%
DIMAGGIO, P. J.	7	63,64%	8	1,35%	HININGS, C. R.	16	39,02%	27	1,55%
MILLER, D.	6	54,55%	11	1,85%	BERGER, P. L.	15	36,59%	15	0,86%
FRIESEN, P. H.	6	54,55%	10	1,68%	LUCKMANN, T.	15	36,59%	15	0,86%
BERGER, P. L.	6	54,55%	8	1,35%	FERNANDES, B. H. R.	14	34,15%	26	1,49%
ROWAN, B.	6	54,55%	6	1,01%	GREENWOOD, R.	14	34,15%	24	1,37%
LUCKMANN, T.	6	54,55%	6	1,01%	ZUCKER, L. G.	11	26,83%	21	1,20%
RANSON, S.	5	45,45%	5	0,84%	MINTZBERG, H.	10	24,39%	14	0,80%
BARTUNEK, J. M.	5	45,45%	5	0,84%	CARVALHO, C. A. P.	10	24,39%	14	0,80%

2002-2004					2005-2007				
Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
1798	97	-	4677	23,50%	2611	148	-	8294	20,80%
POWELL, W. W.	64	65,98%	97	2,07%	POWELL, W. W.	100	67,57%	189	2,28%
SCOTT, W. R.	63	64,95%	141	3,01%	DIMAGGIO, P. J.	99	66,89%	201	2,42%
DIMAGGIO, P. J.	63	64,95%	102	2,18%	SCOTT, W. R.	79	53,38%	193	2,33%
MEYER, J. W.	57	58,76%	94	2,01%	MEYER, J. W.	78	52,70%	118	1,42%
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	51	52,58%	132	2,82%	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	67	45,27%	204	2,46%
ROWAN, B.	51	52,58%	57	1,22%	ROWAN, B.	67	45,27%	70	0,84%
FONSECA, V. S.	42	43,30%	80	1,71%	FONSECA, V. S.	65	43,92%	126	1,52%
VIEIRA, M. M. F.	31	31,96%	46	0,98%	BERGER, P. L.	48	32,43%	48	0,58%
BERGER, P. L.	30	30,93%	31	0,66%	LUCKMANN, T.	48	32,43%	48	0,58%
LUCKMANN, T.	30	30,93%	30	0,64%	ZUCKER, L. G.	46	31,08%	78	0,94%
ZUCKER, L. G.	29	29,90%	50	1,07%	WILLIAMSON, O. E.	41	27,70%	80	0,96%
FERNANDES, B. H. R.	27	27,84%	46	0,98%	VIEIRA, M. M. F.	40	27,03%	83	1,00%
CARVALHO, C. A. P.	26	26,80%	41	0,88%	GIDDENS, A.	39	26,35%	64	0,77%
TOLBERT, P. S.	26	26,80%	33	0,71%	OLIVER, C.	38	25,68%	58	0,70%
HININGS, C. R.	25	25,77%	41	0,88%	GRANOVETTER, M. S.	38	25,68%	51	0,61%
SELZNICK, P.	25	25,77%	41	0,88%	CRUBELLATE, J. M.	38	25,68%	48	0,58%
GREENWOOD, R.	22	22,68%	37	0,79%	CARVALHO, C. A. P.	34	22,97%	66	0,80%

Obs: TCn = Trabalhos Citantes; %Cn = % do total de artigos do período que citaram o trabalho; CRT = Citações Recebidas; %C = % de citações recebidas em relação ao total de citações efetuadas no período.

Fonte: resultados da pesquisa.

ANEXO H – Autores mais citados por período pelo componente principal

1993-2007				
Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
1376	99	-	5878	29,91%
DIMAGGIO, P. J.	83	83,84%	156	2,65%
POWELL, W. W.	83	83,84%	138	2,35%
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	82	82,83%	279	4,75%
SCOTT, W. R.	79	79,80%	206	3,50%
FONSECA, V. S.	79	79,80%	185	3,15%
MEYER, J. W.	70	70,71%	87	1,48%
HININGS, C. R.	53	53,54%	84	1,43%
ROWAN, B.	52	52,53%	53	0,90%
GREENWOOD, R.	50	50,51%	88	1,50%
BERGER, P. L.	46	46,46%	47	0,80%
LUCKMANN, T.	46	46,46%	46	0,78%
GIDDENS, A.	42	42,42%	62	1,05%
FERNANDES, B. H. R.	41	41,41%	75	1,28%
WEICK, K. E.	39	39,39%	64	1,09%
CRUBELLATE, J. M.	34	34,34%	43	0,73%
OLIVER, C.	32	32,32%	48	0,82%
ZUCKER, L. G.	31	31,31%	57	0,97%
SIMON, H. A.	30	30,30%	40	0,68%

1993-1998					1999-2001				
Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
140	9	-	413	38,50%	261	13	-	646	37,77%
FONSECA, V. S.	9	100,00%	20	4,84%	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	12	92,31%	40	6,19%
GREENWOOD, R.	9	100,00%	18	4,36%	SCOTT, W. R.	11	84,62%	32	4,95%
HININGS, C. R.	9	100,00%	18	4,36%	FONSECA, V. S.	11	84,62%	32	4,95%
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	8	88,89%	21	5,08%	HININGS, C. R.	11	84,62%	20	3,10%
SCOTT, W. R.	7	77,78%	14	3,39%	GREENWOOD, R.	11	84,62%	20	3,10%
MEYER, J. W.	7	77,78%	8	1,94%	DIMAGGIO, P. J.	10	76,92%	12	1,86%
MILLER, D.	6	66,67%	11	2,66%	POWELL, W. W.	10	76,92%	12	1,86%
FRIESEN, P. H.	6	66,67%	10	2,42%	BERGER, P. L.	9	69,23%	9	1,39%
POWELL, W. W.	6	66,67%	8	1,94%	LUCKMANN, T.	9	69,23%	9	1,39%
DIMAGGIO, P. J.	5	55,56%	6	1,45%	FERNANDES, B. H. R.	8	61,54%	19	2,94%
RANSON, S.	5	55,56%	5	1,21%	MEYER, J. W.	8	61,54%	12	1,86%
BARTUNEK, J. M.	5	55,56%	5	1,21%	WEICK, K. E.	6	46,15%	9	1,39%
ROWAN, B.	5	55,56%	5	1,21%	MORGAN, G.	6	46,15%	6	0,93%
LUCKMANN, T.	5	55,56%	5	1,21%	RANSON, S.	6	46,15%	6	0,93%
BERGER, P. L.	5	55,56%	5	1,21%	ENZ, C. A.	6	46,15%	6	0,93%

2002-2004					2005-2007				
Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
566	27	-	1458	29,77%	928	50	-	3361	25,80%
SCOTT, W. R.	23	85,19%	54	3,70%	DIMAGGIO, P. J.	46	92,00%	104	3,09%
DIMAGGIO, P. J.	22	81,48%	34	2,33%	POWELL, W. W.	45	90,00%	86	2,56%
POWELL, W. W.	22	81,48%	32	2,19%	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	41	82,00%	142	4,22%
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	21	77,78%	76	5,21%	FONSECA, V. S.	39	78,00%	85	2,53%
FONSECA, V. S.	20	74,07%	48	3,29%	SCOTT, W. R.	38	76,00%	106	3,15%
MEYER, J. W.	19	70,37%	25	1,71%	MEYER, J. W.	36	72,00%	42	1,25%
HININGS, C. R.	15	55,56%	23	1,58%	CRUBELLATE, J. M.	30	60,00%	37	1,10%
ROWAN, B.	14	51,85%	15	1,03%	ROWAN, B.	29	58,00%	29	0,86%
FERNANDES, B. H. R.	13	48,15%	28	1,92%	GIDDENS, A.	26	52,00%	44	1,31%
GREENWOOD, R.	13	48,15%	23	1,58%	OLIVER, C.	22	44,00%	34	1,01%
WEICK, K. E.	11	40,74%	20	1,37%	GRANOVETTER, M. S.	22	44,00%	25	0,74%
BERGER, P. L.	11	40,74%	12	0,82%	WEICK, K. E.	21	42,00%	34	1,01%
LUCKMANN, T.	11	40,74%	11	0,75%	LUCKMANN, T.	21	42,00%	21	0,62%
WHIPP, R.	10	37,04%	11	0,75%	BERGER, P. L.	21	42,00%	21	0,62%
PETTIGREW, A. M.	9	33,33%	12	0,82%	ZUCKER, L. G.	19	38,00%	34	1,01%
MINTZBERG, H.	9	33,33%	10	0,69%	HININGS, C. R.	18	36,00%	23	0,68%

Obs: TCn = Trabalhos Citantes; %Cn = % do total de artigos do período que citaram o trabalho; CRT = Citações Recebidas; %C = % de citações recebidas em relação ao total de citações efetuadas no período.

Fonte: resultados da pesquisa.

ANEXO I – Autores mais citados por período pelo segundo maior componente

1993-2007				
Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C
874	72	-	3103	30,04%
DIMAGGIO, P. J.	55	76,39%	118	3,80%
POWELL, W. W.	52	72,22%	97	3,13%
SCOTT, W. R.	49	68,06%	121	3,90%
MEYER, J. W.	49	68,06%	88	2,84%
ROWAN, B.	46	63,89%	50	1,61%
VIEIRA, M. M. F.	39	54,17%	82	2,64%
CARVALHO, C. A. P.	37	51,39%	78	2,51%
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	27	37,50%	46	1,48%
FONSECA, V. S.	27	37,50%	33	1,06%
BERGER, P. L.	24	33,33%	24	0,77%
LUCKMANN, T.	24	33,33%	24	0,77%
SELZNICK, P.	22	30,56%	32	1,03%
LOPES, F. D.	22	30,56%	29	0,93%
MISOCZKY, M. C. A.	21	29,17%	27	0,87%
ZUCKER, L. G.	20	27,78%	23	0,74%
BOURDIEU, P.	18	25,00%	60	1,93%

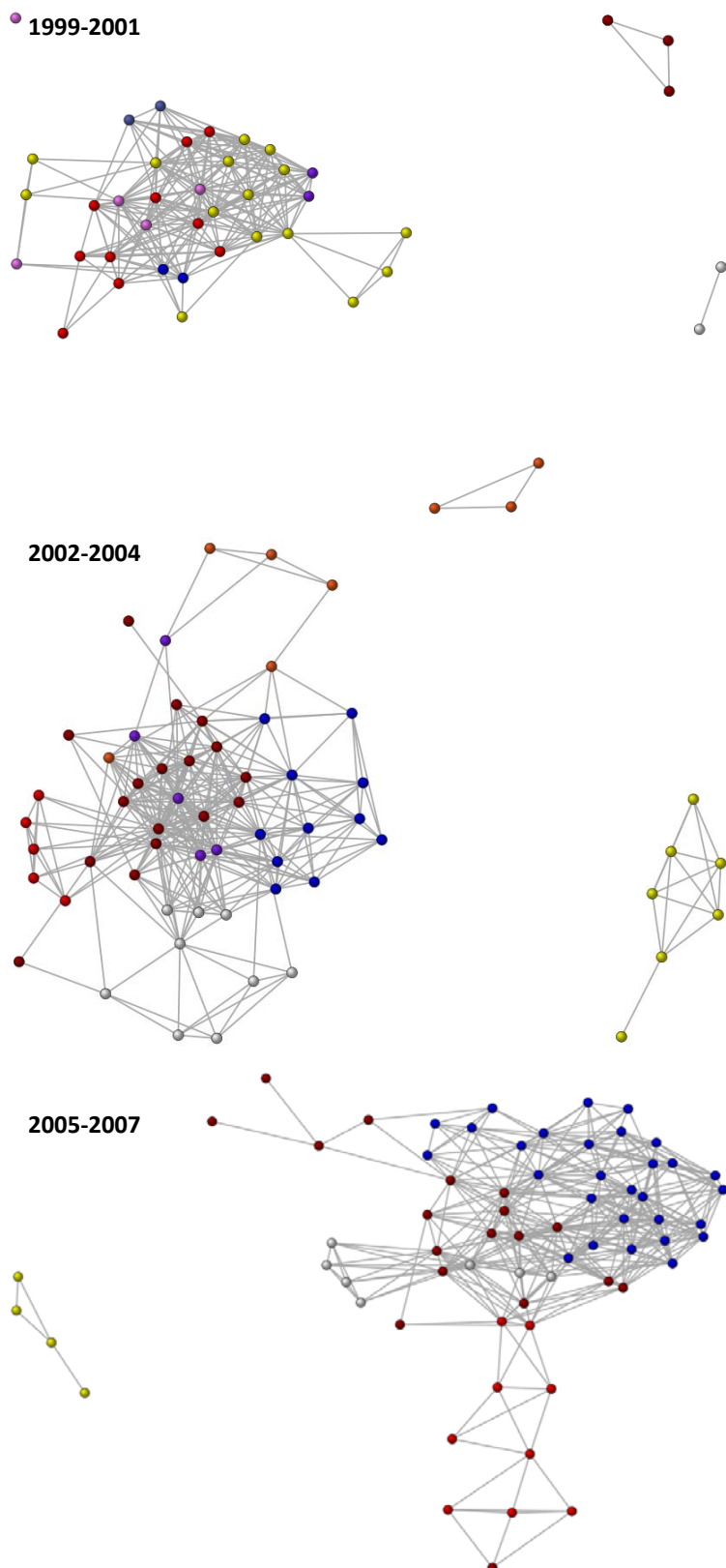
1993-1998***					1999-2001					
Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	Autores Citados	TCn	%Cn	CRT	%C	
50	1	-	70	-		238	17	-	555	40,18%
-	-	-	-	-	SCOTT, W. R.	13	76,47%	41	7,39%	
-	-	-	-	-	DIMAGGIO, P. J.	13	76,47%	27	4,86%	
-	-	-	-	-	MEYER, J. W.	11	64,71%	24	4,32%	
-	-	-	-	-	POWELL, W. W.	11	64,71%	16	2,88%	
-	-	-	-	-	ROWAN, B.	11	64,71%	12	2,16%	
-	-	-	-	-	CARVALHO, C. A. P.	9	52,94%	13	2,34%	
-	-	-	-	-	MACHADO-DA-SILVA, C. L.	7	41,18%	10	1,80%	
-	-	-	-	-	VIEIRA, M. M. F.	7	41,18%	10	1,80%	
-	-	-	-	-	FONSECA, V. S.	7	41,18%	9	1,62%	
-	-	-	-	-	LOPES, F. D.	7	41,18%	8	1,44%	
-	-	-	-	-	PERROW, C. B.	7	41,18%	8	1,44%	
-	-	-	-	-	BOURDIEU, P.	5	29,41%	13	2,34%	
-	-	-	-	-	ALDRICH, H. E.	5	29,41%	7	1,26%	
-	-	-	-	-	LUCKMANN, T.	5	29,41%	5	0,90%	
-	-	-	-	-	BERGER, P. L.	5	29,41%	5	0,90%	
-	-	-	-	-	WEBER, M.	5	29,41%	5	0,90%	
-	-	-	-	-	HARDY, C.	5	29,41%	5	0,90%	
-	-	-	-	-	ZUCKER, L. G.	5	29,41%	5	0,90%	

2002-2004					2005-2007				
Autores Citados					Autores Citados				
501	TCn	%Cn	CRT	%C	431	TCn	%Cn	CRT	%C
	27	-	1261	29,26%		27	-	1217	31,72%
DIMAGGIO, P. J.	21	77,78%	41	3,25%	POWELL, W. W.	21	77,78%	47	3,86%
MEYER, J. W.	21	77,78%	36	2,85%	DIMAGGIO, P. J.	20	74,07%	49	4,03%
ROWAN, B.	21	77,78%	23	1,82%	MEYER, J. W.	16	59,26%	26	2,14%
SCOTT, W. R.	20	74,07%	45	3,57%	VIEIRA, M. M. F.	15	55,56%	45	3,70%
POWELL, W. W.	19	70,37%	33	2,62%	SCOTT, W. R.	15	55,56%	32	2,63%
VIEIRA, M. M. F.	16	59,26%	26	2,06%	CARVALHO, C. A. P.	14	51,85%	38	3,12%
CARVALHO, C. A. P.	13	48,15%	26	2,06%	ROWAN, B.	14	51,85%	15	1,23%
MACHADO-DA-SILVA, C. L.	13	48,15%	21	1,67%	FONSECA, V. S.	10	37,04%	11	0,90%
SELZNICK, P.	12	44,44%	15	1,19%	GULATI, R.	9	33,33%	20	1,64%
BERGER, P. L.	10	37,04%	10	0,79%	MISOCZKY, M. C. A.	9	33,33%	14	1,15%
LUCKMANN, T.	10	37,04%	10	0,79%	BERGER, P. L.	9	33,33%	9	0,74%
FONSECA, V. S.	9	33,33%	12	0,95%	LUCKMANN, T.	9	33,33%	9	0,74%
MISOCZKY, M. C. A.	9	33,33%	10	0,79%	GRANOVETTER, M. S.	8	29,63%	14	1,15%
BOURDIEU, P.	8	29,63%	33	2,62%	GREENWOOD, R.	8	29,63%	9	0,74%
TOLBERT, P. S.	8	29,63%	10	0,79%	SELZNICK, P.	7	25,93%	12	0,99%
LOPES, F. D.	8	29,63%	9	0,71%	LOPES, F. D.	7	25,93%	12	0,99%
ZUCKER, L. G.	8	29,63%	9	0,71%	ZUCKER, L. G.	7	25,93%	9	0,74%
					HININGS, C. R.	7	25,93%	8	0,66%
					GOULART, S.	7	25,93%	7	0,58%

Obs: TCn = Trabalhos Citantes; %Cn = % do total de artigos do período que citaram o trabalho; CRT = Citações Recebidas; %C = % de citações recebidas em relação ao total de citações efetuadas no período. *** 1993-1998: Apenas um artigo publicado.

Fonte: resultados da pesquisa.

ANEXO J – Afinidade intelectual para os diferentes períodos



Obs: nas representações, as cores indicam os componentes conforme dispostos no respectivo período. Autores isolados nas relações de co-autoria não foram considerados. O período 1 (1993-1998) não foi representado por conter apenas cinco autores, sendo dois isolados. Para o período 2002-2004 e 2005-2007, foram considerados componentes, os agrupamentos de autores de tamanho maior ou igual a 4. Utilizou-se $c_{co}=0,3$ para visualização. Fonte: resultados da pesquisa.

ANEXO L – Correlação entre as variáveis

n=3983	Cit_P1	Cit_P2	Cit_P3	Cit_P4	Grau_P1	Grau_P2	Grau_P3	Interm_P1	Interm_P2	Interm_P3	EV_P1	EV_P2	EV_P3	VolCit_P1	VolCit_P2	VolCit_P3	VolCit_P4
Cit_P1	1,000																
Cit_P2	0,733	1,000															
Cit_P3	0,685	0,923	1,000														
Cit_P4	0,631	0,859	0,925	1,000													
Grau_P1	0,742	0,506	0,492	0,457	1,000												
Grau_P2	0,637	0,831	0,756	0,692	0,507	1,000											
Grau_P3	0,594	0,763	0,883	0,791	0,489	0,754	1,000										
Interm_P1	0,636	0,763	0,744	0,706	0,551	0,587	0,625	1,000									
Interm_P2	0,664	0,896	0,871	0,844	0,445	0,738	0,711	0,723	1,000								
Interm_P3	0,543	0,807	0,875	0,880	0,440	0,665	0,777	0,741	0,852	1,000							
EV_P1	0,552	0,343	0,339	0,311	0,943	0,363	0,352	0,413	0,293	0,314	1,000						
EV_P2	0,555	0,701	0,628	0,570	0,466	0,953	0,681	0,466	0,573	0,526	0,336	1,000					
EV_P3	0,472	0,578	0,709	0,613	0,394	0,630	0,912	0,445	0,538	0,602	0,279	0,598	1,000				
VolCit_P1	0,934	0,667	0,633	0,591	0,849	0,631	0,602	0,652	0,599	0,541	0,664	0,566	0,481	1,000			
VolCit_P2	0,699	0,932	0,870	0,814	0,541	0,941	0,808	0,721	0,852	0,794	0,385	0,834	0,637	0,687	1,000		
VolCit_P3	0,637	0,858	0,959	0,877	0,511	0,780	0,950	0,728	0,810	0,862	0,365	0,671	0,791	0,637	0,876	1,000	
VolCit_P4	0,590	0,788	0,860	0,949	0,463	0,703	0,815	0,681	0,770	0,837	0,325	0,600	0,656	0,591	0,805	0,877	1,000

Obs: Todas as correlações foram significativas para $p < 0,001$ (bi-caudal).

Fonte: resultados da pesquisa.

ANEXO M – Produção internacional

- Janela de Tempo: 1988-2007
- Artigos: 262
- Autores: 391
- Periódicos: 10
- Trabalhos Citados: 12317, sendo 400 citados 5 vezes ou mais

Periódico	Artigos	%	FI
ORGANIZATION STUDIES	52	19,8%	1,583
ADMINISTRATIVE SCIENCE QUARTERLY	40	15,3%	2,455
ACADEMY OF MANAGEMENT JOURNAL	39	14,9%	3,353
ORGANIZATION SCIENCE	26	9,9%	2,815
JOURNAL OF MANAGEMENT STUDIES	25	9,5%	2,000
ACADEMY OF MANAGEMENT REVIEW	22	8,4%	4,515
STRATEGIC MANAGEMENT JOURNAL	19	7,3%	2,632
JOURNAL OF INTERNATIONAL BUSINESS STUDIES	18	6,9%	2,254
JOURNAL OF MANAGEMENT	13	5,0%	1,954
ORGANIZATION	8	3,1%	1,329

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

TEXTOS MAIS CITADOS – PERÍODO COMPLETO

#	Artigo Citado	Citações	% de Citantes
1	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOCIOL REV, V48, P147	173	66,0%
2	MEYER JW, 1977, AM J SOCIOL, V83, P340	117	44,7%
3	SCOTT WR, 1995, I ORG	86	32,8%
4	PFEFFER J, 1978, EXTERNAL CONTROL ORG	77	29,4%
5	OLIVER C, 1991, ACAD MANAGE REV, V16, P145	66	25,2%
6	HAVEMAN HA, 1993, ADMIN SCI QUART, V38, P593	55	21,0%
7	GRANOVETTER M, 1985, AM J SOCIOL, V91, P481	44	16,8%
8	WILLIAMSON OE, 1975, MARKETS HIERARCHIES	44	16,8%
9	DIMAGGIO PJ, 1988, I PATTERNS ORG CULTU, P3	42	16,0%
10	HANNAN MT, 1984, AM SOCIOL REV, V49, P149	42	16,0%
11	TOLBERT PS, 1983, ADMIN SCI QUART, V28, P22	42	16,0%
12	HANNAN MT, 1989, ORG ECOLOGY	41	15,6%
13	NORTH DC, 1990, I I CHANGE EC PERFOR	38	14,5%
14	SCOTT WR, 1987, ADM SCI Q, V32, P493	38	14,5%
15	BARNEY J, 1991, J MANAGE, V17, P99	37	14,1%
16	WILLIAMSON OE, 1985, EC I CAPITALISM	37	14,1%
17	POWELL WW, 1991, NEW I ORG ANAL, P183	36	13,7%
18	ALDRICH HE, 1994, ACAD MANAGE REV, V19, P645	35	13,4%
19	DIMAGGIO PJ, 1991, INTRO NEW I ORG ANAL, P1	35	13,4%
20	GREENWOOD R, 1996, ACAD MANAGE REV, V21, P1022	35	13,4%
21	SUCHMAN MC, 1995, ACAD MANAGE REV, V20, P571	35	13,4%
22	THOMPSON JD, 1967, ORG ACTION	35	13,4%
23	HANNAN MT, 1977, AM J SOCIOL, V82, P929	34	13,0%
24	LEBLEBICI H, 1991, ADMIN SCI QUART, V36, P333	34	13,0%
25	ZUCKER LG, 1987, ANNU REV SOCIOL, V13, P443	32	12,2%
26	FLIGSTEIN N, 1985, AM SOCIOL REV, V50, P377	31	11,8%
27	OLIVER C, 1992, ORGAN STUD, V13, P563	31	11,8%
28	CYERT RM, 1963, BEHAV THEORY FIRM	30	11,5%
29	GALASKIEWICZ J, 1989, ADMIN SCI QUART, V34, P454	29	11,1%
30	HOFFMAN AJ, 1999, ACAD MANAGE J, V42, P351	29	11,1%

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

**PRIMEIROS AUTORES
MAIS CITADOS**

#	Autor Citado	Citações	Textos Citados
1	DIMAGGIO PJ	283	5
2	SCOTT WR	229	10
3	HANNAN MT	153	6
4	MEYER JW	153	5
5	OLIVER C	149	6
6	FLIGSTEIN N	111	7
7	WILLIAMSON OE	111	4
8	ZUCKER LG	101	7
9	PFEFFER J	93	3
10	POWELL WW	91	5
11	BAUM JAC	81	6
12	HAVEMAN HA	80	3
13	MARCH JG	68	5
14	ALDRICH HE	66	3
15	GREENWOOD R	62	4
16	GALASKIEWICZ J	61	5
17	DAVIS GF	59	3
18	TOLBERT PS	56	2
19	DACIN MT	54	3
20	CARROLL GR	52	6
21	HAUNSCHILD PR	51	2
22	KOGUT B	47	4
23	GREVE HR	45	5
24	PORTER ME	44	2
25	ABRAHAMSON E	44	4
26	GRANOVETTER M	44	1
27	PORAC JF	42	3
28	DEEPHOUSE DL	41	2
29	SELZNICK P	41	2
30	RAO H	39	3

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

**PRIMEIROS AUTORES
% TRABALHOS CITANTES**

#	Autor Citado	%
1	DIMAGGIO PJ	66,0%
2	MEYER JW	44,7%
3	SCOTT WR	32,8%
4	PFEFFER J	29,4%
5	OLIVER C	25,2%
6	HAVEMAN HA	21,0%
7	GRANOVETTER M	16,8%
8	WILLIAMSON OE	16,8%
9	HANNAN MT	16,0%
10	TOLBERT PS	16,0%
11	NORTH DC	14,5%
12	BARNEY J	14,1%
13	POWELL WW	13,7%
14	GREENWOOD R	13,4%
15	SUCHMAN MC	13,4%
16	THOMPSON JD	13,4%
17	ALDRICH HE	13,4%
18	LEBLEBICI H	13,0%
19	ZUCKER LG	12,2%
20	FLIGSTEIN N	11,8%
21	CYERT RM	11,5%
22	GALASKIEWICZ J	11,1%
23	NELSON RR	11,1%
24	HOFFMAN AJ	11,1%
25	DEEPHOUSE DL	10,3%
26	MARCH JG	9,9%
27	HAUNSCHILD PR	9,9%
28	DACIN MT	9,5%
29	BAUM JAC	9,5%
30	PORTER ME	9,5%
31	STINCHCOMBE AL	9,5%

*** Calculado a partir do texto do autor mais presente nas referências.

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

PERÍODO 1 (1988-1991)

- Artigos: 6
- Autores: 7
- Periódicos: 5
- Trabalhos Citados: 253, sendo 28 citados duas vezes ou mais

TEXTOS MAIS CITADOS

#	Artigo Citado	% de Citantes	Citações
1	DIMAGGIO PJ,1983, AM SOCIOL REV, V48, P147	100,0%	6
2	MEYER JW,1977, AM J SOCIOL, V83, P340	100,0%	6
3	PFEFFER J,1978, EXTERNAL CONTROL ORG	83,3%	5
4	SINGH JV,1986, ADMIN SCI QUART, V31, P171	66,7%	4
5	ALDRICH HE,1979, ORG ENV	50,0%	3
6	HANNAN MT,1977, AM J SOCIOL, V82, P929	50,0%	3
7	HANNAN MT,1984, AM SOCIOL REV, V49, P149	50,0%	3
8	OLIVER C,1988, ADMIN SCI QUART, V33, P543	50,0%	3
9	SCOTT WR,1987, ADM SCI Q, V32, P493	50,0%	3
10	ZUCKER LG,1987, ANNU REV SOCIOL, V13, P443	50,0%	3
11	CARROLL GR,1982, ADM SCI Q, V27, P169	33,3%	2
12	CHILD J,1972, SOCIOLOGY, V6, P1	33,3%	2
13	DIMAGGIO PJ,1988, I PATTERNS ORG CULTU, P3	33,3%	2

#	Artigo Citado	% de Citantes	Citações
14	FREEMAN J,1983, AM J SOCIOL, V88, P1116	33,3%	2
15	GALASKIEWICZ J,1979, EXCHANGE NETWORKS CO	33,3%	2
16	HAMBRICK DC,1987, RES ORGAN BEHAV, V9, P369	33,3%	2
17	KNOKE D,1982, NETWORK ANAL	33,3%	2
18	MCKELVEY B,1982, ORG SYSTEMATICS TAXO	33,3%	2
19	MEYER J,1987, ADMIN SCI QUART, V32, P186	33,3%	2
20	OLIVER C,1990, ACAD MANAGE REV, V15, P241	33,3%	2
21	POWELL WW,1988, I PATTERNS ORG, P115	33,3%	2
22	PROVAN KG,1983, ACAD MANAGE REV, V8, P79	33,3%	2
23	SCOTT WR,1983, ORG ENV RITUAL RATIO, P129	33,3%	2
24	SCOTT WR,1987, ORG RATIONAL NATURAL	33,3%	2
25	SINGH JV,1986, ADMIN SCI QUART, V31, P587	33,3%	2
26	THOMPSON JD,1967, ORG ACTION	33,3%	2
27	WIEWEL W,1985, ADM SCI Q, V30, P482	33,3%	2
28	ZUCKER LG,1987, J MANAGE STUD, V24, P671	33,3%	2

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

PRIMEIROS AUTORES MAIS CITADOS (Base – Textos Citados 2 ou mais vezes)

#	Autor Citado	%***	Citações	Textos Citados
1	MEYER JW	100,0%	6	1
2	DIMAGGIO PJ	100,0%	8	2
3	PFEFFER J	83,3%	5	1
4	SINGH JV	66,7%	6	1
5	HANNAN MT	50,0%	6	2
6	SCOTT WR	50,0%	7	3
7	OLIVER C	50,0%	5	2
8	ALDRICH HE	50,0%	3	1
9	ZUCKER LG	50,0%	5	2
10	CHILD J	33,3%	2	1
11	POWELL WW	33,3%	2	1
12	THOMPSON JD	33,3%	2	1
13	CARROLL GR	33,3%	2	1
14	PROVAN KG	33,3%	2	1
15	FREEMAN J	33,3%	2	1
16	KNOKE D	33,3%	2	1
17	GALASKIEWICZ J	33,3%	2	1
18	WIEWEL W	33,3%	2	1
19	HAMBRICK DC	33,3%	2	1
20	MCKELVEY B	33,3%	2	1
21	MEYER J	33,3%	2	1

*** Calculado a partir do texto do autor mais presente nas referências.

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

PERÍODO 2 (1992-1995)

- Artigos: 22
- Autores: 28
- Periódicos: 9
- Trabalhos Citados: 1476, sendo 141 citados duas ou mais vezes

TEXTOS MAIS CITADOS

#	Artigo Citado	% de Citantes	Citações
1	DIMAGGIO PJ,1983, AM SOCIOL REV, V48, P147	63,6	14
2	MEYER JW,1977, AM J SOCIOL, V83, P340	50,0	11
3	PFEFFER J,1978, EXTERNAL CONTROL ORG	40,9	9
4	HANNAN MT,1977, AM J SOCIOL, V82, P929	36,4	8
5	HANNAN MT,1984, AM SOCIOL REV, V49, P149	36,4	8
6	THOMPSON JD,1967, ORG ACTION	27,3	6
7	PORTER ME,1980, COMPETITIVE STRATEGY	27,3	6
8	WILLIAMSON OE,1975, MARKETS HIERARCHIES	27,3	6
9	HANNAN MT,1989, ORG ECOLOGY	27,3	6
10	ZUCKER LG,1987, ANNU REV SOCIOL, V13, P443	27,3	6
11	OLIVER C,1991, ACAD MANAGE REV, V16, P145	22,7	5
12	SCOTT WR,1987, ADM SCI Q, V32, P493	22,7	5
13	ROWAN B,1982, ADM SCI Q, V27, P259	22,7	5
14	WILLIAMSON OE,1985, EC I CAPITALISM	22,7	5
15	STINCHCOMBE AL,1965, HDB ORG, P142	22,7	5
16	MILES RE,1978, ORG STRATEGY STRUCTU	22,7	5
17	CYERT RM,1963, BEHAVIORAL THEORY FI	22,7	5
18	FLIGSTEIN N,1985, AM SOCIOL REV, V50, P377	18,2	4
19	DIMAGGIO PJ,1988, I PATTERNS ORG CULTU, P3	18,2	4
20	CHANDLER AD,1977, VISIBLE HAND MANAGER	18,2	4
21	FLIGSTEIN N,1991, NEW I ORG ANAL, P311	18,2	4
22	OLIVER C,1988, ADMIN SCI QUART, V33, P543	18,2	4
23	SELZNICK P,1949, TVA GRASS ROOTS	18,2	4
24	MEZIAS SJ,1990, ADMIN SCI QUART, V35, P431	18,2	4

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

PRIMEIROS AUTORES MAIS CITADOS (Base – Textos Citados 3 ou mais vezes)

#	Autor Citado	%***	Citações	Textos
1	DIMAGGIO PJ	63,6%	21	3
2	MEYER JW	50,0%	18	4
3	PFEFFER J	40,9%	14	3
4	HANNAN MT	36,4%	25	4
5	WILLIAMSON OE	27,3%	14	3
6	ZUCKER LG	27,3%	10	3
7	PORTER ME	27,3%	8	2
8	THOMPSON JD	27,3%	6	1
9	SCOTT WR	22,7%	16	5
10	OLIVER C	22,7%	11	3
11	STINCHCOMBE AL	22,7%	8	2
12	CYERT RM	22,7%	5	1
13	ROWAN B	22,7%	5	1
14	MILES RE	22,7%	5	1
15	FLIGSTEIN N	18,2%	8	2
16	SELZNICK P	18,2%	6	2
17	CHANDLER AD	18,2%	4	1
18	MEZIAS SJ	18,2%	4	1
19	MILLER D	13,6%	5	2
20	TOLBERT PS	13,6%	5	2
21	DAUNNO T	13,6%	3	1
22	HININGS B	13,6%	3	1
23	COVALESKI MA	13,6%	3	1
24	GALASKIEWICZ J	13,6%	3	1
25	TOLBERT P	13,6%	3	1
26	ALDRICH HE	13,6%	3	1
27	OUCHI WG	13,6%	3	1
28	GEERTZ C	13,6%	3	1
29	BURT R	13,6%	3	1
30	CHANDLER A	13,6%	3	1

#	Autor Citado	%***	Citações	Textos
31	MONTEVERDE K	13,6%	3	1
32	NELSON RE	13,6%	3	1
33	LAWRENCE PR	13,6%	3	1
34	GRANOVETTER M	13,6%	3	1
35	JENSEN MC	13,6%	3	1
36	WEICK KE	13,6%	3	1

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

PERÍODO 3 (1996-1999)

- Artigos: 60
- Autores: 97
- Periódicos: 10
- Trabalhos Citados: 3614, sendo 274 citados três ou mais vezes

TEXTOS MAIS CITADOS (3 ou mais vezes)

#	Artigo Citado	% de Citantes	Citações
1	DIMAGGIO PJ,1983, AM SOCIOL REV, V48, P147	65,0%	39
2	MEYER JW,1977, AM J SOCIOL, V83, P340	46,7%	28
3	PFEFFER J,1978, EXTERNAL CONTROL ORG	43,3%	26
4	SCOTT WR,1995, I ORG	36,7%	22
5	OLIVER C,1991, ACAD MANAGE REV, V16, P145	33,3%	20
6	GALASKIEWICZ J,1989, ADMIN SCI QUART, V34, P454	30,0%	18
7	GRANOVETTER M,1985, AM J SOCIOL, V91, P481	30,0%	18
8	HAVEMAN HA,1993, ADMIN SCI QUART, V38, P593	30,0%	18
9	BAUM JAC,1991, ADMIN SCI QUART, V36, P187	26,7%	16
10	POWELL WW,1991, NEW I ORG ANAL, P183	23,3%	14
11	SCOTT WR,1987, ADM SCI Q, V32, P493	23,3%	14
12	WILLIAMSON OE,1985, EC I CAPITALISM	23,3%	14
13	THOMPSON JD,1967, ORG ACTION	21,7%	13
14	FLIGSTEIN N,1985, AM SOCIOL REV, V50, P377	21,7%	13
15	WILLIAMSON OE,1975, MARKETS HIERARCHIES	20,0%	12
16	DIMAGGIO PJ,1991, NEW I ORG ANAL, P1	20,0%	12
17	HANNAN MT,1989, ORG ECOLOGY	18,3%	11
18	MARCH J,1958, ORGANIZATIONS	18,3%	11
19	TOLBERT PS,1983, ADMIN SCI QUART, V28, P22	18,3%	11
20	HAUNSCHILD PR,1993, ADMIN SCI QUART, V38, P564	18,3%	11
21	PALMER DA,1993, ADMIN SCI QUART, V38, P100	18,3%	11
22	DIMAGGIO PJ,1988, I PATTERNS ORG CULTU, P3	16,7%	10
23	OLIVER C,1992, ORGAN STUD, V13, P563	16,7%	10
24	NELSON RR,1982, EVOLUTIONARY THEORY	16,7%	10
25	POWELL WW,1991, NEW I ORG ANAL	16,7%	10
26	STINCHCOMBE AL,1965, HDB ORG, P142	15,0%	9
27	DAVIS GF,1991, ADM SCI Q, V36, P583	15,0%	9
28	ZUCKER LG,1987, ANNU REV SOCIOL, V13, P443	15,0%	9
29	BARNEY J,1991, J MANAGE, V17, P99	15,0%	9
30	HANNAN MT,1977, AM J SOCIOL, V82, P929	15,0%	9

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

**PRIMEIROS AUTORES - MAIS CITADOS (Base –
Textos Citados 3 ou mais vezes)**

#	Autor Citado	Citações	Textos Citados
1	DIMAGGIO PJ	67	4
2	SCOTT WR	58	6
3	WILLIAMSON OE	44	6
4	OLIVER C	40	4
5	BAUM JAC	40	6
6	HANNAN MT	39	5
7	MEYER JW	38	4
8	POWELL WW	38	5
9	PFEFFER J	36	4
10	ZUCKER LG	34	7
11	FLIGSTEIN N	33	5
12	GALASKIEWICZ J	26	3
13	BARNETT WP	24	7
14	CARROLL GR	21	5
15	HAVEMAN HA	18	1
16	GRANOVETTER M	18	1
17	TOLBERT PS	15	2
18	DAVIS GF	15	2
19	HAUNSCHILD PR	15	2
20	KOGUT B	15	4
21	ABRAHAMSON E	15	5
22	BURT RS	13	3
23	JEPPERSON RL	13	2
24	THOMPSON JD	13	1
25	EDELMAN LB	12	2
26	SELZNICK P	12	2
27	GREENWOOD R	12	3
28	CHILD J	12	2

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

**PRIMEIROS AUTORES
% DE TRABALHOS CITANTES**

#	Autor Citado	%***
1	DIMAGGIO PJ	65,0%
2	MEYER JW	46,7%
3	PFEFFER J	43,3%
4	SCOTT WR	36,7%
5	OLIVER C	33,3%
6	GALASKIEWICZ J	30,0%
7	GRANOVETTER M	30,0%
8	HAVEMAN HA	30,0%
9	BAUM JAC	26,7%
10	POWELL WW	23,3%
11	WILLIAMSON OE	23,3%
12	THOMPSON JD	21,7%
13	FLIGSTEIN N	21,7%
14	PALMER DA	18,3%
15	HANNAN MT	18,3%
16	TOLBERT PS	18,3%
17	HAUNSCHILD PR	18,3%
18	MARCH J	18,3%
19	NELSON RR	16,7%
20	STINCHCOMBE AL	15,0%
21	BARNEY J	15,0%
22	DAVIS GF	15,0%
23	ZUCKER LG	15,0%
24	CHILD J	13,3%
25	SINGH JV	13,3%
26	JEPPERSON RL	13,3%
27	EDELMAN LB	13,3%
28	SELZNICK P	11,7%
29	ALDRICH HE	11,7%
30	BURNS LR	11,7%
31	CARROLL GR	11,7%

*** Calculado a partir do texto do autor mais presente nas referências.

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

PERÍODO 4 (2000-2003)

- Artigos: 85
- Autores: 154
- Periódicos: 10
- Trabalhos Citados: 4726, sendo 352 citados três ou mais vezes

TEXTOS MAIS CITADOS (3 ou mais vezes)

#	Artigo Citado	% de Citantes	Citações
1	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOCIOL REV, V48, P147	64,7%	55
2	MEYER JW, 1977, AM J SOCIOL, V83, P340	42,4%	36
3	SCOTT WR, 1995, I ORG	38,8%	33
4	OLIVER C, 1991, ACAD MANAGE REV, V16, P145	23,5%	20
5	HAVEMAN HA, 1993, ADMIN SCI QUART, V38, P593	23,5%	20
6	PFEFFER J, 1978, EXTERNAL CONTROL ORG	22,4%	19
7	BARNEY J, 1991, J MANAGE, V17, P99	20,0%	17
8	LEBLEBICI H, 1991, ADMIN SCI QUART, V36, P333	18,8%	16
9	SUCHMAN MC, 1995, ACAD MANAGE REV, V20, P571	18,8%	16
10	TOLBERT PS, 1983, ADMIN SCI QUART, V28, P22	18,8%	16
11	GRANOVETTER M, 1985, AM J SOCIOL, V91, P481	17,6%	15
12	DEEPPHOUSE DL, 1996, ACAD MANAGE J, V39, P1024	17,6%	15

#	Artigo Citado	% de Citantes	Citações
13	DACIN MT, 1997, ACAD MANAGE J, V40, P46	17,6%	15
14	HANNAN MT, 1989, ORG ECOLOGY	17,6%	15
15	DIMAGGIO PJ, 1991, NEW I ORG ANAL, P1	17,6%	15
16	ALDRICH HE, 1994, ACAD MANAGE REV, V19, P645	16,5%	14
17	NORTH DC, 1990, I I CHANGE EC PERFOR	16,5%	14
18	HANNAN MT, 1984, AM SOCIOL REV, V49, P149	16,5%	14
19	HAUNSCHILD PR, 1997, ADMIN SCI QUART, V42, P472	16,5%	14
20	OLIVER C, 1992, ORGAN STUD, V13, P563	15,3%	13
21	RUEF M, 1998, ADMIN SCI QUART, V43, P877	15,3%	13
22	WILLIAMSON OE, 1975, MARKETS HIERARCHIES	15,3%	13
23	HOFFMAN AJ, 1999, ACAD MANAGE J, V42, P351	15,3%	13
24	CYERT RM, 1963, BEHAV THEORY FIRM	14,1%	12
25	GREENWOOD R, 1996, ACAD MANAGE REV, V21, P1022	14,1%	12
26	POWELL WW, 1991, NEW I ORG ANAL, P183	12,9%	11
27	NELSON RR, 1982, EVOLUTIONARY THEORY	12,9%	11

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

PRIMEIROS AUTORES MAIS CITADOS (Base – Textos Citados 3 ou mais vezes)

#	Autor Citado	Citações	Textos Citados
1	DIMAGGIO PJ	87	4
2	SCOTT WR	62	7
3	HANNAN MT	51	6
4	OLIVER C	49	5
5	MEYER JW	39	2
6	ZUCKER LG	32	7
7	FLIGSTEIN N	32	5
8	HAVEMAN HA	30	3
9	WILLIAMSON OE	28	3
10	BAUM JAC	27	6
11	ALDRICH HE	26	3
12	POWELL WW	26	4
13	DACIN MT	25	2
14	ABRAHAMSON E	24	4
15	GREVE HR	24	4
16	DAVIS GF	22	3
17	MARCH JG	22	5
18	TOLBERT PS	22	2
19	DEEPHOUSE DL	21	2
20	HAUNSCHILD PR	21	2
21	PORAC JF	20	3
22	PFEFFER J	19	1
23	BARNEY J	17	1
24	SELZNICK P	16	3
25	SUCHMAN MC	16	1
26	LEBLEBICI H	16	1
27	GRANOVETTER M	15	1
28	PORTER M	15	2
29	GREENWOOD R	15	2
30	GALASKIEWICZ J	15	4

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

PRIMEIROS AUTORES MAIS PRESENTES NOS TRABALHOS CITANTES

#	Autor Citado	%***
1	DIMAGGIO PJ	64,7%
2	MEYER JW	42,4%
3	SCOTT WR	38,8%
4	OLIVER C	23,5%
5	HAVEMAN HA	23,5%
6	PFEFFER J	22,4%
7	BARNEY J	20,0%
8	SUCHMAN MC	18,8%
9	TOLBERT PS	18,8%
10	LEBLEBICI H	18,8%
11	GRANOVETTER M	17,6%
12	DEEPHOUSE DL	17,6%
13	HANNAN MT	17,6%
14	DACIN MT	17,6%
15	NORTH DC	16,5%
16	ALDRICH HE	16,5%
17	HAUNSCHILD PR	16,5%
18	HOFFMAN AJ	15,3%
19	RUEF M	15,3%
20	WILLIAMSON OE	15,3%
21	GREENWOOD R	14,1%
22	CYERT RM	14,1%
23	NELSON RR	12,9%
24	POWELL WW	12,9%
25	DAUNNO T	11,8%
26	PORAC JF	11,8%
27	PORTER M	11,8%
28	BURNS LR	11,8%

*** Calculado a partir do texto do autor mais presente nas referências.

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

PERÍODO 5 (2004-2007)

- Artigos: 89
- Autores: 161
- Periódicos: 10
- Trabalhos Citados: 4980, sendo 391 citados três ou mais vezes

TEXTOS MAIS CITADOS

#	Artigo Citado	% de Citantes	Citações
1	DIMAGGIO PJ, 1983, AM SOCIOL REV, V48, P147	66,3%	59
2	MEYER JW, 1977, AM J SOCIOL, V83, P340	40,4%	36
3	SCOTT WR, 1995, I ORG	34,8%	31
4	OLIVER C, 1991, ACAD MANAGE REV, V16, P145	22,5%	20
5	NORTH DC, 1990, I I CHANGE EC PERFOR	20,2%	18
6	PFEFFER J, 1978, EXTERNAL CONTROL ORG	20,2%	18
7	GREENWOOD R, 1996, ACAD MANAGE REV, V21, P1022	19,1%	17
8	HAVEMAN HA, 1993, ADMIN SCI QUART, V38, P593	19,1%	17
9	DIMAGGIO PJ, 1988, I PATTERNS ORG CULTU, P3	18,0%	16
10	HOFFMAN AJ, 1999, ACAD MANAGE J, V42, P351	18,0%	16
11	SUCHMAN MC, 1995, ACAD MANAGE REV, V20, P571	15,7%	14
12	LEBLEBICI H, 1991, ADMIN SCI QUART, V36, P333	15,7%	14
13	DACIN MT, 2002, ACAD MANAGE J, V45, P45	14,6%	13
14	WILLIAMSON OE, 1975, MARKETS HIERARCHIES	14,6%	13
15	CYERT RM, 1963, BEHAV THEORY FIRM	14,6%	13
16	ALDRICH HE, 1994, ACAD MANAGE REV, V19, P645	14,6%	13
17	GREENWOOD R, 2002, ACAD MANAGE J, V45, P58	13,5%	12
18	SCOTT WR, 2001, I ORG	13,5%	12
19	EISENHARDT KM, 1989, ACAD MANAGE REV, V14, P532	13,5%	12
20	RAO H, 1998, AM J SOCIOL, V103, P912	12,4%	11
21	DIMAGGIO PJ, 1991, NEW I ORG ANAL, P267	12,4%	11
22	HAVEMAN HA, 1997, AM J SOCIOL, V102, P1606	12,4%	11
23	KRAATZ MS, 1996, AM SOCIOL REV, V61, P812	12,4%	11
24	HAUNSCHILD PR, 1997, ADMIN SCI QUART, V42, P472	12,4%	11
25	TOLBERT PS, 1983, ADMIN SCI QUART, V28, P22	12,4%	11
26	MILES M, 1994, QUALITATIVE DATA ANA	11,2%	10
27	HOLM P, 1995, ADMIN SCI QUART, V40, P398	11,2%	10
28	PENG MW, 2003, ACAD MANAGE REV, V28, P275	11,2%	10
29	THORNTON PH, 1999, AM J SOCIOL, V105, P801	11,2%	10
30	FRIEDLAND R, 1991, NEW I ORG ANAL, P232	11,2%	10
31	BARNEY J, 1991, J MANAGE, V17, P99	11,2%	10

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

**PRIMEIROS AUTORES MAIS CITADOS (Base –
Textos Citados 3 ou mais vezes)**

#	Autor Citado	Citações	Textos Citados
1	DIMAGGIO PJ	96	5
2	SCOTT WR	73	7
3	MEYER JW	45	4
4	RAO H	40	7
5	OLIVER C	39	4
6	FLIGSTEIN N	33	6
7	GREENWOOD R	32	3
8	PENG MW	29	5
9	HANNAN MT	29	4
10	HAVEMAN HA	28	2
11	DACIN MT	26	3
12	LOUNSBURY M	26	5
13	WILLIAMSON OE	25	4
14	PFEFFER J	24	3
15	KRAATZ MS	23	3
16	DAVIS GF	22	4
17	ALDRICH HE	21	2
18	NORTH DC	21	2
19	GREVE HR	20	5
20	MARCH JG	18	3
21	PODOLNY JM	18	3
22	THORNTON PH	18	3
23	HAUNSCHILD PR	18	2
24	WEICK KE	17	4
25	KOSTOVA T	17	3
26	KOGUT B	16	3
27	PORAC JF	16	3
28	HOFFMAN AJ	16	1

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

**PRIMEIROS AUTORES MAIS PRESENTES NOS
TRABALHOS CITANTES**

#	Autor Citado	%***
1	DIMAGGIO PJ	66,3%
2	MEYER JW	40,4%
3	SCOTT WR	34,8%
4	OLIVER C	22,5%
5	NORTH DC	20,2%
6	PFEFFER J	20,2%
7	GREENWOOD R	19,1%
8	HAVEMAN HA	19,1%
9	HOFFMAN AJ	18,0%
10	SUCHMAN MC	15,7%
11	LEBLEBICI H	15,7%
12	ALDRICH HE	14,6%
13	DACIN MT	14,6%
14	CYERT RM	14,6%
15	WILLIAMSON OE	14,6%
16	EISENHARDT KM	13,5%
17	RAO H	12,4%
18	TOLBERT PS	12,4%
19	HAUNSCHILD PR	12,4%
20	KRAATZ MS	12,4%
21	BARNEY J	11,2%
22	FRIEDLAND R	11,2%
23	PENG MW	11,2%
24	HOLM P	11,2%
25	THORNTON PH	11,2%
26	MILES M	11,2%

*** Calculado a partir do texto do autor mais presente nas referências.

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science

AUTORES CITADOS - COMPARAÇÃO ENTRE PERÍODOS **PERCENTUAL DE TEXTOS CITANTES NO PERÍODO**

Autores Citados	1988-1991	1992-1995	1996-1999	2000-2003	2004-2007
DIMAGGIO PJ	100,0%	63,6%	65,0%	64,7%	66,3%
MEYER JW	100,0%	50,0%	46,7%	42,4%	40,4%
SCOTT WR	50,0%	22,7%	36,7%	38,8%	34,8%
OLIVER C	50,0%	22,7%	33,3%	23,5%	22,5%
NORTH DC		9,1%	6,7%	16,5%	20,2%
PFEFFER J	83,3%	40,9%	43,3%	22,4%	20,2%
GREENWOOD R		9,1%	10,0%	14,1%	19,1%
HAVEMAN HA			30,0%	23,5%	19,1%
HOFFMAN AJ				15,3%	18,0%
SUCHMAN MC			8,3%	18,8%	15,7%
LEBLEBICI H			6,7%	18,8%	15,7%
DACIN MT			5,0%	17,6%	14,6%
WILLIAMSON OE		27,3%	23,3%	15,3%	14,6%
ALDRICH HE	50,0%	13,6%	11,7%	16,5%	14,6%
CYERT RM		22,7%	8,3%	14,1%	14,6%
EISENHARDT KM		9,1%	5,0%	5,9%	13,5%
RAO H			6,7%	7,1%	12,4%
KRAATZ MS				7,1%	12,4%
HAUNSCHILD PR			18,3%	16,5%	12,4%
TOLBERT PS		13,6%	18,3%	18,8%	12,4%
PENG MW				7,1%	11,2%
THORNTON PH				3,5%	11,2%
HOLM P			6,7%	5,9%	11,2%
BARNEY J			15,0%	20,0%	11,2%
MILES M					11,2%
FRIEDLAND R		9,1%	8,3%	8,2%	11,2%
POWELL WW	33,3%	9,1%	23,3%	12,9%	10,1%
HANNAN MT	50,0%	36,4%	18,3%	17,6%	10,1%
DEEHOUSE DL			8,3%	17,6%	9,0%
DAVIS GF			15,0%	10,6%	9,0%
RUEF M				15,3%	9,0%
GRANOVETTER M		13,6%	30,0%	17,6%	9,0%
PORAC JF			5,0%	11,8%	7,9%
THOMPSON JD	33,3%	27,3%	21,7%	8,2%	7,9%
FLIGSTEIN N		18,2%	21,7%	10,6%	7,9%
SELZNICK P		18,2%	11,7%	7,1%	6,7%
DAUNNO T		13,6%	8,3%	11,8%	6,7%
STINCHCOMBE AL		22,7%	15,0%	5,9%	6,7%
NELSON RR		9,1%	16,7%	12,9%	6,7%
EDELMAN LB		9,1%	13,3%	4,7%	5,6%
PALMER DA			18,3%	9,4%	5,6%
BAUM JAC			26,7%	8,2%	5,6%
PORTER M				11,8%	5,6%
JEPPERSON RL		9,1%	13,3%	10,6%	5,6%
ZUCKER LG	50,0%	27,3%	15,0%	10,6%	5,6%
BURNS LR			11,7%	11,8%	5,6%
SINGH JV	66,7%	9,1%	13,3%	7,1%	4,5%
MEZIAS SJ		18,2%	6,7%	4,7%	4,5%
CARROLL GR	33,3%	9,1%	11,7%	4,7%	4,5%
GALASKIEWICZ J	33,3%	13,6%	30,0%	7,1%	3,4%
PORTER ME		27,3%	5,0%	4,7%	3,4%
CHILD J	33,3%	9,1%	13,3%	4,7%	3,4%
ROWAN B		22,7%	5,0%		
CHANDLER AD		18,2%	5,0%	3,5%	
MARCH J			18,3%	4,7%	
MILES RE		22,7%	5,0%		

Fonte: JCR2006, ISI Web of Science